

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
CAMPUS DE MARÍLIA - FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Carlos Cândido de Almeida

**PEIRCE E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo**

**Marília
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Carlos Cândido de Almeida

**PEIRCE E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa:
Produção e Organização da Informação

Orientador:
Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães

**Marília
2009**

Ficha Catalográfica

A445p Almeida, Carlos Cândido de
Peirce e a organização da informação: contribuições
teóricas da Semiótica e do Pragmatismo / Carlos Cândido de
Almeida.- Marília, 2009.
416 f.; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade
de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.
Bibliografia: f. 386-416.
Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães.

1. Semiótica de Peirce. 2. Organização da informação.
3. Organização do conhecimento. 4. Filosofia de Peirce.
I. Autor. II. Título.

CDD: 025.4
CDU: 801.7:003

Carlos Cândido de Almeida

**PEIRCE E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:
contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo**

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Membro Titular

Prof. Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília

Membro Titular

Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Membro Titular

Profa. Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade de São Paulo – USP

Membro Titular

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Marília, 20 de outubro de 2009.

AGRADECIMENTOS

A todos os docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da UNESP/Marília.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães, por confiar nesta pesquisa.

Aos professores que gentilmente aceitaram examinar este trabalho: Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Dra. Leilah Santiago Bufrem e Dr. Miguel Luiz Contani.

Aos examinadores Dr. Lauro Frederico Barbosa da Silveira e Dra. Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo pelas ricas e proveitosas sugestões e comentários sobre o texto de qualificação.

Aos professores e amigos Marta Lígia Pomim Valentim e Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

Aos funcionários da Biblioteca da UNESP/Marília, por me facilitarem o acesso a materiais bibliográficos indispensáveis.

Aos estudantes dos cursos de Biblioteconomia e de Filosofia desta unidade da UNESP, pela troca de ideias a respeito do trabalho.

À Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília, que se constitui em fórum de discussão e debate. A pesquisa é mesmo uma atividade coletiva.

Aos amigos e colegas, pelas sugestões valiosas e indagações que me fizeram revisar argumentos e ampliar minha visão sobre os temas investigados. Aos amigos, Rodrigo, Lourdes, Lúcia, Lívia, Tati, Aldinar, Juliana, Iuri, Raphael, Walter, e a todos aqueles que de algum modo contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo incentivo financeiro concedido por dois anos consecutivos, sem o qual este trabalho não seria realizado.

Aos meus pais, Manoel e Ercília, e aos meus queridos irmãos, Cátia e Clayton, pela preocupação e interesse constantes.

À minha esposa, Luana, e a minha filha, Camilinha, pela paciência, carinho e afeto incondicionais.

“Com efeito, o homem sempre se torna mais propenso à virtude, desde que tenha experimentado algum progresso, a partir do começo. Por conseguinte, é provável que haja ainda mais progresso.” (ARISTÓTELES)

“Os alunos devem ir à escola, não para aprender pensamentos, mas para apreender a pensar e a conduzir-se.” (KANT)

“Muitos homens, ao longo de anos, acariciaram, como a um brinquedo favorito, a vaga sombra de uma idéia, demasiado sem sentido para ser decididamente falsa; e amaram-na apaixonadamente, dela fazendo a companheira de todas as horas, consagrando-lhe as forças e a vida, abandonando, por ela, todas as demais ocupações e, em resumo, vivendo com ela e por ela, tornando-se carne de sua carne e sangue de seu sangue; e despertaram em certa manhã gloriosa, para verificar que ela se tinha ido, que se tinha desvanecido [...] e que, juntamente com ela, desaparecia a essência de suas próprias vidas”. (PEIRCE)

ALMEIDA, C. C. **Peirce e a organização da informação**: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo. Marília, 2009. 416 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Marília, 2009.

RESUMO

A Semiótica de C. S. Peirce (1839-1914), longe de ser uma ciência que explica a totalidade dos fenômenos abarcados pela organização da informação e do conhecimento, oferece conceitos fundamentais à Filosofia da linguagem e à Lógica, os quais podem lançar novas luzes à reflexão epistemológica da área. A principal questão teórica que norteia a pesquisa é saber quais as inter-relações teóricas e aplicadas entre organização da informação e do conhecimento e Filosofia e Semiótica peirceanas. Sustentou-se como hipótese que a Filosofia e a Semiótica peirceanas contribuem com explicações consistentes sobre os fenômenos decorrentes das atividades de organização da informação e do conhecimento. Para tanto, objetivou-se conhecer e avaliar as contribuições teóricas e aplicadas das Filosofia e Semiótica de Peirce para a área da organização da informação e do conhecimento. Trata-se de um estudo ao mesmo tempo bibliográfico e exploratório. Relata-se como resultados a presença dos níveis elementar e intermediário de interdisciplinaridade entre o pensamento de Peirce e a organização da informação e do conhecimento, principalmente, nos eixos Semiótica e Pragmatismo.

Palavras-chave: Organização da Informação. Organização do Conhecimento. Filosofia Peirceana. Semiótica Peirceana.

ALMEIDA, C. C. **Peirce and the information organization**: theoretical contributions of Semiotics and Pragmatism. Marília, 2009. 416 f. Thesis (PhD Degree). Post-Graduation Program of Information Science – Faculty of Philosophy and Sciences, University of São Paulo State – UNESP, Marília, 2009.

ABSTRACT

The C. S. Peirce's (1839-1914) Semiotics, far from being a science that explains the totality of the phenomena covered by the information and knowledge organization, offers concepts that are fundamental for the language's Philosophy and for the Logic, each one can launch new lights for epistemological reflection to the field. The main theoretical issue that guided the research is to know each are the theoretical and applied interrelations between information and knowledge organization and Peirce's Philosophy and Semiotics. The hypothesis supported is that Peirce's Philosophy and Semiotics contribute with consistent explications about the phenomena resulting from the activities of information and knowledge organization. Therefore the objective is to know and to value the theoretical and applied contributions of Peirce's Philosophy and Semiotics for the information and knowledge organization. It is at the same time a bibliography and exploratory study. It brings as results the presence of the elementary and intermediary levels of interdisciplinarity between the Peirce's thought and the information and knowledge organization, mainly, in the axle Semiotics and Pragmatism.

Key-words: Information Organization. Knowledge Organization. Peirce's Philosophy. Peirce's Semiotics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relações Associativas e Sintagmáticas.....	60
Figura 2: Concepção de Signo de Hjelmslev.....	69
Figura 3: Tipos de Descrição da Estrutura Profunda.....	79
Figura 4: Semiologia na Classificação das Ciências de Saussure.....	144
Figura 5: Triângulo dos Signos de Ogden e Richards.....	147
Figura 6: Modelo de Conotação de Barthes.....	153
Figura 7: Modelo da Metalinguagem de Barthes.....	154
Figura 8: Estrutura Elementar do Significado.....	158
Figura 9: Quadrado Semiótico.....	160
Figura 10: Modelo Actancial.....	161
Figura 11: Diagrama das Ciências.....	192
Figura 12: Triângulos Semióticos de Peirce.....	244
Figura 13: As Dez Classes de Signos.....	253
Figura 14: O Processo de Indexação de Assunto.....	283
Figura 15: Modelo Semiótico de Indexação.....	286
Figura 16: Signo Fundamental e Séries de Conceitos Relacionados.....	304
Figura 17: Signo Fundamental e Rede de Conceitos.....	307
Figura 18: O Perfil Diagramático do Conhecimento.....	312

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo das Opções Metodológicas.....	45
Quadro 2: Etapas do Processo de Indexação.....	111
Quadro 3: Processos, Produtos e Instrumentos Referentes ao Campo da Organização da Informação e do Conhecimento.....	120
Quadro 4: Diversidade Terminológica das Fases de Análise Documental..	121
Quadro 5: Sistema e Sintagma.....	152
Quadro 6: Linguística e Semiologia na Organização da Informação e do Conhecimento.....	179
Quadro 7: Subdivisões dos Interpretantes.....	243
Quadro 8: Ramos da Lógica ou Semiótica.....	252
Quadro 9: Pontos de Interdisciplinaridade entre Filosofia e Semiótica de Peirce e Organização da Informação e do Conhecimento.....	331

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Encontros Disciplinares e Ciência da Informação.....	17
1.2 Delineamento do Problema.....	29
1.3 Construção das Hipóteses.....	34
1.4 Objetivos.....	36
1.4.1 Objetivo Geral.....	37
1.4.2 Objetivos Específicos.....	37
1.5 Justificativa.....	37
1.6 Percorso Metodológico.....	41
2 ELEMENTOS DE LINGUÍSTICA E SEMIOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....	47
2.1 Da Linguística.....	49
2.1.1 Linguística na Organização da Informação e do Conhecimento.....	105
2.2 Da Semiologia e da Teoria dos Signos.....	143
2.2.1 Semiologia na Organização da Informação e do Conhecimento.....	167
2.3 Linguística, Semiologia e Organização da Informação e do Conhecimento.....	177
3 UM PANORAMA DA FILOSOFIA E SEMIÓTICA DE C. S. PEIRCE.....	183
3.1 Peirce e Filosofia Peirceana.....	185
3.2 Da Semiótica.....	224
3.3 O (Des)conhecimento de Temas Peirceanos.....	257
4 FILOSOFIA E SEMIÓTICA DE C. S. PEIRCE NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....	260
4.1 Organização da Informação e do Conhecimento.....	262
4.2 Peirce nos Estudos da Organização da Informação e do Conhecimento.....	267
4.2.1 Modelo Semiótico da Indexação.....	281
4.2.2 Organização Semiótica do Conhecimento.....	298
4.2.3 Linguagens Documentais e Semiótica Documental.....	315
4.3 Desdobramentos Interdisciplinares.....	328

5 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UM DIÁLOGO.....	332
5.1 O Método Pragmatista: o eixo integrador.....	338
5.2 Uma Leitura Peirceana da Organização da Informação e do Conhecimento.....	344
5.2.1 Processos Cognitivos e Hábitos Interpretativos.....	344
5.2.2 Indexação e Tipos de Inferência.....	352
5.2.3 Organização do Conhecimento, Terminologia e Pragmatismo.....	364
5.3 Considerações Ontológicas.....	371
6 PALAVRAS FINAIS.....	375
REFERÊNCIAS.....	386

1 INTRODUÇÃO

“Não temerei a dizer, porém, que tive muitas ocasiões de me encontrar, desde a juventude, em certos caminhos que conduziram a considerações e máximas com as quais formei um método que parece-me, proporcionou-me os meios de aumentar gradativamente o meu conhecimento e levá-lo, aos poucos, ao mais alto grau que a mediocridade de meu espírito e a breve duração de minha vida poderiam alcançar.[...] Assim, não é meu propósito ensinar aqui o método que cada indivíduo deveria seguir para bem conduzir a sua razão, mas apenas mostrar de que maneira procurei guiar a minha.” (DESCARTES, 1637/2003, p. 22)

A informação tornou-se um dos principais instrumentos de trabalho e lazer para a maioria dos homens e mulheres que vivem em sociedades avançadas. Nos países em desenvolvimento, o uso constante da informação, das tecnologias de processamento de dados e comunicação eletrônica e dos equipamentos culturais, que oferecem acesso público e democrático à informação, é ainda muito recente se comparado às nações-estado classificadas como desenvolvidas.

Contudo, antes de tomar contato direto com as demandas sociais de informação, para uma unidade de informação realizar eficazmente sua função são necessários diversos processos-meios (sumariamente discriminados como análise e representação temática e física dos documentos) e as respectivas ações de mediação desempenhadas pelos denominados profissionais da informação. Expressão essa adotada por muitas áreas, incluindo a Ciência da Informação, que significa o profissional que executa tarefas no sentido de disponibilizar informação. A concepção deste profissional teve influência direta da extinta Federação Internacional de Documentação e Informação (FID), em consequência do estímulo dado para a formação de recursos humanos no campo da Ciência da Informação.

Por Ciência da Informação entende-se uma instituição construída socialmente, que tem como um dos objetos de pesquisa e estudo a informação em sua manifestação humana e social. Dois pesquisadores brasileiros em Ciência da Informação a definem como um “[...] campo que se ocupa e se preocupa com os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação desde sua criação até a sua utilização, e sua transferência ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais.” (SMIT; BARRETO, 2002, p.17-18).

Esse conceito representa – quase consensualmente e guardadas as devidas nuances – o que se compreende pela expressão “Ciência da Informação”. Refere-se também às diversas denominações que este campo de pesquisa recebeu nos

diversos países em que é conhecida. Dessa maneira, incluem-se as experiências da chamada Documentação europeia, bem como da *Informatika* russa e da *Information Science* estadunidense.

Entre os processos operados sobre a informação que determinam seu acesso com qualidade estão os intermediários. Pode-se denominá-los inicialmente de organização da informação, etapa intermediária entre as atividades de produção e utilização da informação (PINTO MOLINA, 1993, p. 45; GUIMARÃES; NASCIMENTO; MORAES, 2005, p. 135), compreendendo os processos de análise do conteúdo dos documentos (leitura, indexação, condensação e construção de linguagens documentais) e de análise descritiva dos mesmos (catalogação), com o objetivo último de recuperar a informação.

A organização da informação é reconhecida como área de pesquisa, de ensino e de atuação profissional e um dos núcleos básicos que compõem o escopo da Ciência da Informação. Tal área está no mesmo nível de importância que os estudos e as práticas de Recuperação da Informação (*Information Retrieval*, área nascida na década de 1950), na medida em que o sucesso da recuperação depende dos esforços de organização empreendidos antecipadamente. Esse é um corolário fundamental deduzido do discurso da organização da informação.

Segundo alguns estudiosos, a organização da informação difere da organização do conhecimento. O exame do emprego dessas expressões mostra uma falta de clareza quanto à delimitação do conceito (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 2). Por organização da informação, Brascher e Café (2008) entendem um processo que envolve a descrição física e de conteúdo de objetos informacionais, resultando em produtos que consistem em representações da informação geradas por atividades como: catalogação, classificação, redação de resumos e indexação. A organização do conhecimento, por seu turno, corresponde ao processo de construção de modelos de representações de conhecimento, com o objetivo de elaborar modelos de mundo via representação do conhecimento de uma coletividade.

Reconhecendo a utilidade da proposta de divisão conceitual, deve-se aceitar que ambas as áreas compõem um vasto campo – dentro e próximo à Ciência da Informação – interessado nas questões intermediárias que facilitam a recuperação da informação ao público usuário. Sendo assim, para esta pesquisa, a expressão que mais bem abarca todas estas reflexões, investigações, processos, instrumentos

e produtos que serão discutidos é organização da informação e do conhecimento.

Como área ampla de pesquisa, a organização da informação e do conhecimento recorre a disciplinas limítrofes, isto é, ciências ou campos de pesquisa, reconhecendo em seus conceitos e métodos alternativas para solucionar – e quiçá explicar – os fenômenos que surgem na condução das atividades em unidades de informação.

Entre as disciplinas que a Ciência da Informação estabelece interação e que podem impactar na organização da informação e do conhecimento, incluem-se: Psicologia, Linguística, Sociologia, Antropologia, Informática, Matemática, Lógica, Estatística, Economia, Direito, Política, Eletrônica e Telecomunicações, Filosofia, Epistemologia e História (LE COADIC, 1996, p. 22-24). Como principais áreas de interface, podem-se citar ainda Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciências Cognitivas e Comunicação (SARACEVIC, 1996) ou, mais especificamente, Biblioteconomia e Ciência da Computação (SARACEVIC, 1999).

Para Hjørland (2000), as disciplinas diretamente relacionadas à Ciência da Informação abrangem Ciência da Computação, Comunicação, Epistemologia, Linguística, Matemática e Estatística, Psicologia e Ciência Cognitiva, Estudos da Ciência, Semântica, Semiótica, Sociologia, etc. Em âmbito brasileiro, Pinheiro e Loureiro (1995) sistematizaram o papel desempenhado pelas seguintes disciplinas no primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação do país: Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Informática, Administração, Matemática, Estatística, Economia, Comunicação (e Jornalismo Científico), História (e História da Ciência), Filosofia (Filosofia da Ciência e Epistemologia), Antropologia, Educação, Sociologia (e Sociologia da Ciência), Linguística e Psicologia. Além dessas, também são pertinentes as recentes contribuições da Diplomática (NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2005; GUIMARÃES; NASCIMENTO; MORAES, 2005).

A lista das disciplinas conectadas em algum grau com a Ciência da Informação pode ainda receber muitos acréscimos. Há uma variedade de pontos de vista sobre o assunto, resultando em uma dificuldade de se definir o alcance da Ciência da Informação e das imbricações estabelecidas em seus diversos núcleos temáticos. Esse fenômeno não poderia ser diferente quando se busca refletir sobre as interações da organização da informação e do conhecimento com outras disciplinas científicas.

A interdisciplinaridade é um mecanismo de interação que ocorre entre

disciplinas na busca de encontrar soluções para problemas teóricos e práticos, no sentido de fundir pontos de vista em relação a um objeto ou problemática. Ela pode variar, desde a simples comunicação de ideias, conceitos e resultados de pesquisa, até a integração de terminologias, metodologias e teorias (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 145).

Uma investigação que prioriza a identificação de graus de interdisciplinaridade pode ser classificada na Ciência da Informação de epistemológica. Porém, deve-se esclarecer que não se está adotando uma noção positivista de epistemologia, a qual privilegia a pesquisa científica que vislumbra a validação matemática dos conceitos de uma ciência. Uma abordagem plural que dê conta dos entroncamentos entre as disciplinas, de seus discursos, dos resultados e, principalmente, de suas histórias, é a que melhor se aproxima das expectativas desta pesquisa.

As diversas ciências ligadas à organização da informação e do conhecimento dispõem de um conjunto expressivo de teorias, modelos e conceitos que sustenta discursos, conhecimentos científicos e aplicações práticas desta área. Muitos desses vínculos teóricos foram examinados com rigor no decorrer das últimas décadas. Apesar disso, algumas disciplinas ficaram sem um tratamento adequado de suas conexões com a organização da informação e do conhecimento.

No tocante às reflexões sobre a organização da informação e do conhecimento, têm-se dado um espaço marginal à contribuição da teoria geral dos signos ou Semiótica (do grego *sémeiôtikê* que significa doutrina dos signos), disciplina que responderia, entre muitos outros aspectos, aos questionamentos sobre o funcionamento da mente humana, “[...] da assimilação da informação e sua conversão em conhecimento enquanto processos cognitivos e não neurobiológicos.” (ROBREDO, 2003, p. 117). A Semiótica, como se notará, não se restringe à elucidação de tal problemática.

Os precursores modernos de uma das escolas mais influentes da teoria dos signos, a Semiologia (do grego *semeîon*, que quer dizer sinal ou signo, e *logía*, estudo ou ciência), foram Ferdinand de Saussure (1857-1913) e Louis T. Hjelmslev (1899-1965). A eles sucederam Roland Barthes (1915-1980), Algirdas J. Greimas (1917-1992) e Umberto Eco (1932-).

A Semiologia, segundo Saussure (1970), está vinculada à Psicologia Social e tem como disciplina mais avançada a Linguística, da qual retira a maior parte dos conceitos operacionais: signo linguístico, significante e significado.

Sem entrar em detalhes conceituais da Semiologia saussuriana neste momento, é preciso reconhecer que nas ocasiões em que se estudaram as contribuições da teoria dos signos na organização da informação e do conhecimento, na maior parte dos casos, recorreu-se às explicações de matriz saussuriana.

As correlações da organização da informação e do conhecimento com a Semiótica do filósofo estadunidense, Charles Sanders Peirce (1839-1914), foram bem pouco exploradas em comparação com os esforços direcionados à Linguística e à Semiologia. A Semiótica é por vezes denominada, restritamente, como a variante norte-americana da Semiologia, apesar de possuir reconhecidamente fundamentos e conceitos diferentes da teoria dos signos de matriz saussuriana e com o propósito de investigar a natureza, a tipologia e a dinâmica dos signos nas mais diversas esferas.

A Filosofia e a Semiótica de Peirce respondem a um conjunto de estudos e de reflexões que se inserem no problema geral da linguagem e do conhecimento humano e não humano. Adota-se neste estudo a expressão Filosofia e Semiótica peirceana para designar um grupo de contribuições, as quais excedem a teoria dos signos propriamente dita, incluindo as formulações do Pragmatismo, da Lógica, da Metafísica, da Fenomenologia, entre outros elementos conceituais que se encontram mutuamente conectadas na obra de Peirce.

Com isso, pretende-se desviar do erro crucial em considerar no pensamento de Peirce apenas a Semiótica como tema de substancial e única importância. A Semiótica, tomada isoladamente, não explica os princípios e as características gerais dos fenômenos (do grego *phainómenon* ou coisa que aparece à mente). Essa explicação cabe à Fenomenologia peirceana.

As teorias peirceanas estão diretamente imbricadas e para compreendê-las fazendo justiça à rede de relações conceituais existentes que uma pesquisa sobre a interação entre campos científicos deve obedecer, é prioritário reconhecer que o conhecimento da Semiótica deve surgir da certeza de que seus princípios e finalidades estão dispersos fisicamente, porém integrados conceitualmente no pensamento de Peirce.

Segundo argumentou Ibri (1992, p. xv), “Principiar tal estudo pelo exame da Semiótica, uma teoria geral dos signos, para a qual o autor pretende o estatuto de uma Lógica, pode conduzir o leitor a uma ciência meramente taxonômica, uma

estranha matriz classificatória das representações, desfigurando sua verdadeira função no quadro filosófico de Peirce.”

Comentadores da obra peirceana sustentam que, na atualidade, não faz sentido estudar a Semiótica sem relacioná-la à Fenomenologia e, em especial, à Lógica e ao Pragmatismo. Uma abordagem equivocada dos escritos de Peirce proporcionou um distanciamento de seu sistema filosófico geral, bem como do próprio resgate da configuração teórica da Semiótica.

Dada a recuperação recente de uma visão mais integral do conjunto das teorias peirceanas, tem-se insistido na necessidade de não se isolar uma teoria da outra sob pena de perder uma boa dose de sua significância. Desse modo, não se visa mais estudar o pragmatismo, por exemplo, separado da semiótica e vice-versa, ou a semiótica separada da fenomenologia, e assim por diante. (SANTAELLA, 2004, p. 227).

Se isso ocorreu entre estudiosos do campo da Filosofia e da Comunicação, o que se deveria esperar dos outros campos científicos que mencionam genericamente a importância da Semiótica?

Uma das grandes divergências em relação à Semiologia é que esta parece não colocar em evidência o indivíduo nos fatos comunicativos. A Semiologia baseia-se no conceito de estrutura, o qual pode subestimar o papel ativo e interpretativo dos sujeitos na produção da significação. Coelho Netto (1999, p. 65) comenta que essa teoria dos signos preocupa-se com o estudo dos significados puramente linguísticos, excluindo, além do homem, outros fatores extralinguísticos, como o social, o psicológico e o do fenômeno. Contudo, não é o caso de descredenciar a influência da teoria semiológica à organização da informação e do conhecimento.

Justamente por não responder a alguns aspectos do fenômeno da linguagem, restringindo-se a estudá-lo enquanto formado estruturalmente, além do número de pesquisas já realizadas sobre o assunto na área, é que outras propostas teóricas merecem ser examinadas e aprofundadas. Por essa razão, entende-se que a Filosofia e a Semiótica de Peirce devem finalmente ser priorizadas com o objetivo de revelar as possibilidades de interlocução com o domínio da organização da informação e do conhecimento, em que se acredita encontrarem os principais pontos de intersecção.

Nesse sentido, esta tese registra os resultados da pesquisa, delineando, inicialmente, a inserção do tema e do objeto no contexto da Ciência da Informação, o problema, os objetivos, as hipóteses, as escolhas metodológicas e as reflexões elaboradas, indicando, finalmente, as principais conclusões.

1.1 Encontros Disciplinares e Ciência da Informação

O objeto teórico desta pesquisa consiste nos relacionamentos disciplinares entre organização da informação e do conhecimento e um grupo de teorias compreendidas pela Filosofia e Semiótica peirceana. O objeto empírico caracteriza-se pelas imbricações conceituais constatáveis na literatura sobre a obra de Peirce na organização da informação e do conhecimento, e que leva a algum tipo de proposta interdisciplinar. Para tanto, uma definição preliminar de interdisciplinaridade e de conceitos correlatos pode ilustrar a dinâmica do objeto que se propõe investigar. Apesar de palavras como “interdisciplinaridade” estarem “gastas”, segundo concluiu Pombo (2004, 2005), é inevitável discuti-las e refletir sobre elas.

O radical presente nas palavras associadas à discussão sobre a questão da interdisciplinaridade é “disciplina”. Por disciplina entende-se qualquer ramo do conhecimento (artístico, científico, histórico, etc.), utilizado para tratar de conteúdos de ensino em uma instituição escolar. A noção de disciplina requer a consideração do modo que um conhecimento científico é compartimentado para ser repassado em uma instituição. Em regra, uma disciplina com essa acepção objetiva o repasse do conhecimento e com tal finalidade deve proceder a um tipo de divisão.

As disciplinas são mecanismos escolares propriamente ditos, enquanto a ciência se responsabiliza pela ação social da pesquisa a um determinado número de objetos da realidade. A ciência é um empreendimento coletivo, por isso, teóricos, como Bourdieu (1983, 2004), concebem a ciência mais como um campo social formado por cientistas que procuram capitalizar um saber distinto e convertê-lo em competência científica, para daí então mobilizar e gerenciar um capital social.

Por disciplina subentende-se ainda um recorte do conhecimento humano - e não apenas científico - para facilitar sua transmissão, materializando-se, principalmente, nos currículos escolares. Para McGarry (1999, p. 146), são agrupamentos maiores de conhecimento cujos assuntos e temas são ensinados nas matérias de um currículo escolar.

Por outro lado, costuma-se tratar disciplina como equivalente à ciência ou qualquer uma de suas especializações. Como uma parte da ciência, neste caso, equivalente à ciência, pode ser concebida sob a designação “campo de pesquisa” ou “disciplina científica”, que deve conter uma lista de exigências para ser considerado científico: objeto, métodos, teorias, terminologias, etc. (BUNGE, 1989).

No entanto, quando se procede desse modo, assume-se uma concepção comtiana de ciência, pois se acredita que a ciência é una e sua divisão é um procedimento necessário para o melhor estudo e explicação dos fenômenos. Nesse caso, qualquer disciplina estaria submetida às regras gerais do método científico, assim, excluir-se-iam as artes como disciplinas.

Mesmo correndo o risco de incoerência e ingenuidade, entende-se por disciplina, no âmbito da discussão sobre interdisciplinaridade, um campo do conhecimento humano que pode ser representativo de uma ação coletiva com o objetivo de investigar um objeto, problema ou tema. A disciplina manifesta um ideal organizativo da ciência moderna e materializa o mais alto grau de especialização do conhecimento científico. Pode ser considerada o padrão da organização dos trabalhos da ciência na modernidade. Leis (2005, p. 4) salienta que se verifica na atualidade um entrincheiramento dos pesquisadores em especialidade ou sub-especialidades, comunicando seus conhecimentos apenas no interior de um grupo restrito de pessoas. O fenômeno da disciplinaridade parece ir contra a natureza da própria realidade, a qual não se constitui por fragmentos, mas em um todo indecomponível e complexo.

Pombo (2004, 2005) pondera, afirmando que não se trata apenas de um fenômeno da modernidade. Os benefícios materiais conquistados com a ciência e a especialização disciplinar são incontáveis e irrecusáveis para o cidadão contemporâneo. Portanto, não se pode negar os avanços alcançados e percebidos provenientes deste modo de fazer ciência.

Ao mesmo tempo, é urgente reconhecer as limitações da ciência disciplinar, pois a complexidade subjacente aos objetos contesta a eficácia da especialidade e o diálogo com outras disciplinas é indispensável e altamente produtor. Esse “olhar” ao redor significa - guardadas as devidas proporções - um retorno às origens da ciência, em que a especialidade tinha pouca importância e se poderia encontrar em uma só pessoa um nível de conhecimento razoável sobre muitas disciplinas.

Essa volta aos primórdios sensibiliza muitos teóricos a admitir as implicações que o prefixo "inter" impõe à palavra "disciplina". O prefixo “inter” designa aquilo que está entre, posição que compreende a interação de duas ou mais coisas. Interdisciplinar é o atributo daquilo que está entre as disciplinas. Portanto, existem problemas, objetos, aspectos, métodos que exigem um tratamento interdisciplinar, à medida que uma única disciplina não consegue, nem mesmo conseguiria em um

futuro próximo, conhecer certos fenômenos sem adentrar outras esferas disciplinares.

A interdisciplinaridade consiste em um fenômeno objetivo que contempla a interação entre disciplinas, o qual pode originar a simples comunicação de ideias, conceitos e resultados de pesquisa ou resultar na integração das terminologias, metodologias e teorias (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 145). A disciplinaridade não seria o modo de excelência da organização da ciência, nem mesmo consegue responder suficientemente aos desafios cognitivos e sociais provocados pela natureza dos fenômenos.

Na condição de um fenômeno concreto, Leis (2005, p. 3) assevera: "A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa (em níveis universitários e do segundo grau) na sociedade contemporânea." É comum entender interdisciplinaridade como um ideal de interação que leve a uma contribuição de mão-dupla. Em outras palavras, presume-se que tanto uma disciplina quanto a outra deve dispor de algo próprio para negociar, com a finalidade precípua de fazer avançar o conhecimento sobre um dado objeto, problema ou tema.

Contudo, as relações interdisciplinares dão-se em níveis diferenciados. Na questão relativa à contribuição comum entre disciplinas, por exemplo, Linguística e Sociologia, não é obrigatória a interação que exija um entregar e um receber. A prática da interdisciplinaridade é bem mais complicada e uma explicação simples, que assuma que somente há interdisciplinaridade quando cada uma das disciplinas tem o que oferecer, pode ser incapaz de compreender as nuances deste fenômeno. Há casos em que o empréstimo de conceitos é considerado um procedimento interdisciplinar legítimo, mesmo que a disciplina que recebe o conceito não se configure em uma forma definitiva e fixa de organização disciplinar.

Vista como um fenômeno científico, a interdisciplinaridade representa a tentativa de reintegração do saber humano com o objetivo de superar as deficiências da produção do conhecimento geradas pela divisão da ciência, ocorrida ao longo do processo de institucionalização da ciência moderna. A esse respeito, Santos (2000, 2003) registra que o paradigma da ciência moderna está fundado, entre outros aspectos, na especialização da ciência, o que traz estranheza ao próprio cientista quando observa a especialização e a profissionalização do conhecimento.

A sensação de estranheza em relação a objetos de estudo correlacionados ao

mesmo campo é um dos sintomas de que a produção do conhecimento - nos moldes do paradigma moderno da ciência - não promove a compreensão e a explicação mútua entre os diversos pontos de vista sobre um objeto, problema ou tema. Tal fato mostra que a conjunção e a convergência são alternativas à ciência e que a busca por conhecimentos se deve basear na premissa de que o saber humano é global. Visão e prática fragmentárias não suportam as exigências da produção do conhecimento na atualidade, na medida em que outras variáveis devem ser observadas e outros agentes devem ter sua perspectiva valorizada.

Morin (1999) principia dizendo que a tentativa de elucidar os fenômenos, entre os quais o próprio conhecimento humano, deve reconhecer a complexidade subjacente a todas as coisas. Nesses termos, Morin justifica a necessidade de uma alternativa mais que interdisciplinar para a produção do conhecimento, pois a complexidade, afirmada reiteradamente pelo autor, ultrapassa a competência das disciplinas científicas, e outros saberes devem vir somar à discussão.

Aceitar que há lacunas na produção do conhecimento sob a alçada do paradigma moderno abre caminho às investidas dos estudos interdisciplinares. A meta de um suposto projeto interdisciplinar é reunir esforços que juntos realmente expliquem os diversos aspectos de um mesmo fenômeno, pois no interior de uma única disciplina ficariam sem uma resposta satisfatória.

Um conceito que pressupõe a integração como mecanismo de superação das deficiências disciplinares é fornecido por Gonzalez de Gómez (2003c), que sustenta que interdisciplinaridade é a

Geração de conhecimentos através de diferentes moralidades de interação visando a integração de conceitos, métodos, dados, ou as abordagens epistemológicas de múltiplas disciplinas em torno de uma idéia, problema, tema, ou questão em particular. A interdisciplinaridade se desenvolveria dentro do campo científico, buscando a superação e reformulação das fronteiras paradigmáticas.

A definição difere da simples menção da interação, como um suposto contato em vários níveis de contribuição. O que interessa é a intenção última de superar as deficiências disciplinares no que tange às barreiras e integrar-se em alguma medida. Não obstante, a interdisciplinaridade reduz-se ao âmbito científico, excetuando o prático-profissional ou mesmo a esfera político-social e empresarial.

Esse conceito de interdisciplinaridade admite que o projeto interdisciplinar, como um tipo peculiar de geração de conhecimento, deve visar, sobretudo, a

integração. A simples interação, contabilizando trocas de conceitos e de uso de termos, não garante a suficiência da interdisciplinaridade, segundo Gonzalez de Gómez (2003c), pois o multidisciplinar também supõe uma interação, mas sem visar a integração.

De acordo com Pombo, Guimarães e Levy (1993, p. 11), interdisciplinaridade significa um posição intermediária, intervalar, e deve ser mais que multidisciplinar e menos que transdisciplinar. Quer dizer que o fenômeno respeita às disciplinas acadêmicas e, portanto, não procura superar as dicotomias entre conhecimento popular e científico. As principais características da interdisciplinaridade são: a combinação entre disciplinas, a busca de uma síntese e a contínua cooperação de argumentos, metodologias, conteúdos, problemas, resultados, exemplos e aplicações (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1993, p. 13).

Pombo (2004, p. 5) define interdisciplinaridade dentro de um movimento geral das interações disciplinares, entendida sob a metáfora de um *continuum* em que se incluem a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Nessa dinâmica, a interdisciplinaridade tem sua essência na combinação e na convergência entre disciplinas: "Algo que, quando se ultrapassa essa dimensão do paralelismo do pôr em conjunto de forma coordenada, e se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade, nos coloca no terreno intermédio da interdisciplinaridade." (POMBO, 2004, p. 5).

Em outras palavras, a articulação entre as disciplinas tem por propósito combinar o que há de mais fundamental em uma disciplina para juntas superar uma insuficiência de conhecimento. Pombo (2004) ainda sustenta que tal fato não significa a unificação da ciência, como às vezes se aventa como interdisciplinaridade, mas pode ser um processo que resulte na transdisciplinaridade, apesar de não ser seu objetivo.

Assim como outros autores - Gonzalez de Gómez (2003c), Pombo, Guimarães e Levy (1993) e Pombo (2004, 2005) - Nicolescu (2000) aceita que o simples contato entre as ciências não garante interdisciplinaridade, uma vez que a multidisciplinaridade também estabelece um tipo de aproximação, sem contudo integrar-se. Obviamente, a interação entre as disciplinas proporciona diálogo e comunicação de conhecimentos, teorias e modelos.

Japiassú e Marcondes (1996, p. 145) defendem que dentro do espectro da interdisciplinaridade há níveis diferenciados de contribuição. Do mesmo modo, para

Nicolescu (2000, p. 11), a interdisciplinaridade refere-se ao processo que subentende a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Os graus em que isto ocorre são: a) aplicação, em que uma disciplina aplica métodos de outra para soluções de problemas pontuais; b) epistemológico, em que os métodos de uma disciplina auxiliam a consolidação da epistemologia de outras áreas; c) geração de novas disciplinas, que permite, via o recurso do método de outra disciplina, a construção de um novo campo disciplinar.

Esses graus referem-se a uma prática acadêmica muito vulgarizada que consiste em recortar circunstancialmente métodos de outros campos científicos e aplicá-los em outra disciplina. A partir desta prática pretende-se gerar resultados aplicados de cunho teórico ou oferecer condições para o surgimento de novas disciplinas. Tal prática é classificada de interdisciplinaridade.

Não obstante, trata-se de uma manifestação preliminar da interdisciplinaridade, ou melhor dizendo, atividade que pode rumar para a interdisciplinaridade efetiva, pois esta deve obedecer à premissa da integração e da combinação, e não à lógica simples da transposição ou justaposição. A aplicação superficial de conceitos ou o tratamento epistemológico sem um projeto futuro de superação das barreiras disciplinares e combinação de conhecimentos não efetivará um processo interdisciplinar.

Por tais razões, o conceito de interdisciplinaridade defendido neste estudo baseia-se nas reflexões de Pombo, Guimarães e Levy (1993), Japiassú e Marcondes (1996), Nicolescu (2000), Gonzalez de Gómez (2003c) e Pombo (2004, 2005), as quais subentendem um processo ocorrido no interior da ciência contemporânea - apesar de não se restringir a ela - cujos relacionamentos disciplinares se ancoram na premissa da superação de barreiras disciplinares via estratégias de combinação, convergência e integração (e não unificação). Com tal finalidade, deve-se reconhecer que esse processo se dá em vários níveis, tal como aludido por Japiassú e Marcondes (1996) e Nicolescu (2000).

A partir das reflexões mencionadas é possível supor a existência de níveis de interdisciplinaridade, os quais se procurou sistematizar da seguinte forma: *nível elementar* de interdisciplinaridade, quando da comunicação e da aplicação de conceitos, teorias e métodos; *nível intermediário* de interdisciplinaridade, contemplando a combinação e a convergência de conceitos, teorias e métodos; *nível avançado* de interdisciplinaridade, que corresponde aos processos de geração

de novos conceitos, teorias e métodos. Tais níveis subjacentes às discussões sobre interdisciplinaridade funcionariam como um quadro conceitual adequado para discutir as condições de interdisciplinaridade pretendidas com este estudo.

Salienta-se ainda que qualquer espécie de aproximação interdisciplinar deve mostrar um interesse em conhecer realmente outra disciplina, o que exige um reconhecimento dos fundamentos teóricos e conceituais da disciplina com a qual se procura dialogar. Porém, é fato que alguns encontros disciplinares desprezam esse princípio inicial, o que, obviamente, gera prejuízos no aprofundamento das questões pertinentes a outras disciplinas.

Diferentes da interdisciplinaridade em seus propósitos estão os conceitos de pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade. Pluridisciplinaridade e multidisciplinaridade são utilizados, segundo Pombo (2004, 2005), como quase sinônimos, “pluri” e “multi” significando várias ou muitas. Os autores Pombo, Guimarães e Levy (1993), Pombo (2004, 2005) e Nicolescu (2000) preferem designar por pluridisciplinaridade o fenômeno mais preliminar de contato entre as disciplinas. O objetivo é uma aproximação inicial, sem com isso pressupor uma hierarquia entre as disciplinas. É um trabalho que subentende a justaposição entre as disciplinas, isto é, um certo paralelismo. "Algo que é dado na sua forma mínima, naquilo que seria a pluri (ou multi) disciplinaridade, que supõe o pôr em conjunto, o estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de pontos de vista." (POMBO, 2004, p. 5).

Na pluridisciplinaridade não há o compromisso de efetivar uma síntese entre conceitos ou teorias entre as disciplinas. Cada parte apresenta o que tem a oferecer no que diz respeito ao conhecimento do objeto em estudo. A intenção é contemplar um número mais amplo de perspectivas. Dentro do *continuum* assinalado por Pombo (2004), cumpre à pluridisciplinaridade a etapa preliminar, possibilitando, quando muito, a coordenação das colaborações das disciplinas envolvidas.

Nicolescu (2000, p. 10) sustenta que "*A pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo.*" Com efeito, multidisciplinaridade seria uma categoria teórica para compreender fenômenos científicos contemporâneos que fazem frente à disciplinarização radical da ciência, tal como esta se apresenta na atualidade. Além disso, corresponde a uma orientação básica para se evitar discursos pouco fundamentados e que propagam a existência de interdisciplinaridade quando se

coloca, por exemplo, dois especialistas de campos distintos a conversar, com o objetivo de esclarecer uma determinada questão, querela ou objeto. Portanto, aqui se utiliza pluridisciplinaridade como sinônimo de multidisciplinaridade, entendendo uma prática colaborativa entre disciplinas que requer um mínimo de coordenação.

Se a pluridisciplinaridade é um fenômeno elementar para uma possível diminuição da fragmentação disciplinar, a interdisciplinaridade, como visto, é uma forma mais avançada de organização da prática de pesquisa e ensino. Contudo, não é a única nem mesmo a mais avançada, do ponto de vista da tentativa de unificação dos saberes.

É nesse sentido que a interdisciplinaridade descamba para a transdisciplinaridade (“trans” significando o movimento de ir através de, ir além de) sempre que se reconhece que o diálogo e a integração entre disciplinas não são suficientes para explicar e compreender um objeto, problema ou tema. Isso quer dizer que a superação das disciplinas passa pelo reconhecimento das limitações da organização disciplinar, ao mesmo tempo em que o conhecimento científico não é o único a ser considerado como matriz explicativa da realidade.

A transdisciplinaridade presume três pilares fundamentais: os diversos níveis de realidade; a aceitação da lógica do terceiro incluído; e o pressuposto da complexidade subjacente aos fenômenos (NICOLESCU, 2000, p. 12). Sucintamente, os níveis de realidade correspondem às micro e macro-esferas de análise em que se aplicam o conhecimento científico, além das quais se incluem as demais perspectivas das pessoas envolvidas. A lógica do terceiro incluído é uma referência direta aos princípios da Lógica: da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído. O terceiro excluído é justamente a última opção frente à definição, sendo que: a) uma coisa é ela mesma, b) esta coisa não pode ser outra coisa e c) qualquer terceira opção será rejeitada, como, por exemplo: uma coisa pode ser e não ser ao mesmo tempo. Mas é esta última alternativa que deve ser incluída, pois alguns resultados da ciência levam a crer que a terceira opção é plenamente possível e razoável.

A complexidade refere-se à aceitação cada vez mais comum entre cientistas de que os fenômenos são bem mais cheios de meandros e obscuridades do que se pensava. Não basta compartimentar a realidade em minúcias para, então, alcançar elementos mínimos, claros e impenetráveis sobre os quais se pode afirmar ou negar a presença de um predicado. Mesmo depois de divisões sucessivas, persiste a

complexidade, configurando-se como uma condição *sine qua non* da própria realidade. Segundo Nicolescu (2000, p. 19), "Ao longo do século XX, a complexidade instala-se por toda parte, assustadora, terrificante, obscena, fascinante, invasora, como um desafio à nossa própria existência e ao sentido de nossa própria existência."

O transdisciplinar promove, em última instância, a destruição das barreiras disciplinares e, às vezes, as que encerram o contexto científico, com a intenção de unir os saberes. Nesse sentido, o conhecimento científico não é o único saber humano disponível, quiçá nem seja o mais popular entre as pessoas em geral.

A transdisciplinaridade é o ápice do *continuum* referido por Pombo (2004), e não procura outra coisa senão a fusão entre as disciplinas, possibilitando uma visão holística do fenômeno. É, de fato, a expressão da (re)unificação dos conhecimentos, a iniciativa mais adequada para superar a hegemonia da especialização. Enquanto a interdisciplinaridade se restringe à esfera disciplinar e à existência de especialidades estruturadas é uma condição essencial, a transdisciplinaridade objetiva potencializar os avanços desta última, convertendo-se na alternativa mais radical ao cruzamento das ciências.

A esse respeito, Gonzalez de Gómez (2003c) contribui substancialmente ao organizar o conceito de transdisciplinaridade da seguinte forma:

- A. Geração de novos conhecimentos integrados por novos axiomas (ou meta-regras), comuns a um conjunto de disciplinas e saberes não-disciplinares;
- B. Junção de um programa de pesquisa e de um programa de ação, em torno de questões ou problemas contextualizados, onde processos de aprendizagem e descoberta são organizados por uma matriz intersubjetiva transdisciplinar, composta por uma rede de sujeitos individuais e coletivos, implicados em aquela junção por objetivos comuns e por alguma forma de aliança ou parceria;
- C. Geração de estruturas de compartilhamento que transgredirem as fronteiras e estruturas disciplinares, organizacionais e de setores de atividade, mantendo as condições, demandas e expectativas do conhecimento científico - além da singularidade de um caso ou da solução de um problema pontual.

A definição da autora (GONZALEZ DE GÓMEZ, 2003c) soma às demais o fato de a transdisciplinaridade recusar-se em atuar apenas no âmbito das disciplinas, mesmo objetivando uma superação unificadora. Além do discurso científico, os conhecimentos populares e as agendas dos setores de atividade da sociedade contemporânea compõem um todo comum que é o saber humano. Em outros termos, significa dizer que existem problemas que ultrapassam as disciplinas

científicas e, para interpretá-los, utilizam-se outras fontes de conhecimento não-disciplinares. A confluência dos discursos disciplinares e não disciplinares transgridem a organização da ciência moderna em suas frentes isoladas de atuação.

Os conceitos de interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade são fundamentais para se avaliar as condições das interfaces disciplinares - e que talvez estejam além das disciplinas - que poderão vir a ocorrer entre a Ciência da Informação e outros campos do saber. Sobre esta questão, tem-se aludido a muitas reflexões na literatura da Ciência da Informação, as quais se procurará tratar de alguns de seus aspectos.

Salvo casos isolados, na Ciência da Informação - e talvez na própria organização da informação e do conhecimento - o nível de interdisciplinaridade com vários campos que prevalece é o elementar, em virtude da própria dificuldade de se estabelecer um corpo unificado de teorias, métodos e conceitos para, em um segundo momento, alcançar níveis mais altos de interação. Apesar disso, para muitos teóricos, a exemplo de Boroko (1968), Saracevic (1995, 1996, 1999), a Ciência da Informação tem uma natureza interdisciplinar.

Ora, o que isso significa de fato é difícil de explicar sem uma avaliação do conceito de interdisciplinaridade em questão. O fato de possuir um caráter interdisciplinar não responde se as relações estabelecidas entre as disciplinas são legítimas intenções de superar uma lacuna de conhecimento, valendo-se de estratégias para integração dos saberes, ou se se configuram como tentativas claramente orientadas ao recorte de conceitos que mais bem se aplicam a processos e práticas pontuais de tratamento ou disseminação da informação.

Um outro agravante associado ao pressuposto da natureza interdisciplinar é que a maioria dos objetos, problemas ou temas, nos mais distintos campos científicos, requer um tratamento interdisciplinar, haja vista o atributo de complexidade aludido por Morin (1999) e Nicolescu (2000). Todas as disciplinas que reconhecem a complexidade dos fenômenos percebem que um único ponto de vista não abrange todas as possíveis variáveis e, por isso, buscam dialogar com saberes alheios para superar os limites do conhecimento científico de seu campo. Portanto, quase todas as ciências deveriam possuir uma natureza interdisciplinar. Possuir tal característica não é exclusividade da Ciência da Informação e, levando em conta a prática científica contemporânea, não é uma característica determinante e distintiva.

O pressuposto da natureza interdisciplinar da Ciência da Informação sugere a

seguinte interpretação: a ciência, em questão, tem como essência a interdisciplinaridade porque foi construída por diversas disciplinas em sua formação histórica. Ao contrário disso, pensa-se que a natureza interdisciplinar não é constituinte da Ciência da Informação, mas dos objetos, problemas e temas que, por suas formas cambiantes e complexas, forçam o cientista a travar diálogos com diferentes campos para prosseguir na pesquisa fundamental ou solucionar um problema prático. Atribuir a interdisciplinaridade como essência da Ciência da Informação não explica sua especificidade, apenas alude a uma das características dos objetos que investiga.

Quando os problemas humanos servem de motivo para reunir disciplinas com o objetivo de solucioná-los, como ocorreu na gênese da Ciência da Informação de acordo com a narrativa estadunidense de sua história, surge um contexto propício para ultrapassar o nível elementar do diálogo entre as disciplinas. Se a Ciência da Informação emerge para solucionar problemas humanos - o excesso de conhecimentos registrados e/ou a escassez de técnicas para tratá-los - e recorre a conhecimentos científicos e saberes não-científicos, então, ela já nasceria nos limites das práticas interdisciplinares.

A transdisciplinaridade na Ciência da Informação foi objeto de análise de Bicalho e Borges (2003, p. 14) que concluíram que tal discussão, apesar de inicial, seria adequada e bem aceita pela área por pretender ultrapassar as fronteiras disciplinares. Fora os argumentos a favor do conceito de transdisciplinaridade, percebe-se que ele não é tratado pelas autoras como um fenômeno, porém mais como uma nova classificação a enquadrar a Ciência da Informação. Assim, a Ciência da Informação “[...] apresenta em sua estrutura, enquanto campo de conhecimento, características de relação com outras disciplinas, rigor no uso de metodologias específicas da área de humanidades e definição de seu objeto de estudo que, potencialmente, a colocam no "status" de disciplina transdisciplinar.” (BICALHO; BORGES, 2003, p. 13).

O problema deixa de ser tratado como um fenômeno concreto - tal como se aceita -, o qual acontece no cotidiano da ciência contemporânea e que ocorrerá, cedo ou tarde, e é subsumido a uma característica que permite interpretar a condição especial da Ciência da Informação. A dúvida consiste em saber o significado do contraditório argumento da “disciplina transdisciplinar”. Questão que foge aos propósitos desta introdução, mas que é visível a incoerência, porque a

transdisciplinaridade é, entre outras coisas, o fenômeno que defende a ruptura com o disciplinar.

Pensando na articulação de conhecimentos disciplinares, não disciplinares e setores de atividades, um exemplo possível de transdisciplinaridade surge quando na Ciência da Informação se procura resolver problemas causados pela organização e recuperação inadequadas da informação com a junção de programas de pesquisa e de ação. Um programa transdisciplinar ultrapassa as fronteiras científicas e disciplinares, passando pelas diferentes organizações, com a finalidade de realizar um trabalho conjunto.

Para analisar os problemas e oferecer a mais adequada solução, não descarta a participação da comunidade envolvida e de seus saberes, mesmos estes sendo difusos e não mantendo o mesmo rigor metodológico que o conhecimento científico. Portanto, pode-se concluir que algumas práticas de pesquisa em Ciência da Informação se conformam a critérios de transdisciplinaridade, em especial no que tange à valorização de conhecimentos científicos e não científicos direcionados a demandas sociais específicas. Contudo, tais situações não resolvem um problema anterior da Ciência da Informação, isto é, para que haja transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e pluridisciplinaridade deve haver disciplinaridade efetiva.

Nesse contexto, é uma tarefa árdua cotejar as disciplinas com o objetivo de levantar um suposto grau de relacionamento pluri, inter ou transdisciplinar, quando, na realidade, é imprecisa a delimitação do que compete a cada disciplina. Quando se aborda a obra de um pensador como Peirce, esta demarcação simples fica ainda mais prejudicada.

Ao passo em que se observam as dificuldades de uma pesquisa dessa ordem na Ciência da Informação, torna-se infundado negar a suposição de que tais interações existem na forma de trocas ou evidentes inclusões. Independentemente das condições plenas de interdisciplinaridade, segundo o que os níveis mais elevados de integração sugerem, deve-se pressupor a existência de pontos de relacionamento, mesmo através de estudos que exploram convergências e divergências conceituais entre as disciplinas.

Além das disciplinas mencionadas nas páginas anteriores que estão de algum modo associadas ao espectro de ação da Ciência da Informação, nem todas concorrem para figurar entre as que mais contribuições oferecem à organização da informação e do conhecimento. Somente para registro, podem-se incluir entre estas

as disciplinas: Administração, Psicologia, Linguística, Terminologia, Lógica, Informática, Inteligência Artificial e Arquivologia (GUIMARÃES, 2003, p. 109). Para Izquierdo Alonso (2000, p. 147), Filosofia, Informática Aplicada, Sistemas Especialistas, Inteligência Artificial e, principalmente, Ciências da Linguagem (Linguística Funcional, Linguística Textual, Pragmática, Semiótica, Sociolinguística, Psicolinguística) seriam as mais relevantes à organização da informação e do conhecimento. Navarro (1988) salienta que, para a indexação, as disciplinas e as teorias dos estudos da linguagem que maiores contribuições proporcionam à Ciência da Informação seriam: Terminologia, Linguística Computacional, Tradutologia, Morfologia, Teoria dos Campos Semânticos e Análise do Discurso. Essas disciplinas evidenciam que em torno da linguagem estão os principais objetos, problemas e temas da organização da informação e do conhecimento, particularmente, em seu enfoque temático.

É necessário um aprofundamento para se averiguar a pertinência de alguns destes campos científicos para a organização da informação e do conhecimento, e se a Filosofia e a Semiótica de Peirce estão sendo incluídas superficialmente, sem a necessária compreensão das implicações teóricas que decorrem da aceitação de fundamentos centrais da obra deste pensador.

Desse modo, a organização da informação e do conhecimento poderá ter indícios precisos da manifestação da interdisciplinaridade em seu campo, bem como sugerir temas que rumam à integração conceitual. Sobretudo, deve-se revisar a literatura de um modo qualitativo para constituir um quadro dos elementos conceituais que mais contribuem para a área em questão, trabalho que se propôs realizar neste estudo com alguns temas da obra de Peirce.

1.2 Delineamento do Problema

Um dos vínculos da organização da informação e do conhecimento com a Semiologia pode ser demonstrado a partir da análise das possíveis discussões levadas a cabo no ensino da Linguística ou ciência da língua, em cursos de graduação de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação. Mesmo que de forma tênue, a inserção da Linguística nos cursos de Biblioteconomia pode

pressupor também a necessidade de um diálogo com o eixo da organização da informação e do conhecimento.

De acordo com Castro (2002), no segundo currículo mínimo dos cursos de Biblioteconomia brasileiros, de 1982, foi incluída a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa. Presume-se que essa disciplina pôde fornecer conceitos linguísticos, fazendo referência direta a Saussure. De maneira mais enfática, a partir da década de 1990, os cursos de graduação correlacionados à Ciência da Informação já contemplavam disciplinas de formação geral derivadas da Linguística, cujos nomes ainda variam grandemente (Linguística Aplicada à Biblioteconomia, Linguística e Documentação, Linguística Documental, entre outras).

Esta seria uma das formas de identificar a inserção das teorias linguístico-semiológicas nos cursos da área de Ciência da Informação, principalmente para fins de análise do conteúdo dos documentos. Prioritariamente é, essa atividade que os conceitos linguísticos devem justificar. Tratar o conteúdo de um documento para o acesso futuro de sua informação pressupõe conhecer sumariamente o funcionamento da linguagem, a produção dos signos, de que modo dão origem a novos signos, como se relacionam uns com os outros e – sem esgotar as possibilidades – como os conceitos especializados também podem ser concebidos como signos. Esses são alguns dos problemas que interessam, sobretudo, os estudiosos dedicados à organização da informação e do conhecimento.

A tradição saussuriana, que se acredita ser uma das mais utilizadas nas reflexões sobre a organização da informação e do conhecimento, examina a significação de modo diverso do ponto de vista semiótico: um signo deve possuir, para ser teoricamente perfeito, um significante e um significado, isto é, uma modalidade de expressão e uma ideia que dê sentido ao significante. Além disso, compreendem-se os signos linguísticos apenas como entidades convencionais construídas pelos homens, já as ideias originadas e presentes em uma mente, quando estão fora da língua, são um complexo de pensamentos sem forma definida. Essa definição instaurada mostra-se diferente de uma compreensão semiótica da dinâmica da significação, abaixo e além dos resultados da simbolização.

A Semiologia saussuriana, e as teorias que dela tomam seus princípios, parece não enfatizar o processo que origina as diversas significações possíveis e necessárias. O pensamento existiria apenas em um estado potencial, por ainda não estar fixado pela língua. Nas palavras de Nöth (2005b, p. 21), “Fenômenos bio,

zoossemióticos ou até signos naturais no sentido da semiótica universal de Peirce não têm lugar no programa semiológico de Saussure, pois um dos princípios fundamentais de sua semiologia é o princípio da arbitrariedade e convencionalidade dos signos”. Contudo, é razoável que os pontos de vista de Saussure e Peirce não coincidam, pois partem de contextos teóricos distantes.

Para superar algumas possíveis limitações, a proposta Semiótica de Peirce é, processual e analisa a mesma problemática abordando a natureza dos diversos tipos de signo, e não apenas o símbolo (signos derivados por convenções). Na Semiótica peirceana, a atenção recai sobre a evolução dos significados, no processo que rege a geração e a fixação de novas ideias, sendo a convenção apenas um estado intermediário em que se encontra o significado, e não o princípio que regula a vida dos signos. A característica fundante dos signos é o crescimento.

Acredita-se que, nas exposições teóricas sobre a organização da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da informação, os principais argumentos e explicações até à prática dos profissionais atuantes no tratamento da informação podem estar também calcadas em conceitos semióticos, ainda que não estudados suficientemente pela área. Noções como as de representação, interpretação, leitura, conceito, cognição, tradução, linguagem, entre muitos outros tão caros à organização da informação e do conhecimento, necessitam receber uma abordagem explicitamente semiótica.

Conceitos-chave, a exemplo da leitura voltada para a organização da informação, devem observar a natureza e a distância entre objeto e representação, e não reduzir a explicação à designação de um simples processo de identificação e tradução do assunto em tópicos sumários. É necessário identificar a natureza dos signos com relação ao objeto, aos sujeitos intérpretes e ao contexto.

Tendo em vista o exposto, a principal questão teórica que norteia esta pesquisa pode ser resumida da seguinte forma: Quais as inter-relações teóricas e aplicadas entre organização da informação e do conhecimento e Filosofia e Semiótica peirceanas?

Antes de analisar as teorias fundamentais da organização da informação e do conhecimento sob a perspectiva semiótica, é conveniente investigar a eminência de novos conceitos, as relações ainda não estabelecidas e as que indicam fortes chances de sucesso e a identificação de pontos de convergência interdisciplinar. Finalmente, é pertinente cotejar as explicações de fenômenos da organização da

informação e do conhecimento dadas por ambas as áreas.

Para tanto, devem-se considerar os sujeitos, as suas intenções e o contexto social na constituição do sentido, reconhecendo a natural evolução dos signos nos processos de significação. Segundo as observações endereçadas à Linguística e à Semiologia, tais aspectos parecem não ser contemplados inteiramente por suas teorias, fato que interfere diretamente na organização da informação e do conhecimento, porque esta se vale de conceitos linguísticos, às vezes por empréstimos sem modificação, às vezes sob um tipo de hibridização conceitual. Isto, de maneira alguma, retira o mérito das teorias linguísticas e semiológicas, apenas sugere examinar outras contribuições teóricas.

Com respeito à temática Filosofia e Semiótica peirceana e organização da informação e do conhecimento, constata-se a produção de um número reduzido de pesquisas e reflexões, sendo que esses esforços contribuíram, sobretudo, para registrar, mais uma vez, a necessidade de aproximação entre as áreas em questão. Inserem-se nessas iniciativas algumas ilações obtidas a partir dos conceitos mais utilizados na Semiótica peirceana, conforme suas possíveis aplicações na explicação de atividades da organização da informação e do conhecimento.

Examinando, por exemplo, a definição de Semiótica produzida por Robredo (2003), identifica-se um entendimento básico e superficial do termo, sem aprofundamentos necessários à adequada compreensão da disciplina. Essa parece ser uma modalidade muito utilizada para expor a interação entre a Semiótica e a organização da informação e do conhecimento, a saber: mostrar sinteticamente o que significa o termo e sugerir uma futura, necessária e possível contribuição no âmbito do estudo da linguagem e da cognição humanas.

Com o objetivo de solucionar a questão teórica proposta, é fundamental verificar especificamente: O que se tem produzido cientificamente sobre este tema na organização da informação e do conhecimento, e como estas produções analisaram as relações entre os campos envolvidos? Onde se encontram as principais contribuições entre essas áreas? A Filosofia e a Semiótica peirceanas consistem, de fato, em uma abordagem particular dos fenômenos da organização da informação e do conhecimento?

Para se responder com mínima clareza o problema, devem-se examinar, especificamente, o contexto da interdisciplinaridade na organização da informação e do conhecimento, com ênfase para os temas ligados aos problemas da linguagem.

Desse modo, deve-se esclarecer complementarmente: Quais os principais conceitos linguísticos e teorias dos signos referentes à organização da informação e do conhecimento?

Sabe-se que muitas destas teorias impactam diretamente no ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A formação em tratamento temático da informação em cursos de Biblioteconomia dos países circunscritos ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi objeto de pesquisa realizada por Guimarães, Danuelo e Menezes (2003). Os autores registraram que um dos tópicos que compõem a ementa da área de tratamento temático da informação no âmbito do MERCOSUL é “análise e representação de conteúdo”. Esse tópico está permeado de discussões referentes ao processo de análise e representação da informação, problemáticas influenciadas pela interlocução com a Linguística, Semiologia e Semiótica. Verifica-se ainda, na última década, o surgimento de disciplinas em cursos de graduação em Biblioteconomia, no Brasil, com as expressões “Semiótica e Ciência da Informação” e “Semiótica da Informação”, cujo teor poderia ser objeto de uma investigação mais detida, mas que pela delimitação preestabelecida não foi aqui realizada.

Tais problemas ligam-se conseqüentemente à problemática da leitura do indexador. A leitura documental¹, considerada como um processo executado para fins profissionais (FUJITA, 2004), diferencia-se de outros tipos de leitura, como é o caso da leitura com objetivo de fruição. Na leitura profissional, o sujeito deve ter em mente uma tarefa que contempla inúmeros aspectos e variáveis que interferem no desempenho satisfatório de seu trabalho. É reconhecida a importância das estratégias de leitura e do conhecimento do leitor em relação à estrutura e ao conteúdo temático do texto, como fatores de interferência nos resultados do processo.

No entanto, segundo as preocupações de Fujita (2004), assentadas na perspectiva interacionista, a leitura documental não está sendo objeto de questionamento por parte das escolas de Biblioteconomia brasileiras, ressaltando que a leitura profissional deve ter tratamento especial nos referidos cursos. A autora alerta: “[...] é preciso que os responsáveis pela formação inicial e capacitação em

¹ Expressões como “leitura documental” e “análise documental” serão adotadas como forma padrão neste texto, evitando as expressões “leitura documentária”, “análise documentária” e derivações, embora estas sejam preferidas na literatura brasileira sobre o assunto. Segundo Guimarães, Nascimento e Moraes (2005, p. 135), isto se deve ao fato de os adjetivos que procedem dos substantivos terminados em *-nto* (exemplos: comportamento, monumento etc.), são formados em português, com o uso do sufixo *-al* (comportamental, monumental etc.). O que ocorre com o termo “documentária” é um exemplo de galicismo ou francesismo.

serviço do indexador, professores e gerentes de sistemas da informação, tenham consciência de que o processo de leitura influi no desempenho do resultado de indexação.” (FUJITA, 2004).

A perspectiva interacionista da leitura prevê três grandes variáveis que, dependendo de suas combinações, podem favorecer ou prejudicar o processo de leitura no âmbito profissional: texto, leitor e contexto. Não obstante, é possível que essas variáveis sejam reexaminadas sob um ponto de vista semiótico, no que diz respeito tanto ao estudo do processo de leitura e organização mental das representações dos objetos-assuntos, quanto às possibilidades teóricas que poderiam ser acentuadas na formação profissional do indexador. A contribuição da Semiótica para as pesquisas sobre leitura profissional surgirá como consequência a ser explorada a partir do estudo geral das relações interdisciplinares entre, de um lado, a organização da informação e do conhecimento, de outro, a Filosofia e Semiótica de Peirce, por isso, não se configura como o foco desta pesquisa.

A obra de Peirce é abrangente e talvez possa explicar fenômenos da organização da informação e do conhecimento. Em suma, as perguntas tópicas aludidas anteriormente resumem o problema da pesquisa e expõem uma lacuna real encontrada nos estudos direcionados aos processos que intermedeiam o acesso à informação.

1.3 Construção das Hipóteses

As evidências de que a Semiótica poderia ser um fórum explicativo para a organização da informação e do conhecimento foram inicialmente identificadas na análise do conceito de interpretação. Mai (2001) tratou de examinar o processo de indexação de assunto, tomando como base a Semiótica peirceana. O argumento central de Mai (2001) consiste em considerar que os processos envolvidos na indexação de assunto estão permeados de interpretações, isto é, a ação de estar no lugar de um outro, para produzir signos que dão origem a signos mais complexos.

Inferiu-se analogicamente, a partir de estudo sobre um processo de organização da informação, que o pensamento peirceano, subentendidos nele a Semiótica e as suas concepções filosóficas, poderia ser útil à explicação de

questões centrais da organização da informação e do conhecimento. É, sobretudo, neste eixo que a Linguística e a Semiologia se conectam efetivamente à Ciência da Informação, interação que ocorre em proporção bem superior em relação a outros núcleos de estudo.

Sem descuidar-se da mediação da informação ao público, processo complexo e indispensável à promoção qualitativa do acesso a conteúdos informativos, há processos que influem diretamente na mediação e que estão mais aptos a abrigar as contribuições das Ciências da Linguagem. Isto ocorre com os processos de organização da informação e do conhecimento.

Sendo assim, propõem-se três hipóteses intimamente relacionadas e que correspondem aos problemas levantados. Em primeiro lugar, procura-se sustentar que a Filosofia e a Semiótica peirceanas, vastas em conceitos que dizem respeito à Filosofia da linguagem e à Epistemologia do conhecimento em geral, contribuem para a organização da informação e do conhecimento, acrescentando explicações plausíveis e consistentes sobre diversos fenômenos decorrentes das atividades implicadas nesta área.

Elas conduzem a uma teorização válida com respeito às preocupações existentes nas pesquisas em organização da informação e do conhecimento: a) em suas especulações epistemológicas sobre os fundamentos teóricos e suas noções essenciais; b) em suas diversas correntes de análise temática da informação: análise documental, indexação e catalogação de assunto; c) em muitos de seus processos; d) na construção de modelos de mundo, instrumentos e produtos que operacionalizam a organização do conhecimento: tesouros, tabelas de classificação, linguagens documentais, entre outras.

Em segundo lugar, presume-se que os estudos a respeito da interação da Semiótica com a organização da informação e do conhecimento não proporcionaram uma visão consistente e integral das relações entre as áreas, principalmente porque dispensaram a referência a temas fundamentais da obra de Peirce, que tanto contribuem para inferir sobre a convergência dos aspectos tratados em seu pensamento. Evitaram, com isso, um ponto de vista que integrasse as noções fenomenológicas, lógico-semióticas, cognitivas peirceanas e as respectivas conexões com a organização da informação e do conhecimento.

Apesar disso, acredita-se que as alusões ao pensamento peirceano na organização da informação e do conhecimento constituem, em terceiro lugar, uma

linha de investigação dos fenômenos do campo, apesar de se considerar as iniciativas difusas e às vezes incompatíveis. As intersecções mais contundentes com a Filosofia e Semiótica peirceanas estão concentradas na área de organização da informação e do conhecimento em um nível superior ao encontrado em outros núcleos da área (a exemplo da Recuperação da Informação). Pode-se pressupor que ocorram em virtude da aproximação com os problemas relacionados à linguagem.

Pensar em uma estratégia de inserção efetiva dos conceitos peirceanos na organização da informação e do conhecimento requer iniciativas pontuais, dentre as quais se deve ressaltar o papel de disciplinas acadêmicas que contribuem para a inclusão de tais teorias e conceitos. Supõe-se que os conceitos peirceanos são apresentados no ensino de organização da informação e do conhecimento de modo disperso, com pouca ou nenhuma conexão com os demais fundamentos teóricos propostos por seu iniciador, e, na maior parte das vezes, estão inseridos na discussão da contribuição da Linguística à Ciência da Informação. No entanto, os conceitos peirceanos requerem um espaço específico para que se possa aprofundar nos contextos que motivaram as indagações e, conseqüentemente, as soluções defendidas por Peirce. Apesar da relevância deste aspecto, ele não foi uma hipótese que guiou o desenvolvimento da pesquisa.

Ressalta-se que o pensamento filosófico peirceano, quando tomado em seus conceitos mais recorrentes, fornece diretamente uma rede teórica para integrar problemáticas da organização da informação e do conhecimento.

1.4 Objetivos

Para o planejamento, foram elaborados objetivos que expusessem as relações com o problema de pesquisa, constituindo-se em indicações tópicas das ações necessárias para a execução das diversas fases do estudo. A obediência aos objetivos permitiu a construção de subsídios concretos para confrontar-se com as hipóteses propostas.

1.4.1 Objetivo Geral

- Conhecer e avaliar as contribuições teóricas e aplicadas da Filosofia e Semiótica de Peirce para a área da organização da informação e do conhecimento.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a) Revisar a produção bibliográfica sobre os principais ramos das teorias dos signos, com ênfase na Filosofia e Semiótica peirceana;
- b) Examinar a literatura da organização da informação e do conhecimento que discute as contribuições interdisciplinares das teorias linguístico-semiológicas e da Filosofia e Semiótica peirceanas;
- c) Verificar as possibilidades de adequação de conceitos e teorias de matriz peirceana na organização da informação e do conhecimento;
- d) Sistematizar as principais relações interdisciplinares entre Semiótica peirceana e organização da informação e do conhecimento;
- e) Analisar as relações interdisciplinares entre a Filosofia e a Semiótica de base peirceana e a área de organização da informação e do conhecimento;
- f) Avaliar o conteúdo das contribuições teóricas e aplicadas da Filosofia e Semiótica de base peirceana para a área de organização da informação e do conhecimento, explicitando as condições para futuras propostas de estudo e integração.

1.5 Justificativa

A Semiótica de Peirce, longe de ser uma ciência que explicaria a totalidade dos fenômenos abarcados pela organização da informação e do conhecimento, oferece conceitos fundamentais à Filosofia da linguagem e à Lógica, os quais poderiam lançar novas luzes para a reflexão epistemológica e para a pesquisa científica neste campo.

Estudos que têm como foco a epistemologia fornecem aos integrantes de uma

dada comunidade científica possibilidades de verificar quais teorias ancoram os discursos de seus membros. Além disso, eles interpretam as consequências práticas da adoção de uma ou outra teoria para responder aos fenômenos estudados. Dentro desses estudos, encontram-se os que se dedicam a investigar as relações interdisciplinares entre as ciências, isto é, saber como as articulações teóricas e aplicadas permitem identificar avanços e retrocessos em um campo de pesquisa.

Hjørland (2000, p. 527) sustentou que a compreensão mais profunda da Ciência da Informação será alcançada com a análise dos pressupostos filosóficos a ela correlacionados. E, conforme constatou o autor, estudos epistemológicos no contexto da organização do conhecimento têm sido raros na Ciência da Informação (HJØRLAND, 2003, p. 107).

Sabe-se que a Ciência da Informação, no Brasil, apresenta espaços diminutos para se empreender investigações de natureza epistemológico-interdisciplinar². Um breve exame das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação da área demonstra o papel marginal dado a estes estudos. Mesmo assim, evidencia-se o contato que a Ciência da Informação vem estabelecendo com as demais ciências ao longo de sua história, em especial no decorrer de sua trajetória na pós-graduação, no Brasil, desde 1970.

As principais reflexões realizadas sobre o assunto ressaltam as relações interdisciplinares como fundamentais para a estruturação da Ciência da Informação. Pode-se dizer que, desde Borko (1968) até os dias atuais (2009), esta discussão é feita de uma forma muito parecida, isto é, indicam-se as disciplinas genericamente envolvidas com os fenômenos da informação, seus processos e produtos, depois se conclui que a interdisciplinaridade é algo inato e indispensável ao escopo da Ciência da Informação. Destacam-se como exceção os estudos da área de organização da informação e do conhecimento que se especializaram na reflexão sobre a influência da Linguística na área. É claro que uma análise mais detida seria necessária para dar legitimidade a esta afirmação.

Para diminuir a incidência desta forma de abordar a questão, devem-se realizar pesquisas profundas que revelem as imbricações da organização da informação e do conhecimento com as demais disciplinas, com o objetivo de reconhecer antigas relações e descobrir novas possibilidades de comunicação e integração. A análise

² O Grupo de Trabalho - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação, criado em 2000, junto ao Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação veio, justamente, tentar suprir esta lacuna na área.

das contribuições da Linguística e, em segundo lugar, da Semiologia, já foram empreendidas por grupos de estudiosos da organização da informação e do conhecimento (CUNHA, 1989; SMIT, 1989a). Contudo, verifica-se que não foi levado a cabo um esforço semelhante para compreender as contribuições específicas da Filosofia e da Semiótica de Peirce.

Como se poderá constatar nos capítulos seguintes, são poucas as aproximações que procuram trazer, efetivamente, o pensamento de Peirce a uma discussão mais profícua com a organização da informação e do conhecimento. Quando empresas desse tipo foram realizadas, partiu-se da perspectiva Linguística ou do campo da Comunicação, afastando-se da visão integral proporcionada por uma leitura próxima das posições filosóficas de Peirce.

Sob essa última perspectiva, esta pesquisa é uma oportunidade indispensável de rever os conceitos de Peirce em uma visão ampla que contemple concepções não valorizadas pela organização da informação e do conhecimento, como, por exemplo, o Pragmatismo que institui, entre outras coisas, uma forma de proceder ao raciocínio para se avaliar conceitos; é, em si mesmo, um método que guia o processo de construção de conceitos.

Dentre os escritos de Peirce, as contribuições do Pragmatismo podem servir de parâmetros às atividades de análise terminológica efetivadas na organização da informação e do conhecimento. Isto é apenas uma ilustração da viabilidade que esta concepção tem em facilitar um verdadeiro diálogo com o domínio em questão.

A investigação de possíveis relações interdisciplinares poderia ser realizada apenas recorrendo-se à análise das ideias deste estudioso. Esse exame, focado nos principais argumentos de Peirce, provenientes do Pragmatismo, da Lógica ou Semiótica, da Fenomenologia, e não a simples ilustração de seus principais conceitos semióticos, não foi realizado por completo.

Esse fato coloca a organização da informação e do conhecimento em desvantagem diante de campos de pesquisa que adotaram a teoria dos signos de Peirce, bem como os conceitos oriundos de seu pensamento, como fundamentais para o diálogo e a permanente discussão. Entre essas áreas, podem-se citar: a Comunicação, a Linguística, as Ciências Cognitivas, a Filosofia da Mente, a Computação, e tantas outras.

Tendo em vista o impacto das ideias de Peirce sobre as diversas disciplinas, a Semiótica também tem muito a contribuir para os estudos cognitivos da informação.

Verifica-se em alguns trabalhos que o conceito de *semiose*, a ação dos signos rumo à continuidade da interpretação, está sendo introduzido nas explicações da auto-organização do conhecimento em determinados sistemas, como a mente humana (BRIER, 2001; SILVEIRA, 2000). Conceitos da Filosofia peirceana estão sendo empregados para estudar os comportamentos mentais e investigar o comportamento de outros sistemas. O conceito de hábito e de aprendizagem (FARIAS, 1999) é amplamente consultado para descrever o processo de aquisição de conhecimento.

Tais interpretações podem contribuir aos estudos dos processos de análise documental levados a cabo pelo profissional da informação. De que modo o analista chega a eleger os assuntos de um documento? Ou ainda, quais os determinantes para a aquisição de hábitos interpretativos que apoiam decisões do analista para a eficiência da indexação? Essas são perguntas às quais se supõe assolar com frequência os pesquisadores em organização da informação e do conhecimento. Além disso, a reflexão sobre o que é o hábito mental de um profissional que organiza e utiliza o sistema de informação leva ao esclarecimento de questões práticas sobre a ação do conhecimento em um dado contexto.

Esses esforços vêm se somar às contribuições interacionistas e cognitivistas dos estudos aplicados sobre a leitura profissional. Tais abordagens não discutem a natureza do signo, as condições de seu aparecimento e funcionamento; procuram definir as variáveis tangíveis que determinam as consequências e/ou resultados do processo cognitivo. É, de fato, algo que se aproxima dos problemas a serem investigados, mas que conta com teorias bem diferentes. A leitura aplicada à análise de documentos deveria ser vista como um ato de interpretação, como condição indispensável da existência dos signos, do modo como defende Mai (2001). As variáveis do processo de leitura profissional elencadas por Fujita (2004), por exemplo, são essenciais à compreensão das influências subsumidas à indexação. Contudo, esses ganhariam um reforço explicativo, caso integrassem as reflexões da natureza sógnica do fenômeno da leitura.

Áreas mais aplicadas, como a análise documental de imagens, encontram na Semiótica, sob a perspectiva comunicacional, um campo há muito explorado, com resultados consolidados. A qualidade icônica das imagens e dos diagramas foi analisada acentuadamente por Peirce, e as imagens encontram maior possibilidade de análise nas classes de signos elaboradas pelo autor do que em qualquer outra linha teórica dos signos. A grande parte dessas classes não é objeto da teoria

semiológica. Pesquisas semióticas nesse âmbito já contam, no Brasil, com centros de pesquisa de excelência³.

A perspectiva filosófica da obra de Peirce parece ser mais abrangente que a interpretação comunicacional e a linguística. A leitura filosófica se caracteriza, sobretudo, por investigar cuidadosamente as diversas nuances do pensamento peirceano, vislumbrando uma interpretação integrada de seu pensamento, sem recortes circunstanciais que descontextualizam o projeto filosófico do pensador; bem ao contrário do que objetivam as apresentações sucintas dos conceitos semióticos.

Deve-se destacar ainda que os estudos de Peirce foram iniciados pelo autor deste trabalho há alguns anos, precisamente no curso de graduação em Biblioteconomia, em que se procurou levantar a pertinência da Semiótica para a Ciência da Informação no trabalho de conclusão de curso⁴. Esse estudo preliminar motivou o presente autor a se aprofundar nos temas da Filosofia de Peirce, verificando nesta uma fonte indispensável de reflexão, mesmo para uma ciência social aplicada, como é o caso da Ciência da Informação.

Finalmente, segundo o que foi aventado anteriormente, é preciso estreitar o laço entre o pensamento de Peirce e a organização da informação e do conhecimento, tendo em vista uma futura produção de resultados fecundos e, quiçá, mais duradouros. Presume-se que esses permitirão a abertura de novas frentes de investigação na organização da informação e do conhecimento.

1.6 Percorso Metodológico

A pesquisa foi classificada como um estudo teórico (ECO, 1993, p. 11) que visa explicar as condições de relacionamento da organização da informação e do conhecimento com a Filosofia e Semiótica. Trata-se, então, de uma pesquisa de

³ É o caso do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sobre a Filosofia peirceana, encontram-se também no país vários estudiosos, entre os quais constam pesquisadores do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, São Paulo, e do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

⁴ Desde 2003 atenta-se para a repercussão da obra de Peirce no campo da Ciência da Informação, examinando os seguintes temas: as categorias fenomenológicas de Peirce, para elucidar os níveis de interatividade de *sites* na Internet (ALMEIDA, 2003); a classificação das ciências de Peirce, para submeter a Ciência da Informação ao quadro taxionômico do autor (ALMEIDA, 2005a); a influência da Semiótica peirceana entre os fundamentos de uma técnica de análise de discurso (ALMEIDA, 2005b); a Semiótica aplicada de matriz peirceana direcionada à análise dos atributos sógnicos de embalagens (SILVA; ALMEIDA, 2006). Finalmente, os resultados parciais desta pesquisa foram divulgados nos dois últimos Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), ressaltando-se a relevância do tema para o campo da Ciência da Informação (ALMEIDA; GUIMARÃES, 2007; ALMEIDA; GUIMARÃES, 2008).

âmbito epistemológico, pois pretendeu investigar o conhecimento produzido por uma ciência que revela seu grau de interação com outro campo.

Sob outro ângulo, segundo o delineamento adotado, a pesquisa foi classificada de modo bem diverso. Pode-se pensá-la também como um estudo do tipo bibliográfico. Para consecução dos objetivos elencados foi necessário recorrer ao tipo conhecido como pesquisa bibliográfica, na medida em que se buscou esclarecer problemas examinando a literatura existente sobre o assunto, identificando e consultando teses, dissertações, livros e artigos relevantes ao tema. Uma pesquisa bibliográfica levanta toda a literatura pertinente ao assunto, organizando e sistematizando o material para elaborar em profundidade uma discussão. Deve ainda especificar os conceitos fundamentais que ancoram os argumentos dos teóricos e as teorias básicas das diversas áreas relacionadas aos problemas da pesquisa.

Em vários manuais de metodologia científica, a pesquisa bibliográfica é considerada etapa preliminar de toda investigação. Antes de se iniciar a elaboração de instrumentos e proceder à coleta de dados, deve-se revisar a literatura relacionada ao assunto para aperfeiçoar as hipóteses e delimitar os problemas (MARCONI; LAKATOS, 1982, p. 56; BASTOS, 1999, p. 68). Porém, não é a aceção de pesquisa bibliográfica que melhor se aproximou dos objetivos desta pesquisa.

Sustenta-se que a pesquisa bibliografia é um procedimento adequado para se confrontar hipóteses, consistindo, então, em um tipo de pesquisa legítimo. Desse modo, tornaram-se mais apropriadas as concepções de pesquisa bibliográfica defendidas por Gil (1999, p. 65), que afirma que um estudo pode ser executado exclusivamente por via bibliográfica, e por Dieterich (1999, p. 178), o qual enfatiza que uma hipótese pode ser verificada mediante a documentação, consulta a conceitos, a definições e demais conhecimentos. A qualidade da pesquisa bibliográfica de, por si mesma, constituir um estudo que objetiva verificar, refutar ou retificar uma hipótese foi a aceção aceita nesta pesquisa.

Essa variedade de enquadramentos (teórica e bibliográfica) revela as muitas dificuldades face à tentativa de delimitar de modo preciso a característica essencial de uma pesquisa. Isso ocorre, principalmente, quando esta corresponde, ao mesmo tempo, ao material (conceitos) e aos objetivos da pesquisa.

As técnicas aplicadas a pesquisas bibliografias presumem as etapas de: identificação das fontes; localização e obtenção do material; leitura do material;

compilação e fichamento com crítica sobre a documentação e bibliografia; construção lógica do trabalho e redação do texto (MARCONI; LAKATOS, 1982, p. 58-60,; GIL, 1999, p. 82-88). Podem-se conceber esses passos como uma técnica empreendida para coletar os dados desta natureza. O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa bibliográfica consiste de fichas e apontamentos, com o objetivo de registrar as ideias e as críticas da literatura. Com a técnica e o instrumento de coleta de dados selecionados para pesquisa bibliográfica pretendeu-se atingir os objetivos específicos.

Os estudos analisados para a elaboração do projeto de tese (BRIER, 2001; CAPURRO, 2003; GOMES, 2000; GONZALEZ DE GOMEZ, 1993; LARA, 1993; MAI, 2001; MOURA; SILVA; AMORIM, 2002; PINTO, 1996) sugeriram que os temas: *estudos da linguagem, epistemologia e organização da informação e do conhecimento*, estabelecem um diálogo com a Filosofia e a Semiótica peirceana com maior frequência. Desse modo, supos-se que nestes temas pudessem se encontrar com maior probabilidade as relações entre as áreas.

Nesse sentido, consideraram-se como universo da pesquisa bibliográfica todos os materiais cujos assuntos se correlacionam aos temas da pesquisa, divididos em três grandes grupos: os artigos de periódicos, os anais de eventos, os livros e as teses/dissertações. Para selecionar os artigos de periódicos, algumas estratégias tiveram que ser adotadas. Primeiramente, foram selecionados os principais periódicos da Ciência da Informação, no âmbito nacional e internacional, e de Filosofia e Semiótica⁵. A pertinência dos periódicos justifica-se pela importância acadêmico-científica que possuem em cada uma das comunidades envolvidas, pesquisadores em Ciência da Informação e em Filosofia Peirceana.

Em um segundo momento, consultaram-se os sumários de todos os volumes e números dos periódicos obtidos e, em seguida, os resumos dos artigos de maior interesse. Com essa atividade pretendeu-se identificar os materiais relevantes para o estudo e adquiri-los. Além disso, deve-se ressaltar que a localização de muitos

⁵ Alguns periódicos nacionais em Ciência da Informação consultados foram: Transinformação, Ciência da Informação, Encontros Bibli, DataGramaZero, Informação e Sociedade, Revista de Biblioteconomia de Brasília, Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Perspectivas em Ciência da Informação, Informação & Informação, Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Periódicos internacionais em Ciência da Informação consultados: Journal of documentation, Information Processing and Management, Knowledge Organization, Scire: Organización y Representación del Conocimiento, Anales de Documentación, Bulletin of the American Society for Information Science and Technology, Journal of the American Society for Information Science, Library Trends, Information Research: an international electronic journal. Periódicos nacionais em Filosofia e Semiótica consultados: Cognitio: Revista de Filosofia, Trans/ Form/ Ação, Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia. Periódicos em Filosofia e Semiótica internacionais examinados: Applied Semiotics / Sémiotique appliquée, S.E.E.D. Journal (Semiotics, Evolution, Energy, and Development), Semiotica, Impact: an electronic journal on formalisation in text, media and language.

artigos somente foi possível pela consulta às bases de dados disponíveis no Banco de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Com os anais de eventos, adotaram-se as mesmas estratégias que o levantamento dos artigos de periódicos. Essa singular fonte recolhe trabalhos em sua maioria originais e que nem sempre são publicados posteriormente na forma de artigos. No Brasil, os anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) são indispensáveis para identificar a produção bibliográfica do campo. Com a mesma representatividade no âmbito internacional, podem-se indicar os anais de eventos realizados pela International Society for Knowledge Organizational (ISKO) e os da International Conference on Conceptions of Library and Information Sciences (CoLIS). Obviamente, outros anais de eventos que agrupam trabalhos de pesquisa de interesse foram consultados.

Os livros referentes à Filosofia e Semiótica peirceana, Semiologia e Linguística, Organização da Informação e do Conhecimento foram, na maior parte das vezes, localizados e obtidos via o serviço de empréstimo entre bibliotecas disponível pela Biblioteca do Campus da UNESP, em Marília, SP. A principal contribuição deste serviço consistiu na disponibilização dos principais escritos de Peirce, reunidos nos volumes: *Collected Papers of Charles S. Peirce*, *Writings of Charles S. Peirce* e *Semiotics and Significs: correspondences between Lady Welby and Charles S. Peirce*. Contudo, parte não desprezível do conjunto de materiais relevantes para a pesquisa teve que ser localizada e adquirida via catálogos de grandes livrarias nacionais e internacionais.

As teses e as dissertações foram identificadas pelo Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela base de dados disponíveis no Portal de Periódicos Capes, resultando na seleção e obtenção de trabalhos de pesquisas fundamentais à investigação. Ressalta-se que esta pesquisa não procurou estabelecer uma indicação quantitativa dos autores e temas mais pesquisados e onde se encontram publicados.

A técnica ou o procedimento para a análise dos dados de natureza bibliográfica já foi previamente apresentado na forma de fases para a organização e exame do material. Mas resta destacar as linhas orientadoras. Para tanto, conduziu a interpretação dos argumentos uma abordagem chamada de crítica ou fundada na *epistemologia crítica*, como linha de reflexão epistemológica que leva em conta

diversos fatores que influenciam no exame de uma ciência (JAPIASSÚ, 1977). Com isso, procuram-se tratar relações, distinções e aplicações dos argumentos obtidos (sejam a partir de artigos, livros, teses, etc.), no sentido de esclarecer as condições das interações disciplinares entre organização da informação e do conhecimento e Filosofia e Semiótica peirceanas.

A epistemologia crítica, em seus mais diversos autores (JAPIASSÚ, 1977; SANTOS, 2000, 2003; BOURDIEU, 1983, 2004), sustenta que uma ciência deve ser vista em suas relações com a sociedade, o impacto de seus conhecimentos e produtos, os sujeitos envolvidos e, obviamente, sua história. Pode-se empregar para a análise, segundo esta abordagem crítica, diversos conceitos e teorias sociológicos, históricos e filosóficos que objetivam esclarecer o significado de uma ciência e, no caso específico desta pesquisa, das relações interdisciplinares que estabelece.

No que tange aos resultados, apresenta-os respeitando a natureza dos dados. O levantamento bibliográfico teve como objetivo discutir as principais ideias expostas na literatura sobre o assunto e, dessa maneira, a sistematização se procedeu nos capítulos. Finalmente, as conclusões buscam sintetizar as análises anteriores e apontar áreas de interface. A seguir, apresenta-se um resumo das opções e dos procedimentos metodológicos adotadas:

Delineamento Geral da Pesquisa	Opções Metodológicas
Enquadramentos da Pesquisa	Pesquisa Teórica Pesquisa Bibliográfica
Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados	Etapas e Fichas
Universo e Amostra	Artigos, Anais, Livros e Teses/Dissertações
Técnica de Análise de Dados	Etapas da Pesquisa Bibliográfica
Linha Interpretativa	Epistemologia Crítica
Apresentação dos Resultados	Capítulos Conclusões

Quadro 1: Resumo das Opções Metodológicas

Após a descrição sucinta das decisões metodológicas, convém mencionar algumas palavras sobre a estrutura do trabalho. No capítulo seguinte, expor-se-á uma leitura das influências da Linguística e da Semiologia na organização da informação e do conhecimento, objetivando apenas reconstituir o contexto do problema da pesquisa, o qual se refere ao reconhecimento de que as contribuições provenientes das Ciências da Linguagem, representam a principal porta de acesso às discussões de conceitos semióticos. Na esteira deste último, o capítulo 3

pretende apresentar um panorama da Filosofia e da Semiótica de Peirce, procurando adentrar em aspectos do pensamento peirceano pouco usuais na organização da informação e do conhecimento. O capítulo 4, por seu turno, busca tratar da presença da Filosofia e Semiótica de Peirce na organização da informação e do conhecimento, segundo a seleção realizada. Ao final do capítulo, oferece-se um quadro dos pontos de Interdisciplinaridade entre Filosofia e Semiótica de Peirce e organização da informação e do conhecimento. Abordagens não totalmente discutidas no capítulo 4 foram inseridas no capítulo 5, o mesmo também procura esboçar algumas contribuições teóricas, no sentido de possibilitar uma leitura integrativa da Filosofia e Semiótica de Peirce na área. A intenção é facilitar estratégias futuras de apropriação conceitual na organização da informação e do conhecimento. Finalmente, as considerações finais buscam cotejar problema, objetivos e hipóteses, além de discutir a pertinência do Pragmatismo de Peirce para além das fronteiras da organização da informação e do conhecimento.

2 ELEMENTOS DE LINGÜÍSTICA E SEMIOLOGIA NA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

“[...] a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma.” (SAUSSURE, 1970, p. 271)

“En materia de lingüística, la palabra-clave estructura proporcionaría una ilustración: en efecto, es la palabra que encabeza la lingüística actual.” (HJELMSLEV, 1972, p. 146)

“O objetivo da pesquisa semiológica é reconstituir o funcionamento dos sistemas de significação da língua, segundo o próprio projeto de qualquer atividade estruturalista, que é construir um simulacro dos objetos observados.” (BARTHES, 1971, p. 103)

“O reconhecimento da limitação do universo semântico implica, por sua vez, a rejeição dos conceitos lingüísticos que definem a significação como a relação entre signos e coisas, e notadamente a recusa em aceitar a dimensão suplementar do referente [...]” (GREIMAS, 1973, p. 21)

Na medida em que se procura entender as questões envolvidas nos processos de comunicação de ideias entre indivíduos, depara-se com algumas barreiras de ordem lingüística. Os cientistas da informação veem-se obrigados a reconhecer a necessidade de conhecimentos oriundos dos estudos da linguagem. Desde Saussure (1970, p. 92), para não recuar tanto, define-se linguagem como a língua (*langue*) somada à ação de produção da fala ou do discurso (*parole*). Os sistemas de recuperação da informação dependem de processos que envolvam o trabalho com a linguagem. Não haveria possibilidade de recuperação da informação caso não existisse uma linguagem como mecanismo de mediação, artificial ou natural.

A Lingüística é a ciência que estuda a língua, ao passo que as Ciências da Linguagem englobam os estudos dos fatos anteriores da língua, a Fonética, e investigações referentes à língua enquanto uma entidade coletiva, caso apenas da Lingüística (CRYSTAL, 2000, p. 161). Prefere-se designar por Lingüística o estudo da língua, de onde podem prover as maiores influências na Ciência da Informação no campo das Ciências da Linguagem.

Teóricos da Ciência da Informação aludem, há décadas, para a necessidade da interface com a Lingüística (BORKO, 1968, MONTGOMERY, 1972, PINTO MOLINA, 1993). Entretanto, quais vertentes da Lingüística conteriam as principais influentes na organização da informação e do conhecimento? E, sobretudo, onde se encontram os resultados decorrentes dessa interação? A tarefa de responder a essas perguntas guia a construção deste capítulo. Dentre os possíveis eixos de

interação, dar-se-á preferência à área que reconhecidamente executa operações sobre a linguagem humana no sentido de permitir o acesso ao conhecimento, isto é, à organização da informação e do conhecimento.

A Semiologia, ciência que estuda os diversos sistemas de signos, também contribui para a teorização das questões que estavam fora do alcance do estudo exclusivo da língua. Quando signos diferentes da língua são relacionados, é coerente dispor de teorias complementares. O trabalho de análise de imagens para fins documentais depende, amiúde, dos conhecimentos que o profissional responsável possui sobre o tipo de linguagem em questão.

Nesse sentido, a pergunta que também conduz a exposição é: Que contribuições das Semiologias não peirceanas se podem identificar na organização da informação e do conhecimento? Consideram-se Semiologias não peirceanas as teorias dos signos derivadas, principalmente, da Linguística e de linhas que adaptam à ciência da língua conceitos peirceanos, ambas desenvolvidas no decorrer do século XX.

Supõe-se que Linguística e Semiologia são incontestavelmente as disciplinas que reúnem conceitos, teorias e métodos que oferecem contribuições direcionadas à organização da informação e do conhecimento. Conhecer a influência da Filosofia e da Semiótica de Peirce nessa área presume dialogar com os campos envolvidos com o estudo da linguagem na organização da informação e do conhecimento. É a partir de uma leitura da influência da Linguística e da Semiologia na área que se poderá compreender o contexto de inserção da teoria peirceana. Ademais, pressupõe-se que os conceitos peirceanos encontrados na organização da informação e do conhecimento puderam ser adaptados e traduzidos com o auxílio das teorias linguística e semiológica. Essas razões levam a considerar indispensável um exame resumido da Linguística e da Semiologia.

Em que pese a dificuldade de traçar um limite específico para a apresentação coerente da Linguística e da Semiologia, tem-se como pano de fundo que a adoção de noções e conceitos destas ciências realmente tiveram um impacto maior na organização da informação e do conhecimento. Ressalta-se que o cerceamento proposto tem como objetivo expor da melhor forma possível o assunto. De modo algum, esse procedimento conseguiu circunscrever por completo a Linguística e a Semiologia.

Em linhas gerais, procurou-se observar a literatura da organização da

informação e do conhecimento, para então estimar a influência qualitativa das teorias linguísticas e semiológicas. Mas, antes de iniciar a síntese dos conceitos chave para compreender os pontos de interação entre organização da informação e do conhecimento, de um lado, e Linguística e Semiologia, de outro, foi preciso rever as ideias dos teóricos da Linguística e sua articulação para o surgimento da Semiologia.

Para escolher as escolas da Linguística e da Semiologia mais influentes no contexto contemporâneo recorreu-se ao que a literatura especializada compreende como as de maior relevância, isto é, adotou-se um procedimento dedutivo. Lopes (1995), Ducrot e Todorov (1988) contribuíram na escolha das principais correntes no âmbito da Linguística. Coelho Netto (1999), Eco (2000), Santaella e Noth (1999), principalmente Noth (2005b), respaldaram a seleção dos principais teóricos da Semiologia, desde os que se fundamentaram na noção de estrutura até os não estruturalistas. A partir dessas escolhas iniciais seguiu-se a análise.

No âmbito da organização da informação e do conhecimento, foi necessário proceder indutivamente, saindo das citações colhidas em trabalhos da área que reconheceram a importância de uma teoria linguística para examinar a origem linguística de tais pressupostos.

Desse modo, se pôde alcançar as discussões mais pertinentes sobre a interação entre a Linguística e Semiologia e a organização da informação e do conhecimento.

2.1 Da Linguística

A ciência da língua contempla diversas frentes de investigação. Para Saussure (1970), por exemplo, a Linguística teria os seguintes ramos de estudo: a Fonologia, ou ciência que estuda a fisiologia dos sons, enquanto a Fonética se dedica ao estudo da evolução dos sons; a Linguística Sincrônica, estudo da língua enquanto um sistema, tal como a Gramática; a Linguística Diacrônica, que pesquisa a evolução da língua, em especial, os estudos etimológicos e das mudanças fonéticas; e a Linguística Geográfica, que trata da diversidade das línguas.

Por outro lado, segundo a análise de Lopes (1995, p. 97), tem-se a seguinte

divisão da Linguística: Fonética, que investiga sons da voz humana ou o estudo da substância do plano de expressão; e a Fonologia, que trata dos fonemas, sua distribuição e função, ou estudo da forma do plano da expressão. Além desses ramos, podem-se citar: a Morfologia, estudo da construção das palavras e de suas partes; a Gramática e a Semântica, ciência das significações das línguas naturais (LOPES, 1995, p. 232).

Além das Linguísticas diacrônica e sincrônica, Crystal (2000, p. 161) relaciona: a Linguística geral ou teórica, que busca estabelecer princípios gerais; a Linguística descritiva; a Linguística contrastiva; a Linguística comparativa; a Linguística estrutural e a Linguística taxionômica. Essas divisões também tratam da abordagem das escolas linguísticas. Dentre as ramificações puras ou aplicadas estão: Linguística antropológica, Biolinguística, Linguística clínica, Linguística computacional, Linguística educacional, Etnolinguística, Linguística matemática, Neurolinguística, Linguística filosófica, Psicolinguística, Sociolinguística e Linguística estatística (CRYSTAL, 2000, p. 161). A Linguística Aplicada supõe que métodos ou princípios teóricos sejam utilizados nos estudos de problemas de outras áreas de experiência, como ao ensino de línguas estrangeiras, tal como exemplifica Crystal (2000, p. 161-162).

Tendo como base que a Linguística estuda a língua, é imprescindível considerar o sentido dado pela Linguística moderna a este conceito, dentre outros fundamentais para o estudo da linguagem.

O surgimento da Linguística moderna e do projeto de Semiologia dependeu dos trabalhos do linguista suíço, Ferdinand de Saussure (1857-1913). A ideia de projeto serve exatamente para demonstrar que a Semiologia surgiu na forma de uma intenção humana que um dia veio a se efetivar em uma realização prática, isto é, se tornar uma ciência geral dos signos humanos. É preciso salientar ainda que Saussure não redigiu o texto do *Curso de Lingüística Geral*, livro elaborado a partir de apontamentos de alunos sobre suas aulas ministradas em Genebra, Suíça, entre 1907 e 1911. A primeira edição da obra data de 1916 e as anotações para sua composição foram fornecidas por L. Caille, L. Gautier, Paul Regard, A. Schehaye, George Dégallier, Francis Joseph e A. Riedlinger (SALUM, 1970, p. xvii). Além disso, deve-se ressaltar que Saussure desenvolveu sua teoria da linguagem a partir da Linguística, não pretendendo uma leitura filosófica da questão.

A teoria do linguista cobre a maior parte da Linguística como se conhece hoje,

definindo como objeto de estudo a língua, uma instituição social indiferente à ação do sujeito, considerado isoladamente. Em outras palavras, um indivíduo não responde pela modificação da língua, pois esta depende de uma norma coletiva que aceita as alterações. “O objeto concreto de nosso estudo é, pois, o produto social depositado no cérebro de cada um, isto é, a língua.” (SAUSSURE, 1970, p. 28).

Sob essa perspectiva, o linguista permite interpretações que procuram aproximá-lo do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). Lemert (1999, p. 148) ressalta que os escritos de Saussure mostram sinais da influência direta de Émile Durkheim, bem como de Karl Marx (1818-1883). Isto fica patente quando o linguista suíço assevera sobre a supremacia da língua - instituição social e objetiva - em relação aos atos de execução da fala, não tão relevantes do ponto de vista de um objeto da Linguística.

Entretanto, Barthes (1971, p. 26) não corrobora com tal assertiva, pois para ele esta hipótese já foi ultrapassada. É relevante neste exercício indagar a respeito dos fundamentos conceituais que estruturaram o pensamento da Linguística no século XX.

Quando se observa a definição de representações coletivas e a associamos a noção de língua, a influência de Durkheim se mostra evidente. As representações coletivas significam, no pensamento de Durkheim (1994, p. 40), realidades e fenômenos exteriores ao indivíduo. Elas firmam-se sobre as consciências individuais e sustentam as ações dos indivíduos por elas afetados. A representação coletiva não é de origem individual, não depende exclusivamente de produção psicológica. Sua natureza é distinta das consciências individuais, é superior às representações individuais, em virtude da supremacia do coletivo em relação ao particular.

Se é permitido dizer, de certo modo, que as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, é porque elas não provêm dos indivíduos tomados isoladamente, mas em seu conjunto; e isto, na verdade, é bem diferente. Na elaboração do resultado comum cada um contribui com sua parte; mas isso não quer dizer, por exemplo, que os sentimentos privados dos indivíduos adquiram categoria social, enquanto não combinem sua ação com as forças *sui generis* que a associação desenvolve. (DURKHEIM, 1994, p. 43).

Como é possível notar, a consciência e as categorias mentais do indivíduo não se sobrepõem à consciência coletiva. As representações coletivas são gerais, isto é, não pertencem e não dependem da produção de um indivíduo isolado. Têm como base ou objeto de representação os fenômenos sociais; em outros termos,

exteriores, independentes e coercitivos. Os indivíduos possuem representações desses fenômenos sociais e os constituem em um fato social (DURKHEIM, 2002).

Supõe-se que a cisão agravada por Durkheim entre indivíduo e coletivo reaparece nos conceitos da linguística saussuriana. Há uma grande similaridade, principalmente entre coletivo e língua. Além disso, Saussure registra, assim como Durkheim, o papel do indivíduo na constituição dessa instituição que é, pois, diferente dele por transcendê-lo.

Presume-se que, tal como Durkheim, Saussure tinha como noção de ciência – o que não poderia ser diferente dada a época de seus cursos – a ciência positivista e que a delimitação de um objeto de estudo deveria passar pelo crivo do método positivo, isto é, considerar a objetividade do conhecimento adquirido na experiência como uma condição essencial e válida para se compor uma ciência. Comte (1991) considerou qualquer ciência como integrante do mesmo sistema das ciências positivas, defendendo que o método utilizado para cada uma delas é único: o método positivo. Nas palavras de Saussure (1970, p. 23): “A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para seu estudo.”

De acordo com Saussure (1970, p. 13-14), a Linguística firma relações com outras ciências, dentre elas a Etnografia, a Pré-história, a Sociologia, a Psicologia social, a Fisiologia e a Filologia. Ela não se confunde com nenhuma dessas, apesar de trabalhar sob pontos de vista semelhantes. Analise-se, por exemplo, a questão do estudo da língua enquanto uma instituição social, tanto pode ser analisada pela perspectiva sociológica quanto linguística.

Portanto, à ciência da língua interessam “[...] todas as manifestações da linguagem humana, quer se tratem de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a ‘bela linguagem’, mas todas as formas de expressão.” (SAUSSURE, 1970, p. 13). Saussure pensou na elevação teórica dos conhecimentos linguísticos com o objetivo de tornar a Linguística autônoma perante outros conhecimentos presentes à época, e, em face das diversas correntes de estudo da linguagem, preocupação essa que também estava presente no trabalho de linguistas posteriores.

A teoria linguística de Saussure, cujo teor contribuiu para fundar a Semiologia, é dotada de uma lógica diádica, ou seja, é composta de dicotomias, o que parece

ser um elemento essencial para compreensão de seu pensamento. Entre as díadas, podem-se citar: sincronia e diacronia, língua e fala, imagem acústica (significante) e conceito (significado), relações sintagmáticas e associativas.

A sincronia seria o ponto de vista de análise da linguagem que enfatiza o estado da língua ou sistema de signos como um conjunto estático considerado em uma época. Estuda a rede de relações dos elementos que compõem esse sistema de signo, sem considerar sua história ou o fator tempo. Nesse sentido, as ocorrências dos elementos predominam, isto é, o eixo da simultaneidade. Privilegia o aspecto simultâneo, pois, os elementos que compõem a língua são examinados em conjunto, segundo as correlações.

Esse ponto de vista comporta-se, na prática, como uma estratégia ou um método de descrever a linguagem e que se aproxima da análise daquilo que denominou de sistema. “A *Linguística sincrônica* se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva.” (SAUSSURE, 1970, p. 116).

Se o conceito de representações coletivas sugere uma relação entre Durkheim e Saussure, Dinneen (1970, p. 265 apud LOPES, 1995, p. 74) vai mais longe e lembra que, para a adoção do ponto de vista sincrônico, Saussure foi influenciado pelo livro de Durkheim, “As regras do método sociológico”.

O aspecto diacrônico, pelo contrário, reconhece na história dos sistemas sógnicos um objeto de análise. A evolução dos estados de um sistema é o aspecto relevante. A Linguística diacrônica ou evolutiva interessa-se pelo processo de sucessão temporal dos componentes do sistema, por isso, chama-se eixo das sucessões. Para Saussure (1970, p. 116), “A *Linguística diacrônica* estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si.”

Diacronia e sincronia são diferentes modos de proceder à descrição linguística. Os estudos históricos, isto é, os que tratam da evolução das línguas, obedecem ao ponto de vista diacrônico. “É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução.” (SAUSSURE, 1970, p. 96).

Uma terceira opção para compreender a análise dos fenômenos da linguagem

é relacionada por Saussure como uma possível estratégia de integração dos dois eixos, da simultaneidade e da sucessão. É o construto teórico concebido por pancronismo. A questão é a seguinte: em que medida se poderá estudar a língua de um ponto de vista pancrônico? (SAUSSURE, 1970, p. 111). Uma das únicas opções gerais ao pancronismo é a existência de leis gerais que tratam dos fenômenos linguísticos. “Assim, visto que se produziram e produzirão sempre transformações fonéticas, pode-se considerar esse fenômeno em geral como um dos aspectos constantes da linguagem; é, pois, uma de suas leis.” (SAUSSURE, 1970, p.112). Como esses objetos de análise se restringem aos fatos concretos, segundo Saussure (1970, p.112), já não se estará no âmbito da língua, isto é, impossibilita uma análise pancrônica, pois “O ponto de vista pancrônico não alcança jamais os fatos particulares da língua.”

Saussure percebe as deficiências da Linguística sincrônica e diacrônica, e o pancronismo surge como alternativa - pelo menos teórica – com a finalidade de abranger os diferentes esforços para compreender mais amplamente os fenômenos linguísticos, sejam históricos ou sistêmicos. Infelizmente, segundo sua perspectiva, é inviável alcançar essa macro-teoria, na medida em que se está sempre voltando aos casos particulares no estudo da linguagem, enfatizando as ações de execução do sistema (fala) e a sua dinâmica. O limite do pancronismo estaria na ênfase nos exemplos pontuais do fenômeno linguístico.

A língua representa a maior expressão de uma entidade que virtualmente contém relações internas entre seus os elementos. O conceito de língua, em Saussure, é fundamental para o entendimento das principais teses do pensador, por exemplo, a supremacia do aspecto coletivo face ao individual na linguagem, sendo o único e legítimo objeto da Linguística.

Uma estrutura formada pelas convenções sociais que constitui o sistema ou o esquema utilizado pelos falantes é a melhor definição de língua. Tal entidade é, por assim dizer, uma instituição social. O estudo da estrutura atual de uma língua se dá, como visto, pela abordagem sincrônica ou do sistema, ou o estudo das relações presentes e de sua dinâmica, as quais participam na formação da estrutura, tais como as funções que se relacionam mutuamente. Para Saussure (1970, p. 18), a língua é uma convenção estabelecida entre os homens; desta maneira, qualquer signo linguístico se constituirá igualmente uma convenção. A língua é o sistema virtual de signos e suas respectivas relações, referindo-se ao conjunto de

possibilidades imanentes de execução da linguagem.

A ênfase na língua em detrimento da fala parece legítima, quando, no contexto do movimento linguístico do século XX, se tenta justificar a autonomia da Linguística. Ressaltar sua independência, geralmente, acompanha a eliminação de campos de estudo que ela não pode abarcar com leis fundamentadas na experiência. Supõe-se que, com esse intuito legítimo, Saussure procurou retirar tudo o que foge do controle das leis gerais, isto é, os fatos particulares da linguagem. Como consequência, há duas partes no estudo da Linguística, “[...] uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física.” (SAUSSURE, 1970, p. 27).

Quando se tratou de sistema, deve-se entender o que usualmente é conhecido por estrutura. A título de resgate conceitual, sabe-se que Saussure não se referiu à palavra “estrutura” quando definiu língua, mas se valeu em muitas passagens do *Cours* da noção de sistema. É no interior do sistema que o significado dos signos torna-se concreto, fora dele não há possibilidade de ordenamento pela língua. Essa noção de sistema foi resgatada pelos semiólogos para entender os demais tipos de signos e como estes surgem em sistemas específicos e concorrentes. Para Saussure (1970, p. 31), “[...] a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria.”

Proporcionalmente à valorização do sistema, nota-se na teoria exposta no *Cours* a patente sugestão da inviabilidade da análise individual dos fenômenos da linguagem. “Cumprе sobretudo notar que o termo emprestado não é considerado mais como tal desde que seja estudado no seio do sistema; êle existe somente por sua relação e oposição com as palavras que lhe estão associadas, da mesma forma que qualquer outro signo autóctone.” (SAUSSURE, 1970, p. 31).

Nesses termos, encontram-se as manifestações mais contundentes da similaridade entre o ponto de vista durkheimiano e o saussuriano. A coletividade e a sua objetividade, em ambos os casos, são exaltadas. Assim, “[...] a execução das imagens acústicas, em nada afeta o sistema em si. Sob esse aspecto, pode-se comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada; os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade.” (SAUSSURE, 1970, p. 26).

A fala ou o discurso seria a execução do sistema, ou o aspecto individual da

linguagem. Fala representa a participação dos indivíduos na forma de um ato de linguagem, enquanto língua é um produto social que, de acordo com a conclusão de Saussure (1970, p. 271), é o único objeto da Linguística. Em tal afirmação, Saussure parece assumir uma posição que procura atribuir à fala uma relevância secundária para os estudos linguísticos. Mas é devida a fala que se percebe o sistema.

Sobre a fala ocorrem as atualizações da língua. As inovações do sistema surgem neste nível. É fato que, para Saussure, o papel individual da linguagem não poderia ser objeto legítimo da Linguística; também consta que somente por meio dos falantes ou executores do sistema haverá alterações e re-significação dos signos linguísticos. “A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações.” (SAUSSURE, 1970, p. 22). As combinações são realizadas tendo à disposição o sistema língua, em outras palavras, seus elementos passíveis de organização individual para o uso da linguagem.

No campo da fala se encontra a teórica liberdade em fazer as combinações. Diz-se teórica, pois na prática o falante depende do conjunto de elementos disponíveis em sua língua, a qual recorre a certas regras para que se efetive a comunicação com os demais falantes. Saussure (1970, p. 92) chega, assim, a uma definição bem simples, direta e coerente da linguagem: “[...] distinguimos primeiramente, no seio do fenômeno total que representa a linguagem, dois fatores: a língua e a fala. A língua é para nós a linguagem menos a fala. É o conjunto dos hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender.” Essa definição foi utilizada por linguistas e semiólogos posteriores, e ainda figura como atual em manuais de Linguística.

Esse modo de raciocinar e descrever a realidade linguística por dicotomias apresenta-se também na concepção de signo. Examinando o material recolhido junto ao *Cours*, nota-se que o signo linguístico deve, impreterivelmente, ser composto por duas faces, a saber: o significante e o significado. O significante é a impressão mental do signo e o significado é a ideia ou o conceito que fornece o sentido ao significante. Em Saussure (1970, p. 80),

O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato.

Verifica-se que o signo é puramente mental. O fenômeno ou a ação do signo em suas duas faces ocorre na mente humana. Não há menção na composição interna do signo de uma coisa que o determine ou que possa ser tomada como o referente ou algo derivado da realidade experiencial. Sob as expressões coisa, referente e realidade há uma série de intervenientes que muitas vezes não são esclarecidos, fato que fortalece a homogeneização deste conjunto. O referente é considerado um existente, pode-se supor real ou imaginário, mas parece não ter sido esta a ênfase de algumas linhas teóricas lingüísticas, que talvez por necessidade de delimitação de espaço científico e profissional se fixaram no fenômeno mental. Os demais fenômenos devem ser objeto de outras ciências, tais como a Física e a Química.

O objeto do significado é um componente levado pelo significante. O signo, para Saussure (1970, p. 81), é exatamente a união dessas duas faces – que numa terminologia anterior fora substituída –, da imagem acústica (significante) e do conceito (significado). O processo que liga ambas as faces é chamado de significação.

Concerne ao signo lingüístico, além do aspecto mental, a arbitrariedade. Por exemplo, um grupo fônico (m-a-r) não tem relação necessária alguma com a ideia que designa (o conceito ou as imagens mentais associadas ao mar para os indivíduos em geral). Nessa circunstância, o signo lingüístico é uma convenção que não tem razão apodíctica ou de co-existência com as ideias que veicula. Saussure (1970, p. 83) assim explica o conceito: “[...] queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” Essa imotivação não ocorre com o símbolo que, na discussão de Saussure, é motivado por uma necessidade ou exigência de semelhança com o objeto representado, portanto, é provocado pelo objeto.

A rediscussão da arbitrariedade e da imotivação do signo lingüístico proporciona uma demarcação dos limites e fronteiras, tanto da Linguística quanto de outras teorias do signo. Há perspectivas que valorizam signos não-arbitrários e motivados. Guiraud (1972) argumenta que a motivação está na gênese de todos os

signos linguísticos e que, etimologicamente, todas as palavras são motivadas, tal que a motivação engendra a participação de algo que possa ser referido alguma coisa.

Para Saussure o signo, além de psíquico, é uma realidade comprovada socialmente pelas pessoas. Sendo psíquico, significa que os aspectos exteriores à associação construída mentalmente não compõem o escopo da Linguística. Tanto o significante quanto o significado têm existências no cérebro, ou melhor, na mente humana. São as representações psíquicas originadas na percepção, cuja determinação se deve à identificação feita pelos sentidos, que merecem ser chamadas de significante e significado, isto é, tanto a expressão apreendida quanto os conceitos atribuídos. “Os signos lingüísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações, as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro.” (SAUSSURE, 1970, p. 23).

A esse ponto, deve-se ressaltar ainda uma preliminar teorização exposta nas idéias de Saussure sobre o conceito de cognição. Consiste em saber: como devem pensar os executores do sistema, isto é, da língua? Examinar o que o linguista suíço compreendia por pensamento é necessário, pois isto se constitui na origem de uma teoria propriamente linguística da cognição. Porém, o fundamental é que tal noção impactou em outro desdobramento do conceito de signo.

Tal teoria parece conceber um sujeito ideal, ao mesmo tempo em que influencia outros pontos de vista em torno da noção de cognição. Cognição, em Saussure, sugere algo restrito ao nível simbólico, no sentido de que somente mediante os signos convencionais é que se pode pensar. Desse modo, não existiria cognição antes do signo linguístico. Esta concepção provoca um grande debate, em que se encontra no centro a tentativa de se estabelecer o ponto de origem da cognição. Há contribuições sobre o tema que afirmam sobre a capacidade cognitiva, revelando que ela vem sendo construída antes dos pensamentos convencionais.

Para Saussure (1970, p.130, 131), o pensamento é caótico e recebe ordenamento exclusivamente pela língua, pois, “Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio de palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. [...] Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado.” Acredita-se que essas afirmações, em direção a uma teoria linguística da cognição humana, possam ter influenciado outras

disciplinas, a ponto de conceber o pensamento dos sujeitos como entidades inconsistentes, sem o auxílio da língua organizadora. Daí resultaria a ênfase na análise do que é permanente em um dado grupo social, um sistema de signos que realmente plasma o que eles efetivamente pensam. Não é o caso neste trabalho de revisar as contribuições da Linguística à teoria da cognição, apenas faz-se uma incursão ns idéias de Saussure a este respeito.

Outra concepção relevante nas teses de Saussure é a menção de dois eixos da linguagem: o do sintagma e o da associação. Ao lado da fala, o eixo de execução da linguagem na forma de uma cadeia sequencial é designado de relações sintagmáticas. Um sintagma é representado pelas frases expressas na fala ou no registro escrito da língua (por exemplo, “Pedro ganhou um presente de sua esposa”).

A solidariedade sintagmática permite que os membros da cadeia falada constituam sentido em confronto e/ou comparação com as demais unidades. “De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo.” (SAUSSURE, 1970, p. 142). Um sintagma por excelência é a frase; exceto as frases feitas que se institucionalizaram, quer dizer, incorporaram-se à língua. Segundo Lopes (1995, p. 89-90), os contrastes do sintagma podem ser analisados em três níveis: fonológico (consoantes e vogais presentes em uma frase), morfológico (formação das palavras do sintagma), sintático (elementos determinantes e determinados).

O fato que concretiza a presença da língua no sujeito está nos momentos em que dispõe os elementos no sistema. Isso ocorre via relações associativas, segundo eixo da linguagem que é representado por uma associação mental feita pelo sujeito que concebe como competidoras pelo menos duas unidades da língua (signos) para preencher um espaço da cadeia falada. Essas relações por associação podem variar imensamente, tomando como critérios: o radical, o sufixo, o significado ou o significante (SAUSSURE, 1970, p. 145).

Ainda de acordo com Saussure (1970, p. 146), “Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida.” Contudo, dois aspectos apresentam-se como essenciais nestas relações: a ordem indeterminada e o número indefinido. A disposição das unidades é caótica antes da determinação e sem parâmetros formais

para adotar *a priori*; seu número é indefinido, pois representa a possibilidade ilimitada das combinações.

O paradigma, utilizado excessivamente na literatura quando o assunto são os conceitos fundamentais de Saussure, designa o tipo de relação associativa que se dá unicamente a partir dos “paradigmas de flexão”, cuja ênfase incide sobre a modificação modular da desinência da palavra. Por exemplo, “Em latim, em *dominus, domini, domino* etc., temos certamente um grupo associativo formado por um elemento comum [...]” (SAUSSURE, 1970, p. 147). Um exemplo das relações associativas e sintagmáticas pode ser dado a seguir:

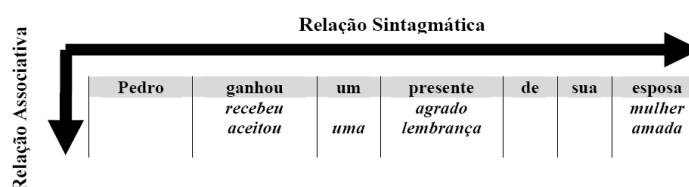


Figura 1: Relações Associativas e Sintagmáticas

Este exemplo traz uma relação associativa por significados. A palavra “ganhou” pode ser substituída por “recebeu”, assim como as demais podem ser substituídas por sinônimas. “*Nenhuma mensagem tem sentido em si mesma*. Os elementos componentes de uma mensagem só têm sentido completo quando os correlacionamos, em nossa memória da língua, com os demais elementos lingüísticos com os quais ele forma sistema.” (LOPES, 1995, p. 90). A defesa da noção de sistema sustenta-se na constatação da proeminência das relações como mecanismo gerador de todo e qualquer significado.

Em linhas gerais, quando se assevera que nenhuma mensagem tem sentido em si mesma, afirma-se que os elementos dependem uns dos outros para resultarem em algum significado. Saussure (1970, p. 132) já anunciava que a questão da significação ancora-se na noção de valor, pois “[...] a ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte [...]”. Justa conclusão que influenciou diretamente linguistas posteriores a verem na rede de relações a única fonte para o estudo do significado da língua, dispensando assim outras perspectivas do significado.

Com esse argumento, Saussure parece ter inaugurado uma linha teórica para o estudo semântico da língua do ponto de vista linguístico. O valor de um termo não é dado isoladamente, mas pelo conjunto que o acompanha, e mesmo com os demais termos concorrentes e correlacionados. “Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia; nem sequer da palavra significa ‘sol’ se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor; línguas há em que é impossível dizer ‘sentar-se ao sol’” (SAUSSURE, 1970, p.135).

Para uma palavra pouco importa o conceito literal que denota, pois, para se alcançá-lo, há que compará-lo com seus sinônimos e antônimos, além dos termos que acompanham o sintagma que veicula a palavra. As diferenças também aparecem no nível fonológico: “O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação.” (SAUSSURE, 1970, p.137).

O valor se distingue da significação, porque é um elemento deste. De modo geral, a significação pressupõe a união de um significante com um significado, ao passo que o valor se destina aos elementos. Recorrendo-se para isso ao conjunto do sistema empregado, a significação é o resultado total desse processo. O valor da palavra inglesa *mutton* (carne de carneiro) é diferente de *sheep* (o animal carneiro), pois é determinado pelo contexto de uso. Não obstante, a significação de *sheep*, carneiro ou *mouton*, em francês, é a mesma (SAUSSURE, 1970, p.134). O valor de uma palavra é resultado da presença ou da ausência dos termos vizinhos e/ou concorrentes. A significação depende do valor determinado.

Deve-se destacar que Saussure esboçou uma teoria que explicasse vários fenômenos linguísticos, indicando os fundamentos da Linguística e de suas várias áreas de estudo. Além disso, muitos outros aspectos levantados por Saussure foram posteriormente destacados por outros linguistas. Vale salientar ainda que Saussure não se referiu à língua como estrutura subjacente aos grupos sociais; o termo utilizado foi sistema. Por alguma razão, os linguistas começaram a utilizar estrutura para representar sistemas de signos como a língua. No *Cours* não era representativa o termo estrutura, bem como não se cogitava a noção de estruturalismo. Isso veio a ser incorporado ao discurso dos linguistas após a década de 1930.

Presume-se que os saussurianos tenham em comum a percepção de que os fatos da língua podem ter suas estruturas descritas. Eles reconhecem na obra de

Saussure a teoria fundamental para explicar os fenômenos relacionados com a linguagem, bem como as principais divisões da Linguística.

As teses de Saussure foram aprofundadas de maneira sistemática na exposição feita pelo linguista dinamarquês Louis Trolle Hjelmslev (1899-1965), em sua principal obra, *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, publicada originalmente em 1943. Hjelmslev forneceu à linguística moderna uma contribuição considerável que visou iniciar uma teorização geral da linguagem. “O trabalho preliminar de uma tal lingüística consiste em construir uma teoria da linguagem que formule e descubra as premissas dessa linguagem, que indique seus métodos e fixe seus caminhos. O presente estudo constitui os prolegômenos de uma tal teoria.” (HJELMSLEV, 1975, p. 187).

Hjelmslev constituiu, em 1930, uma verdadeira escola de Linguística estruturalista, conhecida como Glossemática ou Círculo Linguístico de Copenhague. A chamada Glossemática procurou especificar as formas invariantes do sistema sígnico, tais formas abstratas mínimas são conhecidas como glossemas, seriam a base de explicação de todas as áreas da linguística (CRYSTAL, 2000).

A Linguística, segundo Hjelmslev, é a ciência e o estudo da linguagem não como um fim em si mesmo, entretanto, como maneira de conhecer a civilização humana (HJELMSLEV, 1972, p. 12). De Saussure, o linguista dinamarquês conservou duas afirmações centrais: a língua não é substância, mas forma; e toda língua é ao mesmo tempo expressão e conteúdo (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 31). Os conceitos de sistema sígnico e signo em Hjelmslev sustentam-se nessas duas premissas básicas, que permitem uma nova estratificação dupla do signo.

Igualmente, com o intuito de consolidar a explicação linguística da língua, Hjelmslev reconhece a fragilidade dos estudos baseados na filosofia que misturavam Lógica e Gramática, generalizando seus argumentos, partindo de poucos casos analisados e escolhidos aleatoriamente (HJELMSLEV, 1972, p. 22). Essa busca de generalização está no centro das ideias do linguista que pensava a ciência ainda nos parâmetros da ciência positiva. Além disso, demonstra uma busca cada vez maior de romper com os estudos filosóficos da linguagem, pois se acreditava que estes não poderiam alcançar o grau de abstração necessário a uma teoria propriamente linguística, a seu modo.

Nesses termos, a Linguística que pode conquistar um grau de generalidade é certamente a Linguística sincrônica, que possibilita a descoberta de leis gerais. Ao

contrário da diacronia que apenas fornece declarações especiais ou não universais sobre casos de evolução linguística, a ciência dos estados da língua permite que se descubram regularidades no mesmo estado e chegar a considerações universais ou globais (HJELMSLEV, 1972, p. 25).

Como mencionado, a palavra estrutura não consta na exposição teórica do *Cours* de Saussure, entretanto, subjaz às preocupações de Hjelmslev. Segundo o autor: “Entendemos por *lingüística estrutural* um conjunto de investigações que descansam sobre a *hipótese* de que é cientificamente legítimo descrever a linguagem como se fora *essencialmente* uma *entidade autônoma de dependências internas*, ou, em uma palavra, uma *estrutura*.” (HJELMSLEV, 1972, p. 27, p. 131).

A hipótese deve conduzir os trabalhos dos linguistas, trata-se de uma proposição inicial de toda investigação linguística. Contudo, a Linguística se isentaria da especulação metafísica e de apreciações subjetivas da Estética. A Linguística estrutural substitui a Filosofia da linguagem por uma pesquisa científica e positiva. Tudo indica que o positivismo de Comte também presidiu a proposta de Linguística de Hjelmslev. De outro modo, não concluiria Hjelmslev sobre a necessidade de positividade no conhecimento da Linguística.

Hjelmslev exclui o dogmatismo apriorístico como possibilidade de explicação dos fenômenos linguísticos e conclui que os fatos não servem para ilustrar a utilidade do método estrutural. As especulações e as especificidades claramente filosóficas foram excluídas da reflexão linguística, segundo esta perspectiva.

Seguidor de Saussure, Hjelmslev define linguagem como a totalidade constituída de língua e fala. Ao tratar de linguagem, enfatiza a linguagem humana (HJELMSLEV, 1972, p. 29). Segundo a hipótese hjelmsleviana, a linguagem é essencialmente uma entidade autônoma, constituída essencialmente de dependências internas. A fala, enquanto fenômeno propenso a ser observado cientificamente, está subordinada à língua. É a língua, como um sistema de signos, e não a fala, que constitui o objeto específico da Linguística estrutural. (HJELMSLEV, 1972, p. 31).

Sob um ponto de vista positivista, a necessidade de a Linguística se constituir produziu uma ruptura com as diversas manifestações da linguagem, anterior e posterior à abordagem simbólica. Hjelmslev sustenta que há algo de específico na Linguística, e sugere desautorizar a vinculação da linguagem a linhas explicativas porque não consistem na discussão de sua essência.

Aqui nossa hipótese se opõe a qualquer outra hipótese que considera a linguagem essencialmente em função de outra coisa. Nega o direito de considerar a linguagem exclusivamente como uma função biológica, psicológica, fisiológica, sociológica. Não nega, seria absurdo, que a linguagem desempenha esses papéis; nega somente que este fato esgote a essência de seu ser. (HJELMSLEV, 1972, p. 30)

É como se a teorização da linguagem devesse considerá-la em sua substância, destituída de referenciais biológicos e sociológicos que, provavelmente, a determina. Com isso, também “[...] nega a existência científica de uma substância abstrata ou de uma realidade que seria independente das referências.” (HJELMSLEV, 1972, p. 31).

Hjelmslev (1972, p. 34) afirmou que a Linguística estrutural ainda não está formada, no entanto, deve-se apontar suas origens e fundamentos. Foi o que procurou fazer o linguista, isto é, consolidar o estatuto científico da Linguística. Talvez por isso, a influência de Hjelmslev seja sentida por linguistas e semiólogos contemporâneos. Conforme recorda Noth (2005b, p. 51), Greimas, Eco e Barthes utilizam conceitos centrais da teoria hjelmsleviana. O teórico dinamarquês entendeu a Linguística como uma Semiologia cujo objeto é uma semiótica ou sistema de signos.

Os conceitos de Semiologia, de objetos de estudo e de signo, em Hjelmslev (1975), vem, como era de se esperar, na esteira da proposta saussuriana. Um aspecto marcante de sua dívida teórica com Saussure é o agravamento das dicotomias. Buscou, além de rediscuti-las, propor elementos novos e nomenclaturas ditas “mais puras”. Defendeu um modo dedutivo de descrever os sistemas de signos em geral, levando a Linguística e, por sua vez, a Semiologia a um estruturalismo extremo e radical, defendendo a existência de uma estrutura subjacente nos fatos sociais da linguagem.

Os dados considerados na teoria da linguagem seriam os textos, que deveriam ser segmentados em componentes até suas partes mínimas (HJELMSLEV, 1975, p. 189-190). Esses textos compõem o material de pesquisa linguística e contêm diversas partes, entre elas, citam-se os diversos *gêneros de estilo* que para Hjelmslev seriam a fala, a escrita, os gestos, os códigos de bandeiras, etc. Nesse sentido, o autor comenta ainda: “Quando estabelecemos o procedimento da análise, admitidos tacitamente que o objeto proposto era um texto redigido numa dada semiótica e não numa mistura de duas ou mais semióticas.” (HJELMSLEV, 1975, p. 212). Mais uma vez, entenda-se semiótica como um objeto de estudo, tal como a

Língua é objeto da Linguística.

Os textos são os materiais de análise estrutural. A partir da menção de Hjelmslev de que a língua não é o único sistema de signos, pode-se supor que os textos são de diversas naturezas, que não apenas os tratados pela Linguística. Outro aspecto que interessa à teoria de Hjelmslev e que o caracteriza é, certamente, a descrição destes textos até suas últimas partes.

A teoria da linguagem se interessa por textos, e seu objetivo é indicar um procedimento que permita o reconhecimento de um dado texto por meio de uma descrição não contraditória e exaustiva desse texto. Mas ela deve também mostrar como é possível, do mesmo modo, reconhecer qualquer outro texto da mesma natureza, fornecendo-nos instrumentos para tais textos. (HJELMSLEV, 1975, p. 192)

Prosseguindo as consequências da hipótese que identifica o estruturalismo, o procedimento analítico concebido por Hjelmslev leva ao extremo a aceitação da estrutura. “Toda descrição científica pressupõe que objeto da descrição seja concebido como uma estrutura (em consequência, analisado segundo um método estrutural que permite reconhecer vínculos entre as partes que o constituem) ou como formando parte de uma estrutura [...]” (HJELMSLEV, 1975, p. 132).

A Linguística pela sua própria característica, segundo o autor (1972, p. 20), é comparada, pois somente através das comparações com outras línguas é que se pode alcançar a compreensão de uma língua-objeto. “A lingüística sem comparação é inconcebível e o termo lingüística comparada é, de fato, tautológico.” (HJELMSLEV, 1972, p. 22). Essa afirmação refere-se à ocasião da nomeação de Hjelmslev à Cátedra de Linguística Comparada, da Universidade de Copenhague, em 1937. Para o linguista, a supremacia da estrutura e a inevitável necessidade da comparação subsumem-se aos fundamentos principais da Linguística.

A descrição exaustiva supõe a existência de elementos intrínsecos na estrutura do texto que devem ser especificados até seus últimos componentes. Assim, o linguista dinamarquês objetiva lançar a teoria da linguagem a uma dimensão transcendental, isto é, determina uma teoria geral da linguagem que não dependa urgentemente da descrição de todos os elementos em todos os textos possíveis, porém viabilize a previsão das futuras relações.

Acrescenta-se a essa premissa a crença de que não se precisa fazer referência a dados da experiência para justificar a teoria da linguagem, bem como o autor ressalta a necessidade de executar um cálculo que preveja as possibilidades de

descrição dos textos e semióticas. “Esse cálculo, deduzido a partir da definição apresentada e independentemente de qualquer referência à experiência, fornece o instrumental que permite descrever ou reconhecer um dado texto e a língua na qual ele está elaborado.” (HJELMSLEV, 1975, p. 193).

Aponta como procedimento o método dedutivo-analítico para examinar os textos. Como afirma o linguista dinamarquês: “Todavia, não basta que a teoria da linguagem permita descrever e elaborar todos os textos possíveis de uma dada língua; é necessário ainda que, sobre a base dos conhecimentos que a teoria da linguagem em geral contém, essa teoria possa fazer a mesma coisa em relação a todos os textos de qualquer outra língua.” (HJELMSLEV, 1975, p. 192). A teoria da linguagem precisa calcular as combinações dos elementos e ser o mais geral possível para cumprir com os requisitos da “verdadeira teoria”, nos moldes hjelmsleviano.

No que tange à linguagem, assume um conceito cujo conteúdo é muito semelhante com o de Saussure, isto é, uma soma dos aspectos institucionais e individuais da língua (a linguagem depende de um sistema de signos, a língua, e de um dispositivo de execução). “A linguagem, como sistema de signos, devia fornecer a chave do sistema conceitual e a da natureza psíquica do homem. A linguagem, como instituição social superindividual, deva contribuir para caracterização da nação [...]” (HJELMSLEV, 1975, p. 185-186).

Mantém-se, como visto, aspectos da arquitetura teórica de Saussure, quando ela não é potencializada. A rediscussão dos determinismos da teoria linguística em Saussure e Hjelmslev somente seria concretizada no âmbito da Linguística depois da década de 1940, quando, além do aparecimento de outros expoentes da Linguística, se descobre a aplicabilidade de teorias dos signos não estruturalistas.

Tomando como ponto de partida a dicotomia significado-significante, Hjelmslev aprofunda a proposta original de Saussure, sugerindo conceitos para melhor especificar os fenômenos abordados. Assim, concebe os níveis nos planos do significado e do significante de Saussure.

No lugar do significante, propõe o *plano de expressão* que se subdivide em dois níveis: a *forma de expressão*, constituída pelas regras paradigmáticas e sintáticas, observando-se que uma mesma forma pode ter duas substâncias distintas, uma fônica e outra gráfica; e a *substância de expressão*, cadeia fônica ou sequência de sons emitidos (HJELMSLEV, 1975, p. 205-210), compreendendo

também as zonas fonéticas de sentido, somadas, por exemplo, ao perfil mediano da parte superior da boca e o contínuo das vogais (HJELMSLEV, 1975, p. 208). Com isso, é possível separar do teor significativo único, as diversas manifestações destes (substâncias).

Salienta Coelho Netto (1999, p. 32-33) que a substância de expressão é o potencial fonético disponível que permite a articulação de palavras; é a substância fônica descrita pela Fonética e não pela Fonologia. A substância de expressão pode corresponder a diversos sistemas: fonético, escrito, gestual etc. Ela é delineada pela forma de expressão, que é invariável em relação a esta. Concorre para a formação da substância de expressão aspectos sociais e culturais no domínio de uma determinada língua, os quais tratam das condições para que se proceda a estruturação pela forma de expressão. A forma de expressão refere-se a uma estrutura de relações abstratas, regras e valores de posição e oposição no campo da expressão, o que lhe permite reger combinações de unidades de expressão.

A face significado é substituída por *plano de conteúdo* que, por sua vez, é subdividido nos níveis: *forma de conteúdo* ou a organização formal dos significados entre si e *substância de conteúdo* ou o pensamento (HJELMSLEV, 1975, p. 205), ou seja, as ideias, os conceitos que não existem fora da língua, além dos aspectos emotivos e ideológicos do significado (COELHO NETTO, 1999, p. 32-33).

A forma de conteúdo é arbitrária e invariável em relação à matéria, funciona como uma fronteira ou limite estabelecido sobre a substância – variável –, que somente passa a existir mediante a ação estruturante da forma. Por isso, a forma de conteúdo refere-se ao significado enquanto produzido por regras de combinação de unidades semânticas, ou ao conteúdo psíquico cuja propriedade básica é uma ideia já estruturada. A substância de conteúdo foi definida por Hjelmslev como pensamento, mas é uma massa sem forma definida que serve de elemento moldável; também refere-se a zonas de sentido construídas diversamente em diferentes línguas. Eco (2000, p. 43) define a substância de conteúdo de Hjelmslev como ocorrências concretas de unidades semânticas geradas pela forma do sistema. Por outro lado, a forma de conteúdo é um sistema de posições, ou estrutura, que faz algumas unidades de conteúdo assumirem a natureza posicional e oposicional (ECO, 2000, p. 41).

Como explica Câmara Júnior (1975, p. 195), Hjelmslev “[...] buscou interpretar o conteúdo, isto é, o significado lingüístico, em um padrão lingüístico de

significações, cada língua possuindo o seu padrão típico. Abriu, assim, caminho para o estudo do nível lingüístico do significado [...]”. A definição deste padrão lingüístico vale-se dos conceitos de substância de expressão e de conteúdo, separando-os da forma de expressão e de conteúdo. Esses últimos tratam especificamente do signo lingüístico, que não é substância, mas forma.

Deve-se considerar ainda o sentido ou a matéria, variedade terminológica constatada nas traduções adotadas para o português. Coelho Netto (1999) prefere “sentido”, enquanto Noth (2005b) recomenda o uso de “matéria” para evitar possíveis confusões entre os termos sentido, significado e significação. Acolhendo esta última justificativa, adota-se o termo matéria. As línguas diferenciam-se segundo a *matéria de expressão* e a *matéria de conteúdo*⁶.

O exemplo de Hjelmslev (1975, p. 209) é bem ilustrativo: a matéria de expressão de *got* do inglês, *gott* do alemão e *godt* do dinamarquês, é a mesma do ponto de vista fonético, mas a matéria de conteúdo é diferente. Da mesma maneira, poder-se-ia obter matérias de expressão diversas para a mesma matéria de conteúdo, como *je ne sais pas*, em francês e, *I do not know*, em inglês. Para Hjelmslev (1975, p. 207-210) a matéria de conteúdo é o contínuo amorfo e não analisável no qual as fronteiras são colocadas na formação das línguas; a matéria de expressão, por seu turno, trata das condições funcionais oferecidas pela língua, as capacidades humanas de articulação dos sons que formam os diversos sistemas fonológicos. Os mesmo pode ser dito do potencial de comunicação: gráfica e gestual (NOTH, 2005b, p. 62). A partir da matéria de conteúdo é possível indicar a mesma realidade semântica.

Um esquema mais complexo pode ser obtido tomando como base a figura “O Signo Lingüístico de Hjelmslev”, de Lopes (1995, p. 95). Mas esse esquema é acrescido da noção de matéria. O conceito de matéria é fundamental para identificar as principais diferenças entre as línguas, as quais se apresentam ora na matéria de expressão, ora via matéria de conteúdo, conforme o exemplo do próprio Hjelmslev. Decorre da introdução da matéria à figura de Lopes o seguinte esquema:

⁶ Eco (2000, p. 41), aproveitando a definição de matéria de conteúdo como contínuo amorfo, denomina de *continuum* a matéria de expressão e matéria de conteúdo. A matéria de expressão é o *continuum* de possibilidades físicas usadas como material amorfo para serem utilizados como artifícios expressivos, enquanto a matéria de conteúdo é o *continuum* de possibilidades físicas, de eventos psíquicos, de comportamentos e de pensamentos a que o sistema conferiu uma ordem, selecionando aí um conjunto estruturado de unidades semânticas (ECO, 2000, p. 41).

		Matéria de conteúdo	
Plano do Conteúdo	Substância do Conteúdo	Signo Linguístico	
	Forma de Conteúdo		
Plano de Expressão	Forma de Expressão		
	Substância de Expressão		
		Matéria de Expressão	

Figura 2: Concepção de Signo de Hjelmslev

Existe neste esquema a menção de que a matéria se torna algo considerado semioticamente somente a partir da forma, isto é, se torna substância somente a partir da forma. Não é uma constante. As substâncias de expressão e conteúdo surgem quando a forma se projeta sobre a matéria (HJELMSLEV, 1975, p. 210). Porém o signo corresponde unicamente à forma. As noções de forma e substância, segundo a interpretação de Hjelmslev, não segue ao que se concebia até então na Filosofia. Ao contrário da concepção aristotélica de forma e substância - em que a primeira é variável e a segunda trata da essência das coisas, ou seja, é imutável - para Hjelmslev, são as formas de conteúdo e de expressão que são inalteráveis, invariáveis; ao passo que as substâncias são as que contêm o atributo de variáveis na determinação do signo.

Em síntese, Hjelmslev impulsionou o pensamento de Saussure, argumentando que existem estruturas reais na linguagem que devem ser descritas e estratificadas até seus últimos elementos. As ideias estruturalistas destes do pensador forneceu material suficiente à definição de agendas de pesquisa na Linguística e no recém elaborado projeto de Semiologia. Algumas das premissas estruturalistas de ambos os pensadores foram preservadas como elementos fundamentais do discurso científico do campo da Linguística. É provável que o estruturalismo linguístico tenha sido principal escola linguística a contribuir para a Semiologia, por isso, seus fundamentos mereceram ser discutidos antecipadamente.

Para Barthes (1967, p. 22-23), a atividade estruturalista subentende duas operações: a decomposição e a composição, as quais puderam ser identificadas indiretamente no discurso de Hjelmslev. A primeira operação separa os elementos mínimos de um objeto estudado, procurando identificar suas funções e regras de funcionamento. A segunda busca resgatar as relações entre esses elementos, comparando-os uns aos outros para chegar a um modelo da realidade tratada. A esse modelo dá-se o nome de estrutura, nome dado a hipótese central do argumento estruturalista.

Como verificado, tais expressões não figuravam no discurso de Saussure: estrutura, por exemplo, nem mesmo consta como um significante nos apontamentos de seu curso. A noção recorrente era de um sistema, elemento complexo subjacente aos dispositivos e aos atos de execução da linguagem, mas que lhes davam subsídios: regras de uso, mecanismos de inovação, vocabulário, etc.

Resgatando essa noção e colocando-a como suposição que deve ser trabalhada conscientemente na análise linguística, Hjelmslev (1972, p. 123) reconhece, em 1957, que a ideia de estrutura está disseminada em um bom número de linguistas. Todavia, como já aventado, somente na década de 1930 é que os termos estrutura, estrutural e estruturalismo incorporaram o jargão da Linguística. A partir desse período, outras contribuições para a Linguística se impuseram e procuravam rediscutir os fundamentos da Linguística.

Redimensionar a importância da noção de estrutura foi uma tarefa essencial para compreender outros aspectos dos fatos linguísticos em sociedade. A estrutura, como foi considerada por Saussure, não deixava espaço de ação aos sujeitos. As funções que a linguagem desempenhava na comunicação também foram pouco consideradas, quando não excluídas. As funções têm um papel a cumprir na medida em que determinam a significação. Um sistema sustenta-se nos elementos e no modo como estes cumprem suas funções. A função para os estruturalistas era entendida como uma simples correlação entre entidades linguísticas (LOPES, 1995, p. 55). Na terminologia de Hjelmslev, as funções são as relações determinadas ou estabelecidas entre dois fúntivos.

O funcionalismo configura-se como uma das correntes do pensamento linguístico mais influentes. Ele diferencia-se do estruturalismo por sua mudança de ênfase e pela noção de função. Função, na visão estrutural, é uma relação entre elementos, frisando tão-somente a relação; é a função que relaciona um elemento ao sistema (NOTH, 2005b, p. 85-86). O funcionalismo emprega a noção de função no âmbito pragmático, no sentido de função pragmática manifesta em contextos comunicativos, isto é, a relação dos elementos do sistema com o receptor.

A noção de função não descarta a de estrutura, mesmo porque a estrutura subentende partes que cumprem algum papel junto ao todo. “A semiótica funcionalista se definiu parcialmente em oposição à tradição estruturalista do paradigma semiótico de Saussure e Hjelmslev, paradigma este por ela criticado devido à sua abordagem estática dos sistemas semióticos.” (NOTH, 2005b, p. 86).

O funcionalismo linguístico iniciou-se em 1926, com a fundação da Escola de Praga ou Círculo Linguístico de Praga. Segundo Noth (2005b, p. 87-99), teve como membros eminentes: V. Mathesius (1882-1946), B. Havránek (1893-1978), Jan Mukařovsky (1891-1975) e Roman Jakobson (1896-1982). A escola montada em Praga recebeu a contribuição direta do Formalismo Russo, cujo objetivo foi desenvolver uma abordagem científica da literatura e das artes, organizado por dois centros de estudo: Sociedade de Petrogrado para o Estudo da Linguagem Poética, de 1916 a 1930, e o Círculo Linguístico de Moscou, de 1915 a 1921 (NOTH, 2005b, p. 90). A tese mais significativa consiste em tratar a linguagem segundo seus objetivos concretos: “A linguagem é descrita como um sistema funcional, que serve ao objetivo da comunicação. Por este motivo, o sistema linguístico não pode permanecer estático, mas deve manter um equilíbrio dinâmico.” (NOTH, 2005b, p. 91).

No campo dos sons da língua, Trubetzkoy separou Fonologia da Fonética. Assim, a Fonologia estuda os sons da língua enquanto partes funcionais, e a Fonética estuda os sons materiais e sua articulação na fala (NOTH, 2005b, p. 91). Ainda, a pertinência como traços distintivos, segundo seus modos de articulação: os fonemas deixam de ser elementos mínimos para passar às variações destes (NOTH, 2005b, p. 92-93).

Na Estética, os funcionalistas de Praga expõem as funções semióticas. Segundo Mukařovsky (1942, p. 40 apud NOTH, 2005b, p. 95), as funções são o modo de realização de um sujeito perante o mundo externo. A função estética de Mukařovsky consiste em uma função autônoma, oposta à função de comunicação, e somente a função autônoma é específica de uma obra de arte; a de comunicação é secundária, ou seja, a característica básica da função estética é direcionar o foco de atuação no objeto dado (NOTH, 2005b, p. 97-98).

Certamente, Jakobson foi o mais conhecido desta escola. Suas pesquisas podem ser compreendidas nos períodos: funcionalista, de 1914 a 1920; estruturalista, de 1920 a 1939; semiótico, de 1939 a 1949; interdisciplinar, iniciados em 1949, em Harvard e no Massachusetts Institute of Technology (MIT), com interesses na teoria da informação, Matemática, Neurolinguística, Biologia e Física (KOCK, 1981, p. 225 apud NOTH, 2005b, p. 99).

Jakobson foi também um dos primeiros estudiosos a descobrir a importância de Charles Peirce (1839-1914) para a Linguística (NOTH, 2005b, p. 100). Jakobson

contestou a tese da arbitrariedade do signo linguístico, fundamentando-se na Semiótica de Peirce para concluir que os signos, mesmo os linguísticos, têm uma origem icônica e indicial. A convenção gerada por decisões arbitrárias da sociedade não está desvinculada da associação natural com os objetos os quais se referem os signos linguísticos.

Para Jakobson (1973 apud NOTH, 2005b, p. 101), o objeto da Semiótica “[...] é a comunicação de qualquer mensagem, enquanto o campo da linguística está confinado à comunicação de mensagens verbais.” A semiótica está dentro dos estudos de comunicação, o que consiste em uma justificativa plausível quando se compara com sua noção de funções da linguagem.

Na opinião de Noth (2005b, p. 102-103), os princípios metodológicos de Jakobson são os seguintes: 1) pertinência; 2) binarismo e análise de traços distintivos; 3) os eixos de seleção e combinação nos sistemas de signos; 4) a dicotomia metáfora-metonímia e sua fundamentação na oposição entre similaridade e contiguidade; 5) a dicotomia código-mensagem, que é reformulação da dicotomia língua e fala, mas de maneira ampliada; 6) teoria das funções semióticas; 7) teoria das formas marcadas. Muitos desses princípios derivam de sua influência semiótica e estética. Dar-se-á atenção especial à teoria das funções semióticas, ressaltando que sua obra não se resume à discussão destas, mas contribuiu de modo significativo para a compreensão da origem da linguagem. É nesse momento que Jakobson coteja teorias linguísticas e semióticas.

Com o intuito de diagnosticar as situações comunicativas e os fatores implicados na comunicação, o linguista sistematizou a teoria das funções da comunicação verbal. “Jakobson desenvolve um modelo das funções da linguagem de grande influência na semiótica aplicada. Na base dessa teoria está o modelo dos seis fatores que constituem os processos de comunicação. Cada um desses fatores corresponde uma função.” (NOTH, 2005b, p. 103). Ele procurou diminuir essa desvantagem no tratamento das funções de comunicação das mensagens. Influenciado claramente pelos avanços da teoria matemática da informação, tendência expressa nos termos utilizados, Jakobson procurou mostrar que a linguagem deve ser estudada em suas várias funções.

Definiu, assim, os fatores constitutivos de todo processo linguístico na comunicação verbal, a saber: remetente, mensagem, destinatário, contexto, contato e código (JAKOBSON, 1999, p. 123). “Cada um desses seis fatores determina uma

diferente função da linguagem. Embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função.” (JAKOBSON, 1999, p. 123). Depreende-se desse fato que, na maioria das mensagens comunicadas verbalmente, dois ou mais aspectos estariam presentes e determinariam a função linguística da mensagem.

Orientada ao contexto, a função valorizada seria a referencial ou destinada ao referente, também chamada denotativa ou cognitiva. Nela se fornece uma carga de informação maior. Centrada que está no remetente, a função será denominada emotiva ou expressiva, pois busca chamar a atenção para uma possível emoção sentida pelo remetente. Quando a ênfase incide sobre o destinatário da mensagem, a função é chamada de conativa; ela procura determinar uma ação do destinatário ou se objetiva exercer uma influência direta sobre sua ação. Casos em que ocorrem sentenças no modo imperativo são exemplos da função conativa, como “faça isso ou aquilo”. O contato é o fator que determina a função fática, pois visa manter ou encerrar a comunicação entre os sujeitos para verificar o funcionamento adequado do canal. Exemplos dessa função são as mensagens: “alô?” ou “está ouvindo?”.

Nas ocasiões em que o código é o fator determinante, a função da linguagem será a metalinguística. É nessa função que aparece a necessidade de explicação do código utilizado na mensagem, explicação que se vale do mesmo código para se auto-explicar. As respostas para perguntas do gênero: “Não entendi, explique novamente?”, são próprias da função metalinguística.

Quando a mensagem é o aspecto condicionante da comunicação, tem-se o que Jakobson tratou com mais atenção, ou seja, a função poética. É com a função poética que a mensagem se volta a ela mesma, não consiste em uma preocupação com o poder referencial ou informativo da mensagem, mas na sua capacidade de ser não utilitária. “A função poética não é a única função da arte verbal, mas tão somente a função dominante, predominante, ao passo que, em todas as outras atividades verbais, ela funciona como um constituinte acessório, subsidiário.” (JAKOBSON, 1999, p. 128).

É arriscado reduzir a contribuição de Jakobson (1999) e dos funcionalistas, como Martinet, às funções da linguagem. Não obstante, tais funções desempenham um papel fundamental na sustentação da afirmação do aspecto ativo da linguagem na vida das pessoas. Surge, contudo, a questão: seriam esses os únicos fatores influentes na comunicação verbal e, caso sejam, adaptar-se-iam facilmente a casos

em que a linguagem verbal não é predominante, como no ramo das artes plásticas e da música?

Uma afirmação essencial para comparar as ideias de Jakobson e dos demais estruturalistas é que, para a Linguística geral assim como para Poética, as entidades extralinguísticas (do latim que significa exceção, além do tratamento linguístico) ultrapassam seus limites de estudo. Na Linguística estruturalista toma-se como imprescindível e necessário a forma sígnica, e não a existência real e individual fora do movimento sígnico como fenômeno determinante na constituição do signo linguístico. Como o signo linguístico é unicamente mental, substituto dos objetos, uma teoria linguística não deve tratar dos objetos, mas das representações destes. Em outras palavras, o signo linguístico não é motivado pelo extralinguístico. A teoria do signo é diádica, compreendendo apenas as duas formas: de expressão e de conteúdo.

Não teorizar sobre o extralinguístico é comum entre os defensores das teses de Saussure e Hjelmslev, haja vista a definição cabal de signo linguístico como entidade exclusivamente mental e diádica. A Linguística, assim, parece não tratar das coisas, mas do substituto dessas, distribuído em um conjunto maior, a língua – mesmo sabendo que quaisquer funções de um objeto, reunidas em um signo convencional, descendem de uma prática e vivência humanas com esse mesmo objeto. Apesar de não estar no nível sincrônico, é fundamental a reconstituição diacrônica do complexo de signos.

De qualquer modo, verifica-se que o funcionalismo de Jakobson acrescenta revisões às premissas básicas do estruturalismo, no sentido de ressaltar a noção de funções da linguagem em situações reais de comunicação, o que dá margem a investigações dos aspectos práticos dos usos e dos usuários da linguagem.

Ainda entre as escolas linguísticas do século XX, foi o distribucionismo que repercutiu, sob outra forma, nas décadas que se seguiram ao estruturalismo. Como o estruturalismo foi reconsiderado pelo funcionalismo, o distribucionismo manteve-se influente, em alguma medida, no gerativismo. O distribucionismo preservou do estruturalismo linguístico a noção de contexto para se definir a dependência entre os elementos. A distribuição busca identificar cada contexto de aparição de uma unidade linguística. Supõe-se que uma palavra deve aparecer sempre acompanhada de outras palavras e, conseqüentemente, de fonemas, em sentenças semelhantes.

Uma distribuição procura representar o contexto linguístico em que as unidades

podem ocorrer. As unidades podem ser fonemas ou palavras. Crystal (2000, p. 87) salienta que as teorias da distribuição ocorreram, em primeiro lugar, na Fonologia, depois se estenderam a ponto de abranger outras unidades linguísticas. “Uma análise distribucional localizaria os lugares, em unidades lingüísticas maiores, onde ocorreriam as unidades menores, como a distribuição de fonemas em uma SÍLABA ou palavra, ou de palavras em uma SENTENÇA.” (CRYSTAL, 2000, p. 87). Argumenta que as mesmas unidades deveriam ter uma distribuição característica própria.

O distribucionismo tem sua origem em L. Bloomfield, que propôs uma teoria da linguagem cujas premissas provêm da Psicologia behaviorista. O ato da fala é um comportamento e todo comportamento humano é explicável e previsível quando estiver em condições de manifestar-se como tal. Por ser o comportamento exposto externamente, não há necessidade de aspectos internos (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 41-42). Bloomfield concluiu que a fala pode ser explicada por suas condições externas, tese denominada de mecanismo. O sentido das palavras não é relevante, tampouco considerações mentalistas ou subjetivistas sobre o significado.

A análise distribucional pressupõe estudar uma língua reunindo-a em um *corpus*, isto é, um conjunto de enunciados efetivamente emitidos pelos usuários da língua. O *corpus* representa um grupo de frases que será analisado para se chegar a uma descrição gramatical. O *corpus* é bem limitado em relação ao número de unidades lexicais e combinações possíveis na língua. Dentro do *corpus*, é necessário buscar regularidades. Além disso, a noção que serve para representar o contexto é chamada de meio utilizado para definir a distribuição de uma unidade (DUCROT; TODOROV, 1988).

Um dos objetivos da análise distribucional é decompor sucessivamente as frases de um dado *corpus*. Tal pretensão lembra Hjelmslev, que pressupõe, para a análise dedutiva, uma aplicação exaustiva até o último elemento da unidade.

Algumas teses do distribucionismo tiveram repercussão em outras escolas linguísticas. Tal é o caso do gerativismo. Ducrot e Todorov (1988, p. 47) classificam como Linguística gerativa as novas concepções sobre a língua e a linguagem do estadunidense Noam Chomsky. A concepção gerativa na Linguística contesta os dogmas distribucionistas e foi incorporada rapidamente como fundamento da pesquisa estadunidense neste campo. A gramática de Chomsky nasce, sobretudo, como uma teoria da sintaxe e toma como fundamento um ponto de vista sincrônico

da língua (LOPES, 1995, p. 192). Ela confronta-se, além do próprio distribucionismo, com a gramática estrutural.

Lopes (1995, p. 190) sumariza o modelo da gramática estruturalista de acordo com os seguintes objetivos: estudar só enunciados realizados; excluir as considerações da situação e da enunciação; efetuar uma descrição, e não uma explicação com os níveis de análise mínimo (fonológico), médio (morfológico) e máximo (fraseológico). Na cadeia sintagmática, identifica-se a função de contraste; e na classe das relações associativas a função de oposição. Além disso, deve-se acrescentar a comutação, que seria o mecanismo que põe em funcionamento as duas funções (LOPES, 1995, p. 190).

A gramática estrutural aplica conceitos da Linguística estrutural nas formalizações de Saussure e Hjelmslev. A busca de uma descrição mínima e exaustiva dos elementos é uma condição essencial da teoria da linguagem, para Hjelmslev. Além das estruturas, a gramática gerativa de Chomsky incute uma série de conceitos e regras de explicitação da descrição. Lopes (1995) indica como conceitos teóricos vinculados ao gerativismo os seguintes: gramática, competência, atuação, transformação, gramaticalidade, estrutura de superfície, estrutura profunda, descrição gramatical (estados finitos, sintagmática e transformacional) e componentes gramaticais (sintático, fonológico e semântico).

Chomsky foi aluno de Z. C. Harris, um distribucionista, portanto, teve influência teórica direta do distribucionismo. Desta corrente reteve o caráter de explicitação e como conceito básico a noção de meio, isto é, unidades linguísticas que rodeiam outras unidades (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 47). Uma crítica fundamental da teoria de Chomsky é sobre a ênfase distribucional da noção de *corpus*, pois a língua não se reduz a um conjunto finito de enunciados, ela em funcionamento é bem diferente de um *corpus*, pois a língua permite uma infinidade de enunciados (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 48). Nesse sentido, a língua não se reduz a um conjunto de enunciados tomados como um modelo, mas conta com um saber subjacente aos enunciados executados.

Outra crítica incide sobre a preocupação distribucional em contentar-se em descrever e recusar-se a explicar (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 48). Entre outras coisas, procura contemplar o caráter explícito com o explicativo. A descrição não necessariamente explica o funcionamento da linguagem e quais os parâmetros gerais que permitam executar uma frase. O conhecimento do indivíduo deve ser

contemplado e, como tal, transcende as unidades linguísticas executadas. Há, para Chomsky, uma relação oculta entre o conhecimento das unidades e as regras sintáticas expressas por elas.

A descrição sintática na concepção de Chomsky supõe regras cuja aplicação produz enunciados aceitos ou gramaticais. As condições para que uma gramática seja classificada como gerativa são: a) gerar todos os enunciados de uma língua, e só eles sem exceção; b) representar o saber intuitivo que os sujeitos falantes possuem com respeito aos enunciados da língua (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 48-49). A gramática busca compreender o funcionamento da língua; entretanto, deve ressaltar os aspectos inatos do sujeito falante que permitem conceber enunciados possíveis a partir de regras já presentes.

[...] a gramática gerativa não é um modelo de produção das frases no discurso cotidiano (onde intervêm, sem dúvida muitos outros fatores). Trata-se apenas, Chomsky insiste neste ponto, de fornecer uma caracterização matemática de uma competência que os usuários de uma língua dada possuem (e não um modelo psicológico de sua atividade). (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 49).

Essa interpretação é às vezes suscitada pela tentativa de explicar o funcionamento da mente humana e sua interseção com a produção da linguagem. Para Chomsky, a teoria linguística é uma forma que serve para avaliar e fabricar gramáticas (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 49). É evidente, para Chomsky, que uma pessoa já possui uma teoria linguística implícita que a capacita, em seu meio social, gerar frases aceitáveis; é como se existisse um mecanismo inato que garante a produção de enunciados compreensíveis a partir de regras gerais. Nesse sentido, Chomsky ruma a uma tentativa de explicar a dinâmica da linguagem, interagindo com essas regras gerais.

Chomsky defende a perspectiva racionalista para compreender a percepção. Os trabalhos de Willelm Von Humboldt já concebiam a existência de um sistema de regras gerativas para produção e interpretação da fala. “Na visão de Humboldt, a aquisição da linguagem é em grande parte uma questão de maturação de uma capacidade lingüística inata.” (CHOMSKY, 1970, p. 30). Por conta disso, Chomsky adere a uma concepção racionalista da linguagem, chegando a aceitar a tese do inatismo para explicar a origem da linguagem e do conhecimento no sujeito. O que seria inato são os parâmetros, ou melhor, as regras que condicionam os estímulos da percepção a se adequar a formas já preestabelecidas, sendo uma capacidade

linguística inata.

A relação dos atributos inatos e das estruturas fonéticas ou de expressão da língua se constituiria a partir da mediação de estruturas ou regras sintáticas. Tal estrutura simula formas inatas que condicionariam a percepção e a interpretação. “No que concerne à aprendizagem lingüística, creio ter argumentos convincentes em defesa do ponto de vista de que a mente possui princípios intrínsecos proporcionadores de estruturas invariantes que são pré-requisitos da experiência lingüística.” (CHOMSKY, 1970, p. 31).

A competência consiste na capacidade que por imitação dá conta do mecanismo das velhas frases. Para Chomsky, essa faculdade é inata, todos os homens a constituem, é um universal linguístico. Isto é, são regras gerais de criação de enunciados (LOPES, 1995, p. 194). É diferente da manifestação exterior atualizada em um momento específico da competência, a qual é chamada de atuação (LOPES, 1995, p. 194-195). Supõe que a teoria linguística deva estudar estes dois mecanismos, com ênfase na competência, visto que se refere à tese do inatismo.

Outro aspecto que Chomsky sustentou em contraposição a outras correntes da Linguística foi a capacidade criativa da linguagem. A investigação linguística deve visar identificar as regras de geração de inúmeros enunciados; regras que, supostamente, têm um número limitado. Na explicação de Chomsky (1970), a forma fonética é determinada pela estrutura de superfície e o conteúdo semântico é determinado pela estrutura profunda. A estrutura de superfície encontra-se na forma de um sintagma típico que pode ser analisado estruturalmente, enquanto que a estrutura profunda respeita ao significado subjacente.

Uma estrutura profunda está representada na mente humana, trazendo a interpretação semântica. Determina o significado, submetendo a regras sintáticas o aspecto semântico da língua. Tal posição não tem o aceite de todos os linguistas, em especial, os que procuram justificar a Semântica como ciência independente. Chomsky subsumiu a Semântica à Sintaxe, e, por conseguinte, esta dentro da Gramática.

A gramática gerativa seria constituída pelo conjunto de regras que o falante-ouvinte possui de sua língua, seu conhecimento das operações lhe permitem executar vários enunciados com facilidade. A expressão também pode ser entregue para caracterizar a teoria linguística que procura simular o funcionamento das regras

utilizadas pelo falante estudado. Para Chomsky (1970, p. 35), o linguista profissional deve representar o sistema de regras internalizado e intuitivo. Sendo assim, pode-se afirmar que uma criança dispõe de uma teoria ideal que é aprendida por ela.

Ainda sobre a estrutura de superfície, Lopes (1995, p. 199) argumenta que ela está relacionada à forma fonética do enunciado, sua representação é linear e o arranjo dos elementos submete-se à hierarquia. Um sintagma sugere uma estrutura de superfície e pode ou não refletir imediatamente a estrutura profunda. É mais provável que a estrutura profunda não se represente na estrutura superficial. “Essas estruturas subjacentes podem ser reveladas através de diagramas que descrevem os indicadores sintagmáticos [...]” (LOPES, 1995, p. 201). As estruturas profundas podem ser esquematizadas por gráficos arbóreos ou por parentização, conforme o esquema a seguir.

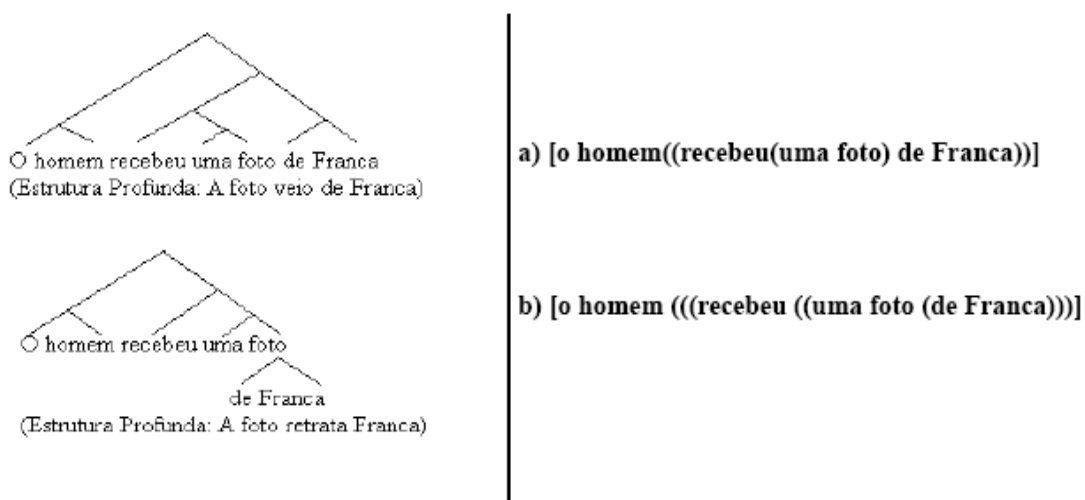


Figura 3: Tipos de Descrição da Estrutura Profunda

Fonte: Lopes (1995, p. 201 e 202)

As estruturas sintáticas determinam a forma e o sentido. São regras de interpretação que interessam à estrutura gramatical. O exemplo dado por Chomsky (1970, p. 38) expõe de forma concisa os processos que relacionam estrutura profunda e de superfície, “Considerem-se, por exemplo, as operações de passivação e interrogação. As sentenças (1) John was examined by the doctor, e (2) Did the doctor examine John, têm ambas uma estrutura profunda semelhante à da sentença (3) The doctor examined John, paráfrase da sentença (1).” A sentença 1 e 2 são estruturas superficiais, geradas a partir da estrutura profunda 3. Para ligar essas estruturas utiliza-se o recurso da transformação.

Não seria possível alcançar a estrutura profunda partindo da estrutura superficial; esta análise é um procedimento considerado ultrapassado para Chomsky (1970, p. 39), à medida que busca dividir e classificar sucessivas vezes as unidades de uma sentença. É o que também conclui Lopes (1995, p. 194): a Linguística estrutural limita-se a produzir inventários e classificações de unidades e níveis sobrepostos, apresentando uma visão taxionômica das línguas naturais e ignorando seu aspecto criador.

A transformação seria precisamente o processo segundo o qual, a partir de certas regras de transformação (previamente presentes enquanto competência), aplicadas (atuação) a poucas frases, geram-se frases novas (LOPES, 1995, p. 196). Frases da estrutura superficial são obtidas executando transformações, respeitando as regras da estrutura profunda. Nesse sentido, a frase mínima é simbolizada por $F=SN +SV$, ou seja, um sintagma nominal seguido de um sintagma verbal.

No que tange à descrição gramatical, são três os modelos utilizados: gramática dos estados finitos, gramática sintagmática e gramática gerativa. A gramática sintagmática pode descrever um conjunto de enunciados maior que a gramática de estados finitos. As gramáticas transformacionais dão conta dos processos de geração e de formação de frases, os processos de passivação e interrogação, como visto, são operações de transformação.

A geração de frases é obtida a partir da aplicação de regras de transformação. “A passagem da primeira frase para a segunda faz-se mediante regras de transformação, as quais têm a função de relacionar os níveis da estrutura subjacente (profunda) e da estrutura superficial.” (LOPES, 1995, p. 224).

Contudo, a gramática deve conceber o que é aceitável em uma língua, quando está bem formada fonológica e sintaticamente de sentenças inaceitáveis. Aos dois tipos de decisões dá-se o nome de gramatical e agramatical. O sistema de Chomsky possibilita criar também frases sem sentido – agramaticais - pelas combinações possíveis dos elementos viabilizadas pelas regras. A razão disso pode ser esclarecida quando se associa a frase ao referente. Semanticamente, o sujeito deve comparar isso para ser possível o sentido; deve observar fatos existentes, passados ou presentes, e os que também têm grande probabilidade de ocorrer no futuro. Os componentes gramaticais dividem-se em: a) sintático ou dotado de propriedade gerativa; b) fonológico ou interpretação externa de (a); c) semântico ou interpretação de (a). (LOPES, 1995, p. 205).

De modo geral, a proposta gerativa trouxe questões essenciais para compreensão da origem da linguagem humana, respaldando-se em concepções filosóficas, sobretudo, as racionalistas. Lopes (1995, p. 231) argumenta que a gramática gerativa tem um enfoque no eixo sincrônico, e apesar de rechaçar os taxonomistas, adota resultados dos estudos taxionômicos. Observa ainda que a Semântica da Linguística gerativa não se baseia em uma teoria do signo.

Tal fato não compromete a contribuição de Chomsky. Por correlacionar a teoria linguística à explicação da formação da linguagem em geral, o linguista avança em relação à teorização do que deveria ser a mente e o conhecimento humanos, os quais permitem gerar um conjunto infinito de enunciados. Ao contrário da gramática estrutural, o gerativismo enfatiza as condições de inovação da linguagem e não procura somente determinar o conjunto do sistema como uma entidade objetiva. Pode-se arriscar a afirmar que o gerativismo inverte a lente da Linguística, procurando nos indivíduos as condições imutáveis de produção de regras e expressão de enunciados. O coletivo saussuriano não seria a única variável no estudo da linguagem humana.

Todavia, quando a Linguística especifica-se no estudo do significado, as ideias gerativistas não surgem como as únicas explicações do fenômeno. Antes de Chomsky submeter à Semântica à sintaxe, outras teorias do significado já estavam consolidadas no campo da Linguística.

A Semântica (derivada do grego *sêmainô*, que quer dizer significar) é definida restritamente como o estudo do sentido das palavras (GUIRAUD, 1972, p. 7). Sentido na definição do autor quer dizer significado ou emprego. Por Semântica define-se, mais amplamente, a ciência das significações das línguas naturais (LOPES, 1995, p. 232). Ainda sob a designação “semântica” tem-se uma série de estudos do significado que não se limita às palavras e avança para a descoberta do significado de vários sistemas de signos.

A Semântica se confunde com a Semiologia, o estudo ou doutrina dos signos produzidos pelo homem. Esse impasse pode ser dirimido com a menção da origem e dos temas de estudo das diversas linhas da Semântica. Entretanto, os relacionamentos entre a teoria dos signos e a teoria das significações e do sentido das palavras possuem problemas e soluções aparentemente comuns. No que respeita à Semântica, cumpre apresentar as teses das principais frentes de estudo da Semântica que aparentemente mais influenciaram outras áreas, juntamente com

a discussão breve entre os problemas semânticos tratados pela Lógica.

No início do século XIX, os gramáticos conheciam o termo “semasiologia” (formado pelo radical grego *sema*) para o estudo das significações. Foi por volta da segunda metade do século XIX que o linguista francês Michel Bréal apresentou a substituição do termo por “semântica” para designar a ciência da significação (GUIRAUD, 1972, p. 10). Esse campo de estudo envolve níveis diferenciados de tratamento dos problemas do significado, os quais especificam o caráter e o vínculo disciplinar da Semântica. Tanto para Greimas (1973) quanto para Lopes (1995, p. 233), há inúmeras dificuldades no sentido de desenvolver a Semântica, pois, mesmo dentro da Linguística, ela é uma área que surgiu tardiamente e se apresenta como subsidiária ou apenas complementar aos demais estudos.

Câmara Júnior (1975, p. 194) lembra que, para E. Sapir, existem três níveis do significado das formas linguísticas: o nível lógico, o nível psicológico e o nível linguístico. Apenas este último poderia constituir o que se denominariam Semântica linguística. Desde Saussure, a Linguística tenta oferecer uma abordagem propriamente linguística do significado, recusando as explicações lógicas do sentido na língua. Assim, o significado não é obtido pela análise dos termos em um argumento e pelas condições de verdade ou falsidade das premissas ou do exame que mostra a validade ou a invalidade de um argumento. Significado é, portanto, um elemento analisável pela estrutura contextual que o circunda.

Uma segunda classificação muito próxima dos níveis propostos por Sapir foi exposta por Crystal (2000, p. 232-233), que indica como principais linhas: a Semântica filosófica, que examina as relações entre expressões linguísticas e os fenômenos do mundo exterior (estaria mais próxima da Semiótica e da Filosofia da linguagem); a Semântica lógica, estudo da significação das expressões em sistemas lógicos de análise e cálculo; e a Semântica linguística, que estuda as relações semânticas das línguas naturais em oposição às línguas lógicas.

No interior da Semântica linguística encontram-se: a Semântica behaviorista de Bloomfield, que consiste na aplicação de técnicas da Psicologia ao estudo da significação, a partir do comportamento observável e mensurável; e a Semântica estrutural, o estudo da significação através das relações semânticas. É justamente esse desdobramento da Semântica linguística que acolhe o maior número de contribuições e, pode-se dizer, é predominante até hoje em alguns campos do conhecimento. A teoria semântica gerativa também se agrupa à Semântica

linguística, mas estuda os componentes semânticos, a representação semântica e os traços semânticos. Além disso, deve-se registrar a participação da teoria dos campos semânticos, surgido em 1930, que ressalta que o vocabulário é organizado em áreas em que as palavras se inter-relacionam (CRYSTAL, 2000, p. 233).

Lopes (1995) apresenta uma terceira classificação mais específica e, ao que tudo indica, oscila entre a Semântica lógica e a Semântica linguística. A teoria do significado do ponto de vista linguístico considera a perspectiva inicial de Saussure, a Semântica de Hjelmslev e a Semântica estrutural de Greimas. As linhas semânticas de matriz linguística, em sua maioria, reconhecem as noções de estrutura e de valor como fundamentais para conceber o significado. Lopes (1995) ainda salienta que a Semântica lógica, ou como prefere designar “da palavra isolada”, conta com as propostas de G. Frege (1848-1925), da descrição semântica de Pottier; da Semântica contexto-situacional de Ducrot e da Semântica gerativa proposta por Katz e Fodor.

Na divisão estabelecida, a Semântica lógica oferece contribuições para a teorização linguística que não é de matriz estrutural. O autor (LOPES, 1995, p. 232) ainda distingue a Semântica lingüística, que trata das línguas naturais, da Semântica semiótica, cujo estudo trata da significação nos sistemas secundários. Entretanto, é discutível essa noção, pois se o universo do sentido é uno – como afirma o autor –, por que sustentar a existência de uma Semântica linguística e outra para os sistemas secundários de signos?

Uma quarta fonte de classificação dos problemas semânticos é sugerida por Guiraud (1972, p. 8-9), que estabelece os principais problemas semânticos: os psicológicos, os lógicos e os linguísticos. Cada um destes representará um ramo de estudo da semântica.

Os problemas psicológicos resumem-se às seguintes perguntas: Por que e como nos comunicamos? Que é signo e que se passa em nossa mente e na do nosso interlocutor quando nos comunicamos? Qual o substrato, o mecanismo fisiológico e o psíquico dessa operação?

Por outro lado, os problemas lógicos podem ser assim enunciados: Quais são as relações do signo com a realidade? Em que condições será um signo considerado aplicável a um objeto ou a uma situação que ele tem a função de significar? Quais são as regras que asseguram uma verdadeira significação?

Em seguida, os problemas linguísticos, ou de uma Semântica linguística,

classificada como a semântica por excelência pelo estudioso (GUIRAUD, 1972, p. 8), seriam: Que é uma palavra? Quais são as relações entre a forma e o sentido de uma palavra e as relações entre as palavras? Como elas asseguram a sua função?

A perspectiva de Guiraud (1972, p. 133) concebe ainda a Semântica linguística geral que estuda as leis da significação e das causas das mudanças de sentido e a Semântica linguística aplicada, que pode ser analítica (sincrônica ou diacrônica) ou estrutural (também sincrônica ou diacrônica).

Entre tantos problemas semânticos apontados, é preciso concentrar atenção em três principais frentes de contribuição para a Semântica, comuns aos diversos autores e segundo os propósitos deste capítulo: da Lógica, da Linguística e da Psicologia. Essa tripartição de Guiraud (1972), tal como a de Sapir (apud CÂMARA JÚNIOR, 1975), sugere maior abrangência e concisão ao tratamento do complexo problema da significação. A Semântica filosófica, definida por Crystal (2000), teoriza sobre a relação realidade e linguagem, subsumida, de certa maneira, à Semântica lógica. Essa última abrange também os campos mais formalizados ou matemáticos da lógica. Portanto, emprega-se a expressão 'Semântica lógica' para tratar de um campo amplo de especulações e aplicações.

Semântica psicológica, Semântica lógica e Semântica linguística não são a mesma coisa, apesar de utilizarem conhecimentos umas das outras e pertencerem à mesma zona de indagações científicas. A Semântica psicológica pesquisa os problemas que interessam também à Lógica, o signo, a mente e a comunicação, caso seja entendida como um campo mais amplo do que a Lógica formal. A presente exposição não adentrará nos meandros da Semântica psicológica, por estar fora dos temas em foco neste trabalho.

Da mesma forma, interessam à Semântica linguística as teorias que sustentam a prática e a teoria de tratamento da informação. Sabe-se que a Semântica linguística é, sobretudo, estrutural. Para Hjelmslev, o único modo de conceber a Semântica estrutural é aceitar como hipótese a noção de estrutura e o conceito de valor, ambos anunciados antecipadamente por Saussure. Este último, por sinal, figura como uma das principais bases teóricas nos manuais sobre Semântica (GUIRAUD, 1972, p. 22).

Como visto, o significado para Saussure (1970) é uma das faces do signo linguístico, juntamente com o significante. É o conceito, o conteúdo que se liga a uma expressão. Quando tomado isoladamente, o significado do signo apresenta-se

facilmente distinguível. Entretanto, o significado não pode ser avaliado sem fazer menção ao entorno contextual o qual pertence. A simples fonação de um sintagma não quer dizer que seus elementos receberão isoladamente um significado único. As relações que se estabelecem com as demais palavras no contexto da enunciação ou da escrita são as que definirão o significado.

Nesse sentido, não haveria uma verdade ou uma condição anterior predisposta a delinear o significado de palavras ou frases. O papel do contexto é representado pelos eixos sintagmáticos e associativos. As palavras, dispostas uma após a outra, condicionam a função de cada uma delas, limitando-as mutuamente. Uma palavra com significado ou significante semelhante sempre competirá com outras concorrentes e disponíveis na língua. O valor de uma palavra será determinado por seu emprego e este por um contexto mais amplo, onde ocorrem as execuções do sistema. Uma unidade se opõe à outra, é isto que permite identificá-la e diferenciá-la.

Salienta-se que na visão saussuriana e de semanticistas estruturalistas, “O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica.” (SAUSSURE, 1970, p. 80). O significado não é obtido pela análise e comparação com a realidade extralingüística. As fronteiras da teoria linguística somente tornam-se evidentes quando divididas deste modo.

Em contraposição, em Chomsky, por exemplo, encontra-se uma preocupação com a origem dos enunciados e com especulações sobre o que é inato na mente humana. Tal argumento está mais próximo de uma Filosofia racionalista ou de um idealismo clássico sobre a origem da linguagem, submetido ao rótulo extralingüístico.

Na literatura especializada denominam realidade extralingüística genericamente, na medida em que as posições a respeito desta questão variam muito. A palavra “extralingüístico” aceita as possíveis acepções: realidade sensível (ou a realidade fenomênica), a coisa-em-si kantiana (ou os noumenos), a realidade nomeada, conhecida culturalmente. Essa realidade nomeada parece ser a noção defendida por Eco (2000) e grande parte dos teóricos que contemplam um possível referente. Para este último, não se trata da coisa, mas das possibilidades de denominação da coisa recordada pela cultura e delimitada pela língua. Sobre esse problema voltar-se-á posteriormente, quando se visitar uma das noções mais importantes de referente até então em vigor – e que causam muitas dificuldades de

entendimento entre lógicos e linguistas –, a noção de referente, de Frege.

O projeto de uma Semântica linguística, com seu fundo estrutural, recebeu forte impulso de Hjelmslev (1972), que produziu um texto para tal finalidade. Um fato característico das iniciativas de Saussure e Hjelmslev é a tentativa de erigir uma Semântica sem influências externas ou que não sejam fundadas nos conceitos linguísticos (estruturais). O *Cours* procura desempenhar essa função de certa forma, bem como os *Prolegômenos*. Hjelmslev (1972, p. 127-128) sublinha: “Finalmente, também é essa a razão porque a semântica, esse fruto tardio entre as disciplinas lingüísticas, tem nascido de um diacronismo e em parte de um psicologismo exclusivos, e tem dificuldades para encontrar suas bases nos marcos da lingüística estrutural.”

Tal esforço emancipatório da Linguística teve como consequência um afastamento de disciplinas como a Epistemologia para, assim, constituir um ponto de vista linguístico sobre o significado. Segundo Hjelmslev (1972), as explicações detectadas em uma análise dos conceitos resultam ou da natureza do objeto (realismo) ou do método (nominalismo). Conclui o linguista: “Esse problema é evidentemente de ordem epistemológico e ultrapassa os limites do presente estudo e a competência da lingüística enquanto tal.” (HJELMSLEV, 1972, p. 132). Nesses termos, parece que o problema epistemológico não é pertinente ao linguista, consequentemente, à Linguística.

Enquanto proposta, Hjelmslev (1972, p. 130-145) reconhece que, para existir, a Semântica estrutural – subentendendo toda a semântica que deseja ser linguística – deverá se basear em alguns parâmetros. Em primeiro lugar, definir o que se entende por estrutura. Em segundo, introduzir a noção de valor e de significação, pois o valor como um elemento da significação é diferencial, isto é, um valor possui um sentido diferencial, opositivo ou negativo. A significação constitui o domínio da substância de conteúdo e a forma de conteúdo tem que ser arbitrária. Em terceiro lugar, situar valor e significação. Em quarto, a substância semântica comporta vários níveis: físico, da percepção e de apreciação coletiva. Presume-se que o nível coletivo interesse à Semântica estrutural. Além do mais, deve-se operacionalmente decompor os níveis de signos; signos mais extensos, signos mínimos e partes de signo, reduzindo os signos mais extensos por diferentes níveis de análise (HJELMSLEV, 1972, p. 144-145).

Lopes (1995) recorda que Hjelmslev introduziu a necessidade de localizar

unidades menores do que o signo, isto é, componentes do signo. O componente mínimo é chamado de sema ou o menor traço semântico pertinente. Nesse sentido, classifica a contribuição de Hjelmslev na análise componencial. Essa disciplina deveria propor dois objetivos: descrever a organização interna dos diferentes campos semânticos e descrever o mecanismo pelo qual diferentes campos semânticos se integram formando um sistema com a unidade maior (LOPES, 1995, p. 241). É evidente que as contribuições de Hjelmslev não se resumem à discussão dos parâmetros gerais de uma Semântica estrutural. Há, no campo da teoria dos signos, inovações teóricas de autoria do linguista dinamarquês que dizem respeito à denotação e à conotação, além do conceito de semiótica.

A teoria dos campos semânticos procura valorizar as relações que uma unidade lexical estabelece com o seu meio. As unidades linguísticas formam complexos grupos de palavras unidas por palavras-chave, cada grupo sendo organizado a partir da identificação de palavras-chave fundamentais, essenciais na área de especialidade em questão. “O fundador da teoria dos campos de palavras, J. Trier, observou que as unidades léxicas de uma língua se deixam reunir em grupos estruturados de tal modo que cada unidade fica definida pelo lugar que ocupa respectivamente à posição das demais.” (LOPES, 1995, p. 242).

Guiraud (1972) inclui a teoria dos campos semânticos na Semântica linguística estrutural, à medida que esta conserva uma das teses básicas do estruturalismo: a identificação não da palavra isolada, mas da capacidade de seu entorno produzir o significado efetivo de uma unidade linguística. Para o autor, “J. Trier, em seu *Der deutsh wortschatz im sinnbezirik des verstandes* (Heidelberg, 1931), estuda as palavras em relação ao setor conceitual do entendimento, e mostra que elas constituem um conjunto estruturado, dentro do qual cada uma delas está sob a dependência das outras.” (GUIRAUD, 1972, p. 87).

Porém, salienta-se que há estudos na mesma direção que reforçam o princípio defendido por Trier, como, por exemplo, a teoria dos campos associativos de Bally, a lexicologia de Matoré, a teoria das esferas de pensamento de Sperber e a teoria de campos morfo-semânticos de Guiraud.

Greimas (1973) prossegue na tentativa estruturalista de empreender uma Semântica linguística. Trata-se de uma expansão da teoria semântica estruturalista, tal como se apresenta nos escritos de Saussure e Hjelmslev. Lopes (1995), tendo justificado as principais limitações das diversas linhas semânticas (Semântica lógica,

Semântica contexto-situacional e Semântica gerativa), não despendeu o mesmo esforço de crítica ao exame da Semântica de Greimas, o que incluía, necessariamente, a discussão de possíveis limitações.

Esse fato reforça a premissa de que a proposta greimasiana é uma das mais importantes empresas da Semântica linguística estruturalista. O objeto da semântica greimasiana é descrever as línguas naturais na sua qualidade de conjuntos significantes, trata-as como língua-objeto, produzindo um discurso que condiz com uma meta-língua, da qual se vale para estudar o objeto em questão (LOPES, 1995, p. 311).

Tendo em vista os temas de aplicação da Semântica greimasiana: literatura, contos, narrativas, sistemas simbólicos de natureza não verbal, conclui-se que sua exposição deve acompanhar as demais apresentações da teoria dos signos, portanto, será apresentada em outra seção. Não se objetiva, com isso, concebê-la como apenas semiológica, porém é compreendida duplamente: como Semântica estrutural e como Semiologia do discurso.

Contudo, ressalta-se ainda que, somente acompanhando as demais correntes da Semântica, será possível entender as razões da distância existente entre as explicações lógico-filosóficas e as propriamente linguísticas do significado. Essas seriam as duas formas que mais influenciam o entendimento da significação, segundo os propósitos deste estudo.

Nesse sentido, acredita-se que a corrente lógica da semântica acaba por ser mal interpretada, deixando de discutir os teóricos que poderiam inserir a este ponto sua contribuição. Isto, conseqüentemente, afeta a disposição das influências da Linguística na organização da informação e do conhecimento.

Para a Semântica linguística estrutural, a noção de objeto ou de algo que está fora do signo é concebível, porém não determinante em sua teorização. As críticas de ramos da Linguística endereçadas à Semântica lógica, por esta aceitar a noção de referente, mostram-se pouco esclarecedoras sobre a articulação do referente com o significado.

Como aventado anteriormente, alguns linguistas compreendem por extralinguístico uma série de pressuposições: realidade fenomênica, a coisa em si mesma, realidade designada. É extralinguístico algo que está fora do mental. Explicar essas noções é de fundamental importância para abrir espaço a considerações sobre a Semântica lógica e demais teorias do signo que respeitam

pressupostos lógicos e uma leitura triádica do signo, sem, contudo, classificar antecipadamente tais conceitos como inadequados ou inviáveis à teorização do significado.

Em primeiro lugar, pode-se supor que a *realidade fenomênica* (dos fenômenos) consiste na forma que o mundo se mostra aos sujeitos, o fenômeno seria as coisas como as conhecemos, de acordo como se apresentam, em formas e aparências. A realidade fenomênica consistiria em uma das acepções do extralinguístico.

Em segundo lugar, presume-se que a *coisa* é considerada nela mesma e independente do conhecimento que se poderia ter dela, tal como Kant (1980) definiu os noumenos. São as coisas não consideradas como fenômenos. Destas, não se pode nada conhecer sem a mediação dos fenômenos que indicam sua presença. Nesse sentido, considera-se que a coisa é tomada como entidade cujas propriedades são químico-físicas e podem ser estudas por outras ciências, menos a Linguística.

O terceiro entendimento perfaz as coisas como elas podem ser a partir das convenções socioculturais que as designam, o que se pode chamar de *coisa culturalizada*. A língua influi na nomeação das coisas e as possibilidades de definição são dadas pela linguagem. Quando se esclarecem as diferenças substanciais destas concepções logo se verifica que, em muitas ocasiões, alguns textos tratam indiferentemente tais particularidades. Pode-se ainda pensar no referente enquanto uma entidade textual funcionando como índice. Nessa acepção, verifica-se a capacidade de frases e palavras remeterem a partes anteriores (anáfora) ou posteriores (catáfora) de um discurso.

Sabe-se que cada uma destas três acepções propõe consequências fundamentais para a teorização do referente. Por exemplo, uma crítica proveniente da Linguística, sobre a teoria do referente que se fundamente na equivalência entre coisa e referente, deverá reconhecer que em certos momentos o referente será um fenômeno e, por conseguinte, da ordem do mental. Seguindo essa linha, a comparação de referente com fenômeno produzirá uma separação artificial, na medida em que em ambas as situações, o fenômeno será algo percebido mentalmente.

Em geral, mencionam como referente as coisas, quando, na realidade, ele cumpre uma função lógica e em nenhum momento diz respeito, exclusivamente, a coisas individuais ou às suas propriedades físico-químicas. Isto é, objeto do signo

será todo e qualquer elemento que cumpre a função de ser o pressuposto de uma representação. Apesar disso, a teoria do signo na Linguística estrutural não se manifesta no sentido de aceitar que os elementos exteriores ao sistema possam direcionar o curso da representação do signo linguístico. O argumento privilegiado é o de Saussure, que sustenta a não motivação no signo linguístico, pois não se refere a objetos exteriores para iniciar a construção do significado.

Ora, se não houvesse motivação, como se poderia conhecer as coisas? O conhecimento do código linguístico parece não garantir a efetivação do significado. Deve-se considerar que há um contexto anterior e um relacionamento social com os objetos que corporificam os significados. A tese do ensaio de Blikstein (1985) responde satisfatoriamente ao problema da significação real que condiciona o conhecimento humano. Para o autor (1985), a significação é um processo que se origina antes da simbolização gerada pelo signo linguístico, é construído pelo contexto social, bem como pelo convívio com as coisas, os noúmenos e seus fenômenos.

Supõe-se que o conhecimento humano não se origina no signo linguístico, pode ser que até se amplie com sua realização. Na opinião de Blikstein (1985), a Linguística e a Semiologia rejeitam o referente, mas é um elemento fundamental ao estudo geral da linguagem humana e sua conexão com o conhecimento. É um tema à margem da especulação da Semântica estruturalista; no entanto, não pode ficar excluído quando se teoriza sobre o conhecimento humano em geral e suas conexões com a linguagem. O objetivo não é contestar o olhar linguístico sobre a questão - mesmo porque foram poucos os teóricos mencionados -, mas ressaltar a relevância deste conceito para uma teoria triádica dos signos com base na Filosofia.

Outra teoria que supostamente influenciou muitos lógicos e linguistas, e que tem contato com as noções discutidas anteriormente é a teoria da referência de Frege. Ela é fonte de muitas incompreensões e equívocos. A teoria lógica do significado funda-se na anuência da determinação do signo por algo fora dele – mas que não está literalmente distante –, isto é, um elemento que subjaz a qualquer cognição ou conceito.

Uma teoria lógico-filosófica do significado deve-se examinar as influências do referente para daí tirar argumentos sobre a verdade das sentenças e as condições de apresentação desse fenômeno como realidade. A teoria linguística desenvolvida por Saussure, e principalmente por Hjelmslev, demarcou como condição principal as

relações de significado subjacentes à estrutura da linguagem. Eles propunham afastar todo tipo de realismo dos objetos exteriores, mas preservar o realismo das entidades virtuais presentes no sistema. Em outras palavras, um tipo de idealismo.

Quando se busca encontrar as contribuições da Lógica na teorização do significado, tem-se que aderir às discussões propostas pela Filosofia. Uma teoria geral dos signos somente pode trazer contribuições ao estudo do significado se considerar a perspectiva lógica da Semântica. Ela resgata o problema do referente que transpassa a relação humana com os objetos e a simbolização. Talvez seja neste eixo onde se encontram os parâmetros essenciais para se delimitar o campo das teorias linguísticas do signo e das teorias lógicas do mesmo. Não há possibilidade de compreender, efetivamente, uma Semiótica sem a aceitação anterior da perspectiva lógica do significado.

Seria contraditório supor que é dispensável à teoria lógica a menção de objetos, aos quais faz referência. Como registrado, objeto não é somente coisa, mas um elemento que realiza uma função lógica no jogo da significação. O conceito de objeto de Peirce, que será examinado no capítulo seguinte, pode minimizar algumas dificuldades encontradas sobre a definição e a utilidade do referente.

Sendo assim, a noção lógica de referente de Frege, parece ter sido considerada em segundo plano, de acordo com os propósitos da Linguística. Frege (1974, p. 195), antes de qualquer coisa, parece objetivar a eficiência dos signos escritos para diminuir a ambiguidade da linguagem, a principal tese é mostrar a eficiência dos sinais para conduzir as operações lógicas. De início, o autor aceita a influência do exterior como força motriz que orienta nossa atenção; em seguida, as percepções sensíveis podem ser reunidas em diversas formas de sinais. Como lógico, Frege constata que o significado das palavras é fugidio, transita de uma expressão a outra; é nesse contexto que uma linguagem artificial teria um campo de aplicação. Desse modo, a Lógica, como instrumento intelectual dos cientistas, deve conduzir mais rapidamente a raciocínios válidos e acusar quando este é feito de uma maneira enganosa.

O problema de Frege, no âmbito da Lógica, e sua respectiva solução, é considerar os sinais como tentativa de superar as inconstâncias da linguagem comum, parece entrar em desacordo com as explicações linguísticas centradas no estudo de outros discurso que não o científico. O argumento de que a “verdade” do significado pode ser revelada a partir da análise de uma proposição não é aceito

sem resistências.

Frege (1974, p. 195-196) explicita a participação de três elementos na formação do signo: a coisa ou as coisas semelhantes, singular e do exterior; o sinal, como as palavras e os sinais matemáticos; e o conceito, que é comum ao sinal e à coisa. À primeira vista, parece que Frege especifica que coisa é algo do exterior, o que pode gerar dificuldades quando se procura aplicar esta tríade não mais em termos, porém em enunciados mais complexos.

Essa crítica parece ter levado Lopes (1995) a classificar a Semântica lógica como semântica da palavra isolada. Ainda para Lopes (1995, p. 247), Frege condiciona a significação ao seu valor de verdade e por trazer ao fenômeno cultural o objeto da realidade fenomênica, extralinguístico. Lopes (1995) entende que este é um problema da Lógica e da Moral, e não um problema da Linguística. Encontra-se aqui a necessidade de se separar com precisão os conceitos: objeto, realidade e fenômeno.

Para o autor, em Frege, referência é o objeto a que o signo se refere, sentido é o modo de exprimir a referência, e imagem associada constitui-se na associação subjetiva que cada sujeito faz do sentido (LOPES, 1995, p. 245-246). O objeto deve ser compreendido na sua forma mais ampla, o que não é nenhum pouco esclarecedor, pois, de fato, não o define nem sugere que se trata de um função lógica. É presumível, partindo de exemplos fornecidos pelo autor, que a referência será da ordem da realidade exterior ao fenômeno linguístico. De qualquer modo, o conceito de signo de Frege também é triádico.

Na mesma linha, Ducrot e Todorov (1988, p. 230-231) afirmam que, em Frege, referência trata do referente do signo, expressão que o designa; e sentido, a maneira pela qual ela designa este objeto. Contudo, Ducrot e Todorov (1988) atrelam a noção de referente de Frege ao âmbito dos objetos reais que designa. Em uma interpretação linguística do referente, definem-no como objeto designado que mediante uma expressão forma seu referente e, tal realidade, não é a realidade, o mundo (DUCROT; TODOROV, 1988, p. 229)

Mas a referência de Frege diz respeito à tradução da palavra alemã *bedeutung*, que, nesse contexto, pode receber dois empregos: o de objeto real e o de classe de objetos possíveis a que o signo se refere, ou seja, um objeto-tipo (ECO, 2000, p. 50-51). Nessa segunda acepção, assemelha-se ao conteúdo. É uma definição de entidade histórica, um conteúdo denotado. Eco (2000) argumentará que somente se

referência for entendida desta última forma é que interessará ao estudo semiológico.

Tais interpretações tendem à valorização do entendimento de referência em Frege como algo da realidade designada e da realidade objetiva, e este segundo como tal não interessa à Linguística - a não ser quando o compreende como um recorte cultural. Presume-se que a preferência por essa interpretação da teoria do signo de Frege tenha gerado dificuldades em se adotar a noção de referência (referente), bem como toda e qualquer visão triádica do signo.

Ocorre que, em Frege, não há uma equivalência única e precisa entre a referência e o real, fato que desfaz o pseudoproblema da equivalência para todas as ocasiões. Uma reflexão acurada e derivada da Lógica pode pontuar qual o real problema de Frege, para daí revisitar a pertinência dos conceitos lógicos do signo.

Segundo Haack (2002, p. 96-97), Frege indagou-se sobre se os nomes próprios têm sentido e referência. Assim, perguntou: Como pode “a=b” ser mais informativo que “a=a”, se “a” é “b”? Sua resposta sustenta que a referência de “a” é a mesma de “b”, contudo, o sentido de ambos é diferente. É essa diferença que acrescenta maior grau de efetividade.

O nome próprio é tanto nome ordinário quanto descrições. O nome é a expressão que se refere a um objeto definido, porém há outros nomes que não denotam um objeto real (HAACK, 2002, p. 98). Nesse sentido, referente não pode ser concebido unicamente como o conjunto da realidade, apesar de, em várias ocasiões, compreender alguns elementos desta. Tal posição não faria jus à especificidade da teoria lógica do signo, de Frege.

Para Frege, as variações de sentido são toleráveis, se a referência permanecer a mesma. Como a referência não se subsumirá apenas à realidade, tampouco se aplica estritamente aos nomes próprios – ou à palavra isolada de Lopes (1995) –, o que, de fato, se pode entender por ela? A resposta mais condizente à matriz teórica fregeana habilita como referência os seguintes elementos: objeto (real ou fictício), conceito (classes de coisas) e valor de verdade.

Para Haack (2002, p. 97), conforme Frege, a referência será um objeto quando sua expressão for um nome próprio e na medida em que o sentido for o significado deste nome; a referência será um conceito para sua expressão que será um predicado e o sentido constituirá o significado da expressão predicativa. Quando a referência constar como valor de verdade, sua expressão será uma sentença em que seu sentido será uma proposição.

Desse modo, fica evidente que a teoria de Frege não se limita a dizer, sobre a referência, que ela equivale à coisa em todas as situações. Além do mais, o argumento de que a Semântica lógica analisa a palavra de forma isolada também não se sustenta, pela simples presença da noção de proposição. O importante é que a teoria do signo, proposta por Frege, é triádica, e procura pensar o objeto (referência ou referente) em sua função lógica no signo.

Reitera-se assim a importância da perspectiva lógica do significado. Negligenciar tal concepção pode trazer consequências consideráveis para os campos de pesquisa que explicam o fenômeno da linguagem. Além de Frege, outros teóricos contribuíram para a ampliação da Semântica, do ponto de vista da Lógica: Agostinho, Locke, Peirce, Welby, Morris, Carnap, Hilbert, Russell, Cassirer, entre outros. Por exemplo, Santo Agostinho já definia signo com o auxílio das concepções de expressão, coisa e significado (BLIKSTEIN, 1985, p. 24). As demais contribuições seguiram a versão triádica do signo.

Não sem razão, Morris dividirá a teoria lógica do signo em três modos de ação do signo. Entre estas, ficou conhecida por Pragmática este ramo da teoria dos signos que estuda os usuários dos signos, os locutores, suas modalidades de uso cotidiano e contextual (MORRIS, 1976). É fato que Morris recebeu forte influência do Pragmatismo clássico, pois suas principais teses vão ao encontro das expectativas teóricas de seus fundadores, entre eles Peirce.

A Semântica Lógica, em sua versão presente na Lógica simbólica moderna, evoca a preocupação de Frege sobre a possibilidade de se efetivar uma linguagem que sirva de guia para o pensamento. Não é outro o objetivo a não ser livrar-se das encruzilhadas do pensamento, em suas manifestações enganadoras que inibem a verificação do significado das expressões. As críticas endereçadas a essa concepção fundam-se na premissa de que a Lógica simbólica visa retirar da linguagem o atributo sócio-cultural. Contudo, o problema lógico diz respeito a como operacionalizar mais rapidamente e corretamente as cadeias de deduções decorrentes da análise dos argumentos.

Respeitando essa particularidade, reitera-se a relevância da noção triádica do signo proveniente da Lógica, bem como as soluções encontradas para os problemas do significado em contextos especializados. Dedicar-se a tais questões não significa que os aspectos sociais devam ser retirados das análises lógicas, porém estes aspectos já participam da construção do significado, apenas sendo substituídos por

algum símbolo e outros que reconstituam seu contexto.

Sem fornecer maiores explicações dos desdobramentos da concepção lógica do significado, neste momento, merece destaque a concepção geral do lugar da Semântica, segundo essa perspectiva: “A semântica faz parte, portanto, aqui, da lógica, que é o estudo das formas e das leis do pensamento, sendo, ao mesmo tempo, uma arte da linguagem instrumento do pensamento, um logos a um só tempo palavra e razão.” (GUIRAUD, 1972, p. 110).

O grupo que catalizou as contribuições lógicas para o significado dos conceitos científicos ficou conhecido como Escola de Viena, que avançou, consideravelmente, na versão positiva da ciência. As teses dos integrantes da Escola repercutiram mundialmente nos círculos acadêmicos, e se seguiu uma visão matematizada da linguagem científica.

Apesar de a Semântica ser um campo fundamental para a Linguística estrutural e a Lógica formal e simbólica, após a década de 1950, outros horizontes teóricos firmaram-se no âmbito da Linguística. Na esteira da Pragmática de Morris, uma série de contribuições levantaram o problema da linguagem do ponto de vista do sujeito. É precisamente o que se pode entender por uma tentativa de inserção do sujeito na teoria lingüística, pois Saussure tinha-o destituído de um papel ativo. Tal reconsideração do sujeito poderia passar pela linha da enunciação, de uma Sociologia da língua ou por uma perspectiva pós-estruturalista.

Nas décadas seguintes, nota-se como fundamentais os avanços de uma Linguística do Texto, bem como das teorias e estratégias de Análise de Discurso e Análise de Conteúdo. Tanto a primeira quanto as segundas tiveram um impacto em outras disciplinas, entre elas a Ciência da Informação, especificamente, a organização da informação e do conhecimento. Um levantamento dos principais conceitos da Análise de discurso e de conteúdo não será apresentado, contudo registra-se a pertinência destas disciplinas no tratamento da linguagem.

Não obstante, ao que se refere ainda à Semântica lógica, verifica-se que esta procura estabelece parâmetros para definir os conceitos, principalmente os científicos, fato que a aproxima de campos de pesquisa e atuação profissional mais aplicados. Alguns deles, sustentaram-se nas teses lógicas sobre a definição de termos e conceitos no âmbito científico. Esse fenômeno parece ter ocorrido com a Terminologia.

A Terminologia é a ciência que estuda os termos científicos e técnicos. O

trabalho do terminólogo pode gerar produtos que beneficiem o desenvolvimento das ciências e das áreas profissionais. Apesar de a Terminologia não ser considerada unanimemente um ramo disciplinar da Linguística, parte de seu referencial teórico provém da ciência da língua, por isso que está inserida nesta seção.

Para Cabré (1995, p. 289), sob a expressão “terminologia” encontram-se diversas compreensões: uma disciplina, uma prática e um produto gerado a partir desta prática, respeitando as teorias da disciplina em questão. Enquanto disciplina, ocupa-se de termos especializados; na condição de uma prática, concebe as diretrizes e os princípios para compilar termos; e, no que tange ao produto, corresponde a um conjunto de termos de um campo de especialidade (CABRÉ, 1995, p. 289-290; DIAS, 2000, p. 90). Uma década depois, a autora (2005, p. 2) sustentou que sob terminologia se deve entender quatro vertentes: uma necessidade social, uma prática social para responder a essa necessidade, uma aplicação ou produto gerado a partir desta prática, e um campo do conhecimento.

Interessa, antes de mais nada, apontar os fundamentos linguísticos da Terminologia. Para tanto, deve-se destacar as principais definições em torno do objeto da Terminologia. Não cabe, neste momento, discutir se a Linguística compreende a Terminologia como um de seus ramos, o fato é que conceitos do estruturalismo lingüístico, bem como outras escolas da Linguística, estão presentes nesta disciplina.

A Terminologia, segundo Krieger (2001b, p. 35) e Boulanger (1995), tem por objeto o termo técnico e científico. Krieger (2001a, p. 23) define termos como as “[...] entidades complexas que, a despeito de suas particularidades, integram o funcionamento das línguas naturais.” Cabré (2005, p. 10), por outro lado, define como objeto da Terminologia as unidades terminológicas, as quais possuem conteúdos especializados e, portanto, podem receber um tratamento pluridisciplinar.

Quaisquer palavras ou expressões de um campo de especialidade dotadas de valor podem ser consideradas termos. Os conceitos são unidades de conhecimento e devem possuir uma conexão com a unidade terminológica para serem expressos. Esses campos podem ser definidos como campos científicos e técnicos quanto às áreas ocupacionais. Eles dispõem de uma língua particular, e os pesquisadores, técnicos e profissionais participam ativamente na construção do discurso especializado. Pode-se também compreender esses campos mais gerais como domínios, tal como a Química, e como subdomínio, a Química Orgânica. Contudo,

domínios e subdomínios não se referem apenas às ciências, compreendem também os campos indicados anteriormente.

A relação com os conceitos técnico-científicos é condição essencial para se chegar ao termo. Um termo representa o conceito especializado e tem com este uma relação necessária. São verdadeiras representações de unidades de conhecimentos, e não simples unidades lexicais (KRIEGER, 2001b, p. 35). As palavras da língua não especializada podem – como muitas vezes ocorre – corresponder a termos de campos científicos, técnico ou profissional, no entanto, o termo é reservado ao vocabulário especializado. Na linguagem saussureana, o sistema língua conteria o subsistema língua especializada.

No desenvolvimento da Terminologia enquanto disciplina, identificam-se um conjunto de linhas teóricas que divergem quanto ao seu escopo e à posição do campo diante de outras disciplinas que estudam a linguagem. A primeira corrente que representou a fundação do campo da Terminologia como ciência autônoma é denominada Teoria Geral da Terminologia. A TGT baseou-se na proposta do engenheiro austríaco Eugen Wüster, decorrente de sua tese de doutorado “Normalização internacional na técnica especialmente na eletrotécnica”, defendida na década de 1960, e que se manteve fiel às ideias do Círculo de Viena (KRIEGER, 2001a, p. 23), construindo as bases de sua teoria já na década de 1930 (BARROS, 2006, p. 22).

Conhecida como teoria clássica, ela defende uma perspectiva normativa, considerando o conceito como unidade de conhecimento autônoma. Isso quer dizer que o termo e os conceitos não são entes indissociáveis. Na realidade, a associação de um termo ao conceito pode ser algo contingencial. Barros (2006, p. 22) salientou que a TGT concebe o conceito e o termo como coisas independentes, a unidade de conhecimento constituinte do conceito preexiste aos termos. Essa interpretação difere-se radicalmente da proposta de signo linguístico, em que há união indissolúvel entre a expressão e o conteúdo de um conceito. Para a TGT, o procedimento adotado é onomasiológico, pois parte dos conceitos de um campo de especialidade para se alcançar as denominações ou indicação dos termos.

Não obstante, para garantir maior comunicação entre os especialistas, deve-se proceder à padronização dos termos, mediante conceitos facilmente denomináveis (KRIEGER, 2001a, p. 24-25). Uma vez que as terminologias representam conceitos e não simples significações, não são as representações comuns de palavras do

léxico, mas sinalizam a presença de uma unidade de conhecimento irreduzível a uma palavra qualquer. Os conceitos sob a perspectiva da TGT são representações das características e relações dos objetos. A preocupação com a eliminação das ambiguidades e a supervalorização dos conceitos diante dos termos fazem da teoria de Wüster um espaço com fraca inserção dos conceitos linguísticos.

Em alguns procedimentos aplicados, a Terminologia se aproxima da Lexicografia, que parte inicialmente de uma lista de palavras para, então, defini-las. Esse processo é conhecido como orientação semasiológica. A Lexicografia subentende a não padronização. Por conta disso, é menos descritiva e tem como um dos objetivos produzir dicionários gerais.

Diferentemente, a Terminografia parte de conceitos ou estrutura nocional para consultar o uso em especialistas, procedimento chamado de onomasiológico. É fortemente orientada para a normalização, a padronização e, conseqüentemente, a univocidade dos termos. É mais descritiva que a anterior e tem como finalidade produzir dicionários especializados (CABRÉ, 1995, p. 394; KRIEGER, 2001a, 25). Esse procedimento descritivo da Terminologia oferece subsídios práticos na coleta de termos utilizados em contextos especializados, possibilitando a elaboração de glossários, terminologias, etc., monolíngues ou bilíngues.

Krieger (2001a, p. 23-24) salienta que a TGT é considerada um ramo da Linguística aplicada e estabelece relações ou encontra-se em convergência com a Linguística, a Lógica, a Ontologia, as Ciências da Informação e diferentes campos científicos beneficiados por seus resultados. Cabré (1995, p. 291) acrescenta que a TGT foi a primeira posição da Terminologia, a qual procurou sustentar sua autonomia e auto-suficiência, argumentando que os termos não são especificamente linguagens, apesar de incluírem uma linguagem. Também é fato que a TGT foi construída à margem da concepção da Linguística e das inovações no campo da Semântica e Pragmática, separando conceito de designação, enfatizando a forma escrita dos discursos e dispensando a diacronia subjacente ao estudo da linguagem (CABRÉ, 2005, p. 3-4).

Por outro lado, a TGT foi profundamente influenciada pela Lógica e por suas concepções de linguagem, conceito, termo e definição. A TGT surgiu antes de novos movimentos de teorização da Terminologia e guarda estreita relação com as teses do Círculo de Viena, ou positivismo lógico. Para esta escola, a linguagem científica deveria ser mais apurada, utilizando a perfeição da linguagem lógico-matemática

como modelo representacional da realidade empírica. Havia uma crença na neutralidade das palavras e dos conceitos científicos na incumbência de representar realidades. Presumiu-se que a análise lógico-matemática dos conceitos seria um meio eficaz de se alcançar a validade do argumento científico.

Fora dessa discussão e tendo uma posição supostamente mais crítica em relação ao escopo da Terminologia, está presente a proposta que defende um Terminologia como sub-disciplina – não autônoma –, mas partindo de outras disciplinas como a Linguística, a Filosofia ou as áreas científicas. A Terminologia seria um apêndice de outras disciplinas, segundo assevera Cabré (1995, p. 291).

Pode-se pensar que as reflexões sócio-terminológicas defendem a dependência relativa da Terminologia. Boulanger (1995, p. 314) reconhece este aspecto subalterno da Terminologia em relação ao campo da Linguística, como uma ideologia que domina o rótulo Terminologia. Para uma teoria sociológica da Terminologia, "O signo terminológico passou a ser tratado de acordo com a concepção saussureana de unidade entre o significante e o significado." (BARROS, 2006, p. 22). Segundo essa perspectiva, os estudos no interior da Linguística proporcionam uma matriz teórica a responder aos aspectos sócio-culturais da constituição dos termos. A Terminologia é dependente dos estudos gerais desenvolvidos pela Linguística, muito mais que na TGT.

A Teoria Sócio-Terminológica (TST) estaria entre as perspectivas da não autonomia. Contudo, ela aceita o relacionamento interdisciplinar com outros campos de estudo uma condição indispensável. Para Boulanger (1995, p. 313), "[...] a terminologia é um campo da lingüística, tanto sob o ponto de vista da teoria, quanto sob o ponto de vista da prática." É uma perspectiva que concebe claramente a Terminologia como sub-disciplina que, atualmente, integra programas de ensino universitário em Tradução e em Linguística. Krieger (2001b, 36) registra que França e Canadá contribuem, significativamente, para a reflexão sócio-terminológica.

Sendo um ramo especial da Linguística, o parâmetro para se preceder a quaisquer definições não poderia ser outro senão o semasiológico. Primeiro, se delimita o contexto de uso dos termos, bem como os candidatos a termos, para, em segundo lugar, efetuar a definição buscando o conceito. O estudo do léxico, por conseguinte, é indispensável para o terminólogo orientado por essa perspectiva.

O uso da linguagem é uma ênfase dos estudos sócio-terminológicos. É provável que o funcionalismo linguístico, bem como os estudos da linha pragmática,

centrada no uso e nos usuários da língua, contribuíram significativamente para a TST. O contexto linguístico proporciona as diretrizes para a definição dos termos e a delimitação das práticas de seus usos.

A terceira corrente do estudo das unidades terminológicas é conhecida como Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), desenvolvida por Maria Teresa Cabré e um grupo de colaboradores da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, nas décadas de 1980 e 1990 (KRIEGER, 2001b, p.35; BARROS, 2006, p.22). O objetivo fundamental é promover a comunicação entre as pessoas, e, para isso, deve-se conceber os termos em sua capacidade de ligar intersubjetivamente comunidades. A principal característica da Terminologia é ser interdisciplinar e autônoma, mesmo recebendo contribuições de várias disciplinas que oferecem subsídios à teorização e à prática com os termos.

O cenário da discussão de Cabré é esse contexto contemporâneo em que a comunicação entre as pessoas é cada vez mais potencializada com os usos das novas tecnologias da informação, a expansão e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa. O conhecimento científico atingiu altas taxas de interação com pessoas especialistas e não especialistas, a multiplicação dos intercâmbios linguísticos e culturais. Em outras palavras, um fenômeno abrangente que se pode qualificar de globalizante.

Para Cabré (1995, p. 291), a TCT sustenta que a Terminologia é uma disciplina autônoma, interdisciplinar e constrói sua especificidade a partir das disciplinas de que é devedora. Tem fundamentos da Linguística e da Documentação. Supõe como primordial a comunicação pragmática entre falantes e suas situações de comunicação (CABRÉ, 1995, p. 293). As unidades terminológicas podem receber tratamentos pluri-dimensionais, sugerindo que o termo é ao mesmo tempo uma unidade de conhecimento, uma entidade linguística e uma unidade de comunicação (BARROS, 2006, p. 26).

Diferentemente da TGT, o termo aqui se apresenta em um contexto mais complexo, pois é instrumento de comunicação intersubjetiva, ao mesmo tempo que se constitui em uma entidade cognitiva e linguística. Não se pode alijar o termo de seu contexto, que motiva uma leitura dos fenômenos contemporâneos em seu entorno, os quais indicam, por exemplo, que os termos não objetivam tão-somente a comunicação entre especialistas, mas a comunicação destes com outras comunidades discursivas.

A ênfase na comunicação está associada a uma conjunto mais abrangente de teorias parceiras que não devem ser evitadas pela Terminologia. Cabré (2005, p. 5-7) reconhece que a Terminologia dispõe de teorias que superam a menção isolada da Lógica e da Linguística, contemplando a Semântica, a Pragmática, o Funcionalismo linguístico, a Linguística de corpus, a Análise de discurso, as Ciências cognitivas, a Linguística computacional, a Indexação Automática, a Sociolinguística e a Linguística do texto.

Compreende que, devido aos trabalhos de elaboração de repertórios terminológicos, a Terminologia integra um processo comunicacional. Krieger (2001a, p.28) comenta que esta é uma Terminologia de base linguístico-comunicativa. Desse modo, reconhecer o funcionalismo linguístico como uma escola fundamental para verificar os atos de linguagem, segundo suas funções, com ênfase na comunicação, é, de certo modo, pressupor a função comunicativa das terminologias e dos conceitos.

Há, evidentemente, muitos conceitos linguísticos presentes na teoria terminológica, dependendo da corrente em questão. Tais conceitos estão indiretamente sendo incorporados como arcabouço teórico da organização da informação e do conhecimento, na medida em que esta recebe contribuições terminológicas. Na organização da informação e do conhecimento, os procedimentos terminológicos se tornaram essenciais para representar conceitos de campos especializados do conhecimento científico, o que, em última análise, facilita a organização de documentos para posterior recuperação. Kobashi (1996, p. 7 e 12) ressalta que as mais recentes produções teóricas dos pesquisadores brasileiros apontam para a interface entre Terminologia e Análise documental. O pressuposto é que a Terminologia imprime rigor às práticas de construção de vocabulários para fins documentais. A relação entre Terminologia e organização da informação e do conhecimento será analisada na seção seguinte.

A Terminologia, em cada uma de suas correntes, percebe da Linguística um conjunto de contribuições, conforme assume Cabré, as quais se dão na forma de teorias, conceitos e procedimentos. Algumas dessas influências serão examinadas a seguir, sem pretensão de aprofundar a questão.

O conceito de signo linguístico, por exemplo, preside a exposição de Boulanger (1995, p. 314), considerado fundamental para compreender a sequência: termo → denominação → conceito; o que para o autor é nada mais que a fórmula

saussureana: signo → significante + significado. Um conceito trata da língua natural e o outro se refere a línguas de especialidade. Como forma de inserir conteúdos linguísticos na formação do terminólogo, Boulanger (1995, p. 314) recomenda que se inicie pela Linguística teórica.

Na mesma linha, para Krieger (2001a, p. 29-30), o termo conforma-se ao conceito de signo de Saussure; possui uma condição sígnica que permite sua análise no plano semântico e pragmático-comunicacional. As terminologias contam com o sintagma terminológico, pois 80% (oitenta por cento) das terminologias são compostas de unidades complexas. Isto significa que a compreensão da maioria das unidades terminológicas subentende a aceitação de conceitos fundamentais do estruturalismo linguístico. Em resumo, para Krieger (2001a, p. 31), os termos são também signos linguísticos.

Semelhante discussão é retomada por Cabré (1995, p. 291), no contexto da Teoria Comunicativa da Terminologia, porém, diferentemente dos anteriores, defende que a Terminologia considera os termos como unidades sígnicas de três faces (coisa, nome e significado), aproximando-se mais da concepção de signo da Semântica lógica que da Linguística. Entretanto, a autora diferencia a perspectiva adotada pela Linguística, Filosofia e áreas de especialidade; cada uma inclinando-se a um eixo da noção de signo, o que torna a abordagem sempre incompleta. Por exemplo, a Linguística fica com as díadas: conceito/significado e nome/denominação; a Filosofia, com as díadas: conceito/significado e coisa/referente; e as áreas especializadas, com significado/conceito e coisa/referente (CABRÉ, 1995, p. 291).

A noção de signo linguístico é tomada como base na conceituação de termo na abordagem terminológica; contudo, a aceitação integral da explicação linguística depende do ponto de vista em jogo. A abordagem da Teoria Comunicativa da Terminologia sugere um avanço, incorporando na definição de quaisquer termos às realidades extralinguísticas das áreas de especialidade. Conforme será apontado, a organização da informação e do conhecimento segue os parâmetros de uma única linha, trabalhando, conseqüentemente, com as perspectivas mais tradicionais da Linguística.

Outros conceitos do estruturalismo linguístico são fundamentais para a Terminologia, entre os quais, diacronia, sincronia, língua, sintagma. Para Boulanger (1995, p. 315), além do signo linguístico, os conceitos língua e sincronia são

essenciais para compreender as línguas de especialidade. Além disso, a Terminologia exige conhecimentos sobre o léxico (nos conceitos de palavras, termos, entidades lexicais, variação lexical); conhecimentos de Semântica (hierarquização e estruturação do léxico, sinonímia, homonímia, polissemia, analogia, etc., procurando reduzir a polissemia e propor a univocidade); Morfologia (formação de palavras do léxico em disciplinas científicas) e Lexicografia (decodificação que exige o conhecimento de análise de dicionários e enciclopédias e lexicografia ou terminografia de codificação, isto é, operações para construir dicionários lexicais de domínios específicos). São inúmeras as contribuições linguísticas à Terminologia.

Como visto, a principal contribuição provém do estruturalismo linguístico, seja devido aos conceitos fundamentais elencados pelos autores, ou mesmo pela linha adotada pela Semântica; os demais conhecimentos linguísticos baseiam-se em outras origens, conforme Cabré (2005). Porém, para a TGT, é pouco influente a questão diacrônica dos termos, quanto mais as relações intrínsecas das palavras e dos conceitos para constituir a significação. Presume-se que a questão do significado, para Wüster, não está na relação que um conceito estabelece com os demais - conforme uma leitura do valor linguístico -, mas nas propriedades dos objetos que constituem um conceito.

Cabré (1995) menciona alguns conceitos da teoria linguística, os quais fundamentam diretamente ou servem para identificar as diferenças em relação aos termos para Terminologia, por exemplo, sincronia. A Terminologia volta-se à linguagem real especializada, um conceito independe do termo. Em outras palavras, enfatiza o aspecto sincrônico, ao contrário da teoria linguística que teoriza sobre os objetos: a competência de um falante ideal (não concebe o significado, caso não esteja vinculado à palavra); a evolução do significado é livre; os conceitos não são considerados em seu âmbito internacional; além da pronúncia ser aspecto irrelevante para a Terminologia (CABRÉ, 1995, p. 292). Mas Cabré aludirá à possibilidade de influência dos aspectos orais da língua: "A análise das unidades terminológicas desde a lingüística pressupõe entrar através dos textos ou produções lingüísticas orais." (CABRÉ, 2005, p. 8, tradução nossa).

Pode-se, com isso, inferir que conceitos fundamentais dessa discussão são: linguagem, sintaxe, diacronia e sincronia. A crítica da Terminologia, elaborada por Cabré (1995, p. 292), sustenta que na Linguística os conceitos não são

considerados internacionalmente, como algo referente aos demais países, mas pode intervir na pronúncia, aspecto que não interessa à Terminologia.

Cabré (1995, p. 293) ainda ressalta que os aspectos pragmáticos da linguagem são os que permitem separar termos de palavras. Para a autora, eles se distinguem pelos seus usuários, pelas situações em que utilizam, pela temática que veiculam e pelo tipo de discurso em que aparecem. A ênfase na Pragmática alude à concepção da pragmática de Morris, ou seja, nos usos e usuários que definem efetivamente o papel dos termos em um contexto.

Em resumo, a Terminologia “[...] se limita a aportar elementos teóricos – e princípios práticos – capazes de reger a busca, seleção e ordenação dos termos próprios dos campos de especialidade, com a finalidade de normalizar sua forma e seus conteúdos.” (CABRÉ, 1995, p. 293). A Linguística atua sobre o léxico comum e a Terminologia, nesse aspecto, sobre os especializados. Mas os termos não são compreendidos como elementos naturais do sistema linguístico; termos não sofrem os efeitos da realização, não comportam processos de sinonímia e variação que afetam o léxico comum, pois são elementos artificiais, estranhos aos sistemas linguísticos e seu funcionamento é natural (KRIEGER, 2001a, p. 26).

Krieger (2001a, p. 27) admite dois processos definidores da relação entre léxico comum e especializado: um é a terminologização, em que as palavras adquirem sentidos especializados, mas coexistem com sentidos comuns; o outro processo é a vulgarização, e os termos científicos circulam irrestritamente, o que dificulta a separação entre léxico comum e especializado.

Contudo, a dúvida entre o léxico comum e o especializado não pode ser superada por uma definição teórica, mas por um método que leve em conta os usuários, sobretudo, os objetos dos quais se referem os conceitos. É, justamente, a noção de objeto que está distante das posições linguísticas do signo apontadas anteriormente.

O avanço da linha terminológica de Cabré é a inclusão da perspectiva pragmática e funcionalista da linguagem, privilegiando os usuários e os usos dos termos. Mas sugere-se muito pouco a respeito de uma teoria do objeto do signo enquanto subsídio à teoria terminológica.

A perspectiva linguística da terminologia é influenciada pela sociolinguística, que justifica a relevância do contexto para identificar a execução terminológica (KRIEGER, 2001a, p. 30). No que tange à tendência recente da Terminologia,

Krieger (2001a, p. 31) observa o seguinte fenômeno: “Assiste-se à passagem de um paradigma prescritivo para um descritivo e, concomitantemente, delineiam-se as bases para uma teoria da Terminologia de base lingüístico-comunicacional.” A face linguística do fenômeno, referente a unidades terminológicas e da disciplina Terminologia, é incontestável.

Krieger (2001b, p. 36-37), além de Cabré (2005), sublinha os seguintes aportes teóricos da Terminologia no sentido de estudar as linguagens especializadas: os elementos da Linguística textual, a Semiótica narrativa greimasiana, o enfoque enunciativo dos discursos e os componentes pragmáticos na comunicação especializada. Elementos como a textualidade, a discursividade, a organização narrativa dos textos e aspectos pragmáticos são operacionais para a identificação de itens lexicais.

Se as correntes linguísticas elencadas anteriormente desempenham um papel estruturante na constituição de explicações e soluções para a Terminologia, então, pode ser que tal fenômeno se estenda à organização da informação e do conhecimento.

2.1.1 Linguística na Organização da Informação e do Conhecimento

Presume-se que o papel da Linguística na organização da informação e do conhecimento é fundamental antes de qualquer exame mais profundo, na medida em que fornece condições mínimas para o tratamento da informação. De acordo com Montgomery (1972, p. 195), a relação entre estas duas áreas parece bastante óbvia, pois a Ciência da Informação lida com a linguagem como primeiro meio de comunicação da informação e a Linguística estuda a linguagem.

De modo preliminar, aceita-se que a organização da informação e do conhecimento fundamenta-se, principalmente, na Linguística. Sendo assim, essa ciência fornece os principais conceitos para análise documental, desde a noção de signo, linguagem e representação, até pontos mais específicos que tratam da estruturação de linguagens de indexação ou linguagens documentais, sistemas de classificação e suas relações internas.

O objetivo da seção consiste em discutir sumariamente as principais influências de conceitos linguísticos no âmbito da organização da informação e do

conhecimento. O procedimento adotado foi o indutivo e consistiu na elaboração de um argumento sobre o assunto, recorrendo a afirmações contidas em diversos textos em que constam a presença da Linguística em uma das linhas da organização da informação e do conhecimento mais representativas, a análise documental. Desse momento em diante, pôde-se avançar a um conjunto preliminar de contribuições (uma hipótese) atribuídas ao todo da organização da informação e do conhecimento. Acredita-se que o eixo de relacionamento entre as disciplinas se encontra nas atividades e nas reflexões desenvolvidas pela análise documental, em virtude das particularidades dos problemas que investiga e, conseqüentemente, procura oferecer soluções.

Por análise documental encontram-se o tratamento dos atributos físicos e de conteúdo dos materiais de informação. Pressupõe-se que apenas o tratamento do conteúdo responde, majoritariamente, à interface com a Linguística. Por isso, as influências desta disciplina sobre a análise física ou da forma não foram examinadas, e isso não significa que tal interação não seja possível. A definição de análise documental como o tratamento dos aspectos físicos e de conteúdo do documento é uma leitura presente mais na perspectiva espanhola.

Deve-se salientar ainda que a análise documental engendra atividades que a projetam na esfera da organização da informação, e, na medida em que compreende reflexões e construção de produtos que modelam representações do conhecimento de um grupo, insere-se no campo da organização do conhecimento, de acordo com a proposta de delimitação de Brascher e Café (2008). O estudo do impacto da Linguística sobre a análise documental pode sugerir que outras teorias, dentro da organização da informação e do conhecimento, podem ter recebido graus semelhantes de influência. Nesse sentido, a leitura da discussão a seguir deve observar as restrições aqui delineadas.

Quando se reflete sobre a análise documental, resgata-se imediatamente a relação entre Linguística e Documentação. Na Documentação - entendida neste contexto como Ciência da Informação - presume-se como indispensável que a Linguística interaja, de forma significativa, com a prática da análise da informação em documentos. Entretanto, do ponto de vista da Linguística, essa interação parece ser de outra magnitude.

A Linguística, enquanto um campo interdisciplinar, segundo o esquema diagramático de Peytard (1971, p. 73 apud LOPES, 1995, p. 25), apenas exerce

influência no campo da Documentação. Isso significa que a noção de que há interdisciplinaridade, se compreendida como troca em vários níveis, pode ser discutida no eixo linguístico.

De acordo com o modelo proposto por Peytart, não ocorrem empréstimos tomados da Documentação, muito menos a aplicação da Documentação na Linguística. Fenômeno oposto acontece com a Lógica Matemática, em que se processam aplicações na Linguística ou mesmo, com a Literatura, que penetra a Linguística ao passo que recebe algumas aplicações.

Existe, outrossim, uma visão um pouco limitada da relação entre Linguística e organização da informação e do conhecimento, segundo a qual, caso uma disciplina aplique teorias já testadas em outra e chegue a levantar alguns problemas decorrentes da prática profissional, a ciência mais teórica pode tomar os problemas da primeira como se fossem de seu interesse. Essa dinâmica da integração parece coerente, entretanto, não ocorre desse modo na realidade. Em muitas ocasiões, disciplinas supostamente parceiras estão bem distantes uma da outra. É desse modo que argumenta Natali (1978, p. 40): “A documentação, considerada por muitos como a variante mais industrializada da análise de textos, serviria assim de feedback para as pesquisas lingüísticas das quais ela novamente se alimentaria.” Assim, caso a Linguística não tome para si os problemas da Documentação, o círculo seria desfeito.

Para Mendonça (2000, p. 65), “Em toda pesquisa, pôde-se constatar a dependência da ciência da informação representada pela gama de problemas informacionais que buscam soluções no campo da lingüística.” Apesar do estudo do autor tratar de assuntos recorrentes em uma única revista nacional de Ciência da Informação, a sua conclusão não se distancia da realidade observada na literatura sobre análise documental. Pinto Molina (1993, p. 37) reconhecerá que os profissionais da informação, principalmente os de análise documental, concentram grande parte de seus esforços de pesquisa no campo da Linguística, com a expectativa de obter bons resultados.

Supõe-se que o diálogo interdisciplinar poderia, em algumas ocasiões, ser substituído por outra metáfora. Ao mesmo tempo em que é arriscado fazer esta observação, não se questionam as razões operacionais que conduzem decisões de aproximação com a Linguística. Medidas tomadas em organização da informação e do conhecimento ilustram o fato de retirar de outras disciplinas apenas o necessário.

O procedimento interdisciplinar, com o intuito de avançar na compreensão de um problema ou fenômeno, é substituído pela operação utilitária de eleger o diretamente aplicável.

Respaldo-se na premissa da necessidade dos recortes operacionais e do reconhecimento do papel estratégico da Documentação na sociedade, Natali (1978, p. 34) avaliou a vizinhança entre Linguística e Documentação, que, segundo concluiu, é pouco explorada por duas razões principais. Primeiro, porque as pesquisas linguísticas foram até aquele momento no campo da sintaxe e que o interesse não é suficiente para a área de Documentação. Além disso, as pesquisas semiológicas voltadas para o extra-frásico não desenvolveram métodos operacionais. Em segundo lugar, a análise documental desenvolveu-se com operações implícitas, submetidas ao aspecto individual de cada indexador; e somente com as influências da “explosão da informação” é que surgiu a necessidade de explicitação das operações de documentação (NATALI, 1978, p. 34).

Cunha (1989a, p. 17) também alude à exigência de proceder “recortes” em disciplinas para permitir uma operacionalização, sendo exemplar o que ocorre com a Linguística. Esse argumento incide diretamente sobre o diálogo interdisciplinar entre organização da informação e Linguística, pois estas interpretações procuram ajustar as possíveis conexões conceituais ao nível de um “recorte”, com interesses exclusivamente práticos. Pinto Molina (1993, p. 37) sublinha o excessivo aspecto prático da Documentação, o que também pode favorecer a ocorrência desses recortes.

Presume-se que, por razões de ordem prática, as condições de relacionamento entre as disciplinas se estendeu a um nível superficial, apesar de especificamente aplicado. Esse é um ponto fundamental à discussão da interdisciplinaridade da organização da informação e do conhecimento, pois apontam como ilegítimas as incorporações unilaterais de outros conceitos ao campo, ao mesmo tempo em que autorizam claramente a operação de recortes. Mesmo que esses recortes respeitem o entendimento original dos conceitos submetidas à análise, pressupõe direcionar a solução de uma demanda, e menos avançar na compreensão de um fenômeno. Argumentos nesse sentido podem apresentar-se como contraditórios.

Sabendo que a interdisciplinaridade visa retornar a uma condição mais favorável para resolver problemas comuns entre disciplinas, a transdisciplinaridade ultrapassa o âmbito acadêmico, determinando ações efetivas e concretas. Os

parâmetros de coligação entre setores na transdisciplinaridade respeitam a um caráter também aplicado. Isso exige uma revisão teórica do pacto entre organização da informação e conhecimento e Linguística, à medida que o objetivo principal foi chegar a soluções práticas para a organização da informação, depois de uma prévia análise teórica calcada na premissa dos recortes.

As dificuldades apontadas por Natali impactaram decisivamente sobre as áreas que se dedicam à análise da informação do ponto de vista de seu tratamento temático. Deve-se resgatar os princípios conceituais e os procedimentos operacionais das linhas do tratamento do conteúdo da informação, especificamente a análise documental, antes de apontar as influências centrais da Linguística.

Sendo assim, recorda-se que Guimarães (2003, p. 105) dividiu inicialmente o tratamento temático da informação em duas vertentes teóricas fundamentais: Européia e Norte-Americana. A primeira é representativa em países como Inglaterra, França e Espanha, e tem como foco o processo em si. A linha Norte-americana está prioritariamente centrada na consistência dos produtos.

Em uma versão mais recente e detalhada, Guimarães (2006, p. 9-10) identificou três distintas correntes que sustentam as discussões fundamentais da análise do conteúdo da informação: a linha norte-americana ou *subject cataloguing*, cuja ênfase está nos catálogos enquanto produtos do processo de análise; a inglesa ou *indexing*, em que o enfoque está nos instrumentos de indexação, índices e tesouros; e a francesa ou *analyse documentaire*, cujo foco incide sobre o processo de análise da informação. O autor sublinha os periódicos que representam a concentração dos debates de cada uma destas linhas. Na linha norte-americana é significativa a contribuição do *Cataloguing and Classification Quarterly*; na linha inglesa, o *The indexer*; e, por fim, a linha francesa é representada pelos periódicos *Documentaliste* e *Journal of Documentation*.

Supõe-se que tais correntes ou perspectivas da análise temática da informação foram responsáveis pela institucionalização de teorias e de práticas deste campo em vários países. A perspectiva francesa, por exemplo, figura como responsável pela formação de pesquisadores e profissionais neste campo, na Espanha e no Brasil. Isto não significa que as demais perspectivas não tenham sido bem recepcionadas nestes países, embora demonstre que na história recente da análise temática da informação uma destas linhas foi incorporada de modo mais efetivo que as demais.

Lancaster (1993, p. 15) comenta que há algumas distinções na literatura sobre

a análise da informação: catalogação de assunto, indexação e classificação. A catalogação de assunto diz respeito às atividades de atribuição de cabeçalhos de assunto que potencialmente representam o conteúdo de documentos tomados na íntegra, tal como o livro, o relatório, etc. Enfatiza, naturalmente, as formas de representação do assunto em um catálogo de uma biblioteca.

A indexação corresponde às atividades de representação do conteúdo de partes de um documento, com o objetivo de produzir um índice cujos termos referem-se aos assuntos no interior do documento (LANCASTER, 1993, p. 15). E a atividade compreendida por classificação refere-se à atribuição de números de classificação para os documentos, com a finalidade estrita de ordenar itens em estantes de bibliotecas.

Contudo, para Lancaster (1993, p. 17), tal divisão é enganosa e artificial, e por comodidade prefere designar de indexação todas as atividades de classificação de assuntos. A concepção de indexação do autor pressupõe algumas etapas fundamentais: a análise conceitual e a tradução. Na análise conceitual procura-se descobrir a tematicidade do documento, do que trata, quais seus assuntos e quais os conceitos que melhor o representam. A tradução é a etapa que compreende as atividades de conversão dos resultados da análise conceitual para termos de indexação. Nessa fase, utiliza-se com frequência algum tipo de vocabulário controlado, que não é o caso pormenorizar aqui, bem como especificar as modalidades de indexação.

O processo de indexação nessa linha é composto de duas grandes etapas, cada uma das quais com objetivos claros. Na primeira, analisam-se e retiram-se os conceitos indispensáveis para representação de um documento. A segunda etapa enseja como resultado termos de indexação representáveis em sistemas de classificação, cabeçalhos de assunto ou tesouros. Ao lado das atividades de indexação, o processo de análise da informação requer o processo de redação de resumos, cuja atividade se circunscreve à descrição narrativa de um texto, resultando em modalidades de resumos, conforme o objetivo de seu uso: breves (indicativo), ampliados (informativos) e com comentários (críticos).

Pode-se esquematizar essas etapas de indexação e os resultados concretos da atividade de redação de resumos, de Lancaster, do seguinte modo:

Indexação		Redação de resumos	
Etapas	Resultados	Etapa	Resultados
Análise Conceitual	Tematicidade	Descrição Narrativa	Indicativo
Tradução	Termos de Indexação		Informativo Crítico

Quadro 2: Etapas do Processo de Indexação

O lado esquerdo corresponde à indexação, juntamente com suas etapas; é a parte que se deve discutir mais atentamente. Próximas à concepção da indexação como centro da análise e representação de conteúdos informacionais, há perspectivas que enfatizam outros aspectos do tratamento da informação. É o caso da corrente francesa *analyse documentaire* (análise documental), citada por Guimarães (2003, 2006). Antes de apresentar as contribuições e as interações constatadas, devem-se acrescentar algumas definições sobre a análise documental.

Como indicado, a análise da informação no âmbito da Ciência da Informação pressupõe dois macro-processos: análise do conteúdo da informação e análise da forma do registro da informação. Embora ambos sejam indispensáveis, presume-se que as interações com a Linguística se expressem em menor medida na análise formal da informação, pois a ciência da língua entraria neste processo no que tange apenas aos cuidados com a padronização dos nomes e termos.

A análise documental, com ênfase para o conteúdo, originou-se nos trabalhos de J. C. Gardin, na França. A matriz da análise documental descende do quadro conceitual de Gardin, argumento aceito unanimemente por diversos autores da área da organização da informação e do conhecimento (GRASSESCHI, 1989, p. 108; KOBASHI, 1989a, p. 48; GARCÍA GUTIERREZ, 1999, p. 24; CUNHA, 1989a, 1989b).

Trata-se da área de estudo dos processos de descrição de conteúdos dos documentos para sua posterior recuperação. Atenta-se, mais especificamente, aos processos envolvidos na descrição dos conteúdos dos documentos. Surgiu em um contexto bem definido, o qual aceita que uma enorme quantidade de informação existente motivou a busca de técnicas para seu tratamento. A explosão da informação seria o pano de fundo ou o contexto do surgimento dos problemas e soluções propostas pela análise documental. Tal contexto não pode deixar de incluir os empreendimentos que estimularam esta explosão e conseqüente solução, mediante tratamento da massa documental.

Em outras palavras, a 1ª e a 2ª Guerra Mundial fomentaram a busca de

mecanismos mais ágeis para o tratamento da informação especializada.

[...] a “explosão da informação” acontece e decorre a partir do desmantelamento pelas potências aliadas, dos arquivos técnicos da indústria alemã, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Com efeito, no anseio de conhecer a fundo o real nível dos conhecimentos científicos e tecnológicos da Alemanha, iniciou-se uma verdadeira maratona de análise de conteúdo de toda a documentação encontrada. Mobilizaram-se importantes efetivos de especialistas em ciência e tecnologia, e de documentalistas, de diversos países que precederam a organizar, condensar e indexar os relatórios de pesquisa e documentos diversos, encaminhando os resultados aos respectivos governos. (ROBREDO, 2003, p. 50).

Em meados da década de 1950, as preocupações teóricas da Documentação surgiram de modo sistemático com as experimentações de automação: indexação, elaboração de resumos e recuperação; época que corresponde à elaboração da proposta de indexação e realização automática de resumos por Luhn, entre 1958 e 1959 (KOBASHI, 1996, p. 6). Nesse período, os progressos em Ciência da Informação eram apenas progressos em Recuperação da Informação. E, na década de 1960, inaugura-se o campo de investigação denominado análise documental (TÁLAMO, 2001, p.144).

A análise documental preocupa-se com o tratamento do conteúdo de textos. A dificuldade consiste em não atender de forma proporcional a todos os tipos de texto. Uma das consequências da análise documental é a divisão entre literatura científica e demais categorias de textos. Gardin (1974, p. 121) afirma que a análise documental trabalha com textos provenientes do discurso científico. Essa separação pôde parecer operativa, mas atualmente merece ser revista em virtude de ser notória a atenção destinada aos demais tipos de textos, contando com experimentos comprovadas em romance, textos jornalísticos, etc. Tais relatos podem ser encontrados nos estudos publicados em Cunha (1989b).

Gardin (1974, p. 120) define análise documental, de um ponto de vista processual, como a extração do sentido dos documentos, especialmente documentos escritos. Ainda para o autor (GARDIN, 1987, p 48-49), a análise documental é a expressão que designa o conjunto de procedimentos para exprimir o conteúdo dos documentos científicos sob formas destinadas a facilitar a consulta. Nesse sentido, o resumo é uma das formas de passar do texto original a um mais curto, escrito na mesma linguagem científica ou natural, e a classificação designa domínios ou assuntos sobre classes de documentos. A indexação é entendida uma

extensão deste procedimento, em que se associa, para cada documento, um número de termos ou descritores. O produto da análise documental é uma representação do texto em uma linguagem que não poderá ser confundida com a língua do documento, mesmo que os termos tenham a mesma forma.

A concepção de Gardin para análise documental diferencia-se de indexação, na medida em que esta última é um processo que ocorre posteriormente à análise. O produto da análise seria o resumo, pois obedece à organização e à linguagem estabelecidas no texto integral. E o produto da indexação seria uma espécie de índice.

No contexto da organização da informação e do conhecimento, a análise documental constitui uma prática e um saber que procuram dar conta do tratamento das informações dos documentos para conceber sistemas de recuperação da informação. Cunha (1989a, p. 40) define análise documental como “[...] um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de exprimir o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.” Os objetivos básicos são reduzir os conteúdos dos documentos em traços significativos para sua representação e, com isso, garantir resultados efetivos na recuperação da informação.

Pinto Molina (1993, p. 49) define análise documental como uma ciência que possui fundamentos teóricos próprios e uma técnica que não deve esquecer da orientação eminentemente prática. Esse entendimento suporia que a análise documental não é apenas uma corrente entre as demais, que se dedica ao tratamento do conteúdo do documento. Tal interpretação sustenta uma independência em relação a outras áreas da Ciência da Informação. Conquanto, levando em consideração a argumentação proposta, a análise documental será vista tão-somente como uma das perspectivas do tratamento do conteúdo, o que permite uma visão mais ampla sobre os fenômenos da análise da informação, aceitando-os como decorrentes de diferentes práticas semelhantes que ocorrem em vários países.

Como assinala García Gutierrez (1999, p. 24), Gardin foi o precursor de uma perspectiva inovadora de teoria e prática da Documentação, detendo-se sobre a construção dos discursos das Ciências Humanas; procurou levantar os procedimentos que poderiam resolver o problema da representação da lógica dos argumentos do conhecimento produzidos por tais ciências. Gardin classificou de

Epistemologia Prática a tentativa de singularizar o texto para identificar as construções epistemológicas das Ciências Humanas. A base da Epistemologia Prática reside na Lógica, na Teoria do conhecimento e na Linguística, e objetiva determinar a forma de raciocínio nas Ciências Humanas a partir dos textos científicos (GARCÍA GUTIERREZ, 1999, p. 18-19).

Kobashi (1996, p. 9) reconhece que a Documentação opera sempre com uma enorme quantidade de textos, mas o valor do produto documental está relacionado com a atualidade da informação. A questão primordial da análise documental pode ser resumida, segundo Kobashi (1996, p. 14), com a seguinte pergunta: será possível identificar a informação principal de documentos-textos para construir representações? As relações com outras disciplinas dependerão da observância dessa premissa. Com essa condição, a maioria das relações interdisciplinares terá como meta descobrir a informação principal para ser representada. Mesmo assim, não se examina com mais ênfase no respectivo pressuposto o aspecto explicativo dos processos que levam à representação.

Um campo que não se aprofunda continuamente na explicação de seus processos, ressaltando o sucesso de suas operações e apenas motivado por razões de ordem prática, corre o risco revelar suas falhas e incoerências decorrentes do ponto de vista de outras disciplinas. A atitude de auto-reflexão, contando com o apoio de outras ciências, deve constar na agenda da pesquisa da análise documental, bem como da própria organização da informação e do conhecimento.

Há na proposta da análise documental algumas correntes, tais como a espanhola e a brasileira, as quais fazem também referência aos trabalhos de Gardin, adicionando-se outros elementos teóricos para possibilitar a solução de problemas de documentação. No Brasil, a linha de análise documental proveniente dos trabalhos de Gardin se institucionalizou, mas a assimilação deste saber do contexto francês não se deu unilateralmente.

Muitas pesquisas foram empreendidas com a intenção de fundamentar as práticas de análise documental, além de testar os avanços alcançados no sentido de validar ou de indicar a inviabilidade de continuar uma investigação por um caminho considerado não adequado. Ressalta-se que a discussão pormenorizada das correntes espanhola e brasileira é essencial para pontuar as contribuições da Linguística para a análise documental; no entanto, não é propósito deste capítulo identificar como essas principais vertentes receberam as contribuições da ciência da

língua.

Os procedimentos metodológicos da análise documental são reduzidos às operações empíricas para atribuir a um texto qualquer (livro, artigos, atas de congressos, etc.) uma ou várias palavras-chave, destinadas à recuperação de um documento sobre um tema dado (GARDIN, 1974, p. 81). Essa análise é considerada uma operação semântica porque conduz a passagem do texto original a sua espécie de representação. O termo “representação” é utilizado para designar o produto da análise documental, mais que o processo que a gerou.

Segundo Gardin (1974, p. 82), esses métodos, entendidos como processos, respeitam um caráter utilitarista, pois devem obedecer às funções essenciais da recuperação da informação. A utilidade é a regra básica para o desenvolvimento de sistemas de informação. Outros teóricos da análise documental voltam reiteradamente a essa afirmação de Gardin para explicitar o foco desta linha da organização da informação e do conhecimento.

Uma leitura da noção de utilidade indica que há necessidade de se priorizar o que, para um coletivo, é de fundamental importância, e destas prioridades conclui a regra utilitária, tal como fundamentou J. Bentham (1748-1832). Se os benefícios de um sistema de organização e recuperação da informação atingem o maior número de pessoas possível, significa que tal sistema é útil e adequado para esta coletividade. Essa parece ser a regra que persiste e foi claramente aceita por Gardin.

As críticas a essa premissa giram em torno da noção mesma de utilidade que, respeitando os ditames da recuperação da informação no contexto atual, homogeneiza as particularidades das formas de organização e acesso à informação. À medida que prioriza a coletividade, não avança na compreensão das implicações individuais do sucesso ou insucesso de um sistema de organização e recuperação.

Gardin (1966, p.175-176) registra que dois processos parecem fundamentais para se trabalhar com o conteúdo dos documentos: a extração “[...] onde se retira um certo número de palavras ou frases do texto original, julgadas particularmente representativas de seu conteúdo, sem lhes fazer sofrer nenhuma transformação” e a indexação “[...] onde se substitui frequentemente uma palavra ou uma expressão da linguagem natural por um termo completamente diverso [...]”. Após o desenvolvimento dessa proposta, seguidores de Gardin segmentaram e renomearam ligeiramente esses processos fundamentais, mas, em essência,

continuam tratando da retirada de conteúdo significativo de textos e da conversão de expressões da linguagem do documento em outros termos, geralmente diferentes, com o objetivo de recuperar o maior número de documentos com conteúdo semelhante.

Chaumier (1971, p. 15), por seu turno, define análise documental como o conjunto de operações que procuram representar o conteúdo de um documento em uma forma diferente da original. Os métodos que concretizam essas operações são a redação de resumos e a indexação. O processo de redação de resumos propõe uma representação condensada dos textos, enquanto o método designado por indexação procura destacar conceitos de um documento e substituí-los por termos diferentes dos presentes, no texto original. Esse processo recorre a algum tipo de tradução. A indexação opõe-se à extração, cuja tarefa principal é retirar palavras que representam o conteúdo principal do texto. Na extração, as palavras não sofrem alteração semântica significativa, na indexação sim. Conforme Chaumier (1971, p. 16): “Trata-se de duas variantes do mesmo método de análise.”

No método de produzir resumos, Chaumier (1971, p 15) observa:

O resumo, representação condensada da informação contida num documento, é de comprimento variável, consoante o nível da análise, o comprimento dos documentos ou o sistema documental utilizado. Pode ir de algumas linhas (resumos sinaléticos) a uma ou várias dezenas de linhas (resumos analíticos) e, por vezes, até a várias páginas (resumos críticos). (CHAUMIER, 1971, p. 15).

O autor observa que o método de análise documental mais utilizado é a indexação. Nesse procuram-se condensar as características do conteúdo de um documento na forma de uma linguagem mais adequada ao sistema. Esse procedimento traz, conseqüentemente, facilidades na recuperação da informação, em virtude da uniformidade terminológica. Contudo, nem sempre é fácil realizar uma triangulação entre o registro linguístico presente nos textos, a hipotética linguagem do sistema e a linguagem real dos usuários.

O termo extração, utilizado por Gardin para referir-se ao processo de retirada de expressões do texto dos documentos para representá-los, é definido também por Chaumier (1971, p. 17) como o procedimento que “[...] retém as palavras do texto que lhe parecem exprimir os conceitos essenciais, sem os submeter à transformação semântica. No caso da análise por extração há apenas

transformações morfológicas para reduzir as diferentes formas do mesmo termo (emprego exclusivo do singular e do masculino).” Outras iniciativas de sistematizar os procedimentos da análise documental concentram-se na redefinição das operações anteriormente apontadas.

Nesse sentido, a metodologia da análise documental supõe, inicialmente, dois momentos: a *análise*, com o objetivo de segmentar o texto e isolar conceitos que possivelmente traduziriam o conteúdo do documento; a *síntese*, que tem como meta chegar a conceitos que traduzam o conteúdo na forma de linguagens documentais, subentendendo a anterior seleção dos aspectos formais e de conteúdo de acordo com a fixação dos conceitos escolhidos (CUNHA, 1989a, p. 56-61).

Posteriormente, Cunha (1989b, p. 17) propôs que a questão central da análise documental é saber: como se passa de um todo - conjunto de documentos, documento, texto, discurso - para sua simbolização, representação? E considerou que existem, na realidade, três momentos no processo de análise documental.

Dado que entendemos a AD como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de textos ou documentos, consideramos que existem três momentos determinantes: a leitura, a segmentação e a representação em linguagens documentárias do texto ou documento analisado, sendo que os dois primeiros momentos (a leitura e a segmentação) constituem a análise do texto da qual depende intrinsecamente a representação-metatexto. (CUNHA, 1989b, p. 18)

Kobashi (1996, p. 10), por sua vez, acrescenta à teoria, sustentando que o processo de análise documental encontra dois objetos: o texto ou a unidade de análise e a linguagem documental ou o instrumento comutador. A autora ainda assinala que a análise documental pressupõe três fases: leitura do texto, seleção do conteúdo informacional considerado relevante para usos determinados e representação ou dar forma às informações selecionadas para poder manipulá-las.

Com efeito, é possível concluir que esses três momentos ou etapas constituem um desmembramento lógico dos dois processos assinalados por Gardin, pois o começo de qualquer atividade de extração passa pela leitura inicial e, como tal, requer atenção especial, principalmente as estratégias de leitura fundamentadas em pesquisas do campo da Linguística. Sendo assim, para aceitar a perspectiva que apresenta três fases do processo de análise documental, deve-se reconhecer antecipadamente que elas decorrem dos processos de Gardin.

Para Gardin (1966, p. 172), representações indexadas são toda expressão com características dos documentos tratados, sejam de forma, como tipo de publicação,

formato, língua, sejam de conteúdo, como: disciplinas, assuntos, noções, etc. Representar, nesse contexto, é retirar aspectos significativos que permitem identificar o conteúdo ou a forma do documento para recuperar a informação. Essas representações servirão, por fim, para organização de léxicos documentais, expressão utilizada primeiramente por Gardin (1966) para designar as linguagens documentais. Elas constituem instrumentos auxiliares da atividade de representação dos documentos para sua futura recuperação e podem contemplar diversas modalidades.

As representações indexadas são “[...] toda expressão com determinadas características dos documentos tratados: características de forma (ex.: tipo de publicação, formato, língua, etc.) ou de conteúdo (ex.: disciplinas, assuntos, noções, etc.) – mediante os signos precedentes.” (GARDIN, 1966, p. 172). O conceito de representação de Gardin coloca-se como um elemento ou entidade que detém aspectos ou características de um segundo elemento do qual se refere. Não é um processo, mas deriva de um tipo de operação; a ênfase recai sobre as expressões que equivalem a aspectos dos documentos analisados.

A principal dificuldade é conceber representação como um rótulo que equivale a um elemento anterior. Esse modelo de representação é diádico, pois subentende dois elementos, um substituto e um substituído. Verifica-se que não há menção de um terceiro objeto que está ativo no processo de representação e que permite ligar a expressão com características do documento a documentos tratados documentalmente.

Gardin ainda esboçou uma tipologia geral dos léxicos documentais que compreende glossários (conjunto de termos naturais em uma ordem não significativa, alfabética, por exemplo), tesouros de termos naturais (organizados por afinidades semânticas). A lexicografia documental compreende: tesouros de termos documentais (da linguagem natural à linguagem documental); listas com correspondências não organizadas (da linguagem natural para a linguagem documental explícita); UNITERM (unidades positivas) e dicionários KWIC (unidades negativas) e; linguagem documental com correspondências explícitas e organizadas: classificação (GARDIN, 1966, p. 173-174). Uma classificação teria como resultados palavras-chave, rubricas e entradas na forma de índices. A definição de Gardin já concebia os procedimentos principais e os produtos consequentes da análise documental, também atentando-se para possíveis ferramentas, tais como as

linguagens de indexação.

Essas representações, para Gardin, seriam as linguagens documentais. O conceito de “linguagem” para análise documental é distinto do utilizado pela Linguística estrutural em Saussure, Hjelmslev e Barthes. Nota-se, em Cunha (1989a, p. 41) e Cintra (1983, p. 7), que a linguagem é o dispositivo de comunicação humana que congrega um código e alguma forma de execução do mesmo. Em contraposição, para a Linguística estrutural, a linguagem é a língua mais a fala. As linguagens documentais pressupõem termos como unidades semânticas unívocas (KOBASHI, 1996, p. 10, p. 13), ao passo que para a Linguística as unidades aceitam necessariamente a variação. Retornar-se-á em um próximo momento a esta discussão.

No que tange aos produtos da análise documental, pode-se afirmar que são dois tipos básicos de representação: o resumo e o índice. Um é produto da redução e outro, da indexação que produz as palavras ou os sintagmas de entrada em índices (KOBASHI, 1996, p. 9).

De modo geral, em análise documental, desde Gardin, seriam três categorias gerais que constituem o todo dos temas de estudo da análise do conteúdo dos documentos: processos, produtos e instrumentos. Inserida na organização da informação e do conhecimento, a análise documental inclui os aspectos temáticos da informação e divide espaço com as atividades e produtos da análise da forma.

Um quadro geral que ilustra o conjunto de processos da análise documental, bem como outras atividades da organização da informação e do conhecimento, foi concebido em reunião de trabalho dos docentes das escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul (ENCONTRO..., 2002, p. 20), e citado posteriormente por Guimarães, Danuello e Menezes (2004, p. 183).

	Organização da Informação		Recuperação da Informação
	Forma	Conteúdo	
Processos	Catálogo Controle de autoridades	Análise Condensação Representação	Avaliação Estratégias de busca
Produtos	Catálogos OPACs	Índice Resumo	
Instrumentos	Formatos Controle de autoridades	Classificações Listas de Cabeçalhos de Assunto Tesouros Terminologias Ontologias	Modelos de recuperação Sistemas de Recuperação da Informação Interfaces

Quadro 3: Processos, Produtos e Instrumentos Referentes ao Campo da Organização da Informação e do Conhecimento

Fonte: Encontro dos Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul (2002, p. 20).

No que diz respeito ao conteúdo, o esquema articula, além dos diversos processos de análise temática da informação, os produtos e os instrumentos. Nessa delimitação, é possível identificar a interface entre a análise do conteúdo da informação e a organização da informação e do conhecimento. As classificações e as terminologias, enquanto modelos representacionais do conhecimento de um campo científico ou de atividade, apoiam as atividades práticas da análise de conteúdo da informação. A própria linha teórica da análise documental parece sempre ter congregado esforços no sentido de produzir propostas de modelos representacionais do conhecimento.

Tais processos operados sobre o conteúdo dos documentos são denominados de análise, condensação e representação. A análise trata de extrair os conceitos fundamentais do documento por uma leitura orientada para esta finalidade e a condensação submete o texto a uma redução quantitativa, buscando conservar a estrutura de seus argumentos principais, resultando no resumo. Já a representação, é o processo pelo qual se traduz o conteúdo fundamental do documento em descritores aceitáveis pelo sistema, com isso, produzindo formas indiciais de representação. Esse último processo é, por vezes, conhecido como indexação. As três ações mencionadas guardam nítida semelhança com as operações de análise documental de conteúdo, conforme a linha francesa.

Guimarães (2003) esmiuça tais processos, dividindo-os em duas grandes

etapas: analítica e sintética. A etapa analítica compreende a *leitura técnica* do documento, procurando destacar as partes textuais que revelam maior conteúdo temático e a *identificação de conceitos* fundamentais para formar enunciados de assunto. A etapa sintética ocupa-se do que em outras propostas se encontram a condensação e a representação, e compreende a *seleção de conceitos* diretamente úteis a construção do assunto, a *condensação documental* que produz um micro documento denominado resumo, e a *representação documental*, processo que tem a finalidade de traduzir o conteúdo do documento em linguagens de indexação, resultando na confecção de índices.

A partir do exposto, é possível concluir que existem similaridades entre os processos necessários para o tratamento do conteúdo dos documentos. De fato, ressalta-se mais uma vez que os momentos, fases, processos, etapas ou operações constituem um desmembramento lógico dos dois processos elencados inicialmente por Gardin. Assumindo tal pressuposição, pode-se apontar os processos discutidos por Gardin como uma matriz conceitual de referência para definições posteriores, conforme sintetiza o quadro a seguir.

Gardin (1966)	Chaumier (1971)	Gardin (1978)	Cunha (1989a)	Cunha (1989b)	Kobashi (1996)	Encontro (2002)	Guimarães (2003)
Extração	Extração	Análise Documental	Análise	Leitura Segmentação	Leitura Seleção	Análise Condensação	Etapa Analítica (leitura técnica e identificação de conceitos) Etapa Sintética (seleção de conceitos, condensação documental e representação documental)
Indexação	Indexação	Indexação	Síntese	Representação	Representação	Representação	

Quadro 4: Diversidade Terminológica das Fases de Análise Documental

Apesar da diversidade terminológica no decorrer de aproximadamente quarenta anos, pode-se afirmar que, atualmente, por etapas da análise documental subentende basicamente: a *análise* do material, que recorre à leitura e um tipo de extração de informação temática; a *condensação*, que objetiva reduzir a um conjunto de informações, etapa que requer o conhecimento do texto para poder segmentá-lo e selecionar as partes conceituais relevantes; a *representação*, como etapa final que procura fazer equivalências, em que o estar no lugar de, ou referir-se à, é condição fundamental para expressar o conteúdo de um documento em linguagens documentais. A despeito da condensação estar separada da representação, ela é

em si um processo representacional, pois elege um documento como substituto do documento na íntegra. Enquanto o produto da representação será um índice, o da condensação será um resumo.

Oposta à concepção de indexação estadunidense ou inglesa, a análise documental inclui a indexação como uma fase localizada no final do processo, e não como a expressão que agrupa o conjunto de fases do tratamento do conteúdo da informação. Essa distinção não influi no sucesso do processo, embora mostre a ênfase de cada uma das correntes, ora nos produtos, ora nos processos de análise do conteúdo da informação.

Mesmo considerando o trabalho pioneiro de Gardin, não se pode afirmar que ele constituiu fonte de solução para todas as questões teóricas e práticas da análise documental. Foi justamente o que levou Cunha (1989b, p. 17) a argumentar que os pressupostos de Gardin demonstram problemas relacionados ao conceito de discurso científico, às suas condições de produção, à identificação das construções epistemológicas via Lógica e Linguística, à passagem de traços descritivos para metalinguagem e à organização em redes lógico-semânticas para representação de textos. “Essas questões e as interrogações anteriormente anunciadas a que os trabalhos de Gardin não nos deram resposta satisfatória e levaram-nos a buscar referenciais capazes de virem a ser operacionalizados nas análises de textos com fins documentários.” (CUNHA, 1989b, p. 20).

Esse movimento demonstrou que nem todas as respostas provêm do quadro teórico de Gardin, e que contribuições podem surgir de fora das teorias elencadas pela corrente clássica da análise documental. Com essa intenção, os referenciais acionados para solucionar o problema da operacionalização da análise documental derivam de teorias e conceitos desenvolvidos por uma variedade enorme de teóricos, entre os quais: Eco, Charaudeau e Bronchart; Fillmore e Pottier; Van Dijk e pela área de Inteligência Artificial (CUNHA, 1989b).

Salienta-se que a maioria do quadro conceitual buscado tem ainda como pano de fundo as teorias linguísticas. Com isso, reafirma-se o papel determinante desta disciplina na composição de conceitos e metodologias da análise documental, salvo incursões da Informática, que não objetivam teorizar, mas garantir o poderio aplicativo das premissas do tratamento documental de conteúdo.

Muitos dos aportes da Linguística na organização da informação e do conhecimento, concentram-se na análise documental. Esse campo procedeu uma

reflexão sobre os processos de tratamento da informação sem igual, revendo de fato qual o papel da Linguística no desenvolvimento dos produtos utilizados na organização e recuperação da informação. Teóricos da análise documental têm insistido na pressuposição de que da Linguística se devem retirar conceitos e teorias que sejam diretamente operacionais.

Segundo Natali (1978, p. 39), as escolhas da análise documental são fixadas por necessidades operacionais. “Para tanto, impõe-se uma visão simplificadora da linguagem; abstraem-se propositalmente certos conceitos que ela desenvolve, o mesmo valendo para a semântica e semiologia atuais.” Conquanto, pensar que a Linguística possa receber apenas cortes circunstanciais é dispensar a capacidade explicativa desta disciplina. Isto não significa que a ênfase nas necessidades práticas seja inadequada, pois é da própria natureza das demandas sociais de informação exigir respostas imediatas.

Insiste-se que se deve priorizar também, na interação com quaisquer outras disciplinas, em especial as dedicadas ao estudo da linguagem, as perspectivas explicativas ou teóricas. Apesar dos avanços consideráveis nos métodos de análise de documentos para fins documentais, a visão geral do fenômeno do tratamento da informação e seus diversos fatores poderia receber um estudo também acurado.

Tratando especificamente das relações interdisciplinares entre análise documental e Linguística, faz-se urgente indicar como os conceitos desta última foram transportados para a primeira. A Linguística e, como ela, a Semiologia, não podem ser observadas unicamente do ponto de vista da finalidade aplicada. É necessário resgatar a capacidade explicativa dos quadros teóricos oriundos das Ciências da linguagem e da Semiótica, e não apenas reconhecer conceitos fundamentais isolando os explicitamente úteis.

É também arriscado concluir que a Linguística tem um único e claro objeto de estudo. Essa leitura pode dificultar a identificação das linhas teóricas. Como expõe Natali “Há evidentemente uma disciplina que tem por objeto a análise de textos em linguagem natural, tendo em vista os próprios textos. Trata-se da lingüística.” (NATALI, 1978, p. 34). Caso fosse correta esta interpretação, as diversas concepções do objeto da Linguística seriam desconsideradas. Como bem lembrou Natali (1978, p. 39): “Convém, no entanto, levantarmos certos problemas de peso, como, por exemplo, o fato de o termo ‘lingüística’ não significar uma única alternativa metodológica. Em verdade, elas são inúmeras. Isto nos leva à escolha

das escolas [...]”.

Face ao exposto, da Linguística supõe-se que a análise documental – que representa um dos principais meios de interação com a organização da informação e do conhecimento – assumiu como relevantes as escolas em que tal grau de sistematicidade e aplicação pudessem ser efetivados. Algumas destas contribuições serão examinadas a seguir.

Seria prudente expor, de forma sumária, o que as correntes da Linguística anteriormente elencadas têm oferecido a análise documental, seja diretamente, na condição de fornecedora de premissas úteis a algumas de suas correntes, ou em virtude do auxílio de campos de estudos intermediários que servem de interface entre as áreas. Esse último enquadra-se perfeitamente ao caso da Terminologia.

A influência da Linguística de maior relevância à análise documental provém, evidentemente, do estruturalismo. Desde a década de 1960, Gardin recorre a um conceito de signo para tratar qualquer símbolo, elemento do conjunto lexical, cujos exemplos são palavras-chave, descritores e termos de indexação. Tais signos podem ou não ser emprestados da língua natural (GARDIN, 1966, p. 172).

O conceito de signo é definido de um modo amplo, referindo-se a qualquer palavra, seja na condição de unidade de análise ou no parâmetro de análise sob a forma de um termo de indexação. O signo linguístico parece ser o conceito que melhor sustenta a noção de signo de Gardin. O conceito de signo é utilizado para entender palavras e termos de indexação (GARDIN, 1966, p. 172). Além disso, áreas de estudo da Linguística, como a Lexicografia, contribuem em um sentido aplicado para as linguagens documentais. Em outras palavras, a Lexicografia documental concebida por Gardin pretende estudar os léxicos documentais e seus modos de construção.

Gardin recebeu uma influência fortemente estruturalista. Segundo Barthes (1967, p.21-22), o estruturalismo é uma atividade que procura imitar a realidade para torná-la inteligível. Como exemplo, cita Gardin que aplica a técnica na identificação dos traços pertinentes dos bronzes pré-históricos. Ademais, o fato de conceber os léxicos documentais como uma tentativa de reconstituir uma área do saber, partindo dos termos mais significativos para representar as relações entre os conhecimentos, pôde indicar uma tentativa de aplicação da análise estrutural.

As operações típicas de um método estruturalista são: decomposição e composição. Uma separa os elementos mínimos de um objeto estudado, procurando

identificar suas funções e regras de funcionamento. A outra busca relações entre esses elementos, comparando-os uns aos outros para alcançar um modelo da realidade tratada (BARTHES, 1967, p. 22-23). É razoável perceber semelhanças entre estas operações básicas e as que orientam as ações de análise documental.

A necessidade de desconstruir e reconstruir um sistema semelhante ao da língua é um dos objetivos da análise documental para recuperação da informação. Presume-se que exista um sistema cujos elementos estão relacionados uns com os outros, e podem ter essas relações quebradas (ou decompostas) e depois reconstruídas. Esse procedimento confirma que se pensa na língua como estrutura.

De forma específica, a metodologia da análise documental também pressupõe dois momentos básicos, semelhantes ao método estrutural: a análise, com o objetivo de segmentar o texto e isolar conceitos que possivelmente traduziriam o conteúdo do documento; e a síntese, que tem como meta chegar a conceitos que traduzam o conteúdo na forma de linguagens documentais, subentendendo uma anterior seleção dos aspectos formais e de conteúdo de acordo com a fixação dos conceitos escolhidos (CUNHA, 1989a, p. 56-61).

As estratégias da atividade estruturalista, registra Barthes (1967), supõem a decomposição do sistema de signos em elementos para análise, e a composição, que seria a construção arquitetônica do modelo, com as relações e funções entre os elementos do sistema. A análise opera por decomposição do sistema e o estudo dos elementos isoladamente, os quais adquirem significados apenas na composição, isto é, similar à síntese na análise documental.

Por mais que não sejam atividades idênticas, as macro-operações de quaisquer teorias estruturalistas incluem, confortavelmente, as operações da análise documental. A tese é a de que é plenamente possível reconstituir um todo significativo após a especificação profunda do sistema. No caso da atividade estruturalista, o modelo procura imitar a realidade e funcionar como hipótese de trabalho, o que ecoa um tom hjelmsleviano. No segundo caso, os processos de análise documental viabilizam a reconstrução do conhecimento em documentos, como formas de atingir o sistema de conhecimento de um campo científico ou ocupacional.

Não são apenas nos conceitos básicos que o estruturalismo linguístico repercute na análise documental. Nessa área, são inúmeras as contribuições, sendo temerário afirmar de maneira conclusiva que o discurso da análise documental está

destituído de referenciais linguísticos. O próprio processo de tradução da linguagem natural para a linguagem artificial, subentende a concepção de linguagem que, por suposto, se refere diretamente à Linguística.

Por também contar um sistema de signos e expressar a organização relacional entre eles, foi construída a suposição no campo da análise documental de que a linguagem documental é um tipo de linguagem. “A linguagem documentária é pois linguagem, exatamente porque concretiza a capacidade simbólica do homem, através da organização de seus termos e regras em sistema próprio.” (CINTRA, 1983, p. 7).

Contudo, comparando o conceito à noção clássica de Saussure e outros estruturalistas, para quem linguagem é a soma da língua com a fala, postula como conclusão que a noção de linguagem aplicada à análise documental não se fundamenta exclusivamente no estruturalismo. Defende-se uma outra interpretação da noção da linguagem, sendo assim, as linguagens documentais seriam línguas formalizadas, mas, por não apresentarem um mecanismo aperfeiçoado de execução do sistema por sujeitos, não manifestariam uma “fala”. O conceito estruturalista de linguagem não se aplica literalmente à linguagem documental, a não ser que este tenha sido reinterpretado, sob outros parâmetros.

A teorização de Saussure e Hjelmslev é fundamental na análise documental, conforme observa Pinto Molina (1993, p. 51-53). Esses teóricos de orientação estruturalista são de grande reconhecimento no contexto da análise documental. Os contatos entre Linguística e organização da informação e do conhecimento foram tardios em relação ao que ocorreu com outros campos de pesquisa, como a Computação. Essa interação foi inaugurada no final da década de 1960, ao mesmo tempo em que se estabelecem semelhanças entre os processos documentais e a tradução automática (KOBASHI, 1996, p. 6-7).

Gardin reconheceu que qualquer linguagem documental possui necessariamente termos ou léxico, unidades determinadas *a priori* ou eixo paradigmático e uma sintaxe que encadeia termos ou eixo sintagmático (NATALI, 1978, p. 36-37; KOBASHI, 1996, p. 19). O conceito de léxico reporta à noção de um *corpus* de palavras realmente executadas. O eixo paradigmático ou das relações associativas e o eixo sintagmático ou das execuções sequenciais mostram como os conceitos básicos do estruturalismo linguístico fundamentam a explicação do que deva ser uma linguagem documental. Além disso, funciona de modo a justificar o

substantivo “linguagem”, ancorando-o a conceitos que caracterizam a linguagem verbal.

Lara (1999), objetivando operacionalizar os conceitos linguísticos na construção de linguagens documentais, vale-se, principalmente do estruturalismo clássico, a saber: estrutura, signo linguístico, sintagma, paradigma, plano de expressão, plano de conteúdo, sincronia, diacronia, língua, fala, forma e substância. No que se refere às linguagens documentais, a autora (1999, p. 156) conclui: “A partir da noção básica de estrutura lingüística, verificamos seu aporte fundamental para o desenvolvimento de metodologias de construção de linguagens documentárias baseadas num sistema de relações.”

Supõe-se que na construção das linguagens documentais, mas também nas diversas categorias teóricas utilizadas pela análise documental, está explícita a participação ativa do estruturalismo mais que escolas da Linguística. Ele conduz as explicações de conceitos e, objetivamente, a construção de técnicas e instrumentos de organização da informação e do conhecimento.

Cabe perguntar: será que o resultado desse diálogo resultou em uma explicação mais abrangente do fenômeno da linguagem nos ambientes informacionais? Ou, apenas permitiu construir instrumentos, guiando as operações práticas no trabalho de análise documental? Se levar em conta a origem das investidas junto à Linguística, segundo as quais orientou-se exclusivamente pela necessidade de realizar recortes pontuais, a resposta à questão tende a indicar que os aspectos teórico e explicativo do fenômeno da linguagem foram suplantados pelas determinações práticas.

Vogel (2007) aprofundou-se no conceito de estrutura e estruturação no contexto das linguagens documentais. Analisando diversas linguagens documentais, tais como vocabulários controlados, tesouros, mapas conceituais, etc., concluiu que todas “Lidam, portanto, com a noção de estrutura, mas nem tanto com o processo de estruturação que permitiria renovar e reorganizar continuamente o instrumento de organização de informação e de indexação.” (VOGEL, 2007, p. 116). Argumenta a autora que não é apenas a noção geral de estrutura que se torna fundamental para a construção de instrumentos de organização da informação, mas é o seu atributo de relacionamento interno entre os elementos que mais interessa.

Tais considerações reforçam ainda mais o papel do estruturalismo para se constituir a principal contribuição da Linguística à análise documental. A

consequência desse relacionamento poderia ser um afastamento da noção de sujeito e suas possibilidades interpretativas, e de construção dos elementos do sistema. Em teoria, a prioridade é o coletivo, o que se acredita ser a média das interpretações sobre um dado sistema, um determinado corpo de conhecimentos.

O estruturalismo, estreitamente relacionado à perspectiva durkheimiana de coletividade e com as hipóteses de um sistema subjacente às expectativas individuais, é uma alternativa da teoria sobre o conhecimento construído pelos indivíduos – tanto em termos cognitivos quanto em termos sociais –, contudo, não enfatiza na mesma intensidade esta questão, com que produz reflexões sobre a aplicabilidade da noção de estrutura.

Deve-se registrar que o distribucionismo também influenciou, em certa medida, a análise documental. Para Natali (1978, p. 39), a perspectiva utilizada inicialmente foi a anglo-americana, primeiro o distribucionalismo de Harris, depois a semântica generativa de Chomsky, Katz e Postal, e, finalmente, a de Fillmore, Lakoff, McCawley e Bach. Na mesma direção, Pinto Molina (1993, p. 51-53) salienta que as teorizações de Saussure, de Hjelmslev, das funções da linguagem, das Escolas de Praga, Copenhague e da estadunidense, além de Greimas, Bloomfield, Chomsky, Fillmore e Pottier, foram e são fundamentais para a análise documental.

A contribuição mais significativa do distribucionismo para a análise documental parece ter sido a noção de *corpus*. Um *corpus* constitui-se de elementos efetivamente realizados, tomando a forma de uma amostra. Embora as linguagens documentais refiram-se a uma área de conhecimento ou ocupacional, sua construção depende da determinação antecipada de um *corpus*. Além disso, deve-se resgatar o meio que constitui as relações entre os elementos da língua. A necessidade da explicitação das relações entre as palavras também é uma característica básica presente na análise documental.

Os conceitos linguísticos e as diversas linhas teóricas da Linguística do século XX tiveram uma presença significativa na organização da informação e do conhecimento. Como examinado, desde a simples noção de signo e de linguagem até mesmo as relações entre significados em um campo semântico provêm da Linguística. Pode-se ampliar esse argumento e afirmar que parte substancial do jargão do especialista em análise documental descende do campo da Linguística, em suas diversas orientações teóricas.

No que tange à interdisciplinaridade, pode-se supor que é difícil reconhecer a

existência de uma ação mútua entre as disciplinas envolvidas, pois ocorre com maior frequência o emprego de conceitos da Linguística para explicar questões da organização da informação e do conhecimento, em seus núcleos mais específicos. Quando isso não ocorre, procura-se rediscutir o emprego de um termo com fundo linguístico ou a aplicação de um conceito no âmbito da organização da informação e do conhecimento. Essa é uma condição indispensável para que se discuta interdisciplinaridade entre análise documental e Linguística.

Contudo, para existir um nível mais avançado de interdisciplinaridade que subentenda a integração de saberes, deve-se superar esse estágio inicial de diálogo, pois o recorrente é perceber a organização da informação e do conhecimento manifestar-se, sobre o fenômeno da linguagem para recuperação da informação, com base na Linguística. Porém pouco se contribui para a teorização geral a respeito da linguagem humana. E, quando os sujeitos exigem uma teoria que os inclua no fenômeno da linguagem, talvez o esquema hipotético gerado pelos procedimentos estruturalistas e o conceito diádico de signo, tornam-se parcialmente adequados.

O funcionalismo linguístico, enquanto corrente que valoriza o uso efetivo da linguagem verbal para fins de comunicação, contribui para a análise documental em duas frentes principais. Em primeiro lugar, uma perspectiva voltada ao usuário, a qual, sob o rótulo “Pragmática”, preserva a função de comunicação de todo o sistema de informação. Tal linha comunicativa é defendida por Izquierdo Alonso (2000).

Em segundo lugar, estão as considerações das linguagens documentais como um mecanismo que, em si mesmo, guarda a responsabilidade de comunicar aos usuários o que existe. É seu papel de mediadora entre a informação, a linguagem do sistema e a do usuário. Em outras palavras, é a função de comunicação ou de informar (referencial) que está em jogo.

Apesar disso, esta última influência nem sempre é assumida fazendo referência às funções da linguagem de Jakobson. Entretanto, pode-se supor a existência de tal ligação na medida em que orienta a construção das linguagens documentais. Os argumentos que dizem que os produtos documentais têm por objetivo comunicar, para que a informação seja utilizada podem ser amparados, de modo subjacente, pelo ponto de vista funcionalista da linguagem. Em algumas posições, revela-se que todas as ações do documentalista têm a finalidade

comunicativa.

No entanto, todo ato documentário é um ato de comunicação que tem a finalidade de promover a circulação da informação. Desse modo, para ser eficaz, o ato documentário requer, inicialmente, uma visão clara dos parâmetros específicos no interior dos quais instaura-se a situação comunicativa (objetivos institucionais, tipos de usuários e de demandas, estrutura organizacional, etc.). (KOBASHI, 1996, p. 9)

Afirmações desse tipo assumem que o papel do documentalista e dos produtos documentais é, acima de tudo, comunicar. No caso das linguagens documentais, a função da linguagem oscila entre a referencial e a metalinguística, pois o código estabelecido por estas linguagens busca traduzir outro código inicial que deu origem ao sistema, isto é, a linguagem expressa nos documentos.

Ao lado da perspectiva funcionalista do papel das linguagens documentais, deve-se ressaltar a contribuição do gerativismo. Natali (1978, p. 39) e Pinto Molina (1993, p. 51-53) registraram a influência da figura de Chomsky na análise documental. A teoria gerativa de Chomsky foi resgatada pela análise documental dentro das reflexões sobre indexação. Cintra (1983, p. 16) argumentou que, assim como a Semântica pode ser teorizada por duas vertentes, a estrutural e a gerativo-transformacional, o mesmo se pode dizer da sintaxe na indexação. Segundo a autora (CINTRA, 1983, p. 16), a sintaxe das linguagens documentais tem recorrido à visão estrutural e gerativa. A exposição sobre gramática gerativa elaborada por Cintra (1983) esclarece os pontos fundamentais da escola, reunindo e discutindo conceitos centrais de Chomsky.

É através da sintaxe transformacional – via o modelo de casos de Charles Fillmore – que se observa o vínculo da gramática gerativa nos processos de indexação (aqui definido mais amplamente como de análise documental), está materializado pelo Preserved Context Index Systems – PRECIS, sistema de indexação desenvolvido pela British Library, a partir de 1971 (CINTRA, 1983, p. 16; BARANOW, 1983, p. 29). Baranow (1983, p. 30) lembra que o modelo de Chomsky fundamenta-se na Matemática e, por isso, teria uma forte relação com a Linguística Matemática, a qual se vincula à Linguística Computacional.

O problema de aceitar funções inatas presentes na mente serve para simular sistemas computacionais com a finalidade de produzir traduções. Chomsky (1970, p. 37) destaca que a análise mecânica de sentenças por técnicas computacionais pode apoiar projetos como a tradução automática.

A vertente do gerativismo que se interessa pela tradução automática é de

grande valia para a organização da informação e do conhecimento. O gerativismo estaria contribuindo com a área desde 1970. Nos primeiros estudos, configurava-se como a teoria que conduz às práticas e aplicações mais específicas no campo da análise documental. Mas não se pode presumir por isso uma aplicação generalizada.

Em respeito à análise documental, a discussão teórica das teses gerativas sobre a mente e o funcionamento da linguagem, como fonte potencial de influência, é indiretamente visível, ao contrário do que ocorre com os conceitos semânticos de matriz linguística, amplamente aplicados e debatidos. Em relação à Semântica adotada pela análise da informação, a gramática gerativa teve pouca influência, mas não pôde deixar de ser mencionada como uma das contribuições da Linguística na história das técnicas e dos procedimentos de tratamento do conteúdo da informação.

Segundo a literatura consultada, campos aplicados da Linguística foram melhor revisados com o objetivo de estabelecer conexões com a análise documental. Esse é o caso da Linguística Textual, da Análise de Conteúdo e da Análise de Discurso. É evidente que essas áreas não possuem um corpo de conhecimentos consensual ou uma única linha teórica; não obstante, parâmetros gerais são indicados como essenciais à problemática da análise documental.

Criada na década de 1960, a disciplina Linguística textual apresentou amplos resultados do nível da palavra ou da frase ao texto completo, uma unidade gramatical superior, área que interessa a análise documental (PINTO MOLINA, 1993, p. 54). A Linguística textual possui como metas fundamentais determinar o que é um texto e como caracterizar as várias espécies de textos (FAVERO; KOCK, 1988, p. 14 apud KOBASHI 1996, p. 17). Entre os conceitos aplicados a análise documental estão: a superestrutura ou o esquema global, que funciona como a sintaxe que organiza as partes do texto; e a delimitação dos tipos de leitura: palavra por palavra (*bottom up*) e identificação da superestrutura (*top-down*) (VAN DIJK; KINTSCH, 1983, p. 23 apud KOBASHI, 1996, p. 18).

É com base nessas noções de texto que o documentalista se deve munir para, então, se conduzir no processo de leitura. Como a leitura nesse contexto é um processo com finalidades profissionais, é preciso garantir certo grau de produtividade e padronização sobre o processo de leitura de textos, o que torna a Linguística textual uma área essencial para a utilização de técnicas de leitura documental. Em contraposição, isso não significa que o processo de leitura de

estruturas textuais pode ser útil a todos os tipos de textos e manifestações registradas da cultura. Documentos contendo imagens exigiriam adaptações conceituais e de procedimento, quando não requerem uma radical revisão das opções teóricas adotadas.

A Análise de conteúdo, estudando as condições de produção do texto, além dos próprios textos, subentende as seguintes fases: formulação de dados, redução de dados, inferência e análise. Segundo conclui Kobashi (1996, p. 15-16), com o auxílio de Gardin, a aplicação da análise de conteúdo na análise documental mostra-se insatisfatória, pois, ao contrário da análise documental, a análise de conteúdo trabalha com todos os tipos de textos e manifestações. Essa última extrai fragmentos dos textos que revelam opiniões, preocupando-se, sobremaneira, com as condições de produção, ao passo que a análise documental identifica a estrutura informacional para representação.

Se tais condições de produção do discurso não interessam para a análise documental, seria contraditória a busca por contribuições da Terminologia, pois esta visa reconstituir o contexto de produção e de circulação das mensagens. Apesar de a análise documental objetivar a identificação da estrutura de informação para representar e oferecer melhores condições de recuperação, o referido processo de representação deve se associar às condições de produção para que o produto final faça referência ao contexto. Ora, sem tais indicações, como se poderia aproximar sistemas e usuários?

A Análise de discurso, por seu turno, preocupa-se com a análise interna e externa ao texto, o contexto sócio-histórico (BARROS, 1988, p. 5 apud KOBASHI, 1996, p. 16). Os procedimentos para incorporá-la não foram bem sucedidos, pelo que se verifica, pois a análise documental não se preocupa com as questões sócio-históricas, e a noção de informação relevante em um texto varia muito (KOBASHI, 1996, p. 17). Mais uma vez, caso as questões sócio-históricas não importassem de fato, como organizar um sistema de informação sem antes compreender o campo de conhecimento ou ocupacional do qual faz parte? Talvez os aprofundamentos nas questões sócio-históricas sejam secundários, mas de maneira alguma dispensáveis.

Decisões desse tipo poderiam levar a análise documental a rejeitar, pouco a pouco, um ponto de vista abrangente sobre os fatores condicionantes do fenômeno da linguagem. Talvez seja necessário rever a extensão do pressuposto da necessidade prática na área, respeitando, obviamente, a demanda social por um

volume crescente de documentos. É provável também que a ênfase em recortes circunstanciais possa ter reduzido os esforços da organização da informação e do conhecimento no sentido de teorizar a respeito da constituição da linguagem, das variáveis determinantes na produção e, conseqüentemente, de suas formas de organização.

Várias foram as vertentes estudadas com o objetivo de chegar a convergências entre análise documental e análise de discurso. Em primeiro lugar, Cunha (1989b, p. 23), Kobashi (1989b, p. 35), Cunha, Kobashi e Amaro (1989, p. 127-128) salientaram os trabalhos de Bronckart e os tipos de discurso, de acordo com o ato de produção. Estas últimas autoras argumentaram que o conhecimento sobre análise de textos ajuda, particularmente, na elaboração de dicionários e permite trabalhar com a noção de textos arquétipos. Em segundo lugar, aparece Charaudeau com as contribuições em torno das tipologias discursivas, das circunstâncias de elaboração e das competências situacional, discursiva e linguística (CUNHA, 1989b, p. 23; KOBASHI, 1989b, 38-39; AMARO, 1989, p. 61-62).

Kobashi (1996, p. 22) questiona a assimilação da análise documental por outras áreas, pois a principal diferença em relação às demais formas de análise (Análise do discurso, Análise de conteúdo, Análise logicista, Linguística textual e Inteligência artificial) é que a análise documental elabora modalidades de informação mediadas por códigos de conversão que buscam viabilizar a circulação da informação.

Em regra, as técnicas são mais úteis na análise documental que os conceitos teóricos. Quando Linguística textual, Análise de conteúdo e Análise de discurso se voltam à teorização do discurso e do texto, afastando-se dos mecanismos, instrumentos e procedimentos tangíveis da análise de textos, e isso parece não mais interessar para a análise documental. Essa é uma consequência explícita da adoção do pressuposto de operar recortes específicos em outras áreas. Apesar de válido, segundo as necessidades sociais observadas pela organização da informação e do conhecimento - as quais tratam da urgência da sociedade por sistemas de informação que ofereçam mais rapidamente condições de acesso à informação -, é possível que desestimule o aprofundamento em questões teóricas.

Pode-se afirmar que deriva também do estruturalismo a aplicação de teorias semânticas na análise documental. Conforme observou Cintra (1983, p. 10): "Dentre os vários estudos de semântica, destacam-se, grosso modo, duas vertentes: a

semântica estrutural e a semântica gerativa.” Das semânticas citadas, é evidente que ambas tratam o problema do significado do ponto de vista linguístico. Nessas circunstâncias, a Semântica estrutural responde à questão da descrição e do signo lingüístico, e a Semântica gerativa estuda a competência do falante ao nível da significação (CINTRA, 1983, p. 10).

Alguns autores (NAVARRO, 1988, p. 58; CINTRA, 1983, p. 11-12) salientam o papel da Semântica na análise documental mediante os conceitos de polissemia, homonímia, sinonímia e antonímia. A polissemia consiste na pluralidade de significados; a homonímia corresponde à igualdade de significante, como o som, mas há diferença de significado; a sinonímia diz respeito à igualdade de significados, mas diferença de significantes; e a antonímia refere-se aos significados contrários. São conceitos-chave para compreender a dinâmica da linguagem natural e entender os conceitos que implicam a capacidade de se relacionar uns com os outros contribui para a identificação de palavras diversas para um mesmo assunto e, depois, operar algum tipo de padronização.

Localizada nos processos de análise documental, especialmente os de construção de sistemas de representação da informação, encontra-se a contribuição imprescindível da Semântica estrutural, cuja teoria viabiliza a esquematização de campos semânticos. A teoria dos campos semânticos, aplicada à análise de documentos, possibilita a identificação de palavras-chave que permitem a formulação de campos de relações entre as palavras de uma mesma área de conhecimento, interesse, atividade ou domínio. Conseqüentemente, auxilia a organização e a construção de instrumentos e produtos documentais. Natali (1978, p. 36) observa esse fenômeno, afirmando que os tesouros constituem um avanço real no caminho da interação entre Linguística e Documentação, pois se baseiam na teoria dos campos semânticos e permitem o aprofundamento da noção de linguagem documental.

Fillmore fundamentou a teoria dos casos e sustenta que as relações casuais formam conceitos universais – inatos no sentido de Chomsky – e que correspondem a certos juízos humanos. Outras estudiosas da análise documental ressaltam a importância da teoria dos casos (CINTRA, 1983, p. 20-21; CUNHA, 1989a, p. 49), pois a gramática de casos vale-se da estrutura profunda e de superfície, segundo a teorização de Chomsky. Os casos seriam variáveis: agentivo, instrumental, objetivo, locativo, temporal, origem, destinação, maneira, possuidor, dentre outros.

Além disso, Fillmore introduziu o conceito de caso que determina fenômenos sintático-semânticos. Conforme argumenta Cunha (1989b, p. 25):

Duas questões básicas contribuíram para a exploração das categorias adaptadas de Pottier e Fillmore à leitura com fins documentários. Primeiramente a observação de que na gramática de casos os valores semânticos resultam das relações que se estabelecem entre os casos independentemente das funções sintáticas; em seguida a dificuldade em definir o que é um texto e quais são os mecanismos de compreensão, leitura, identificação dos traços descritivos e como se processa a representação tanto em linguagem natural como em linguagem documentária.

Fillmore, com a concepção de caso, retomou preocupações da filosofia aristotélica, quando se voltou à noção de categorias. Um caso é uma categoria gramatical que indica uma relação sintática em uma sentença. Essa noção está na origem da lógica formal. Apesar disso, é notório o repúdio às considerações estritamente lógicas do significado, quando na realidade estão presentes em conceitos fundamentais, como expõe a teoria de Fillmore.

Ao lado das teorias semânticas estão as incursões à Lógica, considerada em várias ocasiões como fundamental nas atividades de análise documental. Sabe-se que a Lógica dispõe de uma teoria semântica do significado que deve ser observada nos estudos de análise documental, além das contribuições provenientes da Lógica formal clássica.

Como a Lógica não se constitui como uma linha única de estudo, há denominações vigentes que as incursões nesta disciplina devem observar. Considerando que a Linguística não se manifesta com todos os seus desdobramentos na análise documental e na organização da informação e do conhecimento, a análise das contribuições lógicas ao campo deve respeitar as várias nuances presentes na Lógica.

Os principais pontos da Lógica tomados como relevantes na análise documental são, na opinião de Kobashi (1996, p. 19), a lógica de criação de teorias, o que se aproxima da teoria do conhecimento e o procedimento de esquematização, como um processo que usa inferência para descrever o conteúdo. Esse é, ao mesmo tempo, o produto da análise logicista, a representação condensada do material analisado.

Contudo, de acordo com Cunha (1989a, p. 51), “[...] a Lógica enquanto ciência encontra-se bem distante das preocupações dos bibliotecários/analistas da

documentação, mesmo quando se utiliza da automação.” A autora aponta que as possíveis contribuições da Lógica são: a) as relações lógicas, tais como inclusão/exclusão, todo/parte, gênero/espécie; b) a Lógica geral do discurso científico nos elementos como hipóteses, leis e teorias; c) a Lógica formal, que consiste na discussão das formas de raciocínio, os quais devem ser considerados pela análise documental. Os dois últimos contributos tratam de questões inerentes à teoria do conhecimento: a relação entre sujeito e objeto e o processo em que certos dados chegam a ser juízos. Entre os objetivos dessas contribuições estariam a identificação de macro-proposições semânticas, traços descritivos do autor em seu texto, as quais decorreriam da organização lógico-semântica do discurso e da verificação do processo por que passam as macro-proposições/traços descritivos para palavras-chave ou conceitos (CUNHA, 1989a, p. 52).

Cunha (1989c, p. 51) defende que é preciso "operacionalizar" os conceitos da Lógica na Biblioteconomia e procurou conduzir seu raciocínio apontando os elementos da lógica mais propícios a beneficiar a análise de textos para a recuperação de informação. Para tanto, relacionou os tipos de inferências (indução, dedução e abdução), categorias (agente, objeto, instrumento, modo, produto, finalidade, lugar) e os conceitos de premissa, argumentos e conectivos, valendo-se do modo de simbolizar as relações entre as premissas.

O objetivo de Cunha (1989c) foi testar, juntamente com os procedimentos da análise documental, os conceitos da Lógica formal na análise de um romance. Evidenciando os argumentos principais do texto que pudessem mostrar seu conteúdo, substituiu as principais premissas por símbolos lógicos. Também apelou para o conhecimento geral dos colaboradores sobre romances policiais a fim de obter elementos para prosseguir a análise.

Presume-se que o aspecto fundamental de sua análise tenha sido menos o uso da Lógica e mais ressaltar a eficácia instrumental das categorias, cuja origem se vincula aos trabalhos de Fillmore, conhecidos pela expressão “gramática de casos”. Sabe-se que a gramática de casos se baseia em concepções da gramática gerativa. A contribuição da Lógica ficou circunscrita à análise de textos e argumentos expressos, não sendo útil, na ocasião, para compreender o processo cognitivo do analista.

A partir do trabalho de Monteiro e Giraldes (2008), pode-se pressupor que na Lógica formal, principalmente, os conceitos aristotélicos foram essenciais para a

composição dos principais sistemas de classificação ora conhecidos. Muitos sistemas baseiam-se no procedimento aristotélico de definição, procurando, a partir da classe, chegar à essência ou ao que é específico em um conceito. As classificações filosóficas serviram de exemplo às classificações bibliográficas, que utilizaram o mesmo procedimento definitório para construir as tabelas de classificação universais, partindo dos acidentes para as essências. A essência traz um efeito adicional, pois pode-se fazer acreditar que a essência seja algo inseparável do objeto representado, reificando uma perspectiva da essência a tal ponto de se naturalizar. Isto é, pode ser que em outros contextos, o homem não terá como essência ser um animal racional. Outro fato, é que leituras particulares da representação são desconsideradas nos sistemas universais.

Consideram-se ainda pouco esclarecedor as contribuições específicas das diversas escolas da Lógica. Mas verifica-se, a princípio, que a Lógica formal é a linha preferida, ao passo que outras concepções, tal como a Lógica na condição de teoria do conhecimento e a Lógica como teoria dos signos, não são observadas. A Lógica simbólica, por exemplo, defende que a construção de linguagens formais podem auxiliar o exame de argumentos científicos e abreviar o tempo do cálculo dedutivo.

Assemelha-se, assim, à valorização de linguagens formalizadas - fenômeno encontrado na organização da informação e do conhecimento - cujas finalidades são economizar o tempo de busca e facilitar a comunicação da informação. Dias e Naves (2007, p. 90) argumentam, nesse sentido, que “A importância da lógica formal para a análise de assunto vem do fato de que símbolos lógicos, ao contrário dos lingüísticos, têm um significado perfeitamente exato.” Entretanto, o processo pelo qual se utilizam esses parâmetros lógicos no dia-a-dia dos profissionais que atuam no tratamento do conteúdo da informação não foi explicado.

A Lógica enquanto teoria dos signos é poucas vezes considerada, pois a literatura sobre o assunto tende a valorizar a Semiótica vinculada à teoria Linguística, valendo-se da Lógica apenas nos momentos em que esta dispõe de conceitos que permitam validar noções e procedimentos de categorias hierárquicas. Os tipos de raciocínio considerados como modos de se chegar ao assunto principal de um documento abordam, tão-somente, as formas indutiva e dedutiva, dispensando novas classificações dos tipos de argumentos.

As contribuições da Lógica para a teoria do conhecimento não parecem ser um

ponto relevante na teoria da análise documental, na medida em que as noções diádicas do signo sob as quais se ancoram dispensam um relacionamento com a realidade, como dispositivo da determinação do significado do conhecimento. Daí resulta uma tímida influência da Lógica na organização da informação e do conhecimento, constituindo uma dificuldade para a entrada de teorias lógicas específicas para a análise da informação.

A despeito de esta discussão não dizer respeito aos objetivos deste capítulo, não se pode deixar de notar a convergência dos temas ligados à Lógica com a organização da informação e do conhecimento. Assim, conclui-se, a partir do exposto, que os principais conceitos provenientes da Lógica, aplicáveis às atividades de análise documental de conteúdo e de construção de linguagens documentais, consistem nos seguintes: 1) categorias aristotélicas⁷, predicação⁸, processo de definição, premissa, argumento (dedutiva e indutiva), cópula, conectivos, silogismo, relações lógicas (identidade, implicação, negação, interseção, disjunção); 2) a presença, ainda que insuficiente, de concepções da Lógica da ciência ou Lógica metodológica (hipóteses, teorias, leis, etc.) e da Lógica da Descoberta; 3) derivado desta última, a organização lógica do discurso. Deve-se acrescentar que as chamadas relações Lógicas não provêm unicamente da Lógica Formal, mas também da Lógica Simbólica. É o caso, por exemplo, das operações lógicas de implicação e de interseção, as quais são utilizadas para tratar das relações entre premissas. Contudo, no campo da organização da informação e do conhecimento, essas últimas relações são aplicadas aos conceitos.

As relações lógicas entre conceitos é um dos pontos centrais do desenvolvimento de mecanismos de padronização dos termos em linguagens documentais, e tanto a organização da informação e do conhecimento quanto a Terminologia valem-se desta teorização. É possível que uma das vias de entrada da Lógica na organização da informação e do conhecimento, seja a Terminologia, em algumas de suas correntes.

Por conseguinte, as contribuições da Terminologia para a organização da informação e do conhecimento incidem no tratamento do conteúdo dos materiais de informação, principalmente na fase de elaboração dos produtos de representação da informação que contemplam os processos percorridos para extrair o conteúdo dos

⁷ Substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, estado, ação e paixão.

⁸ Processo pelo qual se descreve alguma propriedade de uma coisa. A predicação recorre às relações: gênero, diferença específica, propriedade e acidente para descrever e definir algo.

documentos. A partir de um termo utilizado por uma comunidade científica ou técnica, expresso nos instrumentos de representação da informação, o conceito teria parâmetro aceitável do uso corrente do vocabulário de um grupo especializado. São as representações de conceitos de uma linguagem de especialidade.

Na história da análise documental, a interseção com a Terminologia dá-se em meados dos anos 1980, e com mais intensidade no Brasil, em 1990. Neste período, vários artigos procuraram demonstrar a eficácia da Terminologia para operar sobre os conceitos na produção de instrumentos que auxiliam na representação da informação. A organização da informação e do conhecimento encontra na Terminologia uma disciplina atrativa no sentido de trabalhar com os campos do conhecimento e objetivar a organização e compilação de termos referentes a conceitos científicos e técnicos.

Quando da elaboração de linguagens documentais, os especialistas em tratamento do conteúdo da informação adotam a categoria conceitual “termo” como forma de identificar a linguagem utilizada pelos especialistas, cientistas ou técnicos.

Cabré (1995, p. 292, p. 295) salienta que existe uma troca mútua entre Terminologia e Documentação, a primeira serve e é servida pela segunda. Além disso, são nas atividades de padronização que a Documentação reconhece na Terminologia um mecanismo essencial de representar conceitos e documentos, pois “[...] os thesaurus e as classificações são basicamente inventários terminológicos organizados tematicamente e controlados formalmente.”(CABRÉ, 1995, p. 296).

Na mesma direção, Dias (2000, p. 91) sustenta que a Terminologia contribui, sobretudo, para a representação de conteúdo para facilitar o acesso à informação. Barros (2006, p. 24) salientou que a Documentação utiliza o tesauro nas atividades de indexação, instrumento este que se valeu da Terminologia para sua elaboração. É também a centralidade nas áreas especializadas que promovem a convergência entre Terminologia e Documentação.

Para Cabré (1999, p. 234), a Documentação proporciona à Terminologia aplicada, ou Terminografia, meios de detectar, analisar e classificar unidades terminológicas. Além disso, a Documentação oferece condições para o tratamento de termos especializados via análise do conteúdo dos documentos; é um mecanismo para verificar a existência de um termo no discurso científico. As atividades de tratamento e organização dos materiais proporcionam condições para recuperação de informações sobre definições, contextos e sinônimos empregados

para um termo (CABRÉ, 1999, p. 235).

Por outro lado, a Terminologia que mais interessa à Documentação é de ordem normativa. Os instrumentos auxiliares ao trabalho de análise documental e indexação, tais como índices, sistemas de classificação e tesouros, são compilações ou recompilações terminológicas que servem para definir a estrutura conceitual dos termos, associando-os, quando no caso dos tesouros, aos demais conceitos. Segundo Cabré (1999, p. 237, tradução nossa):

A indexação é no fundo uma operação terminológica, é uma atividade de identificação da terminologia mais indicativa do conteúdo do documento, pela qual se atribui um valor de conteúdo a determinadas unidades e expressões do texto, que são as que servirão de ancoragem a recuperação da informação.

A descrição de conteúdo documental, buscando no final do processo chegar a unidades terminológicas, e a elaboração de instrumentos para a organização da informação são atividades terminológicas. Há, neste ponto, uma relativa familiaridade entre as atividades terminológicas e as atividades de tratamento da informação. Cabré (1999) sustenta ainda que a Terminologia que melhor se ajusta às atividades documentais é a que enfatiza a normalização, pois há uma premissa de que os termos devem possuir alto grau de univocidade. Entretanto, deve atentar-se para harmonizar esses termos à expectativa dos usuários e às realidades envolvidas.

Muitos estudiosos que investigam a organização da informação e do conhecimento se manifestaram sobre os reais contributos da Terminologia. Examinando os estudos de Tálamo, Lara e Kobashi (1992), Tálamo (2001), Lara (1999, 2001), Lara e Tálamo (2006), Tálamo e Lara (2006), é possível concluir que a Terminologia exerce uma função teórica e aplicada junto à organização da informação e do conhecimento, tanto em nível preliminar de interdisciplinaridade, possibilitando trocas bilaterais, quanto servindo de fundamento para a composição de nova disciplina ligada à Ciência da Informação.

Tálamo, Lara e Kobashi (1992, p. 199) argumentaram que para se constituir em um efetivo instrumento de controle terminológico, o tesouro deve estar subsidiado por um dicionário terminológico, pois os descritores não correspondem necessariamente à língua especializada, ao contrário dos termos. Com base na Terminologia, as autoras aceitam a substituição do tesouro pelo tesouro-

terminológico, na medida em que este último se baseia no estudo do discurso especializado, produzindo repertórios que relacionam os termos aos referentes.

Também segundo Lara (1999, p. 132-133), a Terminologia é uma ciência que apoia a elaboração de linguagens documentais no âmbito da Documentação. Contudo, não é qualquer teoria da Terminologia, porém as que estão equilibradas sob o formalismo e as necessidades pragmáticas. Em outras palavras, as que ofereçam condições de construção de instrumentos de controle terminológico, mas que, apesar de padronizado, extraia os aspectos sociais e objetivos práticos dos usos dos termos em um contexto.

A Terminologia oferece parâmetros teóricos, via seus produtos, como dicionários especializados, glossários, etc., e práticos, na forma de procedimentos para colher conceitos termos de um domínio de conhecimento, estabelecendo uma relação mais próxima entre teorias linguísticas e organização da informação e do conhecimento. Lara (2001) continua afirmando que a Terminologia auxilia de definição de hipóteses ou sugestões de termos para as linguagens documentais, pois o trabalho terminológico, mais precisamente, o terminográfico, subentende a análise de um conjunto de documentos, elegendo destes os termos-candidatos dispostos em fichas terminológicas em que são indicadas as definições, os termos e os contextos de uso. A autora (LARA, 2001) ressalta: "Hoje, entretanto, a Terminologia teórica e concreta permitem fundamentar a seleção dos termos e o estabelecimento de redes de relacionamento entre eles a partir de referências concretas de determinados universos conceituais."

Proporcionando aspectos teóricos para a análise documental, a Terminologia contribui para a teoria e as práticas decorrentes da Linguística documental. A manifestação mais evidente da confluência entre Linguística e análise documental foi a formulação da Linguística documental decorrente dos estudos de Antonio García Gutierrez e José Maria Izquierdo Arroyo, nos anos de 1980. Gutierrez destaca o papel das linguagens documentais, sendo a Linguística documental a disciplina que contribui com fundamentos aos processos de análise, tradução, redução e representação da informação (KOBASHI, 1996, p. 7).

A Linguística documental estuda e desenvolve os teorias e métodos de construção de linguagens documentais. Além das contribuições da Linguística, pressupõe a associação com a Lógica e a Terminologia. Se o objeto de investigação são as linguagens documentais, e se os resultados dos trabalhos terminológicos são

de grande valia a essas linguagens, então é razoável concluir sobre a interface entre Linguística documental e Terminologia.

A linguagem documental somente pode funcionar como instrumento de comunicação caso utilize a terminologia em sua condição operacional (TÁLAMO, 2001, p. 148). Deriva dos estudos terminológicos a definição de termos que facilitam a comunicação especializada. Daí supõe-se uma real integração entre Linguística documental e Terminologia, a ponto de se sustentar que:

Se no plano teórico o diálogo entre Terminologia e a Linguística Documentária apresenta fundamento consistente, na prática, ele pode sucumbir a empréstimos pontuais, concorrendo para a idéia da existência de relação direta e mecânica entre termos - unidades terminológicas e unidades documentárias - descritores, palavras-chave, entre outros. (LARA; TÁLAMO, 2006, p. 3).

A Terminologia pretende realmente reconstituir o contexto de produção do conhecimento e os modos de comunicação do saber especializado. Enquanto a análise documental restringe-se a um conjunto de documentos na condição de *corpus* como principal fonte para construção de instrumentos de controle terminológico, a Terminologia pode valer-se do discurso oral e testar o material obtido e coletado junto ao *corpus* documental.

Entre as várias disciplinas e correntes teóricas que concorrem para a constituição dos fundamentos da Linguística documental, podem-se citar, além da Terminologia em suas diversas linhas de orientação, a Semiótica e a Linguística estrutural (TÁLAMO; LARA, 2006), sendo a Terminologia a responsável pela teorização sobre a formação dos conceitos, a definição dos termos e o estabelecimento dos relacionamentos semânticos entre eles. Supõe-se como evidente os aspectos terminológicos que influenciam a dinâmica das atividades e dos produtos da análise documental.

Observando ainda as relações da Linguística na organização da informação e do conhecimento, a ideia que surge imediatamente supõe que a primeira disciplina colaborou apenas para a Documentação e para a análise documental. Entretanto, merece ressalva o papel da Tradução automática e da Linguística computacional. Salienta-se que, nas ocasiões em que se procuram identificar as contribuições da Linguística na organização da informação e do conhecimento, deve-se pensar também na interação com outras teorias predominantes.

A mesma análise vale para as contribuições da Inteligência artificial, no sentido

de aplicar algoritmos para o tratamento automático da linguagem natural e oferecer soluções para problemas ligados aos métodos de criação de bases de conhecimento, recorrendo à interface entre Inteligência artificial, Linguística do texto e Análise do discurso (KOBASHI, 1996, p. 20-21). Com efeito, as linhas que se encontram na confluência entre as Ciências exatas e as Ciências humanas não podem ser desconsideradas quando se pretendem reconstituir o papel da Linguística na organização da informação e do conhecimento. Contudo, as diversas interações da Linguística com as ciências exatas não foram objeto de análise nesta pesquisa.

Apesar das influências dominantes no âmbito teórico, não é sempre fácil aceitar as raízes linguísticas na análise documental. Gardin (apud KOBASHI, 1996, p. 12) concluiu, a partir de tentativas de 1960-70, que a Linguística e a Semiologia têm pouco a oferecer para a análise documental. Entretanto, resta saber quais correntes da Semiologia podem oferecer subsídios para a análise documental e quais destas transcendem as atividades dirigidas pela prática recente da análise documental, abrindo caminhos para futuras pesquisas no âmbito semiológico.

A revisão desenvolvida anteriormente se limita aos autores pesquisados e ao campo da análise documental. Porém, são úteis à formulação de uma hipótese que pretende explicar as condições de interação entre a Linguística e a organização da informação e do conhecimento.

2.2 Da Semiologia e da Teoria dos Signos

Na primeira metade do século XX, nos países da Europa, surgiu um movimento intelectual motivado por linguistas que buscavam sistematizar uma ciência da linguagem e estabelecer os conceitos principais para a sua fundação. Esse fenômeno foi desencadeado logo após avanços no campo da Lógica, provenientes dos Estados Unidos e ligadas à figura do lógico e filósofo Charles Sanders Peirce (1839-1914).

A teoria dos signos criada na Europa esteve associada à fundação da Linguística moderna. É necessário ressaltar que há um conjunto enorme de correntes das teorias dos signos que derivam da Linguística e que mereceriam ser examinadas em profundidade. Sendo assim, nesta seção objetiva-se elencar as linhas fundamentais das teorias dos signos provenientes da Linguística e seus

impactos na organização da informação e do conhecimento, em especial, as concepções semiológicas de Saussure, de Hjelmslev, de Barthes e Greimas.

Além disso, sob o rótulo “teoria dos signos” apareceram, durante o início do século XX, as contribuições de Ogden e Richards, por um lado, e as de Morris, por outro. As concepções de signos de ambos serão necessárias para discutir outras fontes fundadoras da teoria dos signos que, porventura, a organização da informação e do conhecimento venha utilizar. Ambas foram incluídas nesta seção apenas por não consistirem propriamente na Semiótica de Peirce, apesar de utilizarem conceitos peirceanos. De maneira alguma são equivalentes às demais teorias semiológicas.

A Semiologia, para Saussure, é uma ciência que ainda vai se constituir, mas que, para isso, deve ser geral e prover conhecimentos sobre um número imenso de sistemas de signos, procurando estabelecer as leis que regem a ação dos signos na vida social e descrevendo a natureza dos mesmos. Com o fito de contribuir com essa empreitada, Saussure pontuou:

Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social; ela constituiria uma parte da Psicologia Social e, por conseguinte, da Psicologia Geral; chamá-la-emos de Semiologia (do grego *sēmeiōn*, “signo”). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Lingüística e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos. (SAUSSURE, 1970, p. 24).

Com essa explicação verifica-se, de antemão, que a Semiologia foi proposta como um projeto. O linguista suíço ressaltou que a Semiologia não existe ainda, mas deu as linhas mestras para seu desenvolvimento. Tarefa que foi levada a cabo por linguistas e semiólogos posteriores e que reconhecem ter uma grande dívida com Saussure.

A partir do exposto, pode-se esquematizar as divisões e o lugar da Semiologia dentre as demais ciências segundo Saussure (1970).

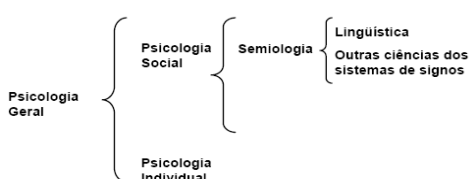


Figura 4: Semiologia na Classificação das Ciências de Saussure

Destaca-se que a Linguística precisa inevitavelmente fazer alusão à Semiologia. Para Saussure (1970, p. 25), o problema da Linguística é, sobretudo, um problema semiológico; isto quer dizer que as questões envolvidas no estudo da língua são problemas semiológicos por natureza, portanto, referem-se à ação de signos institucionalizados em uma sociedade. A Linguística deve ser compreendida a partir da Semiologia e das leis gerais da ação dos signos por ela descobertas.

O signo vislumbrado pela Semiologia foi definido anteriormente pela Linguística, isto é, composto de uma forma de expressão e de um conteúdo. Saussure (1970), apesar da ênfase na língua como sistema de signos privilegiado em relação aos demais sistemas, reconhece que a língua representa uma parcela significativa dos sistemas de signos humanos (língua de surdos-mudos, signos militares, etc.).

Supõe-se que esse argumento funcione como tentativa de aproximar os sistemas, segundo um ponto de visto único, o semiológico, que permitiu enxergar os demais sistemas de signos a partir de uma matriz única e quase-homogênea. Os demais conceitos linguísticos saussureanos serviram aporte à teorização semiológica. Outros linguistas valeram-se do arcabouço teórico de Saussure para aplicar em outros sistemas sígnicos.

A Semiologia em Hjelmslev (1975) configura-se como um tipo especial de Linguística. Entende a Linguística como uma Semiologia que tem como objeto uma semiótica ou sistema de signos. No esquema de Hjelmslev (1975, p. 212-219), existe em um nível superior de investigação, uma meta-semiologia que tem por objetivo estudar as outras semiologias. Em outras palavras, a meta-semiologia constrói conhecimentos sobre as diversas semiologias. Uma semiótica científica é uma semiologia, pois toma como objetos as semióticas ou sistemas de signos. Já a semiótica propriamente dita é uma linguagem não científica que serve de objeto de semiologias ou meta-semióticas.

A ideia de meta ou um discurso que explica e discorre a respeito de outro discurso é recorrente, no pensamento de Hjelmslev, haja vista o entendimento da Linguística como um tipo privilegiado de meta-linguagem. Pode-se assim esquematizar a posição da meta-semiologia, da semiologia e da semiótica por ordem de complexidade, ou seja, das ciências para os objetos de estudo: meta-semiologia > semiologias (meta-semióticas ou semióticas científicas) > semióticas (ou semióticas objetos de pesquisa. Exemplo: a língua ou os outros sistemas de

signos).

É relevante aos propósitos desta seção apenas a sua definição de Semiologia, dos objetos de análise da teoria da linguagem e da abertura dada pelo autor para análise de tantos outros tipos de sistema sgnicos. Os conceitos semiológicos de Hjelmslev estão ancorados no esforço bem sucedido do aperfeiçoamento das dicotomias de Saussure.

Além disso, deve-se acrescentar que o linguista dinamarquês avançou sobremaneira em relação à afirmação de Saussure de que existirá uma ciência geral dos signos na vida social. Hjelmslev esmiuçou os conceitos de signo, de Semiologia e forneceu diretrizes metodológicas de uma teoria geral da linguagem, entre elas a observância da hipótese de estrutura na pesquisa estruturalista.

A discussão dos processos de conotação ou semióticas conotativas também foi levada a cabo por Hjelmslev. A denotação é o processo pelo qual um significante do signo serve como expressão de um apropriado significado ou conceito, ao passo que conotação é o fenômeno que exige de um plano de expressão ou significante, uma divisão que produza um novo significante para um outro significado, o qual não é estabelecido previamente na primeira expressão do signo. Conotar consiste em tomar um significante de um signo específico para veicular uma outra informação de um signo diferente do primeiro.

Sob uma perspectiva não linguística, a síntese das teorias dos signos concebidas até início do século XX foi construída pela investigação de Ogden e Richards, na década de 1920. Esse estudo é considerado um dos mais importantes da época, e o triângulo⁹ elaborado pelos autores tornou-se clássico nos estudos da linguagem, cuja finalidade é representar a concepção de signo em suas várias vertentes: Linguística, Semiótica e Lógica.

O esquema dos autores desdobra-se em uma versão triádica do signo, como pode ser observado a seguir.

⁹ O triângulo é, por vezes, utilizado para explicar o conceito de signo de Peirce, mas isso não autoriza assumir este como o triângulo semiótico de Peirce.

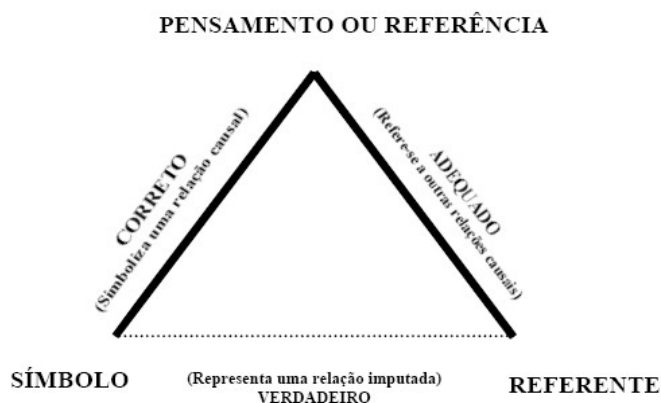


Figura 5: Triângulo dos Signos de Ogden e Richards

Fonte: Ogden e Richards (1972, p. 32).

O pensamento ou a referência é o elemento de conteúdo do signo; o símbolo é a expressão do signo, que pode ser, por exemplo, verbal ou visual; e o referente é, a grosso modo, entendido como o equivalente existencial do signo, aquilo que atrai a atenção do sujeito para o signo. Tal como concebe a Linguística, seria o extralinguístico, a coisa ou o fenômeno. Como examinado em seções anteriores, cada uma destas palavras exigem definições específicas.

São diversas as tentativas de superar o triângulo de Ogden e Richards, mas nenhuma que consiga substituí-lo como mecanismo de definição dos signos, bem como seus elementos. Por um lado, para se compreender as consequências desse esquema para a Semiologia, autores como Blikstein (1985) e Guiraud (1972), Eco (2000), Lopes (1995) identificam que o signo para a Linguística estruturalista - e pode-se incluir aí suas noções presentes na Semiologia - está localizado ao lado esquerdo da figura. Assim, assume-se que as questões ligadas a algum tipo de referente ou fator extralinguístico - no âmbito de um signo triádico - não diz compete à Linguística.

Por outro lado, a Filosofia e a Lógica percebem o lado esquerdo como fundamental para o estudo da cognição humana e da produção do conhecimento que possa ter alguma validade comprobatória, isto é, que tenha relação com fenômenos existentes. Como consequência da adoção desta figura, como principal instrumento a ilustrar o conceito de signo, muitos teóricos tiveram que enfrentar esse triângulo.

Peirce e Frege foram justapostos, neste esquema, por Eco (2000), que argumentou que o triângulo de Ogden e Richards, aplicado ao conceito de signo de

Peirce, se mostrou equivalente ao de Frege. Contudo, simplesmente resume-se a partir de uma definição popularizada de signo e como as diversas definições se assemelham e se equivalem, como se isto fosse realmente possível. Essa forçada semelhança tende a homogeneizar as teorias dos signos de origem semiótica e semiológica, causando profundas dificuldades ao entendimento da teoria peirceana dos signos.

Ao lado da contribuição não estruturalista para a teoria dos signos, chega-se as idéias de Charles William Morris (1901-1979), que elaborou uma teoria semiótica por volta das décadas de 1930 e 1940. Os fundamentos da teoria de Morris estão enraizados na Semiótica de Peirce, no behaviorismo social e na teoria interacional simbólica de G. Mead, no pragmatismo americano, no empirismo e no positivismo lógico (NOTH, 2005b, p. 181).

Quando se trata da noção de Pragmática, estudo dos usos e usuários dos signos, Morris é reverenciado como pioneiro. A diferença não observada é que Morris recorreu à noção das divisões da Lógica de Peirce para compor a concepção de Pragmática. “Porém, enquanto Peirce concebeu a semiótica basicamente como uma ciência do homem, Morris (1946: 83, 366) estendeu o escopo da teoria geral dos signos de forma a incluir o processamento de signos por animais ou, de forma mais geral, por organismo.” (NOTH, 2005b, p. 183).

Diversos conceitos de Morris estão fundamentados na doutrina dos signos de Peirce. Conceitos como semiose e interpretante, além da matriz triádica do signo, remontam à teoria de Peirce. Morris (1976, p. 13-15) explica que o signo é composto de um veículo do signo, um *designatum* e um interpretante para um intérprete. O veículo do signo é aquilo que funciona como signo, o *designatum* é aquilo a que o signo se refere, mas enquanto uma classe ou espécie de objeto e, por último, o interpretante é o efeito sobre um intérprete em virtude do qual a coisas em questão é um signo para este.

O *designatum*, na condição de referente, difere-se do *denotatum*, que são os membros da classe referida pelo *designatum* na sua existência real. Na leitura de Morris (1976, p. 15) “Não há nenhuma contradição se dissermos que todo signo tem um 'designatum', mas nem todo signo se refere a um existente real. Quando aquilo a que se refere existe realmente como algo referido, o objeto da referência é um *denotatum*.” Segundo a perspectiva de Morris, parece não haver dificuldades em assumir a parte direita do triângulo de Ogden e Richards.

A Semiótica de Morris é uma ciência interdisciplinar e, na medida em que as demais ciências se valem de signos, a Semiótica se constitui também em uma meta-ciência (NOTH, 2005b, p. 184). Como bem registrou Noth (2005b, p. 190), só recentemente a Pragmática, cuja origem se supõe estar vinculada diretamente à obra de Morris, torna-se parte da Linguística. Mesmo assim, a concepção de Pragmática varia muito no âmbito da Linguística, correspondendo a um conjunto de pesquisas que trata de temas nem sempre próximos intimamente.

Para Morris, o signo consiste em uma resposta produzida a partir de um primeiro estímulo. Pode-se estender tal concepção a todos os organismos vivos. O signo seria um dispositivo mediador entre meio ambiente e organismo. Com isso, Morris (1976) divide a Semiótica em dimensões da semiose: Sintaxe, Semântica e Pragmática. A Sintaxe ocupa-se do estudo das relações sintáticas entre os signos; a Semântica investiga as relações entre os signos e a realidade, os *designatum* e *denotatum*; e a Pragmática, cunhada com base no Pragmatismo, é a ciência das relações dos signos com seus intérpretes, isto é, os usos e os usuários dos signos.

As três dimensões da semiose têm sua origem no *trivium* medieval das artes da linguagem: Gramática, Dialética (lógica) e Retórica. Peirce reinterpreta este *trivium* e divide a ciência dos signos também, em três ramos: Gramática pura, Lógica crítica ou própria e Retórica pura, que serão discutidos no capítulo seguinte. Estabelecer um paralelo com as dimensões da Semiótica de Morris é possível quando se concebem a Gramática pura como precursora da Sintática, a Lógica Própria, da Semântica e a Retórica Pura como precursora da Pragmática (NOTH, 2005b, p. 186-187).

Esse é um indício de que as ideias consideradas inovadoras sobre a divisão de Semiótica de Morris são, em realidade, uma redução da concepção dos grandes ramos da Lógica de Peirce. Segundo Santaella (2004, p. 178), “Charles Morris popularizou as complexas concepções originais que Peirce tinha dos três ramos da lógica ou Semiótica na conteudística e psicologizante divisão da Semiótica nos níveis sintático, semântico e pragmático. Nada poderia estar mais distante de Peirce do que essa simplificação.”

A linha behaviorista foi, de fato, a base teórica para a contribuição de Morris (1976, p. 16) à teoria dos signos, segundo ele: “[...] a explicação que foi dada presta-se a um tratamento do ponto de vista behaviorista e será esse ponto de vista aqui adotado.” Evidentemente, as contribuições de Morris à teoria dos signos não se

limitam aos elementos indicados, mas é possível ter clareza do ponto de vista do teórico sobre o conceito de signo.

Retornando à Semiologia estruturalista, pode-se situar o francês Roland Barthes (1915-1980) entre os semiólogos que mais contribuíram para a análise semiológica de sistemas de signos não verbais. Para Barthes (1971, p. 13), a Semiologia deve ter seu vínculo com a Linguística revisado e, ao contrário de Saussure, submeteu a Semiologia a uma parte da Linguística. Barthes foi um estruturalista, nos anos 1960, propagador do programa semiológico de Saussure. As áreas para as quais contribuiu foram: análise do mito, da literatura, da narrativa, da comunicação visual, da arquitetura, da imagem, da pintura, do cinema, da propaganda e semiótica da medicina (NOTH, 2005b, p. 133).

Seguindo o esquema teórico de Saussure, Barthes concentrou esforços, como vários teóricos deste campo, nos sistemas humanos ou os que são produzidos pelo homem com o intuito – ou como resultado – de comunicar. A principal contribuição do autor foi comparar os macro-conceitos da Linguística e adaptá-los a outros sistemas, por exemplo: a moda, os sinais de trânsito, os gestos, a comida, etc. Os principais teóricos que dialogaram com Barthes no período examinado foram, principalmente, Saussure e Hjelmslev, apesar das menções a Lévy-Strauss, Martinet, Peirce, Morris e Jakobson.

Barthes (1971, p. 13) propôs a conversão da Semiologia a uma trans-linguística, cuja intenção é estudar o mito, a narrativa, o artigo de jornal e outros objetos culturais. Deve, assim, ultrapassar a Linguística no que tange aos objetos estudados por esta, mas levando em conta as categorias estruturais para o estudo dos sistemas de signos.

O pensamento de Barthes sofreu muitas modificações ao longo das décadas 1950 a 1970, passando até a questionar a matriz estruturalista sob a qual seus primeiros estudos estiveram comprometidos. De acordo com Bocca (2003), Barthes alterou seu pensamento na medida em que verificou que o modelo de ciência saussuriano era inconsistente, não havendo possibilidade de prever um significado único para quaisquer elementos dos sistemas de signos, quanto mais utilizar os conceitos linguísticos como instrumentos de apoio metodológico.

Tendo questionado a função central da Linguística na proposição dos fundamentos da Semiologia, Barthes, entrevendo novas possibilidades de leitura, aproximou-se da hermenêutica para “ler” e produzir sentidos sobre os sistemas de

signos. Embora esse posicionamento possa ser entendido como pós-estruturalista, Barthes levou a abordagem estruturalista de Saussure e Hjelmslev aos diversos campos de estudo da Semiologia.

Reportando-se à definição de Semiologia preconizada por Saussure e à sua posição perante a Linguística, Barthes insere a Semiologia como uma parte da Linguística que se encarrega das grandes unidades do discurso (BARTHES, 1971, p. 13). A linguagem ou os sistemas de significação são objetos de estudo da ciência dos signos. O que Barthes procurou enfatizar é a presença de outros objetos-sistemas de signos: o cinema, a publicidade, os quadrinhos, a fotografia, o vestuário, os alimentos, etc. Eles moldariam a concepção e os objetos principais da Semiologia que devem buscar na Linguística seus fundamentos.

O semiólogo chega a afirmar que “[...] o saber semiológico não pode ser, atualmente, senão uma cópia do saber lingüístico.” (BARTHES, 1971, p. 13). Nesse sentido, Barthes nega a autonomia dos sistemas não lingüísticos na medida mesma que estes podem ser traduzidos exclusivamente pelo sistema verbal (NOTH, 2005b, p. 139-140). A noção de que a Semiologia é uma parte da Linguística distancia-se da proposta de Saussure, transformando-se, na opinião de Noth (2005b, p. 140), “[...] a antítese mais radical à teoria de Saussure da lingüística como um ramo da semiótica.”

Ainda dentro da linha estruturalista defendida em *Elementos de semiologia* (e também em *Mitologia* e *O sistema da moda*), Barthes (1971, p. 14) esquematiza a exposição da obra segundo as dicotomias mais recorrentes do estruturalismo lingüístico: língua e fala, significado e significante, sintagma e sistema, denotação e conotação.

O conceito de língua é explicado de modo bem didático por Barthes (1971, p. 17-18): “A *Língua* é então, praticamente, a linguagem menos a Fala; é, ao mesmo tempo, uma instituição social e um sistema de valores. Como instituição social, ela não é absolutamente um ato, escapa a qualquer premeditação; é parte social da linguagem; o indivíduo não pode, sozinho, nem criá-la nem modificá-la.” Até esse ponto, Barthes não traz nada de surpreendente em termos da teoria estruturalista da linguagem, a intenção é apenas definir os elementos conceituais da Linguística e Semiologia e condensar os aspectos fundamentais do pensamento de Saussure e Hjelmslev.

Com o propósito de pensar os objetos semiológicos a partir de um ponto de

vista linguístico, Barthes estende os conceitos linguísticos do estruturalismo, ao estudo dos sistemas sígnicos. Tanto língua e fala, em suas versões mais genéricas em sistema e execução, quanto significante e significado, equivalentes aos planos da expressão e do conteúdo, são válidos para inquirir sobre outros códigos a partir das estruturas. Sendo assim, Barthes (1971, p.28) sustentou: “Postularemos, pois, que existe uma categoria geral *Língua/Fala*, extensiva a todos os sistemas de significação; na falta de algo melhor, conservaremos aqui os termos *Língua e Fala*, mesmo se não se aplicarem a comunicações cuja substância não seja verbal.”

Tal proposta deriva das contribuições das concepções estruturalistas discutidas anteriormente. A diferença, porém, consiste na tentativa de adaptar os conceitos para que sejam operacionais no sentido de enquadrar sistemas de signos passíveis de leitura e, por consequência, pesquisa. Por isso, menciona-se a fala indumentária (uso individual das peças disponíveis no sistema) e a língua indumentária (sistema de combinações possíveis com suas regras de uso).

As principais marcas deste fenômeno que ilustram sua matriz estruturalista adotada e, ao mesmo tempo, indicam as inovações em relação às iniciativas anteriores, podem ser visualizadas no quadro a seguir.

	<i>Sistema</i>	<i>Sintagma</i>
Vestuário	Grupo de peças, encaixes ou pormenores que podemos usar ao mesmo tempo e em um mesmo ponto do corpo e cuja variação corresponde a uma mudança do sentido indumentário: touca / gorro / capelina, etc.	Justaposição num mesmo conjunto de elementos diferentes: <i>saia – blusa – casaco</i> .
Comida	Grupo de alimentos afins e dessemelhantes no qual escolhemos um prato em função de certo sentido: as variedades de entradas, assados ou sobremesas. O cardápio no restaurante atualiza os dois planos: a leitura horizontal das entradas, por exemplo, corresponde ao sistema, a leitura corresponde ao sintagma.	Encadeamento real dos pratos escolhidos ao longo da refeição: é o cardápio.
Mobiliário	Grupo das variedades “estilísticas” de um mesmo móvel (uma cama)	Justaposição dos móveis diferentes num mesmo espaço (cama – armário – mesa, etc.)
Arquitetura	Variações de estilo de um mesmo elemento de um edifício, diferentes formas de telhados, sacadas, entradas etc.	Encadeamento dos pormenores no nível do conjunto do edifício.

Quadro 5: Sistema e Sintagma

Fonte: Barthes (1971, p. 67).

Esse quadro elucidada a transposição e a extrapolação dos conceitos linguísticos para outros sistemas de signos. O nível do sistema representa as possibilidades virtuais de realização das combinações, presente no nível da língua ou da estrutura de regras de uma linguagem e produz modelos (paradigmas) de signos que podem substituir um ou outro elemento no instante da execução. No caso do vestuário, o sistema realiza-se no exato momento em que um sujeito individual combina as peças de uma coleção de roupas disponíveis.

O nível sintagmático demonstra o encadeamento dos signos no processo da atualização do sistema (fala). Ele está comprometido com o aspecto individual do código, isto é, sua demonstração na ação de execução. Da mesma forma que na fala não há condições de executar vários paradigmas ao mesmo tempo – tendo em vista o irreduzível fluxo contínuo da fala –, não seria possível um indivíduo trajar no mesmo instante vários sintagmas, compostos por diferentes peças de roupa do sistema.

A ênfase na matriz linguística e na supremacia da linguagem verbal e escrita não resultou no desprendimento da matriz estruturalista, haja vista a tentativa de adaptar conceitos, tal como o de sistema ao vestuário. Segundo Barthes (1971, p. 12), “[...] nós somos, muito mais do que outrora e a despeito da invasão das imagens, uma civilização da escrita.” A preferência pela escrita, clamando à predominância da civilização da escrita, não é um argumento suficiente para analisar outros campos de estudo da teoria dos signos: o estudo das imagens, os recentes jogos em rede, a realidade virtual, ou mesmo, as mensagens veiculadas por mídias de massa.

O conceito de conotação utilizado por Barthes, que figura como uma de suas contribuições à Semiologia, é uma versão bastante simples do modelo sígnico glossemático (NOTH, 2005b, p. 133), isto é, da teoria da conotação e denotação de Hjelmslev. O esquema de Barthes pode ser assim exposto para ilustrar sua concepção de conotação e metalinguagem:

Signo Secundário	Conotação	Expressão (R2)		Conteúdo
Signo Primário	Denotação	Expressão I (R1)	Conteúdo I	

Figura 6: Modelo de Conotação de Barthes

Fonte: Noth (2005b, p. 134-135).

No modelo de conotação funciona como signo primário qualquer signo tomado em seu aspecto denotativo cujo teor depende de uma relação convencional entre uma expressão e um conteúdo, aceito como o significado preciso e restrito da expressão. O signo secundário desenvolve-se a partir do primeiro signo, submetendo-se ao posto de uma expressão, deixando que se refira a ele um conteúdo adicional, não comumente utilizado, tal como é descrito em dicionários. Poder-se-ia antecipar que o esquema ilustra o fenômeno semântico da polissemia, fundamental nas atividades específicas do campo da organização da informação e do conhecimento.

A foto de um homem ilustra o modelo de denotação, quando é tomada isoladamente, descreve a completa representação física de um homem. Contudo, quando a foto é considerada com informações adicionais, o signo primário dá lugar ao signo secundário, pois a foto e a sua descrição tornam-se, ambas, expressão de um outro conteúdo, por exemplo, a figura de um personagem ilustre, um político, por exemplo.

No modelo de metalinguagem, o funcionamento do mecanismo se inverte. O signo secundário tem seu conteúdo subdividido em expressão e conteúdo do signo primário. A função metalinguística possibilita falar do código com os próprios elementos do sistema. Uma palavra no dicionário tem seu significado detalhado, tal mecanismo pode ser representado no seguinte esquema sígnico:

Signo Secundário	Metalinguagem	Expressão 2 (R2)	Conteúdo 2
Signo Primário	Linguagem-objeto	Expressão 1 (R1)	Conteúdo 1

Figura 7: Modelo de Metalinguagem de Barthes

Fonte: Noth (2005b, p. 134-135).

A discussão das formas e usos do mecanismo da conotação para construção de mitos na imprensa é uma das contribuições de Barthes à Semiologia do texto. Seus estudos foram direcionados aos meios de comunicação, os quais criam mitologias e ideologias na forma de sistemas conotativos secundários. Consistiam em uma tentativa de *mitoclastia* (do grego *klastós*, quebrado, que quebra), isto é, a destruição ou desmontagem do mito. Barthes buscou forjar também uma *semioclastia* ou destruição do signo, pois questionou que a denotação não é a

primeira significação do signo, mas aparenta sê-lo. Na verdade, ela nada mais é que a última conotação (BARTHES apud NOTH, 2005b, p. 137). Noth (2005b, p. 137) cita Barthes sobre essa questão: “Já não são os mitos que têm que ser desmascarados [...] é o signo mesmo que precisa ser abalado.”

Barthes (1971) não só resumiu as ideias do estruturalismo linguístico, mas potencializou a teoria semiológica com os exemplos práticos da aplicação destes conceitos a sistemas sígnicos, aspectos quase ausentes em Saussure. Os argumentos do semiólogo (Barthes) permitem concluir que, apesar da supremacia da linguagem verbal, há sistemas que merecem ser investigados, pois são dignos de leitura e têm uma relevância social.

Nesse sentido, Todorov (1972, p. 32) alerta que a Semiologia deve sair da condição subalterna, isto é, de ciência auxiliar, tal como tentou colocá-la Barthes (1971). “E é principalmente a partir dos outros sistemas de significação que nós poderemos reconsiderar a linguagem e rever algumas de nossas concepções a seu respeito.” (TODOROV, 1972, p. 32). Conforme reconhece Todorov, essa é uma das saídas para a Semiologia, investigar os demais sistemas de signos disponíveis, tendo como ponto de partida o estudo dos códigos e dos sistemas de comunicação. Entretanto, o escopo da Semiologia restringe-se aos códigos e aos sistemas socioculturais.

Destaca-se que, além de Barthes e Hjelmslev, a Semiologia teve grande influência em outras ciências, como a Antropologia Cultural, que se valeu de seu conceito de sistema como dispositivo essencial para compreender a estrutura de uma sociedade. A Semiologia, nesse contexto, estuda os fatos culturais como dotados de significado a partir das relações com os demais signos no sistema. A manifestação de uma cultura dá-se por via simbólica. Mello (2000) reconheceu a compatibilidade dos fundamentos teóricos entre Antropologia Cultural e Semiologia, bem como a relevância desta última ao estudo dos signos produzidos por uma cultura.

Reforçando a perspectiva linguística da teoria dos signos, Todorov (1972, p. 28) restringe o escopo da Semiologia, apontando a uma das características do projeto semiológico: “A semiologia estuda as significações tomadas da cultura e não da natureza; mas há, em nossa sociedade, uma comunicação que não esteja comprometida pelas formas convencionais, próprias de cada cultura particular?” (TODOROV, 1972, p. 28).

Nesse caso, Todorov (1972) assinala um dos limites do campo, característica já proclamada por Saussure quando definiu Semiologia como o estudo da vida dos signos no seio da sociedade. Mesmo em Hjelmslev e em Barthes, a Semiologia não investiga os processos de produção do significado em outras esferas, por exemplo, a biológica. Muito menos existe qualquer possibilidade de significado fora da língua.

Ainda conforme a análise empreendida por Todorov (1972, p. 31), a Semiologia é uma ciência vislumbrada antes de sua existência efetiva, o que traz sérios problemas referentes à sua autonomia científica. Uma das evidências é recorrer sempre que necessário à Linguística.

Devem-se ressaltar ainda que os argumentos defendidos no interior da Semiologia, de matriz linguística, favorecem a interpretação dos diversos processos de significação não humanos como zonas de estudo sem recurso teórico adequado nesta perspectiva. Segundo Noth (2005b, p. 21) fenômenos biosemióticos, zoosemióticos e até signos naturais não têm lugar no programa semiológico de Saussure, na medida em que neste último o princípio da arbitrariedade e da convencionalidade dos signos é o que conta.

Todavia, a influência da Semiologia e das teses estruturalistas determinou, e ainda determina, as pesquisas que buscam sistematizar uma hipótese explicativa – à moda de Hjelmslev – de uma estrutura para conhecer as relações internas entre seus elementos. Nesse sentido, Algirdas Julien Greimas (1917-1992) foi o semiólogo que permaneceu seguindo aos princípios da Linguística estrutural. Greimas encontra-se entre a Linguística e a Semiologia, pois trabalhou com um objeto que interessa a ambos os campos, o texto, procurando levar a cabo as iniciativas de Saussure e Hjelmslev.

A constatação saussuriana, de que o significado de um elemento somente pode ser obtido por seu contexto, parece ter reaparecido em Greimas na forma das relações lógicas entre os termos. Um termo vale quando exposto ou em confronto com termos divergentes, contrários e complementares. De Hjelmslev, Greimas conservou a noção de semiótica como objeto de estudo, o exemplo mais claro é a língua. Segundo Noth (2005b, p. 147), a Semiótica, para Greimas, tal como a designava, não pode ser teoria dos signos, mas uma teoria do significado.

De acordo com Noth (2005b, p. 145), Greimas introduziu uma proposta de Semiótica influente e produtiva que constituiu uma escola, a Escola de Paris. “O estruturalismo lingüístico de Hjelmslev, a antropologia estrutural de Lévi-Strass, a

teoria formalista do conto de Propp e a teoria das situações dramáticas de Etienne Souriau são as fontes da semiótica de Greimas.” (NOTH, 2005b, p. 146). Assim como Saussure e Hjelmslev, Greimas (1973, p. 28-29) afirma que a percepção é obtida através da diferença, perceber é identificar diferenças ou produzir descontinuidade. A relação mínima entre dois elementos, via conjunção ou semelhança e através da disjunção ou diferença, constitui a estrutura mínima do significado. Percebem-se diferenças, portanto, a estrutura elementar do significado está na dinâmica entre disjunção e conjunção.

Alinhando-se à perspectiva semiológica vinculada ao estruturalismo linguístico, Greimas dispensou a relação estabelecida entre coisas e signos, evitando assim questionar as motivações que originam o significado, ou melhor, se sua determinação é proveniente de uma realidade ligada ao signo. Segundo o autor,

O reconhecimento da limitação do universo semântico implica, por sua vez, a rejeição dos conceitos lingüísticos que definem a significação como a relação entre signos e coisas, e notadamente a recusa em aceitar a dimensão suplementar do referente [...] Isto porque referir-se a coisas para explicar signos, não é mais que uma tentativa de transposição, impraticável, das significações contidas nas línguas naturais a conjuntos significantes não-lingüísticos: empreendimento de caráter onírico, como se vê. (GREIMAS, 1973, p. 21)

Conformando mais uma vez à observação feita por Blikstein (1985), o conceito de signo na Semiologia concentra-se no lado esquerdo do triângulo de Ogden e Richards. É, sobretudo, um modelo diádico do signo, na medida em que evita a discussão da natureza do referente, as diferenças entre coisas e fenômenos e, de modo amplo, a dispensa em se teorizar o fenômeno da significação em dimensões não humanas.

A Semiologia de matriz estruturalista é, sobretudo, uma ciência do/para o homem. Não é o propósito de Greimas investigar o processo de significação fora do ambiente humano. Tal fato levou a Semiologia a uma posição restrita diante das especulações sobre o signo, conforme atesta Noth (2005b, p. 21). Portanto, não produz uma base de apoio a uma teoria ampla da cognição que considera e explica tal processo nos demais sistemas vivos.

No entanto, a obra de Greimas dispõe de um número elevado de dispositivos conceituais dentro da Semiologia, dentre os quais serão apresentados brevemente: a estrutura elementar do significado, o conceito de isotopia, o modelo actancial, os níveis de análise do discurso e as contribuições para análise do discurso científico.

Greimas (1973, p. 18) propôs que os significantes, do ponto de vista da percepção, podem ser agrupados em: ordem visual (mímica, gestualidade, escrita, sinais de tráfego, artes plásticas, etc.); ordem auditiva (línguas naturais, música, etc.); ordem tátil (linguagem dos cegos, carícias, etc.). Verifica-se que esta classificação se relaciona diretamente com os sentidos humanos implicados na percepção dos significantes. Apesar da especificação do conceito e tipos de significantes na direção da realização da Semiologia, o significante continua a ser um fenômeno mental. Os sentidos traduzem esses estímulos e os transformam em significantes percebidos.

O fenômeno da percepção é obtido produzindo descontinuidade no contínuo da realidade, é identificar diferenças nas formas do mundo. Essa definição de contínuo associada a realidade assemelha-se ao conceito de Hjelmslev para matéria de conteúdo, isto é, contínuo amorfo. A relação é um mecanismo perceptual, conjuntivo e disjuntivo (LOPES, 1995, p. 312). Pode-se dizer ainda que a percepção para Greimas é reduzida à identificação de diferenças.

Sendo assim, uma relação que possui dois elementos, um conjuntivo e outro disjuntivo, pode ser considerada uma estrutura elementar de significação (LOPES, 1995, p. 313). Na terminologia greimasiana, a estrutura elementar do significado é o sema, termo que objetiva produzir efeitos perceptivos diferenciais, tais como, masculino e feminino. Essa estrutura pode ser assim representada:

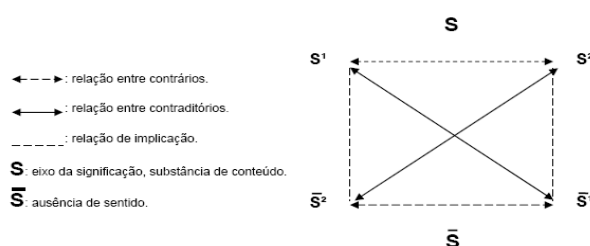


Figura 8: Estrutura Elementar do Significado

Fonte: Greimas e Rastier (1975, p. 127).

A figura ilustra a capacidade do sema significar por diferenças, seja em virtude de as relações entre os sentidos serem contrários, ou quando a relação estabelecida é contraditória. Entra também nesse nível a diferenciação entre o eixo que produz algum sentido e o que não detém nenhum sentido explícito. Depreende-se dos efeitos diferenciais que a noção de sema é uma defesa explícita na tese de Saussure, quando sustenta que o significado de uma palavra está na relação que

estabelece com outras palavras, presente no eixo vertical que abriga uma constelação de outras possibilidades para esta palavra dentro do sistema, isto é, as relações associativas; ou no eixo horizontal, das relações sucessivas ou sintagmáticas.

Reforça, com isso, a ideia de Saussure de que a noção de valor é determinante para especificar o significado. O esquema anterior ilustra a aplicação da noção teórica de valor a um termo, isto é, do ponto de vista semântico, o significado de um sema encontra-se na sua capacidade de referir-se a outros possíveis semas, ditos e interditos.

Os semas, elementos mínimos de significação (LOPES, 1995, p. 312), diferem-se dos femas, que se referem à expressão. O sema diz respeito a cada um dos elementos dispostos em relação para a significação. Uma relação conjuntiva pode ser: moça R(sexo) moço. E uma relação disjuntiva pode ser o ponto de vista específico evidenciado, a saber: moça (feminilidade) R moço (masculinidade) (LOPES, 1995, p. 315). Como modelo da descrição sêmica, Greimas utiliza os termos sêmicos e suas representações: positivo ou S, negativo ou não-S, neutro -S, complexo S + não-S (LOPES, 1995, p. 316-317).

Greimas e Rastier (1975) e Greimas (1976) procuram representar as relações possíveis entre os termos e as ações nos discursivos. A letra S representa a substância de conteúdo, fundamentado em Hjelmslev no que tange à consideração de que a forma independe da substância, enquanto S¹ e S² representam as formas de conteúdo. Como é possível observar na figura anterior, define-se a ação dos eixos dos contrários, dos contraditórios e da implicação. De acordo com Lopes (1995, p. 322), as relações entre os semas podem ser dos seguintes tipos: hiponímica (subordinação de um termo a outro, quando partindo de S¹ e S² para S); hiperonímica (superordenação de um termo a outro, quando segue S para S¹ ou S²); antonímica (partindo de S¹ ou S² para o sema contrário S² ou S¹).

Do esquema que ilustra a estrutura elementar do significado deriva o conhecido quadrado lógico-semiótico de Greimas. O quadrado lógico-semiótico foi concebido sob a influência do estruturalismo e da Lógica. Note-se, por exemplo, a presença das relações lógicas de contradição, contrariedade, complementaridade ou implicação. A Lógica formal também prevê que para conceber o significado de qualquer termo se dever relacioná-lo com os termos referidos pelo primeiro termo de modo subjacente.

Em um exemplo de como se procede ao significado, a partir das diferenças que um termo e um conceito estabelecem com os demais, cita-se o caso do conceito “vida” que, no quadrado, opor-se-á, via contrariedade, ao conceito “morte”, e por contradição ao conceito “não-vida”, e por implicação, relacionar-se-á com o de “não-morte”.

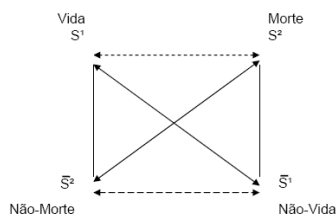


Figura 9: Quadrado Semiótico

Fonte: Greimas e Rastier (1975, p. 129).

Deve-se acrescentar que as relações supracitadas constituem uma versão modificada de uma formulação desenvolvida, previamente, na Lógica formal aristotélica e medieval, a qual compreende que a contradição é uma relação entre dois termos asserção/negação; a contrariedade é quando um termo, tomado em seu significado, implica o contrário do outro; a implicação ou a complementaridade subentende relações indispensáveis para o termo analisado, por exemplo, “vida” implica “não morte”, tal que “morte” implica “não vida” (NOTH, 2005b, p. 154). É, sobretudo, um modelo lógico na medida em que manuais de Lógica já examinavam a presença de tais relações. Talvez a inovação tenha consistido na aplicação destas relações na Semântica de textos e de narrativas.

A noção de isotopia também é fundamental na Semiologia de Greimas, pois trata da coerência e da homogeneidade interna do sentido, em textos ou discursos. Com isso, é possível montar uma teoria da coerência textual. Enquanto a Semântica definida nos parâmetros clássicos centrava-se no estudo do significado da palavra, a abordagem semântica fundada por Greimas expande a investigação semântica aos mecanismos de significação das macroestruturas discursivas.

A palavra já não é o objetivo principal, mas o texto como um todo. Decorrem da noção de isotopia os conceitos: a) isotopia simples: quando o discurso possui apenas uma interpretação; b) bi-isotopia, em que ocorrem duas leituras possíveis, ambiguidades e metáforas; c) pluri ou poli-isotopia, ou seja, mais de duas leituras, significando a valorização de vários níveis semânticos num texto (NOTH, 2005b, p. 156).

Complementa o conceito de isotopia o modelo actancial ou atuacional proposto por Greimas, influenciado por V. Propp, em sua obra *Morfologia do Conto Popular Russo* e E. Souriau, em *200.000 situations dramatiques*. As ações dos personagens são identificadas e relacionados com as ações dos agentes presentes no discurso.

A estrutura actancial básica compreende um sujeito narrativo e um objeto, um coadjuvante e um opositor um destinador e um destinatário. Esses relacionam-se uns com os outros por implicação e contradição. O sujeito sempre busca um objeto e, para tanto, conta com o auxílio dos coadjuvantes para conseguir tal proeza e enfrentar os opositores que intentam atrapalhá-lo em sua tarefa. O objeto é um elemento desejado, sua busca conduz às ações do sujeito. O destinador detém um certo domínio ou influência sobre o objeto, o qual poderá pertencer ou não ao destinatário, o qual, em algumas circunstâncias, pode ser o sujeito. De forma esquemática, o modelo actancial pode ser assim representado:

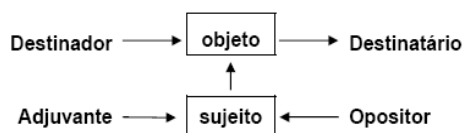


Figura 10: Modelo Actancial

Fonte: Greimas (1973, p. 236).

Ter-se-ia, então, elementos e relações sintáticos mínimos ou categorias actanciais. Pode-se utilizar o esquema, como de fato ocorre, para analisar variados discursos: políticos, religiosos, comerciais, científicos, ficcionais, etc. O exemplo mais sugestivo da aplicação deste modelo ao estudo semiológico é na propaganda. Toma-se o caso ilustrativo sugerido por Noth (2005b, p. 159), a saber: na propaganda de um creme dental o *sujeito* é o consumidor; o *objeto* de desejo é uma namorada; o produto exposto é o *adjuvante* que dá ao herói o poder necessário; o *opositor* é o mau hálito, vencido neste drama e que o impedia de procurar seu objeto; o *destinatário* seria novamente o consumidor e possível herói; e o *destinador* é desconhecido, podendo ser a companhia do creme dental.

Em um exemplo de Greimas (1973, p. 237), a ideologia marxista pode ser distribuída segundo as categorias actanciais da seguinte forma: o sujeito é o homem; o objeto é a sociedade sem classes; o destinador é a história; o destinatário é a humanidade; o opositor é a classe burguesa; e o adjuvante é a classe operária.

O modelo actancial parece oferecer condições plausíveis para se adequar à

compreensão do significado de grandes estruturas textuais, obedecendo e aprofundando o estruturalismo linguístico de Hjelmslev e Saussure. Como bem salientou Noth (2005b, p. 159-160) o modelo pode ser aplicado a textos ideológicos, filosóficos e de propaganda. Greimas conclui que as relações lógicas fundamentais, conjunção e disjunção, constituem base para qualquer processo narrativo.

Segundo Noth (2005b, p. 161, grifos do autor),

A gramática modal de Greimas é uma gramática de valorização das ações, uma axiologia narrativa em vários níveis do universo narrativo. As modalidades do “querer” e do “dever” pertencem ao nível virtual dos valores, as modalidades do “poder” e do “saber” pertencem ao nível da atualidade, e as modalidades do “fazer” e do “ser” pertencem ao nível da realização. No nível da realização, as relações são conjuntivas, no nível da virtualidade, elas são disjuntivas.

Buscando ir além da análise da palavra e de frases, a Semântica de Greimas, convertida em semiologia dos discursos narrativos, concretiza a possibilidade de uma Semântica do texto. Ela sistematiza um modelo de análise do discurso que compreende vários níveis. “Greimas distinguiu três “áreas gerais autônomas” de análise semiótica textual: estruturas sêmio-narrativas, estruturas discursivas e estruturas textuais.” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 157 apud NOTH, 2005b, p. 148).

Seriam três grandes etapas do percurso gerativo de sentido: a estrutura fundamental, a estrutura narrativa e a estrutura discursiva. Cada uma delas possui uma gramática, subdividida em semântica e sintaxe. “Pode-se dizer que a Semiótica greimasiana conciliou os dois enfoques identificando um percurso gerativo que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto.” (GRASSESCHI, 1989, p. 86). A autora (GRASSESCHI, 1989) ressalta que a análise de Greimas divide-se, basicamente, em:

a) *Nível fundamental*, que se ocupa das estruturas fundamentais, subdividindo-se em: sintaxe fundamental, que procura elaborar o quadrado semiótico das relações lógicas, e semântica fundamental em que o quadrado semiótico é utilizado para descrever o percurso de sentido. É na sintaxe fundamental, que se identificam as sequências narrativas e as constelações actanciais. Um actante ou atuante principal é sujeito-objeto, em que ocorre disjunção e conjunção.

Deve-se mencionar ainda os valores semânticos: descritivos e modais. Segundo Noth (2005b, p. 149), os “Valores descritivos ou são valores essenciais ou acidentais. Valores modais se referem às categorias como “desejo”, “obrigação” ou

“conhecimento.” Com isso, monta a gramática das modalidades. A semântica fundamental ainda “[...] contém categorias elementares que se articulam em oposições semânticas e constituem relações lógicas elementares analisadas em forma de quadrados semióticos.” (NOTH, 2005b, p. 148). É nesse nível profundo que aparece o tema global, a significação simbólica de uma narrativa.

As oposições da semântica fundamental na forma dos quadrados semióticos são ainda atemporais e têm que ser desenvolvidas na seqüência sintagmática do discurso. Também no nível sintático profundo, na sintaxe fundamental, Greimas postula uma estrutura atemporal antes da temporalização dela nas proposições de programas narrativos. A estrutura do nível sintático profundo tem a forma do modelo actancial. (NOTH, 2005b, p. 157).

b) *Nível narrativo*, que se ocupa das estruturas narrativas e se divide em: sintaxe narrativa, a qual identifica as relações entre os actantes sujeito, objeto, destinador, destinatário, adjudante e opositor. A narratividade é, nesse caso, a descrição das transformações de estado. Essas transformações podem ser expressas em enunciados de estado, fixos, e enunciados de fazer (disjunção e conjunção) em que se indicam as ações adotadas. Além disso, inclui-se a semântica narrativa, cujo objetivo é identificar as modalidades básicas: querer, dever, poder e saber.

c) *Nível discursivo*, que procura reconstituir as estruturas discursivas. A sintaxe discursiva pressupõe a enumeração que transforma texto em discurso. O foco preside nas relações entre enunciação e discurso e as relações entre enunciador e enunciatário. Nesse nível, convertem-se as estruturas narrativas em discursivas. “A semântica discursiva recupera a transformação dos percursos narrativos em percursos temáticos e sua figurativização. Temos assim dois momentos: a tematização e a figurativização.” (GRASSESCI, 1989, p. 99).

No nível da tematização encontram-se a identificação de valores e a definição de papéis actanciais convertidos em papéis temáticos. A figurativização é o processo forjado pelo sujeito da enunciação que instala figuras de conteúdo; além disso, este nível discute a isotopia, tanto temática quanto figurativa (GRASSESCI, 1989, p. 100). A autora (GRASSESCI, 1989, p. 100) acrescenta: “Somente através da isotopia temática é possível perceber o ‘assunto’ de um livro ou de um quadro, por exemplo.”

Em um livro sobre o discurso científico, Greimas aplicou as categorias de análise da gramática discursiva. O texto científico é considerado um discurso não

figurativo, diferente dos discursos figurativos como folclore, mitologia e literatura (GREIMAS, 1976, p. 3). Conforme ressaltou o autor, “[...] não se trata de um estudo psicológico e histórico da personalidade científica de Georges Dumézil, mas do discurso-prefácio e de sua “verdade” narrativa e textual.” (GREIMAS, 1976, p. 40). Examinou um trecho do texto científico de Dumézil, esclarecendo que não se fundamenta em procedimentos psicológicos ou históricos.

Greimas (1976), procedendo à análise do texto científico, recorreu à análise do material, fragmentando o texto por acreditar que partes específicas deste contêm os elementos essenciais do relato de uma pesquisa. Sendo assim, o autor analisou as partes da obra que considerou fundamentais – prefácio, título, subtítulos –, identificando as relações que esses fragmentos têm entre si (GREIMAS, 1976, p. 4, 12). Tal escolha de Greimas (1976, p. 5) supõe premissas próprias de outros campos, como a análise do conteúdo da informação, na medida em que assume que “[...] temos, por conseguinte, o direito de esperar encontrar, quando do exame do discurso-prefácio, certas regularidades características de todo discurso de vocação científica.”

Segmentam-se, preliminarmente, dois tipos de discurso: o discurso do saber e o discurso da pesquisa. O primeiro revela o quanto se conhece da área e o segundo refere-se à trajetória que levou ao bem-sucedido resultado da investigação (GREIMAS, 1976, p. 6-7). Para o discurso realizado são indicadas as competências do narratário: 1) competência do enunciatário: fazer informativo; 2) competência narrativa: competência narrativa geral e competência científica específica; 3) competência linguística *stricto sensu*: propor questões (GREIMAS, 1976, p. 8).

Outra característica do discurso da pesquisa é sua capacidade de retirar o sujeito pessoal, para que este não seja identificado com as ações empreendidas. A impessoalidade manifesta-se imperiosa neste tipo de discurso analisado. É um discurso objetivo, pois o sujeito, em muitos casos, seria a própria instituição da ciência, e não um indivíduo isolado. O discurso que aponta o problema da pesquisa é denominado de anunciado despersonalizado (GREIMAS, 1976, p. 10).

As relações binárias expressam a análise greimasiana. Sendo assim, para chegar ao significado de um texto, deve-se levar em conta a confrontação dos demais elementos. Desse modo, “[...] a narrativa científica se define, então, como a transformação de um /não saber/ em um /saber/.” (GREIMAS, 1976, p. 11). Os conceitos fundamentais para compreender a estrutura do significado do discurso

científico são os enunciados de estado (ser) e os enunciados de fazer (fazer).

O esquema básico do discurso científico também seria um *sujeito* que busca um *objeto* do saber. Para obter êxito, deve enfrentar as dificuldades, ocasião em que se origina a narrativa do revés ou dos insucessos, separada em dois segmentos: a busca e a derrota. Em outros termos, seria o relato das dificuldades encontradas na pesquisa. Verifica-se que o modelo actancial é aplicável ao discurso científico.

A narrativa deve resultar em um fim perseguido, cuja finalidade é desdobrar-se em uma narrativa da *vitória*, isto é, quando o sujeito soluciona um problema teórico, adquirindo assim uma competência especial para prosseguir na investigação. Essa competência passa por um discurso que retrata a *descoberta*, cujo teor permitiu solucionar o problema. Atravessa, então, a fase que mostra as evidências para assim concluir com uma reflexão epistemológica que trata da natureza e das particularidades da pesquisa nas Ciências Humanas, em outras palavras, os acidentes de percurso são comuns e provenientes destes estudos.

Além disso, e avançando com o modelo actancial, o discurso científico desenvolve-se com a ajuda de outros agentes que não apenas o sujeito. O papel desempenhado pelo adjudante, neste caso, é representado pelas referências bibliográficas citadas que têm por função reforçar a opinião do sujeito em relação ao saber a ser conquistado (GREIMAS, 1976, p. 13-16).

No esquema de análise do discurso científico, os níveis do discurso do sujeito no texto científico são: discurso cognitivo, discurso objetivo e discurso referencial. O discurso cognitivo representa atividades cognitivas, tais como: estudar e examinar. O discurso objetivo descreve objetos do saber e as manipulações que sofrem, dentre elas: fazer taxionômico, fazer programático (início, final e meio para exposição dos objetos), fazer comparativo, que visa indicar relações entre os objetos. Os objetos discursivos que são manipulados encontram-se na forma de enunciados de estado, isto é, enunciados de ser. Os enunciados de estado regem os enunciados de fazer. O discurso referencial trata do discurso que sanciona e despersonaliza; é o discurso de autoridade que reconhece o respeito às fontes que podem ser de referência ou de auto-referência, ou seja, outros autores e discursos tomados do mesmo autor (GREIMAS, 1976, p. 16-17, 19-20).

Greimas (1976) acrescenta à análise de discurso o papel do anti-sujeito, as dificuldades encontradas no caminho e o esforço despendido pelo sujeito-autor. No caso analisado, Greimas (1976, p. 23) constrói um esquema modal que formaliza as

dificuldades, tentativas e esforços em relação ao anti-sujeito que limita o fazer: /querer/ → /dever/ → /poder// → //não-poder/ → /fazer/. Esse /não-poder/, o qual determina o /fazer/, contribui para o fracasso do fazer cognitivo objetivado pelo sujeito.

A análise greimasiana recobre um exame dos tipos de verbalizações utilizadas. O fazer cognitivo expresso no discurso analisado materializa-se nas verbalizações: estudar, examinar, determinar. A função deste discurso é aumentar o saber (fazer conhecer) em geral. É um fazer ao mesmo tempo em que é um fazer saber (GREIMAS, 1976, p. 34-35), os quais nestes tipos de texto se apresentam com mais importância. Segundo Greimas (1976, p. 35): “A manipulação dialética que consiste em tomar o discurso cognitivo para transformá-lo em discurso referencial, suscetível de engendrar um novo discurso cognitivo, é um dos elementos constitutivos da definição do progresso científico.”

Em resumo, o discurso cognitivo está na perspectiva do enunciador e o discurso referencial depende do enunciatário que o assume (GREIMAS, 1976, p. 35). Examinou também as performances cognitivas que resultam em novas classificações, definições e denominações. O autor analisa as conclusões do discurso de Dumézil, procurando identificar o procedimento adotado: dedutivo ou indutivo.

No caso em questão, o procedimento metodológico seguido foi do universo semântico, passando da delimitação de um *corpus* até a análise dos textos. Nesse sentido, identificou como fazeres presentes no discurso: do conceitual ao textual; o fazer comparativo; a descoberta e as evidências; o discurso da descoberta e da pesquisa; e o discurso da reflexão epistemológica. O discurso da pesquisa consiste em um discurso social conduzido por um sujeito social, ao passo que a descoberta pressupõe preparação, saber fazer científico (GREIMAS, 1976, p.49).

Aplicado ao texto científico, as estratégias de Greimas proporcionam mecanismos de superação da dificuldade da análise semiológica desta modalidade de discurso. Se esse tipo de análise sugere soluções eficazes é um tema para um outro estudo. De modo geral, a análise semiológica do discurso científico, operada com base em Greimas, sustenta-se nos passos dos atores e nas posições que estes assumem no desenvolvimento da narrativa dos feitos obtidos com a aquisição de um saber.

Pode-se concluir que um discurso científico, com seu objetivo principal de

contar os passos de uma trajetória na direção da aquisição de um novo conhecimento, está permeado de circunstâncias que se relacionam a referentes que estão na base da aceitação do argumento. Desse modo, os resultados obtidos mostram um confronto entre sujeito e seus oponentes, chegando, quase sempre, à vitória do primeiro na forma da aquisição de um novo conhecimento, reconhecendo a ajuda prestada pelos adjuvantes.

Além de Greimas e demais autoridades da Semiologia indicadas sumariamente neste capítulo, deve-se incluir contribuições de menor peso, no sentido de avançar nos conceitos semiológicos. Entre outros, inclui-se Eco (2000) que procura fundar um campo geral da teoria dos signos. Supõe-se que a função de Eco é sintetizar um conjunto enorme de contribuições com o objetivo de erigir uma teoria geral dos signos.

Para tanto, Eco reuniu as duas principais escolas que deram origem à teoria dos signos no século XX, Saussure e Peirce. Contudo, fica mais próximo da perspectiva semiológica em razão da concepção de signo, recusando-se, além disso, à viabilidade de um referente não-cultural. Eco (2000) posiciona-se mais próximo ao estruturalismo linguístico de Hjelmslev e aos seus mecanismos binários de compreensão do fenômeno sógnico. Assim, parece que os conceitos da Semiótica de Peirce são discutidos, por Eco, à luz da matriz estruturalista.

Obviamente, muitos outros semiólogos merecem figurar nesta exposição, porém acredita-se que as perspectivas sobre o signo elencadas anteriormente subsidiam argumentos e práticas no âmbito da organização da informação e do conhecimento.

2.2.1 Semiologia na Organização da Informação e do Conhecimento

A Semiologia parece distante dos problemas da organização da informação e do conhecimento, não sendo tão evidente sua contribuição, tal como ocorre com a Linguística. O objetivo desta seção é reunir alguns aspectos das influências semiológicas encontradas na literatura pesquisada relativa à organização da informação e do conhecimento, em especial, na análise documental. Para tanto, elegeram-se: a discussão do tratamento do conteúdo das imagens para fins de recuperação da informação, a análise semiológica do discurso e de narrativa, bem

como, as noções apoiadas na Pragmática.

Se os signos substituem quaisquer outras coisas com o objetivo de comunicar, parece ser lícito supor que eles devam ser de interesse da organização da informação e do conhecimento, à medida que esta deve estudar e produzir mecanismos para viabilizar a comunicação. Em âmbito teórico, é razoável a pressuposição de que a Semiologia é de interesse da organização da informação, porém as práticas podem não confirmar totalmente esta afirmação.

A orientação assumida na aproximação com a Linguística pela análise documental – a de operar recortes teórico-conceituais, desde que sejam úteis – reaparece quando se examinam as contribuições da Semiologia. A necessidade de operacionalização pode inviabilizar a proposição de uma perspectiva compreensiva dos fenômenos, neste caso, implicados na tentativa de entender como conjuntos de signos podem funcionar como um sistema, ou mesmo, um código diferente da linguagem verbal.

Para Kobashi (1996, p. 12-13), a Linguística e a Semiologia, enquanto disciplinas conceituais, quando dialogam com a análise documental, encontram muitas dificuldades, pois, “Nesta última, os modelos teóricos e metodológicos fazem sentido apenas na medida em que são operacionalizáveis.” (KOBASHI, 1996, p. 13). Mais uma vez, reafirma-se a necessidade de examinar a pertinência desse critério para interagir com outras disciplinas.

Presume-se que para analisar com certa profundidade as reais possibilidades de conexões de pontos de vista entre a organização da informação e do conhecimento e a Semiologia, deve-se abandonar a exclusividade de tal regra, pois não seria possível construir estratégias interdisciplinares desejando, antecipadamente, aplicações imediatas dos conceitos de outras disciplinas. Uma diretriz que deve ser respeitada é que os campos circunvizinhos precisam ser estudados, em primeiro lugar; e daí então submetê-lo às necessidade práticas de uma segunda área.

Apesar de a interação entre organização da informação e do conhecimento e Semiologia poder consistir em um nível elementar de interdisciplinaridade - preâmbulo de qualquer outro projeto maior de superação das lacunas de conhecimento entre as disciplinas -, é possível que os recortes práticos possam suplantar a compreensão dos problemas pertinentes ao tratamento da linguagem não verbal. A orientação prática prejudica as tentativas de compreender a lógica dos

argumentos de uma ciência tomada como parceira. Não somente a Linguística e a Semiologia, mas quaisquer teorias dos signos que podem se fazer presentes no diálogo deveriam, em primeiro lugar, ser conhecidas como tais. Apesar de a patente necessidade deste tipo de procedimento para o avanço das interações disciplinares, não é o objetivo deste estudo aprofundar tais questões, apenas sugerir seu tratamento em uma futura investigação.

Kobashi (1996, p. 13) conclui: "A Semiologia está longe, portanto, de ser uma ciência consolidada, no interior da qual a Análise Documentária possa buscar conceitos ou metodologias de aplicabilidade imediatas." Contudo, acredita-se que não se pode avaliar a contribuição de uma disciplina apenas por sua capacidade de fornecer metodologias, existem outras possibilidades, por exemplo, o nível conceitual que merece também ser explorado. A Semiologia, opostamente, não está longe de ser uma ciência consolidada, talvez ela esteja mesmo longe de fornecer respostas práticas a questões que exijam muito mais que procedimentos objetivos. Contrariando o pensamento de Kobashi (1996), há indícios de que as teorias semiológicas sustentem atividades da análise documental de conteúdo.

No mesmo período da publicação do trabalho de Kobashi, outros pesquisadores ressaltavam a necessidade de um diálogo entre as disciplinas: "O processo de interpretação de uma imagem ou discurso pode ser analisado à luz de várias teorias e usando-se métodos próprios. Nesse caso, os domínios da semiologia e das teorias da percepção são resgatadas." (CORDEIRO, 1996, p. 3).

Presume-se que os conhecimentos da Semiologia impactam concretamente na organização da informação e do conhecimento, principalmente por oferecer conceitos utilizados na análise de sistemas de signos não verbais. É notório que as imagens, diferente do texto, possuem particularidades que não podem ser desprezadas por considerações do tipo barthesiana, que insistem que a linguagem verbal – a linguagem propriamente dita – é a única passível de ser convertida em todas as demais, e o contrário não seria possível.

Os conceitos básicos de Saussure que orientam a fundação de uma Semiologia estão presentes no discurso dos especialistas em organização da informação e do conhecimento. Praticamente a maioria das dicotomias saussurianas referentes ao signo permeiam as discussões em análise documental. O fato de o signo linguístico não decorrer de uma representação do real, ou melhor, não se precisar as configurações da realidade, é uma pressuposição.

Ademais, não é difícil notar a aceitação de Hjelmslev como um linguista eminente. Ele objetivou propor uma teoria da linguagem concretizada em procedimentos de análise de textos que calcularia e preveria, de forma padronizada, todos os tipos de textos possíveis. Isto é, além de ressaltar a função essencial do procedimento analítico, sublinhou o papel da descrição de todos os elementos do texto. Além disso, a teoria da conotação, bem como a concepção da língua e de outros sistemas de signos como semióticas, é fundamental para descrever, no âmbito da organização da informação e do conhecimento, sistemas que são classificados como não verbais.

A expansão conceitual da terminologia da Linguística estrutural realizada por Barthes, cuja intenção foi investigar os demais sistemas de signos, favoreceu a comparação de outros tipos de texto (de imagens fixas e em movimento) como portadores de uma estrutura subjacente que deve ser revelada e estudada como se fosse derivada da linguagem verbal, tais como: a fotografia, a vestimenta, o código de trânsito, etc.

É possível verificar na literatura sobre análise documental de imagens uma grande concentração de conceitos derivados da Semiologia e de outras teorias dos signos. Um dos problemas da análise documental da imagem é redefinir a particularidade do tratamento da imagem, isto é, o documento imagético (exemplo: a fotografia) exige que os profissionais não utilizem, sem grandes adaptações, os procedimentos para análise de textos para análise de imagens. Não são da mesma natureza e, por isso, devem ter seu código respeitado à custa do trabalho se mostrar ineficaz.

Smit (1989b, 1996), Cordeiro (1996), Manini (2001), Boccato e Fujita (2006), cada autora a sua maneira, ressaltam que há que se considerar as especificidades da imagem. Entre os conceitos apontados por diferentes autores que sustentam a análise de imagem, podem-se citar: código, código icônico, código verbal, denotação, conotação, conteúdo, expressão, símbolo, ícone, índice, referente, signo semiológico, contexto de produção e texto visual. Como parte desses conceitos foram definidos anteriormente, passa-se apenas a uma breve análise de como eles se articulam na análise de imagens. Além dos conceitos indicados, pode-se apontar à presença de categorias que conduzem à análise documental que não estão conectadas com as teorias semiológicas.

A imagem é uma entidade polissêmica, há várias possibilidades de

interpretação para a mesma imagem, dependendo do sujeito e do contexto cultural. Ela deve ser analisada segundo os níveis pré-iconográfico, iconográfico e iconológico (PANOFSKY apud SMIT, 1996, p. 30; BOCCATO; FUJITA, 2006, p. 91). O primeiro nível procura descrever tão-somente os objetos representados pela imagem; o segundo nível procura estabelecer um assunto para a imagem, geralmente, dependente de uma convenção cultural; o terceiro nível é da ordem da interpretação e recebe forte influência do conhecimento do analista. É amplamente defendido na análise documental de imagem que apenas o primeiro e o segundo níveis dizem respeito ao profissional da informação, enquanto o terceiro nível fica a cargo do usuário ou pesquisador. (GARDIN apud SMIT, 1996, p. 31; MARKEY apud BOCCATO; FUJITA, 2006, p. 92).

Código procura referir-se ao conceito de um sistema sógnico com um modo de expressão e de conteúdo. O código icônico, tributado às imagens, seria formado pelas diversas possibilidades de combinação dos signos icônicos disponíveis em uma imagem. O código verbal refere-se ao sistema de signos linguísticos que são executados na fala ou na escrita. Esses conceitos são úteis para compreender a distinção entre os códigos visual e verbal. No fundo, o conceito que preside à discussão provém do estruturalismo, principalmente a noção de sistema.

A denotação é o processo que corresponde ao que as imagens significam diretamente, isto é, a descrição dos objetos representados, tão-somente. A conotação é obtida a partir da produção de significados que não estão presentes obviamente na imagem. A conotação pressupõe o processo anterior de denotação e são operações pertinentes à análise da imagem. Assim, toda a imagem teria um significado denotativo e conotativo e apenas um significante, conforme a terminologia do modelo de Barthes, baseado na teoria da conotação e da denotação de Hjelmslev. Deste último autor, supõe-se, descender a aplicação dos conceitos conteúdo e expressão. Entretanto, o conteúdo trata daquilo que a imagem mostra e a expressão respeita à forma para expressar a imagem, a saber: cor, luminosidade, angulação e outros (SMIT, 1996, p. 34).

Alguns conceitos não pertencentes à Semiologia de base linguística, mas a ela associados são: símbolo, ícone e índice. Fundamentando-se em Dubois, Smit (1996, p. 29) recupera as definições de fotografia: em primeiro lugar, a fotografia enquanto espelho do real ou ícone; segundo, a fotografia como transformação do real ou símbolo; e a fotografia enquanto traço do real ou índice. Esses conceitos baseados

na Semiótica de Peirce são, indiretamente, relacionados para se pensar o caso do documento imagético. Mostram a necessidade de acrescentar elementos à teoria semiológica, pois não apresenta uma tipologia de signos tão extensa.

Smit (1996, p. 29), Manini (2001, p. 4), Boccato e Fujita (2006, p. 97) reconheceram que o índice é o tipo de signo que melhor identifica o estatuto da fotografia. A consequência disso é admitir que a fotografia esteja conectada por uma relação causal ou de contiguidade com o objeto representado. "O conceito da fotografia-índice parece muito promissor para a documentação." (SMIT, 1996, p. 29). No mesmo sentido, Manini (2001, p. 4) afirma: "A especificidade indicial da fotografia traz conseqüências consideráveis às análises consagradas à imagem fotográfica."

Apesar disso, uma leitura superficial pode concluir que índice é uma espécie de signo, completamente distinta do ícone e símbolo. Para se evitar conclusões apressadas, deve-se examinar a relação entre esses três tipos de signos. Sabe-se que o índice, na terminologia peirceana, pode compor-se de ícones para referir, tanto quanto uma fotografia não pode ser considerada puramente indicial e sem relação com o ícone. Esse aspecto será aprofundado no capítulo seguinte.

Na análise documental de imagens, há um outro dispositivo conceitual correlacionado com o signo indicial, o referente. Como discutido anteriormente, sob a palavra "referente" encontram-se diversas definições, mas a mais é recorrente na análise de imagem é o referente como o objeto extralinguístico ou, mais superficialmente, o objeto representado na imagem ou, no caso da fotografia, o objeto ou o ser fotografado. Ainda há casos em que o referente é definido como a coisa, o real, o que se torna ainda mais confuso, pois cada termo, como visto, exige um tratamento conceitual especial. Esse referente é dividido, segundo alguns estudiosos do assunto em análise documental de imagens (SMIT, 1996, p. 31; MANINI, 2001, p. 2), em: referente genérico (uma classe de coisas) e referente específico (uma coisa particular).

A origem da discussão do referente pode ter duas fontes ou deveriam delas proceder: o estudo do signo de Ogdens e Richards e a Semântica lógica, ambos listados anteriormente. Esses são os que provavelmente mais se aproximam do conceito referente utilizado na análise da imagem. Entretanto, uma dificuldade conceitual faz-se presente quando se assimila referente como extralinguístico sem explicação de sua natureza. De qualquer modo, na análise documental de imagens professa-se, sem dúvida alguma, um conceitos triádico de signo, o qual pode ser

extremamente útil à organização da informação e do conhecimento.

Smit (1989b, 1996) valeu-se do trabalho de Bléry para propor categorias de análise de imagens que seriam utilizadas por outros autores, tais como Manini (2001), Boccato e Fujita (2006). As categorias procuram propor questões que devem ser respondidas no momento da análise da imagem: quem (seres vivos ou objetos em foco), onde (ambiente, lugar, espaço), quando (tempo), como/o que (ações, atitudes, detalhes). Somando essas categorias, Smit (1996) acrescenta a teoria de Shatford, no sentido de apontar o objeto genérico, o objeto específico e os conceitos abstratos sobre os objetos em questão. Com isso, a autora chega a um quadro útil para análise de imagem, combinando as teorias de Shatford e Bléry, as quais dão conta também da problemática da denotação e conotação.

O processo de análise da imagem para fins documentais supõe, seja ela a fotografia ou o filme, o exame de outros documentos que possam auxiliar o esclarecimento de informações implícitas ou não identificadas na imagem. Esse recurso faz com que a imagem, diferente do texto, utilize uma quantidade substancial de materiais suplementares. Como a imagem, no nível de análise que exige a indicação de conceitos abstratos sobre ela, esta informação pode não estar - e certamente não estará - declaradamente disponível na representação imagética.

Saber do processo de produção da imagem é fundamental para indexá-la, diferente do documento textual. A preocupação de Cordeiro (1996, p. 2) incide sobre a necessidade do analista de conhecer o processo de produção e a linguagem utilizada no campo do cinema, para que consiga, com uma visão consistente, interpretar a informação para propor representações. Se no caso dos filmes esse conhecimento é indispensável, no campo da pintura é inevitável saber dos aspectos relacionados à gênese dos documentos.

A esse respeito, Agustín Lacruz (2006) ressalta a utilização de documentação bibliográfica no processo analítico, para complementar as informações não diretamente presentes na imagem, no caso os retratos de Francisco de Goya. Manini (2001, p. 1) argumenta que as informações principais da fotografia devem fornecer dados concretos do denominado referente. Contudo, "Tais dados podem ser ratificados através de outros documentos, escritos ou iconográficos, mas a primeira informação deve partir exclusivamente da imagem que se analisa."

A despeito de não se relacionar outros teóricos, foi possível observar que a Semiologia e outras teorias dos signos estão presentes na organização da

informação e do conhecimento, pelo menos quanto ao uso de conceitos fundamentais para se compreender o estatuto da imagem e a caracterização da fotografia.

Denominada análise semiótica do discurso e da narrativa - também chamada Semântica discursiva -, as contribuições que levam esse rótulo têm em comum o uso de conceitos úteis para o estudo do texto tomado em seu conjunto. Concebe-se os trabalhos de Greimas como um empreendimento semiológico, potencializando as iniciativas estruturalistas. Por isso, trata-se de uma contribuição semiológica do discurso.

Greimas investigou os mecanismos necessários para analisar o discurso como um todo, procurando identificar as ações que os agentes executam na dinâmica de uma narrativa. Segundo Noth (2005b, p. 145), seu modelo influenciou diversas áreas de aplicação, entre elas a Documentação. Quando revela o significado subjacente ao discurso e não mais das palavras, Greimas projeta-se como fonte teórica imprescindível à área de organização da informação e do conhecimento. Os resultados de seus estudos possibilitam analisar o significado de textos científicos com a finalidade de expressar sumariamente seu conteúdo.

Pinto Molina (1993, p. 52) argumentou que Greimas contribui no estabelecimento de aportes conceituais para o estudo do discurso científico, formas e tipologias discursivas, além da teoria das modalidades que facilita a compreensão dos modelos actanciais, em especial a relação sujeito *versus* objeto.

A Semiologia de Greimas aplicada ao discurso propõe tratar globalmente de diversos textos, e não apenas os científicos, os quais se apresentam como principais segundo a análise documental. Os textos narrativos de ficção, por exemplo, em oposição aos textos científicos, não procuram evidenciar de imediato seu assunto principal, não são obedientes à estrutura do texto científico, com problema, hipótese, objetivo, etc. Essa característica dificulta a aplicação de procedimentos tradicionais da análise documental para extração de conceitos. Desse modo, uma infinidade de materiais não recebem um tratamento adequado de seu conteúdo. Moraes (2008) afirma que isto "[...] não se aplica a textos narrativos, na medida em que estes assumem outras formas de evidenciar seu conteúdo."

A proposta, fundada na semiologia greimasiana, requer considerar os diversos tipos de textos quase excluídos pela análise documental de conteúdo, isto é, a literatura de ficção de modo geral: o texto literário, a literatura infanto-juvenil, etc. O

que elas têm em comum é a estrutura não científica no tratamento de seus temas. Deve-se proceder conforme a análise semiológica que o discurso sugere, buscando desvendar o percurso de geração de sentido e, a partir deste, identificar os temas pertinentes de um documento.

De acordo com Alves e Moraes (2008, p. 7-9), deve-se analisar os textos; no caso da pesquisa citada, é a literatura infanto-juvenil, nos níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Obedece, no primeiro nível, à formulação do quadrado lógico-semiótico que disponha a estrutura básica de significação que indica sucintamente o tema principal a partir de sua comparação com outros temas (contrários ou contraditórios).

O segundo nível de análise busca apropriar-se da estrutura básica das ações de um texto, respaldando-se na sequência canônica que compreende: manipulação, competência, performance e sanção. É neste nível que se encontra a utilização do modelo actancial, isto é, identificam-se as fases da sequência canônica com os atores envolvidos, de acordo com a participação de cada um. Alves e Moraes (2008, p. 8) ressaltam, com base em outras fontes, que para os propósitos de identificação do assunto de um texto se deve privilegiar as fases de manipulação e sanção, pois são as que apresentam as informações mais relevantes do conteúdo de um texto.

No terceiro nível, o discursivo, é que se identifica, de um lado, os temas ou termos abstratos que têm a função de organizar as informações no discurso, isto é, funcionam como categorias e, de outro lado, as figuras ou os termos objetivos que procuram representar coisas concretas do mundo natural. No levantamento de temas e figuras é que se procura verificar o grau de isotopia ou coerência semântica presente no texto.

A despeito de seu vínculo germinal com o estruturalismo linguístico - principalmente na defesa implícita da tese de que há uma estrutura subjacente a todo texto, a qual regula as ações dos personagens e os movimentos no interior de qualquer narrativa, como a hipótese à qual se referia Hjelmslev -, a semiologia greimasiana mostra-se nestas aplicações como uma alternativa para superar uma lacuna da análise documental de conteúdo: o tratamento dos textos narrativos de ficção. Ela também pode servir como base para elaboração de tesouros específicos e outros mecanismos de organização do conhecimento relativos à literatura de ficção. Lara (1999, p. 85) lembra que "O desenvolvimento da proposta de estrutura mínima de significação de Greimas [...] também é fundamental para compreender o

jogo que se instaura, no processo de construção de uma linguagem documentária, entre a expansão e a condensação."

Contudo, um aspecto a considerar futuramente será sua produtividade diante do procedimento tradicional de análise documental de conteúdo. É uma hipótese a considerar que o modelo greimasiano não se mostre válido utilitariamente para a análise documental, mas pode servir para entender a organização dos discursos, dando atenção às situações representadas figurativamente no texto, confrontando-as com as formalizações das ações do sujeito no discurso. Para uma sustentação mais precisa desta última afirmação, a respeito da dimensão utilitária do modelo greimasiano, sugere-se avançar nas pesquisas e experimentações sobre o assunto.

É pertinente observar que a base greimasiana não é fonte apenas de reflexão teórica sobre o texto em geral, mas, com essas últimas iniciativas, nota-se uma real utilização dos métodos de análise da semiologia do discurso na análise documental. Além disso, alguns conceitos adicionais favorecem a compreensão dos fatores que condicionam a produção de sentido em um texto.

Nesse sentido, Eco é apontado por sua contribuição à teoria do leitor modelo, isto é, existem fatores que condicionam a leitura de um texto que se originam no modelo de leitor construído pelo autor. A noção de leitor modelo é registrada por vários autores da análise documental por possibilitar o conhecimento das variáveis no processo da leitura, como lembra Grasseschi (1989, p. 120).

Uma última consideração a respeito da influência semiológica na organização da informação e do conhecimento respeita a divisão da teoria do signos, operacionalizada por Morris, relativamente quando os autores da área em questão clamam pela necessidade dos conhecimentos da Pragmática na elaboração de seus instrumentos e produtos.

Nesse caso, a Pragmática refere-se apenas ao fato de o significado das expressões exigir que se leve em conta o uso da linguagem e seus usuários. Há, porém, outras contribuições à Pragmática que provêm de autores tão diversos como Wittgenstein, Strawson, Austin, Apel, Carnap e Ducrot. Um estudo da Pragmática na organização da informação e do conhecimento, assim como o estudo da semiologia greimasiana, merecem constar dos projetos de investigação futuros neste campo.

A leitura de Morris convida a pensar sobre o papel decisivo dos tipos de signo derivados de uma teoria não linguística, como indispensáveis para a análise e classificação das imagens. As imagens veiculam conteúdos complexos através de

signos dos mais diversos tipos. O conceito de signo linguístico não é suficientemente abrangente a ponto de cobrir todas as variações de códigos que as imagens produzem. Conseqüentemente, a análise documental deve reconhecer as características peculiares das imagens, identificar os conteúdos verbais a elas associados e admitir que os signos não convencionais interferem na construção do significado imagético. Para tanto, é preciso voltar a teorias triádicas do signo, que associam os objetos, antes de aplicar as especificidades e a produtividade dos procedimentos de análise já consolidados.

Seria conveniente, em um segundo momento, examinar profundamente outras propostas de aplicação da teoria dos signos na organização da informação e do conhecimento, além de desdobramentos elencados. Em linhas gerais, foram analisados tão-somente alguns conceitos semiológicos pertinentes à análise documental, sabendo que muitos outros podem ser encontrados na literatura especializada. Depois da análise - como se costuma dizer, lembrando o procedimento cartesiano - é hora da síntese.

2.3 Linguística, Semiologia e Organização da Informação e do Conhecimento

O fato de a análise das influências da Linguística e da Semiologia na organização da informação e do conhecimento não ser tão abrangente, não dispensa a apresentação de algumas conclusões. Nesse sentido, acredita-se que dois objetivos específicos da pesquisa foram alcançados com a discussão ora exposta.

Em primeiro lugar, pretendeu-se revisar a literatura sobre as teorias dos signos existentes. Por este capítulo estar relacionado diretamente à construção da Semiologia e consistir no centro dos debates teóricos sobre a linguagem na organização da informação e do conhecimento, a Linguística recebeu maior detalhamento. No que diz respeito às teorias dos signos, a escolha dos teóricos Saussure, Hjelmslev, Morris, Ogden, Richards, Barthes, Greimas e Eco foi orientada pela delimitação das principais perspectivas semióticas de Noth (2005b), além de outros comentadores. Já o pensamento peirceano, será objeto de um capítulo específico, por isso seus conceitos não figuraram em nenhuma das seções

anteriores.

Em segundo lugar, objetivou-se revisar a literatura da organização da informação e do conhecimento que empreendeu aproximações interdisciplinares com as teorias linguístico-semiológicas e as Filosofia e Semiótica peirceanas. Neste capítulo especificaram-se as contribuições das demais teorias dos signos não-peirceanas para a organização da informação e do conhecimento. Pôde-se notar a predominância da linha estruturalista, como ponto de partida para a análise e a construção de instrumentos em organização da informação e do conhecimento. As demais influências linguístico-semiológicas são em menor número, mas não menos importante para a análise documental.

Para ilustrar os elementos essenciais da exposição anterior, foi organizado um quadro das principais influências da Linguística e da Semiologia na organização da informação e do conhecimento, utilizando como caso exemplar a análise documental de conteúdo. Esse quadro foi construído a partir da divisão da organização da informação e do conhecimento em processos, instrumentos e produtos, como sugerida por Guimarães, Danuello e Menezes (2004, p. 183), acrescido de teorias e conceitos cujos fundamentos se encontram em correntes específicas da Linguística e em teóricos da Semiologia. Ele também procura sugerir material ao quadro teórico-conceitual da análise documental proposto por Cunha (1989b, p.28).

Disciplinas	Correntes ou Linhas Teóricas	Teorias e Conceitos Utilizados	Processos e Atividades Implicados	Instrumentos e Produtos Resultantes
Linguística	Linguística Estrutural	estrutura, língua, fala, linguagem, paradigma, sintagma, signo, significante, significado, plano de expressão, plano de conteúdo, valor, sincronia, diacronia	análise, condensação e representação	linguagens documentais em geral
	Linguística Distribucionista	corpus, explicitação	análise e representação	linguagens documentais em geral
	Linguística Funcionalista	funções da linguagem	representação	linguagens documentais em geral e terminologias
	Linguística Gerativa	estrutura profunda, estrutura superficial, gramática de casos	análise e representação	PRECIS
	Linguística Textual	macroestrutura, microestrutura, superestrutura, top down, bottom up	análise e condensação	resumo
	Semântica Linguística	valor, campo semântico, polissemia, homonímia, sinonímia e antonímia	análise, condensação e representação	linguagens documentais em geral
	Terminologia	termo, conceito, análise terminológica, terminografia, produtos terminológicos, relações conceituais	análise e representação	terminologias, tesouros terminológicos e esquemas de classificação especializados
Semiologia e Teoria dos Signos	Saussure	semiologia, signo, sistema	análise e representação	-
	Ogden e Richards	triângulo do signo, referente, referência, símbolo	análise de imagem	-
	Hjelmslev	signo, semiótica, semiologia, semiótica conotativa, semiótica denotativa	análise de imagem	-
	Morris	semântica, sintaxe, pragmática, semiose, designatum, denotatum	análise de imagem e representação	linguagens documentais em geral (pois é base para Linguística documental)
	Barthes	sistema semiológico, conotação, denotação, metalinguagem	análise de imagem	-
	Greimas	quadrado semiótico, modelo actancial, análise do discurso científico, análise de narrativas, isotopia, percurso temático, percurso figurativo	análise de textos narrativos e condensação	linguagens documentais em geral
	Eco	texto, código, unidade cultural, leitor e autor modelo	análise e análise de imagem	linguagens documentais em geral

Quadro 6: Linguística e Semiologia na Organização da Informação e do Conhecimento

A princípio, deve-se esclarecer que o quadro é um esboço incompleto das relações estabelecidas que conectam Linguística e Semiologia à organização da informação e do conhecimento. Salienta-se ainda que a elaboração do quadro não foi calcada em índices dos temas e autores mais citados, tal como exigiria um procedimento quantitativo que busca explorar as relações interdisciplinares na área. Orientou-se pela premissa qualitativa da presença. Significa dizer que a existência de um único conceito pertinente entre Linguística e organização da informação e do conhecimento, ou desta com a Semiologia, bastou para este ser considerado relevante.

Com isso, objetiva-se resumir o exposto neste capítulo, elucidando as teorias linguísticas e semiológicas utilizadas pela área. Evidentemente, não cobre todas as práticas associadas à organização da informação e do conhecimento, simplesmente sugere algumas mais próximas à análise documental.

Tal como observado, a maioria dos processos da análise documental é amparada por uma ou mais teorias da Linguística, e as contribuições desse campo provêm principalmente de sua vertente estruturalista. Talvez por assumir como objeto principal de estudo o texto científico – é exemplar a afirmação de Gardin a este respeito –, a análise documental considera as imagens difíceis para a redução à análise estrutural. Mesmo objetivando encaixar o texto imagético às mesmas operações em que se procede com o texto científico, existem aspectos complexos e não suficientemente cobertos pelas teorias e processos de análise documental, exigindo assim um diálogo com a Semiologia.

É provável que seja uma limitação teórica da análise documental - justificada pela intenção de constituir bases de dados de quaisquer naturezas com o dever social de recuperar a informação - a aceitação tão difundida de converter necessariamente qualquer informação à linguagem escrita. Tal fato, acredita-se, não pode motivar um amplo número de especialistas em análise documental a pensar como Barthes (1971), quando este afirma que a linguagem verbal tratada é, de fato, o principal modelo de linguagem aceitável, pois todas as demais “linguagens” podem ser transformadas ou convertidas nesta primeira. Deve-se refletir, além disso, sobre a capacidade informativa das imagens.

Apesar de fornecer conceitos operacionais para a organização da informação e do conhecimento, as teorias de matriz linguístico-semiológicas respondem a uma perspectiva dos problemas da linguagem humana, fato que move pesquisadores na

direção de outras correntes teóricas, objetivando uma visão complementar da situação. Nesse sentido, algumas dificuldades poderiam ser dirimidas, caso a análise documental e, mais amplamente, a organização da informação e do conhecimento considerasse também outra perspectiva sobre a linguagem e os signos. Isto é, refletir sobre a possibilidade de se aproximar de uma teoria triádica do signo.

Com efeito, pode ser que algumas dificuldades no entendimento da proposta semântica lógico-filosófica possa ter adiado a entrada da organização da informação e do conhecimento no debate dos problemas da linguagem explicados triadicamente. Assim, de certa forma, estariam seus estudiosos em contato direto com teóricos que defendem um ponto de vista lógico do significado, como é o caso da Filosofia e Semiótica de Peirce.

A despeito de a Semântica linguística sugerir uma alternativa estrutural para os princípios lógicos ao significado, ela mesma depende, profundamente, de conceitos fundados em uma Semântica lógica, a exemplo de contrariedade e de contraditoriedade; em outras palavras, na construção de marcadores semânticos. Desse modo, seria quase inevitável reconhecer as contribuições da Lógica, mesmo na Semântica de extração Linguística. A análise específica dos conceitos e das relações lógicas não foi realizada pelo recorte estabelecido para este capítulo, contudo, a interação dos conceitos lógicos com os linguísticos é um fato incontestável.

Pode-se dizer que uma das fronteiras que separa Semiologia e Semiótica encontra-se, exatamente, entre aceitar ou recusar as convicções lógico-filosóficas sobre o referente. Enquanto Linguística e Semiologia examinam outros aspectos não influenciados pelo referente existencial (ou *denotatum*), os pontos de vista lógico-semióticos, justamente por priorizarem a ligação entre realidade e cognição, assumem as relações com o referente como condição fundamental da constituição de qualquer significado.

É evidente que não se está tomando a Linguística em sua totalidade, mas apenas as linhas que seguem mais de perto a perspectiva estruturalista, circunscritos aos nomes de Saussure, Hjelmslev, Barthes e Greimas. Como visto, a perspectiva estruturalista é amplamente difundida na organização da informação e do conhecimento, em uma de suas linhas mais promissoras, a análise documental.

De acordo com a exposição realizada, os autores da Linguística e da

Semiologia pesquisados – exceto Ogden, Richards, Morris - não se ocupam diretamente da conexão triádica entre conceito, representação e realidade, mesmo esta sendo o gérmen da construção de quaisquer conhecimentos. Se para organizar a informação de terceiros necessita-se da mediação de mecanismos de representação do conhecimento, como então se poderia representá-lo desconhecendo seu contexto de surgimento, isto é, a *praxis* humana e o relacionamento dos sujeitos com o mundo, tal como sugere uma abordagem triádica do signo?

Deve-se admitir, pelo menos como hipótese de trabalho, que a origem da linguagem funda-se no extralinguístico, e seria incompleta a explicação do fenômeno da linguagem, caso se observasse um único fator: a convenção.

Esse fator está apenas em uma das fases do processo de geração de expressões, de ideias e de pensamentos. Jakobson argumentou que a arbitrariedade deve ser revisada, pois há vários exemplos confirmatórios da presença de signos que dependem da semelhança com o objeto para significar, isto é, da iconicidade.

Desse modo, a organização da informação e do conhecimento pode enriquecer suas matrizes teóricas do conceito de signo, que explica aspectos essenciais do significado e da cognição. Para tanto, a pressuposição da necessidade de recortes práticos operados pela análise documental nas interações interdisciplinares precisa ser revista, pois se encontra em um período histórico da organização da informação e do conhecimento, cujas exigências teóricas e explicativas dos processos e dos objetos da análise do conteúdo da informação obrigam uma leitura não guiada exclusivamente pelo utilitarismo.

Talvez outra perspectiva da teoria dos signos possa acrescentar elementos conceituais aos estudos da linguagem no campo da organização da informação e do conhecimento. Essa teoria contempla assuntos diversos que se encontram em várias disciplinas, a saber: a Linguística, a Semiologia e a Lógica. A diferença substancial desta perspectiva está no fato de assumir a Filosofia peirceana como pano de fundo, sem a qual a teoria dos signos subsequente nada mais seria do que uma lista geral e abstrata de tipos de signos. A seguir, expor-se-ão elementos da Filosofia e Semiótica de Peirce.

3 UM PANORAMA DA FILOSOFIA E SEMIÓTICA DE C. S. PEIRCE

“Não se resume uma filosofia, como não se resume um poema.” (PASCAL, 1977/2005, p. 201)

“Entre os pensadores norte-americanos, o mais inventivo e universal foi provavelmente Charles Sanders Peirce; tão grande foi que universidade alguma lhe encontrou um cargo à altura.” (JAKOBSON, R, 1999, p. 99).

“O real é aquilo que não é e que eventualmente pensamos dele, mas não é afetado por aquilo que possamos pensar dele.” (PEIRCE, 2000, p. 319, CP 8.12).

“Em resumo, sempre senti que minha filosofia brotasse de um contrito falibilismo, combinado com decidida fé na realidade do conhecimento, e de um intenso desejo de investigação.” (PEIRCE, 1972, p. 47, CP 1.14).

A teoria do referente quando desconsiderada para os propósitos do estudo da linguagem proporciona também um afastamento dos conceitos originários da Lógica. Talvez esse, além de outros fatores intrínsecos à interpretação da teoria lógica do significado, tenha dificultado a aceitação de conceitos semióticos de Charles Sanders Peirce.

Jakobson (1999, p. 100) levantou a hipótese de que, caso a obra de Peirce fosse descoberta há tempo pelos linguistas, teria exercido uma influência única no desenvolvimento internacional da Linguística. Portanto, quando se procura encontrar as razões que levaram ao conhecimento tardio da obra de Peirce na organização da informação e do conhecimento, deve-se considerar que ocorreu o mesmo processo com a Linguística.

Por Filosofia e Semiótica peirceanas compreende-se o pensamento do filósofo Charles Peirce que vincula à teoria dos signos os demais contributos teóricos para a explicação semiótica, entre os quais a Fenomenologia, as Ciências normativas e a Metafísica; todas compreendidas em sua divisão das ciências como ramos da Filosofia. Esta é classificada como uma das Ciências da descoberta, cujas diversas designações juntam-se a um propósito maior na condição de Ciências Teóricas.

Quando a Semiótica é concebida fora deste fio condutor que une os diversos desdobramentos da teoria dos signos, ela se mostra uma lista de signos catalogados e de difícil visualização de sua dinâmica. Além disso, a contribuição da Semiótica como teoria do conhecimento e teoria da percepção também fica prejudicada. Afasta-se, com a mesma intensidade, a possibilidade de resgatar outros aspectos da

Filosofia de Peirce, que muito podem oferecer à organização da informação e do conhecimento.

A partir do exposto, deve-se iniciar uma breve incursão na Filosofia e Semiótica peirceanas, com o intuito de servir de sustentação aos propósitos da pesquisa. É evidente que dada a amplitude e a complexidade das ideias de Peirce, em poucas páginas seria impossível rever seu sistema filosófico. Assim como seria temerário em um curto espaço analisar profundamente os conceitos semióticos por ele propostos. Tais limites devem ser observados na leitura deste capítulo.

Para cotejar os conceitos peirceanos com a organização da informação e do conhecimento, tal como os objetivos previstos, e chegar a uma síntese das relações interdisciplinares entre as áreas, deve-se, em primeiro lugar, aceitar que o caráter do pensamento peirceano não é instrumental. Não obstante, alude a uma teoria mais abrangente e, no caso da teoria dos signos, conectada aos fundamentos ontológicos das categorias da experiência.

Guiando a exposição a seguir, procurou-se complementar os textos de Peirce com a leitura crítica de sua obra fornecida pelos comentadores, isto é, os estudiosos do sistema filosófico do pensador, vinculados, principalmente, ao campo da Filosofia e da Comunicação. Como sugerido anteriormente, esses estudiosos podem ser distribuídos em três grandes grupos que interessam mais diretamente à organização da informação e do conhecimento: os que analisam o pensamento peirceano sob a perspectiva linguística; aqueles que encontram na obra de Peirce um contributo para a teoria da comunicação, argumentando que a Semiótica seria, efetivamente, uma teoria comunicativa; e os estudiosos oriundos da Filosofia, que refletem continuamente sobre a obra de Peirce de forma mais ampla, com todas as conexões que o pensador sinalizou como indispensáveis para compreender seu pensamento. As tendências destes comentadores parecem bem nítidas e revelam o quanto uma escolha teórica pode influenciar a leitura de uma obra.

Os pontos de vista da Comunicação e da Linguística, na leitura da obra de Peirce, registram superficialmente a influência de Peirce ao Pragmatismo, à Metafísica, à Lógica e à Matemática, pois concebem que o principal em seu pensamento é, de fato, a Semiótica. Ao passo que a abordagem filosófica procura identificar as ramificações de seu pensamento com as de outros filósofos, dos gregos, passando pelos escolásticos até os modernos. Com efeito, as contribuições de Peirce à Filosofia são percebidas de maneira sistêmica, ou seja, não é possível

dispensar, por exemplo, o Pragmatismo tal como a Lógica da explicação peirceana da Semiótica.

Por esta razão, procura-se relacionar os temas de interesse filosófico da obra de Peirce, pouco citados na literatura que aproxima organização da informação e Semiótica. Nesse sentido, no ambiente acadêmico brasileiro, pode-se mencionar a contribuição dos comentadores Silveira e Ibri, por exporem, em seus estudos, uma perspectiva filosófica, juntamente com outros filósofos. A seguir, expor-se-á os temas da Filosofia peirceana e da Semiótica de maior interesse para esta pesquisa.

3.1 Peirce e Filosofia Peirceana

Charles Sanders Peirce nasceu em Cambridge, Massachusetts, no dia 10 de setembro de 1839, e faleceu em Milfort, Pensilvânia, em 19 de abril de 1914, filho de Benjamim e Sarah Peirce. Contribuiu para a Filosofia e a Ciência, pesquisando em diversas áreas do conhecimento, entre elas: a Lógica, a Metafísica, a Matemática, a Geodésia, etc. Em toda a sua vida não obteve muito sucesso na academia, sendo em poucas vezes convidado a ministrar aulas na condição de professor assistente na Universidade de Johns Hopkins, em Baltimore.

Ele foi motivado por muitos intelectuais que frequentavam sua casa em reuniões com seu pai, Benjamim Peirce, matemático respeitado da época. Outro incentivo para Peirce foi o estudo aprofundado da obra de Kant, a quem deveu substancial influência terminológica. Com 11 anos, escreveu uma História da Química e, aos 23 anos, uma Teoria Química da Interpretação.

A obra de Peirce catalogada ultrapassa 90.000 páginas, composta de ensaios, artigos em periódicos e, em sua maior parte, manuscritos. Na década de 1930, a Universidade de Harvard, que custodia os manuscritos, publicou uma primeira reunião destes documentos, publicação intitulada *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*¹⁰, dividida por temas fundamentais de seu pensamento. Na década

¹⁰ Para referir-se aos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, os comentadores e os estudiosos utilizam a sigla CP, seguida do número do volume e do número do parágrafo, estes dois últimos separados por ponto. Outras obras relevantes para consulta são: *Writings of Charles Sanders Peirce: a chronological edition*, em 6 volumes, abreviada por W seguido do número do volume; *The New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce*, em 4 volumes, abreviada por NEM; a obra mais recente e com seleção acurada de textos em ordem cronológica, consta de 2 volumes, intitulada *The Essential Peirce*, com a sigla EP. Traduções para o espanhol da obra de Peirce estão sendo elaboradas por uma equipe de pesquisadores do Grupo de Estudios Peirceanos, da Universidad de Navarra (<http://www.unav.es/gep/>).

de 1950, outros volumes vieram a se somar aos já publicados sobre manuscritos e artigos, chegando a um conjunto de 8 volumes. As observações recentes dos comentadores do pensamento peirceano sobre esta publicação sinalizam que a obra, por organizar os textos de Peirce em temas principais, provocou interpretações fragmentárias de seu sistema filosófico, dificultando a conexão dos diversos temas, a ponto de alguns concluírem sobre confusões e contradições no pensamento peirceano (IBRI, 1992, p. Xiv-xv; SANTAELLA, 2004, p. 61).

Fragments dos *Collected Papers* foram publicados em português, contudo sua leitura deve ser guiada com muita atenção, pois nem todos os textos relevantes para compreender um aspecto de sua obra se encontram na mesma publicação. Sempre que se entender necessário, complementar-se-ão os fragmentos em português com textos dos *Collected Papers*.

Apesar da dificuldade de Peirce para encontrar um posto na academia, seus escritos revelam uma vida a serviço da Ciência e da Filosofia e de seus principais problemas. Para ele, Ciência somente pode ser levada adiante por pessoas engajadas na busca pela verdade. A definição de Ciência e a própria Ciência são coisas vivas, organizadas e levadas a cabo por homens vivos e, por isto, não se devem classificá-las pelos estoques de conhecimentos armazenáveis. Peirce difere a ciência-estoque da ciência-processo-ação.

Outra falha de muitas classificações – ou se não uma falha é pelo menos um projeto bastante diverso de um projeto suficientemente ousado que julgo necessário empreender – é que elas são classificações não da ciência, como ela existe, mas de conhecimento sistematizado conforme a esperança do classificador. (PEIRCE, 1980, p. 140, CP 1.233)

Peirce acreditava na ciência como a atitude de busca da verdade e os homens que se empenham nesta investigação, utilizando todos os métodos possíveis de aplicação ao objeto de estudo, devem ser chamados de cientistas, pois “A vida da ciência reside na vontade de conhecer.” (PEIRCE, 1980, p. 140, CP 1.233, p. 104). A ciência na forma de conhecimento catalogado, sistematizado e estocado é ciência morta. A ciência é ação, é continuação, é processo. A classificação das ciências não deve seguir o princípio do conhecimento sistematizado, isto seria classificá-las a partir das evidências e do que está consolidado.

A ciência como entidade viva, construída por homens de bem, só pode ser ação em processo. A ciência deve ser vista em contínuo movimento, capaz de rever seus próprios métodos. Tal fato inviabiliza quaisquer tentativas de sistematizar a

ciência por seus procedimentos técnicos de pesquisa, os quais estão circunscritos ao tempo e espaço. Para classificar a ciência, tomar-se-iam como fundamento apenas os seus vestígios mais evidentes.

Apesar disso, Peirce elaborou uma taxionomia das ciências, a partir de proposições lógicas de suas vinculações. Pires (1999, p. 20), mostrando a concepção de ciência de Peirce, afirma: “É através da observação que se apresenta qualquer forma de conhecimento, no entanto cada ciência tem seus caminhos para observação”. Segundo Pires (1999, p. 20), Peirce tomou de Comte a ideia de que as ciências dependem umas das outras. Em outras palavras, as ciências mais formais transferem princípios e teorias para as ciências mais aplicadas e/ou específicas, enquanto que as ciências mais práticas dão objetos para atenção e investigação científica, realizadas pelas ciências mais teóricas.

As ciências inicialmente foram divididas por Peirce em três ramos: as Ciências da Descoberta, as Ciências da Revisão e as Ciências Práticas. As Ciências da Descoberta empenham-se na busca da verdade mais radical que as demais ciências, elas estão no caminho das respostas às questões gerais e abstratas. As Ciências da Revisão funcionam como mediadoras entre as Ciências da Descoberta e as Ciências Aplicadas, atuando na adaptação e transferência dos conhecimentos originados nas ciências mais gerais, com a finalidade precípua de aplicar estes conhecimentos através das ciências menos teóricas. As Ciências Aplicadas se orientam por situações e casos isolados¹¹.

Posteriormente, Peirce substituiu os três grandes ramos por apenas dois: as Ciências Teóricas e as Ciências Aplicadas. A primeira das Ciências Teóricas é a Matemática, que estuda o mundo real e qualquer mundo logicamente possível. O raciocínio matemático contribui para a faculdade de generalização, mas sem contar obrigatoriamente com o apoio de fenômenos real. “A Matemática é uma ciência que constrói seus objetos na forma de hipóteses, e delas extrai conseqüências necessárias, sem lidar, contudo, com questões de fato.” (IBRI, 1992, p. 3).

Nesse sentido, Matemática e Metafísica encontram-se tenuemente divididas. As hipóteses da Matemática podem se relacionar ou com uma coleção finita ou infinita, daí a divisão da Matemática em Coleções Finitas e Coleções Infinitas. As Coleções Finitas se dividem em Lógica da Matemática e Teoria das Séries Finitas. As Coleções Infinitas se dividem em Aritmética e Cálculo.

¹¹ Peirce (1931-1958, p. 111, CP 1.243) citou a atividade bibliotecária como parte das ciências práticas.

A segunda Ciência da Descoberta é a Filosofia, que visa verdades a partir das observações do universo e das experiências do homem. A Filosofia é, sobretudo, uma ciência. Sua positividade justifica-se por se ocupar de fatos do cotidiano humano; sendo esses fatos reais, seu objeto não poderia possuir o mesmo teor característico do conteúdo abstrato em que se aplica o conhecimento da Matemática.

Deste modo, fica claro que, para Peirce, em primeiro lugar, a filosofia é um conhecimento científico, no sentido de que seu objeto é a realidade sob um aspecto próprio, sobre o qual quer conceituar e esclarecer. Sendo ela uma Ciência Positiva ou Ciência do Fato, tem por objeto fenômenos que necessitam ser observados e que se impõem a quem os observa. A filosofia não seria, pois, uma ciência meramente formal ou um estudo sistemático da mera correção da linguagem. Seu objeto resiste à representação e deve testar a adequação da mesma para dele dar conta. (SILVEIRA, 2007).

Sendo a Filosofia uma ciência, ela deve orientar suas disciplinas na construção de argumentos sobre os fenômenos, ao passo que teoriza sobre a essência destes. Quando Peirce argumenta a favor da Filosofia enquanto ciência, deve-se ressaltar que não se trata de uma tentativa de transferir os atributos experimentais das ciências para a Filosofia. Reconhece-se, acima de tudo, o poder explicativo da Filosofia, e seu conhecimento é produzido com os mesmos requisitos do conhecimento científico; a experiência que dota este último com maior importância não é em nenhum momento desprezada pela Filosofia. Os objetos sobre os quais se debruça a Filosofia são fenômenos tanto quanto os da Ciência, e os argumentos científicos têm a mesma característica falível que os argumentos produzidos pela reflexão filosófica. As imperfeições do conhecimento científico foram e são reveladas pela História da ciência e Kuhn (2001) não hesitou em afirmar que a ciência foi influenciada por contingências sociais e políticas. Uma ciência positiva, da qual a Filosofia faz parte, busca conhecimentos representáveis na forma de proposições categóricas (PEIRCE, 1980, p. 15, CP 5.39).

Se a Filosofia parte da observação de fenômenos reais, a primeira exigência seria conceber a natureza geral dos fenômenos. Nesse sentido, a Filosofia abrange a Fenomenologia, as Ciências Normativas e a Metafísica. À Fenomenologia atribui-se todo o estudo dos fenômenos, desde classificação, caracterização e validação no âmbito do real. Segundo Peirce, “A fenomenologia é na minha opinião a mais primitiva das ciências positivas. Quer dizer que não se baseia no respeitante aos princípios sobre qualquer *ciência positiva*.” (PEIRCE, 1980, p. 15, CP 5.39).

As Ciências Normativas estudam a conduta de uma mente que aprende pela

experiência, e assim procuram entendê-la. As Ciências Normativas compreendem a Estética, a Ética e a Lógica ou Semiótica. A Estética vislumbra os ideais últimos, analisa aquilo que não tem razão futura, porém Peirce teve “[...] algumas dúvidas quanto à existência de uma ciência normativa do belo.” (PEIRCE, 2000, p. 202, CP 5.130). Para a Estética, é necessário abrir o espírito para apreender através das sensações e das qualidades dos objetos que surgem com a experiência.

A Ética é a ciência que objetiva a determinação do certo e errado na conduta cotidiana, para chegar a concretizar aquilo que se considera previamente admirável. A ciência Ética estabelece normas e caminhos ideais a serem seguidos, contudo, ela depende de fatos e acontecimentos que estejam presentes à admiração.

A Lógica ou a Semiótica centra-se, basicamente, na pesquisa de procedimentos, normas e métodos de conhecer por uma mente que aprende pela experiência. Uma vez que todo pensamento e consciência só surgem mediante a manipulação de signos, fica patente que a Semiótica deve abarcar as relações de lei e generalização que norteiam os processos sîgnicos.

Segundo Peirce (1980, p. 37, CP 5.129), “A ciência normativa trata das leis que conformam as coisas às finalidades; a estética considera as coisas cujos fins encarnam qualidades de sensação; ética aquelas coisas cujos fins residem na ação – e a lógica, as coisas cujo fim é representar algo [...]”. Está longe de ser uma ciência prática, está dentro das ciências teóricas, pois maneja as leis da relação dos fenômenos com os seus fins (PEIRCE, 2000, p. 198-199, CP 5.125).

A Semiótica, enquanto Ciência Normativa, procura estabelecer os caminhos que levam uma mente a representar.

Em suma, a ética apóia-se numa doutrina que, sem considerar o que deva ser nossa conduta, divide os estados idealmente possíveis das coisas em duas classes, admiráveis e in-admi-rá-veis, e empenha-se em definir precisamente o que é que constitui a admirabilidade de um real. [...] Chamo esta investigação de *Estética*, porque se diz geralmente que as três ciências normativas são lógica, ética e estética, [...]. É evidentemente a [estética] a ciência normativa básica que se deve apoiar a ética, que por seu turno sobrepujada pela doutrina da lógica. (PEIRCE, 1980, p. 14, CP 5.36)

Todo estudo de nossa admiração é um problema estético, e o que é admirado, em certa medida, pode ser considerado bom ou mau, levando à investigação dos fins últimos da admiração, isto é, à Ética. Por fim, validar ou não verdades aceitas eticamente e representar o conteúdo destas verdades são problemas da Lógica ou da Semiótica.

As Ciências normativas estudam, a grosso modo, a natureza de algo que é admirável em si mesmo, o admirável enquanto uma ação ou conduta e o admirável enquanto uma representação adequada aos fins, amparada por uma conduta admirável. Nesse sentido, se a verdade é um fim admirável, este deve orientar a procura de uma representação adequada à materializar tal propósito almejado.

A terceira Ciência filosófica é a Metafísica, contando com a Ontologia, a Metafísica-física e a Metafísica da Religião. A Metafísica ocupa-se das questões referentes à realidade do mundo. É claro que a Metafísica não pode prescindir da Lógica, pois proporcionaria fragilidade em seus argumentos. Para Peirce, a Metafísica é uma ciência, acima de tudo, da realidade como ela se apresenta. Não se trata de uma especulação vazia e sem ligação com as coisas reais. Assim, Peirce distancia-se de Comte, pois este não concebia positividade nos argumentos metafísicos, na medida em que a suposta concretude do conhecimento positivo não era tão evidente nesta.

A Metafísica, em último lugar, se empenha na compreensão da Realidade daquilo que aparece. No empenho, está incluído o elemento de esforço, já presente na investigação que caracteriza o proceder das Ciências Normativas. Mas o que é procurado ao nível da compreensão ultrapassa um ato qualquer de experiência, não se perfazendo simplesmente no alcançar-se de um fim. (SILVEIRA, 2007, p. 210)

As conclusões metafísicas devem estar fundamentados na Lógica, assim como esta deve reconhecer o amplo alcance das hipóteses da Metafísica sobre os demais conhecimentos. De acordo com Ibri (1992), uma das dificuldades para compreender o pensamento de Peirce é a carência de uma visão integradora, a qual pode ser oferecida pela Metafísica. Sua relevância está na capacidade de iluminar as conexões entre os diversos temas da obra peirceana, mostrando os reais vínculos destes.

Pires (1999, p. 22) argumenta que a Ontologia e as Metafísicas física e da religião procuram se deter em alguns aspectos: “A primeira e a terceira se põem a responder questões referentes a Deus, liberdade e imortalidade, enquanto a segunda responde questões sobre o tempo, espaço e sobre as leis da natureza e da matéria”.

A última ciência, dentro das ciências da descoberta, é a Idioscopia, também conhecida como Ciências Especiais. As Ciências Especiais utilizam métodos e instrumentos que extrapolam o poder dos sentidos para a verificação das verdades e

exigem modos de observação especiais (PIRES, 1999, p. 22; IBRI, 1992, p. 3). Segundo Correia (2002, p. 347), as Ciências Especiais ou Idioscópicas foram subdivididas em classes, onde cada classe exerce uma função conforme o nível:

[...] nível *nomological* (nomológico), caracterizado como o estudo das leis gerais; nível *classificatory* (classificatório) estudo dos tipos gerais de fenômenos, sua formação e crescimento; nível *descriptive* (descritivo), que busca explicar fenômenos particulares e individuais.

A Idioscopia divide-se em Ciências Físicas ou Fisiognose e Ciências Psíquicas ou Psicognose. Dentro das Ciências físicas encontra-se a Física Nomológica, a qual estuda as leis que regem a natureza, mais especificamente, o estudo dos fenômenos físicos, portanto, depende de princípios criados na Metafísica e na Matemática. Outro ramo das Ciências Físicas é a Física Classificatória, cujo objetivo é descrever as formas físicas e classificá-las, como a Biologia. Nesse sentido, ela busca explicar os fenômenos, tomando como base as teorias propostas pela Física Nomológica. A Física Descritiva é a terceira Ciência Física e está fundamentada nas duas anteriores. A Física Descritiva enseja descrever fenômenos individuais, por exemplo, a Astronomia (PIRES, 1999, p. 22).

As Ciências Psíquicas ou Psicognose (Ciências humanas em geral) desmembram-se em Psíquica Nomológica, Psíquica Classificatória e Psíquica Descritiva. A Psíquica Nomológica, na análise de Pires (1999, p. 22) “[...] é responsável pelos fenômenos mentais, suas leis e pelo descobrimento de seus elementos mais gerais (Psicologia experimental, por exemplo), se fundamenta na Fenomenologia, Lógica, Metafísica e Biologia (uma subdivisão da física classificatória).” A Psíquica Classificatória explica os princípios psicológicos dos produtos da mente, como a Linguística, a Psicologia geral, a Sociologia geral e a Economia geral (CORREIA, 2002, p. 347). A última das Ciências Psíquicas é a Psíquica Descritiva, cuja tarefa é descrever as manifestações, os atos e as ações individuais de uma mente; subsomem-se a este ramo das ciências a História, a Geografia, a Biografia e a Crítica (PIRES, 1999, p. 22; CORREIA, 2002, p. 347).

Uma breve incursão à divisão das ciências, realizada por Peirce, pôde elucidar porque não se deve desarticular a Semiótica ou a Lógica das Ciências Normativas da Fenomenologia e da Metafísica. Nesse contexto, defende-se que, ao isolar a Semiótica de Peirce de seus fundamentos filosóficos, se distancia da própria interpretação de Peirce sobre as relações entre as Ciências filosóficas. Quando se

trata da Semiótica, obrigatoriamente sente-se a necessidade de se reportar à Filosofia de Peirce, por isso, convencionalizou-se neste estudo utilizar a expressão “Filosofia e Semiótica peirceanas” para evidenciar, efetivamente, estas relações.

No esquema a seguir, expõe-se a divisão das ciências na perspectiva de Peirce, com os vínculos entre elas.

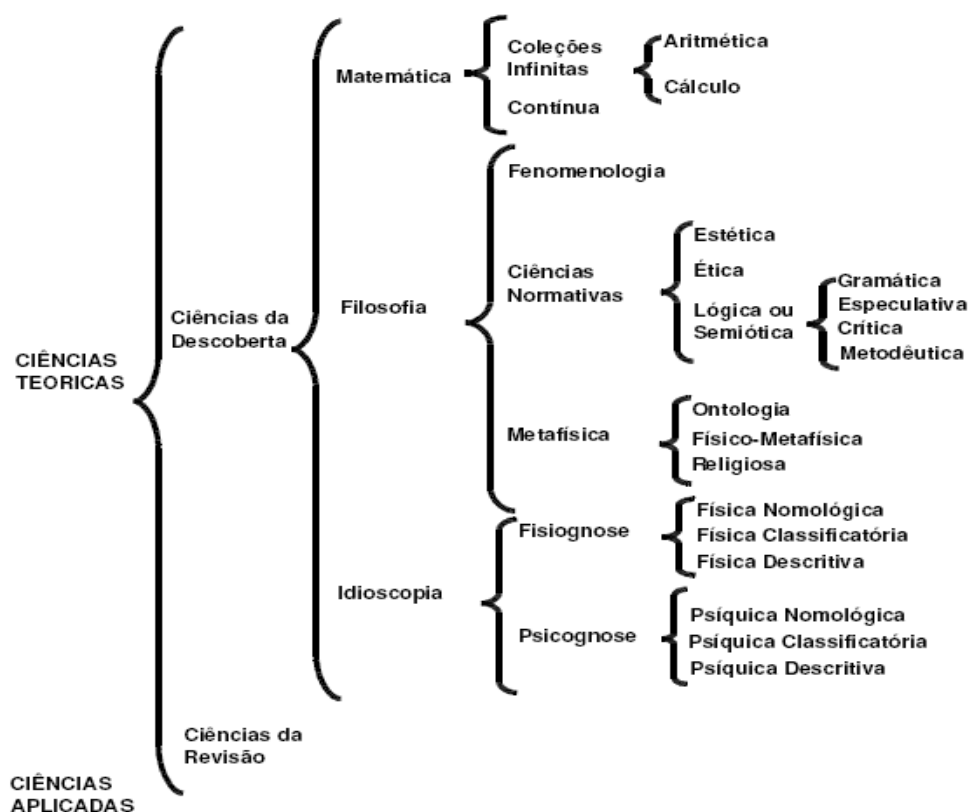


Figura 11: Diagrama das Ciências

Fonte: Pires (1999, p. 21).

Para aprofundar um pouco mais no pensamento filosófico de Peirce, cumpre iniciar a exposição pela Fenomenologia, depois introduzir temas da Metafísica, bem como as premissas básicas do Pragmatismo peirceano, e reservar um espaço próprio dedicado aos conceitos da principal Ciência Normativa – de acordo com os propósitos desta pesquisa –, a Semiótica.

Os estudos de Fenomenologia talvez sejam a maior contribuição da Filosofia peirceana, não tanto por sua função descritiva e iluminadora sobre os fenômenos, contudo pelo papel que desempenham na operacionalidade das outras teorias e conceitos de sua obra. A Fenomenologia seria uma proto-ciência, servindo de base

para toda a investigação filosófica; por isto se enquadra devidamente na classificação das ciências na condição de primeira e a mais positiva das ciências filosóficas, não possuindo divisão alguma.

A Fenomenologia peirceana também é chamada de Ideoscopia ou Phaneroscopia. A palavra “ideoscopia” vem do grego *idéa* e significa *aparências, princípio, ideias e scopos* que quer dizer *observa* ou *examina*. A Ideoscopia seria utilizada em um sentido diferente da Fenomenologia, pois consiste em fundamentos diversos da Fenomenologia convencional. A Ideoscopia constitui a descrição e a classificação das ideias que pertencem à experiência comum que emergem naturalmente da vida cotidiana (PEIRCE, 1972, p. 135, CP 8.328). Com o mesmo sentido, a Phaneroscopia descreve o *faneron* ou fenômeno, palavra oriunda da raiz grega *phan*, ou aquilo que *aparece*, e da raiz variante *phen*, em fen-omeno, que significa *coisa que brilha ou que é evidente*. (VALENTE; BROSSO, 1999, p. 65).

Para a Fenomenologia de Peirce o fenômeno é definido como tudo aquilo que se apresenta à mente. Um fenômeno pode ser qualquer objeto da percepção, uma imagem, um acontecimento, uma cognição, enfim, qualquer coisa que seja susceptível de ser conhecida por meio da mente. Nota-se que mente, na Filosofia peirceana, tem uma denotação mais abrangente que a mente humana. Sendo assim, o fenômeno pode ser de origem natural ou mental. Um fenômeno exige que uma mente possa diferenciá-lo de outros fenômenos e até mesmo chegar a prever a ação de fenômenos futuros¹².

Peirce (1980, p. 85, CP 1.288) afirma: “Não há dificuldade psicológica para determinar o que pertence ao *faneron*; pois tudo aquilo que está presente ao espírito é *faneron*, conforme a minha colocação.” Apesar da extrema simplicidade com que define fenômeno, sob este conceito pode-se incluir praticamente tudo o que possa ser objeto de cognição.

Cabe à Fenomenologia perscrutar sobre a constituição do fenômeno, descrevê-lo, discerni-lo, classificá-lo e conjeturar a respeito das categorias sob as quais os fenômenos estão sujeitos. Dentre as teorias que se embasam na Fenomenologia peirceana encontram-se a Semiótica ou a doutrina geral dos signos, além das demais ciências indicadas anteriormente. Em todas elas, a primeira coisa, que se deverá fazer é reconhecer a existência de fenômenos que motivam a investigação.

¹² Deve-se registrar que existem outras compreensões para o termo “fenômeno”, por exemplo, em Kant e em Husserl, porém não foram objeto de análise e distinção neste estudo.

Peirce (1980, p. 17, CP 5.41) alerta, aos que desejam investigar os fenômenos, que é necessário possuir algumas faculdades básicas.

Fique entendido que o que temos a fazer enquanto estudantes de fenomenologia é simplesmente abrir os olhos do espírito e olhar bem os fenômenos e dizer quais suas características, quer o fenômeno seja externo, quer pertença a um sonho, ou uma idéia geral e abstrata da ciência.

No que respeita às faculdades de um iniciante em Fenomenologia, Peirce continua e ressalta as seguintes capacidades: ver, tal como um artista; discriminar, semelhante a um cão que consegue separar e concentrar-se em um único ponto; generalizar, de acordo com um poder matemático de chegar a uma fórmula abstrata. Essas faculdades levariam o estudante a um conjunto de categorias mínimas que condicionam toda sorte de fenômenos.

As categorias cenopitagóricas (do grego *kainós*, *é, ón, ceno*, entendido como novo ou moderno e uma referência feita por Peirce a Pitágoras), perceptíveis em qualquer fenômeno, não poderiam se furtar à compreensão dos signos que são produtos da mente e estudados pela Semiótica ou Lógica. Na obra de Peirce, as categorias podem ser denominadas categorias de fenômenos, categorias cenopitagóricas, categorias universais, ou ainda, categorias da experiência, como preferem Ibri (1992) e Silveira (2007). As categorias são universais no sentido de abarcar todos os tipos de fenômenos disponíveis na observação no universo. Como a experiência é o meio pelo qual qualquer mente aprende, com a mesma finalidade as categorias podem ser chamadas de categorias da experiência.

Para determinar as categorias e descobrir o que as constituem, Peirce estudou as categorias aristotélicas e as de Kant; contudo, sob a análise das categorias de Kant é que Peirce elaborou suas categorias. Os estágios do pensamento de Hegel também se assemelham às três categorias propostas por Peirce, porém Peirce declara que nada tinha de empréstimo das categorias hegelianas, e sim das kantianas. Esta semelhança serviu para confirmar que ele estava certo ao propor três categorias existentes em todos os fenômenos. Apesar disso, Peirce resistiu a ideia de três simples categorias presentes em todos os fenômenos, entretanto as categorias persistiam, como relata Peirce (1972, p. 136, CP 8.328) em uma correspondência endereçada a Lady Welby, em 1904:

Esse tipo de noção me é tão pouco agradável como para qualquer outra pessoa e, durante muitos anos, tentei reduzir-lhe a importância e afastar-me dele. Contudo, de há muito, ele me conquistou por completo. Por desagradável que seja atribuir significação tal a números e, acima de tudo, a uma tríade, é tão desagradável quanto verdadeiro.

Em 1867, as três categorias foram primeiramente denominadas: qualidade, relação e representação, no artigo “Sobre Uma Nova Lista de Categorias” (PEIRCE, 1992, CP 1.555). Tal ensaio também apresentou as divisões dos signos em semelhança, índice e símbolo (CP 1.558), que serão analisadas na seção subsequente. Posteriormente, foram adotadas as expressões primeiridade (*firstness*), secundidade (*secondness*) e terceiridade (*thirdness*)¹³.

A noção de qualidade é encontrada na primeira categoria, por incluir qualidades de sentimento e sensação. Essa qualidade, quando se relaciona a outras por um tipo de colisão ou reação, constitui uma experiência direta, pertencente à segunda categoria. Os fatos e as experiências, ao serem mediados ou representadas por um terceiro elemento, subsomem-se à terceira categoria.

As categorias unificam fenômenos naturais e mentais, pois ambos estão dispostos à experiência. Peirce identificou que as categorias surgem em tríades nas mais diversas ciências: Lógica, Psicologia, Metafísica, entre outras. Por exemplo, a teoria evolutiva do cosmos manifesta a mais ampla e admirável hipótese sobre a origem do universo, cuja proposta metafísica de Peirce mostra a extrema conexão com as três categorias universais (SILVEIRA, 1985).

Prosseguindo, um fenômeno de primeiridade é de difícil análise, pois quaisquer análises subentendem a divisão de um fenômeno em partes para o exame, para então reconstruí-lo e constituir uma visão de como ele é integralmente. Uma qualidade isolada, passível de apropriação por uma forma ou de um objeto que leva

¹³ As traduções das categorias fenomenológicas para o português apresentam diferenças consideráveis. Os textos de Peirce publicados no Brasil começaram a aparecer na década de 1970. Na primeira publicação, as categorias foram traduzidas por *primariedade*, *secundariedade* e *terciariedade*, segundo a tradução de Octanny S. Mota e Leonidas Hegenberg (PEIRCE, 1972), contudo, desta forma, pode suscitar o entendimento de que a segunda categoria é secundária e a terceira é terciária, em ordem de prioridade. Em Peirce (1980), cuja tradução é de autoria de Armando Mora D'Oliveira e Sergio Pomerangblum, aparece *primeiridade*, *segundidade* e *terceiridade*. Estas revelam diretamente a conexão com um primeiro, um segundo e um terceiro, respectivamente. Em Peirce (2000), na tradução de José Teixeira Coelho Netto, consta: *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*. Ainda, na tradução portuguesa de textos de Peirce, em edição publicada em Portugal, de responsabilidade de António Machuco Rosa, surgem *primidade*, *segundidade* e *tercidade* (PEIRCE, 1998). Entre os comentadores e estudiosos do pensamento de Peirce estas diferenças também persistem. Em Ducrot e Todorov (1988, p. 90), a tradução portuguesa menciona as categorias *primariedade*, *secundariedade* e *terciariedade*. O mesmo comentário sobre a tradução de 1972 aplica-se a esta forma. Ibri (1992) prefere utilizar *primeiridade*, *segundidade* e *terceiridade*, com o objetivo de preservar o caráter de um ser que é primeiro, que pode consistir em um segundo ou que será um terceiro. Tal forma de traduzir as categorias consta também no livro de De Waal (2007). Santaella (2004, entre outros) e Silveira (2007) valem-se dos termos: *primeiridade*, *secundidade* e *terceiridade*, como se apresentam também na tradução de José Teixeira Coelho Netto. Esta última forma é adotada neste texto, pois se acredita que não influencia o entendimento da essência das categorias. Para tanto, deve-se entender inicialmente por *secundidade* aquilo que é um segundo, e não algo que é secundário. De acordo com Peirce (1980, p. 25, CP 5.66), a “Categoria-Segundo é a Idéia daquilo que é, como segundo para algum primeiro, independente de algo mais, em particular independente de *Lei*, embora podendo ser conforme uma *Lei*.”

consigo uma cor, é de difícil percepção sem o objeto sob o qual a qualidade se encarna. Quando se referir aos objetos da percepção ou ao choque direto da experiência proporcionada pelo objeto, já se estará em uma secundidade, pois sempre se relatará a cor ou a forma, ambas qualidades de um objeto em uma experiência comum.

Encontram-se associadas à primeiridade as ideias relacionadas com acaso, diversidade, qualidade, multiplicidade, possibilidade, incerteza e caos. Isto não significa que são sinônimas. Contudo, nas análises conduzidas por Peirce se mostraram inteiramente conectadas, referindo-se a uma característica comum das coisas que são primeiras. Fenômenos quando em primeiridade não se relacionam uns com os outros; não se pode afirmar sobre a existência do fenômeno no momento em que ele está presente em seu aparecimento, pois uma simples afirmação requer generalização. Tal fato é impossível de ocorrer na espontaneidade da primeiridade nem na factualidade da secundidade. Para produzir um conhecimento sobre fenômenos observados, à moda de uma sentença, o mesmo fenômeno deve resistir ao tempo para ser notado e inteligível.

Acaso é uma condição natural dos fenômenos no universo. Portanto, deve-se reconhecer o papel da incerteza absoluta em renovar as possibilidades de aperfeiçoamento. A possibilidade é um mero poder ser de um evento que ainda não é e não se pode afirmar que será. Diversidade e multiplicidade são próprias das qualidades presentes no universo. Incerteza e caos constituem primeiridade na medida em que há uma aleatoriedade no surgimento das qualidades dos fenômenos, contradizendo a rigidez da regularidade atribuída às leis científicas.

Com a finalidade de resumir as diversas manifestações da primeiridade, Santaella (1999) argumenta que as categorias são “[...] noções gerais indicando o perfil lógico dentro do qual algumas classes de idéias se incluem. Desse modo, a categoria da primeiridade inclui as idéias de acaso, originalidade, espontaneidade, possibilidade, incerteza, imediaticidade, presentidade, qualidade e sentimento [...]”. Não obstante, essa série de palavras somente faz sentido quando se observa sua serventia na obra de Peirce. Algumas encontram-se na Semiótica, outras, na Cosmologia de Peirce.

A espontaneidade observada no universo funda-se na primeiridade. Pires (1999, p. 23) sugere: “Basta voltar os olhos ao mundo para deparar com uma incrível diversidade de formas, cores, odores e sabores emergindo com o frescor da

novidade, todos frutos da espontaneidade do universo.” A diversidade da natureza seria um bom exemplo da manifestação da primeiridade no universo, a regularidade dos fenômenos, descrita por leis científicas, não esgota todas as variações dos fenômenos; assim, as ideias gerais ancoram-se em fatores espontâneos e atípicos.

Presentidade e imediaticidade são as primeiras características de um fenômeno. Antes de tudo, o que se observa em um fenômeno de primeiridade é sua qualidade de estar presente no exato momento da admiração e de ser imediato e instantâneo, pois ao se chocar em um próximo instante, com outra qualidade, quebra-se e generaliza-se, deixando de existir regido sob a primeiridade, passando à secundidade e tornando-se geral na terceiridade.

O mundo como se apresenta é lugar nato dos fenômenos de primeiridade. Sem o acaso das possibilidades de surgimento ou a espontaneidade, nada poderia existir sobre a terra nem habitar a mente humana. Na comunicação humana, toma-se conhecimento de uma mensagem por sua qualidade de ser presente. É prestada a devida atenção a uma mensagem por seu poder de fazer-se admirar – de estar presente e ser imediata – a ponto de convidar para a comunicação, pelas qualidades implicadas no tempo-espaço.

Em suma, qualquer qualidade de sensação, simples e positiva, preenche a nossa descrição daquilo que é tal como é, absolutamente sem relação com nenhuma outra coisa. “Qualidade de sensação” é a verdadeira representante psíquica da primeira categoria do imediato em sua imediaticidade, do presente em sua presentidade. (PEIRCE, 1980, p. 18, CP 5.44).

Se fosse possível recortar um instante na linha da vida e senti-lo (aparecer na mente) por um período de tempo, obter-se-ia uma consciência da qualidade. “Interessa-me a qualidade em si mesma, que é um poder-ser não necessariamente realizado.[...] A mera *qualidade*, ou talidade (*suchness*), não é uma ocorrência, ver que o objeto vermelho de fato o é; é um mero poder-ser. O seu ser consiste em que *pode* existir tal talidade positiva num faneron.” (PEIRCE, 1980, p. 89, CP 1.304). Por talidade deve-se entender aquilo que é tal como é, aspecto característico de ser como é, sem relação com nenhum outro fenômeno. Quando Peirce vale-se da palavra “mero”, não é para depreciar o conceito de qualidade, porém objetiva ressaltar a capacidade de um fenômeno insignificante ser de fundamental importância para a cognição. Em quaisquer processos mentais, com a finalidade precípua de conhecer, encontra-se um mero fenômeno de primeiridade.

O simples olhar as formas e as cores, o sentir os odores e os sabores saindo de vários lugares circunscrevem instantes de primeiridade. “A idéia do instante presente que, exista ou não esse instante, é naturalmente concebida como um ponto no tempo, ponto no qual nenhum pensamento se pode colocar e do qual nenhum pormenor se pode isolar, é uma idéia de Primariedade.” (PEIRCE, 1972, p. 137, CP 8.329).

Parece óbvio até aqui que em estado de primeiridade um fenômeno não possui relação alguma com um outro. “Primariedade é o modo de ser daquilo que é tal como é, positivamente e sem referência a qualquer outra coisa.” (PEIRCE, 1972, p. 136, CP 8.328). Em outras palavras, o fenômeno é como é, independente de uma mente que o controle ou lhe imponha qualidades e adjetivos. Nesse caso, se estaria em uma terceiridade por atribuir palavras para descrever um fenômeno, sabendo que as palavras são gerais.

Peirce (1972, p. 136, CP 8.329) exemplifica a primeiridade dizendo que é a qualidade, ela mesma, como a cor vermelha de uniformes reais; a cor é qualidade independente de ser notada, percebida ou lembrada nas roupas. A lembrança só seria possível na dependência da terceiridade que transformou a percepção direta em uma representação passível de ser recordada.

A primeiridade é a categoria da sensação, do sentimento, da presença, da admiração das qualidades. É o simples existir sem qualquer referência, é um fenômeno que surge sem objetivos definidos, sem relação, independente de qualquer mente que o interprete. É a qualidade que o *phaneron* leva por estar vivo, presente e atual. O acaso e o caos, como dito, pertencentes à primeiridade, sustentam-se na variedade dos fenômenos no universo, das coisas materiais e do pensamento.

Os confrontos entre as qualidades extrapolam a primeiridade, portanto, existindo relação e contato entre fenômenos no tempo. A segunda categoria explica o que Peirce considera por experiência, cuja validade se aplica a todos os tipos de fenômenos em experiências diretas. A experiência é o sentido de alteridade, perceber a existência de outro se impondo a uma consciência. É na secundidade que se encontram ideias de ação e reação; neste caso, uma experiência somente pode acontecer na medida em que existir uma dualidade.

Três modos distintos de ser apresentam-se à mente: a potencialidade, que Peirce denominará *Primeiridade*, presente naquilo que é livre, novo, espontâneo e casual; a existência ou faturalidade, denominada por Peirce *Secundidade*, característica do esforço, da resistência, da ação e reação, da alteridade – como presença do outro –, da negação e da existência; e, por fim, a generalidade, denominada por Peirce *Terceiridade*, característica do contínuo, do pensamento e da lei. (SILVEIRA, 2007, p. 41).

A segunda categoria da experiência preside a existência, cujo embate entre fenômenos é uma de suas características. A relação que aproxima qualidades pode resistir e se tornar regular, a ponto de poder ser mediada. Esse processo mediativo está no cerne do que é um pensamento, em síntese, *terceiridade*.

Uma qualidade é mera aparência, não tem significado a não ser quando impelida por outra qualidade ou sensação, deixando essa mera qualidade da *primeiridade* para trás e passando a existir em uma ocasião, produto da experiência direta e própria da *secundidade*. Essa brutalidade da realidade que leva o eu (consciência) a reagir contra um não-eu (não-consciência) é característica da *secundidade*. O instante em que um sujeito (eu) é afetado por uma força qualquer (não-eu) constitui-se um fenômeno de *secundidade*.

Com efeito, a existência de um objeto qualquer se caracteriza pela resistência do mesmo objeto para com outros objetos. Uma coisa existe porque resiste em uma realidade; sendo assim, objetos que se tomam consciência por percepção direta resistem à observação. Para resistir é imprescindível a presença de dois elementos fundamentais em alguma conexão. A ação que um objeto exerce sobre o outro e o esforço (ação) de resistência, por outro lado, sem considerar um terceiro elemento, isto é, um pensamento formado sob a *terceiridade* (PEIRCE, 1972, p. 137, CP 8.330; PIRES, 1999, p. 23; PINTO, 1996, p. 88; SANTAELLA, 1999, 1992, p. 48).

Fenômenos de *secundidade* são individuais, isto é, um fato existe em um determinado momento e em determinado espaço; ele é único, é efêmero, acontece uma única vez. Um fato semelhante será um outro fato e sua nova aparição é exigência mínima à cognição. Fenômenos individuais, que não resistem ao tempo ou não duram mais que alguns instantes, não motivam qualquer interpretação.

Os fatos ou as ocorrências existem na sua individualidade e com a presença da consciência dupla. Um fenômeno em *secundidade* é todo aquele que é como é com relação a um outro, um primeiro. A relação entre duas entidades representada pela ação-reação ou pelo conflito entre elas é o que dá o sentido completo de *secundidade*. Sensação de conflito pode ser entendida como “[...] a ação mútua de

duas coisas sem relação com um terceiro, ou *medium*, e sem levar em conta qualquer lei da ação.” (PEIRCE, 1980, p. 90, CP 1.322). O que leva a reconhecer que eventos e fatos não se encerram na primeiridade, pois nesta categoria não há relações entre os sentidos; as qualidades não se restringem ou impelem nenhuma força, não resistem à observação pura e simples, o que resiste é a matéria em um mundo objetivo. A qualidade se adere à matéria para ser observada, pois a matéria resiste à observação, fazendo o observador colidir com a dureza e a palpabilidade dos fenômenos de secundidade.

Nesse sentido, o papel da experiência é fundamental para que se possa provar (experienciar) o mundo. A experiência original se realiza plenamente na secundidade, na medida em que ainda não se está conhecendo a experiência via representação, apenas sentindo vivamente – no instante presente e único – o fenômeno, unindo-se a ele. Peirce (1980, p. 92, CP 1.335) sustentará: “A tarefa especial da experiência é fazer-nos conhecer eventos, mudanças da percepção. Ora, aquilo que caracteriza particularmente mudanças repentinas de percepção é um choque.”

Se o choque entre fenômenos torna-se a força motriz da experiência, a secundidade recuperaria as ideias de polaridade, “[...] tais como força bruta, ação e reação, esforço e resistência, dependência, conflito, surpresa.” (SANTAELLA, 1999). Por exemplo, qualquer sentimento não existe sem alguém que o experimente, o sentimento como uma qualidade não é exemplo de experiência original. Para que se efetive o sentido de um sentimento é necessário que exista um segundo para senti-lo, observá-lo, prová-lo, chocar-se com ele, em resumo, experimentá-lo.

Um pensamento origina outro pensamento por chocar-se com alguma realidade que persiste. É o momento em que se inicia o processo de generalização, cuja manifestação mais evidente consiste em uma representação. A categoria secundidade sustenta a presença dos fenômenos no mundo objetivo e subjetivo, uma primeira noção de realidade é fornecida pelos objetos.

Como visto, se a experiência original requer aproximação de fenômenos sem continuidade no tempo, e se tal circunstância garante a existência – pois é um eu confrontando-se com um não-eu –, partirá daí a concepção de realidade. É real tudo aquilo que resiste à vontade de uma consciência. Não basta querer que um fenômeno não exista para ele desaparecer, a realidade revela-se na persistência de fenômenos independentes da volição.

Nesse sentido, os fatos que não estão sujeitos ao simples desejo de uma consciência provam sua realidade. Sobre a noção de fato pertencente à secundidade, Silveira (1984, p. 51) proporrá que

A fatualidade, o confronto efetivo com o outro, é condição necessária para a modificação da conduta. A modificação efetiva da conduta supõe em sua raiz a particularidade de experimento. A modificação da conduta será real somente ao se constituir num fato consumado. Antes, é uma potencialidade que meramente pode realizar-se. [...] A percepção do fato possibilita tal integração, pois, ao ser percebido ele é recebido como idealmente possível e, na ocasião, tomado como real.

Estabelecer e alterar uma conduta somente são possíveis na terceira categoria. O que interessa, segundo Silveira (1984, p. 51), é a importância dada ao fato, próprio da secundidade, na construção, manutenção e modificação da conduta. Não obstante, para conhecer o fato é necessário representá-lo, sabendo que representá-lo é concebê-lo fora de sua existência individual, partindo para uma generalização possível apenas na terceiridade.

Ibri (1992, p. 9) sustenta que a mediação é um caminho para sair da força bruta da secundidade e rumar à inteligibilidade da terceiridade, conforme fragmento a seguir:

A força bruta do passado confina-se, por conseguinte, em seu aspecto factual; sua resistência fática se assemelha à de uma pedra que pretendêssemos modificar através de simples atos de volição ou pensamento. Não obstante, mediatizar o passado numa representação e colocá-lo no universo da inteligibilidade, que apresenta uma dinâmica de aprendizagem evolutiva no fluxo do tempo.

Um exemplo típico de secundidade é quando o ouvir uma melodia, em um momento de pura contemplação característico da primeiridade, é rompido pelo toque de uma campainha (PIRES, 1999, p. 23). Sabe-se que o próprio som da campainha é uma qualidade que, por uma espécie força bruta, desvencilha o sujeito de seu estado atual. A experiência do rompimento é o que se chama de secundidade e experiências deste tipo são comuns na vida diária e forçam a modificação de condutas.

Entretanto, a própria noção de conduta refere-se a um fenômeno regular que tem uma continuidade no tempo, afasta-se, neste sentido, dos simples fatos à medida que eles estão circunscritos à eventualidade. Para que fatos possam ser interpretados, há necessidade de um terceiro fenômeno, que liga os diversos individuais em uma síntese mediadora.

A terceira categoria reúne as duas últimas em uma síntese. Terceiridade é, em certo sentido, uma mediação, processo que corresponde às ideias de generalização dos fenômenos, em leis ou em regularidades. É exemplar a noção de razão e de pensamento quando se concebe um fenômeno de terceiridade.

O caráter do pensamento é triádico por excelência, por isso depende de uma qualidade que enseja a admiração e de um mundo real para dar materialidade à qualidade, em forma de fatos cuja principal responsabilidade é possibilitar a experiência direta. Para tanto, requer o poder do pensamento para fabricar meios de conhecer a realidade que o cerca. O pensamento medeia fenômenos de secundidade e primeiridade em um produto mais apurado do ponto de vista da cognição.

Fenômenos inteligíveis pertencem à terceiridade, porque fatos em suas ocorrências súbitas e com toda a sua brutalidade não garantem a cognição. A elevação ao nível do pensamento e da aprendizagem exigem a mediação dos fenômenos antecedentes e sua respectiva ligação com os fenômenos vindouros. Tal processo mediativo realizar-se-á por signos, independente da mente interpretante.

É evidente que as categorias de fenômenos ou da experiência não são reduzidas aos fenômenos mentais próprios da experiência humana. A terceiridade age na complexidade da evolução da natureza e do universo à medida que possui características como a regularidade e a continuidade, rumando para o desenvolvimento. O cosmos é suscetível à formação do hábito que, na proposta metafísica de Peirce, é a lei que rege os procedimentos e as configurações esperadas, entendido também como disposição ou propensão para agir.

A lei, para ser válida, deve obedecer a um caráter geral, e para ser generalizável é fundamental representar situações isoladas, fatos, ocorrências que se esperam que aconteçam novamente. A lei e a formação de hábitos são conceitos peirceanos que iluminam a compreensão da manifestação da terceiridade, tanto nas experiências humanas quanto na do cosmos. Silveira (1985, p. 14) atesta: “Múltiplos textos peirceanos desenvolvem o conceito de hábito e atribuem tal propriedade tanto à mente quanto à matéria.”

Para definir mais apropriadamente o conceito de terceiridade, recorre-se à definição geral dada por Peirce (1972, p. 136, CP 8.329): “Terceiridade é o modo de ser daquilo que é tal como é, colocando em relação recíproca um segundo e um terceiro.” É aquilo que é algo em si mesmo em relação a um segundo mediado por

um terceiro ou um pensamento.

O pensamento, para Peirce, é uma ação que manifesta a terceira categoria. Essa ação somente pode propor um acréscimo na inteligibilidade do fenômeno em questão. Constitui-se assim em crescimento, pois a terceira categoria respeita às ideias de evolução e de desenvolvimento. Em outras palavras, o pensamento realizar-se-á com a geração de outro pensamento, sempre obedecendo uma relação triádica. Nesse sentido, o processo consiste em representar um pensamento com o auxílio de outro pensamento, nunca se realizando plenamente.

Ao oferecer uma categoria que compreende os mais altos graus de generalização, a Fenomenologia fundamenta uma teoria dos signos, cuja teorização alcança o nível da lei, da norma, da razão, do juízo, da cognição, do pensamento e do crescimento contínuos. “Ora, a terceira categoria corresponde à noção de signo. Ela é o signo. Assim, a semiótica nasce no coração da fenomenologia.” (SANTAELLA, 1999).

Porém, antes de adentrar na constituição mesma da Semiótica, deve-se ressaltar que a terceiridade é o estar-entre duas coisas e interpretá-las, sintetizá-las. É o momento em que se pode predizer fenômenos pela força de um hábito de interpretação. Nesse sentido, o mais alto nível de realidade é atingido na terceiridade. Não é a realidade objetiva, propiciada pela secundidade, nas experiências diretas de ação e reação e no sentido de conflito. A realidade da terceiridade é o nível em que se conhece pelo uso dos signos, é a realidade falível, pois decorre da multiplicidade e do acaso procedentes da primeiridade, além do caráter dos individuais e da efemeridade das ocorrências de uma secundidade.

Definitivamente, compreender a realidade de um fenômeno é admitir que se conhece mediante o uso de signos, processo que somente poderia existir em uma relação triádica, portanto, na terceiridade. Ao processo representacional também seria tributado a terceiridade, isto é, também a representação é uma realidade, tanto quanto a secundidade.

Em conferência sobre o Pragmatismo, Peirce (1980, p. 29, CP 5.96) explicita que o objeto de reação (secundidade) é diferente do objeto de representação (terceiridade); contudo, afirma que as leis correspondem a um tipo especial de realidade, obtidas pela síntese e mediação de fenômenos individuais, sem as quais não se alcançariam um conhecimento positivo, por exemplo, o conhecimento científico. A realidade desse conhecimento pode ser observada quando da

experimentação subsumidas às leis.

A generalidade real é terceiridade na sua condição de categoria da realidade, ou seja, é aquilo que *explica* a experiência de mediação constatada no inventário de aparências da Fenomenologia. A Lógica guia a Metafísica na sua admissão de que entidades gerais são reais, uma vez que a regularidade real é condição de possibilidade para a mediação. O individual, como tal, na sua secundidade, não é redutível ao pensamento; nem o é uma pluralidade de individuais sem relações gerais que os subsumam no tempo. A realidade da terceiridade, ou seja, a hipótese metafísica de que os gerais são reais, é forçada pela experiência como cognição [...]. (IBRI, 1992, p. 34-35).

É na terceiridade que os individuais podem ser pensados, isto é, tornam-se inteligíveis. A Filosofia e a Ciência apoiam-se na terceiridade com o objetivo de demonstrar o que entendem por realidade. “Algumas das idéias de grande importância para a ciência e a filosofia onde a Terceiridade predomina são generalidade, infinidade, continuidade, difusão, crescimento e inteligência.” (PEIRCE, 1980, p. 93, CP 1.340).

Questões como a objetividade do conhecimento científico são levantadas e discutidas na Filosofia de Peirce. Argumentos que atribuem exatidão a um conhecimento, provado cientificamente, é rejeitado facilmente por Peirce, na medida em que o determinismo científico não prevê o simples fato da variação dos fenômenos, principalmente quando se considera uma escala de tempo ajustada à evolução do universo. Uma investigação mais rigorosa verificará que uma norma (conhecimento objetivo) sofre modificações, o que, de certo modo, confirma a proposição da origem de qualquer lei em um acaso ou caos, particularidades da primeiridade (PIRES, 1999, p. 25). A regularidade dos eventos, que possibilita as leis da ciência, é comprovada relativamente à experiência seguinte. A predição não assegura a objetividade do conhecimento em uma escala temporal infinita, apenas funciona em condições circunstanciais.

A mediação liga um primeiro a um segundo, portanto, terceiridade sempre refere-se à secundidade e esta, à primeiridade. A ampliação e a continuidade são outros significados para terceiridade, o processo de síntese atinge um estado mais avançado para a cognição dos fenômenos. Para Peirce, um signo por excelência surge em terceiridade, e a completa noção de signo respeita às três categorias da experiência.

Antes de elucidar alguns vínculos das categorias da experiência com a Semiótica, deve-se, antes de tudo, voltar ao conceito de Ciência Normativa e

resgatar a noção peirceana da Lógica, bem como suas divisões e relacionamentos. As contribuições de Peirce à Lógica são, às vezes, desconsideradas pela literatura da organização da informação e do conhecimento, assim como a compreensão peirceana do Pragmatismo, tão útil aos estudos metodológicos e terminológicos sobre a definição de conceitos.

A respeito da Lógica ou Semiótica cumpre mencionar a definição peirceana de uma grande lógica, a ciência das leis gerais dos signos, e as formas de inferência ou tipos de raciocínio. Dentre as Ciências Normativas encontram-se a Estética, a Ética e a Lógica. Antes que um argumento possa ser considerado como tal, segundo o crivo da Lógica, o fenômeno a que ele faz referência deve ser, no mínimo, admirável. Além disso, o raciocínio lógico no instante de proceder às consequências de suas premissas deve levar em conta uma conduta ética de servir para regular a ação do lógico.

Para Peirce (2000, p. 22, CP 8.2), o respeito à Ética é um dos princípios necessários para se raciocinar em Lógica, conforme se conclui a partir do trecho a seguir.

Há uma outra ciência normativa que tem uma conexão vital com a lógica e que, estranhamente, tem sido posta de lado por quase todos os lógicos. Refiro-me a Ética. Não é necessário ser um pensador profundo a fim de desenvolver as concepções morais mais verdadeiras; mas eu afirmo, e provarei sem contestação, que a fim de bem raciocinar, a não ser num modo meramente matemático, é absolutamente necessário possuir não apenas virtudes como as da honestidade intelectual, da sinceridade e um real amor pela verdade, mas sim as concepções morais mais altas.

A Lógica, para Peirce, é uma ciência abrangente e não consiste apenas no nível da justificação de premissas manifestas. A Lógica formal não se ocupa do conteúdo das sentenças, nem mesmo com os processos levados a cabo para um sujeito conhecer; portanto, não poderia resolver problemas suscitados por Peirce. A Lógica deve se abrir a fenômenos como a origem das premissas, e não apenas sua validação quando plenamente formalizadas.

A estreita relação da Lógica com a Ética proporciona a regulação do primeiro com o auxílio do segundo. Sustenta-se a Lógica à Ética, e não o contrário. “A lógica, como estudo do raciocínio correto, é a ciência dos meios para se agir razoavelmente. A ética ajuda a lógica pela análise dos fins aos quais esses meios devem ser dirigidos.” (SANTAELLA, 2004, p. 240).

Sendo assim, a Lógica no sentido peirceano é uma ciência mais ampla que a

conhecida na atualidade. Essa ciência subdivide-se em Gramática Especulativa, Lógica Crítica e Retórica Especulativa ou Metodêutica. Tais ramos são essenciais para que se compreenda a real dimensão da Lógica, pois as contribuições oriundas de muitas áreas derivam, em boa parte, de um destes ramos, a Gramática Especulativa, na forma da classificação dos signos, sem saber a utilidade desta no interior da Lógica geral de Peirce.

Valendo-se da expressão forjada por Duns Scotus, filósofo escolástico, Peirce denominará de Gramática Especulativa a doutrina que estuda as condições dos signos que tem caráter significante (PEIRCE, 2000, p. 29, CP 2.93). A sua finalidade é estudar as relações dos signos com os outros signos para determinar suas características significantes. As tricotomias, as classes de signos e as proposições são temas da teoria da Gramática Especulativa, no sentido de sistematizarem as relações entre os signos que determinam conjuntos significantes.

A Semiótica, quando sua abordagem não passa de uma simples taxionomia dos signos, não reflete a concepção geral da Lógica de Peirce e, por isso mesmo, impede que se discuta a relação entre as classes de signos, os tipos de inferência e o método geral que constitui o cerne do Pragmatismo.

Pode-se ainda acrescentar que a Gramática Especulativa responde à classificação dos signos que ainda não foram relacionados à dinâmica dos processos mentais determinados pelos tipos de inferência. Nesse nível, depara-se com os aspectos limiares da Lógica propriamente dita, a qual se conhece por Lógica formal, mas que Peirce não reduz aos tipos de inferência tidos como convencionais: dedução e indução. Peirce dá especial atenção à descoberta, excluída da Lógica formal que se sustenta no paradigma da justificação. Diversos manuais sobre o assunto, a exemplos de Salmon (1971, p. 29), ainda reafirmam o papel da Lógica enquanto ciência que fornece métodos de análise, crítica e avaliação de inferências.

A Gramática Especulativa deve assegurar a ação de uma inteligência científica à medida que esta se refere ao representâmen. “Sua tarefa é determinar o que deve ser verdadeiro em relação quanto ao representâmen utilizado por toda inteligência científica a fim de que possam incorporar um significado qualquer.” (PEIRCE, 2000, p. 46, CP 2.229). Inteligência científica é uma mente que apreende pela experiência, portanto, leva em conta os tipos de argumentos estudados pela Lógica propriamente dita.

Esse segundo ramo da Semiótica consiste no estudo das relações entre o

signo e o objeto, e quais as condições para que se possa garantir a verdade do signo. Esse ramo da Lógica ou Lógica crítica “[...] é a teoria das condições gerais da referência dos Símbolos e outros signos aos seus Objetos manifestos, ou seja, é a teoria das condições da verdade.” (PEIRCE, 2000, p. 29, CP 2.93).

Como ressaltado anteriormente, a Lógica propriamente dita compreende aquilo que se denomina Lógica formal, com ênfase para os tipos de inferência. Entretanto, conecta-se com um nível preliminar da Lógica, fundamental para o esclarecimento dos tipos de signos, isto é, a Gramática Especulativa. Além disso, avança em relação à Lógica de sua época por acentuar o papel criativo do raciocínio hipotético, elevando-o ao mais alto grau de importância.

A Lógica crítica ocupa-se da ligação do signo com o objeto, estudando os tipos e as condições dos termos, das proposições e dos argumentos. Sob este último objeto, Peirce aborda de maneira original a divisão dos argumentos. “A divisão de toda inferência em Abdução, Dedução e Indução, quase pode ser considerada como sendo a Chave da Lógica.” (2000, p. 32, CP 2.98). Tal fato também projetará a Lógica como a ciência que fundamenta o sentido do Pragmatismo peirceano e guia seus corolários.

Para Peirce (2000, p. 59-60, CP 2.268), em um fragmento de aproximadamente 1897, a dedução é um argumento em que o interpretante deve tomar os elementos de um conjunto como pertencentes a uma classe geral; desse modo, dadas as premissas verdadeiras chegar-se-ia a uma conclusão verdadeira. A indução é um método cujo interpretante não pode ser capaz de chegar a uma conclusão necessária, como faz a dedução; contudo, sustenta o autor que, a partir da contínua experimentação, a conclusão se aproximará cada vez mais da verdade (PEIRCE, 2000, p. 60, CP 2.269).

Abdução¹⁴ é o método em que se apresenta uma hipótese sem valer-se de uma lei a partir da qual se deduzem consequências ou do aumento da enumeração da experiência que eleva o nível de credibilidade da conclusão. É o mais frágil dos tipos de raciocínio, entretanto, o mais inventivo. Conforme define Peirce (2000, p. 60, CP 2.270), em 1897: “Uma *Abdução* é um método de formar uma predição geral sem nenhuma certeza positiva de que ela se verificará, seja num caso especial ou normalmente, sendo sua justificativa a de que é a única esperança possível de

¹⁴A abdução foi denominada de retrodução em 1896: “*Retrodução* é a adoção provisória de uma hipótese em virtude de serem possíveis de verificação experimental todas suas possíveis consequências [...]” (PEIRCE, 2000, p. 6, CP 1.68).

regular racionalmente nossa conduta futura [...]”. É claro que a abdução está sendo considerada do ponto de vista exclusivo, como um tipo de inferência, isolado de uma dinâmica da investigação.

Além do mais, o pensamento de Peirce sobre o assunto demonstra constantes apuramento e revisões. Por exemplo, abdução, em 1878, foi chamada de hipótese e estava circunscrita a um tipo distinto de inferência, cuja forma e classificação pôde ser explicitada em comparação com a dedução e indução¹⁵. Em geral, os argumentos classificados como sintéticos são mais frágeis que a dedução, entretanto fornecem um conhecimento novo, isto é, ampliam as características atribuídas a uma coleção observada, supondo um conjunto não observado de predicados, quando da indução. “Hipótese ocorre quando deparamos com uma circunstância curiosa, capaz de ser explicada pela suposição de que se trata de caso particular de certa regra geral, adotando-se, em função disso, a suposição.” (PEIRCE, 1972, p. 151, CP 2.624).

A suposição preliminar como estágio inicial para conhecer algo é a fase mais original da produção de conhecimento. Peirce exemplifica da seguinte forma tal processo no dia-a-dia: “Encontram-se fósseis e, por vezes, restos semelhantes aos peixes, em regiões do interior de um país. Para explicar o fenômeno, supomos que o mar outrora cobria essa terra. É outra hipótese.” (PEIRCE, 1972, p. 151, CP 2.625). Hipóteses, conforme a terminologia de seus textos da época, ou abdução representam o início da cadeia de interpretações futuras no sentido de adquirir conhecimento sobre os fenômenos. Através das inferências hipotéticas alteram-se os conhecimentos e a relação com os objetos. É a única forma de romper a cristalização dos conhecimentos.

Contudo, ao passar das décadas, Peirce revisou o conceito de hipótese, ampliando-o e acrescentando funções adicionais com a finalidade de explicar uma série de fenômenos ligados à criação de conhecimento. Santaella (2004, p. 85) menciona a divisão feita por Burks a respeito da abdução, em dois momentos: antes de 1900 e após 1900. Esses dois períodos registram mudanças significativas no conceito de abdução. Antes de 1900, a abdução é tratada enfaticamente em seu

¹⁵As formas de inferência foram concebidas da seguinte maneira: a) Dedução (Regra: todos os feijões deste pacote são brancos./Caso: estes feijões são deste pacote./ ∴ Resultado: estes feijões são brancos.); b) Indução (Caso: estes feijões são deste pacote./ Resultado: estes feijões são brancos./ ∴ Regra: todos os feijões deste pacote são brancos.); c) Hipótese (Regra: todos os feijões deste pacote são brancos./Resultado: estes feijões são brancos./ ∴ Caso: estes feijões são deste pacote.). Nesse sentido, Peirce (1972, p. 150, CP 2.623) classifica as inferências em dedutiva (ou analítica) e sintética, esta última subdividida em indução e hipótese. Sabe-se que as inferências sintéticas são aquelas que propunham conhecimentos novos, enquanto as analíticas examinam e manifestam um conhecimento da conclusão já previamente manifesto nas premissas.

conteúdo formal e silogístico, buscando ainda propor mecanismos de selecionar as hipóteses. Depois desse período, ela começa a adquirir uma função metodológica e a expressar uma disposição instintiva presente também enquanto um raciocínio lógico.

Nessa dilatação, começou a aparecer, para permanecer para sempre no pensamento de Peirce, essa idéia – até hoje revolucionária, polêmica e controversa para o contexto da história e filosofia da ciência, da lógica e da própria filosofia – de um tipo de raciocínio que, sem deixar de ter uma forma lógica, tem um caráter instintivo e é, antes de tudo, um processo vivo de pensamento. (SANTAELLA, 2004, p. 92)

Sobre isto, acrescenta-se que a abdução é o mecanismo instintivo de se propor sugestões de resposta a problemas encontrados pelo homem e outras formas de vida. É plenamente aceitável pelos comentadores da obra de Peirce que a abdução, neste segundo período, se manifesta em diversos níveis de vida. É um tipo de resposta natural das formas de vida perante a problemas surpreendentes.

Em uma das conferências sobre Pragmatismo, em 1903, Peirce ressaltou a condição ontológica da abdução humana, relacionando-a com um dispositivo presente na natureza, que se aproxima da adivinhação:

Se o homem adquiriu a faculdade de adivinhar os desígnios da Natureza, não foi certamente através de uma lógica crítica e autocontrolada. Mesmo agora não é capaz de fornecer uma razão exata para as melhores conjecturas. Parece-me que a afirmação mais clara acerca da situação lógica [do problema] (...) é que o homem possui uma Compreensão (*Insight*) da Terceiridade, dos elementos gerais, da Natureza, cujos acertos, se não ganham *a priori* do erro, também não se pode dizer que sejam esmagados por ele. Chamei-lhe de *Insight* pois pertence a mesma classe de operações na qual estão incluídos os *Juízos Perceptivos*. Tem a natureza do Instinto, sendo semelhante aos instintos dos animais no ultrapassar o poder da razão e no sentido de guiar-nos como se estivéssemos de posse de fatos inteiramente fora do alcance dos sentidos. Assemelha-se ao instinto também pela reduzida tendência ao erro; embora erremos frequentemente, a freqüência relativa com que acertamos é a coisa maravilhosa de nossa constituição animal. (PEIRCE, 1980, p. 47, CP 5.173)

Em primeiro lugar, responde que o papel da Lógica crítica, na justificação da expressão do conhecimento, não gera as melhores teorias sobre as coisas. Não provém da verificação dos argumentos lógicos a criação de conhecimento novo, contudo, são derivados da adivinhação, que seria o processo de adoção de uma resposta provisória – apesar de incerta quanto à verificação – que guia o raciocínio para conhecer as coisas. As grandes descobertas científicas, para Peirce, originaram-se dessa capacidade instintiva de adivinhar ou sugerir respostas, sem uma precisão derivada do teste. Esta mesma capacidade também é encontrada nos

animais que, devido a conhecimentos que extrapolam a razão, procuram guiar corretamente seus comportamentos.

Os argumentos hipotéticos constam de um tipo fraco de argumento para a Lógica. Peirce revelou a importância da abdução para o desenvolvimento da ciência e seu papel para a Lógica. Com isso, propôs uma reconfiguração da Lógica, baseada na união das fases da descoberta com a da justificação. No âmbito da descoberta, ressaltou que a origem e a formação dos pensamentos interessam à Lógica, tanto quanto sua forma adequada alimenta o raciocínio correto.

Peirce atribui à abdução a condição preliminar de toda a racionalidade. Argumentou que o instinto de adivinhação como um dispositivo lógico e racional, depois de oferecer sugestões, passa a ser considerado analiticamente e testado junto à experiência. É o único meio racional de retroalimentar o processo de raciocínio e permitir uma constante aproximação explicativa dos objetos.

Silveira (2007, p. 142) identificou alguns elementos comuns do conceito de abdução em diversos escritos de Peirce, os quais procuram ressaltar que

A partir de fatos surpreendentes, supomos que eles sejam um caso de uma lei geral.
 O confronto com os fatos deve necessariamente preceder a preferência por qualquer teoria em particular.
 Sua conclusão tem o estatuto de uma mera possibilidade, não concluindo necessariamente a verdade.
 Se bem que constituirá a forma mais fraca de argumentação, é o único método que dá origem a idéias novas concernentes a coisas reais [...].
 (SILVEIRA, 2007, p. 142)

Sendo uma possibilidade, a conclusão da abdução não tem nenhum grau de certeza antes que seja colocada à prova. É uma simples sugestão sobre o que pode ser a resposta a um problema real e surpreendente, para o qual não se recorre necessariamente ao conhecimento acumulado relativamente a fenômenos semelhantes. As inferências hipotéticas procuram imprimir uma certa regularidade presente nos fenômenos, se isto não fosse possível não haveria forma de conhecer. Entretanto, mesmo sendo frequente o erro destas inferências, é a única maneira de conceber respostas plausíveis.

Outro aspecto da abdução pós-1900 é sua projeção nas etapas de qualquer método investigativo, juntamente com as outras formas de raciocínio. A abdução ampliada ao processo de investigação deve conduzir à descoberta de novos conhecimentos desde que consista em um processo de aceitação de hipóteses

provisórias. Se abdução é processo de adoção de uma hipótese como único meio possível de conhecer, a dedução funcionará como mecanismo de expressão das consequências da abdução, caso a hipótese seja verdadeira.

Depois de deduzir a hipótese, deve-se proceder ao seu teste, processo que dependerá de um procedimento indutivo cuja confrontação com a realidade é de fundamental importância. No entanto, os casos analisados sempre terão o perfil de um conjunto amostral, pois não se terá disponível em um só tempo, para a realização do teste, todos os casos possíveis, contabilizando casos passados e futuros. Por isso, o conhecimento adquirido estará em constante aperfeiçoamento, dependendo do processo indutivo a verificar continuamente a validade do argumento e ampliá-lo.

Desse modo, abdução, dedução e indução não são apenas tipos de inferências imprescindíveis para a Lógica Crítica, tornam-se efetivamente estágios da investigação científica.

A dedução é, portanto, o desenrolar de consequências experimentais a partir de hipóteses explanatórias. Tem por função explicar a hipótese, extraindo consequências experimentais dela. Se a hipótese estiver correta, as predições se confirmarão, a fase dedutiva terminando, assim, nas predições observáveis que foram extraídas das hipóteses explanatórias. Para verificar se as predições se confirmam ou não, deve-se passar para a fase indutiva, do que decorre que a indução é o processo pelo qual o pesquisador analisa a natureza para ver se as consequências observáveis preditas realmente ocorrem; então ele julga as hipóteses de acordo com seu sucesso em prever e, dessa avaliação, procede para adotar, ajustar, modificar ou rejeitar a hipótese. (SANTAELLA, 2004, p. 154).

Nesse aspecto, Peirce antecipou às formulações de Popper relativas ao método hipotético-dedutivo. Cabendo notar que Popper declara ter colhido o conceito de abdução nos escritos de Peirce.

Peirce acrescentou que a abdução é um dispositivo natural e instintivo, além de expressar a forma silogística da abdução e sua conexão indispensável com os demais tipos de inferência. Apesar disso, dedução e indução não foram aprofundadas nesta exposição, mas se deve registrar que Peirce também contribuiu significativamente para estes dois tipos de inferência, particularmente, para a indução, que recebeu tratamento especial do autor.

Os estudos dos métodos e das etapas da produção do conhecimento científico são problemas do terceiro ramo da Lógica, a Retórica Especulativa ou Retórica Pura. Entende-se que Retórica especulativa “[...] é, substancialmente, aquilo que é conhecido pelo nome de metodologia ou, melhor, *metodêutica*. É a doutrina das

condições gerais da referência dos Símbolos e outros signos aos interpretantes que pretendem determinar...” (PEIRCE, 2000, p. 29, CP 2.93). A Metodêutica ocupa-se da relação do signo com o interpretante, além das condições em que a partir de um interpretante origina outro.

Permeiam as preocupações da Retórica Especulativa como deve ocorrer uma descoberta, por isto pode também ser designada como a doutrina geral dos métodos. “Seu objetivo é o de determinar as leis pelas quais, em toda inteligência científica, um signo dá origem a outro signo e, especialmente, um pensamento acarreta outro.” (PEIRCE, 2000, p. 46, CP 2.229). Portanto, a Lógica peirceana não é apenas a indicação das regras gerais para o bem raciocinar ou para proceder um raciocínio correto. A Lógica dispõe de três grandes níveis, cada um com uma função específica no estudo da cognição.

Formas resumidas dos ramos da Lógica peirceana apresentaram-se sob um simpático esboço, em que a Gramática Especulativa cuida das relações entre os signos; a Lógica Crítica, da relação dos signos e seus respectivos objetos; e a Retórica Especulativa, das imbricações dos signos e seus interpretantes ou, de forma mais reduzida, seus intérpretes. As contribuições da Retórica Pura, enquanto metodologia, e da Lógica Crítica, como promotora de uma sistematização dos tipos de argumentos e sua projeção na forma de estágios da investigação, ficam drasticamente reduzidas.

Uma influência direta entre os ramos da Lógica de Peirce e os níveis da semiose propostos por Charles Morris pode ser suposta. De acordo com Santaella (2004, p. 178), Morris popularizou as concepções originais de Peirce sobre os três ramos da Lógica ou Semiótica. A autora confronta os ramos da Lógica de Peirce com as divisões das dimensões da semiose de Morris.

A sensível redução da Semiótica de Peirce, pela leitura empreendida por Morris, também foi denunciada por Deledalle (1996, p. 157-158). Para o autor a Semiótica de Morris é uma perversão da Semiótica de Peirce, uma vez que a considera destituída de sua função lógica, isto é, manifestamente não psicológica. É o que Deledalle classifica como um dos mal-entendidos da Semiótica.

Analisando mais de perto os conceitos de Sintática, Semântica e Pragmática, verifica-se uma redução crucial dos propósitos da Lógica de Peirce, a qual não é tão-somente uma ciência dos aspectos denotativos dos signos. Como observado, compreende-se por Lógica o estudo da criação de novas ideias e os métodos

seguidos para um interpretante gerar outro que o substitua. Da Retórica Especulativa é retirada todo seu potencial em teorizar sobre os métodos que levam um interpretante a gerar outros, e as relações entre o signo e o interpretante para uma inteligência científica, ou seja, uma mente que aprende pela experiência.

A Lógica de Peirce pode ser considerada uma chave para se entender sua concepção de Pragmatismo. Essa doutrina desenvolve-se em um diálogo constante de Peirce com outros pensadores, procurando encontrar as bases de quaisquer conhecimentos. Antes de tudo, deve-se aceitar que Pragmatismo não é uma doutrina filosófica, é um método. Enquanto método, procura conduzir à elucidação e não servir em si mesmo como explicação; é o mecanismo que permite validar mais consistentemente a concepção dos fenômenos.

Muitos escritos peirceanos são de fundamental importância para compreender seu Pragmatismo. Dentre eles, podem-se citar: “Questões sobre certas faculdades reivindicadas pelo homem” e “Algumas conseqüências de quatro incapacidades”, ambos de 1868; “A fixação das crenças”, de 1877; “Como tornar claras nossas idéias”, 1878; “As Conferências sobre Pragmatismo”, de 1903; e “O que é o pragmatismo”, de 1905. Da mesma forma que os demais conceitos peirceanos sofreram aperfeiçoamentos no decorrer de sua vida, o Pragmatismo também teve sua estrutura teórica revista e aperfeiçoada.

Comentadores da obra de Peirce, entre eles Santaella (2004, p. 26), sustentam que o Pragmatismo peirceano pode ser dividido em dois grandes períodos: o primeiro momento, que se refere à máxima, e o segundo, que procura fundamentar um método de determinação de conceitos intelectuais, respaldando-se na abdução e na seleção de hipóteses. Nesse último, o Pragmatismo sugere o afastamento de “filosofias do faz-de-conta” para concentrar os esforços intelectuais em problemas reais.

O primeiro Pragmatismo, expresso na máxima de 1878, busca verificar os significados dos pensamentos, somando os efeitos práticos concebíveis e resultantes da ação deste pensamento: “Considerar que efeitos – imaginavelmente possíveis de alcance prático – concebemos que possa ter o objeto de nossa concepção. A concepção desses efeitos corresponderá ao todo da concepção que tenhamos do objeto.” (PEIRCE, 1972, p. 59, CP 5.402). Essa regra guia o pensamento no sentido de descobrir como deixar ideias claras e distingui-las das ideias obscuras.

O Pragmatismo é um método que, se adotado, garantirá a clareza do pensamento; para tanto, o pensamento deve obedecer a uma regra para conseguir ideias claras. Aqui o teste prático aproxima o conceito testado da realidade, a qual oferece efeitos sensíveis ao sujeito, que podem ser concebidos antecipadamente para verificar a eficácia da ideia. Nessa época, Peirce dialogou com os clássicos, em especial, com Descartes. “Entretanto, como, evidentemente, nem todas as idéias são verdadeiras, Descartes foi levado a assinalar, como primeira condição de verdade, o serem claras as idéias. Distinção entre uma idéia aparentemente clara e realmente clara nunca lhe ocorreu.” (PEIRCE, 1972, p. 50, CP 5.391).

O fato é que, para Descartes, algumas ideias apareceriam nitidamente claras, sem necessidade de distingui-las. O processo de análise constante permitiria chegar a estados mínimos das ideias. Contudo, contra argumenta Peirce, este não seria um método seguro, pois não confronta a ideia com a realidade.

Descartes (2003), em seu método, propõe o início da investigação pela dúvida, porém esta é uma indagação teórica. De acordo com Peirce, a dúvida cartesiana é uma falsa dúvida, pois basta querer duvidar para começar a duvidar. Em Peirce, a dúvida é algo que irriga psicologicamente o sujeito, é um estado de incômodo que apenas cessa com a fixação de uma crença.

Por esse período, o método pragmático consistia em um mecanismo que garante a distinção entre as ideias, testando-as em confrontação com o objeto ao qual se referem. O exemplo peirceano é o conceito de duro. Para definir uma coisa como dura, deve-se proceder à concepção dos efeitos imaginados do objeto, comparando-o a outras coisas consideradas moles. O teste mental que opõe coisas duras às moles consiste em um procedimento pragmático. Essa experimentação intelectual proporcionará subsídios para estabelecer o conceito total do objeto a partir de seus efeitos imaginados. Qualquer conceito somente poderá ser distinto de um outro quando determinados seus efeitos práticos – ou experimentáveis – que possam ser imaginados.

Com essa regra, pode-se propor um caminho para se chegar às ideias claras, e que se devem adotar as noções claras e separá-las das obscuras. “Uma idéia clara é definida como aquela apresentada de forma tal que se torna possível reconhecê-la em qualquer situação e não confundi-la com qualquer outra. Se não dotada desta clareza, a idéia é dita como obscura.” (PEIRCE, 1972, p. 49, CP 5.389).

Uma confusão surge constantemente quando o assunto é o entendimento da

expressão “efeitos práticos”. Em nenhum momento, Peirce legitima a premissa da “ação pela ação”, pelo contrário, o pensador destaca que a concepção dos efeitos práticos garante um primeiro passo rumo à experimentação. O problema que o Pragmatismo peirceano procura responder é de cunho terminológico e metodológico, isto é, como definir adequadamente um conceito e como proceder razoavelmente para conhecer os objetos que instigam a inquirição? O Pragmatismo considera que as discussões filosóficas se equivocam no uso e no sentido das palavras e só o método pragmatista pode determinar o verdadeiro sentido e acepção correta das palavras e das teorias.

Os fins últimos de uma ideia não estão na ação; opostamente, a ação é um meio cujo fim é a conceptualização do objeto. Peirce se opõe a William James (1842-1910), pois este defende que a ação é o fim do homem e todo conceito somente tem algum valor caso possa ser revertido em ação ou prática. Em outras palavras, um conceito útil é aquele que na ação foi comprovado sua eficácia para servir a um maior número de interessados. Posteriormente, Peirce cunhou um termo mais adequado para ser o instrumento para a filosofia, o Pragmaticismo, palavra considerada feia, mas que assegurava o ideal de seu Pragmatismo.

A intenção do Pragmatismo peirceano é esclarecer o pensamento sobre o que é ilusório e traz prejuízo na busca da verdade. É evidente que o conhecimento, em certa medida, está relacionado à ação humana, mas não é a ação isoladamente que torna um conceito adequado, pois sua finalidade depende dos desígnios da concepção criada antecipadamente e que dá sentido e referência à ação, e não o contrário. O que objetiva o pragmatismo “[...] é um método capaz de determinar o verdadeiro sentido de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra, ou outro tipo de signo.” (PEIRCE, 1980, p. 6, CP 5.6).

A máxima pragmatista de 1878 foi reavaliada pelo próprio Peirce, por volta de 1905, em uma carta endereçada a Mario Calderoni, em que reconheceu que tal postura era ultra-pragmatista (SILVEIRA, 1985, p. 6). Nessa fase, destacam-se as conferências de Peirce sobre o Pragmatismo, oportunidade em que o autor reata diversos pontos de sua obra, aparentemente dispersos e desconectados. Um deles foi, certamente, o conceito de crença, apontado nos anos de 1870.

Para que seja aceita, uma ideia precisa tomar a forma de uma crença. Por crença se entende o processo pelo qual a mente concretiza um hábito, controle ou regras de ação. A crença pode ser quebrada ou desfeita quando uma mente se irrita

com uma indagação real que, possivelmente, proporcionará, em algum instante, o limiar de um novo hábito.

Por indagação real define-se um problema que as pessoas reais possuem e que as incomoda profundamente. Deve-se destacar o aperfeiçoamento do conceito de dúvida que, tal como defendido por Descartes (2003), era uma dúvida metódica, como se de uma hora para outra um sujeito pudesse começar a duvidar, até que alcançasse um ponto em que não restaria mais dúvidas sobre a clareza de uma ideia, decorrente do processo de segmentação sucessiva. Resultado: a ideia seria considerada clara e distinta, pronta a ser elevada ao nível de um conhecimento verdadeiro.

Peirce argumenta que a dúvida caracteriza-se por um constante incômodo psicológico que motiva o sujeito a buscar uma situação de crença – ou um estado previsível – que substitua a dúvida concreta.

A crença deve ser, em primeiro lugar, “[...] algo de que estamos cientes; segundo, aplaca a irritação da dúvida; e, terceiro, envolve o surgimento, em nossa natureza, de uma regra de ação, ou, digamos com brevidade, o surgimento de um *hábito*.” (PEIRCE, 1972, p. 56, CP 5.397). Ao passo que a crença interrompe as sensações provocadas pela dúvida, o sujeito entra em um estágio harmonização com a crença obtida, esperando um futuro momento em que possa ser incomodado pelas necessidades de investigação provocadas pela dúvida. No caso específico do conhecimento científico, ele inicia seu processo de atualização quando recebe novamente a sensação desagradável da dúvida. A verdade, para Peirce, decorre dessa novidade que, acalmada, faz iniciar o processo de crença à mente com o objetivo de transformá-la em um novo hábito.

O desenvolvimento do conceito de hábito¹⁶ permitiu gerar conceitos relacionados ao hábito interpretativo e os interpretantes, que consistem em hábitos de ação. Os hábitos seriam as disposições coordenadas da mente para antecipar o acontecimento e, por esses mecanismos, conhecer os fenômenos. Salienta-se que o significado no Pragmatismo não está em seu conceito definido no passado e consolidado; contudo, é presidido pelo futuro. Significar é estar aberto à futura significação. Não se conhecem as coisas por concebê-las como fenômenos ocorridos no passado, mas amparando-se na crença de que eles surgirão nas

¹⁶ O conceito de hábito é essencial para se compreender diversos conceitos ligados ao pensamento peirceano. O autor desenvolveu este conceito com diversas nuances, dependendo do campo em que se dedicou. Por exemplo, no primeiro pragmatismo, o conceito surge aplicado ao contexto humano, já em outros escritos, sobre a cosmologia, o conceito de hábito abrange os contextos orgânicos e inorgânicos.

mesmas proporções no futuro. Somente desta forma, com o significado das coisas, consegue-se agir sobre elas. Em outras palavras, atribuir significado é crer nesta previsão dos comportamentos dos fenômenos.

Em uma das Conferências sobre Pragmatismo, Peirce (1980, p. 58, CP 5.206) alude à doutrina, afirmando que ela tem duas funções básicas: "Em primeiro lugar, desembaraçar-nos ativamente de todas as idéias pouco claras. Em segundo lugar, deve apoiar, e tornar distintas, idéias em si claras, mas de apreensão mais ou menos difícil; e, em particular, assumir uma atividade satisfatória em relação ao elemento de terceiridade."

Isso significa que o Pragmatismo peirceano não é, em hipótese alguma, uma ênfase desmedida à ação dos homens como finalidade última de um comportamento adequado. As confusões em relação ao conceito do Pragmatismo peirceano evitam que se eleja Peirce como - pode-se dizer - um dos primeiros teóricos da terminologia científica, aprofundando-se nos métodos para se eleger termos precisos e distintos perante a realidade experimental dos cientistas. Além disso, Peirce aprofundou sua teoria dos signos que contribui, significativamente, para a definição dos conceitos, como estes se originam e de que modo as ideias se associam umas as outras.

A função do programa pragmático é desvelar as certezas sobre conceitos pouco claros ou pseudo-conceitos e que muito dificultam a investigação legítima, dedicada a problemas reais. Para tanto, a articulação das teorias peirceanas que une o Pragmatismo aos tipos de raciocínio - em especial, a abdução e a indução; aos procedimentos para seleção das hipóteses; às categorias fenomenológicas; às Ciências Normativas e a pressupostos metafísicos - parece ser o ponto de vista que define uma segunda abordagem, ou mesmo, revisão do primeiro Pragmatismo.

Examinando bem, vê-se que o problema do pragmatismo é o problema da lógica da abdução. Quer dizer, o pragmatismo propõe uma certa máxima que torna supérflua qualquer regra para admissibilidade de hipóteses para figurarem como hipóteses, isto é, explicações de fenômenos tidas como sugestões esperançosas; isto é *tudo* o que a máxima do pragmatismo realmente pretende, pelo menos no domínio da lógica, e não entendida como proposição psicológica. A máxima do pragmatismo afirma que uma determinada concepção difere de outra na medida em que possa modificar diferentemente nossa conduta prática. (PEIRCE, 1980, p. 56, CP 5.196).

Em síntese, o Pragmatismo de Peirce é um instrumento ou – mais precisamente – um método para auxiliar a Filosofia, dentre outras ciências, a clarificar os fundamentos de seus argumentos e tornar as ideias distintas e passíveis

de experimentação. É um método de reflexão, no sentido de servir para analisar as concepções cotadas para aceitação.

Para Ibrí (1992, p. 102), “De modo inequívoco, o Pragmatismo não é um sistema filosófico, mas, tão-somente, *um método de análise filosófica de sistemas teóricos*.” O Pragmatismo consiste em estabelecer um método para que se alcance o significado dos conceitos, e seu principal campo de aplicação é a Filosofia, segundo Peirce. Contudo, poder-se-á adequar a quaisquer formas de conduzir o pensamento.

Na mesma direção, Silveira (2007, p. 182) ressalta: “[...] o Pragmatismo é um método de elaboração teórica de pensamento. Sua formulação, em mais de um momento, assumiu a forma de uma máxima orientadora da conduta científica.” De longe, o pragmatismo peirceano afasta-se do entendimento vulgar que relaciona a palavra “pragmatismo” às ações que repercutem algum resultado prático.

Em estudo relativo às diferentes abordagens do Pragmatismo, De Waal (2007, p.40) não hesitará em afirmar que: “Em suma, para Peirce, o pragmatismo é um método para determinar o significado dos conceitos, idéias, crenças, alegações, proposições etc., de qualquer coisa que pode agir como um signo. Essa visão Peirce manteria por toda a sua vida.” Essa leitura do Pragmatismo de Peirce como método foi a adotada no presente estudo.

As contribuições de Peirce à Metafísica, a terceira ciência filosófica, as quais se discutirão a seguir, restringem-se aos temas sinequismo, tiquismo e idealismo objetivo. A hipótese cosmológica formulada por Peirce sobre a origem e o desenvolvimento do universo não será objeto desta análise. Contudo, para um aprofundamento da questão cosmológica, recomenda-se examinar os trabalhos de Ibrí (1992) e, em especial, Silveira (1985, 2000).

O sinequismo (do grego *synechismós*, de *synechés* ou contínuo) é o pressuposto filosófico de que a totalidade do universo está imersa em um contínuo infinito, uma evolução em constante crescimento. Peirce (1931-58, p. 117, CP 6.169) atesta que “[Sinequismo] é a tendência do pensamento filosófico, o qual insiste sobre a idéia de continuidade como de primeira importância na filosofia e, particularmente, sobre a necessidade da hipótese envolvendo uma continuidade verdadeira.”

Sustenta ainda que a continuidade verdadeira engendra a ideia de

generalidade. Pensar, considerando a doutrina do sinequismo¹⁷, é admitir realidade e universo como um contínuo, sem partes, sem início ou fim predeterminado¹⁸.

A continuidade como concepção expõe a fragilidade teórica da noção de lei científica, pois, se uma lei procura prever a ação de fenômenos conexos, constituída através de fenômenos investigados no passado, ela não terá condição de expressar as experimentações futuras sob fenômenos ainda não ocorridos. Uma lei depende de uma crença que o universo será estático amanhã e depois e depois... Entretanto, não há possibilidade de compreender em uma lei todos os fenômenos da mesma classe, considerando o desenvolvimento futuro do universo.

Propõe-se, pelo princípio do sinequismo, considerar a realidade, em seu mais íntimo âmago, como um contínuo. O contínuo que nela está presente é aquele que, em nível formal, apresenta a matemática ao considerar uma reta e, conseqüentemente, o plano, cabendo, por outro lado, atribuí-lo ao tempo [...]. A razão, contudo, de se atribuir à realidade uma tal propriedade não decorre de um mero arbítrio da razão, mas da necessidade de permitir que a investigação racional não imponha limites *a priori* para seu avanço. (SILVEIRA, 2007, p. 198)

O princípio que rege a compreensão da natureza da realidade tem como consequência a não interrupção do processo de investigação. Nesse sentido, o Pragmatismo encontra seu contributo metafísico na própria realidade, pois esta é um contínuo e não estabelece pré-condições para conhecê-la, nem mesmo há um limite seguro que impeça novas descobertas e investigações futuras. A única forma de conhecer um universo em constante avanço evolutivo é propor hipóteses para apreendê-lo em cada instante da continuidade. E o Pragmatismo assegura o modo como esse procedimento deve ser executado, a fim de levar ao teste os conceitos obtidos da representação dos fenômenos da realidade.

O sinequismo recusa o dualismo, ou qualquer tipo ou manifestação deste. É um esforço especulativo de pensar que se está em um grande fluxo em que todos os fenômenos tem a mesma característica mental. Aceitar que a realidade está inserida no fluxo contínuo e que se pode conhecê-la com o auxílio do método pragmático é admitir a continuidade de qualquer investigação.

A doutrina do contínuo não aceita o dualismo ou a descontinuidade entre mente

¹⁷ A despeito de o sinequismo (dentre outros conceitos) estar associado à Metafísica de Peirce nesta exposição, deve-se ressaltar que Peirce (1931-58, p. 118, CP 6.173) afirmou, em 1902, que "Sinequismo não é uma absoluta e final doutrina metafísica; é um princípio regulativo da lógica, prescreve que escolha de hipóteses é adequada para ser considerada e examinada." Pois, não se deve supor que existe um limite final para a proposição de hipóteses explicativas, deve-se considerar a continuidade do processo de raciocínio.

¹⁸ A esse respeito, Silveira (2004, p. 180, 2007, p. 197) explica da seguinte forma o sinequismo: "A doutrina que mantém o princípio da continuidade subjacente ao real, Peirce denominou eruditamente *Sinequismo*, colhendo do grego a expressão mais adequada para representá-lo."

e matéria (IBRI, 1992, p. 62), pois ambas fazem parte do fluxo contínuo e não podem ser distintas como realidade, apenas no instante de operar a cognição. Um exemplo para compreender a realidade como contínuo é compará-la a uma linha reta, sem um começo e um fim determinados, que não contém partes predefinidas, e sim as partes que existem circunscritas apenas no ato de defini-las para constituir uma cognição. Quaisquer definições sobre a realidade dependem do rompimento da continuidade deste fluxo para transformar um fenômeno em elementos inteligíveis.

Ao apontar a ideia de continuidade da interpretação dos signos, Peirce rediscute a noção de veracidade do conhecimento, preanunciando o caráter falível das teorias. O resultado dessa continuidade é a crença de que a representação última das coisas não é pré-definida, ela será sempre falível ou propensa ao erro, caso se considere a continuidade do universo; e mesmo assim, é a única forma apropriada de representação com a finalidade de encontrar a verdade das coisas. As bases de sua filosofia pautou-se principalmente pelo falibilismo. Comentam Valente e Brosso (1999, p. 39) que, em relação a Peirce, “Suas idéias eram o fruto de trinta anos, as quais reunia sob a designação de ‘falibilismo’, conceito de onde brotava sua filosofia e de um intenso desejo de investigação.”

O falibilismo pode ser considerado, a grosso modo, um resultado direto da teoria do crescimento contínuo do universo e da mente humana. Tal pressuposto localizado também no interior da Metafísica peirceana defende que a realidade é contínua, relacionando-se ao evolucionismo. As leis científicas e a realidade estão suscetíveis a constantes evoluções. Esse princípio subentende a generalidade crescente da realidade. A categoria terceiridade manifesta o poder da evolução e do contínuo quando procura representar fenômenos cuja finalidade é a expansão, a ampliação e, com isso, formar novos hábitos mentais.

Para Peirce, sua própria obra pode ser classificada como uma Filosofia do falibilismo, pois,

Durante anos, ao longo do processo de amadurecimento de minhas idéias, costumava eu reuni-las sob a designação de *falibilismo*; em verdade, o primeiro no sentido de *perquirir* é o de reconhecer que ainda não se tem conhecimento satisfatório, de sorte que o maior empecilho para o progresso intelectual é, seguramente, o empecilho da segurança olímpica; e noventa e nove por cento das mentes lúcidas vêem-se reduzidas a impotência por essa enfermidade – de cuja contaminação mostram-se estranhamente desconhecedoras. (PEIRCE, 1972, p. 46-47, CP 1.13)

Não há contradição alguma em se afirmar o falibilismo como o reconhecimento legítimo dos limites de todo raciocínio, e ao mesmo instante, sustentar a

necessidade de um método fundado no realismo dos existentes e dos produtos gerados pela cognição. O que Peirce procura manifestar com clareza é que, cedo ou tarde, o sujeito pode ser surpreendido em seu conhecimento por fatos inesperados, internos ou externos, que provocarão uma revisão nos hábitos mentais adquiridos. E vários casos na história da ciência podem revelar o quanto esta afirmação é pertinente.

Caso fosse possível pensar em outra resposta que não o falibilismo, todo o processo investigativo seria encerrado, pois chegar-se-ia, em algum momento, no conhecimento infalível. Tal fato, Peirce parece recusar em admitir, pois desmoronaria a própria motivação em pesquisar, ao mesmo tempo em que não está de acordo com um mundo concebido em toda sua totalidade como um contínuo. Se a realidade é contínua, o conhecimento obrigatoriamente deve o ser.

O tiquismo (do grego *týchê*, acaso) é a doutrina do acaso, enquanto atributo objetivo presente no universo. Relacionam-se diretamente à primeira categoria: a possibilidade, a qualidade, a presentidade, a imediaticidade, a espontaneidade, a multiplicidade etc. Há uma preocupação patente na Filosofia peirceana em não aceitar que o mundo seja regido unicamente pela causalidade. O pressuposto da causalidade alude a um universo mecanicista, onde as leis físicas desvendariam as regularidades subjacentes à realidade. A ênfase no acaso como uma força presente no universo seria a única explicação plausível para se compreender a diversidade e a multiplicidade da natureza. O surgimento de fenômenos aleatórios e espontâneos, sem nenhuma causa imediatamente em vista, é, efetivamente, uma fator do qual não se pode desconsiderar o poder.

As leis em um universo mecanicista são, em verdade, comparáveis a uma tendência geral em formar hábitos de conduta. Dentro de um hábito, as leis obedecem à causalidade, porém a regularidade das leis está em estreita dependência com a persistência do hábito no tempo. “Evidencia-se que a Filosofia peirciana rejeita a ideia de um mundo estritamente causal, regido nos seus detalhes, por menores que sejam, por um sistema de leis.” (IBRI, 1992, p. 41). A adoção da explicação de fenômenos surpreendentes por indeterminação relaciona-se à doutrina do acaso como única versão possível que responde à origem da multiplicidade e da diversidade naturais no universo. Para Peirce, a causa final nos fenômenos evolucionário e naqueles pertinentes ao espírito sempre precede a causa eficiente.

A prova da força do acaso consuma-se na eminência de fatos não previstos que forcem a mente interpretante a produzir uma lei para compreendê-los. Mesmo em uma realidade aparentemente tão previsível pela ciência, não se pode evitar o surgimento de fatos atribuídos ao acaso.

A qualidade, sem sentido no tempo, é internamente o que externamente representa a multiplicidade e variedade; é uma realidade metafísica. O acaso como força objetiva do indeterminismo é o elemento que traz ao mundo a novidade fenomênica. Um aspecto fundante da perspectiva do acaso de Peirce é a nítida separação com teses da ciência moderna.

Nesse sentido, Ibri (1992, p. 44) compara Einstein e Peirce. O primeiro nunca admitiu a condição ontológica do acaso, pois o objeto da ciência é regido por leis físicas e a evolução do conhecimento diminuirá a indeterminação em torno do objeto. Isto é, o acaso não é um elemento real e determinante, pois o avanço do conhecimento basta para desfazer os equívocos em atribuir o acaso como resposta a certos fenômenos. A dificuldade é puramente epistemológica, diz respeito apenas ao sujeito cognoscente; e sobre este poderia haver acaso como respostas, mas nunca seria uma propriedade ontológica. Para o segundo, Peirce, a indeterminação está no nível ontológico e não apenas nas dificuldades epistêmicas.

Contemporaneamente, haja vista os argumentos de Santos (2000, 2003) e Nicolescu (2000) sobre críticas à ciência moderna, percebe-se que o acaso não é apenas um elemento inútil e problemático à aquisição do conhecimento, mas ergue-se como uma força motriz a qual se deve reconhecer. Concluiu-se, finalmente, que não se está em um mundo regido apenas por leis físicas ou mecânicas, característica que Peirce já havia constatado.

De acordo com Peirce (apud IBRI, 1992, p. 40-41), as irregularidades são superiores às regularidades. A natureza não é regular, apesar de os avanços alcançados por leis físicas que representam regularidades encontradas no universo. As leis originam-se do acaso subjacente ao universo. O próprio universo também tem sua gênese no acaso em um tempo imemorável e se desenvolveu tendo o caos como matriz de todas as alterações e associações. O caráter furtivo do acaso não esgota a discussão da natureza e da dinâmica da matéria no universo, na medida em que é objeto de outra doutrina peirceana.

Peirce (1931-1958, p. 20, CP 6.25), em um artigo publicado em 1891, discute a definição do idealismo objetivo, segundo o autor “A primeira teoria inteligível do

universo é o idealismo objetivo, em que matéria é afeita à mente, hábitos inveterados tornando-se leis físicas.” A oposição discutida por Peirce (1931-1958, p. 20, CP 6.24) é entre as opções derivadas de um dualismo cartesiano, as quais estão fundamentadas em uma interpretação das relações entre as leis físicas e as psíquicas, a saber: neutralismo ou monismo (leis físicas e psíquicas são independentes), materialismo (as leis psíquicas como derivadas e especiais, mas as leis físicas como primordiais) e idealismo (as leis físicas como derivadas e especiais, mas as leis psíquicas como primordiais).

Peirce argumenta que nestes três casos as leis físicas e as psíquicas são coisas distintas, mas para ele a matéria tem a natureza mental em uma condição elevada de cristalização de seus hábitos, em comparação a outros fenômenos mentais. No idealismo objetivo a lei física é derivada da lei psíquica, que é primordial, contudo, a noção de mente é aumentada para compreender os objetos reais (IBRI, 1992, p. 59).

Três aspectos merecem destaque no idealismo objetivo. Primeiro, no idealismo clássico a lei da física é derivada da lei psíquica, sendo que pensamento e objeto não têm a mesma natureza, a idealidade permeia todo objeto do pensamento; ao contrário do idealismo objeto, em que se considera leis físicas ou psíquicas como derivadas da mente, hábitos. Segundo, e como consequência, não há diferença entre mundo interior e exterior, entre sujeito e objeto, leis psíquicas e físicas (IBRI, 1992, p. 58), pois ambos contribuem para formar o pensamento, são fenômenos dentro do *continuum*. Ainda de acordo com Ibri (1992, p. 58), o universo material é provido de hábitos e deve-se concebê-lo como mente. No âmbito do fenomênico das categorias não há divisão justificável entre mente e matéria. Como hábitos consistentes, a matéria é uma forma mental. Terceiro: é fundamental reconhecer que a terceiridade promove um tipo de realidade, a regularidade das leis são formas de realidade, entretanto, é uma realidade da espécie da terceiridade.

Isto quer dizer que na secundidade os eventos não significam cognição ou inteligibilidade. É apenas quando os fenômenos individuais tornam-se regulares, persistem e se repetem no tempo, no sentido de se generalizar, é que se tornam efetivamente compreensíveis. A natureza dessa compreensão é da ordem da terceiridade, e assim como as leis científicas e conceitos universais de toda sorte, há uma realidade nestes fenômenos. A presença do hábito nas leis físicas (regidas pela realidade da secundidade) e nas leis psíquicas (realidade da terceiridade), é o que

as une por uma mesma essência mental.

Para Ibri (1992, p. 129) o idealismo objetivo é uma teoria central e seus fundamentos iluminam o sistema metafísico de Peirce. Nesse sentido, assevera: “O Idealismo Objetivo configura-se, assim, como uma doutrina que remove uma descontinuidade entre mente e matéria, preparando um espaço de reflexão sobre o conceito também chave na Metafísica peirciana – o de continuidade.” (IBRI, 1992, p. 62). Tanto para Pires (1999, p. 26) quanto para Vicentini (2004, p. 189), o idealismo objetivo é uma proposta que desmorona qualquer dualismo entre mente e matéria, pois não há barreiras estanques entre elas; há, com efeito, continuidade entre mente e matéria. No *continuum* estas diferenças desaparecem.

Com efeito, a Metafísica peirceana tem outras contribuições fundamentais para compreender sua filosofia. As mencionadas neste capítulo cobrem, obviamente, os temas de interesse da Metafísica Física que, segundo Peirce (1931-58, p. 78, CP 1.186) e Pires (1999, p. 22), procura responder as questões sobre espaço, tempo, leis da natureza e da mente. Ibri (1992) argumenta que é com a matriz metafísica de Peirce que se podem articular suas teorias, consideradas contraditórias por muitos comentadores. As doutrinas metafísicas dão a sustentação essencial para se compreender a Semiótica e entender as razões que levaram Peirce a admitir que a natureza do signo é continuar e evoluir.

Para introduzir conceitos da Semiótica peirceana foi necessário apontar alguns caminhos para a sua filosofia, ou pelo menos suas contribuições para a classificação das ciências, para a Lógica e, especificamente, para a Fenomenologia.

3.2 Da Semiótica

A Semiótica corresponde a um conjunto irrestrito de contribuições no sentido de teorizar sobre a vida dos signos, principalmente os signos produzidos no contexto social e humano. Compreensão legítima, tendo como pressuposto a Semiótica enquanto uma ciência do homem, porém restrita, de acordo com o pensamento peirceano. Signos não são exclusivos da mente humana; são produtos gerados por qualquer mente que aprende pela experiência. Com esse escopo, os animais e os outros organismos produzem e interpretam signos.

Presume-se que a não aceitação desse viés da Filosofia e da Semiótica de Peirce dificulte o entendimento de suas teses. Como observado, o pensamento de Peirce não é antropocêntrico. Uma das primeiras disputas teóricas de Peirce é com Descartes e seu método de conhecer pela dúvida sistemática, dirigida por um homem sujeito de sua própria sorte. Esse método é considerado adequado apenas para o próprio Descartes, como bem afirma Peirce.

Salienta-se que a visão peirceana sobre o signo é o que se chama de pansemiótica (NOTH, 2005a, p. 62), ancorada em uma análise das teorias micro e macroscópica do processo de geração, auto-geração e interpretação dos signos. A proposta pansemiótica adota a generalidade na descrição dos fenômenos inteligentes em diferentes usuários de signos (FARIAS, 1999). Uma vantagem da terminologia peirceana é sua generalização e ampla aplicabilidade, estendendo-se a, praticamente, todos os ramos de estudos.

Contudo, evidencia-se na literatura da teoria dos signos, exceto nos comentadores da Filosofia peirceana, que a Semiótica é colocada em um patamar mais restrito do que pretendia Peirce. A especialização da Semiótica sugere o aparecimento de Semióticas regionais, especiais, teóricas, aplicadas e outras tantas Semióticas que em muitos casos se distanciam da proposta peirceana para a Semiótica geral (SANTAELLA, 1992, p. 44-45). Essa especificação das linhas de estudo da Semiótica pode resultar em uma diminuição da arquitetura filosófica construída por Peirce, ao longo de sua vida.

Os projetos mais comuns determinam que signo, pensamento e hábito são conceitos referentes apenas à mente humana e ao signo criado no interior desta mente. Com certeza são mais compreensíveis e aplicáveis em relação aos conceitos que amparam a teoria da evolução do cosmos. Se a Fenomenologia somente se concretiza quando considerada com o poder de apontar as nuances dos fenômenos universais, a Semiótica peirceana só atinge seu grau de generalidade - como teoria geral dos signos - na expansão dos conceitos de signo, pensamento e hábito para todas as áreas, que por natureza são gerais, apesar de utilizados de forma redutível apenas nas semióticas aplicadas e/ou regionais.

As propostas geralmente sugerem a fragmentação da obra peirceana, pois dela acreditam ser suficiente adquirir os conceitos mais específicos e operacionais, deixando de lado a correlação entre eles e, sobretudo, com o sistema filosófico do pensador. A principal consequência desta abordagem é um apanhado de conceitos,

utilizados segundo a conveniência e sem o necessário resgate de seus pressupostos filosóficos. Um exemplo pode ser o uso do conceito de signo, sem o pressuposto das categorias, bem como a utilização destas últimas sem a menção da Metafísica, ou ainda, a leitura da teoria dos tipos de argumentos sem discutir seu contributo ao Pragmatismo.

Muitas vezes, é apresentado sob a expressão “Semiótica peirceana” o que é unicamente um dos ramos da Lógica, ou seja, a Gramática Especulativa. Parte substancial da literatura que procura se aproximar do pensamento peirceano, via Semiótica, apresenta-se como um apanhado de tipos de signos em uma lista excessivamente complexa. Contudo, verificou-se que essa vertente contribui preliminarmente para a ciência da Lógica, à moda de uma ciência classificatória subsidiando as demais.

Conceitos peirceanos, tais como abdução e hábito, aparecem distantes deste nível da Lógica. Mas a vitalidade destes conceitos surge no projeto do Pragmatismo peirceano, o qual, sem a presença da Semiótica ou Lógica, em seus três ramos - Gramática Especulativa, Lógica Crítica e Metodêutica - , fica incompleto.

Objetiva-se nesta seção apresentar com mais detalhes o ramo mais estudado da Semiótica de Peirce, a Gramática Especulativa, articulando-o sempre que se fizer necessária a relação com os demais ramos da Semiótica e da Filosofia peirceana.

Peirce examinou as obras dos pensadores gregos, escolásticos, empiristas, idealistas, racionalistas entre outros, além de ter um conhecimento profundo dos principais cientistas no decorrer da história da ciência moderna. A Semiótica não seria em sua totalidade uma ciência originalmente peirceana, mas o tratamento e a abrangência proporcionados pelos estudos de Peirce sobre o assunto foram realmente revolucionários.

Com efeito, Peirce atribui a John Locke (1632-1704) o nome da Semiótica e, presume-se, também seu estatuto de Lógica. Semiótica (do grego *semeiotiké*), para Locke, é a doutrina dos signos, que se ocupa da relação triádica entre sinais ou representação da coisa, a coisa propriamente dita e as idéias. Um outro nome para Semiótica seria Lógica (LOCKE, 1988, p. 211).

Semiótica é a doutrina dos signos que objetiva investigar os signos utilizados por uma inteligência que apreende pela experiência.

Em seu sentido geral, a lógica é, como acredito ter mostrado, apenas um outro nome para semiótica (*σημειωτική*), a quase-necessária, ou formal, doutrina dos signos. Descrevendo a doutrina como “quase-necessária”, ou formal, quero dizer que observamos os caracteres de tais signos e, a partir dessa observação, por um processo a que não objetarei denominar Abstração, somos levados a afirmações, eminentemente falíveis e por isso, num certo sentido, de modo algum necessárias, a respeito do que *devem ser* os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência “científica”, isto é, por uma inteligência capaz de aprender através da experiência. (PEIRCE, 2000, p. 45, CP 2.227).

É preciso definir signo, suas divisões, classes e entidades correlacionadas. Para tanto, apresentar-se-á brevemente os conceitos mais conhecidos da Semiótica peirceana. Essa brevidade nem por isso deve ser encarada como uma posição reducionista. É sabido que existem materiais de estimada relevância referentes às discussões aplicadas da teoria do signo, por isso não será fornecido um número extenso de exemplos.

O signo na visão peirceana não é um fenômeno estanque, nem tampouco se reduz a um produto da mente humana. Um signo é de caráter geral, corresponde a tudo o que se possa imaginar, observar, sentir ou pensar. Santaella (2000) dedica-se exclusivamente a afastar os equívocos relacionados ao entendimento do signo, e discute os mal entendidos encontrados na literatura sobre o tema, que reduzem a ideia de signo ao produto da mente humana.

É certo que, em algumas de suas definições, Peirce utilizou literalmente a palavra “alguém”, ou, no seu lugar, “mente de uma pessoa”, ou, ainda, a palavra “intérprete”. Nesses casos, contudo, ele estava conscientemente abaixando o nível de abstração lógica da definição porque, na angústia de não conseguir se fazer entender por seus contemporâneos, viu-se na contingência de comprometer o rigor teórico na tentativa de se comunicar. (SANTAELLA, 2000, p. 12)

Sob a terceira categoria fenomenológica o signo efetivamente se concretiza, quando atinge o mais alto grau de representação. O signo, sendo um primeiro, possui qualidades semelhantes às presentes no objeto que representa, o objeto que determina o signo é representado pelo signo por alguns elementos pertinentes também nele, as qualidades. O signo determinado pelo objeto impele à existência e ao desenvolvimento de um terceiro elemento que é o interpretante do signo.

Antes de analisar as definições mais frequentes de signo, deve-se expor as indagações de Peirce com respeito ao signo em seus embates com outros pensadores. Quando da discussão com Descartes e outros filósofos que acreditavam que a primeira porta de entrada do conhecimento seria a intuição, como cognição não determinada por prévia cognição ou cognição imediata do objeto

referente, Peirce declara, contrariamente a eles, que não possuímos a faculdade intuitiva de distinguir cognições imediatas e mediatas; não há necessidade de supor autoconsciência intuitiva, pois somente se chega a ela através de inferência; além disso, não se tem o poder intuitivo de distinguir cognição intuitiva (PEIRCE, 1980, p. 61-70, CP 5.213-263).

As respostas fornecidas a diversas questões pertinentes ao signo, em 1868, nos artigos “Questões sobre certas faculdades reivindicadas pelo homem” e “Algumas conseqüências de quatro incapacidades”, lançaram os fundamentos para desenvolvimentos posteriores da Semiótica. Entre elas, pode-se destacar a questão *se podemos pensar sem signos*, como sugere a teoria da intuição que retira o papel da mediação para com a realidade. Peirce afirma que na intuição não há pensamento, pois este apenas existe com os signos.

À luz de fatos externos, os únicos casos de pensamento que podem encontrar-se são de pensamento-em-signos. Nenhum outro pensamento pode ser mostrado através de fatos externos. Vimos que o pensamento só pode ser conhecido através de fatos externos. O único pensamento que pode conhecer-se é pensamento-dentro-de-signos. Mas pensamento que não possa conhecer-se não existe. Todo o pensamento, portanto, deve necessariamente existir em signos. (PEIRCE, 1980, p. 68, CP 5.251)

O pensamento somente existe como uma cognição que depende de signos e sem estes não haveria maneira de conhecer qualquer cognição anterior. Produzem-se signos para conhecer eventos anteriores, os quais por pura intuição não seria possível. A consciência da intuição não surge com a competência intuitiva, mas depende de mediação. Um pensamento sem o uso de signos não existe; a intuição não é uma faculdade que por si mesma facilita a aquisição de cognições.

Como consequência, Peirce chega a um conjunto de quatro negativas de fundamental importância ao seu confronto com o pensamento cartesiano, expresso em “Algumas conseqüências de quatro incapacidades”, de 1868. A primeira delas é que não temos capacidade de introspecção, e todo conhecimento do mundo interior deriva de nosso conhecimento de fatos externos através de raciocínio hipotético. A segunda, afirma que não temos poder de intuição, pois cada cognição é logicamente determinada por cognições prévias. Terceira: não podemos pensar sem signos. A quarta negativa consiste em aceitar que não concebemos o absolutamente incognoscível (PEIRCE, 1980, p. 72, CP 5.265).

Aqui há um avanço no conceito de cognição que a assemelha à inferência.

Peirce propõe substituir a concepção da intuição como mecanismo de captação da existência imediata de fenômenos referentes a um objeto, pelo conceito de inferência. Desse modo, o conhecimento de um objeto ou de suas qualidades não deriva da ação intuitiva do espírito, mas de sua capacidade de realizar inferências, principalmente, as hipotéticas que procuram dizer que uma tal qualidade pode ter origem em algum objeto observado.

Pode-se presumir que a Semiótica nasceu também do exame e da refutação do pensamento cartesiano. Para se iniciar uma investigação de qualquer tipo, Peirce sugeriu que se comece das crenças presentes na mente, para daí então duvidar. É inaceitável no Pragmatismo iniciar uma investigação pela dúvida metódica, quase fictícia, que nada tem a ver com uma relação real com o sujeito da investigação. E qualquer que seja a primeira cognição sobre o objeto investigado, ela deve consistir em uma inferência cuja conclusão leva a um pensamento que não existe se não for da natureza signíca.

Desse momento em diante, Peirce procurou elaborar e reelaborar sua concepção de signo diversas vezes. O signo peirceano e os tipos de signos decorrentes relacionam-se com as três categorias fenomenológicas de maneira fundamental. Tanto é verdade que não é possível definir signo sem a menção das categorias.

Outro aspecto é que o signo não diz respeito a entidades produzidas pela mente humana, como foi argumentado anteriormente quando da qualificação de sua filosofia como não antropocêntrica. Por signo, pode-se encontrar qualquer objeto concreto encontrado na natureza, pois é o hábito resultante de uma consecução de fatos, ocorrências e transformações acontecidas na experiência da secundidade, os quais somente poderiam existir pela multiplicidade e variedade da primeiridade. O próprio universo é um signo-pensamento em um movimento constante rumo ao desenvolvimento e à complexificação contínuos.

O signo deverá sempre ser entendido como um processo que relaciona um primeiro, um segundo e um terceiro. A primeiridade atua no signo, enquanto o objeto representado pelo signo está no nível da secundidade e compreende a alteridade conhecida nos fenômenos da experiência direta, no mundo real, categoria dos fatos e ocorrências. Na terceiridade, nível da razão, do juízo, da lei, da regularidade, da generalidade, da representação, da interpretação, da constituição do pensamento ação, da inteligência e da cognição, encontra-se o interpretante do signo. Essa

entidade procura representar o primeiro signo que diz algo a respeito do objeto.

Entre as primeiras definições de signo está a de 1867, encontrada no estudo “Sobre uma nova lista de categorias”. Nessa ocasião, Peirce alude ao conceito de signo com um exemplo, relacionando as três entidades constituintes do signo. “Nesse sentido, uma palavra representa uma coisa para o conceito que está na mente do ouvinte, um retrato representa uma pessoa a qual pretende representar para a concepção de reconhecimento, um catavento representa a direção do vento para o conceito dele para quem o entende, um advogado representa seu cliente para o juiz e o jurado os quais influencia.” (PEIRCE, 1992, p. 5, CP 1.554?). O ensaio teve como propósito revisar as principais noções de categorias lógicas e propor novas categorias: qualidade, relação e representação. Ressalta o papel da coisa, da palavra e do conceito na constituição dos signo. Ao contrário de outras concepções de signo de tradições não filosóficas, o signo peirceano é triádico.

Posteriormente, em 1868, no contexto do dialogo com Descartes e na discussão da teoria da intuição, Peirce afirmou, mais uma vez, que o signo possui uma característica triádica. E se o signo é pensamento, portanto, o pensamento é triádico. “Ora, um signo possui três referências: *primeiro*, é signo *para* algum pensamento que o interpreta; *segundo*, é signo *para* algum objeto que se lhe equivale nesse pensamento; *terceiro*, é signo *sob algum* aspecto ou qualidade que o liga ao seu objeto.” (PEIRCE, 1980, p. 73, CP 5.283).

Verifica-se a substituição de coisa por objeto que permite ao signo referir-se a objetos reais, em secundidade, e objetos mentais. A restrita associação exclusiva do objeto com uma coisa externa enfraquece um aspecto principal do signo: o conceito de objeto. Com esse, permite-se falar de uma teoria triádica do signo.

O conceito de signo foi tomando sua forma mais conhecida com os desenvolvimentos seguintes, em um fragmento cuja data precisa não é identificada. Entretanto, nos parágrafos posteriores, de 1894, Peirce acentua o caráter contínuo subjacente ao signo.

Um signo “representa” algo *para* a idéia que provoca ou modifica. Ou assim - é um veículo que comunica à mente algo do exterior. O “representado” é o seu objeto; o comunicado, a *significação*; a idéia que provoca, o seu *interpretante*. O objeto da representação é uma representação que a primeira representação interpreta. Pode conceber-se que uma série sem fim de representações, cada uma delas representando a anterior, encontre um objeto absoluto como limite. A significação de uma representação é outra representação. Consiste, de fato, na representação despida de roupagens irrelevantes; mas nunca se conseguirá despi-la por completo; muda-se apenas para roupa mais diáfana. (PEIRCE, 1980, p. 93, CP 1.339)

Verifica-se a presença do princípio do sinequismo como fundamento ontológico do signo. Mesmo que se represente em condições ótimas um objeto, o signo tem por natureza, assim como todas as coisas, a obrigação de seguir o contínuo. O processo de representação é uma série sem fim, cada uma das representações interpretante a anterior e assim *ad infinitum*. A primeira vista, parece exagero relacionar o simples fato humano de representar como um elemento associado à natureza própria do universo. Contudo, a Filosofia e a Semiótica peirceanas não projetam o homem como o único ser dotado do poder de cognição – concepção própria dos cartesianos –, pois manifestações cognitivas, do ponto de vista peirceano, surgiram antes e estarão presentes depois da existência humana.

Nesse contexto, o conceito de signo acompanha o sistema filosófico de Peirce e dele retira suas bases, as quais, como analisado, surgem da crítica da obra de outros filósofos. Uma representação somente pode ser compreendida através de outra representação; a interpretação consiste em uma representação.

Presume-se que não haveria diferenças substanciais entre representação e interpretação, pois ambas procuram estar no lugar de outra coisa, funcionam como substitutas equivalentes. O conceito de signo peirceano pode deixar transparecer que representação é o fenômeno decorrente do fato do representamen representar primariamente o objeto, ao passo que a interpretação é o processo que dá origem ao interpretante do objeto.

Em 1897, Peirce definiu signo em uma acepção que acabou gerando dúvidas quanto à abrangência do conceito, porque casualmente relacionou as palavras “alguém” e “pessoa”. Isso provocou confusões e comparações inadequadas ao conceito de signo de Peirce, correlacionado-o a conceitos de signo de matrizes não-filosóficas.

De fato, é uma redução teórica que destitui da concepção de signo sua relação estreita com as premissas metafísicas e com as categorias fenomenológicas. Fenômenos de terceiridade ocorrem entre os eventos naturais, quando se tem por propósito representar um comportamento anterior. Certamente, essas aplicações do conceito de signo ficariam extremamente diminuídas por uma leitura antropocêntrica da definição a seguir.

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do representâmen. (PEIRCE, 2000, p. 46, CP 2.228)

A tese levantada por Santaella (2000, p. 12) é que Peirce estava reduzindo o grau de abstração de sua definição de signo, com o fito de ser compreendido por seus pares, evitando utilizar exemplos cosmológicos e orgânicos. Peirce não está, efetivamente, referindo-se a pessoas como seres humanos, mas como uma mente no seu conceito mais amplo (SILVEIRA, 2007, p. 48). Além disso, o fragmento menciona o fundamento do signo como aquele aspecto ou ideia que o signo recupera do objeto. Um objeto não poderia ser representado na sua totalidade.

Esse argumento é semelhante ao kantiano que assera que das coisas-em-si não se pode conhecer todos os aspectos, pois não se tem capacidade cognitiva tamanha, a tal ponto de retirar do objeto todas as suas características ou captar intelectualmente os seus elementos constitutivos. Apenas chegam-se a elas pelos fenômenos ou por suas aparências impressas na sensibilidade. Segundo Kant (1980, p. 29), “[...] nossa representação sensível não é, de modo algum, uma representação das coisas em si mesmas, mas somente de como elas nos aparecem.”

O signo, como visto na definição de 1897, funciona como tal se tomar o lugar do objeto que representa; ele substitui o objeto e torna-se equivalente a ele. A questão do fundamento significa que o signo tem em comum com o objeto um aspecto, uma certa qualidade ou um elemento. Não pode possuir todos os aspectos do objeto, pois se fosse possível, seria o próprio objeto. Esse aspecto semelhante e comum entre o objeto e o signo é uma qualidade qualquer tomada como referência àquele objeto, naquele determinado contexto. É o que pode ser chamado de fundamento do signo. O fundamento do signo encerra a cadeia ininterrupta de interpretação por um instante e o signo é determinado a partir daquela ideia geral que se tornou habitual na interpretação.

Antes de aprofunda-se na questão do objeto e do interpretante, deve-se ressaltar a definição mais abstrata de signo, a qual relaciona explicitamente a teoria das categorias. Em 1902, Peirce define signo do modo mais amplo possível, referindo-se fundamentalmente às três categorias de fenômenos. “Um Signo, ou

Representâmen, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo, denominado seu *Objeto*, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu *Interpretante*, que assuma a mesma relação triádica com seu Objeto no qual ele próprio está em relação com o mesmo Objeto.” (PEIRCE, 2000, p. 63, CP 2.274). Nesse sentido, um signo perfeito alcança a sua plenitude na terceiridade. Quando trata dos signos perfeitos de relação triádica genuína, Peirce aceita que existem signos degenerados, os quais não chegam a avançar ao nível do pensamento, à terceira categoria.

Essa preocupação com as modalidades triádicas e degeneradas dos signos se reflete em outras definições. Um elemento essencial é resgatar o papel determinante da terceiridade para promover a continuidade. Se o pensamento ocorre em condições ideais na terceiridade - por esta empreender a representação, a mediação, a ampliação, o crescimento, a inteligência - e o signo permite alcançar essa forma típica por ser um dos exemplos mais apropriados no universo para mostrar este propósito, ele deve guiar-se, sobretudo, pelo princípio da continuidade. A esse respeito, em um escrito datado de 1902, Peirce argumenta:

A mediação genuína é o caráter de um Signo. Um *Signo* é tudo aquilo que está relacionado com uma Segunda coisa, seu *Objeto*, com respeito a uma Qualidade, de modo tal a trazer uma Terceira coisa, seu *Interpretante*, para uma relação com o mesmo Objeto, e de modo tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto na mesma forma, *ad infinitum*. Se a série é interrompida, o Signo, por enquanto, não corresponde ao caráter significante perfeito. (PEIRCE, 2000, p. 28, CP 2.92)

Na medida em que o representamen do objeto é substituído por outro, o signo torna-se a representação aprofundada do objeto, mas as representações vindouras estarão direcionadas ao mesmo objeto. É a ilustração mais elementar do contínuo agindo sob a interpretação, a qual nunca se encerra, apenas permanece em latente potencialidade de significação.

Supõe-se que um outro equívoco no entendimento do signo é compreendê-lo apenas como a entidade que representa o objeto do signo. Em realidade, o signo é a união inseparável das três entidades, objeto, signo e interpretante. A relação triádica é que forma o signo perfeito, coexistindo de forma interdependente com as três entidades. O representamen refere-se à posição lógica no signo.

Em outras palavras, é corriqueiro encontrar representamen e signo como sendo a mesma coisa. De certo modo, não é de todo inválido tal argumento, porém

o representamen é um tipo particular de signo e designado a cumprir a função de um correlato na relação triádica do signo (PIRES, 1999, p. 27).

Conforme salientado, uma das funções do signo é a de estar na posição ocupada pelo objeto ou por algum aspecto dele. O signo deve ser convincente o suficiente para ser tomado como o próprio objeto. Por exemplo, quando se descreve as cores de um objeto, se descreve apenas qualidades presentes no representamen do objeto e não as cores (qualidades) presentes no objeto que é, neste instante e exemplo, externo à mente que representa. Tais qualidades são interpretadas como partes concretas internas ao objeto. Essa função do signo consiste em seu caráter vicário, o de se colocar no lugar de outro e ser assumido como tal.

O signo também possui a função de unir o objeto ao seu interpretante. A mediação possibilitada pelo signo liga signo e objeto, e, em um plano maior, une a realidade do objeto externa à mente ao mundo interior do indivíduo. Não condiz com a filosofia peirceana a oposição mente e matéria, ambas se constituem elementos de um mesmo processo de representação. A matéria é reduzida à mente, pois ela consiste em resultado do efeito do hábito agindo no universo. Matéria é hábito cristalizado e somente uma leitura sinequista e a confiança no idealismo objetivo observaria tal realidade.

Sem os objetos que determinassem a existência do signo na mente seria improvável a existência de um interpretante. A posição tomada por Peirce é contra qualquer tipo de nominalismo que tenta polarizar a representação, “[...] separando o discurso do existente.” (SILVEIRA, 1991, p. 47). A questão do objeto é de fundamental importância para a distinção entre a teoria peirceana e as teorias linguísticas do signo. O objeto determina o signo ou como ele quer ser representado no processo de semiose.

No Pragmatismo peirceano atesta-se que, mais cedo ou mais tarde, os objetos e a realidade serão chamados a provar qual a melhor forma de serem representados. Peirce é, acima de tudo, um realista e a convicção do Pragmatismo é que os objetos determinam a melhor forma de sua representação. Caso a representação não seja suficiente, o tempo promoverá as correções necessárias e outra representação deverá substituí-la.

Para Ibri (1992, p. 30) e Silveira (2007, p. 195), o realismo é algo essencial do pensamento de Peirce, tal fato tornam infundadas as tentativas de adotar algum dos correlatos do signo para explicar partes obscuras de teorias do signo que não

aceitam a realidade como condição determinante do signo. "É próprio do pragmatismo esse realismo um pouco brutal." (SILVEIRA, 2007, p. 195).

Peirce, em correspondência para Lady Welby, datada de 1904, define que a relação do interpretante com o objeto é similar à conexão do representamen com o objeto, pois, a partir do momento em que se interpreta ou representa consecutivamente um objeto, passa-se a um estágio mais avançado de conhecimento sobre ele. "Um signo, portanto, é um objeto que, de uma parte, está em relação com seu objeto e, de outra parte, com um interpretante, de maneira tal a colocar o interpretante para com o objeto numa relação que corresponde à sua própria relação com o objeto." (PEIRCE, 1972, p. 143, CP 8.332). Apesar de se produzir mais signos, chega-se mais próximo do entendimento do objeto.

Ressalta-se que existem dificuldades quanto à compreensão do conceito de signo, objeto e interpretante, que merecem ser superadas. Conforme análise anterior, a definição de signo, em sua forma mais geral, apresenta três pontos de estudo da teoria dos signos de Peirce. O primeiro deles é o próprio signo depois sua definição geral e seus relacionamentos e divisões. O objeto da relação triádica é resultado da tendência de abrir espaço aos estudos relativos à determinação e à formação do signo. Além disso, a questão da significação e da interpretação é sugerida pela existência da entidade denominada interpretante. Contudo, o que são, efetivamente, o objeto e o interpretante do signo, e quais suas divisões?

É notório que o signo existe no nível da primeiridade; o objeto, na secundidade e o interpretante habita a terceiridade. Coloca-se o termo signo apenas na primeiridade para uma separação, mas é correto afirmar que no signo estão as três entidades em atividade numa relação necessária, um processo em que se relacionam umas as outras para produzir uma interpretação.

Nesse sentido, o objeto é um segundo, isto significa falar que o objeto possui elementos encontrados na segunda categoria fenomenológica. O objeto difere do signo, pois o signo busca representá-lo em um interpretante que será objeto de representação. Com isso, é dito que o objeto se diferencia do signo, porém não quer dizer que é de natureza totalmente diversa da do signo, em todas as ocasiões.

Peirce (1972, p. 96, CP 2.230) explica que um signo pode conter mais de um objeto. Ele poderá ser complexo e revelar um conjunto de coisas individuais co-existindo no mesmo objeto da representação. Por exemplo, um fato ou evento – próprio de secundidade – relaciona pelo menos duas coisas em uma ocorrência,

contendo a alteridade própria da secundidade. Neste fato, somente é mostrado um determinado sentido, sem interpretações subsequentes. “Assim na sentença ‘Caim matou Abel’, que é um Signo, refere-se pelo menos tanto a Abel quanto a Caim, ainda que não a encaremos como deveríamos encará-la, isto é, como tendo ‘um assassinio’ na qualidade de terceiro Objeto.” (PEIRCE, 1972, p. 96, CP 2.230).

Em outra passagem, Peirce (1972, p. 97, CP 2.232) apresenta os tipos de objetos e como podem ser a natureza destes.

Os Objetos – pois um Signo pode ter qualquer número deles – podem ser uma coisa singular existente e conhecida ou coisa que se acredita ter anteriormente existido ou coisa que se espera venha a existir ou uma coleção dessas coisas ou uma qualidade ou relação ou fato conhecido cujo Objeto singular pode ser uma coleção ou conjunto de partes ou pode revestir algum outro modo de ser, tal como algum ato permitido, cujo ser não impede que sua negação seja igualmente verdadeira ou algo de natureza geral, desejado, exigido ou invariavelmente encontrado sob certas circunstâncias comuns.

O objeto pode ser um evento, uma qualidade encarnada em um tipo geral, uma representação, uma coisa exterior ou uma coisa imaginável. Confundem-se os críticos do pensamento peirceano, quando definem por objeto apenas coisas externas (físicas e materiais) à mente interpretante. As lembranças que se acumularam na história de uma pessoa têm um peso significativo sobre o presente, e ninguém poderia dizer que eventos constitutivos da memória não influem na vida presente do sujeito, ou que não sejam objetos de representação.

A mesma observação pode ser feita quando se restringe o objeto a algo singular, fato que a citação procura desembaraçar. O objeto pode ser um complexo de objetos tomados em conjunto pela representação. Além disso, o conteúdo da imaginação, possível ou impossível em um futuro, é também objeto de representação.

O objeto ocupa a posição lógica de um segundo para um terceiro que o interpreta. É frequente a confusão entre coisa e objeto, pois ambos participam da secundidade e conferem a noção de realidade e concretude à relação semiótica, com vistas ao interpretante. Por coisa entende-se um elemento físico-material experimentado através do contato direto e o objeto é um dos três correlatos do signo. O objeto da relação triádica pode estar disponível como coisa material, e sua capacidade de alterar a conduta será mais eficaz quando isso acontecer. Entretanto, o objeto não pode ser identificado obrigatoriamente como uma coisa, pois, como observado, há uma grande possibilidade de se apresentar na condição de um

evento existente em secundidade ou, simplesmente, um fenômeno imaginado que mesmo assim afeta a conduta.

O objeto determina o signo e por isso, em um segundo momento, direciona a produção do interpretante¹⁹. O signo manifesta-se no lugar do objeto, sendo confundido com o objeto. O signo intenta substituir, em certa medida, o objeto. É nessa substituição que o signo se transforma em objeto de outro signo, mesmo que a estrutura e a natureza do signo criado não provenham de um objeto físico-material, mas, ao contrário, compartilhem do mesmo corpo sígnico.

Segundo Peirce, o objeto divide-se em imediato e dinâmico. O objeto imediato é a suposição ou a noção sobre o objeto criada no signo. O objeto dinâmico é o objeto tal como ele é, reagindo sobre outros existentes e oferecendo condições para que seja apenas indicado pelo intérprete na experiência. Seria o objeto evidenciado na realidade direta de secundidade, independente de uma mente interpretante. Lembrando de perto a divisão kantiana entre noumenos e fenômenos, Peirce, em carta a W. James, em 1909, divide os objetos da seguinte forma:

Devemos distinguir entre o Objeto Imediato – *i. e.*, Objeto como representado no Signo – e, o Objeto Real (não, porque talvez o Objeto seja ao mesmo tempo fictício; devo escolher um termo diferente), digamos antes o Objeto Dinâmico que, pela natureza das coisas, o Signo *não pode* exprimir, que ele pode apenas *indicar*, deixando ao intérprete a tarefa de descobri-lo por *experiência colateral*. (PEIRCE, 2000, p. 168, CP 8.314).

Com efeito, a experiência colateral é a forma de entrar em contato com o objeto dinâmico e superar a representação do objeto imediato, chegando a uma representação mais próxima do objeto. Coelho Netto (1999, p. 69) argumenta: “[...] o Objeto Imediato é aquilo que se supõe que um objeto é, sendo o Objeto Dinâmico uma representação *real* do objeto tal como, é possível obtê-la através do estudo definitivo [...]”.

Por estudo definitivo, entende-se o conhecimento construído sobre a base da pesquisa científica; é dentro da ciência e da aplicação do método científico que seria possível obter representações verdadeiras a respeito do objeto. Contudo, qualquer mente científica ou que aprende pela experiência pode se aproximar do objeto dinâmico. Tal objeto não se resume à coisa físico-material, mas consiste em um conjunto de percepções obtidas por experiência direta com o próprio objeto. Em

¹⁹ O papel do intérprete do signo não é destituído de valor na teoria de Peirce, mas o objeto tem precedência lógica na produção e delineamento do signo. Assumir que o objeto determina o signo não significa desqualificar a participação do intérprete na semiose, contudo, é na busca por uma representação cada vez mais próxima do objeto dinâmico que as mentes substituirão representações pouco adequadas motivadas sempre pela determinação do objeto.

síntese, Silveira (2007, p. 46) menciona que “Ao objeto enquanto contido no signo que a ele se refere, Peirce denomina *Objeto Imediato* do signo. Ao objeto enquanto só alcançável por experiência colateral, Peirce denomina *Objeto Dinâmico* do signo.”

Santaella (2000, p. 39-40) também observou pontos fundamentais nas definições peirceanas de objeto imediato. O objeto imediato apresenta-se dentro do signo, é uma referência que indica o objeto dinâmico e medeia os signos do objeto dinâmico. Além disso, considera o objeto como representado pelo signo, da forma que o signo o mostra e permite que se aproxime dele.

Nessa direção, quanto mais se criam objetos imediatos, o conhecimento do objeto dinâmico amplia. O processo de interpretação ininterrupta e atualização do signo, também conhecida na Semiótica peirceana como semiose, objetiva representar o interpretante de um signo anterior, e aproxima-se cada vez mais do objeto dinâmico como ele é. Como o processo de interpretação não tem fim, o produto dele será, mais cedo ou mais tarde, substituído. Portanto, é falível à medida que depende de experimentações futuras para gerar uma interpretação sempre mais exata.

A experiência direta de secundidade executa a função de colocar em contato duas coisas existentes reagindo mutuamente, mas no caso do objeto imediato é ao contrário. O objeto, na condição de um existente, foge da ideia de objeto da interpretação para uma mente humana. Mais uma vez, na Fenomenologia peirceana a coisa é mantida pela secundidade e sua identidade se acomoda à definição geral de signo como algo existente e suscetível ao hábito natural, cristalizando-se hábitos na forma de matéria.

Retornando a revisão da definição de interpretante, tal dispositivo conceitual consiste em um hábito de ação que leva uma mente a se comportar em um estado definido, no sentido poder significar. Uma visão ampla do interpretante é concebê-lo como representação originada em um acaso absoluto, comum à primeira categoria de fenômeno, e passando pelo choque encontrado no nível dos existentes.

Conquanto, objetivando o emprego mais específico da definição de interpretante, inclui-se sua noção no contexto do pensamento humano, o qual é gerado por um intérprete. O interpretante sendo um terceiro, é a imagem, o sentido ou o conceito que diz respeito ao objeto que denota. Ele não apenas representa o objeto como o signo faz com essas qualidades em primeiridade; contudo, o interpretante fornece a ideia geral a respeito do objeto. Isso não significa que o

interpretante seja diferente do signo. De acordo com o exame anterior, ele mesmo é signo de um outro signo e permanecerá como base para signos subsequentes. Em muitas ocasiões, a cadeia interpretativa cessa e diminui de intensidade. Isso provoca um processo que degenera o signo, pois a necessidade teleológica do signo é crescer, evoluir e desenvolver-se constantemente.

Em torno do interpretante circundam as ideias da terceira categoria, como a mediação entre o objeto e o signo, a representação do signo, a síntese dos níveis anteriores atingidos pelo interpretante e a continuidade da interpretação, que é o mesmo que dizer evolução do pensamento. O sentido de aprendizagem na aquisição de conceitos e a mudança de hábito são familiares e inerentes ao conceito de interpretante. O interpretante é o efeito conceitual do que o signo provoca, motivado pelo objeto.

De acordo com Valente e Brosso (1999, p. 94), “Interpretante é significação, interpretação de um signo. Interpretante é um signo vivo próprio da semiose. Sem os processos de ação e significação deixaria de existir a teoria sgnica e [...] a própria vida, que é, em última análise, ação dos signos.” A vida dos signos está em sua capacidade de gerar interpretantes em uma genuína relação triádica. O interpretante proporciona inteligibilidade sobre o objeto.

Não obstante, ressalta-se que a equivalência entre significação e interpretante esconde a verdadeira vocação deste último, a qual será revelada sempre em um futuro. O interpretante deve ser um signo cujo significado está no futuro. A significação, quando compreendida como um fenômeno estanque e realizado no passado, como algo que já está pronto no momento da definição do sentido, não condiz com o propósito do Pragmatismo que é sustentar que o significado está no futuro ou na tendência do interpretante em representar objetos no futuro.

Coelho Netto (1999, p. 70) explica o interpretante em moldes lingüísticos: “[...] em suma e em termos banais, como o conceito ou imagem mental criada na relação triádica do signo.” Tais leituras do interpretante reduzem-no ao conceito de significado, fato que pode comprometer um contato maior com as imbricações teóricas de Peirce, na medida em que os conceitos de interpretante e significado podem não coincidir completamente. O interpretante é um efeito sgnico para um objeto, o outro, o significado, é uma imagem acústica. Seria uma tentativa arriscada de explicar um processo triádico por um esquema diádico.

Com o mesmo ímpeto, Noth (2005a, p. 71) argumentou que Peirce ofereceu

uma definição pragmática de significação quando definiu interpretante como efeito ou resultado do signo na mente do intérprete. Relacionar Peirce a um conceito gerado a partir do resumo de sua Metodêutica (a Pragmática) não incentiva a proposição de estudos sobre sua concepção de Lógica. Acredita-se que apenas uma leitura do ponto de vista da Filosofia peirceana pode revelar os reais propósitos do autor com seus conceitos, longe das implicações psicológicas que poderiam ter ensejado, desdobramentos estes que o autor procurou evitar.

Em síntese, à medida que a cadeia sígnica cresce, o interpretante é representado por outro interpretante mais complexo. O interpretante permanece na posição do objeto da relação triádica para um signo-interpretante ulterior. Trata-se do efeito representação que conceitua, significa e dá sentido ao representamen do signo e pertence à terceira categoria. Sobre o interpretante de Peirce há dois grupos que estabelecem divisões tripartidas: a) interpretante imediato, interpretante dinâmico e interpretante final e b) interpretante emocional, interpretante energético e interpretante lógico.

Peirce (2000, p. 168, CP 8.314) explica que o interpretante imediato é o que está diretamente expresso no signo, o esquema ou a vaga imagem que é comum em todas as imagens correspondentes ao signo em questão. O interpretante imediato é aquela ideia, representação ou conceito presente no primeiro instante do signo. Por interpretante dinâmico entende o efeito real do signo sobre um sujeito, isto é, o efeito concreto sobre o intérprete. O interpretante dinâmico é o resultado ou o entendimento concreto veiculado pelo signo; o efetivo significado do signo. Já o interpretante final ou último é a significação provocada pelo signo em uma situação ideal, também pode ser compreendido como a soma das lições das respostas acumuladas pelas ciências, moral, etc., sobre o signo. Interpretante final é a forma que o signo tende a se comportar na derradeira cadeia interpretativa. Esse pode também ser o efeito total de um signo, ao final da série interpretativa e em condições favoráveis para atingir o significado pleno.

Um exemplo poderia ser o efeito interpretativo da palavra “casa”. É provável que tal palavra suscite várias imagens possíveis em uma genérica correspondência com o signo, como as ideias de lar ou moradia. Supõe-se que o indivíduo seja um engenheiro particular, e quando confrontado com a mesma palavra em uma dada ocorrência, é possível que o efeito concreto do signo seja habitação, materiais de edificação de domicílios etc. Cada mente em particular manifesta um interpretante

dinâmico, mas levar em consideração a existência do interpretante final exige que todas os interpretantes dinâmicos coincidam no final da cadeia interpretativa – caso se atinja este ideal –, sejam os das ciências ou do senso comum. A disputa entre dos interpretantes dinâmicos concorrentes faz-se rumar, dentro da cadeia infinita de interpretação, ao interpretante final. A contínua escalada desta cadeia aproxima os interpretantes dinâmicos do interpretante final, ao passo que diminui a distância em relação ao objeto dinâmico.

Deve-se ressaltar a compatibilidade dos três interpretantes com as três categorias fenomenológicas. Das impressões provocadas pelo signo, passando pelo efetivo significado em uma mente individual, até chegar à significação coletivizada da real interpretação do signo, os interpretantes passam por um estado de potência – ainda a se concretizar – a um estado de fato – de efetiva significação – a um estado pleno e de produção de tendências a interpretações futuras (SILVEIRA, 1991, p. 49; COELHO, 1999, p. 71). Desnecessário dizer que o cotejamento dos interpretantes com as três categorias é inconteste e reconhecido por outros estudiosos (SANTAELLA, 2000, p. 67, NOTH, 2005a, p. 74-75). As divisões do interpretante possuem as características das categorias e só podem ser compreendidas como efeitos da natureza da categoria correspondente.

A segunda divisão do interpretante segmenta-o em: interpretante emocional, interpretante energético e interpretante lógico. O interpretante emocional é o resultado do signo enquanto um sentimento; o interpretante energético é o esforço mental ou físico exigido pelo signo para ser interpretado; e o interpretante lógico refere-se à efetiva mudança de hábito ou à modificação de tendências de um sujeito para a ação (PEIRCE, 1980, p. 131, CP 5.475-477). Romper a indiferença para ser uma aparente possibilidade de interpretação é o que objetiva o interpretante emocional, sabendo que a categoria da possibilidade é a primeira. No interpretante energético é preciso haver uma ação para apreender e assimilar o significado do signo. Por último, a representação da relação entre o representamen e o objeto é operada na terceiridade, significando a ampliação do significado por uma mudança de conduta interpretativa.

Com efeito, presume-se como interpretante de um objeto não apenas o caráter geral, simbolizado ou conceitual de uma ideia, mas sua condição de sentimento ensejado por um objeto da experiência, ou a natureza reativa condutora de ação. Mas como se pode encadear os dois agrupamentos de interpretante? Há duas

perspectivas sobre essa mesma questão na literatura. A primeira delas ressalta que o interpretante dinâmico comporta subdivisões. A segundo sustenta, a partir da lista de categorias, que os interpretantes imediato, dinâmico e lógico podem receber os níveis emocional, energético e lógico²⁰.

Santaella (2001, p. 47, 2002, p. 24, 2004, p. 243), em várias oportunidades, defende que o interpretante dinâmico é composto pelos níveis: interpretante emocional, interpretante energético e interpretante lógico, pois estes três explicitam esferas do fenômeno individual da interpretação. Presume-se que a razão desta posição seja a seguinte: Se Peirce definiu o interpretante dinâmico em termos de efeito concreto do signo; e os interpretantes emocional, energético e lógico tratam da natureza deste efeito; logo, estes três últimos são níveis do interpretante dinâmico. Mas esta visão particularizada dos efeitos emocional, energético e lógico pode não responder a questão: por que Peirce não submeteu a mesma subdivisão aos outros interpretantes, respaldando-se nas categorias fenomenológicas? Santaella (2004, p. 243) apresenta também a posição de Johansen, a qual pode responder esta questão.

A segunda perspectiva sugere que cada um dos interpretantes imediato, dinâmico e final, comporta os interpretantes emocional, energético e lógico. Johansen defende esta posição (SANTAELLA, 2004, p. 243), e o respeito às três categorias fenomenológicas parece esclarecer a compatibilidade entre os dois níveis de divisões do interpretante.

De acordo com Silveira (1991, p. 49),

O primeiro é uma mera disponibilidade, sentimento ou afeição que, rompendo em estado de indiferença, simplesmente predispõe a conduta diante do signo para encaminhar-se em busca do objeto. Desfeitas as repercussões psicológicas da exposição, trata-se de um interpretante de mera possibilidade. O segundo, é uma ação que interpreta a relação do signo para com o objeto: a resposta a um comando e toda a reação, são exemplos característicos e formas de aproximação genuínas de interpretantes energéticos. Finalmente, o terceiro é uma representação que interpreta a relação do *representamen* e o objeto.

Por representação entende-se a relação genuína do signo, cuja base está no caráter triádico. Com a finalidade de ilustrar a interdependência entre as séries de interpretantes, Silveira (1991, p. 49) esquematiza o encadeamento entre os

²⁰ Uma outra associação dos interpretantes, de autoria de Zeman, trata de mostrar a capacidade dos interpretantes emocional, energético e lógico comportarem o imediato, dinâmico e final. Nesse modelo, o emocional contempla apenas o imediato; o energético abrange o imediato e o dinâmico, enquanto o interpretante lógico abriga o imediato, dinâmico e final (COELHO NETTO, 1999, p. 76).

interpretantes. Em um estudo posterior, Silveira (2007, p. 55) organizou o quadro com o auxílio de cores para indicar a contribuição efetiva de cada interpretante segundo as categorias fenomenológicas, do nível mais elementar ao mais complexo.

	Interpretante Imediato	Interpretante Dinâmico	Interpretantes Final
Interpretante Emocional			
Interpretante Energético			
Interpretante Lógico			

Quadro 7: Subdivisões dos Interpretantes

Fonte: Silveira (2007, p. 55).

A cor verde representa as relações de primeiridade, a cor cinza as relações de secundidade, e a cor preta as relações de terceiridade. Entende-se que não apenas os interpretantes imediato, dinâmico e lógico receberam uma divisão tripartida, mas as categorias indicam a natureza fenomenológica de cada um dos interpretantes. Por exemplo, a interseção do interpretante lógico com o interpretante final é uma relação genuína de terceiridade, já a interseção do interpretante dinâmico com o interpretante energético é uma relação degenerada, porque ambos os interpretantes não produzem nas terceiras coluna (para o interpretante energético) e linha (para o interpretante dinâmico) relações de terceiridade.

De forma geral, o estudo do interpretante, a partir de 1900, toma a dimensão de elo que reúne o Pragmatismo peirceano e a teoria dos signos. Se apenas a investigação metódica reduz as incertezas sobre a validade de um conceito intelectual, usando como recurso a experimentação, a questão do significado de tal conceito está em sua capacidade de modificar condutas interpretativas.

A teoria dos interpretantes ressurgiu, então, como tentativa explícita de argumentar sobre a natureza do signo resultante da experimentação ou da aplicação da regra pragmatista. Peirce (1980, p. 130, CP 5.475) sustenta que “O problema do que seja o “significado” de um conceito intelectual somente pode ser resolvido através do estudo dos interpretantes, ou propriamente dos efeitos significados dos signos.”

Sendo assim, o Pragmatismo enquanto método retiraria da Semiótica, em

especial, do estudo dos interpretantes, o mecanismo necessário para compreender os efeitos de significado de um conceito intelectual. Como os interpretantes dinâmicos podem ser muitos sobre o mesmo signo, dependendo da quantidade e variedade de grupos ou pessoas que os defendem, somente uma investigação pode terminar com as dúvidas sobre o conceito mais apropriado. Somente tal pesquisa reduzirá os muitos interpretantes dinâmicos a uma interpretação completa do fenômeno – pelo menos para a época em questão –, proporcionando a chamado interpretante final ou último.

O Pragmatismo, quando se ocupa da fixação de hábitos ou de crenças eficazes, deve sustentar-se sobre esses assuntos no conceito de interpretante lógico, à medida que este produz hábitos verdadeiros cuja base está calcada no teste experimental. Comentadores do pensamento de Peirce (SANTAELLA, 2004, p. 242-243; SILVEIRA, 2007, p. 49-56) concordam que a teoria dos interpretantes consolida o encaixe que une, definitivamente, Pragmatismo e Semiótica.

Um esquema ilustrativo da dinâmica do signo e sua relação com o objeto e os interpretantes gerados, foi concebido por Granger. Nesse, constata-se a geração de interpretantes que se referem sempre ao mesmo objeto, pivô de representações futuras. O exemplo de Peirce, resgatado por Granger (1974, p. 136), apresenta um homem ébrio para mostrar contrastivamente o exemplo de temperança; assim, o representamen é um homem ébrio, o objeto é a idéia da excelência de sobriedade e o interpretante será as outras representações da embriaguez associadas às ideias de sobriedade. Essa sequência de interpretantes remetem à ideia inicial, enquanto objeto.

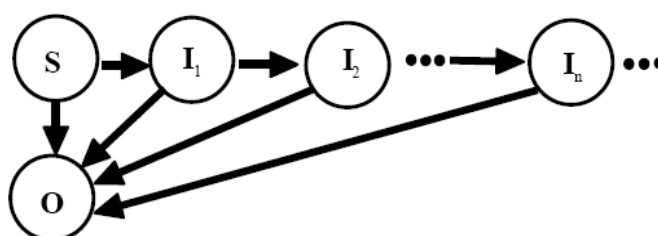


Figura 12: Triângulos Semióticos de Peirce

Fonte: Granger (1974, p. 137)

Tal esquema mostra a relação triádica e seu vínculo com os interpretantes gerados que sempre retomam a referência ao objeto. Mas o objeto na teoria de Peirce, segundo Granger (1974, p. 136), é considerado apenas em sua condição sígnica²¹. Não que o objeto não possa converter-se em um signo, pois é isso que será no objeto imediato. O interpretante mesmo, em certa medida, toma o lugar de objeto em uma função lógica com a finalidade de gerar um signo futuro. Contudo, o objeto não pode ser assimilado, exclusivamente e em todas as circunstâncias, como estrutura simbólica.

A figura é também uma tentativa de ilustrar o processo de semiose. Mas ressalta-se que os triângulos semióticos citados anteriormente não foram um recurso gráfico utilizado por Peirce, assim como fizeram Ogdens e Richards, que têm seu triângulo muitas vezes é utilizado para esquematizar a definição de signo peirceana. O triângulo não foi adotado por Peirce do modo como é utilizado em seu nome.

Após o esclarecimento dos tipos de objeto e divisões do interpretante, convém discutir as tricotomias referentes aos signos, as quais fundamentam a geração das classes de signos desenvolvidas por Peirce. Das dez tricotomias elaboradas é possível obter 30 designações diferentes de signos, as quais quando combinadas geram 66 classes de signos válidas. Segundo Peirce (2000, p. 177, nota b, CP 4.536) as dez tricotomias dizem respeito as seguintes relações: do signo com ele mesmo; do objeto imediato; do objeto dinâmico; do interpretante imediato; do interpretante dinâmico; do interpretante final; do objeto dinâmico com o signo; do interpretante dinâmico com o signo; do interpretante final com o signo e; do interpretante final com o objeto²².

Destaca-se, em especial, as três tricotomias de signos mais desenvolvidas. O

²¹ Granger (1974, p. 136-137) vale-se de uma definição de signo de Peirce para destacar a natureza do objeto como signo: "Um signo ou 'representamen' é 'uma coisa ligada, sob certo aspecto, a um *segundo signo*, seu 'objeto', de tal modo que relaciona uma *terceira coisa*, seu 'interpretante', com este objeto de modo a relacionar uma quarta coisa com o mesmo objeto e assim por diante *ad infinitum*...' (loc. cit., p. 51)". Este fragmento foi indicado por Granger como pertencente aos *Collected Papers*, v. II, *Elements of Logic*; contudo, a passagem em questão não afirma que o objeto é um segundo signo, como segue: "A *Sign* is anything which is related to a Second thing, its *Object*, in respect to a Quality, in such a way as to bring a Third thing, its *Interpretant*, into relation to the same Object, and that in such a way as to bring a Fourth into relation to that Object in the same form, *ad infinitum*." (PEIRCE, 1931-58, p. 51, CP 2.92). A tradução portuguesa deste trecho também não registra que o objeto é um segundo signo, a saber: "Um *Signo* é tudo aquilo que está relacionado com uma Segunda coisa, seu *Objeto*, com respeito a uma Qualidade, de modo tal a trazer uma Terceira coisa, seu *Interpretante*, para uma relação com o mesmo Objeto, e de modo tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto na mesma forma, *ad infinitum*." (PEIRCE, 2000, p. 28, CP 2.92). É provável que esta diferença interpretativa, que toma o objeto como um segundo signo, possa reduzir a concepção complexa de objeto de Peirce, a qual contempla o objeto imediato e dinâmico, além de considerar que um signo possa ter vários objetos e os quais podem ser: uma coisa singular existente, conhecida ou que tenha existido ou que irá existir; uma qualidade, um fato ou algo de natureza geral (PEIRCE, 2000, p. 48, CP 2.232). A despeito disso, Granger (1974, p. 137) afirma "Que o 'objeto' do signo seja um signo ou, como ainda diz Peirce, uma 'idéia', isso quer dizer que ele remete não a uma coisa isolada, mas a uma estrutura simbólica de que ele próprio é um elemento." Diferentemente, o conceito de objeto de Peirce relaciona-se tanto a esta estrutura simbólica mencionada por Granger - do nível da terceiridade - quando a coisas singulares.

²² Uma apresentação sintética das dez tricotomias de signos com as 30 designações, pode ser obtida em Santaella (2004, p. 201-202). Também pode-se consultar Peirce (1931-58, p. 231-245, CP 8.342-379).

signo quando combinado com o objeto, com o interpretante e com ele mesmo subdivide-se, originando três tricotomias logicamente fundadas nas categorias fenomenológicas.

A primeira tricotomia trata da relação do signo com ele mesmo; a segunda tricotomia propõe signos resultantes da relação do signo com o objeto; e, por fim, a terceira tricotomia especifica os signos produzidos no seio da conexão signo e interpretante. Os textos de Peirce que destacam a temática das tricotomias são “Divisão dos signos”, de 1897, e “Ícone, índice e símbolo”, de 1902. Contudo, nos escritos anteriores, por exemplo, “Sobre uma nova lista de categorias”, encontram-se menções dos signos correspondentes à segunda tricotomia.

A tricotomia que relaciona o signo com ele mesmo, compõe-se de três tipos de signos: o qualissigno, o sinsigno e o legissigno, cobertos pelas categorias: primeiridade, estabelecido pela qualidade; secundidade que envolve os eventos que ocorrem em um tempo e espaço determinados; e terceiridade que se relaciona ao hábito, à lei e à convenção. O qualissigno é uma qualidade que é um signo, como uma cor qualquer, um som. Ele não funciona como signo antes que corporifique, para isso, depende de outros signos.

O sinsigno é um evento que é um signo, evento no sentido de aparecer uma única vez, ser um individual. Peirce define sinsigno e atribui a sua formação a um ou vários qualissignos. “Um Sin-signo (onde a sílaba *sin* significa “uma única vez”, como em “singular”, “simples”, no latim *semel*, etc) é uma coisa existente ou acontecimento real, que é um signo. Só pode sê-lo através de suas qualidades; de sorte que envolve um quali-signo ou, antes, vários quali-signos.” (PEIRCE, 1972, p. 100, CP 2.245). Como na secundidade, um evento para se efetivar necessita de qualidades que o formem, com o sinsigno não será diferente, pois atua na secundidade e, nesse sentido, depende de elementos que o determinem, oriundos da primeiridade.

Os eventos singulares, quando surgem, regularmente favorecem a generalização, um pressuposto para constituir uma lei. Uma lei que é um signo é chamada de legissigno. Não pode ser um evento singular, mas um fenômeno geral, pois para ser lei deve, necessariamente, ser da ordem do geral. Como lei ou signo de lei, o legissigno depende dos sinsignos para sua composição. Qualquer palavra funciona como legissigno, por ser ela mesma de caráter geral. Caso não fosse desta forma, não haveria sentido de existir. As réplicas de um legissigno serão sinsignos.

As palavras são, em geral, legissignos, em que uma de suas recorrências será um sinsigno. Segundo Peirce (2000, p. 52, CP 2.246),

Um *Legissigno* é uma lei que é um signo. Normalmente, esta lei é estabelecida pelos homens. Todo signo convencional é um legissigno (porém a recíproca não é verdadeira). Não é um objeto singular, porém um tipo geral que, tem-se concordado, será significante. Todo legissigno significa através de um caso de sua aplicação, que pode ser denominada *Réplica*.”

A segunda tricotomia é proposta de acordo com a referência feita do signo com seu objeto e divide-se em: ícone, índice e símbolo. No nível da primeira categoria, o ícone compreende a qualidade de semelhança presente no objeto, a secundidade manifesta-se no índice e possui relações de fato, de coexistência e de interferência exercidas pelo objeto no signo. A terceiridade preside o símbolo como um signo de caráter convencional. Salienta-se que a segunda tricotomia foi a mais desenvolvida nos estudos de Peirce, dado o maior número de exemplos destes signos.

Todo signo que enseja representar seu objeto é necessariamente um ícone, pois deve referenciar o objeto por alguma semelhança que só pode ser uma qualidade apresentada tanto no signo quanto no objeto. “Um Ícone é um signo que se refere ao Objeto que denota simplesmente por força de caracteres próprios e que ele possuiria, da mesma forma, existisse ou não existisse efetivamente um Objeto daquele tipo.” (PEIRCE, 1972, p. 101, CP 2.247). Um ícone refere-se ao objeto por alguma semelhança ou similaridade. A simples semelhança é uma das características da primeiridade, pois é a identidade por qualidades. Uma fotografia é também um ícone daquilo que representa, um desenho qualquer que se refira a um objeto fora dele é um ícone por reunir semelhanças e, para que exista semelhança, é necessário conter qualidades do objeto, qualissignos.

Para Noth (2005a, p. 78), um ícone puro não pode realmente existir, à medida que depende de um signo mais complexo para significar. Um ícone não tem condições de sozinho determinar uma representação para o signo. Aprofundando-se no conceito de ícone, chega-se às divisões dos hipoícones, segundo os níveis de primeiridade. A primeira primeiridade representa qualidades simples, como nas imagens; na segunda primeiridade, representam-se as relações diádicas com o objeto, essas relações análogas se manifestam nos diagramas; e na terceira primeiridade, a representação de um paralelismo com outra coisa pode ser exemplificada com as metáforas (PEIRCE, 2000, p. 64, CP 2.277).

Há outros exemplos de hipoícones, segundo as variações da primeiridade aludidas anteriormente, tais como as analogias de relações das partes, diagramas e fórmulas algébricas; outros são os ideógrafos e as fotografias que, apesar de serem produzidas por uma conexão física com o objeto – relação indicial – dependem de vários ícones que mostram a semelhança com o objeto. Além disso, convém citar os desenhos e outras manifestações da semelhança, em diversos níveis – qualidades, relações e representação – com o objeto. Todos os tipos de hipoícones são modos degenerados de ícones, pois representam sem se apresentar em uma relação triádica genuína.

O índice se refere ao objeto por ser afetado em alguma medida por este. Possui uma relação de fato, de causa ou contiguidade física com o objeto. “Um *Índice* é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto.” (PEIRCE, 2000, p. 52, CP 2.248). Apesar disso, um índice está ligado ao objeto por alguma semelhança. Sendo assim, também depende de ícones, é interferido por seu objeto e possui uma relação de fato com ele.

Uma interferência e um fato são constituídos de ação e reação que se localizam no cerne da secundidade. Exemplos de índices podem ser a fumaça, como signo indicial de fogo; um campo molhado, como índice de que choveu, e uma seta em um cruzamento, na condição de índice do caminho a seguir (COELHO NETTO, 1999, p. 58). Analisando o exemplo do signo indicial “campo molhado” que se refere à chuva, conclui-se que de alguma forma este signo faz parte do objeto chuva, ou esteve em contato com este que o provocou. O campo molhado é interferido pela chuva tendo uma relação de fato, de existência. Ele não é a própria chuva como signo, mas foi afetado por ela e, somente por isso, adquire o poder de indicar (de relacionar) a chuva.

O índice é um dos signos mais interessantes no estudo da Semiótica peirceana, pois ele nos remete, inevitavelmente, ao objeto. Um índice é um instrumento poderoso de sugestão do objeto, sem a necessária apresentação do mesmo. Além disso, podem-se acrescentar que índices se manifestam nas formas de vestígio, de pista e de evidência, todos signos indispensáveis para levar a mente a uma conclusão não explícita, mas conectada ao signo indicial.

Os índices também possuem suas formas degeneradas. Segundo Peirce (2000, p. 66, CP 2.283), “Se a Secundidade for uma relação existencial, o Índice é *genuíno*. Se a Secundidade for uma referência, o Índice é *degenerado*.” Depreende-

se disso que signos indiciais genuínos podem ser uma batida na porta, certos trajes e comportamentos típicos, direção do vento por um cata-vento, barômetro marcando aproximação de chuva, etc.

O símbolo relaciona-se ao objeto por uma ideia geral a ele atribuída e tomado como signo do objeto. O signo simbólico é uma lei e, por isso, é uma espécie de legissigno. Leva consigo um ícone à medida que se refere ao objeto por alguma semelhança (qualidade). Além disso, é construído por uma convenção que é um signo, uma lei, uma norma geral e um hábito.

De acordo com Peirce (2000, p. 52-53, CP 2.249),

Um *Símbolo* é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto. Assim, é, em si mesmo, uma lei ou tipo geral, ou seja, um Legissigno. Como tal, atua através de uma Réplica. Não apenas é ele geral, mas também o Objeto ao qual se refere é de natureza geral.

Os conceitos científicos são exemplos de símbolos. Referem-se a um conjunto de ideias convencionais endereçadas ao objeto. Esse objeto, como citado, é de natureza geral, é uma lei. A ocorrência do símbolo dá-se mediante o uso de suas réplicas. Todas as palavras e frases são signos convencionais (PEIRCE, 2000, p. 71, CP 2.292). É indispensável para interpretar um símbolo recorrer-se a índices. Não há como explicar um símbolo sem o recurso de índices, ao passo que sempre se valem de ícones para ilustrar os índices.

Essa conexão entre os signos da segunda tricotomia mostra que a ligação do ícone com o símbolo é imprescindível, contrariando a perspectiva que pontua a iconicidade como dispensável no estudo da língua, na medida em que o próprio conceito de signo linguístico - um quase equivalente de símbolo - não faz referência direta com o objeto, isto é, não sobre motivação. “Sua tese é a de que o uso dos signos simbólicos no processo da comunicação também implica sempre o uso indicial e icônico desses símbolos.” (NOTH, 2005a, p. 84). Além disso, formas de analogias na língua representariam a ação da iconicidade, por exemplo, nas metáforas aludidas anteriormente.

A última tricotomia, que se refere ao signo e a sua relação com o interpretante, divide-se em rema, dicissigno e argumento. Tal como nas outras tricotomias, a primeiridade se apresenta no rema a ser interpretado como signo de possibilidade

para o interpretante. Para Peirce (1972, p. 102, CP 2.250), rema é um signo “[...] que, para seu Interpretante, é um Signo de Possibilidade qualitativa, ou seja, entendido como representando tal e tal espécie de Objeto possível. Todo Rema fornecerá, talvez, alguma informação; mas não é interpretado como destinado a fazê-lo.”

Ele não é interpretado como veiculando informação, pois está no nível do possível e não do concreto que é o da experiência direta. Informação depende de tomar a forma de um objeto, no rema ela é possível ainda. Um termo em uma proposição é exemplo de rema, como uma palavra, apenas pode dizer que é possível existir tal objeto e as possíveis qualidades atribuídas a ele.

De acordo com Silveira (2007, p. 80), “Diante de um Rema, volta-se, agora na relação do signo com seu interpretante final, a um signo da mais ampla extensão. Todo signo será remático ou terá um rema ou será sustentado, em última instância, por um tema. Todo signo, com efeito, será interpretado e assim o poderá ser, como um signo de possibilidade.”

A secundidade mostra-se no dicissigno ou signo dicente, sendo este interpretado como signo de existência ou signo de um fato real. Uma premissa ou uma proposição em um silogismo é exemplo de dicissigno ou de signo dicente. O signo dicente requer um conjunto de possibilidades para se concretizar como fato real, por isso, exige vários remas.

Um *Signo Dicente* é um Signo que, para seu Interpretante, é um Signo de existência real. Portanto, não pode ser um Ícone o qual não dá base para interpretá-lo como sendo a algo que se refere a uma existência real. Um Dicissigno necessariamente envolve, como parte dele, um Rema para descrever o fato que é interpretado como sendo por ela indicado. Mas este é um tipo especial de Rema, e, embora seja essencial ao Dicissigno, de modo algum o constitui. (PEIRCE, 2000, p. 53, CP 2.251).

As proposições reúnem, minimamente, um sujeito e um predicado unidos por uma cópula. De fato, a sintaxe que une ícone e índice, ou seja, predicado e sujeito é um atributo essencial dos signos dicentes, conforme destaca Peirce (2000, p. 225 e 230, CP 2.262 e 2.312). O dicissigno deve possuir estas duas características, considerados como possuindo duas partes, as quais são representadas em conexão (PEIRCE, 2000, p. 79, CP 2.312). Uma afirmativa, se interpretada como um fato existente, funcionará como dicissigno, para tanto, dependerá de um índice para referir-se ao objeto. Pode-se considerar um dicissigno como falso ou verdadeiro, de

acordo com a relação que faz com o objeto. Ao contrário do rema, o qual não se pode sustentar que seja falso ou verdadeiro na medida em que se trata de uma possibilidade para o interpretante.

Por fim, a terceiridade está envolta do signo interpretado como lei e razão, isto é, o argumento, um signo de lei ou um juízo. “Um juízo é o ato mental segundo o qual quem o faz busca convencer-se a si mesmo da verdade de uma proposição.” (PEIRCE, 1972, p. 103, CP 2.252). A proposição do juízo é, por sua natureza, um signo dicente, mas no momento que envolve algumas proposições, buscando uma conclusão que funcionará como argumento. O exemplo mais elucidativo do argumento é a forma silogística (A é B, B é C, logo A é C). Dadas a primeira e a segunda premissas, consideradas verdadeiras, somente pode-se auferir a verdade da premissa conclusiva.

Contudo, o argumento também recebe uma divisão tripartida, em que se propõem a dedução, a indução e a abdução. Como examinado anteriormente, a dedução é o argumento que pontua que o interpretante deve tomar os elementos como pertencentes de uma classe geral, pois, dadas as premissas verdadeiras, chegar-se-ia a uma conclusão verdadeira. A indução é um método cujo interpretante não pode ser capaz de chegar a uma conclusão necessária, como faz a dedução, contudo, apenas indica que a partir da contínua experiência manifesta que tal conclusão se aproxima cada vez mais da verdade. A abdução seria o método em que se sugere uma hipótese, sem valer-se de uma lei que a determina ou de uma enumeração da experiência que dá credibilidade à conclusão. É o mais frágil dos tipos de argumento, apesar disso, é o mais inventivo.

O estudo dos tipos de argumento já não correspondem à alçada da Gramática Especulativa, mas da Lógica Crítica. Esse parece ser o eixo de passagem da Gramática Especulativa para a Lógica Crítica. Abdução, dedução e indução são interpretadas como relacionadas às três categorias fenomenológicas.

Nesse caso, abdução diz respeito à primeiridade por consistir em um argumento que fornece ideias originais, dedução, apesar de ser o argumento mais geral ou relativo à lei, é classificado como fenômeno de secundidade; por outro lado, a indução tem como propósito ampliar o conhecimento, inferindo ideias não previamente disponíveis nas premissas. Ampliação e continuidade são fenômenos amparados pela terceiridade.

Assim, após a apresentação das tricotomias, fica evidente a relevância da

teoria geral dos signos para a descrição de quaisquer signos presentes na mente e existentes no mundo experienciável. Para visualizar os ramos da Semiótica, as relações entre as três principais tricotomias de signos e as categorias, propõe-se o seguinte quadro:

FENOMENOLOGIA	GRAMÁTICA ESPECULATIVA			LÓGICA CRÍTICA OU LÓGICA PURA	RETÓRICA ESPECULATIVA OU METODÊUTICA
CATEGORIAS	DIVISÃO DOS SIGNOS			TIPOS DE ARGUMENTOS	ESTÁGIOS DA INVESTIGAÇÃO
	signo em relação a si mesmo	signo em relação ao objeto	signo em relação aos interpretantes		
Primeiridade	qualissigno	ícone	rema	abdução	abduativo
Secundidade	sinsigno	índice	dicissigno	dedução	dedutivo
Terceiridade	legissigno	símbolo	argumento	indução	indutivo

Quadro 8: Ramos da Lógica ou Semiótica

De acordo com o quadro, percebe-se que a Semiótica é mais abrangente que a Gramática Especulativa. Salienta-se que nesta breve apresentação da Filosofia e Semiótica de Peirce não foi examinado em profundidade os ramos da teoria dos signos, mas as indicações apontadas são suficientes para os propósitos deste estudo. E, apesar de as três tricotomias não serem as únicas possíveis, elas foram apenas as mais trabalhadas por Peirce.

As três tricotomias de signos combinadas originam dez classes de signos, conforme relacionamentos lógicos possíveis na interpretação dos signos. Os signos se apresentam sempre sob várias formas, sendo difícil identificar um signo no estado puramente de qualidade. A própria qualidade, por exemplo, depende de uma forma, um evento ou uma existência para coexistir, e, neste sentido, a alteridade revelada dificulta a observação da pura qualidade.

A geração das classes de signos resulta da análise das possibilidades lógicas de combinação entre os três correlatos: primeiro (signo), segundo (objeto) e terceiro (interpretante). Cada um dos quais recebe três elementos de combinação (tipos de signos), segundo as categorias fenomenológicas, sintetizadas por possibilidade, existente e lei. Para chegar nestas dez classes válidas foram geradas 27 combinações. A regra que permite validar uma combinação é designada por Savan (apud QUEIROZ, 2007, p. 188) de regra de qualificação, em que um membro de uma categoria fenomenológica, para ser credenciado em uma combinação válida,

deve ser sucedido apenas por um membro de uma categoria igual ou inferior a si mesmo.

Sendo assim, para gerar as combinações segue-se os seguintes passos. Enumeram-se os signos das tricotomias: a) primeira: o qualissigno (1), o sinsigno (2), legissigno (3); b) segunda: o ícone (1), o índice (2), o símbolo (3); c) terceira: o rema (1), o dicente (2) e o argumento (3). Depois, toma-se um elemento (1, 2 ou 3) de cada uma das três tricotomias por vez, construindo as combinações possíveis²³. Em seguida, aplica-se a regra supracitada, atentando para as seguintes diretrizes: um membro da primeira categoria fenomenológica apenas pode ser sucedido por um da mesma categoria; um membro da segunda categoria de fenômenos somente pode ser sucedido por um membro da mesma categoria ou de categoria inferior, no caso, a primeiridade e; por fim, um membro da terceira categoria fenomenológica deve ser sucedido por um integrante da mesma categoria, terceiridade, ou membros das categorias secundidade e primeiridade.

Em um texto de 1897, Peirce (2000, p. 55-57, CP 2.254-264) esquematiza as dez classes de signos e trata de ilustrar cada definição.

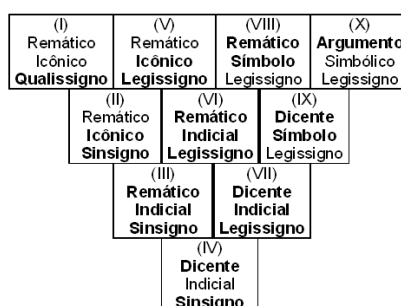


Figura 13: As Dez Classes de Signos

Fonte: Peirce (2000, p. 58, CP 2.264).

A primeira classe Qualissigno reúne em seus três correlatos a possibilidade. Como sugerido, poder-se-ia articular a combinação entre as classes numericamente, substituindo a possibilidade pelo número 1, existente por 2 e lei pelo número 3, tal como esquema construído em Peirce (1958, CP 8.376). A seguir descreve-se as dez classes de signos.

Qualissigno: um qualissigno não significa nada concretamente, é uma qualidade considerada como signo de algo, por isso é necessariamente um ícone

²³As combinações logicamente possíveis são as seguintes: 1-1-1, 1-1-2, 1-1-3, 1-2-1, 1-2-2, 1-2-3, 1-3-1, 1-3-2, 1-3-3, 2-1-1, 2-1-2, 2-1-3, 2-2-1, 2-2-2, 2-2-3, 2-3-1, 2-3-2, 2-3-3, 3-1-1, 3-1-2, 3-1-3, 3-2-1, 3-2-2, 3-2-3, 3-3-1, 3-3-2, 3-3-3. As combinações sublinhadas referem-se às ocorrências válidas.

por possuir semelhança com o objeto denotado. Uma sensação como a de vermelho é um qualissigno. Segundo Peirce (1972, p. 105, CP 2.254), um qualissigno é “[...] uma qualidade qualquer, na medida em que é um signo. Como a qualidade é, seja o que for, positivamente aquilo que é, só pode denotar um objeto por força de um ingrediente ou similaridade comum; assim, um Quali-signo é necessariamente um Ícone”. Essa característica similar com o objeto denotado é o que corporifica o ícone, e como a semelhança é uma qualidade, um ser em potencial, só pode ser interpretada como uma possibilidade ou rema.

Sinsigno Icônico: está condicionado às qualidades comuns do objeto, mas essas qualidades referem-se à existência singular do objeto. Para que tenha semelhança com qualquer objeto necessita de qualissignos para formação de ícones. Um exemplo de sinsigno icônico remático é o diagrama de uma árvore, pois é um diagrama particular de uma existência específica (sinsigno). É o objeto da experiência que algumas de suas qualidades determina a ideia do objeto (PEIRCE, 2000, p. 55, CP 2.255). O interpretante do sinsigno icônico é mediado por uma rema (COELHO NETTO, 1999, p. 62), sendo, efetivamente, interpretado como signo de essência (VALENTE; BROSSO, 1999, p. 129).

Sinsigno Indicial Remático: é um objeto singular que chama a atenção para um outro objeto por uma relação de fato ou por ser afetado por ele. Requer um sinsigno icônico para determinar a existência singular do objeto, bem como a similaridade. Por exemplo, um grito qualquer, inicialmente é interpretado como rema, pois é uma possibilidade de que sua origem seja determinada por outrem. Ao chamar a atenção para um outro objeto é um índice, e pela sua existência singular e individual é um sinsigno.

Sinsigno Dicente: fornece uma informação concreta acerca do objeto, isto é, informa sobre um fato concreto (PEIRCE, 2000, p. 55, CP 2.257). Para informar é necessário atentar-se à existência do objeto, envolvendo assim um sinsigno indicial remático. Comenta Coelho Netto (1999, p. 62) que o sinsigno dicente só pode fornecer informações a respeito de fatos concretos e materiais. Além disso, para materializar a informação, requer um sinsigno icônico; e para referir-se ao objeto, enseja um sinsigno indicial remático. Um exemplo de sinsigno dicente fornecido por Peirce é o cata-vento, somente pode conferir uma informação concernente à efetiva direção do vento em um instante dado.

Legissigno Icônico: é um tipo geral ou signo de lei para um determinado objeto.

Para que tenha sentido, exige que cada uma das réplicas ou ocorrências (tipos individuais ou sinsignos icônicos) tenham semelhança com o modelo geral, a fim de que se tornem aptas a trazer à mente a ideia de seu tipo geral. Peirce (2000, p. 55, CP 2.258) ilustra que o diagrama seria um exemplo, além de outros autores (COELHO NETTO, 1999, p. 63, NÖTH, 2005, p. 90-91). Como é um legissigno, governa réplicas, e sendo, de certa maneira, ícone, utilizará um rema como interpretante.

Legissigno Indicial Remático: é uma lei ou tipo geral exigindo que cada um de seus casos ou réplicas seja afetado pelo objeto do signo ou chame a atenção para o objeto. Por exemplo, cada réplica de um pronome demonstrativo será um sinsigno indicial remático (PEIRCE, 2000, p. 56, CP 2.259). O interpretante de um legissigno indicial remático é um legissigno icônico, por isso mesmo é considerado remático no nível do interpretante, justamente pela possibilidade e semelhança encontradas no ícone do legissigno icônico.

Legissigno Indicial Dicente: é uma lei ou tipo geral em que cada um de seus casos ou réplicas é afetado pelo objeto referido, fornecendo uma informação definida e concreta a respeito do objeto. “Deve envolver um Legissigno Icônico para significar a informação e um Legissigno Indicial Remático para denotar a matéria dessa informação. Cada uma de suas Réplicas será um Sinsigno Dicente de um tipo especial.” (PEIRCE, 2000, p. 56, CP 2.260). Um exemplo de legissigno indicial dicente é uma placa de trânsito cujo signo informa que ali é proibido estacionar, isto é, a informação concreta veiculada é a impossibilidade de se estacionar naquele local. O pregão de um mascate também ilustra o legissigno indicial dicente (PEIRCE, 2000, p. 56, CP 2.260).

Símbolo Remático ou Rema Simbólico: é um signo que traz uma associação de ideias gerais relativas ao seu objeto, produz um conceito geral quando uma de suas réplicas é interpretada como um signo deste conceito. A réplica ou o caso do legissigno simbólico remático é o sinsigno indicial remático, pois se refere ao objeto denotado, na medida em que é afetado pelo objeto. Para ser simbólico é preciso ser geral, compreender um legissigno.

O legissigno simbólico remático é um signo que representa o objeto por uma convenção cujo teor refere-se a uma associação de ideias que, inevitavelmente, são trazidas à mente quando uma de suas réplicas é acionada. Por exemplo, um substantivo comum possui uma ideia geral compartilhada com os sujeitos

comunicantes; quando este signo é usado particularmente será um sinsigno indicial remático; é afetado pelo conhecimento que os sujeitos têm dessa ideia geral (PEIRCE, 1972, p. 107, CP 2.261).

Símbolo Dicente: é um signo determinado por uma convenção que é expressa por um enunciado como “isto é aquilo”; é uma proposição qualquer. O interpretante do símbolo dicente representa-o como sendo afetado pelo objeto e trazendo uma informação a respeito dele. Sendo assim, é um legissigno indicial dicente. A réplica do símbolo dicente é um sinsigno dicente que fornece informação concreta do objeto. “Qualquer proposição do tipo ‘A é B’ é exemplo de símbolo dicente.” (COELHO NETTO, 1999, p. 63).

Argumento: é um signo de um raciocínio lógico que relaciona premissas sugerindo uma conclusão verdadeira, segue a ordem de um silogismo e as leis que regulam a passagem para a conclusão. Um argumento leva consigo símbolos dicentes para a construção do raciocínio e sua réplica será um sinsigno dicente. Segundo Peirce (2000, p. 57, CP 2.263), “Um Argumento é um signo cujo interpretante representa seu objeto como sendo um signo ulterior através de uma lei, a saber, a lei segundo a qual a passagem dessas premissas para a conclusão tende a ser verdadeira.” De acordo com Coelho Netto (1999, p.63) e Noth (2005, p. 91), toda argumentação ou discurso racional que se vale da forma silogística $A \text{ é } B, B \text{ é } C, \text{ então } A \text{ é } C$, é um bom exemplo do signo argumento.

Com efeito, as dez classes de signos geradas a partir de combinações válidas representam o esforço de Peirce para compor uma lista detalhada das espécies de signos. Sabe-se que, de acordo com o cálculo de Peirce, haveriam 59.049 classes de signos, no entanto, muitas destas formas não seriam logicamente aceitáveis, reduzindo esse número para 66 classes distintas de signo (SILVEIRA, 2007, p. 62). Quando se refere à classe, não é do conteúdo do pensamento que se está discutindo, mas de sua forma geral.

Segundo a breve exposição da Semiótica peirceana, é indiscutível associá-la ao projeto do Pragmatismo e do restante da Filosofia de Peirce. Também não é passível de dúvida que a Semiótica é outro nome para a Grande Lógica, que contempla a origem das significações, antes de estas se transformarem em termos, proposições ou argumentos formalizados, e seu verdadeiro propósito é servir de guia à investigação.

Os manuais de Lógica contemporâneos esquivam-se da temática da

descoberta, ao passo que esta é a condição preliminar da Lógica de Peirce. Encontram-se também os manuais de metodologia científica que não se ocupam das possibilidades intrínsecas da origem dos signos, mesmo estes sendo indispensáveis para as conclusões mais inventivas da ciência.

A seguir, deve-se refletir a respeito das consequências de tratamentos superficiais do pensamento peirceano, os quais tantos entraves provocam na tentativa de descobrir Peirce, especialmente para o campo da organização da informação e do conhecimento.

3.3 O (Des)conhecimento de Temas Peirceanos

São notórios os efeitos nocivos das aproximações dirigidas a pontos específicos do pensamento de Peirce. Convém assinalar os temas de Peirce que apresentam um ligeiro, quando não, um falso entendimento na literatura especializada de outras áreas. Além, é claro, de mencionar uma discussão quase completamente desconsiderada por áreas como a organização da informação e do conhecimento.

Em primeiro lugar, menciona-se a teoria dos signos de Peirce. A Semiótica tem seu entendimento subestimado, sendo, para alguns, uma lista sem sentido e com uma terminologia complexa dos tipos de signos. Devem-se evitar a associação da classificação dos signos, obtido na Gramática Especulativa, como toda a teoria geral dos signos. A Semiótica é a soma das contribuições de seus três grandes ramos.

Além disso, sobre o escopo da teoria dos signos, verifica-se a inclusão de conceitos linguísticos para explicar o que vem a ser o signo na abordagem peirceana. A leitura de Granger a esse respeito parece ser ilustrativa. Presume-se que a principal dificuldade desta iniciativa é assumir que o objeto do signo, em todas as suas dimensões, é um ente imprescindível ao Pragmatismo e à teoria dos signos. Isso não significa, de maneira alguma, que a contribuição da Linguística deve ser posta em segundo plano, mas a perspectiva triádica do signo merece ser conhecida, no sentido de poder acrescentar elementos à teoria da organização da informação e do conhecimento.

Em segundo lugar, e na esteira da discussão anterior, o objeto do signo é, por

vezes, compreendido unicamente como coisa físico-material. Tal fato contribui para afastar o sentido lógico e epistemológico deste conceito. Como examinado, o objeto é real, independentemente de ser material ou imaginário, e isto não significa uma contradição, pois a realidade é aquilo que insiste sobre a mente e não se pode apenas desejar que tal objeto, fenômeno ou situação se altere pela simples força da vontade. Peirce é, sobretudo, um realista, mas de um tipo especial, porque também as leis, fenômenos do mesmo nível que o pensamento, isto é, da terceiridade, são reais. Alguém que conteste a existência real das leis discordaria por consequência da eficácia das principais contribuições da ciência.

Em terceiro lugar, o tema da representação traz uma nova leitura do processo. Representar consiste em estar no lugar de algo ou tomar o lugar de, e se fazer ser. Em alguma potencialidade, este algo gera a representação, um produto do processo representacional, cujo resultado pode ser – e geralmente é – mais complexo.

À medida que avança o processo de representação, deixa-se a potencialidade e o contato único com a realidade de consciência dupla - fenômeno de secundidade -, para alcançar o pensamento e a mediação dos fenômenos. Nessa direção, reduz-se o contato original dos fenômenos com a mente, registrados apenas pelo esforço da consciência (eu) em considerar um outro (não-eu).

Uma quarta temática de constante dúvida é o conceito de mente. Na Filosofia peirceana, de teor não antropocêntrica, mente pode significar o resultado da interpretação de signos, a formação e a alteração de hábitos são frutos da conduta mental. Pensamento seria um fenômeno de terceiridade disperso na natureza e no universo, e o homem não é o único ser dotado de capacidades especiais para interpretar signos.

Talvez a dificuldade de aceitar uma Filosofia anti-cartesiana, que não privilegia o sujeito em suas especulações, dono e senhor da produção de seu conhecimento, afaste muitos a se interessar pela Filosofia peirceana. Afinal, pensar que o homem é o único animal racional com espírito (mente), cujas atividades controlam suas ações e a natureza, é um argumento auto-engrandecedor. Contudo, a ênfase no sujeito cartesiano, como único produtor de conhecimento lógico e válido, esconde o papel da natureza na construção de signos e significados. Em resumo, a Filosofia peirceana teoriza na direção contrária da Filosofia e do método cartesiano, haja vista os ideais últimos do método pragmatista.

O Pragmatismo ou o Pragmaticismo, denominação adotada nos últimos

escritos de Peirce, supõe uma defesa do método científico propriamente dito. Pode-se considerar este um quinto tema que traz muitas resistências e embaraços teóricos, pois se menciona Peirce como o fundador do Pragmatismo, fato este registrado por James. Não obstante, retiram do método pragmático aquilo que ele tem de Fenomenológico, Metafísico e Semiótico. No que repete o lado Semiótico ou Lógico, Peirce discutiu a origem e os conceitos filosóficos e científicos quando abordou a necessidade de uma terminologia.

Com aproximadamente 64 anos, em um texto de 1903, intitulado “Ética da Terminologia”, primeiro capítulo do livro II dedicado à Gramática Especulativa, do volume de Elementos de Lógica, dos *Collected Papers*, Peirce (1931-58, CP 2.219-226) menciona as regras que devem ser aplicadas à terminologia filosófica e científica, bem como a natureza do pensamento conceitual. Entre outras coisas, Peirce concluiu que os conceitos filosóficos e científicos são símbolos genuínos. Isso permite supor que Peirce foi um dos primeiros filósofos que se preocuparam sistematicamente com a terminologia do conhecimento científico e a eficaz definição dos termos especializados, ressaltando, sobretudo, as deficiências dos conceitos quando estes são vagos e imprecisos demais, a ponto de não permitirem o desenvolvimento da ciência e a expansão do saber.

Ora, esta é uma das preocupações do próprio Pragmatismo peirceano, oferecer um método coerente para decidir sobre as ideias (ou conceitos) aparentemente claras das verdadeiramente claras. O teste experimental defendido pelo Pragmatismo, essência do método científico que investiga a realidade, supõe o recurso à teoria dos signos e esta requer a Fenomenologia.

Com efeito, conhecer os temas de Peirce é um procedimento imprescindível antes de investigar suas relações interdisciplinares com outros campos do conhecimento. De seu sistema filosófico, pode-se presumir que os autores da organização da informação e do conhecimento têm enfatizado a Semiótica e, dentro desta, a Gramática Especulativa. Assim, eles deixam de lado, salvo raras exceções, os demais ramos da Lógica peirceana. Uma revisão destas contribuições indicará as principais frentes interdisciplinares.

4 FILOSOFIA E SEMIÓTICA DE C. S. PEIRCE NO CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

“A mais profunda compreensão do campo é fornecida pelo estudo das pressuposições filosóficas subjacentes.”
(HJØRLAND, 2000, p. 527).

Com a leitura dos conceitos fundamentais da Filosofia e Semiótica peirceanas notou-se a impossibilidade de compreender um só ponto sem aludir aos demais. Uma simples revisão dos conceitos semióticos não mostra, consistentemente, as ramificações teóricas que se pretende. Aos objetivos da pesquisa, deve-se examinar a literatura que discute as contribuições interdisciplinares das Filosofia e Semiótica peirceanas, bem como as possibilidades de adequação de conceitos e teorias de matriz peirceana na organização da informação e do conhecimento. Para alcançar esses objetivos deve-se revisar as efetivas incursões da organização da informação e do conhecimento no pensamento peirceano.

Nesse sentido, procurar-se-á mostrar como é abordada a teoria de Peirce pelos teóricos da organização da informação e do conhecimento. Trata-se de uma análise dos principais problemas observados na organização da informação, os quais puderam ser explicitados ou elucidados pela consulta ao pensamento de Peirce.

Como discutido anteriormente, uma das vias de entrada ao pensamento peirceano é, obviamente, a Semiótica. Isto é comum para diversas áreas, e não foi diferente com a organização da informação e do conhecimento. Presume-se que o núcleo de estudo da Ciência da Informação que mais aproximação temática tem com a Semiótica é, concretamente, a organização da informação e do conhecimento. Mas as demais teorias de Peirce devem ser consideradas.

O argumento utilizado é bem simples e claro –, semelhante à constatação de Montgomery (1972, p. 195), ou seja, que a Ciência da Informação lida com a linguagem e a Linguística estuda a linguagem, portanto, estão obviamente relacionadas –, supõe-se que a Semiótica, assim como a Linguística, estuda a linguagem visual, verbal e sonora e a área para organizar a informação precisa conhecer estas linguagens. Contudo, um exame mais profundo indica que não é tão

simples a imbricação entre os campos.

Talvez a influência do discurso utilitarista na organização da informação possa sugerir um enfraquecimento dos laços com disciplinas mais teóricas ou que não geram imediatamente resultados palpáveis sobre um sistema de recuperação da informação. É possível que o ideário utilitarista tenha sido incorporado também às tentativas de aproximação com a Semiótica e, quiçá, com a Filosofia peirceana como um todo.

Ao lado da perspectiva utilitarista, existe a dificuldade de assimilação da terminologia forjada e utilizada por Peirce. As classificações de signos e as categorias de fenômenos parecem, de início, um exagero para se estudar e tipificar algo potencialmente simples e claro, tal como o signo que se apresenta à vista.

Por um lado, o signo linguístico, diádico, identifica um conceito veiculado por uma expressão, mas apesar de Saussure ter se dedicado ao processo de analogia que para ele provoca alterações na língua, isto é, a evolução no âmbito do significante e também do significado, é ainda uma leitura estática do fato sígnico. Por outro lado, para Peirce, o significado alude a um problema lógico, e os níveis em que isto se dá devem ser diagnosticados, desde os elementares até os mais complexos em um processo contínuo.

Uma leitura simplificada da Semiótica retiram-na da conexão natural do sistema filosófico de Peirce. Ainda, parece que há um Peirce para as aplicações no campo da comunicação, cuja contribuição maior está na Semiótica, e outro Peirce considerado como fonte para o estudo dos filósofos.

Deve-se registrar, antecipadamente, que a organização da informação e do conhecimento pende - salvo raras exceções - para o lado do campo da comunicação; isto é, assume que de Peirce interessa principalmente a Semiótica. Com efeito, a leitura não sistêmica de Peirce, assim como a tentativa de encontrar na Filosofia peirceana argumentos que sustentam algum tipo de cartesianismo e antropocentrismo, prejudicam o entendimento primeiro de seu pensamento. Uma leitura que superasse essas concepções poderia, em um segundo momento, colher as contribuições de Peirce para a organização da informação e do conhecimento.

As contribuições da Psicologia cognitiva, na forma do que Capurro (2003) designou como paradigma cognitivo, desde meados dos anos 1970, auxiliam a compreender o processo de leitura de textos para encontrar o assunto de um documento. Nesse sentido, deve-se conhecer a necessidade de conhecimentos e os

modelos mentais dos usuários da informação. Boa parte das pesquisas nesta área dedica-se ao estudo dos processos de indexação, de representação, de condensação e de seus efeitos na recuperação da informação. A Semiótica de Peirce também poderia entrar por via cognitiva na organização da informação e do conhecimento.

Apesar disso, supõe-se que o estado em que se encontra a pesquisa da obra peirceana na organização da informação e do conhecimento permite concluir que se trata de uma linha de investigação e explicação. A organização da informação e do conhecimento é o núcleo de estudo e de prática profissional da Ciência da Informação que leva vantagem em sua discussão dos temas de Peirce, principalmente a Semiótica.

4.1 Organização da Informação e do Conhecimento

Organização da informação²⁴, no contexto da Ciência da Informação, é um núcleo de pesquisa fundamental. O pressuposto assegura que para disseminar informação se deve, em primeiro lugar, organizá-la sob as mais diferentes formas. Com isso, uma das preocupações da organização da informação é estudar os processos, os produtos e os instrumentos que melhor viabilizam a estruturação de informação para posterior recuperação.

É aceito que a Ciência da Informação tem na organização da informação uma de suas áreas-núcleo. Contudo, para Saracevic (1996, 1999), o primeiro núcleo de pesquisa do campo da Ciência da Informação foi a recuperação da informação. Salienta-se, por outro lado, que o processo de recuperação da informação depende de um tipo de análise documental para seu desempenho efetivo.

²⁴ O termo informação é extremamente polissêmico, mesmo no interior de um único campo do conhecimento. Para a Ciência da Informação, especificamente, para a organização da informação, entende-se por informação o conhecimento inscrito ou gravado sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual que comporta um elemento de sentido (LE COADIC, 1996). Esta definição está muito próxima da oferecida por Buckland (1991), para quem a informação deve ser tomada como coisa, isto é, refere-se a objetos, dados, documentos e conhecimentos registrados; é o aspecto tangível da informação. Desse modo, todo objeto com capacidade informativa pode ser assim considerado por oferecer conhecimento e comunicar informação. Brookes (1980) trata a informação como um elemento que acrescenta e adiciona algo novo ao conhecimento, proporcionando um novo estado de conhecimento. Nesse sentido, Smit e Barreto (2002) definem a informação como estruturas simbolicamente significantes que têm a capacidade de gerar conhecimento para o indivíduo e seu contexto social. Para a organização da informação e do conhecimento, informação é o conhecimento inscrito ou registrado, passível de análise de seu conteúdo, bem como organização temática. No contexto da Ciência da Informação, a informação não é uma derivação da verdade de uma proposição com a finalidade de representar o real e dizer algo sobre ele a uma mente. A informação é tratada coletivamente, no aspecto humano e social, dispensando as considerações da informação provenientes da Lógica, Física, Química ou Biologia. Essas características devem ser antecipadamente consideradas quando da aproximação à concepção de informação de Peirce.

De acordo com Guimarães, Nascimento e Moraes (2005, p. 135), a análise documental objetiva representar e selecionar aspectos do documento para que se possa recuperá-lo, valendo-se de aspectos extrínsecos e intrínsecos ao documento, isto é, da descrição física e da descrição temática. Um dos aspectos da organização da informação é a descrição da forma dos documentos bem como de seus conteúdos. Como visto, sem os processos aplicados ao conteúdo, como análise, condensação e representação e os processos implicados na forma dos documentos, a exemplo da catalogação, a recuperação da informação seria um processo cuja qualidade estaria, no mínimo, prejudicada.

Existe uma discussão teórica sobre adoção da expressão “organização do conhecimento” como mais complexa e abrangente em relação à organização da informação. Pode-se definir organização do conhecimento como um campo que se ocupa ao estudo dos processos de representação e organização do conhecimento. É notório que a expressão se tornou conhecida, no contexto da Ciência da Informação, pela fundação da Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento (International Society for Knowledge Organization – ISKO), em 1989, embora, na década de 1930, o bibliotecário estadunidense H. E. Bliss já utilizasse a expressão em seus livros (BARITÉ, 2001, p. 40-41; DAHLBERG, 2006, p. 11).

Conhecimento para a organização do conhecimento é, sobretudo, um produto social. Os processos que procuram tratar o conteúdo dos materiais de informação são valorizados na organização do conhecimento, isto é, seu nível de intervenção é potencializado. Em outras palavras, a representação temática da informação, bem como a construção de sistemas de organização do conhecimento utilizados como instrumentos, tais como os sistemas de classificação e os tesauros, são fundamentais para a construção da área organização do conhecimento.

Hjørland (2003, p. 87-88) argumenta que, para a comunidade da Ciência da Informação, a organização do conhecimento significa organização da informação em registros bibliográficos, devendo respeitar a melhor maneira de construir os registros bibliográficos e utilizá-los via recuperação da informação. O autor ainda comenta que organização do conhecimento é uma atividade que interessa a outros campos científicos e área ocupacionais – a divisão social do trabalho em disciplinas, as instituições sociais como as universidades, os sistemas conceituais e as teorias –, e não é um problema exclusivo da Ciência da Informação.

Parece haver um impasse entre organização da informação e organização do

conhecimento, pelo menos em âmbito conceitual. De acordo com a breve análise do conceito de organização da informação, verificou-se que há uma abrangência maior quanto à inclusão dos processos, produtos e instrumentos de representação descritiva dos materiais de informação, à medida que contempla também a representação temática da organização da informação. Por outro lado, a organização do conhecimento funda-se em uma perspectiva temática do tratamento da informação mais que em uma discussão do processamento documental das características físicas.

Supõe-se ainda que as preocupações da organização do conhecimento são mais ambiciosas que a organização da informação, apesar de esta última ser considerada por vezes uma variação da primeira. A organização do conhecimento supõe uma interdependência profunda com as contribuições teóricas de cunho filosófico, sociológico, psicológico e tecnológico.

Tal fato leva a especialistas da área a sustentar uma posição radical que consiste em reconhecer a organização do conhecimento como uma nova disciplina científica subsumida à Ciência da Ciência, cujos objetos são o conhecimento enquanto produto conhecido e as formas intencionais de organizá-lo, isto é, toma como objeto a atividade de construir algo a partir de um plano, seus métodos e as atividades envolvidas (DAHLBERG, 2006, p. 12). A organização do conhecimento é, de fato, uma nova disciplina científica, a qual não se encontra sob os auspícios da Ciência da Informação, contudo, com esta dialoga constantemente. Entre seus teóricos, podem-se citar os trabalhos de Otlet, La Fontaine, Bliss, Ranganathan e Wüster, e dentre as teorias constituintes estão a teoria do conceito, a teoria do conhecimento e a terminologia (DAHLBERG, 2006).

Com respeito ao conhecimento da organização do conhecimento, não é o produto do processo cognitivo subjetivo do/no sujeito individual, ao contrário, é aquilo que é socializado deste conhecimento privado. Em outras palavras, interessam à organização do conhecimento os aspectos sociais dos conhecimentos.

Nessa direção, Barité (2001, 41) assume que o objeto da organização do conhecimento, enquanto campo de estudo, é o conhecimento socializado, sendo assim, conta com técnicas para construir, gerir, utilizar e avaliar classificações científicas, taxionomias, e linguagens documentais. O conhecimento enquanto um produto privado e subjetivo não é passível de organização para um uso futuro, mas aquilo que ele tem de coletivo e manifesto pode ser insumo para uma análise mais

pontual sobre a possibilidade de compor sistemas de organização do conhecimento, as tabelas de classificação, por exemplo.

O autor (2001) aponta algumas premissas consideradas básicas para a organização do conhecimento, as quais resultam em uma compreensão própria do conhecimento: o conhecimento é um produto social, uma necessidade e um dinamismo social; o conhecimento se realiza a partir da informação e ao socializar-se transforma novamente em informação; a estrutura e a comunicação do conhecimento formam um sistema aberto; o conhecimento deve ser organizado para o seu melhor aproveitamento social e individual; existem diversas formas de organizar o conhecimento; toda a organização do conhecimento é artificial, provisória e determinista; o conhecimento registra-se sempre em documentos, como um conjunto organizado de dados disponíveis admitindo usos indiscriminados; o conhecimento se expressa em conceitos, organiza-se por sistemas de conceitos; os sistemas de conceitos organizam-se para fins científicos, funcionais ou de documentação; as leis que regem a organização de sistemas de conceitos são uniformes e previsíveis e aplicam-se igualmente a qualquer área do conhecimento.

Apesar de essas premissas estarem permeadas de conceitos operacionais ligados ao conhecimento (tais como dado e informação), é útil reafirmar o caráter coletivo do objeto de trabalho da organização do conhecimento. Um outro aspecto que deve ser levado em conta, é a semelhança com a proposição de Shera a respeito da epistemologia social, a qual oferece uma alternativa plausível para organizar os produtos da ciência para o uso social, estudando a ciência, em geral, bem como as formas mais adequadas de dispor de seus resultados para a sociedade. E, a despeito de concordar com Dahlberg quanto ao fundamento da organização do conhecimento na teoria do conceito, Barité (2001) equilibra seu discurso entre um tipo de relativismo e um positivismo, quase que contestando um ao outro. Por exemplo, afirma que toda organização do conhecimento é artificial, provisória e determinista, ao mesmo tempo que sustenta que as leis que regem tal organização de sistemas de conceitos – fundamento estruturante de quaisquer tipos de sistemas de organização de conhecimento e, conseqüentemente, da organização do conhecimento – são uniformes e previsíveis e podem ser estendidas a qualquer área do conhecimento, indiferentemente.

Com o objetivo de resolver o impasse terminológico e conceitual entre organização da informação e organização do conhecimento, Brascher e Café (2008)

propuseram elementos para esclarecer a questão. Em primeiro lugar, diagnosticaram que tanto uma quanto outra expressão está sendo utilizada para designar um conjunto de investigações e de práticas profissionais que nada condizem com o significante atribuído. Conforme registram: “No entanto, a análise do emprego desses termos nesses contextos revela falta de clareza quanto à delimitação do conceito.” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 2).

Sendo assim, as autoras rumam à seguinte proposta conceitual. Por organização da informação entendem um processo que envolve a descrição física e de conteúdo de objetos informacionais. Seu objeto são, portanto, os registros da informação, mas em seu caráter individual. O produto da organização da informação é a representação da informação, na forma da descrição física e descrição temática, ambas resultantes dos processos correlacionados: catalogação, classificação, redação de resumos e indexação. Brascher e Café (2008) sustentam que a organização da informação contempla o mundo dos objetos físicos – supõe-se, os documentos – e não o mundo cognitivo.

Por outro lado, a organização do conhecimento é um processo de construção de modelos de representações de conhecimento. Tem por objeto o mundo das ideias, convertido em conceitos ou aglomerado de conceitos, os quais devem ser analisados para verificação de seus vínculos dispostos em um domínio de conhecimento. A intenção é elaborar modelos de mundo via representação do conhecimento de uma coletividade. O produto consequente é a representação do conhecimento em um dado campo, e não somente a representação da informação. As autoras (BRASCHER; CAFÉ, 2008) mencionam os sistemas conceituais, os sistemas de organização do conhecimento, os sistemas de classificação, as redes semânticas, as ontologias, os cabeçalhos de assunto, as taxionomias, os tesauros, etc., como ilustração dos produtos da atividade de organização do conhecimento. É certo que montar esses sistemas de organização do conhecimento é uma tarefa típica deste processo e, para isso, deve valer-se da teoria do conceito, da Terminologia, da análise de domínios, entre outras.

A divisão elaborada pelas autoras parece nítida e uma das consequências é, obviamente, reforçar a separação entre organização do conhecimento e Ciência da Informação, pelo menos em âmbito teórico. Assim como procede Dahlberg (2006), as autoras Brascher e Café (2008) projetam a organização do conhecimento em um patamar mais teórico.

Desse modo, é possível concluir que a organização da informação, dadas as características de seus processos fundamentais, acolhe as construções teóricas e os produtos da organização do conhecimento, sob pena de ter suas atividades prejudicadas. Em outras palavras, nessa perspectiva, para organizar a informação depende das representações de mundo – tal como sugerem Brascher e Café – geradas na organização do conhecimento.

De qualquer modo, deve-se ter em mente que, segundo os propósitos desta pesquisa, organização da informação e organização do conhecimento não constituem atividades e investigações antagônicas nem mesmo contraditórias, mas complementares. Por isso, aceita-se provisoriamente a proposta conceitual de Barité (2001), Dahlberg (2006), Brascher e Café (2008) para organização do conhecimento. Porém, deve-se considerar a relevância indiscutível das práticas de organização da informação no interior da Ciência da Informação, tanto da análise temática da informação quanto da análise dos atributos físicos dos documentos.

Considerados mais que processos, organização da informação e organização do conhecimento são assumidas como áreas de pesquisa ou verdadeiras subdisciplinas científicas, autônomas ou não. Presume-se que sob essas duas frentes, as quais cobrem, praticamente, todo o espectro de questões relativas à linguagem na organização da informação e do conhecimento, se pode encontrar a presença do pensamento peirceano neste campo. Por isso, a utilização da expressão “organização da informação e do conhecimento”, neste estudo, procurou-se apenas reunir estas duas áreas de pesquisa e conjuntos de processos, mas como coisas distintas e interdependentes.

4.2 Peirce nos Estudos de Organização da Informação e do Conhecimento

Definir precisamente o modo como o pensamento de Peirce foi interpretado na organização da informação e do conhecimento é uma tarefa complexa, principalmente porque as contribuições teóricas envolvidas não são homogêneas. Como verificado, as linhas inglesa, francesa e estadunidense do tratamento temático enfatizam aspectos diferentes no processo de análise do conteúdo da informação. O mesmo pode ser dito da organização do conhecimento, que recebe influência de

muitas disciplinas científicas.

Com efeito, verifica-se que as tentativas de aproximação dos conceitos peirceanos à organização da informação e do conhecimento variam em nível de profundidade. Notam-se contribuições que citam, de modo geral, a teoria dos signos peirceana, ao passo que outras constituem, segundo esta avaliação, verdadeiras tentativas de compor uma teoria realmente peirceana adequada às atividades da organização da informação e do conhecimento. Apesar disso, a concepção de Semiótica vigente nestas abordagens contempla apenas o ramo Gramática Especulativa.

Apresentam-se a seguir as contribuições que se encontram em um nível considerado geral, as quais consistem em uma discussão pouco profunda sobre o pensamento de Peirce, em um ou vários de seus temas, relacionando a conexão entre informação e signo, entre Ciência da Informação e Semiótica, bem como do Pragmatismo com a área. Essas abordagens não se referem especificamente às interações com a organização da informação e do conhecimento, mas se aproximam do contexto de discussão.

No nível de interação considerado com certa profundidade para a área de organização da informação e do conhecimento, detalham-se as abordagens: o modelo semiótico da indexação, a organização semiótica do conhecimento, a semiótica documental e a construção de linguagens documentais. Tais propostas são mais consistentes no sentido de discutirem, mais agudamente, a interação do pensamento de Peirce com a organização da informação e do conhecimento. Portanto, merecem seções específicas.

Sendo assim, verifica-se que parte não desprezível dos trabalhos que versam sobre a teoria e os conceitos peirceanos na Ciência da Informação destaca a relação existente entre informação e signo. A informação é entendida como signo, pois qualquer processo de comunicação de um conteúdo é mediado por signos. Nessa perspectiva, quase que há a substituição do termo “informação” pelo de “signo”, mas este último composto de atributos que demonstram vantagens em comparação ao conceito de informação.

Raber e Budd (2003) baseiam-se na visão saussuriana para tratar da questão conceitual de informação e discutir as semelhanças entre Ciência da Informação e Semiótica. Relacionam brevemente Peirce, porém dispensam citações maiores à teoria dos signos e ao restante da teoria do autor.

Ainda tratando da relação entre Semiótica e informação, Pinto (1996) procurou esmiuçar o tema, não obtendo sucesso necessário por deter-se na demonstração dos conceitos peirceanos, deixando de analisar as definições de informação vigentes na Ciência da Informação, conceitos que ainda não entraram em um consenso no campo. Além disso, o autor (PINTO, 1996) não cotejou os conceitos semióticos a outras áreas da Ciência da Informação, como a organização da informação. É perceptível que a Semiótica e o restante das contribuições da Filosofia peirceana podem auxiliar a formulação de novos conceitos do campo, e talvez uma outra compreensão teórica dos processos ligados à organização da informação e do conhecimento.

Uma das grandes diferenças entre as teorias de signos em voga na Ciência da Informação e a linha semiótica peirceana é a concepção processual do signo. Na recuperação da informação, um termo funcionará na medida em que seu significado for controlado pelos especialistas que constroem as linguagens documentais, contando sempre com o respaldo da comunidade envolvida. A Semiótica peirceana alude à natureza do signo, ressaltando o propósito natural da evolução sígnica. Suas reflexões derivam de uma ontologia da realidade dos signos, fato abrangente, em termos teóricos, se comparado às considerações diádicas do signo.

O histórico do contato com a Semiótica, mesmo sob seu ramo mais preliminar, revela que foram diminutos os estudos que conseguiram aplicar os conceitos semióticos às pesquisas desenvolvidas na organização da informação e do conhecimento. Supõe-se que as primeiras aproximações entre as áreas datam do final da década de 1970, com algumas referências em 1980. Contudo, somente na década de 1990 é que se registra uma manifestação explícita nesta direção por parte dos autores e teóricos, conforme se conclui a partir da revisão de Mai (2001).

Isso pode demonstrar a novidade que é a Filosofia e Semiótica peirceanas nos estudos da informação, do ponto de vista da Ciência da Informação. Esse relativo atraso em assumir a teoria de Peirce como uma referência interpretativa a uma série de fenômenos da organização da informação e do conhecimento pode ser entendido como o resultado natural do desconhecimento da obra de Peirce em comparação a outros filósofos. Seu nome está associado ao nascimento do Pragmatismo, por um lado, e ao da Semiótica, por outro. Não obstante, a interpretação do pensamento de Peirce foi intensificada somente na segunda metade do século XX, há pouco mais de 60 anos.

Com respeito ao papel da Semiótica na epistemologia da organização da informação e do conhecimento, González de Gómez (1993) construiu uma reflexão sobre as premissas epistemológicas vigentes na representação do conhecimento, deixando claramente explícito que a representação neste campo visa a transferência da informação. A autora destacou o papel da Semiótica no século XIX, como agente de uma virada epistemológica, deslocando a função do sujeito no centro da produção e representação do conhecimento. Isso permitiu abrir espaço à ação dos signos nesses processos.

A autora ainda classificou a Semiótica, principalmente a de Peirce, dentro das epistemologias sem sujeito. Ressaltou, sobretudo, que a participação dos sujeitos nas ações de informação é necessária, até mesmo imprescindível para a elaboração de agendas de pesquisa na área (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1993, p. 222). Em outras palavras, questionou a teoria semiótica por não reconhecer o sujeito como relevante nos processos de produção e comunicação do conhecimento.

Entretanto, carece de profundidade a análise dos conceitos de representação – do pondo de vista semiótico - efetivada pela autora. Além disso, não mencionou o grau em que a teoria dos signos peirceana desconsidera os sujeitos (intérpretes). Supõe-se que a autora tenha fundamentado sua leitura em uma premissa antropocêntrica da cognição e do significado, fato que compromete o entendimento da proposta peirceana. Com isso, evitou de reconhecer as possibilidades oferecidas por esta teoria, no sentido de compreender como se efetivam os processos de produção e de comunicação do conhecimento em sistemas não-antropocêntricos. A posição de González de Gómez (1993) é questionável por uma simples constatação: é visível na obra de Peirce a menção da comunidade de sujeitos que atuam na convenção e na história da formação dos hábitos interpretativos a determinar o significado dos signos mentais. A própria verdade sobre um objeto depende da opinião final construída em uma comunidade de cientistas.

Outra reflexão fundamentada na Semiótica peirceana, mas sem um comprometimento interpretativo com a obra de Peirce, teve prosseguimento com Gomes (2000), que discutiu a construção do conhecimento em ambientes informacionais. A autora ressaltou, principalmente, a função da Semiótica e das categorias de fenômenos de Peirce como modelo explicativo da construção de sentido em ambientes de informação. O recurso das categorias fenomenológicas já mostra uma acuidade maior com as bases dos tipos de signos forjados na

Gramática Especulativa. Por outro lado, não se mencionam os aspectos fundamentais relacionados ao sinequismo e ao tiquismo, que podem revisar o pensamento de Peirce, para detalhar a problemática da aquisição de conhecimento nestes ambientes.

Ainda sobre as conexões signo-informação e Semiótica-Ciência da Informação, cumpre destacar a edição especial do periódico *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, publicado no 2º semestre de 2006, que procurou elevar o nível das interações entre Semiótica e Ciência da Informação.

Monteiro (2006, p. 44) discutiu as categorias fenomenológicas e a classificação dos signos de Peirce para entender os conceitos de conhecimento e de informação. Fundamentando-se, principalmente, em uma comentadora dos escritos de Peirce (Santaella), Monteiro (2006) revisou a pertinência das categorias, contudo sem citar o desdobramento da Fenomenologia e, conseqüentemente, das categorias da experiência, na natureza e na cosmologia. “Percebe-se que só uma teoria com firmes bases filosóficas consegue explicar os processos semióticos, porque são *a priori* fenomenológicos, no universo das experiências humanas [...]”. (MONTEIRO, 2006, p. 45). As categorias não se referem apenas às experiências cognitivas do homem, apesar de se retirar delas os exemplos mais ilustrativos, bem como o conceito de mente não é equivalente à noção de mente humana.

No que tange à Lógica de Peirce, a autora menciona a divisão dos argumentos em abdução, dedução e indução, sem esclarecer a utilidade deste aspecto da obra de Peirce, na Ciência da Informação. Na sequência, procura refletir sobre os conceitos de informação, conhecimento e lacuna de conhecimento, tomando como pano de fundo a equação proposta por Brookes. A questão passa a não ser tratada em termos peirceanos, pois busca teorizar sobre a dinâmica da alteração de estados de conhecimento. O recurso à noção de hábito é considerado complementar, quando, na realidade, a lei da aquisição de hábitos seria a mais adequada abordagem peirceana para a questão.

Por fim, a informação foi entendida como secundidade, sendo sua principal manifestação nos índices (MONTEIRO, 2006, p. 51), sugerindo o nascimento da informação do mundo externo. O conhecimento, por seu turno, consiste em um produto organizado segundo uma sequência, tendo como fundamento um princípio. A matriz categorial é a terceiridade condizente com o argumento, a representação, a

interpretação, a mediação e a semiose.

Monteiro (2006, p. 54) argumenta que o discurso científico seria um exemplo de conhecimento, e discorda das posições de teóricos da Ciência da Informação que apenas creem na existência do conhecimento enquanto um produto cognitivo privado. Isso não significa que as informações não possam gerar conhecimentos, apenas que algumas informações podem exercer na semiose o papel de pivô da geração de novos conhecimentos. “Complementando a argumentação, não nos parece errôneo falar em “organização do conhecimento”, uma vez que existem discursos “materializados” que visam a representar o conhecimento na sociedade, passíveis de organização, arranjo etc.” (MONTEIRO, 2006, p. 55).

Supõe-se que a leitura crítica de Peirce ficou comprometida com a tentativa superior de justificar a teoria de Brookes. De fato, não parece constituir um avanço, em termos interdisciplinares, retirar do pensamento peirceano o que ele tem a dizer sobre a teoria de Brookes. Outro caminho poderia ser tomado. Por exemplo, entender o que é o conhecimento e a informação em termos peirceanos, qual o papel da abdução no instante em que cria novos conhecimentos, quais os signos que mais carregam significados, os potenciais signos com maior teor informativo, seriam, de fato, indagações pertinentes.

No estudo de Moura (2006) identifica-se a preocupação com os processos de significação, e o quão importante é a teoria semiótica neste contexto. A autora (MOURA, 2006, p. 2) assume que “A tentativa de estabelecer interfaces entre informação e semiótica efetiva-se como um desafio inelutável. De nossa perspectiva a centralidade do desafio reside na urgência do estabelecimento de uma “virada semiótica” na orientação dos estudos referentes aos processos informacionais”. Com efeito, essa virada deve perseguir antecipadamente o conhecimento dos teóricos da semiótica, em suas várias origens disciplinares. Dentre os possíveis processos informacionais se poderiam relacionar todos os vinculados à organização da informação e do conhecimento.

Objetivando estreitar a discussão entre esses dois campos, Moura (2006, p. 4) procurou sustentar que a Ciência da informação se aproxima de outras disciplinas quando investiga sobre o conhecimento humano e sua comunicação; a informação, seus registros e usos, os contextos sociais e as instituições. Daí provém a complexidade das tentativas de diálogo, uma vez que as origens teóricas sobre essas questões são inúmeras.

Analisando diretamente a obra de Peirce e de alguns comentadores, Moura (2006, p. 8) atenta para as categorias de fenômenos, mas reconhece que, dos muitos conceitos peirceanos, os que implicam as atividades de representação do conhecimento são: semiose, signo, interpretante e observação colateral. É claro que a explicação de cada um destes conceitos não seria possível sem a referência às categorias. Além disso, deve-se elencar os conceitos peirceanos que sustentam a noção de criação, lembrado por Moura, e que diz respeito diretamente à origem dos conhecimentos, o processo abduutivo. Retomar-se-á a discussão dos conceitos pertinentes à representação do conhecimento na seção 4.2.3.

Conclui a autora que a interface entre Semiótica e Ciência da Informação poderia ser efetivada alterando o foco dos estudos da informação, das ferramentas e dos suportes para os processos de significação. Somente assim, efetivar-se-ia a aproximação entre estes campos. Segundo Moura (2006, p. 15), “O ponto de vista semiótico pode contribuir para o alargamento da noção de informação compartilhada atualmente no âmbito da Ciência da Informação.” Para tanto, acredita-se que o primeiro passo é entender o conceito de informação de Peirce. Tal discussão é de importância fundamental à Ciência da Informação, porém sai do escopo deste trabalho, cujo centro de atenção é a organização da informação e do conhecimento.

Com efeito, um único estudo com a intenção de aproximar duas grandes e complexas áreas não bastaria para propor uma solução consistente. A contribuição do estudo está na capacidade de refletir sobre o pensamento de Peirce diretamente, valendo-se dos comentadores para o auxílio, e não como exclusivo caminho para reconstituir os pontos centrais da obra peirceana, como faz Monteiro. Além disso, constata Moura, a necessidade de uma síntese entre os campos é um projeto salutar. Não obstante, supõe-se que a inserção do Pragmatismo de Peirce nesta discussão seria fundamental, à medida que interliga os conceitos citados.

Com respeito ao entendimento semiótico de informação, Moreira (2006) apresenta uma leitura mais abrangente. Com o objetivo de traçar uma visão sógnica da informação elabora uma linha que relaciona o conceito de ícone com o conceito de informação, indagando sobre qual tipo de informação um ícone tem condições de transmitir. Para tanto, a autora ressalta que se deve aceitar que a informação se manifesta nas categorias fenomenológicas. Os conceitos peirceanos utilizados em sua argumentação foram as três categorias fenomenológicas, nas suas dimensões lógicas, ontológicas e metafísicas (MOREIRA, 2006, p. 31), os de signo, de objeto

(imediatamente e dinâmico), de interpretante, da segunda tricotomia dos signos.

Um desdobramento adicional à teoria da informação é concebê-la como presente nas três categorias, mas de natureza diferenciada em cada uma delas. Em outras palavras, a informação na primeira categoria seria um estado do conhecimento; na segunda categoria, informação significa metafisicamente a conexão entre matéria e forma; e na terceira categoria, a informação significa logicamente a medida de predicção (MOREIRA, 2006, p. 32). A autora sustenta que na terceiridade não pode haver significado da informação se ela não compuser a lei. Não haveria aprendizagem sem o auxílio da informação. Não se conhece algo sem a permanência no tempo, isto é, a informação deve se repetir ou ser regular para que seja incluída no conhecimento. Nesse sentido, conclui que todas as atividades da mente, cuja categoria é a terceiridade, pressupõem a informação (MOREIRA, 2006, p. 32-33).

Na segunda categoria, Moreira (2006, p. 34) discutiu que somente com a existência do objeto existirá a informação, ao passo que na primeiridade não se afirma nada em relação à informação, apenas supõe sua existência como uma possibilidade, probabilidade. Contudo, no contexto do conceito de signo, a informação se manifesta como elemento determinado pelo objeto do signo, é ele que imprimirá seus aspectos no signo. É na primeiridade que a autora supõe encontrar a origem da interação do objeto imediato com o objeto dinâmico, mais especificamente, no conceito de ícone.

Moreira (2006, p. 39-41) aceita a conclusão de que o ícone não tem o poder de informar - ou conter informação - como um signo de primeiridade. Entretanto, como o símbolo depende de suas partes de signos para comunicar algo, deve ao ícone esta capacidade de renovação, ou seja, é o caráter de possibilidade e de estar mais próximo ao objeto, que o ícone funciona como força mobilizadora de inovações simbólicas. “É em virtude desta plasticidade, resultante de sua iconicidade, que por sua vez remonta à atualização da informação, que os símbolos estão sempre crescendo.” (MOREIRA, 2006, p. 41).

Com efeito, Moreira (2006), como outros autores, procura identificar no conceito de informação uma base preliminar para a reflexão entre as áreas. É patente que o Pragmatismo peirceano já acusava problemas da terminologia especializada, e esse parece ser um dos caminhos mais coerentes para compor uma abordagem estritamente peirceana na organização da informação e do

conhecimento. Moreira carece de um conceito de informação aceito, mesmo que provisoriamente, na Ciência da Informação, fato que favorece para uma análise mais peirceana do conceito que uma leitura integradora destas áreas. Mais uma vez, uma compreensão mais aprofundada da obra de Peirce na organização da informação e do conhecimento deixou de ser buscada, discutindo-se apenas os conceitos-chave da teoria dos signos, a qual, na lógica peirceana, é chamada de Gramática Especulativa.

Hjørland (2000, p. 522) reconheceu que a Semiótica, juntamente com a hermenêutica, é uma abordagem da Ciência da Informação. Contudo, é difícil identificar à que escola semiótica o autor se refere, pois não foi discutido no trabalho. Analisando os autores citados por Hjørland, presume-se que a Semiótica de Peirce é uma das linhas indicadas.

Com a mesma intenção e profundidade, Capurro (2003) apontou a Semiótica de Peirce como uma das abordagens que compõem o que chamou de paradigma social, o qual acolhe a maioria das contribuições teóricas na atualidade com vistas a compreender os grupos humanos e seus contextos sociais e discursivos. Baseando-se em Brier, indica a tríade signo, objeto e intérprete como mecanismo de interpretação da dimensão social, considerando a Semiótica como uma perspectiva hermenêutica.

Diferentes dos trabalhos de Pinto (1996), Moreira (2006), Monteiro (2006) e Moura (2006), Hjørland (2000) e Capurro (2003) simplesmente assumiram a Semiótica como uma das abordagens contemporâneas da Ciência da Informação, sem examinar o impacto dessa disciplina sobre o conceito de informação ou sobre quaisquer processos do campo.

Algumas outras iniciativas de diálogo com a obra de Peirce no contexto da Ciência da Informação mostraram-se irrelevantes por alguns dos problemas anteriormente apontados: considerar a Semiótica apenas em seu ramo da Gramática Especulativa; associar as afirmações peirceanas sobre intérprete com a mente humana, isto é, lê-lo do ponto de vista do sujeito cartesiano; recuperar o pensamento de Peirce sem a presença de comentadores ligados à filosofia, principalmente, os teóricos que revisam as ideias do Pragmatismo clássico e – e sem excluir outros problemas – comparar informação a signo como via exclusiva de possibilidade de estabelecer um diálogo interdisciplinar entre Ciência da Informação e Semiótica. Presume-se que ainda se está discutindo a informação como signo,

procurando na obra de Peirce razões para verificar um conceito de informação que seja útil à Ciência da Informação. Algumas dessas lacunas encontram-se em trabalhos como de Marcondes (2001), Azevedo Netto (2002, 2008) entre outros.

No entanto, mesmo quando o caminho mais direto seria o Pragmatismo peirceano, os trabalhos nesta direção dão pouco, senão nenhuma importância à problemática da origem deste movimento. Os problemas levantados por Peirce com o Pragmatismo associam-se à questão da linguagem e da formação de conceitos, temas que correspondem aos tratados pela organização da informação e do conhecimento.

Pode-se dizer que o Pragmatismo quando examinado na organização da informação e do conhecimento não é de fundo peirceano. A alusão ao pensamento peirceano vem da sua ligação com o surgimento do Pragmatismo, entretanto, identifica-se na literatura uma dificuldade de separar o pensamento de James do de Peirce. Ambos têm concepções completamente diferentes do Pragmatismo, apesar disso, a visão de James sobre a definição de consequências práticas parece prevalecer.

Segundo argumentam González de Gomez e Gracioso (2006), o Pragmatismo deve ser considerado uma perspectiva teórica para a Ciência da Informação no sentido de conhecer os contextos sociais e práticos do uso da linguagem: “Quanto à perspectiva teórica, cremos ser o Pragmatismo, a corrente que mais nos oferece argumentos convincentes sobre as implicações sobre o uso da linguagem no processo de comunicação (de busca da informação) e por isso é que buscamos compreendê-lo.” Porém, na sequência, as autoras deixam claro que não se ocuparam de descrever as linhas e escolas dos estudos pragmáticos da linguagem.

Nesse contexto, Peirce cede espaço a L. Wittgenstein e a J. Habermas. As autoras (GONZÁLEZ DE GOMEZ; GRACIOSO, 2006) concluem que se deve avançar nos estudos destes dois pensadores, para, sob um ponto de vista pragmático, compreender o uso da linguagem no contexto da comunicação, bem como a construção de sentidos. Contudo, a questão do uso da linguagem, conforme exposta, reporta-se ao conceito da disciplina de acordo com C. Morris, isto é, a Pragmática. Apesar disso, o nome de Morris não foi mencionado. Talvez o exame do pensamento de Morris pudesse direcionar uma aproximação das divisões da Semiótica com as divisões da Lógica de Peirce.

O pensamento de Peirce foi discutido por González de Gomez e Gracioso (2006) em uma nota de rodapé, valendo-se da referência de sua concepção pragmática de verdade. Desse modo, a tentativa, mesmo que provisória, de projetar o Pragmatismo como perspectiva filosófica fundamental às questões pertinentes à linguagem na organização da informação e do conhecimento recusa-se a examinar seu conceito original: não como escola filosófica, mas como método.

Além disso, conseqüentemente, outras teses de Peirce ficariam sem ligação, da Semiótica à Metafísica, resultando na associação da figura de Peirce à Filosofia que aceita os resultados práticos como justificativas ou o conteúdo próprio de um conceito, retardando em considerá-lo como ponto fulcral de uma perspectiva realista da linguagem. Sua linha não recusa a ação das práticas sociais na constituição do significado, apenas evitam aproximar essas considerações de um relativismo extremo sobre a linguagem. Conforme discutiu Peirce, a realidade (por exemplo, o objeto do signo) revela a melhor forma de compreendê-la, quais signos devem ser produzidos para aproximar-se dela, sempre levando em conta o *continuum*.

Um outro trabalho sobre a questão foi desenvolvido por Hjørland (2000, p. 525). O autor identificou as posições filosóficas aplicadas à Ciência da Informação. Entre elas, apresentou o Pragmatismo, cuja introdução deriva da obra de Rorty, e registrou que as aplicações diretamente relacionadas à abordagem filosófica pragmatista foram os trabalhos de Blair (1990) e Hjørland (1997). O correto é aceitar que as posições filosóficas influenciam as práticas, os métodos, as abordagens, os modelos, as teorias e as disciplinas escolhidas para compor o quadro interdisciplinar do campo.

Contudo, o Pragmatismo peirceano não é uma abordagem no mesmo sentido que o construtivismo, o empirismo ou a teoria dos paradigmas, de T. Kuhn. O fato é que Hjørland (2000) inclui hipóteses, teorias biológicas, correntes sociológicas e sistemas filosóficos no grupo das abordagens filosóficas. Isso provoca uma leitura do Pragmatismo, não em termos peirceanos, mas como um possível sistema filosófico.

Diferente do estudo anterior (2000), Hjørland (2003) assumiu uma posição perante as perspectivas do Pragmatismo. Por um lado, a concepção de Pragmatismo de Rorty asserta que pragmatismo e realismo são dois pontos de vista que não podem ser combinados (HJØRLAND, 2003, p. 94). Por outro lado, de acordo com outros filósofos, tal como Dewey, o pragmatismo deve fundar-se no

realismo. Hjørland (2003, p. 94) aceitará essa última perspectiva e denominará de “realismo pragmático”, na medida em que os campos científicos tendem a representar a realidade da maneira mais funcional possível, segundo os propósitos humanos.

Como analisado, o realismo remonta ao pensamento peirceano como uma de suas teses principais. Na leitura de Hjørland pode-se pressupor que o realismo se manifestaria na seguinte afirmação: há um conjunto de conhecimentos e formas de organizá-los que existem e dizem respeito à realidade daquele campo científico ou área ocupacional. Porém essa realidade é construída e representada pelo contexto humano, mecanismo articulador das práticas sociais vigentes. Deve-se ressaltar que, nesta discussão, Hjørland não menciona o pensamento de Peirce sobre o Pragmatismo, porém sua recusa ao relativismo de Rorty o projeta junto à interpretação peirceana da realidade do conhecimento.

Hjørland (2003) ilustrou ainda dois modos em que o Pragmatismo – não estritamente peirceano – orienta os pressupostos epistemológicos que podem exercer alguma influência na organização do conhecimento. Em primeiro lugar, na concepção de conceito, isto é, sob o ponto de vista do Pragmatismo na Filosofia, o conceito de conceito consiste em aceitar que “Conhecimentos e conceitos são formados pelas atividades práticas das pessoas em relação aos objetos da atividade.” (HJØRLAND, 2003, p. 101). Para o autor, é evidente a necessidade de uma revisão das orientações filosóficas e científicas que determinam as concepções de conceito, objeto de trabalho para a organização do conhecimento. Como afirmado, é pequeno o número de estudos que procuram explorar a questão, nesse sentido, procurou abordar preliminarmente a definição de conceito sob as perspectivas da Filosofia e da Psicologia (HJØRLAND, 2003, p. 101).

Em segundo lugar, o Pragmatismo mostra-se como fundamento que orienta métodos em organização do conhecimento, cujo exemplo é a classificação bibliográfica. A linha do Pragmatismo que Hjørland (2003, p. 106-107) assegura contribuir na organização do conhecimento difere ainda mais do relativismo comum associado à expressão e, portanto, distante da separação construída por Rorty entre realismo e pragmatismo. Desse modo, Hjørland (2003, p. 106) discute que na epistemologia pragmática ou na organização pragmática do conhecimento não significa que as pessoas isoladamente podem fazer coisas voltadas apenas aos seus interesses pessoais. “Se isso é feito, se a pesquisa apenas produz

“construções sociais”, então a realidade fará tais construções incoerentes. Eles serão opostos por argumentos teóricos e empíricos. A produção de “conhecimento” incoerente não tem valor e não pode ser um objetivo sério.” (HJØRLAND, 2003, p. 106). Aqui se verifica uma aproximação com o pragmatismo enquanto método de conhecer a realidade baseando-se na comparação com a experiência para se chegar a um conhecimento mais acertado sobre o objeto de conhecimento.

Hjørland (2003, p. 106) afirma que, no Pragmatismo, as condições de verdade estão conectadas aos objetivos humanos e, apesar de desconfortáveis, tais temas como critérios de verdade e realidade devem ser considerados. Essa leitura do Pragmatismo condiz parcialmente com o pensamento de Peirce; no entanto, a menção do objeto como uma condição *sine qua non* da aproximação representacional da verdade não foi discutida.

No que respeita à classificação bibliográfica, método necessário à organização do conhecimento, o autor mostra que sob a égide do Pragmatismo ela é entendida como um sistema que se fundamenta na garantia cultural. Como denominou, a classificação crítica, tais como classificações servindo coleções feministas ou marxistas, baseiam-se em valores, intenções políticas e objetivos sob uma dada epistemologia. Por exemplo, a epistemologia feminista.

De fato, a interpretação do Pragmatismo construída por Hjørland (2003), independente de sua fundamentação no pensamento direto de Peirce, é útil à medida que indica, de maneira clara e pontual, a influência de premissas pragmatistas na composição de conceitos e métodos utilizados na organização do conhecimento. Não obstante, a proposição de uma análise exaustiva do impacto do Pragmatismo peirceano sobre tais concepções ainda está distante. O que se verifica são apenas alusões a elementos do Pragmatismo e um exemplo é a aceitação do realismo como parâmetro regulador das representações do mundo.

Em estudo posterior, Saldanha (2008, p. 2) examinou a influência do essencialismo e do pragmatismo na epistemologia da Ciência da informação. Essencialismo seria a convicção em um mundo estruturado por essências ou substâncias indivisíveis, enquanto o pragmatismo possui duas características principais, o anti-dogmatismo e o enfoque pluri-metodológico.

No essencialismo acredita-se na estabilidade da realidade, a representação é unidimensional, isto é, um objeto possui apenas uma função. As ciências que veem no essencialismo um fundamento seguro são as ciências exatas, assim como é para

base para o racionalismo positivista, o positivismo lógico, as abordagens fisicalistas e cognitivistas e todo tipo de cientificismo (SALDANHA, 2008). Segundo a comparação empreendida por Saldanha (2008), o essencialismo surge na Ciência da Informação quando das políticas de indexação que enfatizam o assunto do documento e não a aceitação do usuário; dá ênfase na precisão da representação; da bibliometria; dos sistemas de classificação, tesauros e linguagens documentais que procuram representar com acuidade os assuntos de uma área. No contexto do essencialismo, a informação é um dado mensurável passível de representação objetiva.

Saldanha (2008, p. 8) aceitou a interpretação de Rorty de que o Pragmatismo não possui uma teoria da verdade, mas é uma posição oposta ao dogma do método. Sendo assim, o significado no Pragmatismo não depende da lógica dos objetos, mas constitui-se a partir das situações e usos. Somente o contexto e os usos dos conceitos determinam algum significado. Essa leitura extremada do Pragmatismo, fundando-o no relativismo sobre temas como realidade e verdade, impacta, segundo o autor, no campo da Ciência da Informação da seguinte maneira: na existência de uma Biblioteconomia de cunho humanista; na ênfase nos métodos qualitativos (*sense making*); na vertente construtivista destas pesquisas; nos paradigmas hermenêutico e social das ações da informação; da análise do domínio; e enfoques disciplinares como a epistemologia social, a antropologia da informação e sociologia do conhecimento. “Todas estas categorias voltam-se para os estudos dos indivíduos inseridos em comunidades e abordam, de um modo geral, a informação como uma construção social.” (SALDANHA, 2008, p. 10).

Com efeito, não é necessário rever o Pragmatismo peirceano para averiguar o impacto negativo desta afirmação sobre a construção de sistemas de organização do conhecimento. Como observado, Hjørland (2003, p. 106) já sugeriu que aceitar tudo como construção social é pouco sério e se torna incoerente quando se confronta com a realidade. O objetivo de Saldanha (2008), de averiguar a influência do essencialismo e do pragmatismo na Ciência da Informação, quando destituído da matriz peirceana do método, transforma sua argumentação em discurso de elogio ao relativismo. Além disso, dificulta o entendimento tanto do Pragmatismo em várias de suas nuances quanto das próprias teorias elencadas. Isto não significa que a representação deixa de ser construída socialmente, contudo, não é o único critério de validade dos significados. Essa é uma das premissas do Pragmatismo que toma

como base o pensamento peirceano.

A despeito de o Pragmatismo peirceano não ter sido objetivo primeiro das análises de Hjørland (2000, 2003), González de Gomez e Gracioso (2006), Saldanha (2008), a alusão a Peirce mostra uma preocupação mais intensa nesta direção. Porém, da obra de Peirce apenas se recupera seu caráter de fundador do movimento e, às vezes, a premissa pragmatista que sustenta que corrente é uma forma de destilar os conceitos intelectuais, separando as ideias pouco claras das realmente claras. A característica pluri-metodológica é completamente incompatível do projeto do Pragmatismo enquanto um método para se atingir a verdade. Além disso, o pano de fundo do Pragmatismo está no confronto com o método cartesiano, constituindo-se em uma proposta mais condizente com o contexto da ciência.

Os estudos e os trabalhos relacionados anteriormente não abordaram de maneira integrada o Pragmatismo e a Semiótica, além de outros temas de Peirce no contexto da organização da informação e do conhecimento. É pertinente também reunir elementos para a resposta da seguinte questão: quais seriam as contribuições encontradas que realmente sustentariam uma teoria peirceana para a organização da informação e do conhecimento? Dentre as propostas de interlocução mais consistentes, relacionam-se as propostas: o modelo semiótico da indexação, a organização semiótica do conhecimento, a semiótica documental e a contribuição semiótica na construção de linguagens documentais.

4.2.1 Modelo Semiótico de Indexação

Um dos principais estudos sobre os temas da organização da informação, segundo os objetivos desta pesquisa, foi o de Jens-Erik Mai (1997a, 1997b, 2000, 2001), que tratou de analisar o processo de indexação de assunto tomando como base a Semiótica peirceana. O argumento central do autor foi considerar, a partir da Semiótica, que os processos envolvidos na indexação de assunto estão permeados de interpretações (MAI, 2001, p. 591). A premissa remonta ao pensamento peirceano sobre a natureza própria do signo, isto é, a de gerar, no processo de evolução, sucessivas interpretações. O estudo em questão não só enfatiza o papel das interpretações, como descreve as classes as quais pertencem os signos

produzidos no processo integral de indexação.

No entanto, a reflexão do referido autor poderia aprofundar-se em outros conceitos peirceanos, tal como representação e hábito, e analisar a implicação destes conceitos no processo de indexação. Mesmo assim, o estudo é preciso na demonstração dos conceitos da semiótica peirceana.

Para Mai (1997b, p. 60, 2001, p. 594-595), o processo de indexação de assunto consiste em três etapas. A primeira etapa corresponde ao *processo de análise do documento*, que examina o documento com o objetivo de retirar seus assuntos. A segunda etapa chama-se *processo de descrição de assunto*, é a formulação de uma frase de indexação ou descrição de assunto. Por fim, a terceira etapa, conhecida como *processo de análise de assunto*, diz respeito à tradução da descrição de assunto para uma linguagem de indexação ou esquema de classificação. O autor utiliza etapas para processos ou operações denominados notadamente em análise documental de conteúdo.

A inovação do autor não está na proposição de uma nova classificação das etapas da indexação de assunto, mas na constatação de que há elementos presentes neste processo que merecem ser analisados. O primeiro dos quatro elementos é o *documento*, objeto físico e um potencial de ideias que é objetivo primeiro do processo de análise, independente da denominação das etapas. O segundo elemento é o *assunto*, que é o resultado do processo de análise do documento e consiste em um objeto mental ou sensações sobre o assunto do documento construídas pelo indexador. O terceiro elemento é o produto do processo de descrição de assunto, isto é, a *descrição formal do assunto*, ou simplesmente descrição do assunto, é uma formulação coerente do assunto de um documento em uma linguagem. Se o segundo elemento é mental e divide espaço com uma infinidade de ideias e conceitos sobre o documento, quando se passa para a descrição do assunto, busca-se reduzir as várias possibilidades de assuntos em uma forma coerente. O quarto elemento deriva da terceira etapa, é chamado de *entrada de assunto*, sendo construído por linguagens de indexação e sistemas de classificação. Apresenta-se na forma de termos de indexação ou cabeçalhos de assunto.

Mai (1997b, p. 61) esquematizou sua disposição das etapas e dos elementos no processo de indexação da seguinte forma:

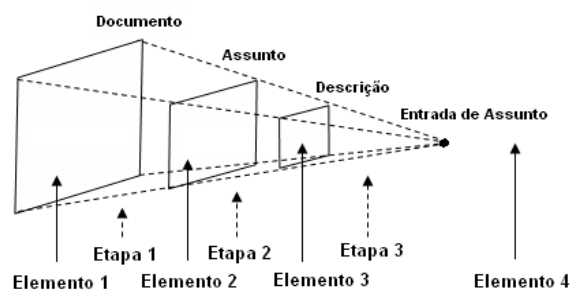


Figura 14: O Processo de Indexação de Assunto

Fonte: Mai (1997b, p. 61, tradução nossa)

Conforme observado, há uma drástica redução quantitativa dos elementos após a execução de cada uma das etapas. Digno de nota é o fato de que Mai (1997a, 1997b, 1999, 2001) procurou discutir um processo padrão de análise do assunto, não levou em conta que algumas correntes da análise temática da informação dispensam a necessidade de algumas destas fases, tampouco argumentou sobre os processos em que a catalogação cooperativa, internacionalmente disseminada pelos profissionais da informação, provoca uma redução do raio de aplicação destas etapas, pelo menos em redes de bibliotecas.

Independente disso, pode-se afirmar que o modelo de Mai conforma-se aos processos, tanto da indexação quanto da análise documental. O processo de análise do documento requer pesquisas sobre a leitura profissional, o processo de descrição de assunto requer a necessidade da análise semântica e da argumentação lógica levada a cabo pelo autor do documento. O processo de análise do assunto, ao mesmo tempo em que exige conhecimento de conceitos semânticos, precisa de elementos da sintaxe das linguagens de indexação disponíveis.

A mesma necessidade encontra-se nos elementos: o documento exige o conhecimento das estruturas textuais; o assunto é mais bem descrito quando se tem familiaridade do campo de estudo ou área ocupacional dos autores; a descrição do assunto pressupõe, sobretudo, competência lógica para identificar o que é realmente principal em um argumento; a entrada de assunto refere-se, mais uma vez, ao conhecimento linguístico da estruturação de uma linguagem de indexação. Todas as etapas, segundo a terminologia de Mai, devem estar subsidiados por conhecimento profundo do grupo de usuários interessados nas informações.

Contudo, as etapas e os elementos não são simples indicações de fases por que passa qualquer documento para ser representado; devem identificar uma

dinâmica de ações mentais produzidas por um indexador e de sua interação com os documentos, as ideias e os usuários do sistema. Essa dinâmica, imersa em um universo de interpretações, leva a considerar que cada um dos elementos pode ser examinado como signos resultantes das etapas de indexação, as quais também fazem parte deste universo e como tais devem ser igualmente analisadas como signos. Além disso, os elementos merecem uma classificação sógnica que demonstre, efetivamente, o quão sintética fica a representação do documento após a última etapa de análise.

Com o objetivo de encontrar fundamentos dos processos da organização da informação, aportou-se nas classes de signos peirceanas. Como verificado, o processo de indexação realiza-se mediante etapas bem delineadas, não obstante, a natureza dos signos criados pelo indexador no momento de indexar um documento recebeu pouca atenção.

Sabe-se que a ação mental regular pode indicar a presença de um hábito interpretativo. Nesse sentido, o indexador profissional busca estabelecer um hábito mental que restringe as diversas interpretações sobre os assuntos cobertos em uma área de conhecimento. Tal hábito determina as condições da análise de documentos, e pode-se supor que se tem informações escassas sobre o que o profissional leva em conta em uma indexação que exige um maior grau de profundidade.

Os manuais de indexação, conforme ressaltou Mai (1997b, p. 60), sugerem apenas onde se deve procurar e algumas variáveis que devem ser observadas. Mas não são estas variáveis as únicas que um profissional leva em conta no momento crucial da análise de um documento, tampouco é fácil especificar que tipos de signo são produzidos em cada uma das etapas da indexação.

Os principais trabalhos sobre essa questão são da autoria de Mai (1997a, 1997b, 2000, 2001), o qual sustenta que o processo de indexação de assunto pode tomar como base a Semiótica peirceana. O argumento central do autor é considerar que os processos envolvidos na indexação de assunto estão permeados de interpretações (MAI, 2001, p. 591), premissa que remonta ao pensamento peirceano sobre a natureza própria do signo, isto é, a de gerar no processo de evolução sucessivas interpretações. Vale-se fundamentalmente de dois conceitos centrais da Semiótica: a semiose ilimitada e as classes de signos.

A leitura de Mai sobre a questão é estritamente semiótica, levando este pressuposto até as últimas conclusões. Mai (1997b, p. 64) sustentou que cada um

dos quatro elementos do processo geral de indexação é um signo e as etapas da indexação são a conexão entre eles, configurando-se no pivô da semiose no âmbito da indexação. Para aceitar concretamente a semiose como um conceito indispensável para explicar o fenômeno da indexação exige-se, em primeiro lugar, a adoção do conceito triádico de signo, em segundo, não colocar como equivalente à semiose o que se entende na Linguística por significação do signo. Em outras palavras, o objeto do signo juntamente com o representamen e o interpretante estão intrinsecamente ligados.

Em segundo lugar, a proposta da semiose defende que o processo nunca cessa, mas apenas há ocasiões em que o signo se estabiliza. Isso explica as razões pelas quais, depois de passar por todas as etapas de análise e tradução, os termos de um documento não conseguem assegurar o controle do significado na interpretação empreendida pelo usuário. Às vezes, nem mesmo assegura que outro profissional dotado de mesma competência e experiência reproduza a mesma interpretação.

As classes de signos subsidiam uma classificação dos tipos de signos produzidos por um profissional no instante do processo. Apesar de o processo parecer imediato e indecomponível, dada a velocidade com que a mente humana passa de informações sobre o assunto para uma descrição sucinta do documento, o profissional realiza um conjunto de etapas e relaciona alguns elementos que são classificados por Mai (1997a, 2000, 2001) com base nas classes de signos de Peirce.

De maneira geral, o esquema de Mai reproduz a disposição do signo de Peirce em triângulos. Sabe-se que este esquema não é devotado a Peirce, mas originou-se posteriormente com Ogdens e Richards (1972, p. 32), sendo retomado por diversos autores com o intento de representar o conceito de signo nas mais distintas correntes teóricas. Mai (1997b, p. 65) ilustra deste modo o funcionamento de seu modelo:



Figura 15: Modelo Semiótico de Indexação

Fonte: Mai (1997b, p. 65, tradução nossa)

O esquema elaborado por Mai não é completamente compatível graficamente com a ilustração de Granger sobre o processo semiótico, pois pode ser entendido que o assunto, que é interpretante no primeiro nível, torna-se representamen no segundo nível da cadeia sígnica. A primeira etapa, análise do documento, tem por função ligar os signos, produzindo um signo equivalente, mas não igual ao primeiro. Parte-se de um documento tomado como um signo que representa um conjunto de ideias elaboradas pelo autor do documento em questão. Ao final desta primeira etapa, de acordo com Mai, deve resultar em um assunto, que é o interpretante do signo.

Continuando o processo, a segunda etapa trata de chegar a um interpretante que será a descrição do assunto. Origina-se com o próprio assunto que neste momento está para o objeto do signo como o documento esteve anteriormente, isto é, refere-se ao potencial de ideias que se acredita conter o documento. Ao prosseguir no processo, o profissional toma a descrição do assunto como representamen do mesmo objeto e intenta produzir um interpretante que será a entrada do assunto, conforme uma linguagem de indexação adotada no sistema. Essa entrada de assunto compõe-se do catálogo e permite aos usuários uma aproximação do objeto que, neste caso, será o mesmo para o usuário e o indexador, isto é, a cadeia de ideias e significados potenciais atribuídos a um documento.

As classes de signos construídas por Peirce podem ser estendidas aos elementos envolvidos no processo de indexação de assunto na medida em que estes são signos e devem se comportar conforme alguma classe. A tese de Mai

(2000) alerta para o fato de que a forma dos signos que se produz quando do processo de indexação pode ser enquadrada em algum tipo ideal. O conteúdo ou a matéria do que trata um documento é variável, tanto quanto a diversidade de assuntos dos documentos. Contudo, a forma sígnica ou sua classe pode indicar aspectos da natureza mental dos signos produzidos por um indexador. Isso não significa que a indexação possa ser facilmente explicada em todos os seus meandros pela Semiótica peirceana, mais especificamente, pelas classes de signos. Muito pelo contrário, esses resultados mostram indícios de um suposto caminho pelo qual o profissional trilha ao indexar um documento.

Para Mai (2001), o *documento*, primeira representação em contato com o indexador, é em si um Argumento, na medida em que representa um conjunto de ideias e conhecimento supondo um conjunto de convenções dispostas em um contexto social e cultural para se realizar. Por ser um produto de convenções, o documento é um símbolo cuja natureza manifesta-se por um legissigno, ou signo de lei. O documento, como um Argumento, traz as ideias de seu conteúdo por algum tipo de associação mental e contém em seu interior inúmeros símbolos dicentes (proposições). Contempla sinsignos dicentes pois comunica informação concreta acerca do objeto, real ou imaginário.

Tomar o documento como um tipo de argumento é, em princípio, discutível, pois se trata do signo mais desenvolvido. Quando se examina a sequência das etapas da cadeia, verifica-se que do documento, como representamen, até o interpretante, entrada de assunto, a representação perde em complexidade conforme a classe de signos e, portanto, baixa seu potencial informativo. À luz da Semiótica de Peirce, em especial, das classes dos signos, verifica-se que o processo de indexação reduz drasticamente a capacidade de o signo produzir interpretantes complexos e com maior teor de conteúdo. De posse de um termo no catálogo, o usuário terá que percorrer o caminho inverso na busca do objeto de interpretação.

Apesar disso, o uso de classes de signos mais simples não reduz a eficácia do processo de recuperação da informação, apenas revela sua natureza. A organização da informação e do conhecimento consegue produzir classes mais elementares e, com isso, ligar uma necessidade social de informação a formas de acesso adequadas.

Sabe-se que entre estas tentativas de representação excluem-se alguns

aspectos. Nos três processos em questão há contínuas representações, as quais, inevitavelmente, relegam alguma coisa em prol de um fundamento do signo. A primeira ação representacional é exercida pelo signo, procurando representar o objeto dinâmico; a segunda, é a tarefa do interpretante buscando significar o objeto, com a capacidade de dizer algo a respeito dele.

O segundo elemento, o *assunto*, é um signo mental da ordem do interpretante na primeira série de representação e será considerado o representamen na segunda série de representação. O assunto é um conjunto de ideias e impressões presentes na mente do indexador sobre o documento.

A despeito de esse conceito provocar uma interpretação idealista do assunto, a julgar pela noção de objeto do signo como um existente, não se pode afirmar categoricamente que o assunto ou o que trata um documento não possua algo de intrínseco. Há uma dinâmica, segundo a Semiótica, que procura respeitar a interação entre objeto dos signos e sua representação. O assunto como um interpretante, um terceiro, deve procurar representar um segundo, seu objeto. O assunto na mente de um indexador somente corporifica-se ligando com o objeto via representamen; interação que faz oscilar entre uma leitura idealista e objetivista do assunto, as quais se complementam do ponto de vista da semiose.

A natureza do assunto, tal como argumenta Mai (2001, p. 615), é de um Símbolo Dicente cujo representamen é um legissigno, em sua relação com o objeto é um símbolo, ambos na terceiridade. O assunto enquanto um interpretante é um signo dicente (secundidade). Significa, entre outras coisas, que o Símbolo Dicente é menos complexo que um Argumento. Como exposto, um Símbolo Dicente realiza-se na medida em que seu interpretante o representa como sendo afetado pelo objeto do signo e carregando uma informação a respeito deste. Uma proposição qualquer ilustra o signo mental que mais se aproxima da natureza do assunto. Na condição de representamen, já no início do processo de descrição de assunto, o assunto será um legissigno, um signo de convenção. Não mais leva informação sobre o objeto, mas torna-se um signo de lei relativamente ao objeto.

Isso mostra que um assunto não é tão simples de definir, pois, no processo da semiose, a mesma figura designativa do assunto terá diversas classificações ao desenrolar da ação interpretativa. O assunto mentalizado é reduzido a um tipo de proposição a um sujeito que deve conter tais predicados, chamando a atenção para a presença deste predicado ao passo que atribui uma informação ao sujeito.

Uma *descrição do assunto*, terceiro elemento do processo de indexação de assunto, se comportará como um *Legissigno Indicial Dicente*. Segundo Mai,

Legissignos indiciais dicentes são caracterizados por apontar diretamente para seus objetos (deste modo eles são índices), a descrição de assunto indica o assunto para uma descrição precisa dele. Legissignos indiciais dicentes, além disso, fornecem alguma informação sobre seus objetos, visto que são signos dicentes eles requerem alguma interpretação. (MAI, 1997a, p. 62, tradução nossa).

A descrição do assunto, tendo a forma de um legissigno, refere-se ao assunto ou aos assuntos, e chama a atenção para ele, trazendo algum tipo de informação concreta sobre o objeto, isto é, que nele deve conter elementos característicos de um determinado assunto. Na medida em que se vale de palavras, os legissignos devem funcionar de maneira não apenas convencional, mas serem capaz de chamar a atenção do sujeito para o objeto; isso somente poderia ser feito com um índice.

Ademais, o interpretante desta convenção, que utiliza um índice para se referir ao objeto, deverá ser da ordem de uma proposição. A descrição do assunto, propriamente dita, é um dicente na medida em que afirma algo de fato existente sobre o objeto. A descrição do assunto remete à representação última do objeto, a saber: o assunto. Neste caso, também se verifica como em uma simples série de interpretações e se passa da primeiridade para a terceiridade, sucumbindo novamente em uma primeiridade, repleta de potencialidades.

O quarto elemento é o produto da série de etapas anteriores, *entrada de assunto*, a qual se apresenta de uma maneira difícil de definir em termos unilaterais. Dependendo do nível de interpretação, a entidade chamada interpretante será um rema ou um dicente.

A entrada de assunto é categorizada como um Legissigno Indicial Remático. A entrada de assunto chama atenção para seu assunto, é conseqüentemente um índice, isto requer um mínimo de interpretação e é por essa razão um rema. A entrada de assunto, portanto, fornece muito pouca informação sobre seus objetos, mas meramente refere-se a eles. (MAI, 1997a, p. 62)

Contudo, tal categorização não exclui a possibilidade de variância na produção de interpretações por parte dos usuários e dos profissionais do sistema. O interpretante como rema surgirá quando da interpretação de um usuário experiente cuja capacidade informativa do rema e de seu objeto é menor. O interpretante

deverá ser um signo dicente quando o intérprete, o usuário, possuir um conhecimento superficial sobre o tema, tal que este signo exija do sujeito um esforço maior de interpretação, obviamente, será mais complexo e seu objeto se transformará em um símbolo.

Com efeito, um Legissigno Indicial Remático é uma lei que força cada um de seus casos seja afetado pelo objeto ou chame a atenção para este. Isto quer dizer que a entrada de assunto, sendo um termo de indexação, constitui-se em produto de uma lei, como são as palavras (legissignos), e pela necessidade de se referirem ao objeto mediante o uso de quaisquer réplicas ou casos, por exemplo, nas várias oportunidades em que o termo se apresenta no catálogo. Todas as vezes em que o termo aparece, deve ser afetado, pelo assunto (objeto) para funcionar como signo indicial. No que tange ao interpretante, será uma mera possibilidade de se efetivar a ligação termo e conceito. Em outras palavras, todo termo de busca recuperado em um catálogo será uma possibilidade de se ligar de fato com o assunto.

As classes de signos, quando aplicadas aos signos, mostram a dependência de se revelar o ponto de partida da análise. Há grande probabilidade de um signo enquadrar-se manifesto em uma classe, contando com o objeto em outra e produzindo o interpretante em uma terceira; além disso, as réplicas e a natureza das informações que cada uma das classes carrega oscila de uma classe para outra. Com isso, reconhece-se as diversas perspectivas que atuam na definição de um elemento do processo geral de indexação de assunto.

É certo que o pensamento de Peirce não se reduz à menção das classes de signos, transcende a exposição da Semiótica e do Pragmatismo, mas o eixo destacado pelos trabalhos de Mai é suficiente para compreender alguns aspectos condicionantes do processo de indexação. De acordo com Mai (2001, p. 619), a aplicação da Semiótica de Peirce ao processo de indexação de assunto resulta em uma conclusão óbvia e consequências epistemológicas decorrentes.

Sendo que a conclusão mais evidente sustenta que o processo de indexação é interpretativo, portanto, variável em seu conjunto. Cada etapa requer ações interpretativas que tem a função de ligar um signo ao outro de forma intencional. É perceptível no modelo semiótico de indexação que, ao decorrer da semiose, as classes de signos se tornam menos complexas, ao contrário das sucessivas representações que procuram avançar no conhecimento sobre o objeto.

Há, inevitavelmente, uma perda de informação à medida que se evade das

ideias expressas em um documento e se ruma à entrada de assunto. Isto não significa que a redução da quantidade de conteúdo é nefasta, pois o tratamento temático da informação vale-se desta diminuição para solucionar o problema do excesso de informação. O volume informacional em constante crescimento somente pode ser organizado recorrendo-se a alternativas que reduzem tal montante para a recuperação e acesso à informação. Esta parece ser a principal justificativa desta relativa perda de conteúdo informacional, de acordo com as classes de signos.

Por um lado, na teoria semiótica, os signos produzidos visam compreender o objeto, gerando signos cada vez mais complexos para isto. Por outro lado, encontram-se nas classes de signos, sobrepostas às fases do processo de indexação de assunto de Mai, a confirmação de que a redução quantitativa do conteúdo do documento ocasiona perda relativa de informação, desde o Argumento até o Legissigno Indicial Remático.

Buscando propor alguns fundamentos para a organização da informação e do conhecimento pode-se dizer que, no que tange à teoria da indexação, se encontra nos trabalhos de Mai uma explicação semiótica das principais fases. Apesar de constar como contribuição sobre as etapas de indexação, a Semiótica implica desdobramentos a respeito do conceito de conhecimento, do hábito interpretativo como essencial para as ações de indexação e dos tipos de raciocínio que condicionam a interpretação no instante da análise da informação. Porém, tais aspectos estavam à margem das reflexões de Mai (1997a, 1997b, 2000, 2001). Em diversos trabalhos, verifica-se que Mai professa uma leitura restrita do escopo da Semiótica de Peirce, vista apenas como o ramo da Retórica Especulativa.

A despeito do exposto, é possível inferir consequências para uma interpretação peirceana do processo de indexação de assunto, inferências não totalmente examinadas por Mai. Uma primeira consequência epistemológica é aceitar a interpretação como um fenômeno presente em todas as passagens por que passa o documento em sua análise. O mesmo pode-se afirmar dos processos da organização que supõem a representação. A interpretação tanto quanto a representação são fenômenos de terceiridade. Deriva desse primeiro pressuposto que a noção de representação não deve estar subsumida a uma etapa do processo de indexação, pois, como verificado, em todos os passos procede-se a uma forma de interpretação.

A segunda consequência sustenta que processos cognitivos do indexador

podem ser reconstituídos pelos tipos de signos produzidos. Tal fato não caracteriza uma tentativa de prever o que pensa o indexador, em termos de conteúdo, no entanto, propõe como deve ser, necessariamente, a modalidade formal deste pensamento. Entre essas modalidades estão os signos complexos que exigem um esforço maior do indexador para compreender e se aproximar do objeto representado.

Com efeito, a terceira consequência trata da noção de objeto do signo que se mostra essencial para entender a dinâmica da indexação de assunto, para o indexador e para o sistema, constituindo-se em uma introdução efetiva do conceito triádico de signo. Parte-se sempre de um ponto dado do processo e toma-se por base um conjunto de elementos considerados existentes reais para que se proceda à análise e descrição do assunto.

O objeto será sempre um ponto de partida ao qual se refere as interpretações subsequentes. Qualquer conhecimento, seja do senso comum ou o científico, supõe o aprimoramento constante; com a análise de um documento para atingir seu assunto mais relevante não seria diferente. Nessa circunstância, a mente requer uma representação para tomar o lugar de objeto – caráter vicário – e sem esta não se pode compreendê-lo.

A quarta consequência recai sobre a busca do objeto. Em outras palavras, a respeito do objeto produzem-se interpretações para compreendê-lo, sempre observando que há necessidade de aperfeiçoamento nos mecanismos que se dispõe para representá-lo. A capacidade de um assunto representar o conteúdo de um documento terá como pano de fundo a imprevisibilidade própria da dinâmica dos signos e de sua potencialidade vicária. A certeza ou a validade de uma representação é dependente tanto do objeto dinâmico quanto das qualidades de sentimento que este pode ensejar. O conceito peirceano de representação parece aludir a um processo aproximativo, mas supondo um constante e resolutivo apuramento.

Em decorrência disso, as entradas de assuntos resultantes do processo de indexação não significam o fim da semiose, mas o início de outros tantos estágios de interpretação em uma cadeia interpretativa. Em outras palavras, quer dizer que o trabalho do indexador não garante um caminho sem barreiras e reto para os usuários em suas buscas, apenas indica as possibilidades consistentes para um percurso mais ou menos correto. Acreditar no pressuposto da semiose inviabiliza

qualquer posição contrária a esta última afirmativa, pois a evolução dos significados, assim como em outras instâncias, origina-se no acaso e aleatoriedade da primeiridade. É incoerente com a proposta peirceana pressupor a certeza absoluta de que um signo será interpretado de uma única forma *ad infinitum*.

Como quinta consequência, conforme já assinalado, a semiose do processo de indexação, ao contrário de conduzir a interpretantes mais avançados – quiçá, mais desenvolvidos – redundaria em interpretantes de classes de signos mais simples. O processo de indexação opõe-se à sequência natural da semiose, que é desenvolver o signo em complexidade. Mesmo assim, é um fenômeno semiótico, pois os aspectos de determinação e equivalência entre representamen, objeto e interpretante são preservados.

Essa alternativa tem se mostrado uma solução para os sistemas de informação. Organizar a informação subentende algum tipo de representação que se realiza pelo controle da dinâmica sógnica e da interpretação. Não obstante, Mai comprova que o processo de indexação de assunto não produz representações mais elaboradas e complexas, o que se realiza é uma redução quantitativa (extensão do conteúdo do documento) e qualitativa (classe de signo produzido) no contexto da teoria sógnica. Apesar disso, é a solução encontrada para responder as demandas sociais por sistemas organizados de informação.

Esses cinco desdobramentos originaram-se da análise dos trabalhos de Mai (1997a, 1997b, 2000, 2001) e são úteis por confirmarem os efeitos da leitura semiótica do processo de indexação. Apesar disso, Mai enfatizou tão-somente um aspecto da Semiótica e não é possível propor, com isso, uma teoria peirceana para a organização da informação e do conhecimento. Fatores adicionais que intervêm no processo de indexação e determinam o resultado dos trabalhos não foram examinados nos estudos de Mai e carecem de uma leitura semiótica.

É o caso, por exemplo, da concepção de hábito aplicado à interpretação do indexador. É preciso refletir sobre a capacidade do indexador em produzir interpretantes que formam hábitos de conduta. A grande busca das pesquisas com os indexadores é a descoberta de padrões de comportamentos que direcionem os processos de indexação. Um diagnóstico destes comportamentos seria impossível; contudo, os parâmetros gerais da formação de hábitos poderiam apresentar-se como mais plausíveis, pois indicariam quais os elementos que um indexador leva em conta no momento de indexar e até que ponto em uma situação semelhante ele

estaria predisposto a executar o que lhe é habitual.

Considerar os hábitos mentais e seus mecanismos de alteração é uma forma adequada de identificar falhas na formação profissional e fatores determinantes no momento da indexação. Ora, os hábitos do profissional subentendem também algo de imprevisto, que deve ser corrigido com o passar do tempo em um contínuo aperfeiçoamento. Como qualquer mente na perspectiva peirceana, a mente humana está suscetível à formação e à mudança de hábitos que conduzem à interpretação. Quanto mais rígidos e cristalizados os hábitos, mais provável que se reproduzam comportamentos interpretativos anteriores, isto é, mais alto grau de repetibilidade nas ações. E quanto mais flácidos os hábitos, mais provável que o profissional indexador busque descobrir a melhor estratégia para indexar um conjunto de documentos, e não apenas reproduzir uma ação mental já esperada.

O conceito de hábito mental em Peirce é indispensável para a formação profissional em organização da informação e conhecimento, porque a conscientização e a externalização dos hábitos permitirão uma reflexão mais apurada do processo no exato momento da prática de indexação. Além disso, é possível relacionar o papel da literatura profissional, tal como manuais de indexação, normas técnicas e relatos profissionais, na cristalização de hábitos que reforçam ações referentes ao processo de indexação que nunca devem ser generalizadas em todos os campos do conhecimento e áreas ocupacionais.

Considerando as consequências elencadas, colocar-se-iam em cena as explicações epistemológicas condizentes com a Filosofia e Semiótica peirceana sobre o processo de indexação. Com isso, ampliar-se-ia o conhecimento sobre o trabalho do especialista de indexação cujo caráter não é tão simples, muito menos descrito como uma leitura somada a uma troca de palavras, do documento para os termos adotados pelo sistema. São verdadeiros processos e produtos semióticos.

A contribuição de Mai é um exemplar de teoria aplicável ao campo da organização da informação que se refere ao processo de tratamento do conteúdo dos documentos. Porém, ela não constitui uma teoria abrangente na organização da informação e do conhecimento. Uma frente de análise que ficou sem um tratamento nos estudos de Mai é a conhecida indexação de imagens (fixas e em movimento, impressas ou digitais).

Indexar imagens pressuporia o conhecimento do código em questão e dos contextos de geração, distribuição e uso da imagem. Muitos trabalhos nessa direção

relacionaram conceitos semióticos na exploração do processo de indexação de imagens. Reconhecendo as peculiaridades típicas das imagens, podem ver na teoria semiótica uma saída para tratá-las de modo específico, sem reduzi-las a um complexo de significantes que carrega, obrigatoriamente, um conceito ou significado apenas.

Dos trabalhos que mencionam conceitos semióticos aplicados à indexação de imagens, vale destacar a recente contribuição de Bentes Pinto, Meunier e Silva Neto (2008). Os autores voltam aos conceitos de representação, signo, objeto, interpretante (divisão), tricotomia dos signos, hipoícones e semiose. Reafirmam o poder das imagens no mundo contemporâneo, onde em todas as áreas o uso de imagens para significar discursos e empreender diagnósticos é incontestável. Tal como sucedeu com o documento impresso, a produção das imagens também sofre uma explosão.

No que respeita ao conceito de representação, os autores resgatam o caráter vicário do signo e discutem a presença de alguém que produz sentido sobre o objeto através do interpretante. O papel da imagem é essencial para se identificar os efeitos dos representamens sobre a interpretação, em alguns casos, o objeto dinâmico do signo somente pode ser indicado por uma imagem, o que a torna determinante na composição do significado em áreas especializadas. Verifica-se que no interior da Semiótica, o ramo destacado pelos autores foi a Gramática Especulativa.

Um outro aspecto essencial para a análise do conteúdo de imagens destaca o papel dos ícones na formação das imagens. Sem o conhecimento da função icônica das imagens não seria possível lê-las de modo adequado, quanto mais tratá-las para uma futura recuperação de seus conteúdos. Os sistemas de organização da informação quando desprezam esse atributo das imagens deixam de examinar a essência dos documentos gerados a partir da imagem. Imagens, diagramas e metáforas, como assinalado no capítulo anterior, são tipos de hipoícones ou complexos icônicos que através da semelhança buscam significar pela aproximação com qualidades, relações e representações.

Com efeito, quando a explicação icônica é retomada surge a necessidade de rediscutir o papel do objeto na determinação do significado. Na teoria da iconicidade as semelhanças demonstram uma relação estreita no âmbito dos signos e objetos. A relação de interdependência originada nos ícones estende-se com maior intensidade

aos índices.

Um resultado do estudo de Bentes Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) decorre deste vínculo com a tese Semiótica, que sustenta uma relação umbilical entre signo e objeto. Porém, uma leitura mais aguda das premissas semióticas, desvelaria a dificuldade de se pensar o símbolo como destituído de semelhança ou algum tipo de contiguidade com o objeto (BENTES PINTO; MEUNIER; SILVA NETO, 2008, p. 21). O símbolo, muito pelo contrário, subentende ícones e índices de um modo especial. A explicação de um símbolo recorre a qualidades e a referência ao objeto que preenche o conteúdo do signo é imprescindível. Nada mais fora das teses semióticas do que pensar na independência destes tipos de signos.

Ora, a representação indexal assume o conceito de representação de Peirce ao mesmo tempo em que designa os termos gerados de acordo com as classes de signos. Esse fato demonstra a similaridade entre os trabalhos de Mai e de Bentes Pinto, Meunier e Silva Neto (2008).

Traduzir os signos gerados na indexação de assunto ou de imagem na forma de classes de signos pode auxiliar o entendimento das formas gerais que os indexadores produzem nos processos que aplicam seus conhecimentos. Esse ponto comum pode indicar a necessidade crescente de relacionar os produtos da indexação às classes de signos peirceanas. Se esse procedimento é o eixo de integração mais adequado entre as áreas, é uma discussão que deve ser realizada posteriormente. Concluem os autores da seguinte forma:

Entendemos que a apropriação do conceito semiótico peirciano de signo como representação traz grande contribuição para se realizar a atividade de representação indexação de imagens visuais enquanto atividade cognitiva, uma vez que esta proposta contempla o aspecto da semântica, através da presença do interpretante que, como ideia, produz sentido ao tratamento informacional da imagem enquanto texto não verbal. (BENTES PINTO; MEUNIER; SILVA NETO, 2008, p. 32).

Etiquetas, termos, palavras-chaves ou descritores, produzidos no fim do processo de indexação de imagens, funcionam como índices para os interpretantes. Buscam representar o conteúdo dos documentos imagéticos, assim como nos documentos verbais. Substituem o objeto do signo e potencializam o surgimento de interpretantes. O processo de representação indexal teria como objetivo construir índices, isto significa que o signo de todo processo de indexação, enquanto uma atividade cognitiva humana, é produzir o que na Semiótica de Peirce é concebido

como signo indicial. Por atividade cognitiva, os autores sustentam que, apesar das noções práticas endereçadas às práticas de representação indexal, o objetivo principal do processo é construir esses índices para organizar as informações e levar os usuários aos documentos primários.

Comparando o resultado das reflexões dos autores com os trabalhos de Mai, percebe-se que seu modelo explora a identificação dos signos produzidos no processo de indexação de assunto com as classes de signos, as quais foram deduzidas das combinações entre as categorias. Nesse sentido, argumentar que todo e qualquer signo utilizado para referir como sendo um índice não é um modo de aprofundar a classificação dos signos.

Presume-se que o contributo maior do estudo de Bentes Pinto, Meunier e Silva Neto (2008) está na sistematização das principais orientações teórico-práticas de representação indexal de imagens. Designam sob o nome de paradigma: a representação indexal de imagens em linguagem natural, a representação indexal de imagens por conceito, a representação indexal de imagens por conteúdo sintáxico e a representação indexal de imagens por conteúdo morfossemântico. O primeiro paradigma utiliza o vocabulário livre; o segundo vale-se dos vocabulários controlados retirados de tesouros e de sistemas de classificação; o terceiro indexa imagens por atributos visuais, tal como cor, forma e textura; o quarto paradigma respeita o modo de indexar que combina descritores derivados de linguagens controladas e atributos visuais (BENTES PINTO; MEUNIER; SILVA NETO, 2008, p. 32).

Esta seção não tem o objetivo de elucidar cada uma destas orientações, pois estas não discutem especificamente a introdução do pensamento peirceano na indexação de imagens. Mas os sistemas elencados e testados representam contribuições originais à organização da informação e do conhecimento por demonstrarem que é possível construir sistemas de organização e recuperação da informação que revisão a premissa da linguagem verbal como único e exclusivo mecanismo de mediação da informação. Ao passo que abre espaço para encontrar nas teorias semióticas um arcabouço conceitual. O fato de assumir os signos não simbólicos para indexar imagens e compor estratégias de busca a partir destes leva a considerar o papel autônomo das imagens para significar.

De modo geral, a aplicação da Semiótica peirceana ao processo de indexação mostrou-se uma intersecção preliminar com os temas peirceanos. Os trabalhos de

Mai são mais consistentes quanto à aplicação das classes de signos aos tipos de entidades mentais geradas no processo de indexação. Demais estudos não mencionados aqui estão em um nível elementar da relação interdisciplinar entre Filosofia e Semiótica peirceana e organização da informação e do conhecimento, os quais discutem apenas a necessidade ou a importância de interação entre as áreas. Já sobre a indexação de imagens, outros trabalhos mencionados na seção sobre Semiologia na organização da informação e do conhecimento trataram desta temática, fundamentando-se em outras vertentes da teoria da linguagem, sem referenciar, necessariamente, a Filosofia e Semiótica de Peirce.

Em síntese, o modelo semiótico da indexação e as reflexões nesse sentido, representam um esforço objetivo de contribuir para a organização da informação. Alguns avanços rumo a um diálogo interdisciplinar mais consistente originam da análise da Filosofia de Peirce, pois a Semiótica, apesar de fecunda, quando restrita à Gramática Especulativa, não permite atingir o mais alto grau de reflexão. Nesse sentido é que se expõe uma proposta teórica que mais elementos conceituais peirceanos trazem para o diálogo com a organização da informação e do conhecimento.

4.2.2 Organização Semiótica do Conhecimento

A proposta teórica mais abrangente entre as examinadas está sendo desenvolvida pelo autor dinamarquês Torkild Leo Thellefsen. A contribuição fundamental de seus estudos é resgatar temas esquecidos da obra peirceana pela organização da informação e do conhecimento, tais como a terminologia e o Pragmatismo, e utilizá-los para compor uma teoria para a área. A perspectiva adotada privilegia a abordagem filosófica de Peirce, não restringindo sua análise à Semiótica enquanto Gramática Especulativa.

De fato, a contribuição de Thellefsen enquadra-se em um nível mais elevado da interação com a Filosofia e Semiótica peirceanas. Entre os vários estudos do autor, vale ressaltar os trabalhos em que desenvolve (THELLEFSEN, 2002, 2003, 2004, THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004) especificamente a teoria da organização semiótica do conhecimento.

Antes de apresentar a teoria e o método de organização do conhecimento, Thellefsen (2002, p. 71, 2003, p. 2) questiona os métodos de organizar o conhecimento na Ciência da Informação, pois estes não respeitam a dinâmica do conhecimento. Eles segmentam a realidade em esquemas de classificações universais, obtidos da extração de termos dos documentos, sem considerar o modo como as pessoas envolvidas no campo e em um contexto social organizam seu conhecimento.

Para tanto, acredita que a melhor forma de compreender a dinâmica do conhecimento em um campo é adotar o aporte teórico e conceitual denominado domínio de conhecimento. O conhecimento deve ser organizado segundo o domínio de conhecimento, isto é, as comunidades discursivas em um contexto definido, respeitando a cosmovisão das pessoas envolvidas e como estas agem sobre/com o conhecimento. Desse modo, a organização do conhecimento seria eficaz por resgatar o conhecimento enquanto algo vivo.

Um domínio do conhecimento é entendido como uma demarcação de dado conhecimento, quer assentado em um contexto profissional ou não-profissional. O domínio de conhecimento é bem-definido por um tipo de significância, o qual organiza o conhecimento em relação a um campo particular de objeto ou sob uma dada perspectiva.” (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p. 179, tradução nossa).

Domínios de conhecimento têm características próprias que os distinguem uns dos outros, possuem políticas e objetivos independentes que afetam a construção de sua terminologia. Thellefsen e Thellefsen (2004, p. 180) apresentam os seguintes exemplos de domínios de conhecimento: Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Biblioteconomia, Ciência da Computação Humana, Semântica Cognitiva, Engenharia de Dados, etc. Identificam entre os domínios do conhecimento as áreas ocupacionais, com uma vocação extremamente prática e aplicada, e campos do conhecimento cujo desenvolvimento teórico e metodológico determina a constituição de sua terminologia mais abstrata.

Thellefsen (2002, 2003, 2004) exemplifica a construção de conceitos no domínio da Terapia Ocupacional. Um terapeuta ocupacional interpreta signos de uma certa forma, obedecendo às regras interpretativas dispostas em seu domínio do conhecimento. O projeto desenvolvido pelo autor objetivou organizar o conhecimento do domínio da Terapia Ocupacional na Dinamarca, produzindo uma enciclopédia a partir da terminologia da área. Como relata o autor (2003, p. 10), há

uma lacuna entre os profissionais e os educadores do campo, significando que o domínio de conhecimento é instável. O projeto também objetivou diminuir esta lacuna, preparando o domínio para o *status* acadêmico.

Os argumentos do autor obedecem a premissas básicas que podem ser resumidas da seguinte forma: os conceitos são signos, de acordo com a Semiótica de Peirce; estes são definidos como conhecimentos tácitos – e não como linguagem técnica escrita - em um domínio de conhecimento; a fixação de uma ideia objetiva a criação de hábitos interpretativos na forma de signos fundamentais, isto é, signos com uma maior capacidade de afetar outros signos; o desenvolvimento do signo é a base da linguagem e o signo fundamental é concebido em uma estrutura radial, em outras palavras, um esqueleto semiótico formado de signos fundamentais e conceitos relacionados (THELLEFSEN, 2002, p. 74-75).

Decorre dessas premissas que o significado comunicado pelos conceitos está relacionado ao domínio do conhecimento e o conhecimento de um conceito refere-se à interpretação humana, ao passo que a interpretação de um conceito científico é delimitada pela realidade construída socialmente, devendo refletir o consenso intra-disciplinar que restringe o potencial de conhecimento a uma definição e compreensão geral voltada ao domínio de conhecimento (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p. 178).

Assim, o conhecimento recebe uma definição semiótica que o define como resultado de processos sígnicos, e o emaranhado de signos que estão no entorno do conhecimento marcam sua estrutura interpretativa. Esses processos sígnicos conduzem o conhecimento a uma interpretação contextual, tal como é realizada no domínio de conhecimento. Um aspecto essencial da definição de conhecimento no âmbito do domínio é que este resulta de processos de signos que levam à formação de hábitos, sem os quais não seria possível comunicar informação e desenvolver novos conhecimentos. A concepção de conhecimento subentende a existência objetiva do mundo, isto é, manifesta um tipo de realismo.

Há uma falsa impressão que sustenta que o realismo pragmático é contra medidas contextuais de organização do conhecimento. O realismo pragmático apenas afirma que algumas coisas têm uma existência perceptível ou simbólica, e o conhecimento adquirido será confrontado com a realidade, mais cedo ou mais tarde, para legitimar sua eficácia. Uma organização do conhecimento que aceite o realismo como fundamento preconiza a verificação prática da eficácia do esquema

organizador como mecanismo representacional da dinâmica do conhecimento. Nesse sentido, é que pode assumir o realismo no sentido de Peirce.

Contudo, a inserção da Semiótica e do Pragmatismo peirceano na organização da informação e do conhecimento pode ser uma empresa difícil de se realizar, haja vista as inúmeras dificuldades de se aplicar, à primeira vista, os fundamentos e a teoria que circunscrevem a obra de Peirce. Thellefsen (2002, p. 72) argumentou que na Biblioteconomia, teorias que não são aplicáveis são dificilmente aceitas, fato que torna o diálogo com a Semiótica, e principalmente com a Filosofia peirceana, uma tarefa ainda mais complexa.

Para superar essa resistência e justificar a viabilidade de diálogo com a obra peirceana, Thellefsen construiu uma teoria chamada de organização semiótica do conhecimento, a qual propõe conceitos centrais que merecem ser discutidos: o efeito significância; o signo fundamental e os signos correlatos; o método para organizar o conhecimento e o perfil de conhecimento. Os conceitos listados estão imbricados na Filosofia e na Semiótica peirceana, aproveitando das principais teses que regem a constituição dos signos enquanto conceitos científicos e o modo de aprová-los com o recurso do método pragmatista.

O efeito significância é um efeito de significado que resulta da capacidade de um conceito comunicar mais informação para um intérprete. Um conceito com um efeito de significado intenso comunica mais informação significativa para o sujeito de um nível. Um signo dotado de um efeito de significado mais elevado constitui-se em um signo fundamental de um domínio de conhecimento. Isto explica como determinados signos têm um poder superior de afetar outros signos em uma cadeia interpretativa e forçar que conceitos correlacionados tenham sua interpretação condicionada pelo vínculo estabelecido com o signo fundamental.

O nível de conhecimento do intérprete e seu contexto social influencia a aceitação do efeito significância do signo. A relação entre o objeto imediato e dinâmico do signo esclarece a ação do potencial de conhecimento que um signo pode oferecer. Um objeto imediato, tal como a fotografia de uma cidade, é interpretada com pouco potencial informativo por um sujeito que não a conhece. Ao contrário, é quando a fotografia, objeto imediato, provoca no intérprete que acumulou experiências diretas em visitas à cidade a aproximação com o objeto dinâmico, tal como este afetou o intérprete. Em outras palavras, o conhecimento ensejado pelo primeiro sujeito não passa de uma imagem da cidade, que poderia ou

não existir; para o segundo sujeito intérprete, a imagem da cidade promove a relação do objeto real, dinâmico, com a representação, obtendo um potencial informativo ideal. De fato, essa teorização somente é possível com o recurso do conceito triádico do signo.

Com isso, esclarecem-se também as razões que levam pessoas diferentes a interpretarem o mesmo signo de um modo tão díspar. Pode-se aproximar a discussão dos domínios de conhecimento, dizendo que sujeitos dispostos em um domínio produzem efeitos de significado ideais quando se trata de conceitos técnicos (signos simbólicos) de seus campos de especialidade. Experiências com o objeto dinâmico é uma condição requerida para o desenvolvimento de uma cadeia interpretativa adequada ao domínio.

Seguindo nesta linha de argumentação, nós estamos aptos a formular a hipótese de que conceitos comunicam a maioria de conhecimento possível para o intérprete e o nível de comunicação do conhecimento é dependente, antecipadamente, do conhecimento do intérprete. Isto é válido pois sugere que um membro de um determinado domínio do conhecimento tem mais conhecimento dos conceitos se ele é originário deste domínio que uma pessoa de fora do domínio de conhecimento.” (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p.183, tradução nossa).

Por signo fundamental entende-se a estrutura subjacente do domínio do conhecimento, e Thellefsen (2002, p. 79) alude à imagem da coluna vertebral. Ele oferece um vasto potencial de conhecimento, portanto, comunica mais informação para o intérprete do signo. Descende do signo fundamental a origem da terminologia adotada em um domínio específico. Todos os participantes de um domínio tem uma familiaridade especial com o signo fundamental que permitiu a criação da terminologia adotada no campo.

Em outras palavras, é o signo que fornece o maior potencial informativo ou produz o efeito significância mais relevante em um dado domínio. Tal signo constrange os efeitos interpretativos dos conceitos a ele relacionados e os conceitos mais abstratos têm um grande potencial de conhecimento que os capacita para serem signos fundamentais (THELLEFSEN, 2003, p. 10).

Na proposta de Thellefsen, o signo fundamental é um conceito teórico concebido sob os alicerces da Semiótica de Peirce, que define o principal conceito científico ou técnico indispensável para a existência e desenvolvimento de um domínio de conhecimento. Signos fundamentais estruturam um domínio de

conhecimento, constituindo elementos essenciais da terminologia do campo.

Os signos fundamentais, como o próprio nome designa, são centrais na organização conceitual do domínio e apresentam-se rodeados por conceitos periféricos. O esquema que melhor ilustra o signo fundamental é a figura da rede cujos relacionamentos dependem das ligações com os nós, e este com um nó central. A estrutura formada pelo signo fundamental ou o conceito estruturante de um domínio e os conceitos secundários compõem um esquema radial. “O signo fundamental é a ideia central de um domínio de conhecimento; é a base histórica do domínio de conhecimento que organiza o conhecimento no domínio. A terminologia de um domínio do conhecimento está centrada ao redor do signo fundamental.” (THELLEFSEN, 2004, p. 511, tradução nossa)

Nesse sentido, um domínio de conhecimento pode ser ilustrado por uma estrutura radial subjacente que determina a relação entre os conceitos correlacionados. Esses conceitos periféricos podem ser signos fundamentais, mas em outros domínios de conhecimento. A terminologia de um domínio de conhecimento não é apenas o que as pessoas expressam oralmente ou por escrito para comunicar; contudo, a existência de um domínio depende de tal linguagem de especialidade e mecanismos de expressão. Em um domínio, os elementos cognitivos dos sujeitos devem ser observados, não apenas os registros orais e escritos destes conhecimentos.

Os signos correlatos são conceitos que dependem do signo fundamental. Um exemplo é o conceito de atividade no campo da Terapia Ocupacional que funciona como signo fundamental. Os conceitos de “disfunção de atividades” e “atividade diária”, entre tantos outros, dependem do signo fundamental para significar. “Atividade” é um conceito aglutinador de conceitos relacionados, carregando um potencial significativo superior neste domínio, tal que nenhum termo pode ser compreendido sem a menção do signo fundamental que funciona como a matriz de interpretação no domínio. Ele deve relacionar-se com todos os conceitos do domínio. A ilustração a seguir exemplifica a estrutura radial do signo fundamental e sua conexão com os conceitos relacionados.

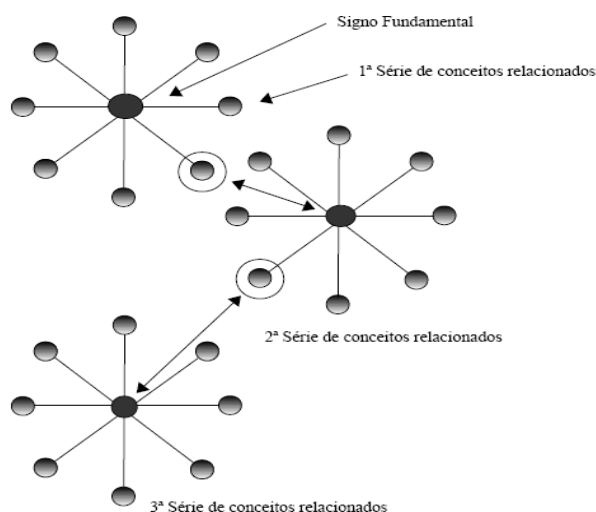


Figura 16: Signo Fundamental e Séries de Conceitos Relacionados

Fonte: Thellefsen (2002, p. 82, tradução nossa)

Em termos semióticos, os conceitos de um domínio de conhecimento são considerados signos do tipo simbólico na perspectiva peirceana, pois são regidos pela convenção que estabelece que um conjunto de ideias se associa a um objeto. Nesse sentido, um símbolo supõe uma relação interpretativa com os objetos, a fim de gerar hábitos. Thellefsen (2002, p. 79) argumenta que a formação de hábitos é criada porque as pessoas em um domínio do conhecimento dividem metas comuns. A evolução dos conceitos em um contexto cultural para o autor supõe a criação e a quebra de hábitos.

Conforme Thellefsen (2002, p. 80, 2003, p. 10) expõe, o confronto diário dos profissionais em Terapia Ocupacional com os problemas de saúde física ou mental reforça a aceitação de hábitos interpretativos do signo fundamental e dos conceitos envolvidos com a prática cotidiana. Em outras palavras, a ação dos profissionais, além de reforçar o uso de representações habituais dos objetos, força-os a construir hábitos sobre a dinâmica do conhecimento como ele é aplicado na realidade, aspecto diferente da concepção de conhecimento como alto estável e cristalizado.

Com efeito, os conceitos específicos de um domínio de conhecimento não existem como uma linguagem de especialidade registrada, mas como conhecimento tácito, o que é muitas vezes o caso nos domínios de conhecimento durante seu processo de estabelecimento, cujos objetivos são primariamente orientados para

prática, a exemplo da Terapia Ocupacional, dentre outras.

O conhecimento tácito em um domínio de conhecimento expressa padrões estáveis de significado resultantes de processos sígnicos, os quais se tornam subsequentemente hábitos de interpretação (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p. 180). Assim, adentra-se na seara da origem dos domínios do conhecimento, os quais descendem do desenvolvimento do signo fundamental.

A origem do domínio também recebe uma interpretação semiótica. De uma vaga e aleatória hipótese (primeiridade), uma ideia relaciona-se a ideias semelhantes (secundidade). Dessa associação surge uma regularidade das ideias semelhantes que representam um conjunto de fenômenos a serem interpretados de uma dada forma. Essa regularidade conduz a uma tendência em formar hábitos (terceiridade), e um conceito de um tal domínio do conhecimento é aceito definitivamente. Nesse sentido, o conceito especializado, cuja natureza é de um símbolo, evolui até constituir-se em um signo fundamental, base para qualquer domínio de conhecimento, nas palavras de Thellefsen (2002, 2003).

A fixação de uma ideia é, em si, a base para o desenvolvimento dos signos fundamentais de um domínio de conhecimento, donde a maioria do conhecimento disponível orbita de modo organizado. Decorre disso, que qualquer organização do conhecimento pode iniciar com uma análise dos signos fundamentais e seus conceitos relacionados do domínio do conhecimento (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p. 181). Essa passagem dos signos, da primeiridade à terceiridade, também é ampara pelo conceito de semiose, de Peirce. O processo de significação das ideias dá-se na produção de outros signos que se originaram da potencialidade até sua atualização em uma interpretação que atualiza o signo. A fixação das ideias molda a criação de ideias futuras em um domínio de conhecimento.

Conforme ressaltou Thellefsen (2002, p. 80, 2003, p. 4), uma ideia, para Peirce, depende de três elementos que vão contribuir para sua constituição: a qualidade intrínseca ou sentimento; a energia que produz afetos em ideias correlacionadas; a tendência das ideias forçarem a associação de outras ideias. Símbolos, como classe de signo que compreende a constituição de ideias, espalham-se entre as ideias e, como ressaltou Peirce, desenvolvem-se com o uso e a experiência.

Evidencia-se, nos trabalhos de Thellefsen (2002, 2003, 2004), a compreensão sociológica e antropológica das teses de Peirce, como se elas fossem direcionadas aos signos produzidos pela mente humana. Essa particularidade conduz seus

estudos a uma possível fusão da Semiótica com o construtivismo sociológico, de Berger e Luckmann. Nesse sentido, a ideia do símbolo parece ser a matriz que liga ambas as propostas, pois se subentende como signos que tenham sido forjados por convenções sociais. Além disso, é possível comparar o símbolo ao signo linguístico, o qual nasce de convenções e arbitrariedade que procuram associar sons a conceitos. Mas esta última aproximação dispensa a junção com o objeto do signo, e com isso, não se constitui uma concepção triádica do signo.

Fundamentando-se na Antropologia e no Construtivismo social, Thellefsen (2002) propôs alguns procedimentos ou, objetivamente, um método para organizar semioticamente o conhecimento nos domínios. Este método é composto de etapas para construir representações do conhecimento e, diferentemente de outros procedimentos que partem unicamente dos textos para compor sistemas, recorre ao uso efetivo dos signos, como eles ocorrem na realidade dinâmica do conhecimento.

A função da Antropologia e do Construtivismo social em seu método é reforçar os laços teóricos com os aspectos culturais e sociais do conhecimento humano. Nesse sentido, argumenta o autor que culturas diferentes tendem a representar o conhecimento diferentemente, conforme suas próprias observações do contexto que as cercam. Uma representação do conhecimento de uma cultura nativa somente pode ser validada com a opinião das pessoas envolvidas. O itinerário de um antropólogo é justamente reconstruir esse sistema de relações em representações escritas, livros, etc.; contudo, há avaliação consistente de seu trabalho somente quando um nativo puder cotejar sua cultura com a representação obtida (THELLEFSEN, 2002, p. 83).

O Pragmatismo peirceano expressa-se na escolha em definir os signos fundamentais a partir dos hábitos envolvidos em sua significação. E o signo fundamental, enquanto um conceito de natureza simbólica, é a manifestação explícita das implicações semióticas na teoria e método da organização do conhecimento.

O método subentende, em primeiro lugar, a análise empírica com professores/pesquisadores de um domínio do conhecimento para extrair a hipótese de signo fundamental, e o campo de aplicação foi a área de Terapia ocupacional. No caso, o signo fundamental sugerido foi o conceito de atividade, ao passo que os conceitos relacionados foram atividade diária, ciência da atividade, disfunção de atividade, etc. Em segundo lugar, é necessário organizar o conhecimento com a

ajuda de um grupo editorial, no sentido de validar os conceitos relacionados. Terceiro, deve-se identificar e descrever as duas primeiras séries de conceitos relacionados com o signo fundamental, conforme uma rede. De acordo com Thellefsen (2002), a concepção da rede é a melhor ilustração das conexões do signo fundamental com os conceitos correlatos. A rede conceitual pode ser assim expressa:

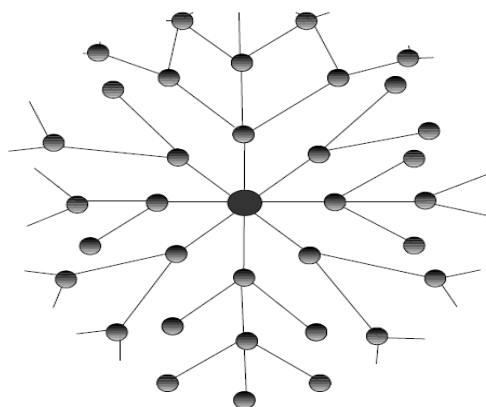


Figura 17: Signo Fundamental e Rede de Conceitos

Fonte: Thellefsen (2002, p. 85).

Em quarto lugar, procede-se da mesma forma com a terceira e a quarta séries de conceitos. Quando os conceitos começarem a se referir aos conceitos anteriores, Thellefsen (2002, p. 85) recomenda suspender a descrição dos conceitos. E quando o processo estiver concluído e todos os conceitos e os materiais coletados estiverem esquematizados e arranjados, será o momento de o grupo editorial analisar as inter-relações da estrutura radial. Em linhas gerais, o método proposto pelo autor consiste nestas grandes etapas.

Com efeito, a organização semiótica do conhecimento é, por um lado, uma teoria que fundamenta a organização do conhecimento dos domínios. Ampara-se na Filosofia e na Semiótica de Peirce para a criação dos conceitos de signo fundamental e efeito significância aplicados aos domínios do conhecimento. Por outro lado, é um método de organizar esse conhecimento, na forma de procedimentos tangíveis para fazê-lo.

Uma das principais heranças da Filosofia peirceana é a adoção da matriz

categorial dos fenômenos, como perspectiva teórica para compreender a evolução de um conceito utilizado em um domínio do conhecimento. As ideias candidatas a um conceito especializado surgem como uma possibilidade, algo vago, desconexo, aleatório, uma qualidade; depois, uma ideia se liga as outras, como um fenômeno de secundidade, em virtude das qualidades intrínsecas entre elas. Contudo, não há uma representação mediadora que amplia o significado da relação estabelecida entre as ideias. O caráter individual e a implicação da causalidade das ideias em jogo presidem a conexão entre as ideias, apesar de não garantir a permanência das relações entre as elas. Por fim, a força que move uma ideia a se referir constantemente aos objetos denotados é da natureza de um hábito, isto é, da terceiridade.

Segundo Thellefsen (2002, p. 87), hábitos no domínio do conhecimento são formados pela evolução cultural. Essa evolução cultural é dinâmica e controlada por pensamentos básicos que são os signos fundamentais. Com respeito aos hábitos, deve-se notar que eles exercem influência admirável na composição dos domínios, na medida em que determinam os níveis de interpretação de um conceito; além disso, a natureza dos hábitos é remover a espontaneidade dos fenômenos (THELLEFSEN, 2003, p. 6).

Para assumir a teoria semiótica da organização do conhecimento deve-se admitir que as variâncias de interpretação de um conceito tendem a ser reduzidas pela ação do hábito. O signo fundamental funcionaria como o interpretante mais desenvolvido, aquele dotado de capacidade de formar e alterar hábitos de conduta.

Thellefsen (2002, p. 88-89) resume os procedimentos do método desenvolvido em oito etapas resultantes da aplicação específica ao domínio da Terapia Ocupacional. A primeira etapa é a análise empírica, com o objetivo de criar uma hipótese, para que possa ser validada ou falsificada pelos membros do domínio de conhecimento. Segundo, o estabelecimento de um grupo editorial para fornecer orientação a respeito do domínio de conhecimento. Em terceiro lugar, deve-se identificar o signo fundamental e a série de conceitos relacionados. O corpo editorial pode fornecer os conceitos relacionados, como também outros participantes do domínio. É importante contar com representantes das frentes prática e teórica do domínio do conhecimento, quando o campo tiver esta característica e divisão.

Em seguida, e concluída a análise da primeira série de conceitos, deve-se validá-los; esta é a quarta etapa. A validação dos conceitos obtidos vale-se da

estratégia conhecida como grupo de foco, contando com membros do domínio de conhecimento. Quando o conjunto de conceitos relacionados da primeira série estiver satisfatório, deve-se examinar as séries completamente.

A quinta etapa consiste em aplicar o mesmo processo à segunda série de conceitos relacionados. Tendo realizado a identificação da segunda série e suas conexões com a primeira série, a sexta etapa prescreve a continuação do processo.

A sétima etapa procura identificar outros signos fundamentais pelo número de vezes que os conceitos são mencionados. Nas palavras de Thellefsen (2002, p. 89), um signo fundamental pode ser ilustrado recorrendo à imagem de um mapa mental em que o centro é dotado do signo fundamental. Supõe-se que o número de vezes em que um conceito é mencionado funcione como um indicador de que é um signo fundamental.

A oitava etapa busca representar um esquema da organização do conhecimento do domínio, na forma de um mapa mental, com resumos dos conceitos relacionados. No projeto realizado com os terapeutas ocupacionais, o autor produziu como resultado um dicionário virtual apresentado na forma de um mapa mental com os conceitos relacionados, seguidos de um breve resumo (THELLEFSEN, 2002, p. 89).

Fundamentando-se na tese de que um esquema de organização de conhecimento apresenta riscos de incoerência quando representa o conhecimento de um campo exclusivamente a partir de documentos ou de uma visão abstrata das ciências, o autor procura partir das motivações contextuais de significação, para então construir produtos terminológicos: dicionários e tesouros.

Para Thellefsen (2003, p. 1), a terminologia oferece o modo de compreender a estrutura cognitiva de um domínio do conhecimento. A terminologia funciona como um esqueleto semiótico do domínio do conhecimento, reduzindo as conotações e possibilitando uma comunicação mais precisa. É a coluna vertebral do domínio sendo única para cada domínio, isto é, respondendo às exigências locais e não universais (THELLEFSEN, 2003, p. 2).

Recorrendo a Peirce sobre a terminologia, Thellefsen (2003, p. 9) argumenta que a terminologia é desenvolvida pela especialização da linguagem. Além disso, conclui, em seu exame do texto “Ética da terminologia”, que uma boa linguagem é a essência de um bom pensamento, a precisão crescente do pensamento como ela desenvolve; na ciência, assim como o conhecimento é social, o desenvolvimento

científico requer liberdade de pensar.

Associado ao método semiótico de organizar o conhecimento, Thellefsen (2003, 2004) desenvolve uma estratégia para descobrir fundamentos epistemológicos que ordenam o significado contextual de um conceito. Denominado de perfil de conhecimento, segundo Thellefsen (2003, p. 2), este método consiste em identificar e construir, ao fim e ao cabo, terminologias, supondo os seguintes passos: identificar a base epistemológica do domínio; identificar as consequências epistemológicas que determinam um projeto de pesquisa em questão; construir o perfil para iniciar a terminologia do domínio de conhecimento, isto é, a estrutura fundamental que regula o conhecimento em um campo científico ou ocupacional.

Perfil de conhecimento é também uma teoria de base da organização do conhecimento, a qual sustenta que se deve buscar as bases epistemológicas de um domínio do conhecimento para verificar as consequências práticas do uso de conceitos. Nesse sentido, o signo fundamental e o perfil de conhecimento estão intimamente ligados, porque a estruturação do signo fundamental depende do levantamento dos fundamentos do domínio, ao mesmo tempo representa a hipótese para o método pragmatista de organização do conhecimento. Salienta Thellefsen (2004, p. 508), “A essência do perfil de conhecimento é que toda escolha pode produzir resultados, em decorrência disso, tais consequências são identificáveis. Teoricamente, ela está ancorada na doutrina do pragmaticismo de Peirce [...]”.

Em outros termos, toda escolha teórica pode ser avaliada em termo de consequências práticas concebíveis, tal como preconiza o Pragmatismo de Peirce. Essas consequências estão relacionadas aos fundamentos epistemológicos que determinam o conceito sujeito ao teste. No caso do conceito de signo fundamental, para se definir o perfil de conhecimento associado ao conceito, deve-se, primeiramente, elencar as bases teóricas que restringem as consequências da adoção do conceito.

Thellefsen (2004, p. 509) registra que as bases epistemológicas do conceito “signo fundamental” são: a Semiótica; a Semiótica Pragmática; o Pragmaticismo, subentendendo o falibilismo, o idealismo objetivo, o realismo e a faneroscopia; e a Semiótica da Terminologia. As consequências resultantes provocam os seguintes hábitos: o signo fundamental é um símbolo; na condição de símbolo é desenvolvido de acordo com a filosofia hiperbólica (pansemiótica) de Peirce; o símbolo é geral e

ao mesmo tempo real; o significado do signo fundamental reside em suas consequências concebíveis; é um signo fundamental de qualquer organização de conhecimento tal que organiza todo o conhecimento correlacionado a suas bases epistemológicas (THELLEFSEN, 2004, p. 509). Se o conceito for verdadeiro, deve-se investigar quais serão suas implicações e consequências concebíveis.

De acordo com Thellefsen (2004), para se compreender um conceito deve-se examinar a base de conhecimento sobre a qual foi desenvolvido. Essa base epistemológica é formada pelas teorias e as disciplinas que sustentam o significado de um dado conceito. Como observado, no caso do signo fundamental, precedem seu funcionamento a Filosofia e a Semiótica de Peirce.

O método de identificar o perfil do conhecimento de um domínio está estreitamente ligado ao método semiótico de organização do conhecimento, quando não são tratados como complementares. O que importa são as consequências práticas associadas ao conceito que se pretende adotar como signo fundamental. Tanto os procedimentos para organizar o conhecimento quanto para verificar o perfil de conhecimento de um conceito, referem-se ao método pragmatista de Peirce, e procuram deixar que os efeitos práticos concebíveis demonstrem a legitimidade da representação sugerida.

Thellefsen (2004, p. 512-513) elaborou um modo de esboçar o perfil do conhecimento que subentende os seguintes passos: 1) desenhar o perfil de conhecimento para identificar suas bases de conhecimento e suas consequências; 2) nomear o objeto de pesquisa; 3) considerar as bases teóricas sobre o objeto pesquisado e construir círculos; 4) apurar a forma geral, sufixando ou prefixando o conceito (exemplo, semiótica transforma-se em semiótica pragmática, etc.); 5) verificar a possibilidade de apurar o conceito um pouco mais, utilizando subteorias para reduzir a potencialidade do conceito e torná-lo mais preciso; 6) verificar a necessidade de maior precisão ou se é o momento de apontar as consequências. O esboço das consequências da base epistemológica é fundamental para a estruturação terminológica do domínio. O esquema a seguir ilustra o instrumento que auxilia o autor.

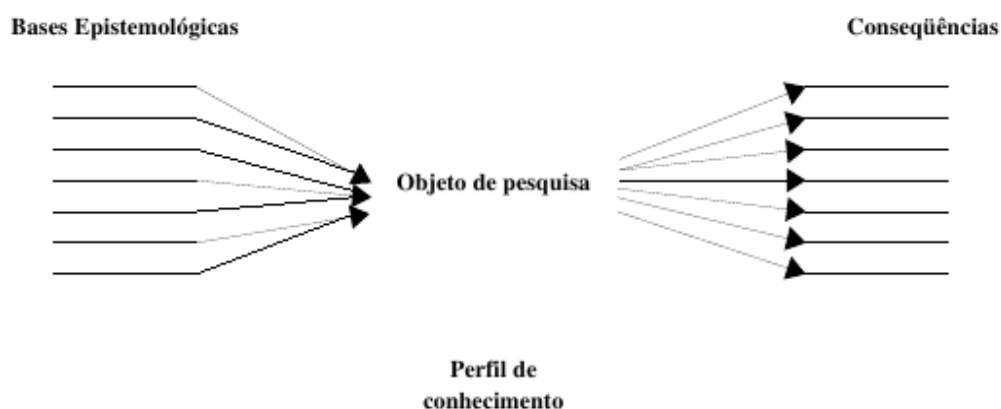


Figura 18: O Perfil Diagramático do Conhecimento

Fonte: Thellefsen (2004, p. 513, tradução nossa)

Acredita-se que, para completar o perfil do conhecimento, se deve identificar o que ocorre quando um sujeito inserido no domínio observa o objeto de pesquisa de uma base do conhecimento, isto é, ter com ele uma experiência direta. Nesse sentido, utilizando o perfil de conhecimento que objetiva encontrar os mais básicos elementos de um domínio do conhecimento, apresentando as características mais relevantes (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2003, p. 186)

Verifica-se que, dos fundamentos filosóficos de Peirce que impactam na teoria da organização do conhecimento aludidos por Thellefsen (2002, 2003, 2004), se destacam a teoria da formação de hábitos, que mostra como um conceito nasce em um estado de espontaneidade até chegar à generalização e à origem dos símbolos e das associações mentais, pois o processo de simbolização resulta em um conceito de um domínio de conhecimento. Além disso, ressalta-se a utilidade das categorias fenomenológicas para compreender a dinâmica da formação e da evolução de conceitos, da irregularidade à tendência em formar hábitos. O princípio da evolução universal (caos, ação e hábito) e do *continuum* rege a vida dos signos e propõe uma leitura do desenvolvimento do conhecimento humano. Quando se tratam dos tipos de inferências (abdução, dedução e indução) como teoria lógica que explica o processo de formação e alteração de hábitos ilumina o método pragmático em que o autor procurou aproximar às estratégias pontuais de organizar as representações conceituais em um domínio do conhecimento.

Como se pôde perceber, as teses de Peirce que subsidiam os argumentos de Thellefsen provêm da Filosofia e da Semiótica, diferentemente de Mai cuja

contribuição principal é da Gramática Especulativa. A Metafísica, associada à convicção realista do mundo, à evolução universal e ao empreendimento pragmatista aplicado à ciência, imprimem, definitivamente, a contribuição da Filosofia peirciana para a organização da informação e do conhecimento.

Thellefsen, ao projetar o Pragmatismo de Peirce e outros conceitos, como pano de fundo do método semiótico de organização do conhecimento, demonstra que, apesar de teóricos e abrangentes, são úteis e válidos à organização do conhecimento. Nesse sentido, é perceptível a aplicação de um método de fazer filosofia, segundo Peirce, como orientação aos métodos de organizar o conhecimento em domínios.

Os conceitos utilizados por Thellefsen refletem um profundo conhecimento da obra de Peirce. Isso permite, obviamente, construir teses mais consistentes sobre a organização do conhecimento, fato que permite que uma real interdisciplinaridade entre as áreas seja possível. É exemplar a compreensão adequada do Pragmatismo enquanto método, tal como projetou seu criador.

O método de encontrar signos fundamentais é comparável aos procedimentos necessários para identificar palavras e conceitos correlacionados, cuja principal contribuição se origina na teoria linguística dos campos semânticos. Presume-se que essa teoria linguística deveria ser examinada nos estudos de Thellefsen com o objetivo de averiguar as reais inovações teóricas de seu método semiótico de organização do conhecimento.

A despeito disso, ao enfatizar o conteúdo experimental do método pragmático quando se trata do teste que evidencia as consequências práticas para diminuir dúvidas a respeito da precisão de conceitos, Thellefsen incorpora efetivamente algo original na discussão teórica da terminologia, derivado dos estudos de Peirce. Levar os conceitos à prova consiste em uma das bases do Pragmatismo e respeita diretamente à Filosofia peirceana. Tal fato expõe uma teoria peirceana da organização do conhecimento.

A teoria e o método da organização semiótica do conhecimento, conceptualizada por Thellefsen, avançam para a teorização da organização do conhecimento mais que a organização da informação, na medida em que abrangem a origem dos conceitos – área carente de estudos conforme detectado por Hjørland (2003) –, o nascimento de um domínio de conhecimento e a formação da terminologia.

Contudo, Thellefsen imprime uma leitura de Peirce sob a perspectiva do construtivismo social de Berger e Luckmann, o que pode acarretar dificuldades em associar o Pragmatismo peirceano à noção de Pragmática de Morris. “Nossa concepção de conhecimento é interdisciplinar e é baseada no construtivismo semiótico onde conhecimento é construído através da semiose.” (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, p. 186).

A linguagem é um fenômeno social e construído a partir da interação social das pessoas em comunidade. É possível, a partir da leitura de Peirce sustentar que a linguagem é um dispositivo lógico, mas não específico aos homens. O uso de signos é comum a outras espécies vivas e restringir o pragmático à acepção “uso social da linguagem por pessoas” é incontestavelmente redutor.

Apesar da contextualização realizada por Thellefsen, deve-se ressaltar, mais uma vez, que a teoria semiótica não distingue homem e natureza, pressuposto essencial da ciência moderna (SANTOS, 2000, 2003). De qualquer modo, a visão do aspecto social da linguagem reforça a argumentação de que é necessário abandonar a ideia da linguagem universal para chegar a uma discussão sócio-contingencial e pragmática do desenvolvimento de sistemas que organizam o conhecimento.

Nesse sentido, ao inserir a noção de comunidade discursiva, o significado de um conceito está relacionado a um grupo específico, mostrando que a representação, quando não respeita esta característica não pode organizar realmente o conhecimento de um domínio. Também é fato que o realismo exerce papel determinante na Filosofia peirceana como um todo, e não poderia ser diferente quando se assume os recursos do Pragmatismo e da Semiótica à organização da informação e do conhecimento.

Assim, uma leitura relativista – isto é, onde se pode concluir sobre a realidade formas diferentes, conforme as disposições das mentes individuais, não sendo possível supor a verdade geral sobre alguma coisa que seja – dos signos e da organização do conhecimento, que aparece às vezes associada ao uso e aos usuários da linguagem sob uma abordagem “pragmática”, é completamente oposta às teses de Peirce. A interpretação dos signos é contextual, mas nem por isso deixa de ser real ou representar aspectos da realidade, pois tanto a existência quanto a generalidade engendram um tipo de realidade.

4.2.3 Linguagens Documentais e Semiótica Documental

Procurando explicar a dinâmica das linguagens documentais, alguns autores se amparam na Semiótica de Peirce. Dentre estas iniciativas teóricas, surgiu também a concepção de uma disciplina que pudesse levar em conta as contribuições da Semiótica. Pretende-se nesta seção apontar algumas influências da Semiótica na compreensão das linguagens documentais, bem como a proposta de uma Semiótica Documental.

O desafio consiste em saber qual leitura dos conceitos de Peirce vigora nas discussões sobre linguagens documentais. Neste eixo, há conceitos peirceanos elementares que foram objeto de estudos para se examinar a problemática das linguagens documentais, em especial: semiose, signo, índice, interpretante, experiência e observação colateral.

Na literatura sobre o assunto (LARA, 1993, 1999, 2003, 2006; MOURA; SILVA; AMORIM, 2002; MONTEIRO, 2006; TÁLAMO; LARA, 2006; MOURA, 2006), verifica-se também a análise dos demais conceitos peirceanos, tais como os tipos de interpretantes, as tricotomias de signos, as classes de signos e as categorias fenomenológicas. Esses conceitos apresentam-se sempre mencionados, entretanto não articulados estreitamente com o tema linguagem documental, como foram os casos de semiose, signo, índice, interpretante, experiência e observação colateral.

Tais conceitos são literalmente aplicados à discussão das linguagens documentais ou reorganizados segundo outra matriz conceitual. Isso mostra que são inúmeros os conceitos da Semiótica de Peirce analisados, contudo, apenas uma fração deles foi útil para propor sínteses conceituais.

Lara (1993, p. 225), defendendo a primazia das relações entre as palavras nas linguagens documentais, leva o conceito de semiose a um nível de aplicação que pode resultar em diferenças no interior do pensamento peirceano e “[...] dada a natureza referencial da atividade documentária, a semiose não pode funcionar aleatoriamente, mas deve estar fundada em determinações, como, por exemplo, em referenciais terminológicos que, por sua vez, remetem a estruturas conceituais de determinados domínios de especialidade.” (LARA, 1993, p. 225). A afirmação da semiose como dinâmica do signo deve ser substituída por uma interpretação guiada e orientada, menos pela manifestação do objeto ou pela observação de fatos surpreendentes, mas respeitando-se uma estrutura conceitual. A semiose é um

processo voltado a um caminho reto e previamente definido de onde se parte para chegar em uma interpretação previsível, esta não pode incorrer na evolução contínua. Os casos de leitura inovativa e criadora do signo devem ser evitados, e principalmente através das balizas terminológicas se obtém êxito na atividade documental.

Por seu turno, o signo transforma-se ou aplica-se ao contexto documental, denominando-se signo documental, “[...] um signo de controle do significado que só pode funcionar como elemento de representação da informação (e possibilitar a “semiose documentária”) desde que o contexto no qual se insere seja considerado.” (LARA, 1993, p. 225). Caso desconsiderasse este requisito, não haveria possibilidade de informar coisa alguma na representação. A semiose, nesse contexto, contraditoriamente, não pode deixar o signo navegar e permitir que, em contato com outros signos, produza novos significados. Ressalta-se, sobretudo, a participação da Pragmática na delimitação do funcionamento contextual dos signos. Contudo, não se pode confundir Pragmática - tal como uma dimensão da semiose de Morris - com Pragmatismo, muito menos com o de Peirce.

Acredita-se que o signo, mesmo o signo documental, deve possibilitar sua própria evolução ou continuidade na interpretação. Seria incompreensível um signo que contrariasse o requisito da continuidade, do ponto de vista da Semiótica de Peirce. O signo documental não consegue encerrar a produção de outros signos, pois isso a noção de convenção ligada à de limitação da semiose é contraditória. Mesmo considerando o fato de não admitir signos substitutos utilizados na mesma linguagem do sistema não descarta a possibilidade de criação e de pluralidade de significados. Afirmar que o signo documental se manifesta quando o processo da semiose se arrefece é pensar apenas internamente ao sistema. As linguagens documentais enquanto instrumentos de comunicação ficam abertas à liberdade de interpretação do usuário.

O signo documental não é um signo diferente dos demais analisados semioticamente. Da perspectiva que está sendo compreendido ele, é um símbolo e conserva uma regra de interpretação, relacionando ideias a objetos definidas antecipadamente por contratos sociais. É um signo que pertence a uma classe geral. Por outro lado, a semiose do signo documental é vista apenas do ponto de vista dos produtores dos sistemas de organização da informação. Entretanto, este mesmo signo será objeto para outro intérprete potencialmente previsto.

Embora o signo documental se submeta à mesma regra da continuidade interpretativa que outros signos, parece que a limitação dos significados torna-se útil na construção de instrumentos de controle terminológico. Contudo, apesar dos avanços destas restrições do significado para a organização da informação e do conhecimento, não se pode desconsiderar totalmente a natureza dos signos, e não perder de vista os pressupostos peirceanos para a representação.

Com isso, cogita-se o que se deve destacar no signo documental para que ele seja, de fato, um signo particular na teoria semiótica. Em primeiro lugar, deve-se dividir pelo menos dois pontos de vista do signo, segundo as produções de significado: 1) interno ao sistema, o signo documental deverá ser um símbolo, neste caso, se reserva o direito de antecipar a interpretação e unificar os enunciados no sistema de recuperação da informação; 2) externo ao sistema, o signo documental terá o poder de gerar mais tipos indiciais que simbólicos – note que para Mai a entrada de assunto será um legissigno indicial remático -, pois se presume a conexão entre o signo indicial apresentado e a informação desejada (objeto).

Desse modo, fica resguardada a possibilidade de geração sgnica que, apesar de complicada do ponto de vista interno, deve ser reconhecida como potencial, externamente. Os signos documentais passam de símbolos a índices e, após uma leitura da informação, poderá suceder a interpretantes mais complexos. Parece que somente desse modo é que se poderia contemplar as duas pontas de um sistema de informação, estudando o signo documental além de sua produção interna, ressaltando também o processo de produção de interpretantes por especialistas. O aprofundamento da conexão do signo documental nestes dois eixos pode contribuir para a organização da informação.

O uso do conceito de índice consiste na definição da natureza dos descritores que constam nas linguagens documentais. Não apenas neste nível interno, mas externamente na figura dos catálogos e índices.

Assim, a representação da informação na CI é indicial, porque mantém uma relação de contigüidade ou referencial com o conhecimento. Um sumário, um descritor, um catálogo, uma referência expressam essa relação, seja física ou referencial. O índice estabelece uma conexão dinâmica com o seu objeto representado, apenas uma representação de relação e de referência, por isso que a informação, lingüisticamente falando, não é conhecimento. (MONTEIRO, 2006, p. 51)

É evidente que esta aproximação apresenta uma aplicação direta, pois o

conceito permanece inalterado, fenômeno diferente que aconteceu com o conceito de signo documental. Também é verdade que confirma as conclusões de Mai sobre as classes de signo a que pertence as entradas de assunto.

O interpretante é reconhecido por Moura, Silva e Amorim (2002) como elemento essencial para compreender as linguagens documentais. Ele funciona como o mecanismo tradutório da linguagem documental. O interpretante está ligado à capacidade dos termos relacionados na linguagem documental de gerar significados.

Contudo, o interpretante seria guiado, assim como o signo documental, por um contexto social que determina a assimilação dos significados. Lara (2006, p. 26) ressalta:

A LD funciona como interpretante ou conjunto de interpretantes que são desencadeados por referência a subconjuntos especializados dentro da linguagem geral. Esses subconjuntos, mais do que a LN como um todo, orientam a interpretação das unidades da LD e facilitam a formulação e a compreensão das mensagens documentárias.

É condicionado ao interpretante referir-se ao sistema terminológico de um domínio de conhecimento, sem o qual não teria sentido ou cumpriria os propósitos documentais. Mas deve-se ressaltar que os termos, como signos simbólicos, referem-se a objetos, daí a urgência em se adotar uma concepção triádica do signo para explicar os fenômenos interpretativos ligados à linguagem documental.

Outro conceito de Peirce aplicado à compreensão das linguagens documentais é experiência colateral. Segundo Lara (1993, p. 225-226), a familiaridade com os signos auxilia em dois momentos distintos: na elaboração das linguagens documentais e no contexto de utilização do signo pelo usuário do sistema de informação. Nesse momento, deve-se conhecer o contexto de conhecimento envolvido na representação da informação e na construção de linguagens. Esse problema é mais frequente entre os construtores das linguagens documentais que entre os usuários do assunto.

A experiência colateral indica a presença de um estoque que facilita a integração de novos e diferentes significados. Um delineamento conceitual ressalta a necessidade de se pensar igualmente no papel da observação colateral, definida nos seguintes termos: “A observação colateral, que se refere à familiaridade que o interprete tem com aquilo que o signo denota.” (MOURA; SILVA; AMORIM, 2002, p.

10). Com base no conceito de Peirce, Moura (2006) reafirmou a importância da noção de observação colateral, prévia familiaridade com aquilo que o signo denota – por assim dizer, objeto -, e não apenas a familiaridade com o sistema de signos. É possível que nesse ponto se divise uma interpretação linguística - cuja importância recai na análise diádica do processo, pois para a interpretação basta a referência ao sistema de signos sem o segundo correlato do signo, objeto - e uma leitura semiótica e triádica.

Na busca de constatar a relevância de alguns desses conceitos, a pesquisa de Moura, Silva e Amorim (2002) demonstrou a utilidade não só da Semiótica, mas da Semiologia na construção e utilização das linguagens documentais. As autoras resgataram os pressupostos utilizados na concepção das linguagens documentais e demonstrar como estes se articulam com a Semiótica e Semiologia.

Esse relato de pesquisa é produto do projeto “Identificação e análise das contribuições dos estudos de semiótica e da semiologia nos processos de construção de linguagens de indexação”, realizado de 1997 a 2000, na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A primeira fase do projeto constou do resgate das categorias e conceitos da Semiologia e da Semiótica, para daí, estabelecer a interface com as teorias utilizadas na elaboração das linguagens de indexação. A segunda fase constou da análise da atuação do indexador na leitura e descrição de assuntos de documentos. A terceira fase partiu da necessidade de investigar a ação do indexador, verificando a influência das experiências e do conhecimento dos indivíduos no processo.

Um levantamento da teoria semiótica de Peirce realizado na pesquisa apontou a presença de 84 categorias, das quais 46 foram particularmente úteis. Mas as autoras destacaram a importância para as linguagens documentais da semiose, signo, interpretante e observação colateral.

De fato, pelos argumentos utilizados, presume-se que a incorporação de conceitos peirceanos a pretensão de diminuir distinções entre Semiologia e Semiótica não teve grandes efeitos, apenas a fusão do conceito de signo. Esse conceito, ao mesmo tempo que sofre semiose, está envolto em um contexto e estrutura. Essa leitura do signo, incorporando elementos do signo linguístico, prejudica a apreensão da relevância dada por Peirce a todos os elementos da tríade, pois o Pragmatismo é uma das bases do realismo peirceano e encontra na teoria dos signos e no sinequismo um requisito lógico.

Apesar disso, de acordo com Lara (1993, p. 225),

Para a análise documentária (AD), disciplina metodológica na qual se insere a discussão sobre representações documentárias (e, conseqüentemente, sobre as LDs), as divergências e convergências entre Saussure e Peirce não determinam alterações significativas desde que se tomem tais reflexões como complementares.

Há razões que podem dificultar uma leitura homogênea de Saussure e Peirce, uma delas é a necessidade preliminar de estudos interdisciplinares de realizar um exame de cada uma das teorias em separado. Como assinalado em um momento anterior, uma outra razão é que a origem dos problemas de ambos não coincidem, uma leitura Linguística e outra Lógica. E mesmo que seja cativante a possibilidade de ter uma teoria unificada dos signos, é possível que o resultado limite o aprofundamento dos estudos do pensamento de Peirce.

Para a concepção de linguagens documentais, apesar das investidas no pensamento peirceano, a Semiótica apenas sugeriu conceitos para explicar o mesmo estado de coisas. Outras associações a Peirce mostram-se substancialmente ancoradas nas análises de comentadores que se ancoram na perspectiva linguística. Assim, reflete-se sobre a dinâmica do signo no âmbito das linguagens documentais valendo-se do recurso conceitual sistema ou estrutura.

No campo da Ciência da Informação, a abordagem lingüístico-semiótica leva a compreender melhor o que é um linguagem documentária enquanto modo de organização de um conjunto de signos (um sistema estrutural que constitui uma unidade em si mesma e que apresenta semelhanças e diferenças por oposição à linguagem natural e à linguagem artificial), bem como suas características e forma de funcionamento enquanto sistema semiótico particular. (LARA, 2006, p. 20).

Neste caso, é justo concordar com a autora na medida em que o ponto de vista semiótico-lingüístico oferece meios de se explicar amplamente o conceito de linguagem documental. Os conceitos peirceanos elencados permitem entender os processos envolvidos na significação das informações no âmbito documental. Isto é, objetiva-se fixar a significação, e a semiose neste contexto é altamente orientada. Conseqüentemente, seu produto será circunscrito por elementos básicos de significado e retirado destes as influências da variabilidade semântica. Portanto, o signo documental tem seu conteúdo restringido para desempenhar os objetivos da análise documental.

Em síntese, há pontos discordantes da apropriação dos conceitos peirceanos

para explicar o funcionamento das linguagens documentais. A seguir, destacam-se os mais importantes.

Em primeiro lugar, o conceito de linguagem documental baseia-se na noção de estrutura, e o signo documental propõe uma junção conceitual com a Semiótica de Peirce. O resultado disso é uma combinação conceitual do signo semiótico (triádico) com o signo linguístico (diádico), porém negando aspectos fundamentais do conceito semiótico: o objeto e a evolução. A semiose surge como processo de significação a partir de um sistema sígnico, e não como ação interpretativa e triádica do signo em uma realidade contínua.

Em segundo, o próprio conceito de signo documental supõe que um de seus elementos não seja o objeto no sentido peirceano, mas um conjunto de signos formado culturalmente e dispostos em sistema. Rompe-se, dessa forma, o vínculo do signo com o objeto na experiência. A realidade é algo fundamental para compreender o conceito de signo, tanto que é o objeto que determina o signo, e tal objeto também é determinado por um existente. No Pragmatismo, esta discussão será fundamental. Resulta desta compreensão a eliminação de um de um conceito fundamental à Semiótica.

Um terceiro ponto é que a semiose documental é vista como algo antecipadamente orientado, restrito, isto é, contra a própria natureza do conceito, não por objetivos da aplicação do método pragmático, mas por acreditar que o cerceamento, quando do ponto de vista do usuário, seja mesmo possível. Se a semiose é o processo de interpretação de signos e o conceito de signo está fragmentado, sem um de seus correlatos, o conceito de semiose será consequentemente tratado de forma reduzida.

Pode-se argumentar, em quarto lugar, que a junção de conceitos peirceanos com a discussão das linguagens documentais não é realizada de maneira direta, respeitando a articulação dos conceitos de Peirce, contudo, esta articulação é mediada como verificado por conceitos linguísticos.

Um exemplo é quando se define signo documental no contexto das linguagens documentais, reportando-se a conceitos como estrutura e sistema de signos. Em outras palavras, o tipo de signo aplicado às características das linguagens documentais reporta-se também ao conceito de significado, em Saussure. Esse possui uma natureza arbitrário-convencional, a medida que conserva uma regra geral para representação e interpretação.

Um quinto aspecto a ser considerado é que a teoria semiótica é criticada por envolver-se com as teorias extensionistas do significado, isto é, por estar mais próxima da Lógica na defesa do referente ou do objeto do signo. Desse modo, defende Lara: “Foi possível compreender, porém, a superioridade de uma teoria diferencial (de base saussuriana) sobre a teoria referencial. De fato, não é possível trabalhar com o conceito de extensão de forma absoluta (como pretende a Teoria da Referência) frente a universos cujos objetos são relativamente indeterminados.” (LARA, 1999, p. 157).

Por outro lado, defende-se neste trabalho a relevância das teorias extensionistas, por teorizarem sobre o objeto do signo, e, assim, cotejar os conceitos peirceanos em profundidade. Para tanto, deve-se reconhecer também a importância de um conceito triádico do signo para a organização da informação e do conhecimento.

Lara (1999) discutiu também os conceitos peirceanos associados às atividades de análise documental. Destes pode-se destacar as seguintes interpretações: objeto, signo documental, teoria semântica da extensão, Peirce por Eco, interpretante, experiência colateral, signo terminológico, referente. Mas a questão da formação dos conceitos científicos não é analisada do ponto de vista semiótico. Caso esse estudo fosse empreendido, poder-se-ia, efetivamente, contribuir para o entendimento das linguagens documentais, na medida em que estas se baseiam em terminologias.

Deriva da discussão anterior que o Pragmatismo de Peirce não foi discutido especificamente. A compreensão de Pragmatismo pode dar um sentido mais exato da contribuição de Peirce à concepção dos conceitos e a fixação dos significados, os quais serão representados e controlados semanticamente pelas linguagens documentais. Tais linguagens trazem o que Lara (1999, p. 150) nomeia de representações documentais, que não são representações exatas do que representam, mas são construídas respeitando objetivos e funções determinadas. A problemática incide sobre se os conceitos devem sempre respeitar o critério da funcionalidade e propósitos específicos ou se há momentos em que se deve adotar regras pragmáticas, baseando-se no realismo para se alcançar uma representação suficiente dos objetos referidos.

Se os conflitos na interpretação dos conceitos de Peirce se apresentam na discussão das linguagens documentais, quando se procura fundar uma nova disciplina sob a base semiótica se arrisca mais ainda o distanciamento conceitual,

etapa preliminar para qualquer tentativa de síntese conceitual.

A estrutura teórica da Semiótica motivou diversos autores a proporem sínteses conceituais e a remarcar campos de conhecimento. De fato, a Semiótica se impõe como uma ciência geral, oferecendo condições globais de funcionamento dos signos. Esta natureza da Semiótica incentiva a criação de semióticas aplicadas, isto é, teorias semióticas, conceitos e métodos particulares para tratar uma classe de objetos e temas específicos. Há exemplos em outras áreas, como Semiótica da Arte e Semiótica da Arquitetura. Enfim, os conceitos fundamentais para se estudar estes fenômenos particulares estão – ou deveriam estar - presentes na teoria geral dos signos. Analisa-se a seguir o caso específico da Semiótica Documental.

Os trabalhos no sentido de uma Semiótica Documental iniciam-se na década de 1980. Essa proposta foi sugerida por Izquierdo Arroyo e a expressão é utilizada desde, pelo menos, 1989. Em um artigo de 1992, o autor apresenta as pesquisas em desenvolvimento, cujo teor indica uma preocupação com a estruturação conceitual da Semiótica Documental. Izquierdo Arroyo procura esquematizar sua agenda de pesquisa em quatro grandes eixos: a) para uma teoria da representação documental; b) ensaio histórico de Semiótica Documental; c) a ciência da busca secundária; d) concepção lógico-linguística da Documentação. Os dois últimos eixos foram iniciados e contam com publicações na literatura especializada. Mas são os dois primeiros que revelam a linha de análise e os fundamentos da Semiótica Documental.

Izquierdo Arroyo (1992, p. 39) divide suas propostas de estudos para apresentação em: descrição indicativa, esquema-sumário e referências adotadas. Ele sumarizou os tópicos centrais dos estudos, identificando capítulos e seções detalhadamente, possibilitando sublinhar até as matrizes teóricas escolhidas.

No que respeita à obra de Peirce, no eixo que trata da representação documental, o autor pontuou como primeiro trabalho “Um marco semiótico para a teoria da representação”, em outros termos, uma discussão completa dos principais conceitos da Semiótica peirceana, ressaltando a divisão da Semiótica em Gramática Especulativa, Retórica Pura e Lógica Geral (IZQUIERDO ARROYO, 1992, p. 39-40). A base da teoria da representação a ser estudada ancora-se na Semiótica de Peirce. Contudo, no segundo trabalho, “Análise de conteúdo e representação documental”, não indica possibilidades de síntese com a Semiótica, preferindo dar ênfase às contribuições do Gerativismo, Semântica Estrutural, Análise do Discurso e

Linguística Textual.

Verifica-se no segundo eixo a menção de estudos históricos agrupados na expressão Semiótica Documental. O autor (1992, p. 44-51) relaciona como discussões da história da Semiótica Documental a origem das seguintes problemáticas: a organização de textos, as operações de análise e síntese, a indexação, a descrição textual, a catalogação, a construção de repositórios bibliográficos, a classificação científica, a organização alfabética, a produção de glossários, dicionários, enciclopédias e tesouros, a hierarquização temática e o estabelecimento das relações associativas.

Em resumo, o ensaio histórico da Semiótica Documental tratará de travar um diálogo com os principais temas da análise documental de conteúdo. Parece não haver indicações de tentativas de sínteses conceituais com a Semiótica, apesar de o autor elevar a Semiótica a uma posição de destaque em sua teorização.

Um ponto fundamental é saber em que medida a Semiótica Documental abrange os conceitos peirceanos elencados para se compreender as linguagens documentais. Com efeito, a Semiótica Documental constitui-se de um complexo de disciplinas e de correntes teóricas dentro desta, que torna um desafio a tarefa de identificar a contribuição exata de Peirce. A própria influência de Peirce em outros teóricos intermediários permite muitos autores desfrutarem de conceitos peirceanos, indiretamente. Destacam-se como teóricos da Semiótica Documental, intimamente ligados à teoria dos signos, além de uma contribuição elementar de Peirce, os autores: Hjelmslev e Morris.

Segundo Izquierdo Arroyo (1993, p. 200), a Semiótica Documental é o marco acolhedor das denominadas Ciências do Texto em sua aplicação ao tratamento documental. Por texto Izquierdo Arroyo (1993, p. 201) entende a representação física do discurso, escrito ou oral, e por Ciências do Texto compreende pelo menos a Linguística textual e as Ciências Cognitivas. A definição de Semiótica tem como intenção principal reconstituir o papel da tríade recordada pelo autor de expressão/conteúdo/referente. Para constituir a Semiótica documental propõe substituir a Linguística textual, por não cobrir estes três planos por completo: o plano de expressão (as palavras), o plano do referente (as coisas), e a base mediadora entre língua e mundo referido, o discurso ou plano de conteúdo (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 202). Como observado, a proposição da Semiótica Documental ressalta a necessidade de uma leitura dos três planos, portanto, presume-se que

confira à teoria triádica do signo uma importância essencial.

Supõe Izquierdo Arroyo (1993) que a compreensão de Peirce sobre a grande Semiótica abarca de forma total a tríade: Linguística (Gramática Especulativa), Ciências Cognitivas (Lógica Pura), Ciências da Comunicação (Retórica Pura). Assim, a substituição de Linguística por Semiótica, na expressão Linguística textual, parece oportuna para cumprir o domínio objetivo e a metodologia. Além disso, assumindo a Semiótica peirceana como base (os conceitos de Peirce utilizados foram: divisões da lógica, signo, segunda tricotomia, interpretante, realidade, mundo e coisa), o autor afirma que a substituição se justifica por esta ciência cobrir todos os tipos de signos, em que representam o discurso e podem ser símbolos, ícones e índices, entretanto, apenas o símbolo é classificado como signo linguístico. Conclui que afirmando que “A Lingüística, pois, não cobre a totalidade dos signos; e sim a Semiótica.” (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 202). Argumento simples, mas eficaz segundo a abrangência pretendida, por isso, prefere Semiótica a Linguística.

O texto em si, na definição da Semiótica textual, localiza o objeto junto às dimensões da semiose (pragmática, sintática e semântica), e se percebe a influência de Morris (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 203). Como o texto está no plano de expressão, para o autor o texto não significa nada sem os atores e os contextos. O referente, é definido pelo autor como um mundo de conteúdos, daí decide substituir Semiótica do Texto por Semiótica do Discurso. Referente no contexto da Semiótica do texto não se trata do mundo de objetos, estado de coisas ou acontecimentos, tal como é para as ciências físico-naturais, também não é um mundo de expressões, como para as ciências da palavra. O referente está no mundo de conteúdo, por isso a Semiótica enfoca o conteúdo, isto é, o discurso, o qual se difere do texto, ou seja, no plano de expressão. Portanto, propõe substituir a denominação Semiótica do texto por Semiótica do Discurso (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 203), com uma aceção particular de referente.

E o discurso documental – objeto de trabalho – permite o autor configurar a Semiótica Documental que se ocupa do tratamento documental do conteúdo como método de investigação. Seu objeto tem sido denominado o conteúdo da documentação, aqui interpretado como conteúdo das matérias (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 204). Esse conteúdo da documentação trata-se: a) da forma de conteúdo (Hjelmslev); b) de um conteúdo material (Popper) ou mundo 3; c) seu âmbito não é um documento individual, isolado, mas um conjunto sistemático de

documentos ou *corpus*; d) o conteúdo é considerado nas três dimensões semióticas: sintático, semântica, pragmática (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 204).

Seu objeto processual ou imediato, conforme propõe Izquierdo Arroyo, é o tratamento semiótico de conteúdo, recebendo um tratamento lógico, linguístico e um controle comunicativo (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 204). O que seus objeto, escopo e fundamento revelam de inovador? A resposta é a relação Morris-Peirce, e o tratamento documental de conteúdo concebido de maneira mais ampla em termos teóricos, com pouca modificação em termos práticos. As dimensões da Semiótica de Morris sempre foram preocupações na análise documental, na medida em que se leva em conta os usos da linguagem, seu valor semântico e as relações entre os signos em uma representação da informação.

Deve-se ressaltar ainda que a Semiótica Documental projeta-se como mais ampla que a Linguística Documental, por algumas razões discutidas anteriormente. O autor (IZQUIERDO ARROYO, 1993, p. 204). afirma que a Linguística documental é mais restritiva. A Semiótica documental abarcaria os propósitos e intenções da Linguística Documental. Recordar-se que o fundamento semiótico na Linguística documental foi aludido tanto por Izquierdo Arroyo (1993, p. 215, nota 18), quanto por Tálamo e Lara (2006), mesmo que sua função tenha sido reinterpretada segundo a concepção semiótica de Morris.

O objeto da Semiótica Documental é o tratamento documental de conteúdo e supõe momentos ou fases denominados por Izquierdo Arroyo (1993), a saber: reconhecimento, descrição e representação controlada. Apesar de as semelhanças com as operações da análise documental, o autor prefere a expressão “tratamento documental de conteúdo” para não confundir “análise documental” com uma das operações executadas no processo; neste caso, a fase de descrição em que se efetiva a análise. Cada uma dessas fases constituiriam as ações de produção de resumos e indexação, gerando a partir destas os índices e resumos dos mais variados.

Sendo assim, a Semiótica documental não atua no âmbito da descrição física dos documentos, tarefa comum com a análise documental. Tal como outras operações ou processos similares, a representação utiliza a transformação da linguagem do documento em uma linguagem documental, que procura controlar e codificar o conteúdo dos documentos. Nesta fase do tratamento documental de conteúdo, a concepção do uso de instrumentos como a linguagem documental, faz-

se necessária. Portanto, pode-se dizer que as discussões em torno da linguagem documental estão estreitamente conectadas com o desenvolvimento de uma das fases do tratamento documental de conteúdo no âmbito de uma Semiótica documental.

Seguramente, a Semiótica Documental pode estudar ainda, além do tratamento documental de conteúdo, a concepção de linguagens documentais, valendo-se, inicialmente, dos conceitos úteis a estas: signo, semiose, interpretante, experiência colateral. Desse modo, estariam subsumidas à Semiótica Documental a análise documental e a Linguística Documental.

Apesar de seu propósito aplicado, seu escopo é extremamente abrangente, conciliando teorias concorrentes, mostrando como ambas são incompletas porque cobrem fenômenos signos parcialmente - e não apenas o símbolo -, além das condições contextualizadas de produção. Por outro lado, as inúmeras contribuições teóricas tendem direcionar a leitura de Peirce para os propósitos aplicados da Semiótica Documental. Desse modo, poder-se-ia facilitar o aparecimento de adaptações conceituais, tal como demonstrado nas linguagens documentais. O diálogo com Peirce resultou na matriz conceitual que demarca os objetos gerais da Semiótica Documental, objetos estes que não se reduzem ao estudo da Linguística ou da Semiótica Textual.

Por fim, a Semiótica Documental mostra que a análise documental de conteúdo não pode depender de um bloco único de disciplinas derivadas exclusivamente da Linguística, na medida em que os objetos da análise documental são também extremamente complexos e variados. Izquierdo Arroyo propõe até repensar se no lugar de análise documental de conteúdo já se está procedendo à análise semiótica de conteúdo, “[...] assumindo o adjetivo “semiótico” como expressivo de um tratamento lógico, lingüístico e submetido a um controle comunicativo [...]” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 304 apud IZQUIERDO ARROYO, 1992, p. 39-40). Em outras palavras, na opinião do autor há que se pensar em que medida as operações lógicas, linguísticas e comunicacionais já legitimam a substituição da Linguística pela Semiótica no contexto do tratamento documental de conteúdo.

4.3 Desdobramentos Interdisciplinares

O encontro da Filosofia e da Semiótica de Peirce com a organização da informação e do conhecimento é um fenômeno factualmente constatável pela análise da literatura. Porém, a qualidade e a profundidade destas imbricações merecem ser sintetizadas.

Parece não ser suficiente a uma integração em quaisquer dos níveis interdisciplinares apenas a revisão de literatura sobre a Semiótica de Peirce. Definir signo e conceitos correlatos não constitui, em si mesma, uma tentativa de integração almejada por um alto nível de interdisciplinaridade. O resgate dos conceitos deve obedecer minimamente à organização conceitual e aos propósitos das teorias envolvidas. Se relacionar duas ciências é uma tarefa complexa e repleta de idas e vindas, no instante em que se busca fazer o mesmo com teorias diversas provindas de uma mesma fonte, constitui um fato complicador.

As contribuições analisadas revelaram tendências integrativas ao lado de leituras indicativas da necessidade de se realizar um contato maior com a Semiótica. Um ponto que parece comum, e que se procura sublinhar, é que as tentativas de se unir a organização da informação e do conhecimento e a Filosofia e Semiótica de Peirce devem ser aprofundadas no sentido da definição de informação. Apesar de não ser um tema visado inicialmente nesta pesquisa, é presumível sua efetiva importância à organização da informação e do conhecimento.

O problema conceitual da informação no âmbito da Ciência da Informação ainda resiste, e sem uma solução única aceitável por sua polissemia. Pode-se afirmar que para a organização da informação e do conhecimento, definir informação sem a referência a argumentos capitais da Filosofia e Semiótica Peirceanas significa um recuo em direção a um diálogo mais proveitoso. Nesse sentido, simplesmente substituir signo por informação, sem um exame profundo da evolução deste conceito em Peirce, não parece responder à interação pretendida. Uma pesquisa mais ampla deve ser empreendida nessa direção.

Uma pequena diferença entre as perspectivas da informação pode ser admitida antecipadamente. Devida as características da Filosofia de Peirce, pode-se supor uma leitura não-antropocêntrica da informação. Em contraposição, aceita-se, unanimemente, que a informação, no contexto da Ciência da Informação, é socialmente construída e comunicada entre humanos.

Observou-se, como dificuldades ao desenvolvimento de estudos na direção da Filosofia e da Semiótica de Peirce, o conhecimento restrito dos ramos da teoria dos signos. Isto pode ser revelado pela supremacia dos temas da Gramática Especulativa, como se tal ramo fosse a essência da Semiótica de Peirce, quiçá, até de sua Filosofia. Estudos que desprezam uma compreensão abrangente da Semiótica e apresentam uma leitura sintética de seus conceitos, sem uma proposta declarada de conjunção, estariam no nível elementar de interdisciplinaridade, ressaltando tão-somente o papel comunicativo e de aplicação conceitual em tentativas de entrosamento entre disciplinas.

Pode-se dizer que as iniciativas de Mai (1997a, 1997b, 2000, 2001) estão neste nível, pois a ênfase recai sobre a aplicação de conceitos, sem uma reconfiguração e combinação. Sua contribuição refere-se mais à organização da informação e consiste na aplicação de conceitos em processos e produtos reais. A discussão dos conceitos peirceanos centrais nas linguagens documentais também se encontra neste nível de relação interdisciplinar. O mesmo pode ser afirmado das tentativas de aproximação que se deram pela definição da informação como signo, conclusão restrita aos materiais apresentados neste capítulo.

Julga-se como um deslocamento para um nível intermediário de interdisciplinaridade as iniciativas de Thellefsen (2002, 2003, 2004) na constituição de um método semiótico para organizar o conhecimento. Ele trata problemas clássicos da organização do conhecimento, aprofundando-se nos conceitos presentes na Filosofia de Peirce e propõe, entre outras coisas, o conceito de signo fundamental e perfil do conhecimento que combinam elementos da Semiótica, da Terminologia e propósitos da organização do conhecimento. O autor tem como base declarada o Pragmatismo, como método, e pressupostos da Filosofia de Peirce. Com o mesmo grau de contribuição, Lara (1993, 1999, 2003) discute uma possível especificidade do signo e da semiose nas denominações: signo documental e semiose documental. Tais conceitos não pretendem a criação de novas disciplinas, apenas revelam a convergência e a combinação entre conceitos e teorias.

Contudo, apesar de o exposto significar um excelente avanço para a constituição de uma corrente teórica com base na Semiótica de Peirce na organização da informação e do conhecimento, ainda não resultou, acredita-se, em um nível avançado de interdisciplinaridade. Mesmo considerando as iniciativas de criar novas matrizes teóricas e campos do saber, como a Organização Semiótica do

Conhecimento e a Semiótica Documental, respectivamente. Entende-se que são inovações que não se configuram, neste estágio de desenvolvimento, como processos de geração de novos conceitos, teorias ou métodos. Mas é provável que os conceitos: signo documental, semiose documental, signo fundamental, efeito significância, perfil de conhecimento; além de o método semiótico de organizar o conhecimento, estejam mais próximos deste estágio avançado de interdisciplinaridade.

A seguir, apresenta-se um quadro-síntese (Quadro 9) que trata das relações conceituais, comparando, de um lado, a Filosofia e Semiótica de Peirce e, de outro, a organização da informação e do conhecimento. É um esquema ilustrativo apenas para melhor visualizar a utilização conceitual, mas sem fazer menção a levantamentos estatísticos da frequência de aparição dos conceitos. Verifica-se, primeiramente, que o uso de conceitos semióticos concentra-se na Gramática Especulativa. Da Filosofia de Peirce, identifica-se o uso das categorias fenomenológicas, para explicar as classes de signos, e um mínimo de conceitos derivados da Lógica Crítica e da Metodêutica. Na coluna denominada combinação conceitual, verifica-se os casos intermediários de interdisciplinaridade. O quadro em questão não assume de forma definitiva que apenas essas laços interdisciplinares satisfazem as interação entre as áreas. Simplesmente indica algumas combinações conceituais, verificadas neste estudo como determinantes, bem como os conceitos semióticos utilizados.

Filosofia e Semiótica de Peirce			Organização da Informação e do Conhecimento		
Ramos	Disciplinas	Divisões	Conceitos Utilizados	Combinação Conceitual	
Fenomenologia	-	-	Primeiridade Secundidade Terceiridade	-	
Ciências Normativas	Estética	-	-	-	
	Ética	-	-	-	
	Lógica ou Semiótica	Gramática Especulativa	Signo Representamen Interpretante Tricotomias Classes de signos Tipos de interpretantes Semiose Interpretação Representação Experiência Colateral Observação Colateral	Signo Documental Semiose Documental Observação Colateral Representação documental Indexação de assunto Signo Fundamental Efeito Significância Sistema Sínico	
			Lógica Crítica ou Pura	Tipos de Argumentos Hipótese	-
			Retórica Especulativa ou Metodêutica	Pragmatismo Hábito	Organização Semiótica do Conhecimento Perfil do conhecimento
Metafísica	Ontologia	-	-	-	
	Físico-Metafísica	-	-	-	
	Religiosa	-	-	-	

Quadro 9: Pontos de Interdisciplinaridade entre Filosofia e Semiótica de Peirce e Organização da Informação e do Conhecimento

Os conceitos pertinentes à Filosofia de Peirce que poderiam favorecer ao conhecimento da teoria semiótica foram, como visto, relativamente negligenciados, como se pudessem ser dispensáveis para a compreensão do autor, bem como para a conexão com a Semiótica. Alguns elementos conceituais e posições serão objeto do próximo capítulo, no intuito de oferecer uma contribuição teórica para um futuro aprofundamento dos estudos sobre Peirce na organização da informação e do conhecimento.

5 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UM DIÁLOGO

“Assim, pois, o autor, vendo este seu filho o “pragmatismo” promovido a tal ponto, sente que já é tempo de lhe dar um beijo de despedida e abandoná-lo a seus destinos mais elevados: enquanto que, a fim de servir aos propósitos precisos de expressar a definição original, o autor anuncia o nascimento da palavra “pragmaticismo”, que é suficiente feita para estar a salvo de raptos.” (PEIRCE, 2000, p. 287, CP 5.414).

“[...] a trama de todo pensamento e de toda pesquisa são os símbolos, e que a vida do pensamento e da ciência é a vida inerente aos símbolos; assim, é errado dizer que uma boa linguagem é simplesmente *importante* para um bom pensamento, pois ela é a própria essência deste.” (PEIRCE, 2000, p. 39, CP 2.220).

Após a exposição das análises realizadas sobre a obra de Peirce na organização da informação e do conhecimento, é possível constituir um caminho um pouco mais seguro. A primeira porta de entrada ao pensamento de Peirce foi a Semiótica, compreendida não em sua amplitude, mas como apenas um de seus ramos: a Gramática Especulativa. Isto não quer dizer que é um ramo prescindível; aliás, muito pelo contrário, é indispensável. No entanto, é um braço da Semiótica que não se completa sem os demais, a saber: Lógica Pura e Retórica Especulativa.

A linha de investigação de Peirce, que deveria ser um dos mais influentes na organização da informação e do conhecimento, apresenta-se como uma das menos importantes: o Pragmatismo. Exceto pelos trabalhos de Thellefsen (2002, 2003, 2004), outros autores apenas margearam a questão, evitando, com isso, compreender a verdadeira relevância do Pragmatismo de Peirce e uma das chaves que conectam teorias e conceitos peirceanos.

Nesse sentido, a proposta deste capítulo é elencar algumas contribuições teóricas - que no caso do Pragmatismo é uma condição - para um futuro diálogo interdisciplinar entre, de um lado, a Filosofia e Semiótica peirceana e; de outro, a organização da informação e do conhecimento. Parte das discussões anteriores serão retomadas, sempre que se fizer necessária, para aprofundar aspectos pouco claros e consolidar diretrizes teóricas dessa interação. Com base nesta leitura será possível integrar contribuições aparentemente desconexas.

Contudo, antes de iniciar a exposição das contribuições sugeridas, cumpre rever, sinteticamente, as posições essenciais da teoria peirceana, e que devem ter ficado evidentes com a leitura dos capítulos anteriores, as quais impactam diretamente sobre a interação com a organização da informação e do conhecimento.

Analisa-se, de forma sucinta, as posições peirceanas frente ao entendimento de cinco problemáticas: objeto, cognição, realismo, evolução do significado e conceito. Esses são aspectos que personalizam a linha peirceana, segundo os propósitos deste estudo, e devem ser observados em qualquer comparação com a organização da informação e do conhecimento. Há consequências consideráveis para essa área, dependendo da acepção assumida para cada um dos termos elencados.

No que tange ao objeto, há outras perspectivas complementares que se resistem em aceitar que haja relação determinantes entre ele e os signos, pois tal relação somente pode realizar-se de forma contratual e arbitrária. O objeto deve ser estudado pelas ciências, como a Física, a Química, a Biologia, e não é de interesse específico das ciências ligadas à linguagem. Talvez evitar associar à concepção de objeto uma função lógica, tenha proporcionado uma leitura do referente como algo equivalente exclusivo à coisa.

O objeto determina o signo e qualquer relação de significação deve subentender a cadeia de interações entre representamen, objeto e interpretante. Tanto em âmbito individual (subjetivo) quanto coletivo (intersubjetivo), o diálogo com os objetos é fundamental para produzir o que Peirce define como uma relação triádica genuína.

O significado dos conceitos em um domínio de conhecimento deve pressupor a relação dos pesquisadores com os objetos que produzem as consequências práticas perceptíveis e envolvidas na concepção do conceito. Sendo assim, quaisquer formas de organizar os conceitos em uma área do conhecimento não devem alijar o modo como os sujeitos envolvidos atribuem um interpretante cada vez mais preciso a um objeto. Diferente de outras posições, o objeto não está fora mas dentro do processo de significação. Nas páginas seguintes esta afirmação ficará mais clara.

Sendo que o objeto do signo, em Peirce, tem muitas especificações, pois isso, não é adequado reduzi-lo à coisa. É no acolhimento da noção de objeto de Peirce que se poderá trazer uma concepção triádica do signo para a organização da informação e do conhecimento.

Com o objeto do signo inicia-se aquilo que se denomina de cognição. Desse modo, os pensamentos não são massas sem forma que apenas com o poder exclusivo da linguagem serão moldadas; e os pensamentos sem a linguagem não seriam exteriorizados em uma forma razoavelmente coerente. Também não será

verdade que é com a presença única da língua e das competências envolvidas que se começa a pensar. Essa compreensão talvez tenha sido importada pela organização da informação e do conhecimento e procura sobrepor a língua aos fatos da realidade. Contudo, para se propor sistemas de recuperação de informação com um sucesso considerável, deve-se ter uma concepção de sujeito e de seu processo cognitivo, estritamente conectada com a atribuição de significados.

A cognição, segundo é possível concluir de Peirce, depende não só da língua, mas também da experiência e da realidade que uma teoria triádica do signo procura retomar. Para o Pragmatismo, sem o respaldo da experiência e da realidade não se poderia separar os conceitos. A Semiótica assume que o pensamento está mais vivo do que nunca e é justamente antes da efetivação da língua que os processos de significação se precipitam. É todo o convívio anterior e além da língua que determina o significado de um conceito.

Sendo assim, ficam evidentes as razões pelas quais os conceitos científicos são renovados, menos pela ação dos signos de convenção e mais pela iconicidade e processos perceptivos presentes em inferências abduativas, com a finalidade de aproximar-se da realidade. O argumento peirceano explica que o significado se fecunda abaixo da linha simbólica e anterior ao auto-controle lógico, apesar de o símbolo ser a forma mais evoluída e ampliada de pensamento.

Outra posição que deve ser observada na interação com a organização da informação e do conhecimento é o realismo de Peirce. Há noções que pretendem sustentar que algumas coisas (objetos físico-materiais) inexitem sem uma linguagem que as manifeste, e que para uma mesma coisa há diversas representações, não sendo possível extrair desta um verdade única. Isto, evidentemente, inviabilizaria o estabelecimento de uma única forma de representação da informação e do conhecimento, pois é apenas o uso dos signos em um contexto que pode ser tomado como o significado de alguma coisa. Conseqüentemente, algumas características não estão nas coisas particulares representadas, mas apenas nas próprias representações.

Essa última conclusão assemelha-se à tese nominalista – combatida por Peirce – a qual admite que apenas os individuais são reais, que as coisas denominadas com o mesmo nome nada têm em comum além deste fato, e que as características comuns das coisas são uma espécie de criação das ideias e reações mentais humanas. O relativismo linguístico de Sapir e Whorf (BLACKBURN, 1997, p. 183)

pode assumir tal perspectiva nominalista de uma maneira mais potencializada.

O relativismo²⁵ para com a linguagem assevera que a diferença dos contextos linguísticos produz diferenças na concepção da realidade e da verdade, portanto, não se tem uma única realidade, mas várias, tanto quanto forem os contextos de produção da linguagem. Uma hipótese de fundo nominalista desse tipo proporia à organização da informação e do conhecimento maneiras específicas de relacionar significados aos contextos de uso dos signos, mas não aos objetos. Um instrumento, como o tesouro, criado sob essa concepção, nada mais faria do que representar localmente o contexto de uso dos conceitos, tais como eles são utilizados para perceber o mundo em torno dos sujeitos. Contudo, não seria possível retirar do nominalismo a afirmação de que as representações produzidas são conceitos reais - leis existentes - os quais se referem a objetos e relações efetivamente existentes.

Ora, um esquema de classificação como um meio de organizar o conhecimento deve pressupor que tais relações entre os conceitos existam e são reais, senão nada haveria para representar. Essas relações não estão presentes nos individuais ou particulares, mas a organização da informação e do conhecimento deve supor, de acordo com o realismo de Peirce, que os universais ou gerais são verdadeiramente reais.

Por exemplo, se a relação entre dois conceitos hierarquicamente agrupados não fosse pautada em uma tese realista deste tipo, não se poderia concluir que um conceito é mais geral (gênero) e o outro mais específico (espécie), ou se se trata de um conceito referente ao todo e de outra relativo à parte. A organização da informação e do conhecimento, apesar da influência nominalista, por vezes aventada, opera ou deveria declaradamente operar, sobre o realismo pragmático, ancorado na Filosofia de Peirce.

Conforme argumenta Hjørland (2003, p. 106), se não fosse assim, o trabalho em organização da informação e do conhecimento não seria algo sério, pois a própria realidade daria conta de refutá-lo imediatamente. Pode-se supor que, sem a defesa de que os gerais são reais, se estaria representando relações fictícias. Organizar o conhecimento contextualmente em domínios não pode ser fruto do nominalismo - ou de sua possível forma atual: o relativismo ou o anti-realismo -;

²⁵ O relativismo, em âmbito geral, defende que a verdade é relativa à comunidade em que se está considerando (NIINILUOTO apud PESSOA JÚNIOR, 2009, p. 59). No que tange as posições em Filosofia da ciência, poder-se-ia aproximar, a grosso modo, o relativismo do anti-realismo, do idealismo subjetivista e, finalmente, do nominalismo. Deve-se evitar concluir que o Pragmatismo de Peirce é de cunho relativista, pois é bem provável que um relativista também não aceite a realidade dos universais, a não ser quando inseridos em uma dada comunidade.

entretanto, deve pressupor uma postura realista.

A ênfase na evolução dos significados é outra posição que deve ser assumida com base na Filosofia e Semiótica de Peirce. Presume-se que o significado, segundo as teorias linguísticas relacionadas no capítulo 2, é algo específico e circunscreve o sentido das palavras, sintagmas e estruturas textuais maiores. Ele é obtido referindo-se aos significados concorrentes; e fora do conjunto textual ou da malha de palavras não há possibilidade de significação. Assim, o significado não é uma unidade semântica sem um tecido construído pela língua. A evolução dos significados é prevista nas operações analógicas da língua, em que a semelhança com outros elementos da língua produz modificações no código linguístico (Saussure). Para a organização da informação e do conhecimento, o significado, segundo esta última perspectiva, justifica os procedimentos que produzem a univocidade. O foco da teoria parece ser o produto resultante (significado), e menos o processo gerador.

Qualquer processo significativo está imerso no contínuo da própria realidade. É deste processo vivo que tratam a Filosofia e Semiótica peirceanas; assim, os produtos estão dentro das rupturas com o processo evolutivo e surgem nestas ocasiões. O objetivo recai sobre o processo e a continuidade da interpretação. E, apesar de aparentar uma teoria não-operacional, do ponto de vista das atividades da organização da informação e do conhecimento, ela se aproxima da dinâmica da significação. A partir do ponto de vista peirceano, poder-se-ia compreender sensivelmente o fundo evolucionário da significação na organização da informação e do conhecimento.

Em consequência, os sistemas de organização da informação e do conhecimento se mostrarão frágeis em uma escala temporal mais alargada, não apenas pela insuficiência da representação, mas pela própria evolução do significado e, relativamente, dos objetos a que se referem. Isso não significa defender uma hipótese ceticista dos sistemas de organização da informação e do conhecimento, pois qualquer proposta realista de representar a informação deve reconhecer a participação ativa do acaso em todas as esferas e a incidência de erros. É um dos modos de não obstruir o processo contínuo de representação dos objetos na semiose.

Como visto, o conceito de referente – em uma teoria triádica do signo - não foi utilizado amplamente pela organização da informação e do conhecimento, gerando

dificuldades em aceitar uma leitura lógica do significado. Esse fato talvez possa ter adiado a interação da organização da informação e do conhecimento com as diretrizes lógico-semióticas. Nesse sentido, a teoria triádica do signo na organização da informação e do conhecimento deve ser também considerada sob a luz dos pressupostos semióticos, cuja teoria é condizente com a explicação evolutiva do significado.

Deve-se ainda presumir uma posição relativa à definição do conceito que privilegie uma composição triádica. Uma leitura peirceana pode evitar associar conceito às seguintes acepções, a saber: a) conceito equivale a um significado, exigindo uma relação de solidariedade com um significante e; b) conceito é uma unidade de conhecimento veiculada por um termo, sendo que tanto um quanto o outro pertencem a um domínio especializado da linguagem como: Física, Química, Eletrônica, etc. Demonstrando, novamente um descompasso em relação ao objeto referido, à medida que ambas acepções são diádicas. Nesse sentido, nas representações de conceitos em sistemas de organização da informação e do conhecimento não estão totalmente evidentes as relações entre os conceitos e o mundo, exceto pelo resgate indireto da terminologia do campo do conhecimento.

Para complementar as relações de representação dos conceitos, devem haver modificações nas interações sígnicas com os objetos do signo. Necessariamente, isto obriga a reconhecer a viabilidade de uma compreensão triádica e pragmática do conceito. Um conceito na condição de um símbolo não exclui a dependência do objeto, mas demonstra que essa implicação do objeto força uma associação de ideias convencionalizadas no nível interpretativo. Parece adequado trabalhar sobre a versão triádica do conceito, à luz da Semiótica peirceana.

As posições diante dessas problemáticas impactam na interpretação dos temas de Peirce na organização da informação e do conhecimento, e algumas consequências serão apontadas nas próximas páginas. A seguir propõe-se estruturar contribuições teóricas de Peirce para uma aproximação mais fecunda com a organização da informação e do conhecimento.

5.1 O Método Pragmatista: o eixo integrador

O Pragmatismo de Peirce depois das Conferências de Harvard foi denominado “pragmaticismo”, palavra considerada feia pelo autor (PEIRCE, 2000, p. 287, CP 5.414), mas que marca definitivamente sua perspectiva original do Pragmatismo. Apesar de ser comum entre os comentadores de Peirce o estudo do Pragmatismo, não parece ser objeto de interesse geral da organização da informação e do conhecimento. Talvez isso tenha provocado atrasos quase irreparáveis à formulação de teorias aplicáveis à organização da informação e do conhecimento. O Pragmatismo é um grande esforço de operar, entre outras coisas, com a terminologia da ciência, responsável por representar a comunicação entre os conhecimentos dos cientistas. Peirce acredita que com uma boa terminologia haveria segurança na produção de novos conhecimentos, tratando, assim, de associar a referida discussão ao método pragmatista e à Semiótica.

Entende-se que, com o Pragmatismo, é possível integrar pontos fundamentais da obra de Peirce, considerados no âmbito da organização da informação e do conhecimento, desconexos e dificilmente aplicáveis. Somente com essa perspectiva é que se poderá, com maior segurança, efetivar futuras contribuições de Peirce para a organização da informação e do conhecimento no que tange ao estudo da linguagem e da terminologia especializadas.

Por Pragmatismo subentende-se uma defesa do realismo e a crença de que os gerais são também reais. Portanto, a terceiridade é a categoria fenomenológica de vital importância para a compreensão do Pragmatismo de Peirce. Relações entre os individuais são consideradas universais e têm uma existência positiva no universo. Desse modo, não se pode aceitar que a realidade esteja subsumida apenas à secundidade, mas parece ter sido a compreensão da máxima do Pragmatismo de 1878, segundo a interpretação de James. “O significado de um experimento não está em qualquer um desses particulares, nem em todos juntos, mas no *fenômeno* que esse evento particular exemplifica [...]” (DE WAAL, 2007, p. 150). Enquanto para James, os efeitos práticos concebíveis correspondem aos resultados particulares ensejados pela concepção - e tão-somente eles -, para Peirce, é na propensão para o futuro disposta no conteúdo da concepção que está a chave para entender a máxima.

O método foi concebido por volta da década de 1870, no contexto da avaliação dos métodos disponíveis para certificar-se do significado de conceitos, ideias e teorias. Analisando o funcionamento dos métodos concorrentes (tenacidade, autoridade e *a priori*), Peirce conclui que somente o método pragmático pode produzir crenças em relação aos conceitos mais resistentes ao teste científico. O processo de busca de crenças, provocado pela inquietude psicológica gerada pela dúvida, deve ser iniciado, mas não com os métodos anteriores, tendo em vista suas insuficiências. A garantia do método é que, quando surgir a dúvida, se poderá levá-la ao teste para verificar a eficácia do conceito.

Quando dois conceitos concorrem para explicar as características de um fenômeno, deve-se proceder ao método pragmatista e não decidir *a priori* ou levar em conta um argumento de autoridade para a escolha de um deles. Esses procedimentos amparados pelo método *a priori* e de autoridade atrasam a investigação rumo à verdade ou à opinião final em relação ao objeto representado. Sem o aspecto experimental não há possibilidade de avançar no sentido de superar o estado de dúvida.

Com isso, o Pragmatismo chama a atenção para as falsas crenças e as pseudo-dúvidas. O objetivo do método é refinar, precisar e clarificar o conteúdo das concepções, ideias e teorias que pretendem representar relações com os objetos. Peirce procurou afastar, da linguagem técnica e filosófica, problemas irrealis, fantasias e verbosidades desnecessárias à terminologia especializada e que, por muitas vezes, persistem nas disputas filosóficas.

O significado para o Pragmatismo não é o conteúdo mental que dá sentido a um significante, mas hábitos que estão associados ao objeto do conceito. Quando se descobrem os hábitos em torno de um conceito e as expectativas envolvidas, alcança-se seu significado. O elemento definidor do significado é um conjunto de fenômenos esperados. Em outras palavras, o significado de um conceito está nas regras de ação envolvidas e aplicadas a objetos individuais. Ora, regras implicam regularidade, condição *sine qua non* dos fenômenos de terceiridade.

Antes de examinar a definição de significado para o Pragmatismo de Peirce, é prudente apontar como este último pode se tornar uma das vias de integração da obra de Peirce nas discussões da organização da informação e do conhecimento.

Vinculando-se aos comentadores da Filosofia e Semiótica peirceana, cuja corrente teórica principal é o sistema filosófico do autor, foi um processo quase

natural perceber que uma leitura mais adequada da Semiótica provém da aceitação das teses pragmatistas. Para alguns autores (IBRI, 1992; SANTAELLA, 2004; SILVEIRA, 2007; DE WAAL, 2007), não é prudente alijar a Semiótica ou separar outras contribuições de Peirce de seu Pragmatismo. Essa separação ocorreu em parte substancial da literatura da organização da informação e do conhecimento, suscitando o que se acredita ter sido um afastamento de uma compreensão mais ampla da obra deste pensador.

Se a organização da informação e do conhecimento voltasse ao Pragmatismo de Peirce, enquanto método de definição do significado, a Semiótica não seria compreendida apenas no nível da Gramática Especulativa. A Semiótica auxilia o método pragmático, fornecendo um conhecimento dos tipos de signos que uma mente está inclinada a transformar em crença. Também é verdade que deriva da Semiótica a teoria das inferências, oferecendo ao Pragmatismo a original indicação da abdução na criação de novas hipóteses que, se levadas à experimentação, proporcionarão mais elementos para a ampliação contínua do conhecimento via indução.

É a partir do Pragmatismo que se assume uma leitura realista dos temas peirceanos, evitando enormes equívocos que podem sugerir uma postura relativista de Peirce em relação à linguagem e à ciência. Ao contrário, o que existe é a aceitação do falibilismo, o que não exclui a apresentação de respostas positivas - e realistas - sobre os fenômenos surpreendentes, pois esse é único mecanismo disponível para conhecê-los.

A teoria dos interpretantes, aprofundada depois de 1900, complementa o Pragmatismo na medida em que fornece as condições em que um interpretante pode motivar a mudança de hábito. O propósito central do método é guiar de forma segura essa mudança de hábito. Essa alteração é, efetivamente, construída com base em uma garantia em relação aos demais métodos de estabelecimento da crença.

Sabe-se que a leitura de Peirce deve ser orientada por uma visão sistêmica de sua obra; contudo, principiar pelo Pragmatismo pode revelar a vitalidade de sua perspectiva filosófica e semiótica. Conforme Thellefsen (2002, 2003, 2004) demonstrou, o Pragmatismo permite articular um método de delimitação dos significados de grande utilidade em áreas científicas e profissionais, porque vincula a essência do método à construção de terminologias que diagnosticam a organização

do conhecimento em um domínio, possibilitando conduzir a elaboração de enciclopédias.

A principal garantia de sucesso do procedimento é valer-se de uma leitura criteriosa levada a cabo por Peirce dos métodos disponíveis para a validação de crenças. Para se obter o significado de quaisquer palavras, termos, conceito, ideias, crenças, proposições – procedimento amplo a ponto de integrar preocupações onomasiológicas e semasiológicas –, deve-se seguir alguns passos apontados pela teoria, segundo, por exemplo, a primeira versão da máxima em 1878.

O método pragmático é, em outras palavras, o próprio método científico ou de fixar crenças razoáveis. Segundo indicações da máxima elaborada e reelaborada por Peirce, o método consiste nos seguintes elementos essenciais: a) objeto da concepção; b) efeitos concebidos; c) concepção dos efeitos; d) total da concepção (1978, CP 5.402). Em um aperfeiçoamento posterior da máxima tem-se: a) concepção intelectual; b) efeitos práticos pensáveis; c) soma dos efeitos; d) significado da concepção (1905, CP 5.9). Ainda neste período apresentam-se outras nuances da máxima: a) concepção; b) teor racional de uma palavra; c) fenômenos experimentais concebíveis; d) definição completa do conceito (1905, CP 5.412). Pode-se ler tais elementos como componentes de etapas, da seguinte forma: em primeiro lugar, considera-se a concepção; a seguir, observam-se os efeitos pensáveis ou concebidos do objeto da concepção; em terceiro lugar, contabilizam-se os efeitos ou a concepção dos efeitos obtidos a partir de fenômenos experimentais concebíveis; por fim, obtém-se o significado total ou completo do conceito. Os hábitos envolvidos sobre os efeitos esperados de uma concepção constituirão o significado geral da concepção.

Em 1878, Peirce aplicou o método a conceitos como dureza e propõe o seguinte questionamento: o que significa dizer que uma coisa é dura? Para descobrir o significado pragmático, deve-se conceber formas experimentais de testar a dureza de uma coisa, imediatamente. Intelectualmente, imagine-se a experiência cujo objetivo é riscar o objeto da concepção por muitos outros objetos. Persistindo intacto perante as pressões provocadas por outros objetos, conclui-se que tal objeto é duro. O conjunto total destes resultados práticos concebíveis é o todo do significado do conceito.

Alguns aspectos merecem ser examinados a esse respeito. Primeiro: sem levar um conceito ao teste não há possibilidade de alcançar a significação pragmática.

Segundo: os objetos levados ao teste devem, em alguma medida, ter a capacidade de influenciar a conduta. Nesse sentido, o que impacta a conduta pode ser utilizado para afirmar ou negar algo sobre alguma coisa e que esses efeitos sejam comuns a todas as pessoas. É isso mesmo o que preconiza o método científico. Além disso, os objetos devem, necessariamente, ser reais, ou não impactarão sobre a conduta.

Essa teoria do significado orienta também os modos de se proceder à pesquisa científica. As teses envolvidas no método procuram responder como um cientista ou um filósofo poderia adquirir uma crença razoável sobre toda a espécie de conceito. O significado de uma crença não seria de maneira alguma a soma de seus resultados práticos literalmente e considerados individualmente, entretanto, seria a concepção total destes resultados, a qual mobiliza uma disposição para agir na forma de uma tendência.

Em outros termos, o significado de uma concepção está na terceiridade e recorre à capacidade de formar hábitos. “Para apreender o significado da sensação basta, portanto, e simplesmente, determinar os hábitos a que dá lugar, pois uma coisa significa apenas os hábitos que envolve.” (PEIRCE, 1972, p. 58, CP 5.400).

A generalidade envolvida na significação não quer dizer uma recusa aos aspectos particulares e individuais dos objetos sobre a cognição. Esses objetos, porém, preenchem o requisito experimental do método, sem o qual o teste seria inviável, tratam-se do material para a regra governar. Reconhecendo o objeto, tributa-se maior valor à conjunção indivisível entre objeto e sujeito. O conhecimento experimental dos objetos dá conteúdo aos significados, por isso, a teoria peirceana do significado converte-se em uma teoria da cognição.

Assim, não se tem um conhecimento exato – ou com esta meta – sem um contato prévio com os objetos da cognição ou algum conhecimento obtido por experiência anterior sobre eles. Não são apenas as relações opositivas entre os elementos de um sistema linguístico que constroem o significado, mas o significado vem sendo construído antes, no contato com as coisas - segundo observou Blikstein (1985) – num contexto social. Uma teoria do significado não pode prescindir de uma teoria do objeto representado, portanto, deve ter uma abordagem triádica.

A teoria do significado, no interior da primeira formulação do Pragmatismo de Peirce, impacta na organização da informação e do conhecimento de maneira considerável. Seguindo tais exigências do método, os conceitos de um sistema de organização da informação não podem ser destituídos de uma relação com os

objetos do domínio de conhecimento em questão, sob pena de os conceitos não fazerem sentido algum à comunidade. Termos ou palavras, nos âmbitos científico e geral, devem possuir uma relação vital com o objetivo referido. Conseqüentemente, os sistemas de organização da informação e do conhecimento precisam recuperar os resultados dos testes dos significados junto ao domínio.

Se para um não especialista - como é o caso do profissional da informação, cuja formação em uma área do saber não é obrigatória, em vários países - a relação do conceito com os efeitos práticos concebíveis não é muito nítida, quando não está completamente apagada; para um especialista, o produto desta interação deve resultar em uma significação precisa e clara, a ponto de identificar a palavra no catálogo ou índice e pensar nas experimentações que dão sustentação aos hábitos envolvidos. É um desafio para o campo o afastamento do profissional da informação para com os hábitos originais que constituem o significado efetivo do conceito.

Portanto, para a organização da informação e do conhecimento, o Pragmatismo, como uma teoria do significado e um método, aponta como se devem observar a construção e a validação de conceitos, ideias ou crenças pelos participantes de um domínio de conhecimento. Ao mesmo tempo, demonstra a distância do significado pragmático de um conceito especializado para o profissional da organização da informação, em comparação com o de um especialista no assunto propriamente dito.

O ideal da representação da informação e do conhecimento é incitar um hábito mental pragmático com maior precisão. Acredita-se, sobretudo, que o método pragmatista liga de uma forma mais adequada e completa a Filosofia e a Semiótica peirceana, de um lado, e a organização da informação e do conhecimento, por outro. Desse modo, deve finalmente ser incorporado nas discussões teóricas da organização da informação e do conhecimento. Contudo, como as teses do Pragmatismo de Peirce suscitam um contato efetivo com a Semiótica e de que forma tal vínculo impacta na teoria da organização da informação e do conhecimento?

5.2 Uma Leitura Peirceana da Organização da Informação e do Conhecimento

Uma teoria peirceana para a organização da informação e do conhecimento não poderia ancorar-se em outro arcabouço que não o Pragmatismo. Porém, muitos outros conceitos de Peirce, circunscritos a sua Filosofia e Semiótica são essenciais para estudos futuros. A armação destes conceitos, tomados sistematicamente, produz condições fundamentais para as teorizações neste campo. Com base na análise realizada no capítulo anterior, acrescida de conceitos de Peirce não populares na organização da informação e do conhecimento, objetiva-se elencar eixos para a conversação entre estas áreas, sem, contudo, reduzir tais opções como os únicos possíveis.

5.2.1 Processos Cognitivos e Hábitos Interpretativos

Peirce dedicou-se ao longo da vida a desenvolver uma teoria das inferências. A abdução é a inferência que melhor responde ao propósito de criar ideias novas que se constituirão em hábito interpretativo que guia a mente na obtenção de um conhecimento seguro, disponível para uma possível ativação em uma situação futura. Nesse momento, tentar-se-á argumentar que o hábito é um conceito pertinente em qualquer situação interpretativa, em especial quando o propósito é a relação do hábito com os processos cognitivos nas operações de representação da informação, precisamente a indexação como atividade da organização da informação, que subentende a análise do conteúdo dos documentos para sua posterior representação condensada com a finalidade de recuperar a informação.

Se o hábito determina as condições da cognição, então o profissional indexador está submetido a forças reais que delimitam as disposições das interpretações futuras. Desvendar o conteúdo dos hábitos é um processo indispensável para conhecer as variáveis associadas ao processo de interpretação previamente orientado.

A questão passa pela definição de hábito e pela demonstração de sua utilidade na organização da informação e organização do conhecimento, de modo geral. O hábito é um tipo especial de crença. O objetivo de qualquer pensamento no contexto

de uma inquirição é atingir a crença, isto é, um estado de consciência tranquilo, em plena conformidade com objetos de representação. Em “Como tornar claras nossas ideias” e “A fixação das crenças”, ambos de 1878, Peirce afirma que a crença se refere a algo que se está ciente, ela aplaca a irritação da dúvida e envolve o surgimento de uma regra de ação ou hábito (PEIRCE, 1972). É possível verificar que estabelecer a crença seria um processo, enquanto o hábito é o produto deste.

A crença envolve uma norma para um futuro; é um efeito de pensamento que influencia a reflexão vindoura. O estabelecimento da crença é apenas um estágio da ação mental. Desse modo, Peirce procura mostrar que, obrigatoriamente, se inicia uma investigação pelos conhecimentos já estabelecidos e que em algum momento entra em colapso quando é comparado com uma outra possibilidade de crença para responder a mesma dúvida.

A despeito de terem objetivos bem diferentes, a descrição de Peirce sobre o processo de início, efetivação de uma crença e superação momentânea dos sintomas da dúvida é, de certa forma, uma antecipação das conclusões de Kuhn (2001), na década de 1960. Kuhn afirmou que, no campo das ciências exatas e biológicas, pelo menos duas ou mais explicações no interior de uma comunidade científica concorrem para se configurar como a teoria aceitável para a ciência, a qual, depois de um estágio de plena dúvida e incerteza, passa a retornar à rota da ciência normal. Essa teoria explicativa no interior da ciência é uma crença construída por um método especial. Peirce concebe a crença de uma forma mais ampla, significando tanto teorias científicas testadas e em conformidade com fatos observados, quanto conhecimentos que guiam as pessoas comuns ao longo de sua vida.

Se para Descartes deve-se iniciar a investigação pela dúvida - mesmo sendo esta fictícia -, para Peirce é obrigatório partir de uma crença já adotada, antes de ocorrer a dúvida. É incoerente, em termos peirceanos, principiar a resolução de uma questão pela dúvida executada metodicamente e sob o controle mental apenas. A dúvida, como o real, exerce uma força determinada que provoca a desestruturação da situação psicológica plena condicionada pela crença. A crença é um estado de calma.

Também não se estabelece uma crença segura apenas examinando a relação entre as palavras, deixando as coisas de lado. Nesse ponto, Peirce distancia-se da Linguística em suas observações sobre o valor linguístico tomado pelas palavras em

uma dada circunstância. “Outro engano consiste em tomar erradamente uma simples diferença de interpretação gramatical de duas palavras como se fosse um sinal de distinção entre as ideias que expressam. Em nossa época pedante, quando a massa geral dos escritores dá mais atenção às palavras do que às coisas, este erro é assaz comum.” (PEIRCE, 1972, p. 57, CP 5.399).

Com isso, Peirce estabelece um outro caminho para a constituição de uma terminologia, a qual não deve prescindir da análise dos efeitos esperados do objeto sobre as concepções e deve discernir crenças metodicamente constituídas de crenças autoritariamente firmadas.

A distinção entre crenças depende do hábito envolvido, se este último for igual em seu conteúdo no sentido de serem iguais as regras que guiam a ação mental; então, as crenças não poderão ser assimiladas como diferentes. Os hábitos ensejam uma tendência latente. Peirce (1972, p. 77, CP 5.375) explica que a dúvida faz o agir imediato, já a crença gera apenas uma tendência, isto é, um mecanismo que pressupõe que, dada uma certa circunstância futura, se agirá de uma forma definida. Não há esforço na crença, é um estado mental de aguardo; é um estado potencial, porém existente, e sem ele não se obteria certeza alguma sobre um fenômeno futuro. Por outro lado, a dúvida provoca um esforço constante com o objetivo de superá-la.

A discussão de 1878 teve como pano de fundo a demonstração do método pragmático ou científico na aquisição de crenças consistentes, comparando-o com os métodos de tenacidade, autoridade, *a priori* ou, em outros termos, com ênfase no aspecto individual, social e na razão, respectivamente (DE WAAL, 2007, p. 32-35).

Nesse sentido, não era objetivo destacar explicações sobre o hábito, fato que ocorrerá nos anos seguintes quando a concepção de hábito tomará uma dimensão extremamente abrangente. A esse respeito Peirce afirma que:

A força do hábito fará, muitas vezes, com que o homem mantenha velhas crenças, mesmo depois de adquirir condições de perceber que elas são desprovidas de base sólida. A reflexão permitirá, entretanto, domínio sobre esses hábitos e o homem deve conceber à reflexão o seu peso total. As pessoas se recusam, por vezes, a proceder assim, tendo idéias de que as crenças constituem um todo que elas não podem imaginar que se apóie no nada. (PEIRCE, 1972, p. 88, CP 5.387).

Percebe-se, neste trecho, que o contexto da manifestação do hábito é a mente humana, o hábito é uma força subjacente às vontades deliberadas. Esta força é estruturante das ações positivas, não sendo substituídas ao acaso. Contrariamente,

gasta-se energia para sua manutenção, e apenas com a reflexão ter-se-á controle sobre o hábito.

Em 1905, em “O que é o pragmatismo”, Peirce explica que a crença é um hábito da mente que dura um determinado tempo, é inconsciente e auto-satisfatório (PEIRCE, 2000, p. 289, CP 5.417). Tal hábito responde adequadamente à necessidade da mente por regras de ação até que algum fenômeno surpreendente provoque o questionamento de eficácia do hábito em vigência. O hábito se afastará da capacidade de auto-controle quando, depois de repetido diversas vezes, o movimento se aproxima da perfeição (PEIRCE, 2000, p. 289, CP 5.418). Assim, hábitos e a tendência em executá-lo constituem, segundo Peirce, as características de um ser racional. Em outras palavras, “[Prontidão] para agir de certa forma em dadas circunstâncias e movido por um determinado motivo constitui um hábito; e um hábito deliberado, ou autocontrolado, constitui precisamente uma crença.” (PEIRCE, 1980, p. 133, CP 5.480).

O conceito de hábito tem uma estreita relação com o Pragmatismo, pois o objetivo último do Pragmatismo é orientar a mudança e a constituição dos hábitos mentais da forma mais segura possível. Assumir o hábito como um mecanismo fundamental da mente guiada pela experiência é entendê-lo como um processo cognitivo, mas respeitante não apenas à mente humana.

O hábito integra diversas respostas em um todo coerente que, com o passar do tempo, torna-se um fenômeno inconsciente e fora do auto-controle lógico. Deve-se ainda ressaltar que aquisição e mudança de hábito são dispositivos naturais que possuem outros organismos e que estão dispersos no universo. A noção de hábito desafia as ciências humanas e biológicas, pois pressupõe um fundamento teórico que generaliza a concepção de mente e dos processos cognitivos em geral.

A teoria da organização da informação e do conhecimento deve assumir a concepção de hábito com o objetivo de compreender os fatores que determinam os comportamentos mentais dos indexadores, dos cientistas e demais usuários. A representação da informação carece de uma teoria relacionada aos hábitos mentais.

Presume-se que os indexadores altamente especializados e experientes em um domínio do conhecimento admitiriam a existência de um conjunto de conhecimentos ou uma lógica específica em um campo do conhecimento. A intenção última é conhecer e se aproximar do modo de pensar dos cientistas e dos profissionais para conseguir oferecer produtos documentais adequados e construir

instrumentos utilizados na organização da informação e do conhecimento mais condizentes com a realidade dos domínios.

É evidente que os hábitos dos cientistas têm um poder coercitivo, em relação à interpretação dos fenômenos do domínio, superior aos hábitos mentais dos indexadores ou dos especialistas na construção de modelos de mundo (por exemplo, sistemas de classificação). Saber porque essa diferença ocorre e propor uma aproximação entre estes hábitos é um caminho para o sucesso dos empreendimentos de organização e recuperação da informação.

Se um hábito consistente deriva da aplicação do método pragmático em sua origem, então, a simples familiarização dos indexadores com a linguagem dos domínios de conhecimento não garante a formação adequada de um hábito. Isso ganha proporções negativamente elevadas quando se adota tabelas de classificação universais para organização do conhecimento. O distanciamento em relação aos hábitos interpretativos dos domínios é marcante.

As medidas para organizar, particularmente os domínios de conhecimento, fazem com que os especialistas em organização do conhecimento atribuam significados às palavras e sirvam de alguns métodos para tal finalidade. Sendo assim, subentende-se a especificação dos hábitos associados a uma palavra ou conceito, ao mesmo tempo em que se deve dar importância também ao processo de mudança de hábito. A reconfiguração de um hábito, desde o ponto de vista do indexador – e também do próprio cientista -, inicia-se por situações surpreendentes, típicas de primeiridade, que motivam a apresentação de suposições razoáveis. Uma inferência abduziva proporciona uma possível solução a uma dúvida junto aos cientistas. Essa solução, após a admissão dedutiva de suas consequências, poderá ser testada indutivamente.

A constituição de uma nova crença depende da aplicação do método pragmático que deve conduzir o raciocínio do cientista a um hábito novo e seguro, pelo menos provisoriamente. Entretanto, como nem todo conhecimento representado pela organização da informação e do conhecimento deriva da ciência, a aplicação do método pragmático pode não ser totalmente útil em outros campos, como as Artes e a Literatura. Em ambos os casos, conhecer os métodos de autoridade, tenacidade e *a priori*, estudados por Peirce, como meios de fixar a crença e atribuir o significado, é uma condição básica para o sucesso das atividades

de organização da informação e do conhecimento²⁶.

Por outro lado, mesmo reconhecendo a utilidade destes métodos de se fixar o significado, haverá circunstâncias em que dois ou mais termos, palavras, conceitos ou ideias concorrem para ser um descritor no sistema de informação. Uma decisão prescritiva que adote uma possibilidade de conversão não resolverá a questão da significação por completo, apenas diminuirá a variação semântica e terminológica, operando mais sobre o léxico do que sobre o significado pragmático. Apesar disso, é um recurso que facilita a recuperação da informação e pressupõe uma padronização resultante da produção de uma suposta univocidade do significado.

Contudo, tal procedimento não avalia as consequências práticas conceptualizadas e os hábitos envolvidos diretamente da experiência. Para um estudo que diminua esses vários significados realmente, os métodos não pragmáticos deverão ser abandonados, aderindo-se a um método científico para fixar o significado. Compreendendo os hábitos envolvidos descobre-se não apenas o significado, mas também como as comunidades usuárias estão dispostas a agir cognitivamente em um futuro, desde que circunscritas a um mesmo hábito. As reflexões de Peirce sobre a aquisição e a mudança de hábito devem interessar a organização da informação e do conhecimento na medida em que compreende um fenômeno pertinente aos indexadores e aos domínios do conhecimento.

Aprofundando um pouco mais a interação entre Pragmatismo e Semiótica, os hábitos guardam estreita relação com os interpretantes. Pode-se dizer que os interpretantes funcionam para proporcionar a mudança de hábito na mente, segundo as explicações de Peirce sobre o Pragmatismo. O interpretante lógico, por exemplo, produz um efeito que é da ordem da mudança de hábito. Sabe-se que o interpretante emocional é da ordem de um sentimento e o interpretante energético exige um esforço mental ou mesmo físico. De acordo com Peirce (1980, p. 131, CP 5.475), o interpretante emocional não pode ser apenas o significado de um conceito intelectual, na medida em que este último tem a natureza geral, enquanto o interpretante energético consiste em um ato singular.

Somente o interpretante lógico conduz à mudança de hábito.

²⁶ A indexação baseia-se, sobremaneira, na ideia de conceito científico como algo cerceável ou passível de delimitação de seu significado. As afirmações de Gardin, quando discute a análise documental para o discurso científico, sugere que outros tipos de discurso estão em segundo plano. No caso da Literatura e das obras de arte, o discurso não científico ou estético poderia fazer pensar que não se precisa de um conceito, ou que este discurso não é constituído por conceitos científicos com a significação delimitada. Daí a pressuposição da não aplicação do método de fixação de significados. No entanto, como haverá sempre um momento em que se exigirá uma definição sobre qual termo e conceito utilizar, mesmo no discurso estético, para a finalidade de tratamento e recuperação da informação, este pressuposto mostra-se discutível.

Pode provar-se que o único efeito mental que pode ser assim produzido e que não é um signo mas é de aplicação geral é uma *mudança-de-hábito*; entendendo por mudança-de-hábito uma modificação nas tendências de uma pessoa para a ação, que resulta de exercícios prévios da vontade ou dos atos, ou de um complexo de ambas as coisas. (PEIRCE, 1980, p. 131, CP 5.476).

Peirce (1980, p. 131, CP 5.477) salienta: “Mas de uma maneira geral, pode dizer-se que os efeitos de uma mudança-de-hábito duram até que o tempo ou alguma coisa mais definida produza uma nova mudança de hábito.” Definindo o que consiste o efeito produzido pelo interpretante lógico, Peirce alude à forma com que o conhecimento pode ser alterado. Essa modificação das tendências da mente para a ação refere-se à alteração do significado atribuído por esta mesma mente a um fenômeno. Peirce continua, argumentando que a gênese das alterações dos hábitos podem ser de três espécies de eventos: a surpresa ou a experiência motivada por esta; o esforço interior intelectual ou atos da imaginação; a sugestão ou experiências de ordem sugestiva como uma conjectura (PEIRCE, 1980, p. 132-133, CP 5.478-479). As restrições semânticas do significado não redundam na completa eliminação dos fenômenos surpreendentes. Se é comum na linguagem e no conhecimento científicos, não pode ser diferente com a organização deste conhecimento.

Peirce (1980, p. 138, CP 5.491) declara o funcionamento da análise do significado no contexto do Pragmatismo e sua relação com a Semiótica, especificamente, com a teoria dos interpretantes.

O hábito deliberadamente constituído, auto-analisado – auto-analisado porque foi firmado com a ajuda dos exercícios e por ela alimentado – é a definição viva, o verdadeiro e derradeiro interpretante lógico. Conseqüentemente, a mais perfeita análise de um conceito veiculado por palavras consistirá na descrição do hábito que se calcula que o conceito irá produzir. (PEIRCE, 1980, p. 138, CP 5.491).

Assim, descrevendo os hábitos associados, chegar-se-á ao significado de um conceito. Aquisição e mudança de hábitos, como não poderia ser diferente no pensamento peirceano, referem-se a um amplo número de mentes, não são privilégios da mente humana. Para Peirce, o pensamento não está ligado a cérebros, encontra-se nas atividades de animais e plantas, não está apenas no mundo orgânico, mas no inorgânico (PEIRCE, 2000, p. 190, CP 4.551).

Outros autores realizam pesquisas fundamentando-se neste conceito alargado de hábito mental. No entanto, o hábito é essencial no presente contexto para compreender o processo cognitivo afeito a processos da organização da informação

e do conhecimento que trabalham com a definição de conceitos.

Desse modo, pode-se propor a concepção de hábito documental, fundada na Filosofia e Semiótica de Peirce. Hábito documental corresponde à tendência e à disposição da mente interpretante no instante de representar a informação e o conhecimento através de conceitos com a finalidade de organizar e recuperar a informação. São os hábitos documentais que orientam o profissional na análise de um documento. Compete a ele as associações mentais predispostas a se realizarem quando da nova situação de representação. Descobrimos os hábitos documentais, e como são construídos, encontram-se as principais variáveis semióticas que o indexador dispõe no instante da representação. Contudo, os hábitos documentais são formados com o auxílio das experiências e destas derivam sua contínua correção.

O hábito documental pode ser considerado um mecanismo semiótico utilizado pelos indexadores e documentalistas no momento de representar a informação. É por meio destes hábitos que se descobre como um conceito será interpretado no futuro, como será associado, a partir do conjunto das disposições mentais construídas por uma mente. Nesse sentido, e reportando-se a Peirce, o significado de um conceito descrito por um indexador é a soma dos hábitos documentais que ele está predisposto a realizar. A dificuldade é saber no futuro se o hábito documental é comparável aos hábitos construídos pelos participantes em um determinado domínio de conhecimento, e como uma suposta distância entre eles pode ser reduzida.

Como visto, a teoria dos interpretantes consolida o Pragmatismo com a menção da eficácia do interpretante lógico para efetivar a alteração do hábito, enquanto conceito fundamental para compreender os processos cognitivos. Os hábitos envolvidos diferenciam o teor do significado de um conceito de um cientista e o manipulado por um indexador, determinado pelo hábito documental. Esse último, porém, depende de processos mentais anteriores ao hábito para realizar seu trabalho. É o que se procurará abordar a seguir, respeitando a matriz conceitual amparada pela Filosofia e Semiótica de Peirce.

5.2.2 Indexação e Tipos de Inferência

Que a indexação é uma operação mental com a finalidade de chegar ao assunto de um documento, não é novidade alguma. Mai (1997a, 1997b, 2001) já havia concebido a articulação dos processos derivados da indexação com a interpretação. As etapas de indexação²⁷ foram associadas à interpretação, no sentido semiótico, descrevendo a natureza sígnica dos elementos resultantes das operações envolvidas. Cunha (1989a, p. 51) também mencionou que as formas de raciocínio deveriam ser considerados pela análise documental, mas com o objetivo de identificação de macro-proposições semânticas e traços descritivos em um texto. A intenção foi obter um conceito-chave, não discutir a natureza semiótica do processo. Em um trabalho posterior, Cunha (1989c, p. 51) referiu-se aos tipos de inferências (indução, dedução e abdução), mas não se concentrou nestas, ficando apenas na aplicação das categorias (agente, objeto, instrumento, modo, produto, finalidade, lugar) para o uso em análise documental. Dias e Naves (2007, p. 91) apresentam a concepção de Lógica de Peirce, mediante uma leitura de Santaella, mas quando é o momento de defini-las fazem a seguinte observação: “Não se pretende entrar no debate filosófico e trabalhar as diferentes abordagens a respeito da lógica.”

Conquanto, para ir além da constatação de Mai e outras investidas, deve-se conceber os processos de indexação como atividade inferencial, isto é, a indexação é um processo que se realiza a partir de inferências, supondo a utilização de certos tipos de raciocínio. Desse modo, rumar-se-á para a Lógica Pura, conforme os ramos da Semiótica, e não somente às alusões à taxonomia dos signos que pode ser admitida quando se restringem os estudos à Gramática Especulativa.

Defender o processo de indexação como uma atividade inferencial é assumir

²⁷ Considera-se três as etapas da indexação, e também da análise documental de conteúdo, denominadas neste estudo como: a *análise* do material; a *condensação* que reduz a um conjunto de informações antecedido por uma seleção e a *representação* como etapa final que estabelece equivalências com as linguagens documentais; é o momento da tradução. Acredita-se que essa generalização dos pontos de vista sobre a indexação não influi no processo total. As etapas da indexação de assunto foram apontadas por Mai (1997a, p. 60, 2001, p. 594-595) como sendo: análise do documento, descrição do assunto e análise do assunto. Estas duas últimas se ocupam, respectivamente, da condensação e da representação. Por outro lado, encontram-se na análise documental para as mesmas atividades duas (GARDIN, 1966, 1978; CHAUMIER, 1971; CUNHA, 1989a) e às vezes três etapas ou fases (CUNHA, 1989b; KOBASHI, 1996; GUIMARÃES; DANUELLO; MENEZES, 2004): análise (extração), condensação (síntese), representação (indexação). Diferentemente de Lancaster (1993), a análise documental de conteúdo reserva à indexação uma fase localizada no final do processo. Para Lancaster (1993, p. 17), dentro da indexação há duas etapas: análise conceitual e tradução, além da redação de resumos que contempla uma descrição narrativa. Portanto, indexação é entendida como atividade da organização da informação que subentende as etapas de análise, condensação e representação da informação. E não se utiliza a expressão “análise documental” pela mesma razão de Izquierdo Arroyo (1993), pois esta pode ser confundida com uma das etapas do processo.

que o raciocínio do indexador está disposto em três distintos e interdependentes tipos de argumentos: abduutivo, dedutivo e indutivo. As operações mentais do indexador não apenas interpretam o documento e o assunto para o usuário, resultando nas classes dos signos Argumento, Símbolo Dicente, Legissigno Indicial Dicente e Legissigno Indicial Remático (MAI, 1997a, 1997b, 2001), mas as geram por inferência. Pensando nesta perspectiva, pode-se justificar a atuação do profissional balizada em procedimentos do método científico.

Mesmo com um controle razoável, condicionado pelas linguagens documentais, algumas das quais construídas com base em estudos e produtos terminológicos, o assunto de um documento analisado por uma mente surge como uma verdadeira sugestão ou a suposição de que um termo ou expressão pode atuar como representação do assunto.

Esse processo não é gerado por dedução, como se fosse possível haver alguma regra subjacente ao trabalho mental no momento de indexar manualmente. Caso fosse por dedução, o procedimento poderia ser realizado automaticamente com alto grau de precisão e confiabilidade, porém os profissionais sabem como é complexa a atividade intrínseca aos sujeitos no instante da indexação, dificuldades que podem ser da ordem das experiências e conhecimentos acumulados sobre o assunto dos documentos.

Observações e experiências colaterais, bem como os hábitos interpretativos sedimentados, exercem uma influência decisiva neste processo, mas não pode ser descartado o papel da criação de sugestões de representações da informação baseada em inferências.

No interior desse complexo trabalho, somando fatores relativos aos usuários, documentos, conhecimentos do assunto, linguagens documentais, é que a inferência abduativa possibilita uma solução na forma de uma hipótese de representação. É essa capacidade de alcançar uma nova hipótese, combinando variáveis conhecidas e um instinto natural para produzir respostas razoáveis que se denominam neste contexto abdução.

Em um sentido peirceano, argumenta-se que somente se faz avançar o conhecimento com o poder de formular e admitir hipóteses. Essa relação com as possibilidades permite classificar a inferência abduativa como um fenômeno de primeiridade. Para o Pragmatismo, a abdução funciona como um mecanismo que retroalimenta o processo de aquisição de novos conhecimentos. É mediante a

abdução que se garante a continuidade no processo de conhecimento, pautada no método pragmático.

A Lógica peirceana não investiga apenas as funções reguladoras do raciocínio, indicando como eles devem ser elaborados de uma forma válida. Contudo, procura investigar como as hipóteses - enquanto criação de conhecimento novo originada no instinto da mente que aprende pela experiência - nascem e são admitidas nos argumentos auto-controlados. Uma análise peirceana leva à aceitação de que o indexador cria hipóteses de representação, seja individualmente, quando trata os documentos, ou coletivamente, no caso das linguagens documentais que balizam as escolhas profissionais.

Essa competência abdutiva é inerente aos indivíduos, porém, o auto-controle lógico pode ser reforçado com a formação de hábitos interpretativos específicos. A diminuição da presença das inferências abduativas e o seu completo controle podem resultar em problemas na representação do conteúdo dos documentos, pois sempre haverá documentos sobre assuntos novos, os quais não serão compreendidos pelas linguagens documentais, exigindo do profissional o poder de gerar sugestões. E tais respostas provisórias derivam de inferências abduativas.

Desse modo, vê-se como extremamente preocupante reforçar apenas o controle e a padronização terminológicos, exigindo que o indexador se oriente sempre por estas diretrizes, reduzindo sua capacidade criativa que promove a menção de informações novas. A indexação como um processo inferencial supõe a presença e a criação do elemento novo na representação. O problema consiste na capacidade de construir sistemas de recuperação gerais que coletivem as diversas interpretações e representações do assunto. Mas o que não pode ser descartado é que o processo de indexação guarda estreita semelhança com o processo investigativo, partindo de abduções e testadas indutivamente.

A esse respeito duas questões merecem destaque: Se abdução é o tipo de argumento original e condizente com os processos de análise e representação da informação, qual seria sua forma silogística? Como a abdução, além da dedução e indução, origina-se na percepção?

A apresentação da forma silogística da abdução foi cunhada no texto "Dedução, indução e hipótese", mas não representa o total da concepção peirceana. A forma silogística pode auxiliar na compreensão das ações mentais executadas explicitamente pelas inferências, mas não explica por completo a importância

fundamental da abdução²⁸.

Em 1903, Peirce (1980, p. 46, CP 5.171) definiu o tipo de raciocínio que gera hipóteses: “Abdução é o processo para formar hipóteses explicativas. É a única operação lógica a introduzir idéias novas; pois que a indução não faz mais que determinar um valor, e a dedução envolve apenas as conseqüências necessárias de uma pura hipótese.” Peirce argumenta ainda que a origem da abdução está na percepção.

Sendo assim, o início do processo de indexação, entendido como atividade inferencial, tem sua gênese na percepção. Em decorrência do contato com o objeto da representação, que no caso do indexador está bem mais distante em relação à percepção dos fenômenos recepcionada por um cientista, as representações da informação baseiam-se em objetos perceptivos não conscientemente experienciáveis.

Os juízos perceptivos são as primeiras premissas de nossos raciocínios, é “[...] o primeiro julgamento que a pessoa faz em relação àquilo que está perante seus sentidos, tem a mesma semelhança com o percepto [...]” (PEIRCE, 1980, p. 34, CP 5.115). Se a abdução é um tipo de raciocínio indispensável à atividade do indexador e se sua construção pressupõe a eminência de juízos perceptivos como premissas iniciais, deve-se reconhecer que essa percepção não é da mesma natureza que a do cientista. O indexador tem a disposição o texto do documento, enquanto os cientistas têm os próprios objetos dos conceitos.

A explicação semiótica não procura reduzir a complexidade do fenômeno, e aprofunda a seguinte resposta ao problema da indexação manual: a diferença básica entre o indexador e o cientista é que este último conhece a linguagem e os objetos dos signos do domínio do conhecimento ao qual está inserido. A esta solução genérica acrescenta-se a teoria dos processos inferenciais – com ênfase do papel da percepção - e da formação de hábitos.

Na 4ª Conferência sobre Pragmatismo, em 1903, Peirce explicou que um percepto é um objeto formado, independente da vontade; é uma imagem ou coisa semelhante (PEIRCE, 1980, p. 37, CP 5.115). O juízo perceptivo encontra-se fora de

²⁸ Aplicado ao problema da indexação poder-se-ia expor as seguintes formas de argumentos meramente ilustrativas: **Hipótese:** Regra: Todos os documentos que tratam de rochas são de geologia./Resultado: Estes documentos são de geologia./ Caso: Estes documentos tratam de rochas. **Dedução:** Regra: Todos os documentos que tratam de rochas são de geologia./Caso: Estes documentos tratam de rochas./Resultado: Estes documentos são de geologia. **Indução:** Caso: Estes documentos tratam de rochas./Resultado: Estes documentos são de geologia./Regra: Todos os documentos que tratam de rochas são de geologia. No caso da abdução, a regra e o caso são possibilidades, por isso, é o tipo de raciocínio mais frágil em relação à indução e à dedução.

controle, e com isso, Peirce pretende tratar dos condicionantes anteriores às formas de raciocínio convencionais, as quais podem ser objeto do exame lógico.

Esse processo cognitivo está definitivamente fora do controle lógico (PEIRCE, 1980, p. 37, CP 5.115; PEIRCE, 1980, p. 43, CP 5.157; PEIRCE, 1980, p. 51, CP 5.181). O juízo perceptivo é o primeiro passo para produção da abdução. Como é incontrolável e surge de forma inusitada na mente, o percepto é o pivô da primeira manifestação da capacidade criativa da mente, no sentido de sugerir respostas aos mais variados problemas. É bem provável que, por não ser controlável, seja difícil conseguir negar um juízo perceptivo. Esse juízo perceptivo é uma proposição de existência, uma percepção imediata, ao passo que o percepto é o objeto imediato (PEIRCE, 2000, p. 179, CP 4.539).

Peirce (1980, p. 51, CP 5.181) afirma que os juízos perceptivos são as primeiras premissas sugeridas à razão, isto é, são casos extremos das inferências abduativas. É a própria sugestão abduativa que não se sujeita ao controle e não pode servir puramente à análise lógica. Em outros fragmentos, Peirce sustenta que o juízo perceptivo envolve generalidade (PEIRCE, 1980, p. 51, CP 5.181, 1980, p. 43, CP 5.151). Isto significa dizer que a natureza do juízo perceptivo é da ordem dos fenômenos de terceiridade. Presume-se, então, que o juízo perceptivo deva se assemelhar às leis gerais disponíveis e com elas ter alguma compatibilidade, sem a qual não seria possível representar uma relação existente entre fenômenos de primeiridade e secundidade.

Se a abdução é radicalmente um juízo perceptivo ou, pelo menos, com ele mantém algum parentesco, a pressuposição de que a indexação se inicia em juízos perceptivos seria um desdobramento óbvio. Com isso, a primeira premissa que surge na mente do indexador seria da natureza do juízo perceptivo e o percepto referir-se-ia à imagem mental associada ao documento que é substituída por um percepto cada vez mais seguro e estável para se transformar em uma sugestão abduativa sobre o assunto do documento. O percepto para o indexador será a imagem imediata de fragmentos do texto de um documento e os juízos perceptíveis serão as primeiras suposições de ideias para a indexação.

Como as investidas do juízo perceptivo estão livres do controle lógico, pode-se conceber que a origem da representação da informação se refere a esse instinto comum, denominado também de *insights* (lampejos de compreensão) de sugestões de assunto. O que se pretende afirmar com tudo isto é que a representação da

informação não nasce de uma compatibilidade perfeita entre um descritor que articula as intenções do autor, do sistema e do usuário, mas de sugestões levadas ao teste, a cada momento, e originadas em um processo semelhante ao dos juízos perceptivos.

Há uma concordância entre comentadores de Peirce que o conceito de abdução sofreu aperfeiçoamentos e desenvolvimentos, principalmente quando se observa a abdução não como uma simples forma de silogismo ou como um juízo sintético do mesmo grupo da indução, mas em toda sua dimensão criativa e instintiva.

Na análise de Mai (1997a, 1997b, 2001), nota-se a presença de classes de signos que uma mente interpretante, no instante da indexação de assunto, é capaz de gerar. Sua discussão do problema de indexação incide sobre os produtos mentais gerados. Documento, assunto, descrição do assunto e entrada de assunto são tratados como objetos formais gerados ao final de um processo. Ao contrário disso, argumenta-se que quando se enfatiza os tipos de inferência cuja origem respeita à percepção, se propõe observar como ocorrem as operações mentais, nas mínimas ligações com a percepção e sua capacidade de supor proposições.

Através dos processos de análise documental de conteúdo, verificam-se poucas considerações a respeito dos processos lógicos compreendidos pela mente dedicada aos processos de indexação. Na realidade, o controle analítico dos resultados da sugestão abductiva deriva de procedimentos lógicos. A Lógica não deve servir apenas para explicar a relação entre os conceitos, procedimento útil na construção de linguagens documentais. A sua vocação deve ser explicar como de certos signos se deduz outros e como se origina uma sugestão por abdução. Assim, a organização da informação e do conhecimento deve rever a necessidade de uma lógica da descoberta, que pode ser muito útil à compreensão da indexação, valendo-se, para tanto, da teoria peirceana.

A ênfase no processo inferencial conduz a um olhar mais apurado do processo de indexação, contribuindo à leitura das operações da análise documental e da classificação dos signos produzidos pelo processo, segundo Mai. Merecem destaque, ainda, algumas palavras sobre o papel da dedução e da indução no processo inferencial de indexação.

Conforme exposto no capítulo 3, a dedução é o tipo de raciocínio que segue a abdução em um processo de inquirição, isto é, uma indagação investigativa com a finalidade de se alcançar uma mediação razoável de um problema. A dedução é o

tipo de inferência que busca extrair consequências para um caso, baseando-se em uma regra já estabelecida. A dedução é também conhecida como raciocínio analítico, pois a qualidade tributada ao caso na conclusão já se faz presente nas premissas, dependendo apenas de um exame que decomponha os elementos.

A dedução foi definida, em 1868, como se segue: “Em um argumento dedutivo, a conclusão é representada pelas premissas como por um signo geral sob o qual se encontra contida.” (PEIRCE, 1992, p. 9, CP 1.545-559). Em outras palavras, a conclusão já está incutida nas premissas, bastando apenas uma análise para revelá-la ou manifestá-la.

Em 1896, Peirce explica:

Dedução é o modo de raciocínio que examina o estado de coisas colocado nas premissas, que elabora um diagrama desse estado de coisas, que percebe, nas partes desse diagrama, relações não explicitamente mencionadas, que se assegura, através de elaborações mentais sobre o diagrama, de que essas relações sempre subsistiriam, ou pelo menos subsistiriam num certo número de casos, e que conclui que pela necessária, ou possível, verdade dessas relações. (PEIRCE, 2000, p. 5, CP 1.66).

Pouco tempo mais tarde, em 1897, a dedução foi definida como o argumento “[...] cujo interpretante o representa como pertencendo a uma classe geral de argumentos possíveis exatamente análogos tais que, a longo prazo, a maior parte daqueles cujas premissas são verdadeiras, terão conclusões verdadeiras.” (PEIRCE, 2000, p. 59, CP 2.267).

Em 1902, Peirce reafirma o aspecto diagramático da dedução, isto é, “[...] um argumento que representa fatos nas Premissas, de tal modo que, se vamos representá-lo num Diagrama, somos compelidos a representar o fato declarado na Conclusão [...]” (PEIRCE, 2000, p. 30, CP 2.96). E, em 1903, dedução é discutida da seguinte forma:

Na dedução, ou raciocínio necessário, partimos de um estado de coisas hipotéticas que definimos sob certos aspectos abstratos [...] Nossa inferência é válida se apenas se houver realmente uma tal relação entre o estado de coisas suposto nas premissas e o estado de coisas enunciado na conclusão. (PEIRCE, 2000, p. 215, CP 5.161).

Todo raciocínio necessário, sem exceção, é diagramático. Isto é, construímos um ícone de nosso estado de coisas hipotético e passamos a observá-lo. Essa observação leva-nos a suspeitar que algo é verdadeiro, algo que podemos ou não ser capazes de formular com precisão, e passamos a indagar se é ou não verdadeiro. (PEIRCE, 2000, p. 216, CP 5.162).

Além da integração com os outros tipos de inferência, dois aspectos chamam a atenção nas definições anteriores e merecem ser ressaltados: o papel do interpretante e a forma diagramática do raciocínio. A dedução, assim como outros tipos de inferência, gera um interpretante, ou seja, o interpretante não é produzido em outro processo senão no inferencial. É incompreensível a menção do conceito de interpretante na organização da informação e do conhecimento sem a indicação de que ele é um ente gerado por um processo inferencial. No caso da dedução, o interpretante representa um caso como pertencente a uma classe geral.

O aspecto diagramático da dedução ressalta que se trata de um raciocínio típico de um matemático. O diagrama supõe a existência de ícones para formá-lo, pois se trata de um encadeamento de ícones. É perceptível a ligação de abdução e dedução quando, no início do processo dedutivo, se propõe um ícone de uma hipótese para ser observada. Desse modo, a origem das ideias está fundada em um dos tipos de signo mais simples, o ícone, que é demonstrativo de semelhança.

Preliminarmente, o processo de indexação mobiliza ícones e pretende obter, caso este seja verdadeiro, uma conclusão que revela a aplicação das qualidades da regra no caso. Em outras palavras, na dedução a suposta hipótese - caso esta seja da ordem de uma regra geral e verdadeira - deve ser comparada com os possíveis casos na indexação. Isto é, se tenho uma proposição que resume o assunto, procuro deduzir suas consequências, admitindo outras verdades derivadas desta proposição inicial. Se o documento trata de Geologia (ciência que trata da origem e constituição da terra como se apresentam nas rochas), deve-se deduzir que o documento trata de rochas (simbolicamente: $S \text{ é } P / P \text{ é } D / S \text{ é } D$). Caso a conclusão admitida por dedução prove ser verdadeira ao longo do processo, a hipótese também o será.

Conforme frisado anteriormente, a análise e a síntese no contexto da análise documental não é um caminho natural da inquirição. Os procedimentos de análise e síntese seriam artificiais – caso decorressem de operações cartesianas -, não correspondem ao que pensamos, efetivamente. Peirce propõe que se inicie uma investigação das crenças e dos problemas reais, para então, propor hipóteses, deduzir consequências possíveis e testar indutivamente. Após as etapas de análise e condensação - e mesmo dentro destas - ter-se-iam os processos abdução e dedutivo²⁹. E no momento da representação utilizar-se-ia a inferência indutiva, que

²⁹ Com isso, procura-se afirmar mais precisamente que dentro do processo de análise ocorre a abdução. Portanto, o indexador conhece o assunto de um documento não apenas porque decompõe o conteúdo do texto, mas devido sua capacidade de fazer sugestões para conhecer o assunto.

responde à comparação dos resultados obtidos na dedução com os condicionantes reais da representação dos conceitos em um sistema de informação.

A indução, por sua vez, é a inferência de uma regra a partir do caso e do resultado (PEIRCE, 1972, p. 149, CP 2.622). Peirce continua afirmando que “A indução ocorre quando generalizamos a partir de certo número de casos em que algo é verdadeiro e inferimos que certa coisa é verdadeira para certa proporção de casos e inferimos que é verdadeira, na mesma proporção, para o total da classe.” (PEIRCE, 1972, p. 150, CP 2.624). Este texto, de 1876, observa a indução como um processo inferencial tão-somente, e não todos os desdobramentos que ela terá em conjunção com os estágios do método científico, na forma de uma das etapas.

Nas Conferências de 1903, a indução configura-se, ajustadamente, como um estágio do processo de investigação, o que permite que se espere um retorno da experiência a confirmar, ou mesmo ajustar a representação.

Indução consiste em partir de uma teoria, deduzir predições dos fenômenos e observá-los para ver o grau de *concordância* com a teoria. A justificativa para acreditar que uma teoria que foi submetida a certo número de testes experimentais continuará sendo corroborada no futuro por testes semelhantes é que prosseguindo firmemente no método empregue, a longo prazo, descobriremos em que pé está o assunto. (PEIRCE, 1980, p. 46, CP 5.170).

É a partir da indução que se tem condições de assegurar coerência na previsão estabelecida. Em tal experimentação proporcionada pela indução revela-se a eficácia da hipótese germinal. O teste, etapa condicionada ao confronto com a realidade, mesmo quando se realiza sobre um número de casos a partir dos quais foi baseada a justificação, pode não ser suficiente. Forma-se uma esperança de que em dadas condições, e em um prazo indeterminado, a proposição será verdadeira. Presume-se que os casos ainda não analisados e que estão fora da amostra poderão revelar o caráter falível da teoria.

O papel fundamental da indução é continuar o processo de refinamento das hipóteses e possibilitar que sempre outros fatos venham a se somar na consolidação das teorias. Desse modo, o processo de investigação pressupõe o contínuo aperfeiçoamento de seus resultados, mediante os testes no interior das inferências indutivas.

A indução, classificada como raciocínio ampliativo e sintético, provoca na mente a admissão de informações novas que não se poderiam retirar com o máximo

grau de certeza das premissas. Segundo Peirce (2000, p. 30, CP 2.96),

Um Argumento Transuasivo, ou Indução, é um Argumento que emerge de uma hipótese, resultante de uma Abdução anterior, e de predições virtuais, sacadas por Dedução, dos resultados de possíveis experimentos, e tendo realizado os experimentos, conclui que a hipótese é verdadeira na medida em que aquelas predições se verificam, mantendo-se esta conclusão, no entanto, sujeita a prováveis modificações que se seguirem a futuros experimentos.

Esse texto, de 1902, articula indução, dedução e abdução na sequência do método de investigação. Outros detalhes da indução são indicados por comentadores que estudam o pensamento de Peirce (SILVEIRA, 2007; SANTAELLA, 2004); porém, acredita-se que os conceitos elencados acima são suficientes para fundamentar a proposta de se conceber o processo de indexação como inferencial e estreitamente conectado com o segundo ramo da Semiótica (Lógica Pura) e com o Pragmatismo de Peirce.

Mas, qual a participação da indução no processo de indexação? A resposta mais direta trata de afirmar que a partir da hipótese de representação do assunto, passando pela análise de suas consequências, surge o momento de verificar se ela condiz com a realidade que, neste caso, seria tanto o próprio discurso dos usuários quando as expressões encontradas em instrumentos de controle terminológico.

A indução vale-se do uso dos modelos de mundo cognitivo representados por terminologias e esquemas de classificação bibliográfica voltados, principalmente, nos domínios de conhecimento. É uma experimentação realizada cotidianamente pelo indexador, valendo-se da inferência indutiva que representa a checagem com a realidade no âmbito do sistema de informação e dos usuários. Se as induções conduzem a uma representação próxima da verdadeira – adequada à realidade –, dependerá das hipóteses propostas, bem como dos instrumentos utilizados para representar o conhecimento. A questão é que o indexador procede inferencialmente, conforme os tipos gerais de raciocínio definidos por Peirce.

Desse modo, as palavras utilizadas geralmente para explicar o processo de indexação, tais como “tradução” ou “comparação”, ocultam o processo semiótico complexo que subjaz o ato de indexar, que somente poderá ser examinado deste modo com base na Filosofia e Semiótica de Peirce. Diferentemente de Mai (1997a, 1997b, 2001), assume-se que os produtos gerados pela indexação como processo interpretativo, classificados de acordo com as classes de signos, apenas são possíveis pela sua intercalação com os processos inferenciais que concretizam a

realização das classes apontadas.

Confiando na possibilidade de uma hipótese, como uma resposta potencial, o processo dedutivo tratará de desdobrar suas consequências. Sendo que a conclusão conduz à verificação da hipótese, dá-se início à inferência indutiva a qual tem a função de testar o conhecimento obtido, considerando uma quantidade de fatos nunca totalmente disponíveis para análise, pois nem sempre se considera a emergência de fatos que ocorrerão no futuro.

Nota-se que os três tipos de argumentos³⁰ conformam-se perfeitamente com os procedimentos indispensáveis ao método científico. Assumindo o processo de indexação como inferencial, poder-se-ia compará-lo a qualquer processo de inquirição, que faz uso dos tipos de inferência para se obter um resultado passível de teste. Isto é, uma verificação real se aquela representação pode estar no lugar dos objetos aos quais se referem.

A diferença entre a teoria das inferências de Peirce e o tratamento que ela recebe da Lógica formal é que o autor aplica abdução, dedução e indução aos problemas cotidianos, para descobrir, entre outras coisas, como a mente chega a conclusões testáveis a ponto de poder orientar sua conduta, supondo respostas que podem ser verificadas.

Com isso, os estudos da organização da informação e do conhecimento aproximar-se-iam da teoria lógica, não apenas para investigar as formas de argumentos válidos e mais para saber como no contexto da indexação o profissional produz conclusões viáveis ao teste e que melhor asseguram o sucesso da representação. Partindo da abdução até a verificação indutiva, encontrar-se-iam novamente os ideais do Pragmatismo, em ser um princípio lógico que regula a mente para conclusões mais confiáveis.

Por um lado, a análise documental de conteúdo pressupõe os processos análise, condensação e representação da informação, e, por outro, a indexação de assunto, conforme destaca Mai (1997a, 1997b, 2001), trata das etapas: análise do documento, descrição do assunto e análise de assunto. Esses modelos dos processos de tratamento temático da informação não se coincidem plenamente, exceto pela quantidade de fases. Mas, presume-se que da análise do documento até a representação da informação, as inferências abdução, dedutiva e indutiva estão presentes, enquanto processos lógico-semióticos que amparam a indexação.

³⁰ Interpretados neste estudo também como estágios do método científico, segundo a Metodética de Peirce.

Em resumo, a abdução explica o processo de leitura e sugestão de hipóteses de representação; a dedução refere-se à seleção de termos de representação e avaliação das consequências, caso estes sejam adequados e; por fim, a indução responde ao teste e comparação contínua com as linguagens documentais disponíveis, a linguagem do usuário e a tentativa precípua de aproximação com o objeto do signo.

A primeiridade preside o contexto da abdução, a secundidade envolve o processo dedutivo na indexação e a terceiridade diz respeito à indução, enquanto continuidade dos testes e verificações para legitimar a representação, é desta a responsabilidade pelo processo de ampliação e generalização³¹. A menção às categorias é para explicar a natureza dos processos envolvidos na indexação. Assim a primeiridade está permeada de possibilidades e fatores não totalmente controláveis, a secundidade revela o papel comparativo no sentido de deduzir as consequências práticas, caso seja considerado. Por terceiridade, compreende-se o carácter ampliativo do processo, tributado ao teste com a realidade da linguagem disponível. O procedimento indutivo é contínuo, pois é possível que no decorrer do tempo se considere falível o resultado do processo. O teste proporciona a interligação da indexação com o Pragmatismo de Peirce.

Conforme foi possível observar, não apenas a indexação gera classes de signos, mas elas são geradas por inferências. Além disso, análise e síntese não explicam o processo criativo da indexação, pois são categorias operacionais. Assim, parece que a indexação é um processo mecânico, sem uma teoria sobre a continuidade e o crescimento da cognição. Constitui-se, de fato, uma contribuição da Lógica Pura e do Pragmatismo, e não apenas da Gramática Especulativa.

Os processos (abdução, dedutivo, indutivo) produzem também um ou mais interpretantes e níveis de interpretante, os quais devem ser objeto de exame posterior da organização da informação e do conhecimento. A indexação é vista como um procedimento de inquirição com objetos determinados, mas realizado obedecendo à regra pragmática de criar hipóteses razoáveis e conduzi-las à experimentação na conformação das expectativas dos usuários. Mesmo consistindo um processo inferencial, o resultado não será da ordem da representação dos

³¹ Com efeito, trata-se neste ponto de uma junção das interpretações sobre a indução, compreendendo a generalização enquanto tipo de inferência e como continuidade e verificação, na condição de estágio de investigação de Peirce. Por esta razão, ampara-se na categoria terceiridade, mas se reconhece também que o mais alto grau do geral e das leis está presente na dedução. E, de certo modo, não se poderia compreender e supor algo a respeito da realidade se ela não for da ordem do geral.

conceitos obtida diretamente pela ação dos hábitos mentais de um cientista e usuário.

De qualquer forma, uma maneira de conhecer o assunto de um documento é, no início de sua análise, construir hipóteses e refiná-las até o final do procedimento de indexação. Tal processo depende, conseqüentemente, dos instrumentos que pressupõe a organização do conhecimento.

5.2.3 Organização do Conhecimento, Terminologia e Pragmatismo

As terminologias, dentre outros instrumentos de representar modelos de mundo e derivados de pesquisas em organização do conhecimento (área que integra vários campos de pesquisa, como Ciência da Informação, Filosofia, Terminologia, etc.), supõem um processo de definição, delimitação e arranjo dos conceitos em um domínio do conhecimento.

Thellefsen (2002, 2003, 2004) provou ser possível fundamentar-se exclusivamente em Peirce para criar estratégias teóricas e metodológicas de organizar o conhecimento nos domínios. Ele relacionou os signos fundamentais a uma rede conceitual da qual pertencem conceitos dependentes. Cumpre, neste momento, expor de maneira mais clara as contribuições de Peirce para a Terminologia e sua conexão com o Pragmatismo e a Semiótica, imbricamento fundamental na organização do conhecimento.

Ressalta-se que a menção da preocupação de Peirce com a terminologia científica e filosófica é praticamente inexistente no campo da organização do conhecimento. Contraditoriamente, a relevância do estudo da terminologia especializada no pensamento de Peirce é notória.

A despeito disso, é um tema pouco registrado mesmo no campo da Terminologia, haja vista a matriz teórica deste campo mencionada no capítulo 2. Caso a organização do conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação, mobilizasse esforços de pesquisas nesta direção, tal como fez Thellefsen, projetar-se-ia a área a uma condição privilegiada nos debates envolvendo as teorias terminológicas. Além disso, um retorno ao Pragmatismo significa a produção de

estudos retrospectivos das teorias terminológicas.

Para Peirce, um conceito científico é um símbolo, e o desenvolvimento de todo pensamento intelectual busca realizar-se em um símbolo. Em 1903, Peirce (2000, p. 39-42, CP 2.219-226) já apontava a necessidade de uma terminologia no campo científico que fosse adequada aos colaboradores e que não se mostrasse rígida demais. O acordo para regular o uso de termos não pode – assevera Peirce (2000, p. 39, CP 2.220) – nascer de imposições arbitrárias, mas deve basear-se “[...] por força de princípios racionais sobre a conduta dos homens”.

Sendo assim, a decisão por usar um símbolo no contexto científico não pode ser regida por mera convenção, que nada tem a ver com os objetos referidos que afetam a conduta humana. A uniformidade terminológica não pode significar a incapacidade de criação e inovação dentro dos próprios conceitos. Peirce (2000, p. 40, CP 2.222) salienta:

Quanto ao ideal a ser alcançado, em primeiro lugar é desejável que qualquer ramo da ciência tenha um vocabulário que forneça uma família de palavras cognatas para cada conceito *científico*, e que cada palavra tenha um único e exato significado, a menos que seus diferentes significados se refiram a objetos de diferentes categorias que nunca poderão ser confundidos umas com as outras.

Esse parágrafo sustenta um argumento semelhante aos defendidos por teorias que guiam a elaboração de instrumentos de controle terminológico (linguagens documentais), donde a univocidade torna-se uma meta a ser alcançada. Não obstante, a leitura da palavra “ideal” permite entender o propósito de Peirce, quando descreve a natureza dos símbolos que motivam as intenções últimas de um vocabulário científico: a univocidade.

Peirce continua, expondo a impossibilidade plena desse ideal diante da natureza do símbolo.

Por certo, esse requisito poderia ser entendido num sentido que o tornaria absolutamente impossível, pois todo símbolo é uma coisa viva, num sentido muito estrito que não é apenas figura retórica. O corpo de um símbolo transforma-se lentamente, mas seu significado cresce inevitavelmente, incorpora novos elementos e livra-se de elementos velhos. Mas todos deveriam esforçar-se por manter imutável e exata a *essência* de cada termo científico, embora uma exatidão absoluta não chegue a ser concebível. Todo símbolo é, em sua origem, ou uma imagem da idéia significada, ou uma reminiscência de alguma ocorrência individual, pessoa ou coisa, ligada a seu significado, ou é uma metáfora. (PEIRCE, 2000, p. 40, CP 2.222).

O símbolo, mesmo na ciência, tem por natureza um elemento que o permite alterar-se com o uso, principalmente no que respeita ao conteúdo semântico. Assim, deve ter ficado evidente que o símbolo não é a mesma coisa que signo linguístico pela diferença crucial que reconhece na gênese do signo simbólico a influência icônica e indicial³². O símbolo é, em sua origem, um ícone ou índice, portanto, deve se referir ao objeto do signo trazendo um conjunto de ideias que, por convenção, são atribuídas a este último.

A ciência como empreendimento vivo e ativo somente pode valer-se de um instrumento capaz de crescer em conteúdo, tornando, a despeito da necessidade operacional da univocidade, a arbitrariedade do símbolo um ideal praticamente impossível de realizar. Um problema fundamental na Filosofia de Peirce é o fato de cientistas referirem-se a conceitos diferentes, valendo-se de um mesmo termo técnico. A dificuldade era mais grave entre os filósofos. Definir uma palavra ou expressão de uma ideia ou conceito da melhor forma possível, no sentido de fazer avançar o conhecimento, é uma questão primordial.

A resposta à questão foi proposta inicialmente nos artigos de 1878, que analisaram os métodos vigentes para clarificar as ideias e fixar crenças, propondo o método pragmático. O exercício da terminologia pressupõe a aplicação do método pragmatista e este, por sua vez, depende de um conhecimento dos tipos de signos obtidos na Semiótica, em especial, do símbolo.

A composição de qualquer sistema de definição de termos, conceitos ou idéias, seja para constituir produtos terminológicos (e, posteriormente instrumentos documentais), deve se fundamentar na natureza e dinâmica dos símbolos. O Pragmatismo presume o estabelecimento de um método útil à definição dos termos.

Mas qual é o objetivo do pragmatismo? Que é que se espera dele? Espera-se que ponha termo às disputas filosóficas que a mera observação de fatos não pode decidir e na qual cada parte afirma que a outra é que está errada. O pragmatismo sustenta que ambos os adversários lavram no equívoco. Atribuem sentidos diferentes às palavras, ou usam-nas sem qualquer sentido definido. O que se deseja, então, é um método capaz de determinar o verdadeiro sentido de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra, ou outro tipo de signo. (PEIRCE, 1980, p. 6, CP 5.6).

Esse fragmento de 1905 faz parte das Conferências sobre Pragmatismo que

³² Pretende-se apenas sugerir que o signo linguístico, segundo a teoria de Saussure, não é a mesma coisa que símbolo para a teoria de Peirce, apesar de ter alguns de suas propriedades. Para este último, o símbolo está relacionado, de alguma forma, ao ícone e índice, enquanto o primeiro não relaciona os aspectos indiciais e icônicos como interdependentes do signo por convenção.

tratam de defini-lo, aprofundá-lo e mostrar seus desdobramentos. É intrigante o fato de Peirce não ter sido lembrado pelas teorias terminológicas contemporâneas. A terminologia seria o resultado natural da aplicação do método pragmático aos termos cujos significados são alvos das maiores polêmicas, pois não basta definir uma expressão por ocasião de uma convenção, mas se deve derivar o conceito de princípios racionais que afetam a mente das pessoas envolvidas numa comunidade científica. Isto significa que uma definição aceitável deve respeitar a experimentação e colher os resultados, formando um novo hábito.

Antes de apontar algumas consequências na organização do conhecimento, deve-se examinar o processo sógnico que leva à geração do símbolo, obtendo a interpretação peirceana sobre qualquer tipo de símbolo (termo, palavra, conceito etc.).

Os símbolos crescem. Chegam a existir mediante o desenvolvimento de outros signos, particularmente de semelhanças ou a partir de signos mistos que têm algo da natureza das semelhanças e dos símbolos. Pensamos apenas com signos. Estes signos mentais são de natureza mista; as partes simbólicas deles se chamam conceitos. Se um homem faz um novo símbolo, é mediante pensamentos que implicam conceitos. Assim, só a partir dos símbolos pode crescer um símbolo novo. *Omne Symbolum de Symbolo*³³. Um símbolo, uma vez que é, espalha-se entre as pessoas. No uso e na experiência cresce seu significado. (PEIRCE, 1998, p. 10, EP2).

Esse texto, de 1894, oferece uma explicação dos tipos de signos mais conhecidos (ícone, índice e símbolo) e ilustra com alguns exemplos. São demonstrativos de signo as palavras “dar”, “pássaro” e “matrimônio”. Essas palavras não fornecem imediatamente o objeto referido, e menos ainda apontam para ele. Elas referem-se a um hábito mental de interpretar tais réplicas de palavras como dizendo respeito à ideia geral recorrente.

O fato de os símbolos se referirem a individuais para veicular significado, nada tem em comum com a possibilidade de ser tomado como objetos isolados. Os símbolos forçam um interpretante a propor um hábito de ação relativo ao objeto. No símbolo peirceano a relação com os objetos é essencial para produção e atualização dos hábitos, ao passo que, numa teoria diádica, tal relação é dispensada da teorização, na medida em que se pressupõe essencialmente uma adequação arbitrária.

O símbolo é algo vivo. É o conteúdo do próprio pensamento na forma de conceitos, mas depende de pensamentos constituídos indicialmente e iconicamente.

³³ “Todo símbolo decorre de outro símbolo”.

Na condição de conceito, o símbolo é interpretado através de réplicas, consistindo-se em uma classe de individuais. Em outras palavras, o conceito intelectual – científico ou filosófico – deve representar seu objeto por convenção. Isto não quer dizer que haja o desaparecimento de relações indiciais e icônicas. São destas últimas relações que nascem as evoluções do significado em um processo contínuo de representação da realidade. E, é no uso que os símbolos se transformam, unem-se a outros símbolos e formam novos hábitos.

Com a perspectiva peirceana também se interpretam ideias, palavras, conceitos, teorias, proposições e termos, consideradas opostas na Terminologia, com a mesma natureza simbólica. Um exemplo é a noção de conceito, de um lado, e a de termo, de outro, que apesar de coisas distintas na Terminologia, em ambos os casos derivam da natureza simbólica e, conseqüentemente, a relação triádica está implícita. Sustentando que o símbolo não dispensa o uso de índice e do ícone, Peirce (2000, p. 71, CP 2.293) observa, em 1897, que: “Conseqüentemente, um constituinte de um Símbolo pode ser um Índice, e um outro constituinte pode ser um Ícone.”

Em um processo crescente, o símbolo precisará da participação de signos indiciais e icônicos para evoluir. Assim, pode-se designar o processo que leva um pensamento a transformar-se em símbolo de simbolização (THELLEFSEN;THELLEFSEN, 2004). A simbolização é um dos principais processos para organizar o conhecimento em um domínio de conhecimento. Há uma preocupação com os conceitos que fundamentam a construção de terminologias e também das linguagens documentais. A base está na eficácia da coleta de conceitos que são constituídos de hábitos de ação. O hábito é comprovado com a análise das expectativas dos usuários sobre os conceitos, preservando o pressuposto de que o hábito se realiza plenamente no contexto onde se pode inferir as conseqüências práticas.

Convém retomar em estudos posteriores ao papel do hábito como atrator do significado, catalisando os elementos mais pertinentes ao significado do conceito. Nesse contexto, ele funciona dispersando o que é aparentemente insignificante no conceito. O hábito reduz as possibilidades de significação alternativas e o poder dos ícones no pensamento em relação ao conceito enfocado. A centralização viabilizada pelo hábito não reduz por completo as possibilidades inovativas de significação e interpretação dos conceitos. E parece ser esse o aspecto mais problemático à

organização do conhecimento. A despeito disso, a redução da primeiridade pela terceiridade do hábito é uma condição imprescindível da organização do conhecimento.

O Pragmatismo peirceano é também um esforço contra a dispersão terminológica e conceitual que limita frequentemente o avanço do conhecimento e alimenta disputas desnecessárias. Esse pressuposto original é condição elementar na organização do conhecimento, isto é, à construção de linguagens documentais.

Observando sob esta perspectiva, estes campos parecem intrinsecamente conectados, pois para organização do conhecimento é essencial diagnosticar os conceitos dos diversos domínios do conhecimento, os quais devem ter uma estrutura e coerência aceitáveis. O Pragmatismo de Peirce é o método que se propõe a guiar o pensamento a produzir significados razoáveis. É por meio do Pragmatismo que se economiza tempo e energia, tanto na organização do conhecimento, quanto, e principalmente, na aquisição e produção do mesmo.

No processo de produção de símbolos, o hábito tem por função garantir a repetibilidade no reconhecimento e na interpretação dos objetos do signo, tendo como mediador o representamen. Nos instrumentos de divulgação de seu conhecimento, este critério serve para identificar conceitos fundamentais para a comunicação do conhecimento e separá-los das expressões e conceitos que carregam pouca informação.

Os hábitos associados a um símbolo configuram seu efetivo significado. Apesar disso, hábitos não consolidam as ideias associadas aos objetos sem deixar espaço a fenômenos de primeiridade. Com base na Filosofia peirceana, é possível teorizar sobre a origem e a aquisição de hábitos que serão denominados em um futuro momento de símbolo.

Como visto, a origem das ideias derivam da plena qualidade. As hipóteses que podem conduzir à definição de um conceito são produto de uma qualidade. Se a busca de uma definição adequada à realidade deve ter seu início nesta fase altamente potencial, até que haja o teste. A análise e a representação da informação, no contexto da organização da informação e do conhecimento, devem principiar de hipóteses e reconhecer a necessidade do teste.

A ênfase da teoria peirceana é uma dinâmica estabelecida entre as idéias, e como, logicamente, uma ideia origina outra, como sofre um processo de fixação provisória e quais os determinantes para tais ocorrências, isto é, o verdadeiro

sentido da semiose. O nascimento das ideias identificadas depende da existência de uma possível semelhança; e se esta semelhança resiste ao tempo, ela deve ser notada pela mente e tornar-se uma hipótese que deverá ser examinada de acordo com o auto-controle lógico.

De forma a explicitar as contribuições da Filosofia e Semiótica de Peirce, deve-se pensar em que medida o Pragmatismo deve amparar a organização do conhecimento. Assim, pode-se denominar esta influência no contexto da área como Pragmatismo documental. Esse conceito trata de uma orientação plausível para os processos e a dinâmica da organização da informação e do conhecimento, com base no paradigma filosófico de Peirce. Compõe-se do todo inferencial de se organizar a informação e testar a eficácia da estrutura do conhecimento montada. Como se fundamenta em Peirce, defende o realismo e o contínuo no processo de representação da informação.

O Pragmatismo documental, segundo defende-se neste trabalho, concebe a indexação como um processo lógico-semiótico, e não acredita que a terminologia possa ser constituída apenas por simples contratos linguísticos, mas estes devem contar com o teste pragmático. É a tendência que deve orientar efetivamente os indexadores, isto é, guiar a proposição de uma representação pragmática da informação, verídica – de acordo com o seu período de duração – mas falível.

Contudo, a evolução dos significados permanece o que parece ser um problema no tratamento temático de conteúdo, mas é apenas algo próprio de dinâmica mental em sua busca por conhecer, sem que haja amarras que impeçam o progresso da interpretação. Esse pretenso problema é a dificuldade de se trabalhar sobre o dinâmico ante a facilidade de se agir sobre o estático. Nessa contínua dialética, não há como valorizar a tese em detrimento da antítese. Há orientações mais abrangentes do ponto de vista ontológico e epistemológico que guiam a natureza dos símbolos - como também de outros signos de terceiridade - e que encontram uma resposta nas considerações metafísicas de Peirce.

5.3 Considerações Ontológicas

Para finalizar estas breves considerações a respeito das contribuições teóricas de Peirce à organização da informação e do conhecimento, cabe lançar algumas palavras sobre a natureza ontológica dos processos de interpretação.

As ideias de contínuo estão presentes em várias passagens da obra de Peirce que se tomou conhecimento. Para a organização da informação e do conhecimento elas são iluminadoras às condições básicas de quaisquer processos de interpretação: na indexação e na organização do conhecimento. Quando se representa o conhecimento de um domínio por esquemas de classificação e pelo levantamento das terminologias, está-se tratando de um processo interpretativo.

Deve-se reconhecer que o universo interpretativo nos sistemas de informação supõe um contínuo, ou este de alguma forma está presente. É a única explicação plausível para o fenômeno da evolução do significado dos conceitos e sua infinita mutabilidade. Não é o caso de simplesmente dizer que os significados mudam porque o conhecimento científico está em constante alteração decorrente de as descobertas, contudo, deve-se acrescentar, tais significados são congêneres a um contínuo maior e alteram-se porque é de sua própria natureza se comportar assim.

Deve-se fazer uma nota, neste momento, sobre a prática da classificação bibliográfica, a qual recorre a sistemas de classificação universal (exemplos: Classificação Decimal de Dewey - CDD e Classificação Decimal Universal – CDU) e a percepção do contínuo. Há momentos em que o classificador depara-se com documentos cujos assuntos não manifestam graus de certeza sob qual classe estes devem ser incluídos, não permitindo receber o predicado referente a uma ou outra classe com total garantia de sucesso. A solução prática neste contexto é a atribuição da classe generalidades (classes 000 na CDD e 0 na CDU) ao documento, quando não há outra possibilidade de classificação. Refletindo sobre essa solução, podem haver casos em que se está na fronteira entre duas classes do conhecimento. Em tal situação, qual será a classe do documento?

Peirce debruçou-se também em problemas desse tipo e discutiu os elementos de fronteira ou bordo como situações que excedem o princípio lógico da contradição. A partir do estudo de Silveira (2008a), após um levantamento dos textos em que Peirce dedica-se a esta questão, é possível concluir, a grosso modo, que os casos

de fronteira questionam o princípio da contradição e revelam a eminência do contínuo, pois dentro da fronteira há indeterminação e vagueza, quanto à predicção de um sujeito. Exatamente no bordo ou fronteira, ou nas situações em que se está dentro da linha que liga duas extremidades (ou superfícies) - podendo neste caso ser o limite entre duas classes enquanto possíveis predicados de um sujeito, que é o documento -, não há como afirmar ou negar que o sujeito tem uma dada qualidade. É uma situação que exige a constatação da indeterminação, de um estado intermediário, indecidível, entre negação e afirmação; são estados nascentes e de pura vagueza, sobre os quais a informação será nula.

De acordo com Rosa (2003, p. 235) “Os estados de fronteira são estados vagos. O vago ou indefinido é aquilo que escapa ao princípio de não contradição.” Com efeito, os elementos de fronteira mostram a vitalidade do *continuum* peirceano, especialmente, em sua capacidade de ser um estado nascente e indeterminado.

O grau de vagueza não permite responder rapidamente como se faz adotando o princípio da contradição. Percebe-se que o princípio da contradição não pode resolver a situação completamente. É possível que as respostas de uma tal situação de fronteira na classificação seriam: 1) o documento não pertencerá nem a classe A nem a classe B; 2) o documento pertencerá às classes A e B; 3) o documento pertencerá mais a classe A do que a classe B ou pertencerá mais a classe B do que a classe A. Nas três opções, extrapola-se o princípio da contradição. O classificador, percebe diretamente a presença de fenômenos indecidíveis, sem divisões consensuais prescritas, são indeterminados; isto é, supõe-se que são da natureza do contínuo.

Porém, sobre o elemento de fronteira não se poderá determinar nenhum predicado, é um possível, não existe efetivamente. Conclui Silveira (2008a, p. 17) que os casos de fronteira confirmam a relevância atribuída por Peirce à teoria do *continuum* e à noção de potencialidade. Em casos de fronteira, a interpretação de um signo pode ser indeterminada e suscitar indecisão. A discussão de Peirce sobre os elementos de fronteira será de grande utilidade para a organização da informação e do conhecimento porque sugere que se reflita sobre a natureza da classe generalidades e das decisões do profissional quando da atribuição de classes a documentos que estão dentro do bordo, e entre duas classes.

A interpretação não é apenas um reflexo do conhecimento ou dos objetos, porém, é da mesma matriz mental que estes. O idealismo objetivo de Peirce faz

perceber que não há sujeito e objeto, indexador e documento, estes só passam a existir no signo. Leis físicas e psíquicas são da mesma ordem mental. O dualismo na explicação dos elementos da interpretação, ora enfatizando a competência do indexador, ora ressaltando outras variáveis existentes no documento (estrutura textual e intenções do autor), é definitivamente recusado.

Considerar-se-ia a interpretação no âmbito da organização da informação e do conhecimento como um processo contínuo em que estão ligados geneticamente indexador e documento, classificadores e conhecimento classificado, terminólogos e termos científicos. Sob a perspectiva do idealismo objetivo, pode-se supor uma alternativa ao dualismo, na medida em que o fenômeno interpretativo não se limita ao nível da secundidade (sujeito e objeto), mostrando que somente se pode conhecer algo ou representá-lo se estiver também no signo. Essas ideias repercutem na definição da natureza do ser das variáveis do processo de indexação, por exemplo.

As leis que regulam os objetos de representação, assim como as que subsomem o próprio interpretante são de ordem do mental, e da generalidade. Caso se siga firme as premissas de Peirce sobre esta questão, ver-se-á que no contínuo ambos partícipes da cognição serão indivisíveis diante do signo. Essa compreensão peirceana rompe com uma tradição dualista na organização da informação e, portanto, talvez não será facilmente adotada para fins explicativos.

Assim, a cognição humana ocorre no contínuo e é por isto que uma boa representação, conservada ao sistema de informação, tende a tornar-se ineficaz depois de um período, e uma nova representação surge com a esperança de corresponder à realidade que está em contínua evolução. Se a ideia de continuidade é fundamental na Filosofia, como afirma Peirce, não poderia ser menos importante à organização da informação e do conhecimento, que encontra constantemente fatos que revelam a emergência deste contínuo, toda vez que deve oferecer uma nova interpretação e se resolver problemas causados por elementos de fronteira.

Uma possível noção peirceana de interpretação para a área deve responder às exigências ontológicas do contínuo, pois ela existe neste contínuo: “A cognição se dá no continuum, apenas através de um processo de imbricação das idéias que ocorre por meio de uma sucessão de intervalos infinitesimais no tempo.” (VICENTINI, 2004, p. 187). O fluxo da interpretação se mostra conectando fenômenos mentais passados no presente e ligados de algum modo com os

fenômenos futuros.

Também é fato que a interpretação decorre de um contínuo e as regras a que ela está submetida são as mesmas da lei da mente. Se a interpretação ocorre num contínuo, ela está sujeita ao acaso, motor da diversificação. A indeterminação deve ser reconsiderada no debate do processo de interpretação na organização da informação e do conhecimento. O acaso como força positiva explica, em um contexto muito específico, as práticas de indexação e classificação, a possibilidade da incerteza e a emergência da primeiridade.

Para ampliar a compreensão das condições ontológicas envolvidas à interpretação, no âmbito da organização da informação e do conhecimento, deve-se adotar, a nível teórico, as doutrinas peirceanas do sinequismo, do idealismo objetivo e do tiquismo. Mesmo com todo o controle da linguagem, necessário às atividades de organização da informação, as interpretações em algum momento se mostram falíveis, momento em que se deve rende-se à influência do acaso e da disposição geral das coisas num contínuo.

Neste estágio, faz-se necessária uma exposição panorâmica das principais conclusões deste estudo, bem como apontar futuros temas de pesquisa.

6 PALAVRAS FINAIS

“Definitivamente, penso termos de afirmar que sempre que as ideias vêm em conjunto elas tendem a fundir-se em ideias gerais; e quando elas se encontram geralmente conectadas são ideias gerais que governam a conexão; e essas últimas ideias são sentimentos vivos difundidos.” (PEIRCE, 1998, p. 260, CP 6.143)

A interface do pensamento de Peirce com a organização da informação e do conhecimento não deixa de ser uma ideia geral, sobre a qual procurar-se-á finalizar construindo outras ideias da mesma natureza. Presume-se que a pesquisa tenha mostrado os principais pontos de interseção entre as áreas investigadas, limitados à posição teórica adotada.

O problema central do estudo foi descobrir quais as inter-relações teóricas e aplicadas entre a organização da informação e do conhecimento e a Filosofia e Semiótica peirceanas. Para tanto, respaldou-se em fontes bibliográficas que discutiram o tema. Como verificado, a produção teórica da organização da informação e do conhecimento analisou a relação com a Semiótica com mais intensidade, colocando a segundo plano, mas sem deixar de destacar, as implicações do Pragmatismo. De maneira esquemática, foi possível visualizar as principais contribuições conceituais do pensamento de Peirce em um quadro-síntese esboçado no capítulo 4.

A despeito de a existência de divergências em relação ao que se deve utilizar enquanto recurso conceitual e teórico da Filosofia e Semiótica de Peirce, pode-se afirmar que está em construção uma abordagem particularmente peirceana dos temas e objetos de estudo no campo da organização da informação e do conhecimento. As interações não apenas ocorrem em quantidade, mas principalmente em qualidade, dada a ênfase e o aprofundamento em vários ramos da obra de Peirce.

Contudo, os níveis de interdisciplinaridade da relação da Filosofia e Semiótica com a organização da informação e do conhecimento, salvo exceções, não excedem no presente momento os âmbitos elementar e intermediário. Talvez possa haver mais de uma razão para tal fato. Os conceitos e os temas de Peirce mostram-se incrivelmente conectados, a ponto de através de um só fio percorrer diversas partes

do emaranhado teórico. Sendo assim, a tarefa torna-se muito mais complexa e exige um programa exclusivo de estudos para, somente então, retornar ao ponto inicial e principiar um diálogo interdisciplinar. Ressalta-se que a combinação e a convergência de teorias e conceitos é proveitosa em um nível intermediário de interdisciplinaridade, mas, somente as ações de geração de novos conceitos, teorias e métodos é que possibilitarão o verdadeiro avanço do processo interdisciplinar.

Nesse sentido, a linha que ampara os argumentos expressos neste estudo, que se vincula aos estudos do pensamento filosófico de Peirce, mostra-se de uma funcionalidade iluminadora ao reconhecimento preciso de teorias e conceitos peirceanos, e acredita-se que pode promover o mesmo efeito quando tratar de outros temas da obra de Peirce que possam ser de interesse à organização da informação e do conhecimento. Parece salutar que esta perspectiva de abordar os temas peirceanos seja a principal para as ciências que, porventura, anseiem cotejar seus objetos, temas e problemas com base nas ideias de Peirce.

De acordo com o objetivo geral da pesquisa, considerou-se avaliar os níveis de interdisciplinaridade entre a Filosofia e Semiótica de Peirce e a área da organização da informação e do conhecimento. A intenção desta avaliação não foi demonstrar que algumas imbricações teóricas se mostram inadequadas, mas apenas ressaltar que caminhos poderiam ser tomados como um incremento substancial à área. Esse foi o caso específico do Pragmatismo de Peirce. Os objetivos específicos da pesquisa serviram de guia para comprovar as hipóteses iniciais, além de orientar procedimentalmente a execução do estudo.

É digno de nota o esboço sumário de outras teorias dos signos, no sentido de subsidiar uma leitura da contribuição destas à organização da informação e do conhecimento. O segundo capítulo tratou de atacar tal problemática, mas não de uma maneira definitiva ou completa, pois uma pesquisa desta monta sobre a extensão, a profundidade e a complexidade dos contributos da Linguística, da Semiologia e de outras teorias do signo não peirceanas, é uma tarefa ainda a ser realizada. Apesar disso, constatou-se que os vínculos concentram-se nas discussões teóricas da análise documental de conteúdo.

A adequação da matriz peirceana na organização da informação e do conhecimento instaura-se, especialmente, no nível teórico, contudo, o Pragmatismo peirceano pode fornecer elementos metodológicos relevantes em um nível aplicado. Mas isso não significa uma dicotomia simples entre teórico e aplicado, o que

reduziria as várias abordagens dos temas de Peirce. As teses do Pragmatismo, bem como as do sinequismo, tiquismo e idealismo objetivo, podem transformarem-se em condições indispensáveis para adentrar o pensamento de Peirce, e daí então, propor futuras sugestões de estudo e de integração.

Sem o reconhecimento dessas articulações, os argumentos de Peirce podem parecer, à primeira vista, contraditórios, deveras difíceis, ou o que é pior, totalmente desvinculados da Semiótica. Para os estudiosos da organização da informação e do conhecimento estas posições são de grande serventia para o entendimento dos conceitos semióticos.

Como produtos abduativos, as hipóteses lançadas no início da pesquisa parecem até este momento plausíveis e aceitáveis, mas para o contínuo desenvolvimento do pensamento, devem-se abraça-las e levá-las futuramente a outros contextos da Ciência da Informação para verificar se, de fato, podem ser úteis enquanto respostas razoáveis.

A primeira delas sugeriu que a Filosofia e a Semiótica peirceanas contribuem com explicações consistentes sobre objetos, temas ou problemas da organização da informação e do conhecimento. Em seguida, aventou-se a possibilidade de os estudos a respeito da interação da Semiótica com a organização da informação ainda não terem proporcionado uma visão consistente e integral das relações entre as áreas. O principal indício foi a dispensa a temas fundamentais de Peirce, como o Pragmatismo e outros ramos da Semiótica. A terceira hipótese propôs que as alusões ao pensamento peirceano na organização da informação e do conhecimento constituiriam uma linha de investigação dos objetos desta área que, a despeito de as iniciativas aparentemente difusas e às vezes incompatíveis, mostram-se coerentes, de acordo com uma perspectiva panorâmica e integrada das contribuições. Verificou-se a adequação dos objetivos da pesquisa para comprovação dessas hipóteses, bem como o esclarecimento de outros pontos relativamente obscuros no início do estudo.

A esse respeito, caso as várias abordagens levantadas pudessem ser efetivamente integradas em um diagrama, ter-se-iam, a um só tempo: uma teoria semiótica das classes de signo na indexação; uma teoria e um método semiótico da organização do conhecimento; uma explicação semiótica do signo e das linguagens documentais; uma abordagem semiótica da indexação como processo inferencial e; uma sugestão explicativa do processo de representação da informação com base no

Pragmatismo e no hábito mental. Sob tal perspectiva integrada, poder-se-ia indagar: será que já não contamos com uma teoria peirceana para a organização da informação e do conhecimento?

Resta, contudo, lançar algumas poucas palavras sobre dois pontos que se deve esclarecer. Em primeiro lugar, a relação entre Semiótica e organização da informação e do conhecimento, de um lado, e Pragmatismo e Ciência da Informação, por outro. Segundo, a renitente dúvida da contribuição de Peirce para a Ciência da Informação. Essa discussão pode aclarar posições defendidas no estudo.

Seria possível circunscrever a associação, por um lado, da Semiótica com a organização da informação e do conhecimento, e por outro, do Pragmatismo de Peirce com a Ciência da Informação? Conforme sustentado anteriormente, o Pragmatismo é um método, um instrumento para auxiliar a reflexão, investigar, determinar a clareza das idéias e alcança o significado adequado, no sentido de orientar a conduta de uma inteligência científica. Enquanto método, não foi tomado como doutrina que fornece respostas adequadas ou uma visão filosófica particular para os problemas de um campo científico.

Como bem ressaltou De Waal (2007, p. 22), “O pragmatismo é um método para fazer filosofia e não uma teoria filosófica.” Neste estudo o Pragmatismo foi tratado especialmente como método, de acordo com o pensamento de Peirce. Há, de fato, outras perspectivas do Pragmatismo que o concebem como uma doutrina particular a servir para influenciar mentes e responder a questões pontuais³⁴.

As discussões anteriores valeram-se do atributo metodológico pragmatista para relacioná-lo às expectativas temáticas da organização da informação e do conhecimento. Não consiste contradição alguma equacionar o Pragmatismo de Peirce à organização da informação e do conhecimento, em lugar da Ciência da Informação, como um todo. Talvez as teses do sinequismo, do tiquismo, do idealismo objetivo e do realismo peirceanos, possam se adequar a posições defendidas pela Ciência da Informação, no sentido de servir como macro-visões da realidade, da mente e do conhecimento científico, o que impacta na compreensão da área.

O Pragmatismo, especificamente, o Pragmaticismo é considerado tão-somente um método que, a despeito de a grande utilidade verificada, não foi considerado

³⁴ Pessoa Júnior (2009, p. 59) esquematiza as posições em Filosofia da Ciência e faz notar, a partir da segmentação proposta por Niiniluoto, que o Pragmatismo de Peirce defende que a verdade é o limite ao qual tendem as opiniões da comunidade científica. Segundo o autor, o Pragmatismo é uma das formas substitutas do realismo ontológico, este último aceita que há uma realidade independente de mentes humanas. Sob esta linha, o Pragmatismo é visto como uma posição da Filosofia da Ciência diante do mundo e do conhecimento, mas a complexidade do Pragmatismo de Peirce pode não se reduzir a esta assertiva, e não seria completamente correto supor que ele se contrapõe, com efeito, ao realismo ontológico.

como uma resposta unificada para a conduta de um campo científico como a Ciência da Informação. Isso não assevera, de forma alguma, sua inutilidade à Ciência da Informação. Mas para respeitar as intenções de Peirce, considerou-o enquanto método, e como tal, implica posturas teóricas associadas ao pensamento peirceano que podem, estas sim, orientar a reflexão sobre a Ciência da Informação.

Esse pano de fundo do Pragmatismo de Peirce não poderia ser outra coisa, a saber: o realismo pragmático como condição indispensável para representar a informação e construir modelos de mundo; o contínuo como explicação ontológica que contempla as teorias e a interpretação do conhecimento; o acaso como algo a ser considerado no surgimento da variedade nos fenômenos, incluindo, os processos de representação e recuperação da informação; o idealismo objetivo e sua forma de dissipar as diferenças substanciais entre mente e matéria, entre sujeito e objeto, pois ambos compartilham a natureza mental. A conduta mental das leis físicas e psíquicas pode revelar-se um outro olhar sobre a natureza do conhecimento científico no campo da Ciência da Informação. O Pragmatismo de Peirce vincula-se, antecipadamente, com essas teses.

O que o Pragmatismo oferece, segundo o que foi considerado, são regras para admitir crenças razoáveis e, é, em si mesmo, uma teoria da significação, singular à organização da informação e do conhecimento, principalmente, às subáreas que se dedicam ao estudo dos conceitos científicos e suas definições. Não se trata de confusão conceitual afirmar que o Pragmatismo de Peirce, tanto quanto a Semiótica, interage mais significativamente com a organização da informação e do conhecimento. Presume-se que as doutrinas filosóficas de Peirce, relacionadas anteriormente, serão fundamentais também para se pensar as inclinações da Ciência da Informação.

A Semiótica, como se verificou, acena com o maior número de conceitos à organização da informação, apesar de ser considerada, na maior parte das vezes, como sendo apenas o ramo Gramática Especulativa. Acredita-se que a incompreensão a respeito da abrangência da Semiótica deve ser superada ao mencionar a Lógica Pura e a Metodêutica, sem deixar de lado a conexão estreita com o Pragmatismo. Esse vale-se, entre outras coisas, da teoria dos interpretantes e dos tipos de inferência, ambos construídos na Semiótica. Além disso, a própria Metodêutica pode, em si mesma, ser assumida como o método pragmático. As tricotomias e as classes de signos supõem um entrosamento com as categorias

fenomenológicas, sem o qual não é possível o entendimento dos conceitos. Tal fato mostra que a leitura da Filosofia de Peirce é, sobretudo, um meio adequado de se adentrar nos meandros conceituais da Semiótica.

A recorrente e tentadora defesa da Semiótica como a disciplina mais próxima da organização da informação e do conhecimento, em comparação com o Pragmatismo e a Filosofia de Peirce, deve ser radicalmente evitada no que tange a interdisciplinaridade. Reconhece-se, portanto, restrições a seguinte afirmação: o Pragmatismo está para a Ciência da Informação, assim como a Semiótica está para a organização da informação e do conhecimento. O alto grau de imbricamento dos temas de Peirce justificam a incoerência dessa posição.

Uma possível aproximação do Pragmatismo à Ciência da Informação deve indagar: em que medida as teorias do método científico e da significação podem ser amplamente adotadas pela área? Além disso, admitir uma postura pragmatista dos conceitos e das teorias na Ciência da Informação serve para orientar a redução de teorias pouco prováveis de produzirem efeitos práticos percebíveis conceitualmente. E, evidentemente, deve-se reconhecer que o conhecimento científico se dá em um contexto realista – e não relativista –, seja tratando dos objetos em secundidade ou das representações destes, em terceiridade. Assim, entende-se que a Ciência da Informação não poderia fugir a essa premissa.

Merece um detalhamento adicional a concepção de prática que pode ser utilizada na Ciência da Informação. Deve-se evitar, com base em Peirce, dotar a prática como única razão que move a ação humana. Segundo Peirce (1980, p. 104, CP 8.256, 1980, p. 5, CP 5.3), toda ação requer ser orientada por um fim, e este condiz com os ideais últimos do homem que se encontram na Ética. A natureza teleológica está na terceiridade.

Em outras palavras, o Pragmatismo de Peirce não pode ser a doutrina a justificar as ações da Ciência da Informação orientadas a produzir respostas práticas aos problemas de organização e recuperação da informação. O Pragmatismo de Peirce não parece ser uma visão de mundo que subsidia a perspectiva da Ciência da Informação sobre a sociedade, a informação, a necessidade de informação e o desenvolvimento de métodos para recuperar a informação, na medida em que não considera que a resposta prática é o fim da ação ou mesmo que deve mover nossas intenções e produtos intelectuais.

A prática não é o objetivo último da ação segundo o Pragmatismo de Peirce³⁵, como ele próprio comenta: “Nos meus escritos mais recentes [1891] vi melhor do que costumava que não é a mera ação como exercício bruto da força que é o objetivo de tudo, mas digamos, a generalização, ação que tende à regularização e à atualização do pensamento [...]” (PEIRCE, 1980, p. 103, CP 8.250). Reitera-se, mais uma vez, o fato de o Pragmatismo peirceano ser muito mais complexo do que a simples ênfase nos desdobramentos práticos da ação humana; entretanto, é sobre o hábito que se valem as ocorrências práticas, estas enquanto fenômenos da secundidade. O propósito da ação está na terceiridade, na generalização da ação e como esta pode auxiliar a atualização e retificação do pensamento.

Um segundo esclarecimento deve ser feito sobre a contribuição geral de Peirce à Ciência da Informação. É possível que as respostas voltem-se, quase que exclusivamente, à utilidade da Semiótica. Não obstante, razões outras merecem destaque. A primeira razão refere-se a importância da obra de Peirce à Filosofia da Ciência e seus *insights* originais sobre a natureza e a dinâmica do conhecimento. A Ciência da Informação depende de análises epistemológicas do comportamento do conhecimento e de sua comunidade, para melhor responder às expectativas de organizar e recuperar a informação.

A segunda razão é a contribuição geral do Pragmatismo de Peirce, como salientado, tanto na condição de uma teoria da significação, quanto um método de guiar a construção de hábitos mentais razoáveis e aceitáveis. Na esteira do Pragmatismo, encontra-se a discussão terminológica, discutida em profundidade com explicações sobre a geração do símbolo e sua difusão no seio da comunidade científica. Sabe-se que a terminologia é a base para a elaboração de diversos instrumentos para organizar o conhecimento e notória a preocupação de Peirce quanto à necessidade da terminologia na ciência, além de todo o investimento pessoal destinado a provar a necessidade de ter mais clareza conceitual nos campos filosóficos e científicos. Por isso, Peirce deveria ser considerado um dos mais importantes filósofos à organização da informação e do conhecimento.

Não menos importante, mas com um tom mais aplicado, tem-se por terceira razão para se notar a contribuição de Peirce, a utilidade da Semiótica: seja pelos

³⁵ Talvez o Pragmatismo de James seja o de interesse à Ciência da Informação, mas isto já seria objeto de um novo estudo. É também provável que este justifique a prática como fim da ação. O que para a Ciência da Informação significa pensar suas respostas às demandas informacionais com base nas soluções práticas; e, a partir da própria prática guiar-se para chegar a métodos mais eficazes. Para descobrir a estrutura da visão de mundo da Ciência da Informação parece ser imprescindível recorrer também ao Utilitarismo de Bentham, além do Pragmatismo de James.

conceitos triádico de signo e as classes de signos - estudo da Gramática Especulativa – ou por fundamentar a indexação como um processo inferencial – contribuição da Lógica Pura. A clareza sobre os tipos de signos que um sujeito está propenso a produzir, é pertinente ao estudo dos processos de tratamento, organização e acesso à informação.

Além disso, examinar com mais profundidade os conceitos de Pragmatismo documental e Hábito documental, forjados com base na Filosofia e Semiótica de Peirce, pode suscitar uma compreensão de orientações teóricas da organização da informação e do conhecimento.

Em última análise, conquanto se possa sugerir, às vezes, que o tratamento recebido pelo tema seja suficiente e completo, não é um exagero algum afirmar que a maior parte deste estudo não passa de um esboço ou ensaio prematuro rumo a pesquisas mais consistentes sobre a conjunção da Filosofia e Semiótica de Peirce com a organização da informação e do conhecimento. Ficou patente que carece de uma discussão profunda uma série de elementos conceituais que, tomados isoladamente, consistirão em novas e instigantes investigações. A avaliação da inserção de Peirce na organização da informação e do conhecimento não teve a função de debater esgotadamente o assunto, e muitos argumentos e afirmações merecem exames mais cuidadosos e detalhados.

Contudo, mesmo com esses possíveis aprofundamentos não esgotariam toda a riqueza da discussão, sendo necessário avançar para outros temas e campos associados. Seriam desdobramentos lógicos deste esboço inicial. Para se investigar os demais temas correlacionados à presente tese, deve-se propor uma agenda preliminar de pesquisa. Os assuntos conectados com este estudo e ainda não investigados podem ser assim elencados: o conceito de informação segundo Peirce e sua interface com a Ciência da Informação; a questão didática dos conceitos semióticos na Ciência da Informação; a relação entre a Lógica e a organização da informação e do conhecimento; as interfaces dos Pragmatismos e a Ciência da Informação; os métodos de análise semiótica; as ligações entre a Filosofia da mente e a Ciência da Informação e; a teoria semiótica da organização da informação e do conhecimento. Evidentemente, são debates mais próximos da presente pesquisa, mas, é claro, não são os únicos. A seguir, trata-se de relacionar esses temas.

O conceito de informação em Peirce é ainda um aspecto teórico a considerar em sua relação com a Ciência da Informação. As investidas nesta direção

apresentados no capítulo 4 referem-se, entre outras coisas: à substituição de signo por informação sem maiores esclarecimentos; à informação como secundidade sendo sua principal manifestação nos índices (MONTEIRO, 2006, p. 51); à necessidade do alargamento da noção de informação (MOURA, 2006, p. 15); ao relacionamento do conceito de ícone com o conceito de informação, indagando sobre que tipo de informação um ícone tem condições de transmitir através das categorias fenomenológicas, sendo que somente com a existência do objeto existirá a informação (MOREIRA, 2006, p. 32). A principal conclusão que se sobressai sustenta que a informação é um fenômeno de secundidade e que sua função é permitir a geração do conhecimento, mas o relato do desenvolvimento deste conceito na obra de Peirce não foi elaborado nestas ocasiões.

Contudo, deve-se ressaltar que o exame da obra de Peirce no levantamento de evidências sobre o conceito de informação não foi objeto desta pesquisa, muito embora, seja de grande serventia à Ciência da Informação. Duas problemáticas podem acrescentar à discussão conceitual da informação, e serão com o tempo analisadas: a) a relação entre a informação e o processo de aquisição de hábitos e b) a evolução do conceito de informação na obra de Peirce.

Gonzales, Nascimento e Haselager (2004, p. 216) lançaram uma hipótese para a definição de informação frente à aquisição de conhecimento no contexto da formação, manutenção e quebra de hábitos em um ambiente de informação. Calcada no processo de auto-organização, “A informação, nesse caso, pode ser entendida como *um processo auto-organizado que permite o estabelecimento de padrões de ação para organismos situados em ambientes governados por relações compartilhadas de ordem.*” (GONZALES; NASCIMENTO; HASELAGER, 2004, p. 216). Os hábitos determinam a geração de conhecimento com elementos de informações disponíveis em um ambiente. Deve-se considerar ainda, depois de um estudo profundo, a possível adequação deste conceito a ambientes informacionais no contexto da Ciência da Informação.

A descrição e a discussão das noções de informação desenvolvidas ao longo da obra de Peirce é uma tarefa ainda mais exaustiva e trabalhosa. A informação oferece maior adequação frente à representação do objeto do signo no sentido de buscar a verdade. Sobre as propostas originais ao conceito de informação de Peirce, merecerá um exame mais detido o estudo minucioso de Silveira (2008b), o qual não deixa de notar que a informação confere ao realismo peirceano uma importância

vital. Além desse, há que seguir de perto a leitura empreendida por De Tienne (2005) e outros, sobre a noção peirceana de informação. Embora a discussão do conceito de informação não foi um tema em que se concentrou atenção especial, acredita-se que um diálogo com os comentadores da Filosofia de Peirce a este respeito seja de vital importância. Conseqüentemente, uma comparação do conceito de informação de Peirce e as concepções vigentes na Ciência da Informação pode tornar-se um elemento chave à interlocução entre as áreas.

Persiste uma lacuna relativa à questão do ensino dos conceitos semióticos na Ciência da Informação. Em uma futura oportunidade, deve-se identificar, por um lado, os conceitos da Filosofia e Semiótica peirceana potencialmente aplicáveis à organização da informação e do conhecimento, seja na análise documental, na construção de instrumentos ou em produtos documentais. Por outro lado, será preciso verificar as iniciativas promovidas por cursos relacionados à Ciência da Informação nessa direção. Em decorrência disso, será possível, em médio prazo, elaborar uma proposta de plano de ensino em nível de pós-graduação ou graduação para a área de organização da informação e do conhecimento.

Além disso, o estudo do impacto da Lógica na organização da informação e do conhecimento, apesar de instigante, não parece tão simples. As contribuições das categorias aristotélicas, da teoria da predicação, dos parâmetros lógicos para definição, das concepções de extensão e intensão dos termos, são fundamentais à classificação bibliográfica. Porém, deve-se também avaliar os casos de fronteira, os tipos de inferências e as relações lógicas entre conceitos. Após um estudo dessa natureza, será oportuno comparar as contribuições de Peirce à Lógica no contexto da organização da informação.

Uma continuação previsível deste estudo será, naturalmente, aprofundar os estudos sobre o Pragmatismo de Peirce e seus congêneres – James, Dewey e Rorty -, revisando as afirmações apontadas neste estudo, além de refletir sobre os impactos das posições filosóficas da Ciência da Informação. Rorty, por exemplo, tem uma tendência mais relativista sobre algumas questões, em comparação a Peirce. Essas nuances merecem ser analisadas, e com isso, compreender mais amplamente o Pragmatismo de Peirce.

Convém também averiguar os métodos de análise semiótica que dizem respeito a uma prática constante nas Ciências da Comunicação, que se vale da Semiótica de Peirce para a composição de um método semiótico de análise de

imagens, embalagens etc. Deve-se, sobretudo, conhecer a coerência destes métodos e de que modo podem ser compatível com os problemas da análise documental.

E não se pode desconsiderar que a Filosofia de Peirce propõe conceitos a Ciências Cognitivas e Filosofia da Mente, e estas podem provocar reflexões importantes à Ciência da Informação, pois o estudo da mente humana, encontra abertura em pelo menos duas frentes na área: no estudo dos processos de tratamento temático da informação e na análise das atividades cognitivas para recuperação da informação.

Relativamente à proposta de Thellefsen para a organização semiótica do conhecimento, poderiam ser acrescentadas novas contribuições, a fim de justificar uma teoria geral da semiótica na organização da informação e do conhecimento. Para averiguar essas possibilidades, um estudo detalhado desta integração também precisará ser realizado.

A despeito de as lacunas e a agenda de pesquisa ora apontadas, tem-se a esperança de que, finalmente, algumas idéias sobre o assunto tornem-se, de fato, mais gerais na Ciência da Informação - assim como desejaria Peirce - , e se fundam em outras tantas ideias gerais, como sentimentos realmente vivos.

REFERÊNCIAS

ABRAGNANO, N. **História da filosofia**. Lisboa: Editorial Presença, 1970. v. 8.

AGUSTÍN LACRUZ, M.C. El análisis de contenido y la representación documental de las imágenes pictóricas: una investigación desarrollada sobre los retratos de Francisco de Goya. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: FFC/UNESP-PUBLICAÇÕES, 2006. 1 CD-ROM.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 7, p. 133-148.

ALMEIDA, C. C. ; GUIMARÃES, J. A. C. Análise peirceana do processo de indexação: em busca de fundamentos para a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, IX, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

ALMEIDA, C. C. ; GUIMARÃES, J. A. C. Peirce e a Ciência da Informação: considerações preliminares sobre as relações entre a obra peirceana e a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, VIII, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

ALMEIDA, C. C. A biblioteconomia e a ciência da informação na taxionomia das ciências de Charles Sanders Peirce. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.3, p.1 - 19, 2005a.

ALMEIDA, C. C. A interatividade dos portais UOL e BOL: análise dos níveis de interatividade segundo as categorias fenomenológicas de Charles Sanders Peirce. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, V., 2003, Marília, SP. **Anais...** Marília: UNESP, 2003.

ALMEIDA, C. C. Discurso do Sujeito Coletivo: reconstruindo a fala do social. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005b. p. 59-80.

ALVES, R. C. V.; MORAES, J. B. E. Análise documental de textos literários infanto-juvenis: perspectivas metodológicas com vistas à identificação do tema. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, IX, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

AMARO, R. K. O. F. Análise do discurso: textos básicos para a análise documentária. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989. Cap. 4, p. 59-70.

AQUINO, M. A. (Org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, E. A. A subjetividade enclausurada: o discurso científico na biblioteconomia. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 3 maio 2004.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Goiânia: UFG; Alternativa, 2005.

AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e patrimônio arqueológico: formação de memórias e construção de identidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

AZEVEDO NETTO, C. X. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significado. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/issuev12n202.htm>>. Acesso em: 05 maio 2005.

AZEVEDO NETTO, C. X. Uma face da ciência da informação. In: PINHEIRO, L V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 133-142.

BACHELARD, G. A actualidade da história das ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 67-87.

BARANOW, U. G. Perspectivas na contribuição da lingüística e de áreas afins à ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 23-35, 1983.

BARBOSA, R. R. et al. Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 81-91, jan./jun. 2000.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002a.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BARRETO, A. A. O tempo e o espaço da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002b.

BARRETO, A. A. Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a chama. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 3 maio 2004.

BARROS, L. A. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, n.2, p. 22-26, abr./jun. 2006.

BARROSO, M. A. Independência ou morte da biblioteconomia brasileira. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 109-120, jul./dez. 1973.

BARTHES, R. A actividade estruturalista. In: **ESTRUTURALISMO: antologia de textos teóricos**. Seleção e introdução de Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Portugalia Editora, [1967]. p. 19-27. (Coleção Problemas; 24).

BARTHES, R. **Aula**: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1971

BASTOS, R. L. **Ciências humanas e complexidade**: projetos, métodos e técnicas de pesquisa; o caos, a nova ciência. Juiz de Fora: EDUFJF; Londrina: CEFIL, 1999.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUZER, R. Formação de profissionais em ciência da informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 75-78, 1979.

BENTES PINTO, V. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 223-234, jul./dez. 2001.

BENTES PINTO, V.; MEUNIER, J-G.; SILVA NETO, C. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 25, p. 15-35, 1º sem. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BICALHO, L. M; BORGES, M. E. N. Transdisciplinaridade na Ciência da Informação. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACÃO**, 5., Belo Horizonte, nov. 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

BOCCA, F. V. Roland Barthes: um semiólogo nômade. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 15, n. 17, p. 11-27, jul./dez. 2003.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

BORGES, M. E. N. et al.. Estudos cognitivos em ciência da informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br>>. Acesso em: 30 ago. 2004.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOUCHE, R. Ciência da informação: ciência da forma. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 99-104, jul./dez. 1988.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BOULANGER, J-C. Alguns componentes lingüísticos no ensino de terminologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, p.313-318, set./dez. 1995.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b. (Memória e Sociedade).

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. Os intelectuais e a ideologia. In: ENTREVISTAS do Le Monde: a sociedade. São Paulo: Ática, 1989a. p. 87-97.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRIER, S. Cybersemiotics: a reconceptualization of the foundation for information science. **Systems Research and Behavioral Science**, [S. l.], v. 18, p. 421-427, 2001.

BROOKES, B. C. The foundations of information science: part I: philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, I. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.

BUFREM, L. S. A relação inescrutável entre lingüística e documentação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 19, p. 1-6, 1. sem. 2005.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. (Coleção O Homem e a Ciência; 11).

BUNGE, M. **Epistemologia**: curso de atualização. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1980. (Coleção Biblioteca de Ciências Naturais; v. 4).

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic Monthly**, Boston, v. 176, n. 1, p. 101-108, jul. 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2004.

BUTLER, P. **Introdução à ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 289-298, set./dez. 1995.

CABRÉ, M. T. La terminología, una disciplina en evolución: pasado, presente y algunos elementos de futuro. **Revista Debate Terminológico**, n. 1, p. 1- 14, mar. 2005. Disponível em: <http://www.riterm.net/revista/n_1/cabre.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2007.

CABRÉ, M. T. Terminología y documentation. In: CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999. p. 231-248.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **História da lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CAPURRO, R. **Hermeneutica y el fenómeno de la information**. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: <<http://www.capurro.de>>. Acesso em: 27 jun. 2004.

CARDOSO, A. M. P. Educação para a informação: desafios contemporâneos para a Ciência da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

CARDOSO, A. M. P. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

CARNEIRO, M. C. Da ideia de epistemologia. In: SIMPÓSIO EM FILOSOFIA E CIÊNCIA, 5., 2003, Marília. **Anais...** Marília: Unesp, 2003. 1 CD-ROM.

CARNEIRO, P. A Unesco e a informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 3-8, 1977.

CARONTINI, E.; PERAYA, D. **O projeto semiótico**: elementos de semiótica geral. São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1979.

CARVALHO, A. O.; CARVALHO, M. B. P. A semântica e a Classificação Decimal Universal. **Ciência da Informação**, Brasília, v.4, n. 2, p. 91-102, 1975.

CARVALHO, E. C. A natureza social da ciência da informação. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 51-63.

CARVALHO, M. A. A fenomenologia peirciana: ciência, um exercício estético? **Cognitio-Estudos**: Revista Eletrônica de Filosofia, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 20-24, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/cognitio_estudos.htm>. Acesso em: 23 fev. 2009.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000a.

CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap. 2, p. 25-48.

CASTRO, C. A. Profissional da informação: perfil e atividades desejadas. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 10, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 24 abr. 2003b.

CERARINO, M. A. N.; PINTO, M. C. M. F. Análise de assunto. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980.

CHAUMIER, J. **As técnicas documentais**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

CHOMSKY, N. A linguagem e a mente. In: LEMLE, M. (org.) **Novas perspectivas lingüísticas**. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 28-42.

CHRISTOVÃO, H. T. A ciência da informação no contexto da pós-graduação do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 31-35, jan./abr. 1995.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989. Cap. 2, p. 29-37.

CINTRA, A. M. M. Elementos de lingüística para estudos de indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de políticas culturais: cultura e imaginário**. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 1997.

COELHO NETTO, J. T. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria dos signos**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

COMTE, A. A filosofia positiva e as ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 1-14.

CORDEIRO, R. I. N. Informação cinematográfica e textual: da geração à interpretação e representação de imagem e texto. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-9, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/474/433>>. Acesso em: 28 jan. 2006.

CORREIA, C. M. Observações sobre o desenvolvimento histórico da psicolingüística sob a ótica do sistema peirceano das ciências. In: ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO, 2., 2002. São José dos Campos, SP. **Anais...** São José dos Campos, SP: UniVap, 2002. v. 1. p. 346-350.

CORREIA, Z. P. Referencial das competências dos profissionais europeus de informação e documentação: da gênese às perspectivas de futuro. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 8-21, 2003.

CRIVELLARI, H. M. T. Relação educativa e formação profissional na ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

CRYSTAL, D. **Dicionário de lingüística e fonética**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CUNHA, I. M. R. F. ; KOBASHI, N. Y.; AMARO, R. K. O. F. Revisão bibliográfica. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989. Cap. 7, p. 115-135.

CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989.

CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989a. Cap. 3, p.39-62.

CUNHA, I. M. R. F. Contribuição para a formulação de um quadro conceitual em análise documentária. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989b. p.15-30.

CUNHA, I. M. R. F. O Falcão Maltês: a lógica em análise documentária. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 1989c.

CUNHA, M. V. ; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 2, p. 39-54.

CUNHA, M. V. A formação dos profissionais da informação na França: comparação com o sistema brasileiro. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. cap. 3, p. 71-90.

CUNHA, M. V. A formação em ciência da informação na França, no Canadá e na Dinamarca: comparação com o sistema brasileiro. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 8, set. 1999. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br>>. Acesso em: 30 ago. 2004.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DE TIENNE, A. Information in formation: a peircean approach. **Cognitio**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 149-165, jul./dez. 2005.

DE WAAL, C. **Sobre pragmatismo**. São Paulo: Loyola, 2007.

DE WAAL, C. Who is Charles Peirce? In: DE WAAL, C. **On Peirce**. Belmont, CA: Wadsworth/Thomson Learning, 2001. Cap 1, p. 6-11.

DELEDALLE, G. Malentendidos semióticos. In:_____. **Leer a Peirce hoy**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996. Cuarta Parte, Cap. 3, p. 147-160.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 2 (Postulados da lingüística e Sobre alguns regimes de signos).

DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DESCARTES, R. **Discurso do método e regras para a direção do espírito**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

DIAS, E. W. Ensino e pesquisa em ciência da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002a. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

DIAS, E. W. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002b. p. 87-99.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. O caráter interdisciplinar da análise de assunto. In: DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007. Cap. 7, p. 79-92.

DIETERICH, H. **Novo guia para pesquisa científica**. Blumenau: EDFURB, 1999.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Perspectiva, 1988.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor; 63).

DURKHEIM, É. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994. (Coleção Fundamentos de Direito).

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. (Coleção Estudos, 85).

ECO, U. **Tratado geral de semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. v. 2.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v. 1.

ENCONTRO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO MERCOSUL, 5. **As articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul**: relato final. Londrina: ABECIN, 2002. 30 p.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

ESCOBAR, C. H. Leitura de Saussure: proposições semiológicas. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 45-68, abr./jun. 1972.

ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA E DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO. Diploma de Arquivista da Universidade de Montréal. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 33-37, 1989.

EUGÊNIO, M. et al. Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 1996.

EYRE, J. Some views on the development of professional library education in Brazil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=572&layout=abstract>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

FARIAS, P. L. Semiótica e cognição: os conceitos de hábito e mudança de hábito em C. S. Peirce. **Revista Eletrônica: Informação & Cognição**, Marília, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/atividades/extensao/revista/v1/index.html>>. Acesso em: 24 maio 2002.

FERREIRA, D. V. Orientação de trabalhos de pesquisa a nível de mestrado no campo de biblioteconomia e ciência da informação: uma experiência particular. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 20-27, jan./jun. 1980.

FONSECA, E. N. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: IBL, 1979.

FONSECA, M. O. Ciência da informação: denominação de curso e diretrizes curriculares. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n.1, p.101-104, jan./jun. 2002.

FOSKETT, D. J. Informática. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 9-51. (Série Ciência da Informação).

FOSKETT, D. J. Ciência da informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 52-69. (Série Ciência da Informação).

FRANCELIN, M. M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1978.

FREGE, G. Sobre a justificação científica de uma conceitografia. In: FREGE, G. **Sobre a justificação científica de uma conceitografia; Os fundamentos da aritmética**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.193-199. (Os pensadores, v. Xxxvi.).

FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em: 24 abr. 2004.

FREIRE, I. M. Informação; consciência possível; campo: um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: < <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=590&layout=abstract>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

FREIRE, I. M. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003.

FREITAS, L. S. A teia dos sentidos: o discurso da ciência da informação sobre a atual condição da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

FUJITA, M. S. L. ; MORAES, J. B. E.; PEDRINI, I. A. D. O tema na narrativa ficcional: uma abordagem cognitivista. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: ANCIB/UFSC, 2005. 1 CD-ROM..

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004. Disponível em: <http://dgz.org.br/ago04/F_lart.htm>. Acesso em? 25 dez. 2005.

FUSTER RUIZ, F. Archivística, archivo, documento de archivo...: necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de Documentación**, Murcia, n. 2, p. 103-120, 1999. Disponível em: < <http://www.um.es/fccd/anales/ad02/AD07-1999.PDF>>. Acesso em: 23 jan. 2005.

GANGUILHEM, G. O objecto da história das ciências. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbernkian, 1991. p. 107-132.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Aproximación al concepto y al objeto de la información/documentación. In: GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. (ed.). **Introducción a la documentación informativa y periodística**. Sevilla: Editorial MAD, 1999. Cap 1, p. 13-61.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Estructura lingüística de la documentación: teoría y método**. Murcia: Universidad de Murcia, 1990.

GARCÍA MARCO, F. J. Bases epistemológicas del ejercicio profesional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 1, p. 9-38.

GARCÍA-QUISMONDO, M. A. M. et al. Propuesta para la utilización de estructuras verbales aplicadas a la recuperación y representación de la información. **SCIRE**, v. 8, n. 1, p. 95-102, ene./ jun. 2002.

GARCIA, J. C. R. Conferências do Georgia Institute of Technology e a ciência da informação: “de volta para o futuro”. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/-1202002.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2004.

GARDIN, J. C. **Les analyses de discours**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1974.

GARDIN, J. C. Éléments d’un modele pour la description de lexiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France**, v. 11, n. 5, p. 171-182, 1966.

GARDIN, J. C. Vers une épistémologie pratique en sciences humaines. In: GARDIN, J. C. et. al. **La logique du plausible**. Paris: La Maison des Sciences de l’Homme, 1987. p. 27-102.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDMANN, L. Importância do conceito de consciência possível para a comunicação. In: O CONCEITO de informação na ciência contemporânea: Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. v. 2, p. 38-68.

GOMES, H. F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2006.

GOMES, H. F. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2000.

GOMES, W. S. et al. Ciências sociais aplicadas I: comunicação e ciência da informação. **Infocapes**: Boletim Informativo da Capes, Brasília, DF, v. 10, n. 1, p. 129-145, jan./mar. 2002.

GONZALES, M. E. Q.; HASELAGER, W. F. G. Raciocínio abdução, criatividade e auto-organização. **Cognitio**, São Paulo, n. 3, p. 22-31, nov. 2002.

GONZALES, M. E. Q.; NASCIMENTO, T. C. A.; HASELAGER, W. F. G. Informação e conhecimento: notas para uma taxonomia da informação. In: FERREIRA, A. ;

GONZALEZ, M. E. Q.; COELHO, J. G. (Org.). **Encontro com as Ciências Cognitivas**: volume 4. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. (Coleção Estudos Cognitivos). p. 195-220.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? **Revista Brasileira de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 19, n. 2, p. 257-266, jul./dez. 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Os vínculos e os conhecimentos: pensando o sujeito da pesquisa trans-disciplinar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003c. 1 CD-ROM.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 60-46, jan./abr. 2003b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 25-47.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O contrato social da pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. **DataGramZero** – Revista de Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, fev. 2003a. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 12 out. 2003.

GONZÁLEZ GOMEZ, M. N. ; GRACIOSO, L. S. Ciência da informação, pragmatismo, virtualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, M, MG. **Anais...** Marília, SP: FFC/Unesp Publicações, 2006. 1 CD-ROM.

GONZÁLEZ GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p 217-222, set./dez. 1993.

GRANDO, V. L. Análises comparativas de um discurso jornalístico. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária**: considerações teóricas e experimentações. São Paulo: FEBAB, 1989b. p. 183-191.

GRANGER, G. G. O problema das significações. In: GRANGER, G. G. **Filosofia do estilo**. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1974. Cap. 5, p. 133-168.

GRASSESCHI, M. C. C. Um conto policial em duas dimensões. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989. p. 83-130.

GREIMAS, A. J. ; RASTIER, F. O jogo das restrições semióticas. In: GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido: ensaios semióticos**. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar et al. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 126-143.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural: pesquisa de método**. Tradução de Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

GREIMAS, A. J. **Semiótica do discurso científico. Da modalidade**. São Paulo: DIFEL; SBPL, 1976. (Monografias semióticas e lingüísticas; n. 1).

GUIMARÃES, J. A. C. **A dimensão teórica do tratamento temático da informação (TTI) no universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO)**. Marília: [s. n.], 2006. 36 f. [Projeto de Produtividade em Pesquisa – CNPq, de março de 2007 a fevereiro de 2010].

GUIMARÃES, J. A. C. ; DANUELLO, J. C.; MENEZES, P. J. Formação para atuação profissional em organização de conteúdos informacionais: análise das bases teórico-pedagógicas dos cursos de Biblioteconomia do Mercosul. In: VALENTIN, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 167-187.

GUIMARÃES, J. A. C. ; DANUELO, J. C.; MENEZES, P. J. Ensino de tratamento temático da informação (TTI) nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul: uma análise de capacitação e produção científica docente com vistas ao delineamento de políticas integradas para área. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

GUIMARÃES, J. A. C. ; NASCIMENTO, L. M. B.; MORAES, J. B. E. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo de documentos técnicos. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005. Cap. 7, p.135-160.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUIMARÃES, J. A. C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 124-137, jan./abr. 1997.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1994.

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. A teoria educacional no ocidente: entre modernidade e pós-modernidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 32-36, 2000.

GUIRAUD, P. **A semântica**. São Paulo: DIFEL, 1972. (Coleção saber atual; 157).

HAHN, T. B. What has information science contributed to the world? **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, Silver Spring, v. 29, n. 4, p.2-3, apr./may 2003.

HASSEL, L. A philosophical look at management knowledge. **CEUR Workshop Proceedings**, Luzern, v. 85, 2003. (Proceedings of the WM 2003 Workshop on Knowledge Management and Philosophy). Disponível em: <<http://sunsite.informatik.rwth-aachen.de/Publications/CEUR-WS//Vol-85/>>. Acesso em: 29 abr. 2004.

HJELMSLEV, L. T. **Ensayos lingüísticos**. Madrid: Editorial Gredos, 1972. (Estudios y Ensayos, 177).

HJELMSLEV, L. T. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. In: SAUSSURE, Ferdinand de et al. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 183-220. (Coleção Os Pensadores, XLIX).

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. Library and information science: practice, theory, and philosophical basis. **Information Processing and Management**, [S. l.], v. 36, p. 501-531, 2000.

HOEBEL, E. A.; FROST, E. L. **Antropologia cultural e social**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

HOOKWAY, C. A máxima pragmatista e a prova do pragmatismo. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE O PRAGMATISMO, 7., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Centro de Estudos do Pragmatismo, 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/eventos/7encontro/7PragHookwaypa per1-Trad.doc>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

IBRI, I. A. **Kósmos noetós**: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Perspectiva; Hólon, 1992. (Coleção estudos, v. 130).

IZQUIERDO ALONSO, M. Nuevos enfoques en el estudio del tratamiento documental de contenido desde los presupuestos de las ciencias del language. **SCIRE**, v. 6, n. 1, p.143-163, ene./jun. 2000.

IZQUIERDO ALONSO, M.. Nuevos retos en el análisis documental de contenido: gestión de la forma documental del contenido. **SCIRE**, v. 10, n. 1, p. 31-50, ene./jun. 2004.

IZQUIERDO ARROYO, J. M. La ciencia de la búsqueda documental secundaria. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, n. 13, p. 87-111, 1990.

IZQUIERDO ARROYO, J. M. Cuatro trabajos en curso. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, n. 15, p. 35-65, 1992.

IZQUIERDO ARROYO, J. M. De la semiótica del discurso a la semiótica documental. In: MORENO GONZÁLEZ, J. A. **Aplicación de las ciencias del texto al resumen documental**. Madrid: Universidad Carlos III, 1993. p. 199-216.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1999.

JAMBEIRO, O; SILVA, H. P. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, ago. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago04/F_1_art.htm>. Acesso em: 20 ago. 2004.

JAMES, W. Pragmatismo. In: JAMES, W. **Pragmatismo e textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 7-38. (Os pensamentos, v. xl).

JAPIASSÚ, H. I; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JAPIASSÚ, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

JARDIM, J. M. ; FONSECA, M. O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 29-45, 1992.

KANT, I. **Prolegômenos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **Informare** – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária: considerações sobre um modelo lógico-semântico. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989a. Cap. 3, p. 45-58.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária: tipologias discursivas. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989b. Cap. 2, p.31-44.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15 (Edição Especial), p. 7-21, set./dez. 2003.

KOYRÉ, A. Perspectivas sobre a história das ciências. In: CARRILHO, M. M. Org.). **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. p. 89-106.

KRIEGER, M. G. . Sobre terminologia e seus objetos. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (org). **Temas de terminologia**. Porto Alegre; São Paulo: UFRGS; Humanitas/USP, 2001b. p. 34-38.

KRIEGER, M. G. A face lingüística da Terminologia. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B. (org). **Temas de terminologia**. Porto Alegre; São Paulo: UFRGS; Humanitas/USP, 2001a. p. 22-33.

KRISTEVA, J. As epistemologias da lingüística. In: ESCOBAR, C. H. (org). **Semiologia e lingüística hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. p. 140-156.

KRISTEVA, J. et al. (org.) **Ensaio de semiologia I: problemas gerais, lingüística, cinésica**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1971.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. (Coleção Debates; 115).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993.

LANCASTER, F. W. O currículo de ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 1989.

LANE, S. T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Parte I. cap. 3, p. 58-72.

LARA, M. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

LARA, M. L. G. ; TÁLAMO, M. F. G. M. Lingüística documentária e terminologia: experiência didática na interface das disciplinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: FFC/UNESP-PUBLICAÇÕES, 2006. 1 CD-ROM.

LARA, M. L. G. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 223-226, set./dez. 1993.

LARA, M. L. G. Aplicação de um modelo de análise documentária à literatura sócio-econômica. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989. p. 131-182.

LARA, M. L. G. Conceitos lingüísticos fundamentais para a organização e disseminação de informações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

LARA, M. L. G. É possível falar em signo e semiose documentária? **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, 2º n. especial, p. 18-29, 2º sem. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. Acesso em: 15 out. 2006.

LARA, M. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm>. Acesso em: 25 ago. 2007.

LARA, M. L. G. **Representação e linguagens documentárias**: bases teórico-metodológicas. 1999. 207 f. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo.

LARA, M. L. G. Uma teoria terminológica para um conceito contemporâneo de informação documentária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2005. 1 CD-ROM.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 73, p. 1-10, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/issue/view/523>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

LEMERT, C. (ed.). **Social theory: the multicultural and classic readings**. 2. nd. Boulder, Colorado (USA): Westview Press, 1999. p.148-152.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Pensadores).

LÓPES YEPES, J. **La documentación como disciplina: teoria e história**. 2. ed. actual. y ampli. Panplona: EUNSA, 1995.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

LOUREIRO, J. M. M. Ciência da informação: nem ciência social, nem humana, apenas uma ciência diferente. In: PINHEIRO, L V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 65-78.

MAI, J-E. The concept of subject: on problems in indexing. In: McILWAINE, I. C. (ed.). **Knowledge organization for information retrieval: 6th International Study Conference on Classification Research**. The Hague: FID, 1997b. p. 60-67. (FID, n. 716).

MAI, J-E. Semiotics and indexing: an analysis of the subject indexing process. **Journal of Documentation**, London, v. 57, n. 5, p. 591-522, sep. 2001.

MAI, J-E. The concept of subject in a semiotic light. In: SCHWARTS, C.; RORVIG, M. (ed.). **Digital collections: implications for users, funders, developers and maintainers**. Medford, NJ: Information Today, 1997a. p. 54-64. (Proceedings of the ASIS Annual Meeting; 34).

MAI, J-E. **The subject indexing process: an investigation of problems in knowledge representation**. 2000. 344 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Faculty of Graduate School of Library and Information Science. The University of Texas at Austin.

MANINI, M. P. Análise documentária de fotografias: leitura de imagens incluindo sua dimensão expressiva. **Cenário Arquivístico - Revista da Associação Brasileira de Arquivologia**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 16-28, 2004.

MANINI, M. P. Análise documentária de imagens. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/313/236>>. Acesso em: 22 set. 2007.

MARAFIOTI, R. Escenarios y escenas de una vida. In: MARAFIOTI, R. **Charles S. Peirce: el éxtasis de los signos**. Buenos Aires: Biblos, 2005. Cap. 1, p. 19-36.

MARCONDES, C. H. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARTELETO, M. R. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 101-116.

MAZINI, E. S. Nova Constituição Federal (art. 1º): análise documentária. In: CUNHA, I. M. R. F. (coord.). **Análise documentária: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989. p. 75-82.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MCGUIRE, C. H. Sociocultural changes affecting professions and professionals. In: CURRY, L.; WERGIN, J. **Educating professionals**. São Francisco: Jossey-Bass, 1993. cap. 1, p. 3-16.

MELLO, L. G. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MENDONÇA, E. S. A lingüística e a ciência da informação: estudos de uma interseção. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 50-70, set./dez. 2000.

MIKHAILOV, A. L.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKYI, R. S. Estrutura e principais propriedades da informação científica: a propósito do escopo da informática. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 70-89. (Série Ciência da Informação).

MINAYO, M. C. de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 3, p. 89-111.

MIRANDA, A.; BARRETO, A. A. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 23/24, n. 3, p. 277-292, especial 1999/2000.

MONTEIRO, S. D. Semiótica peirciana e a questão da informação e do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, 2º n. especial, p. 43-57, 2º sem. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. Acesso em: 15 out. 2006.

MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

MONTGOMERY, C. A. Linguistics and Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 23, n. 3, p. 195-219, may/jun. 1972.

MORAES, A. F. Os pioneiros da ciência da informação nos EUA. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/issuev12n202.html>>. Acesso em: 27 nov. 2003.

MORAES, J. B. E. A análise documental e os textos literários. **e-F@Nzine: Revista Eletrônica**, Monte Alto, v. 1, n. 2, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fan.edu.br/revista>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

MORAES, M. C. M. O recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Seção Educação**, [S. l.], 24 fev. 2002. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/recuo_da_teoriasp>.

MORAES, R. B. Sessão de abertura do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 9-13, jan./jun. 1977.

MOREIRA, S. S. O ícone e a possibilidade de informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, 2º n. especial, p. 30-42, 2º sem. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. Acesso em: 15 out. 2006.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Aplicación de las ciencias del texto al resumen documental**. Madrid: Universidad Carlos III, 1993.

MORENO GONZÁLEZ, J. A.; TEJADA, C. Competencias profesionales en el área de la Ciencia de la Información. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 6, p. 97-110.

MORIN, E. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria dos signos**. São Paulo: Livraria Eldorado Tijuca; Edusp, 1976.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSTAFA, S. P.; LIMA, A. B. A.; MARANON, E. I. M. Paradigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 216-222, set./dez. 1992.

MOSTAFA, S. P.. Paradigmas da ciência da informação. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 91-97, jan./jun. 1995.

MOURA, M. A. ; SILVA, A. P.; AMORIM, V. R. A concepção e o uso das linguagens de indexação face às contribuições da Semiótica e da Semiologia. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, PB, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2002. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/issuev12n102.htm>>. Acesso em: 13 out. 2005.

MOURA, M. A. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, 2º n. especial, p. 1-17, 2º sem. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. Acesso em: 15 out. 2006.

MUELLER, S. M. P. A pesquisa em ciência da informação no contexto das ciências humanas. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_05.htm>. Acesso em: 28 jan. 2004.

MUELLER, S. M. P. Avaliação do estado da arte da formação em biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

MUELLER, S. M. P. Em busca de uma base comum para a formação profissional em biblioteconomia, ciência da informação e arquivologia: relato de um simpósio promovido pela Unesco. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 157-165, jul./dez. 1984.

MUGNAINI, R. A bibliometria na exploração de bases de dados: a importância da Lingüística. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 45-52, jan./abr. 2003.

NASCIMENTO, L. M. B.; GUIMARÃES, J. A. C. A eficácia probatória do documento como subsídio à organização da informação jurídico-digital: uma reflexão acerca dos avanços teóricos da diplomática. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: ANCIB/UFSC, 2005. 1 CD-ROM.

NATALI, J. W. Documentação e lingüística: inter-relação e campos de pesquisa. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1/2, p.33-42, jan./jun. 1978.

NAVARRO, S. Interface entre lingüística e indexação: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n.1/2, p. 46-62, jan./jun. 1988.

NEHMY, R. M. Q. et al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, B. et al (Org.). **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: Unesco, 2000. (Edições Unesco). p. 9-26.

NÖTH, W. **A semiótica no século XX**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

NÖTH, W. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

NOVAES, M. M. L. Análise de assuntos: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I. A. **O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

OLIVEIRA, M. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 143-156, jul./dez. 2001.

OMNÈS, R. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 18 mar. 2005.

ORØM, A. Information science, historical changes and social aspects: a nordic outlook. **Journal of Documentation**, London, v. 56, n. 1, p. 12-26, jan. 2000.

OTLET, P. **Documentos e documentação: introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal**. Paris, 1937. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 25 abr. 2004.

PAIM, I. A ciência da informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 105-110, jan./jun. 2000.

PAIM, I. et al. Interdisciplinaridade na ciência da informação: início de um diálogo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2001.

PAIVA, C. C. O campo híbrido da informação e da comunicação. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 165-198.

PASCAL, G. **Compreender Kant**. Petrópolis:Vozes, 2005.

PEIRCE, C. S. **Antologia filosófica**. [s. l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

PEIRCE, C. S. **Charles S. Peirce: selected writings**. New York: Dover Publications, 1966.

PEIRCE, C. S. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. Hartshorne, Charles; Weiss, Paul; Burks, Arthur. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1958. 8 v. (re-impressão de Thoemmes Press, 1998).

PEIRCE, C. S. **Escritos coligidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PEIRCE, C. S. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PEIRCE, C. S. **The essential Peirce: selected philosophical writings**. Edited by Nathan Houser and Christian Kloesel. Blomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1992. v. 1.

PEIRCE, C. S. **The essential Peirce: selected philosophical writings**. Edited by Peirce Edition Project. Blomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1998. v. 2.

PEREIRA, E. C.; BUFREM, L. S. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.20, p. 21-37, 2. sem. 2005.

PESSOA JÚNIOR, O. A classificação das diferentes posições em filosofia da ciência. **Cognitio-Estudos: Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 6, n. 1, p. 54-60, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo>>. Acesso em: 21 ago. 2009.

PINHEIRO, L. V. R. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cead/morpheus/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2004.

PINHEIRO, L. V. R. Infra-estrutura da pesquisa em ciência da informação no Brasil. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

PINHEIRO, L. V. R. ; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

PINHEIRO, L. V. R. A gênese da ciência da informação: os sinais enunciadores da nova área. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86.

PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p. 155-182.

PINTO MOLINA, M. **Análisis documental: fundamentos y procedimientos**. 2. ed. rev. y aum. Madrid: EUDEMA, 1993.

PINTO, J. Semiótica e informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 87-92, jan./jun. 1996.

PIRES, J. L. V. P. B. Panorama sobre a filosofia de Charles Sanders Peirce. **Revista Cultural Fonte**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 17-33, nov. 1999.

POBLACIÓN, D. A.; NORONHA, D. P. Produção das literaturas “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 98-106, maio/ago. 2002.

POBLACIÓN, D. A.; NORONHA, D. P. Rumos da Comunidade Brasileira de Pesquisadores em Ciência da Informação: desafios do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: PIMENTA, C. (Coord.). **Interdisciplinaridade, humanismo, universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/pontofinal.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v 1, n. 1, p. 3-15, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. Interdisciplinaridade: conceito, problemas e perspectivas. In: POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. **Interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto, 1993. Cap. 1, p. 8-14.

PONJUÁN DANTE, G. Perfil del profesional de información del nuevo milenio. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. cap. 4, p. 91-105.

QUEIRÓS, C. F. G. G. É a ciência da informação um saber humano ou social. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p. 33-50.

QUEIROZ, J. Classificações de signos de C. S. Peirce: de “On the Logic of Science” ao “Syllabus of Certain Topics of Logic”. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 179-195, 2007.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RABER, D.; BUDD, J. M. Information as sign: semiotics and information science. **Journal of Documentation**, London, v. 59, n.5, p. 507-522, 2003.

RIBEIRO, L. A lingüística como instrumento da documentação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1., 1975, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, 1978. v. 1, p. 313-327.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

ROSA, A. M. O conceito de fronteira. In: ROSA, A. M. **O conceito de continuidade em Charles S. Peirce**. Braga: Fundação Calouste Gulberkian, 2003. Cap. IV - A teoria do contínuo, seção - 2.3.2, p. 234-236.

SALDANHA, G. S. Imago e vivência: uma reflexão filosófica sobre o essencialismo e o pragmatismo na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

SALMON, W. C. **Lógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970. p. Xiii-xxiii.

SANTAELLA, L. **A assinatura das coisas**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1992.

SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTAELLA, L. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonoro, visual, verbal; aplicações na hipermídia. 3. ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2005.

SANTAELLA, L. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Unesp, 2004.

SANTAELLA, L.; NOTH, W. **Semiótica**. São Paulo: Experimento, 1999. (Bibliografia Comentada).

SANTAELLA, Lúcia. As três categorias peircianas e os três registros lacanianos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641999000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2002.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAPIR, E. **Lingüística como ciência**: ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SARACEVIC, T. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, Silver Spring, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 1995.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. Educação em ciência da informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-12, 1978.

SARACEVIC, T. Integrating education in librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 59-66, 1979.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

SEBEOK, T. A. Um, dois, três, uberdade desta vez. In: ECO, U.; SEBEOK, T. A. (orgs.). **O signo de três**: Dupin, Homes, Peirce. São Paulo: Perspectiva, 2004. Cap. 1, p. 1-12.

SEBEOK, T. A.; UMIKER-SEBEOK, J. Você conhece meu método: uma justaposição de Charles S. Peirce e Sherlock Holmes. In: ECO, U.; SEBEOK, T. A. (orgs.). **O signo de três**: Dupin, Homes, Peirce. São Paulo: Perspectiva, 2004. Cap. 2, p. 13-58.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SHERA, J. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 90-105. (Série Ciência da Informação).

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das <<ciências>> documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. Um modelo sintético de licenciatura para uma ciência da informação consolidada: o caso português. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

SILVA, J. A.; ALMEIDA, C. C. Análise de embalagem e linguagem regional: aplicação da semiótica peirciana no estudo de rótulos de embalagens de erva-mate. **UNIrevista - UNISINOS Online**, São Leopoldo, v.1, p.1 - 15, 2006.

SILVA, J. G. Ciência da informação: uma ciência do paradigma emergente. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, DF: IBICT, 1999. p 79-118.

SILVA, L. A. G. Políticas e programas de informação e documentação da Unesco e fontes para seu estudo. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 4, n. 1, 1994. Disponível em: <www.informacaoesociedade.ufpb.br>. Acesso em: 3 maio 2004.

SILVEIRA, L. F. B. **Curso de semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SILVEIRA, L. F. B. A necessidade do acaso: um convite ao diálogo filosófico. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 20, p. 107-114, 1997.

SILVEIRA, L. F. B. Charles Sanders Peirce: ciência enquanto semiótica. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 12, p. 71-84, 1989.

SILVEIRA, L. F. B. Continuidade e descontinuidade nas questões de fronteira. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO PRAGMATISMO, 11., 2008a, São Paulo. [**Anais...**] São Paulo: PUCSP, 2008a. (Texto Impresso da Palestra).

SILVEIRA, L. F. B. Cosmos evolutivo e plano da criação na filosofia peirceana. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 8, p. 1-24, 1985.

SILVEIRA, L. F. B. Na origem está o signo. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 14, p. 45-52, 1991.

SILVEIRA, L. F. B. O caráter dialógico e social do signo e do pensamento em Peirce. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 11, p. 23-29, 1988.

SILVEIRA, L. F. B. Origem do cosmos e auto-organização na obra de Charles Sanders Peirce. In: D'OTTAVIANO, I. M. L. e GONZALES, M. E. Q. (Orgs.) **Auto-organização**: estudos interdisciplinares. Campinas: UNICAMP, FAPESP, 2000. (Coleção CLE; v. 30). Cap. 14, p. 325-336.

SILVEIRA, L. F. B. Informação e verdade na filosofia de Peirce. **Cognitio**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 281-323, jan./dez. 2008b.

SILVEIRA, L. F. B. Pensamento, fenômeno experimental e experimento na pragmática. **Trans/ Form/ Ação**, São Paulo, v. 7, p. 49-59, 1984.

SILVEIRA, L. F. B. Charles Sanders Peirce e a contemporânea filosofia da ciência: uma difícil conversação. **Trans/ Form/ Ação**, São Paulo, v. 16, p. 63-82, 1993.

SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989a.

SMIT, J. W. A análise da imagem: um primeiro plano. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989b. Cap. 6, p. 101-113.

SMIT, J. W. A política governamental para a pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/>>. Acesso em: 30 maio 2004.

SMIT, J. W. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

SMIT, J. W. Análise semântica e análise documentária. **Significação**: Revista Brasileira de Semiótica, São Paulo, v. 1, p. 168-176, ago. 1974.

SMIT, J. W. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. cap. 6, p. 119-134.

SMIT, J. W. **O que é documentação?**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos; 174).

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 1, p. 9-24.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

SOARES, E. **Fundamentos de lógica**: elementos de lógica formal e teoria da argumentação. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, F. C. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003a. (Teses NUP; 9).

SOUZA, F. C. O ensino de biblioteconomia no Brasil no discurso do bibliotecário participante nos CBBDs entre 1954 a 1982: apontamentos disciplinares para a construção do currículo do Curso de Biblioteconomia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, XIX, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABRS, 2000. 1 CD-ROM.

SOUZA, F. C. O nome profissional “bibliotecário” no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 18, p. 90-106, 2º sem. 2004. Disponível em: <www.encontros-bibli.ufsc.br/sumario.htm>. Acesso em: 27 dez. 2004.

SOUZA, F. C. As possibilidades pedagógicas no ensino de metodologia da pesquisa científica em ciência da informação e os objetos deste campo científico: aproximações Durkheimianas. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 16, p. 20-40, jul./dez. 2003b. Disponível em: <<http://www.encontrosbibli.ufsc.br>>. Acesso em: 23 nov. 2003.

SOUZA, F. C. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1993.

SOUZA, M. A. L.; MEDLEG, G. O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

SOUZA, R. F. Áreas do conhecimento. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr04/F_I_art.htm>. Acesso em: 25 abr. 2004.

SUAIDEN, E. A pesquisa em ciência da informação na América Latina. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 23/24, n. 3, p. 329-332, especial 1999/2000.

TÁLAMO, M. F. G. M. A definição semântica para elaboração de glossários. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989a. Cap. 5, p. 89-100.

TÁLAMO, M. F. G. M. Terminologia e documentação. **TradTerm**, São Paulo, v. 7, p. 141-151, 2001.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. G.; KOBASHI, N. Y. Contribuição da terminologia para elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez, 1992.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L.G. O campo da lingüística documentária. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 203-211, set./dez. 2006.

TARAPANOFF, K. O impacto do novo currículo mínimo de biblioteconomia sobre a pós-graduação: o Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 285-297, jul./dez. 1983.

TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C. L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2003.

TARGINO, M. G. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 5, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2003.

THELLEFSEN, T. L. Pragmaticism and the role of terminology. **Impact: an electronic journal on formalisation in text, media and language**, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.impact.hum.auc.dk>>. Acesso em: 05 maio 2007.

THELLEFSEN, T. L. Semiotic knowledge organization: theory and method development. **Semiotica**, v. 142, n. 1 / 4, p. 71-90, 2002.

THELLEFSEN, T. L. ; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004.

THELLEFSEN, T. L. Knowledge profiling: the basis for knowledge organization. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 507-514, winter 2004.

TODOROV, T. Perspectivas semiológicas. In: MENDONÇA, A. S. (Org.). **Semiologia e lingüística**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 26-36.

VALENTE, N.; BROSSO, R. **Elementos de semiótica**: comunicação verbal e alfabeto visual. São Paulo: Panorama, 1999. (Coleção Universidades).

VALENTIM, M. L. P. La actividad de investigación en la Ciencia de la información: tendencias dentro de la perspectiva de una sociedad global. **Biblios**, Lima, año 5, n. 18-19, p. 72-82, abr./set. 2004. Disponível em: <www.documentalistas.com/web/biblios/articulos/18_1_9/2004_17.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2004.

VALENTIM, M. L. P.. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: _____. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000a. cap. 7, p. 135-152.

VALENTIM, M. L. P.. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 6, p. 117-132.

VALENTIM, M. L. P.. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 9, jun. 2000b. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/encontro/>>. Acesso em: 13 out. 2004.

VALENTIM, M. L. P.. Profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. In:_____. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000c. Introdução, p. 7-30.

VAN DIJK, T. A. Aspectos de uma teoria gerativa do texto poético. In: GREIMAS, A. J. (org.) **Ensaio de semiótica poética**. São Paulo: Cultrix, 1976.

VICENTINI, M.R. Notas sobre a lei da mente peirceana. In: FERREIRA, A. ; GONZALEZ, M. E. Q.; COELHO, J. G. (Org.). **Encontro com as Ciências Cognitivas**: volume 4. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. (Coleção Estudos Cognitivos). p. 181-194.

VOGEL, M. J. M. **A noção de estrutura Lingüística e de processo de estruturação e sua influência nas linguagens documentárias**. 2007. 124 f. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 5, p. 149-186.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERTHEIN, J.; CUNHA, C. **Fundamentos da nova educação**. Brasília, DF: Unesco, 2000. (Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; v. 5).

ZANDONADE, T. Grupo 8: epistemologia e ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 23/24, n. 3, p. 445-448, especial 1999/2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)